



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1829

Quinta-feira - 17 de Setembro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Gaspar	168	Passo de Torres.....	293
Água Doce.....	3	Governador Celso Ramos	172	Paulo Lopes	347
Alto Bela Vista.....	14	Grão Pará	173	Penha.....	348
Anchieta	15	Guaraciaba	174	Pinheiro Preto	351
Antônio Carlos	17	Guaramirim	175	Pomerode.....	352
Ararutã	18	Guarujá do Sul	177	Ponte Serrada	354
Balneário Piçarras.....	32	Herval d'Oeste	179	Porto Belo.....	356
Balneário Rincão	33	Ilhota	181	Porto União.....	357
Barra Velha.....	34	Imbituba	183	Presidente Nereu.....	358
Benedito Novo	36	Indaial.....	185	Rio do Sul.....	359
Biguaçu	38	Ipumirim	194	Salto Veloso.....	361
Blumenau	39	Irineópolis	195	Santa Rosa do Sul	364
Bom Jesus do Oeste	45	Itá	223	Santiago do Sul.....	365
Braço do Trombudo	47	Itapoá	224	São Bento do Sul.....	368
Brusque.....	51	Ituporanga	226	São Carlos	381
Caçador.....	54	Jacinto Machado	228	São Domingos.....	382
Camboriú.....	63	Joaçaba	229	São João do Sul	383
Campo Alegre	69	Lages	233	São José.....	384
Campo Erê.....	75	Laguna	234	São Lourenço do Oeste.....	388
Campos Novos.....	76	Lebon Regis.....	235	São Miguel do Oeste.....	389
Canoinhas.....	79	Leoberto Leal.....	237	Schroeder.....	392
Capinzal	102	Lindóia do Sul	238	Serra Alta	401
Caxambu do Sul.....	115	Luzerna	243	Sombrio.....	402
Chapadão do Lageado	117	Macieira.....	245	Sul Brasil	403
Cocal do Sul.....	119	Mafra	250	Tigrinhos	407
Concórdia	120	Maracajá	252	Timbé do Sul	408
Cordilheira Alta	121	Maravilha.....	253	Timbó	409
Coronel Martins.....	123	Massaranduba.....	254	Trombudo Central.....	410
Corupá	126	Meleiro	260	Tunápolis.....	414
Curitibanos	147	Modelo	262	União do Oeste	450
Dionísio Cerqueira	148	Monte Carlo	272	Urussanga	465
Faxinal dos Guedes.....	149	Navegantes.....	273	Vargem Bonita	466
Flor do Sertão.....	157	Nova Trento	275	Videira.....	468
Forquilha.....	158	Novo Horizonte	277	Vitor Meireles.....	470
Fraiburgo.....	159	Orleans	278	Xanxerê.....	476
Frei Rogério	165	Ouro Verde	279	Xavantina	477
Garopaba.....	166	Palhoça	282	Xaxim.....	479
Garuva	167	Palmitos	292		

Associações

AMMVI	482
-------------	-----

Consórcios

CIMCATARINA.....	484
CIS Nordeste	485

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 93/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 112/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 93/2015

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE VIDROS NO CENTRO MUNICIPAL DE ENSINO LUIZ ZANCHETT DE ACORDO COM ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 30 de Setembro de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC ,15 de Setembro de 2015

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS 7/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 111/2015

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 7/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA ESPORTIVA NA COMUNIDADE DE SÃO ROQUE DE ACORDO COM PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.

TIPO :Menor preço GLOBAL.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 05 de outubro de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 11 de Setembro de 2015

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Luciano Hermes

Presidente da Comissão

Água Doce

PREFEITURA

01 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2015

Termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 28/2015, para pavimentação de passeios públicos na Avenida Independência, no município de Água Doce – Programa Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, por intermédio da Caixa Econômica Federal – Contrato nº. 1006412-57/2013, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo seu Prefeito Sr. Novelli Sganzerla, e de outro lado a empresa Construcórdia Construções Ltda EPP estabelecida na Rua das Palmeiras, 35 – Bairro Floresta – Município de Concórdia – SC, CNPJ n. 03.174.012/0001-20, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Rosemar Marmitt, brasileiro, portador do CPF n. 844.825.329-91, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 15/02/2016.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 15 de setembro de 2015

NOVELLI SGANZERLA	ROSEMAR MARMITT
Prefeito Municipal	Construcórdia Construções Ltda ME
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONTRATO Nº 61/2015

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 61/2015 de 15/09/2015

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322 CNPJ n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA estabelecida na Av. Presidente Vargas - 454, CNPJ n. 02.464226/0001-79, neste ato representado por seu Sócio, Senhor ALTAIR FABRO brasileiro, casado, portador do CPF n. 587.244.600-44 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de aquisição de grade niveladora, em decorrência do Processo Licitatório n. 58/2015, Modalidade de Pregão Presencial n. 42/2015, de 15/09/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I – A presente licitação tem por objetivo a aquisição de grade niveladora, em atendimento ao Contrato de Repasse nº. 1.000.100-83/2012/MAPA/CAIXA, conforme descrição dos itens no anexo 01

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I – Das Condições de Entrega – Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Água Doce sita a Praça João Macagnan, 322 – SC, em até 20 dias após a emissão da autorização de entrega, oportunidade que serão conferidos a as especificações do produto.

II – Da garantia – Os equipamentos deverão ter garantia mínima de 12 meses

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I – O preço total ajustado para o fornecimento dos equipamentos é de R\$ 18.650,00 (dezoito mil e seiscentos e cinquenta reais) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito no demonstrativo a seguir, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 10 dias após o fornecimento dos produtos licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria, produtos, objeto deste certame licitatório, com os respectivos valores, constantes no demonstrativo abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Preço Unitário	Preço Total
1	GRADE NIVELADORA, 32 DISCOS DE 20”/3,5mm, ESPAÇAMENTO ENTRE DISCOS 175mm, COM COMANDO E COM PNEUS NOVOS	1	18.650,00	18.650,00
TOTAL				18.650,00

II – A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste certame licitatório, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da declaração da Secretária ou responsável pela Escola, constando à quantidade recebida e objeto recebido a cada entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I – Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I – Os recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 serão provenientes do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e o restante com recursos próprios do orçamento municipal.

II – As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

04 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

1.004 – Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0089/37 – Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0034/38 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação

que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

f) Prestar assistência técnica especializada executada com pessoal treinado.

g) Efetuar as revisões periódicas conforme orientação técnica recomendada pelo fabricante.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I – A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I – Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da

licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material lícitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I – O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I – Este Contrato está vinculado ao PREGÃO PRESENCIAL N. 42/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I – Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II – E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce(SC), 15 de setembro de 2015

Novelli Sganzerla	ALTAIR FABRO
Prefeito Municipal de Água Doce	Dimáquinas Máquinas e Equipamentos Ltda
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21
Contratante	Contratada

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
Scheila Mara Corso Giordani
OAB 27419

LEI COMPLEMENTAR Nº 106/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 106/2015 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2015
"ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 024/2002 DE 29/10/2002 QUE FOI ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 34/2003 DE 18/11/2003 QUE ALTEROU A LEI COMPLEMENTAR 016/99 DE 28/12/99 A QUAL DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO COMPLEMENTAR DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce-Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Artigo 1º. A Lei Complementar nº 024/2002 de 29/10/2002 que foi alterada pela Lei Complementar nº 34/2003 de 18/11/2003 que alterou a Lei Complementar 016/99 de 28/12/99 passa a vigorar com a seguinte alteração:

Artigo 7º: ...

V – pai, mãe que possuam mais de 60 anos de idade e filhos solteiros maior de idade.

§ 1º: Os beneficiários descritos no artigo 5º ou nos incisos II e IV deste artigo, pagarão ao fundo 50% (cinquenta por cento) do valor descrito na tabela de Faixa Etária publicada pela ANSS, os quais serão descontados em folha de pagamento do servidor.

§ 2º: para os dependentes descritos nos incisos I, III e V deste

artigo o custo total será suportado integralmente pelo servidor mediante desconto em folha de pagamento.

§ 3º: revogado

§ 4º: revogado

§ 5º: a adesão ao plano é facultativa, porém após a inclusão o servidor deverá cumprir as normas, carências, prazos, para o início do benefício, bem como para exclusão do sistema de acordo com as condições previstas no contrato a ser celebrado com a empresa vencedora do Processo Licitatório. Salvo os que migrarem até 30 dias após a assinatura do contrato.

§ 6º: Os aposentados poderão permanecer com o plano desde que contribuam com 100% (cem por cento) do valor descrito na tabela de Faixa Etária publicada pela ANSS, exceto os aposentados do Regime Próprio de Previdência (extinto SIMPRE).

§ 7º: O servidor poderá contratar planos de saúde através do convênio realizado entre o Fundo e a prestadora de serviços de Plano de Saúde para beneficiários desde que não comprometa mais de 30% (trinta por cento) dos seus vencimentos.

Artigo 11: A assistência à saúde se dará através de contratação de empresa prestadora de Serviços de Plano de Saúde mediante competente processo licitatório, com atendimento básico e internações coletivas, com abrangência Estadual ou Nacional.

§ 1º: revogado

§ 2º: revogado

Artigo 12: Será assegurada a liberdade de escolha, por parte dos beneficiários, dentre os profissionais ou entidades conveniadas ou credenciadas ao Plano de Saúde vigente.

Artigo 14: revogado

Artigo 15: revogado

Artigo 16: revogado

Artigo 18: Para manutenção do plano de assistência serão utilizados os recursos arrecadados com as contribuições dos servidores conforme tabela da ANSS, obedecendo-se as regras já estabelecidas nesta lei, também de contribuição Municipal no montante de 3% (três por cento) sobre os vencimentos dos servidores, e havendo valores remanescentes estes serão arcados pelo Fundo até que o mesmo possua saldo em conta corrente.

Parágrafo único: O percentual de participação do Município poderá ser alterado, para mais ou para menos sempre que cálculos atuais o recomendarem.

Artigo 40: Antes de qualquer internação, ou procedimento o associado e seus dependentes deverão verificar se os profissionais que irão atendê-lo são credenciados ao Plano de Saúde vigente.

Artigo 41: As regras de ressarcimento para atendimentos realizados em entidades não credenciadas serão respeitadas as estabelecidas pelo Plano de Saúde vigente.

Artigo 42: O beneficiário que passar a receber seus vencimentos do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ou que se licenciar sem remuneração, e quiser continuar com o plano de saúde, deverá pagar os valores e requerer a guia de pagamento junto ao setor de Recursos Humanos, se não fizer o pagamento na data do vencimento será desligado, até que retorne as suas atividades,

podendo ser novamente incluído desde que cumpra as carências exigidas pelo plano.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de setembro de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.374/2015

LEI Nº 2.374/2015 – DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

“ALTERA ARTIGOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.402/2005 ALTERADA PELAS LEIS Nº 1.727/2009 E 2.168/2013 QUE “DISCIPLINA A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos, que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - O artigo 1º da Lei 1.402/2005 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º ...

Parágrafo 2º. O número máximo de vagas para contratação de estagiários será de 44 (quarenta e quatro) vagas, ficando assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio”.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de setembro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.375/2015

LEI Nº 2.375/2015 – DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

“AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO BENS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação das APPs das Escolas Municipais: Núcleo de Colonização Jesuíno Mendes, Lindaura Eleutério da Luz, Lageado Bonito, Assentamento 1º de Agosto, Assentamento Oziel Alves Pereira e CEA – Dr. Alvino Raittz, Centro Educ. Municipal Marcelino Ivo Dalla Costa, Centro Educacional Frei Silvano e PRODERAD – PROJ. EDUC. RURAL bens adquirido(s) ou produzido(s) com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) ao Município de Água Doce, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público e destinados às escolas identificadas abaixo, às quais cabe a responsabilidade pela guarda e conservação dos mesmos.

ESCOLA MUNICIPAL NÚCLEO DE COLONIZAÇÃO JESUÍNO MENDES
01 Purificador Latina PA 335 Br Bivolt R\$ 414,00

ESCOLA MUNICIPAL LINDAURA ELEUTÉRIO DA LUZ
01 Câmera Fujifilm DIG T550 R\$ 496,00

01 Escada MOR alumínio 6 degraus R\$ 97,00
01 DVD Philips DVP2850x MP3 USB DIVX R\$ 155,00

ESCOLA MUNICIPAL LAGEADO BONITO

01 Radio Toshiba TR7049U+I CD R\$ 253,00
01 Batedeira Arno planetária deluxe Sx80 R\$ 420,00

ESCOLA MUNICIPAL ASSENTAMENTO 1º DE AGOSTO

01 Balcão Salmar Atenas 008 tampo alicante R\$ 183,00
01 Gaveteiro MDP mov. escol. fixo 3 gav. wengue ec4032 gf3 R\$ 112,60
01 Mesa MDP mov. Escol. Retang. 1200 wengue LG1260 Mer R\$ 243,40

ESCOLA MUNICIPAL ASSENTAMENTO OZIEL ALVES PEREIRA

01 Radio Toshiba TR7049U+I CD R\$ 253,00
01 Ventilador britânia coluna 40 cm R\$ 163,00

CEA – DR. ALVINO RAITTZ

01 Impressora multifuncional HP deskjet 151 R\$ 339,00
01 Aspirador Arno H2AC pó e liquid. R\$ 321,00

CENTRO EDUC. MUNICIPAL MARCELINO IVO DALLA COSTA

01 Balcão Pro-lar 1,60 branco MDF 15 mm R\$ 400,00

CENTRO EDUC. MUNICIPAL FREI SILVANO

01 Armário Kapperberg 1013 PT alto com chave cor cinza R\$ 415,00
02 Arquivo Kapperberg 1004 CZ R\$ 375,00 R\$ 750,00

PRODERAD – PROJ. EDUC. RURAL

01 Armário MDP mov. Escol. alto DPI wengue EC9016 AADP R\$ 642,00

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do município de Água Doce, inclusive as diretamente relacionadas com transferência e instalação dos bens, através de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce – SC, 15 de setembro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

BALANCETE FINANCEIRO FMAS AGOSTO 2015**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Agosto

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	38.650,05	ORÇAMENTÁRIAS	13.526,16
RECEITA PATRIMONIAL	1.898,18	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.526,16
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.751,87	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.580,74
		Transferencias a Uniao	5.945,42
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	8.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	8.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	32.535,98	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	36.183,72
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.792,27	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.792,27
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	14.535,99	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	16.498,97
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	16.207,72	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	17.892,48
SALDOS ANTERIORES	92.547,15	SALDOS ATUAIS	122.023,30
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	72.773,00	BANCO C/ MOVIMENTO	122.023,30
BANCO C/ MOVIMENTO	19.774,15		
TOTAL	171.733,18	TOTAL	171.733,18

AGUA DOCE, 16/09/2015

 ORLANDO FÁVERO
 Titular da Unidade

 NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO FMS AGOSTO 2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Agosto
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	255.620,73	ORÇAMENTÁRIAS	268.219,29
RECEITA TRIBUTÁRIA	479,43	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	266.501,05
RECEITA PATRIMONIAL	17.648,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	190.369,99
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	167.392,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.131,06
ALIENAÇÃO DE BENS	65.100,00	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.718,24
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.718,24
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	239.116,37		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	239.116,37		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	681.041,79	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	772.965,17
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	33.200,78	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	33.503,07
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	293.557,98	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	377.704,83
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	1.078,87	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	1.078,87
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	353.204,16	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	360.678,40
SALDOS ANTERIORES	1.325.077,12	SALDOS ATUAIS	1.459.671,55
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	931.668,00	BANCO C/ MOVIMENTO	1.459.671,55
BANCO C/ MOVIMENTO	393.409,12		
TOTAL	2.500.856,01	TOTAL	2.500.856,01

AGUA DOCE, 16/09/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade_____
NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO SIMA AGOSTO 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE
 Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Período: Agosto
 Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	65.196,11	ORÇAMENTÁRIAS	22.578,98
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	16.065,77	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	22.578,98
RECEITA PATRIMONIAL	29.257,76	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.578,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.753,62		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	13.118,96		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	45.498,05	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	54.546,17
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	340,09	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	561,11
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	22.578,98	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	22.578,98
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	22.578,98	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	31.406,08
SALDOS ANTERIORES	1.911.789,20	SALDOS ATUAIS	1.945.358,21
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.850.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.900.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	61.789,20	BANCO C/ MOVIMENTO	45.358,21
TOTAL	2.022.483,36	TOTAL	2.022.483,36

AGUA DOCE, 14/09/2015

ELIAS VIECELI
 Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FMAS 4 BIM**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

4 º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 06/2015	Bimestre Jul/Ago/2015	Total até Ago/2015
RECEITAS				
RECEITA PATRIMONIAL	2.807,00	1.709,17	2.036,30	3.745,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	240.329,25	24.298,53	39.433,03	63.731,56
TOTAL DA RECEITA :	243.136,25	26.007,70	41.469,33	67.477,03
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	323.136,25	101.349,42	32.402,17	133.751,59
Total da Entidade:	323.136,25	101.349,42	32.402,17	133.751,59
TOTAL DA DESPESA :	323.136,25	101.349,42	32.402,17	133.751,59

AGUA DOCE , 16/09/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade_____
NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FMS 4 BIM**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

4 º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 06/2015	Bimestre Jul/Ago/2015	Total até Ago/2015
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTÁRIA	34.690,00	34.208,97	1.346,68	35.555,65
RECEITA PATRIMONIAL	6.193,00	30.069,78	18.873,21	48.942,99
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.777.417,96	737.217,04	302.164,37	1.039.381,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.869,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	21.200,00	0,00	65.100,00	65.100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	248.400,00	15.000,00	15.000,00	30.000,00
TOTAL DA RECEITA :	2.090.769,96	816.495,79	402.484,26	1.218.980,05
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE	4.643.010,46	2.505.438,27	539.606,17	3.045.044,44
Total da Entidade:	4.643.010,46	2.505.438,27	539.606,17	3.045.044,44
TOTAL DA DESPESA :	4.643.010,46	2.505.438,27	539.606,17	3.045.044,44

AGUA DOCE , 16/09/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMA 4 BIM**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

4º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 06/2015	Bimestre Jul/Ago/2015	Total até Ago/2015
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	172.185,00	94.253,70	32.692,75	126.946,45
RECEITA PATRIMONIAL	111.000,00	67.758,22	29.257,76	97.015,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	60.000,00	32.480,79	13.374,50	45.855,29
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	172.185,00	78.958,25	26.979,06	105.937,31
TOTAL DA RECEITA :	515.370,00	273.450,96	102.304,07	375.755,03
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE				
FUNDO MUN.DE ASSITÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA	515.370,00	151.234,30	54.658,33	205.892,63
Total da Entidade:	515.370,00	151.234,30	54.658,33	205.892,63
TOTAL DA DESPESA :	515.370,00	151.234,30	54.658,33	205.892,63

AGUA DOCE , 14/09/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Alto Bela Vista

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 052/2015

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS nº 005/2015

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que encontra-se aberto o Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços para obras e serviços de engenharia, com julgamento do Tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário, objetivando a contratação de empresa do ramo de engenharia elétrica e/ou construção civil para execução de obra de Adequação do Centro de Eventos – Etapa 2, de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços, até às 08h50, do dia 07 de outubro de 2015, com abertura prevista na mesma data as 9h. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo fone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 15 de setembro de 2015.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

Anchieta

PREFEITURA

Decreto 138/2015

DECRETO Nº. 138/2015, de 10 de setembro de 2015
Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 21.100,00 (vinte e um mil e cem reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 21.100,00 (vinte e um mil e cem reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 21.100,00 (vinte e um mil e cem reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
08 – ESPORTE E LASER
27.812.0224.2.124 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Desporto Amador (122) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

03 – ENSINO INFANTIL
12.365.0239.2.021 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Transp.Escolar -Ens.Infantil
(60) 3.3.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas ... R\$ 6.000,00

06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
01 - AGRICULTURA
20.122.0021.2.031 - Adm. Geral dos Bens e Serv. da Agricultura (74) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.0244.0485.2.207 - Adm. Geral dos Bens e Serv. do Progr. IGD/ PBF E SUAS
(12) 3.3.90.00.00.00.00.00.0232 -Aplicações Diretas R\$ 5.100,00

02 - CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.243.0021.2.303 - Adm. Geral dos Bens e Serv. do Conselho Tutelar
(19) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Total R\$ 21.100,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 21.100,00 (vinte e um mil e cem reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
08 – ESPORTE E LASER
27.812.0224.2.124 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Desporto Amador (124) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

03 – ENSINO INFANTIL
12.365.0239.2.021 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Transp.Escolar -Ens.Infantil
(59) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
01 - AGRICULTURA
20.122.0021.2.031 - Adm. Geral dos Bens e Serv. da Agricultura (75) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.0244.0485.2.207 - Adm. Geral dos Bens e Serv. do Progr. IGD/ PBF E SUAS
(14) 4.4.90.00.00.00.00.00.0232 -Aplicações Diretas R\$ 5.100,00

02 - CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.243.0021.2.303 - Adm. Geral dos Bens e Serv. do Conselho Tutelar
(18) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
Total R\$ 21.100,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
10 de setembro de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 10/09/2015.
Andreia Marafão
Secretário de Administração e Gestão

Decreto 139/2015

DECRETO Nº. 139/2015, de 15 de setembro de 2015.

FIXA DATA, LOCAL E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, A SER REALIZADA NESTE MUNICÍPIO PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso III, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a data de 23 de setembro do corrente exercício financeiro, na Câmara de Vereadores de Anchieta, localizada na Rua Vereador Geraldo Garlet nº 01, cidade de Anchieta, Centro, Estado de Santa Catarina, com início às 14 horas, para realização da Audiência Pública, referida no artigo 9º, parágrafo 4º. da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 e no artigo 166, parágrafo 1º da Constituição Federal, mais especificamente no que tange ao 2º. Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2015.

Art. 2º Fica fixada a mesma data para a divulgação dos dados relativos ao 2º Quadrimestre de 2015 do Fundo Municipal de Saúde, conforme §4º do artigo 36 da Lei Complementar 141/2012.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta, em 15 de setembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 15 de setembro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Decreto 140/2015

DECRETO Nº. 140/2015, de 15 de setembro de 2015

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:**TÍTULO I****CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

07 – CULTURA

13.392.0247.2.123 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Cult. Bibl.e Fest. Município

(119) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 6.800,00

Total R\$ 6.800,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

07 – CULTURA

13.392.0247.2.123 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Cult. Bibl.e Fest. Município

(121) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 6.800,00

Total R\$ 6.800,00

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

15 de setembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 15/09/2015.

Andreia Marafão

Secretário de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO 80/2015

DECRETO Nº 000080/15 de 16 de Setembro de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 15.168,58 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0008.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 15.168,58

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 15.168,58

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Setembro de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO À CONCESSÃO Nº. 21/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE BENS PÚBLICOS Nº 21/2013

Primeiro termo aditivo que fazem que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, e, de outro lado, o CLUBE DE MÃES ROSA BRANCA, na forma abaixo.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob número 95.995.221/0001-53, com sede administrativa na Avenida Lauro Müller, 210, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Jackson Luiz Patzlaff, brasileiro, convivente, inscrito no CIC-MF sob nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Av. dos Imigrantes, nº 250, município de Arabuta-SC.

CESSIONÁRIA: CLUBE DE MÃES ROSA BRANCA, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob nº 00.064.313/0001-03, sita na Linha Capitão s/n, Arabutã-SC, neste ato representada pela sua Presidenta ao final assinado, Sra. Fernanda de Souza Lamb, brasileira, casada, inscrita no CIC-MF sob nº 040.053.309-08, residente e domiciliada na localidade de Linha Capitão, município de Arabutã-SC.

Pelo presente, as partes acima qualificadas têm entre si ajustada o aditivo ao concessão Administrativa de bens Públicos, vinculada a Legislação Federal cabível, bem como às disposições contidas na Lei Municipal nº 331, de 27 de julho de 2005, que dispõe sobre a concessão de direito de uso, pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Com amparo na Cláusula VI, no item 6.2, alínea "c" do termo de cessão de uso nº 021/2013 de 02 de janeiro de 2013, que fica fazendo parte integrante do presente aditivo, os integrantes do presente termo resolvem proceder à rescisão amigável, eximindo-se cada uma das partes das responsabilidades assumidas na pactuação primitivamente entabulada, nada mais tendo a reclamar uma da outra.

E, por estarem acordes, as partes assinam este termo aditivo em 02(duas) vias, perante as testemunhas abaixo firmadas.

Arabutã-SC, 16 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

CLUBE DE MÃES ROSA BRANCA

Fernanda de Souza Lamb

Presidenta

TESTEMUNHAS:

Leandra Christina Coldebella

039.438.689-23

Daiane Albiero Deuner

034.928.909-38

DECRETO Nº. 1763/2015

DECRETO Nº 1763, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 2.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 802 de 07 de novembro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2015 – LDO e dá outras providências e com o alínea "d" do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 807, de 12 de dezembro de 2014, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2015, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão:	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade:	4	Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS		
Projeto Atividade:	2018	Assistência Social às Pessoas Idosas		
Modalidade: 00.01.0000	159	33900000000000	Aplicações Diretas	2.000,00
		TOTAL		R\$ 2.000,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade:	4	Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS		
Projeto Atividade:	2018	Assistência Social às Pessoas Idosas		
Modalidade: 00.01.0000	158	33500000000000	Transferenciais a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	2.000,00
TOTAL				R\$ 2.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Arabutã, 15 de setembro de 2015.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 15 de setembro de 2015

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação

PORTARIA Nº. 324/2015

PORTARIA Nº. 324/2015

NOMEAR SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Concurso Público nº. 001/2015, homologado pelo Decreto nº. 1756, de 21 de agosto de 2015;

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 16 de setembro de 2015, por Concurso Público o Senhor ADRIANO ADELAR KROHN, inscrito no CPF sob nº. 068.738.489-30, para o cargo de Auxiliar Administrativo - PNE; com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.158, de 29 de dezembro de 2014, Anexo III, nível 040, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, de 15 de setembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 4º BIMESTRE

Município de ARABUTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.344.361,01	21.344.361,01	3.718.154,12	17,42	13.640.989,04	63,91	7.703.371,97
RECEITAS CORRENTES	19.258.261,01	19.258.261,01	2.954.998,64	15,34	11.695.063,12	60,73	7.563.197,89
RECEITA TRIBUTÁRIA	789.823,26	789.823,26	316.679,95	40,10	706.996,40	89,51	82.856,86
IMPOSTOS	678.693,26	678.693,26	269.019,06	39,64	626.957,82	92,38	51.735,44
TAXAS	111.130,00	111.130,00	47.660,89	42,89	80.008,58	72,00	31.121,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	96.000,00	96.000,00	20.544,18	21,40	78.245,40	81,51	17.754,60
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.100,00	5.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.100,00
CONTRIB.PICUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	90.900,00	90.900,00	20.544,18	22,60	78.245,40	86,08	12.654,60
RECEITA PATRIMONIAL	34.710,00	34.710,00	13.232,18	38,12	55.608,79	160,21	-20.898,79
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	34.710,00	34.710,00	13.232,18	38,12	55.608,79	160,21	-20.898,79
RECEITA AGROPECUÁRIA	57.600,00	57.600,00	8.877,91	15,41	33.352,40	57,92	24.237,60
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	800,00	800,00	39,12	4,89	112,48	14,06	687,52
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	56.800,00	56.800,00	8.838,79	15,56	33.249,92	58,54	23.550,08
RECEITA DE SERVIÇOS	316.777,75	316.777,75	56.946,50	17,98	240.953,10	76,06	75.824,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.829.345,00	17.829.345,00	2.505.250,44	14,05	10.471.478,43	58,73	7.357.866,57
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.694.945,00	17.694.945,00	2.465.719,77	13,93	10.377.658,15	58,65	7.317.286,85
TRANSF. DE CONV.	134.400,00	134.400,00	39.530,67	29,41	93.820,28	69,81	40.579,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	134.005,00	134.005,00	33.467,48	24,97	108.448,60	80,93	25.556,40
MULTAS E JUROS DE MORA	35.505,00	35.505,00	14.806,25	41,70	30.708,63	86,49	4.796,37
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.200,00	2.200,00	204,20	9,28	204,20	9,28	1.995,80
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	46.900,00	46.900,00	15.461,88	32,95	65.949,63	140,62	-19.049,63
RECEITAS DIVERSAS	49.400,00	49.400,00	3.005,15	6,08	11.596,14	23,45	37.813,86
RECEITAS DE CAPITAL	2.086.100,00	2.086.100,00	763.155,48	36,58	1.945.925,92	93,28	140.174,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	398.160,51	39,82	398.160,51	39,82	601.839,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	398.160,51	39,82	398.160,51	39,82	601.839,49
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	93.300,00	233,25	-53.300,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	93.300,00	233,25	-53.300,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	46.100,00	46.100,00	5.676,99	12,31	21.904,47	47,52	24.195,53
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00	359.317,98	35,93	1.432.560,94	143,26	-432.560,94
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.000.000,00	1.000.000,00	359.317,98	35,93	1.432.560,94	143,26	-432.560,94
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	21.344.361,01	21.344.361,01	3.718.154,12	17,42	13.640.989,04	63,91	7.703.371,97

Continua 1/3

Município de ARABUTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (IV)	21.344.361,01	21.344.361,01	3.718.154,12	17,42	13.640.989,04	63,91	7.703.371,97
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	21.344.361,01	21.344.361,01	3.718.154,12	17,42	13.640.989,04	63,91	7.703.371,97
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	268.457,84	—	—	177.318,40	—	—
Superávit Financeiro	—	268.457,84	—	—	177.318,40	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.994.261,01	20.465.584,66	2.059.455,25	13.797.834,63	6.667.750,03	3.142.103,41	11.310.643,49	9.154.941,17	10.839.236,95
DESPESAS CORRENTES	15.063.333,44	15.618.823,39	1.850.208,03	11.666.730,51	3.952.092,88	2.501.103,46	10.083.646,28	5.535.177,11	9.614.222,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.924.175,14	8.140.519,79	1.392.719,25	5.592.619,80	2.547.899,99	1.370.120,61	5.555.858,28	2.584.661,51	5.423.151,45
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	18.900,00	22.900,00	3.000,00	15.146,00	7.754,00	1.527,59	12.918,89	9.981,11	12.918,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.120.258,30	7.455.403,60	454.488,78	6.058.964,71	1.396.438,89	1.129.455,26	4.514.869,11	2.940.534,49	4.178.152,30
DESPESAS DE CAPITAL	4.929.927,57	4.845.761,27	209.247,22	2.131.104,12	2.714.657,15	640.999,95	1.226.997,21	3.618.764,06	1.225.014,31
INVESTIMENTOS	4.606.627,57	4.508.261,27	126.723,37	1.844.861,81	2.663.399,46	584.843,71	970.458,12	3.537.803,15	968.475,22
INVERSOES FINANCEIRAS	65.000,00	50.000,00	0,00	13.998,08	36.001,92	0,00	13.998,08	36.001,92	13.998,08
Amortização da Dívida	258.300,00	287.500,00	82.523,85	272.244,23	15.255,77	56.156,24	242.541,01	44.958,99	242.541,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de ARABUTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	19.994.261,01	20.465.584,66	2.059.455,25	13.797.834,63	6.667.750,03	3.142.103,41	11.310.643,49	9.154.941,17	10.839.236,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	19.994.261,01	20.465.584,66	2.059.455,25	13.797.834,63	6.667.750,03	3.142.103,41	11.310.643,49	9.154.941,17	10.839.236,95
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.277.745,40	—	12.588.388,89
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.994.261,01	20.465.584,66	2.059.455,25	13.797.834,63	—	3.142.103,41	12.588.388,89	—	23.427.625,84

FONTE:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO - 4º BIMESTRE

Município de ARABUTÁ - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.994.261,01	20.465.584,66	2.059.455,25	13.797.834,63	100,00	6.667.750,03	3.142.103,41	11.310.643,49	100,00	9.154.941,17
Legislativa	739.440,76	739.440,76	100.553,71	489.575,30	3,55	249.855,46	111.417,35	485.218,23	4,12	273.222,53
Ação Legislativa	739.440,76	739.440,76	100.553,71	489.575,30	3,55	249.855,46	111.417,35	485.218,23	4,12	273.222,53
Administração	1.787.180,00	1.781.885,00	207.437,40	1.361.185,45	9,87	420.699,55	295.467,85	1.162.107,75	10,27	619.777,25
Administração Geral	1.721.640,00	1.721.200,50	196.924,52	1.316.957,64	9,54	404.242,86	284.839,81	1.119.990,80	9,90	601.209,70
Controle Interno	65.540,00	60.684,50	10.512,88	44.227,81	0,32	16.456,69	10.628,04	42.116,95	0,37	18.567,55
Segurança Pública	82.440,00	83.920,00	976,22	53.974,21	0,39	29.945,79	12.324,73	41.275,92	0,36	42.644,08
Policimento	33.940,00	35.420,00	794,60	7.263,29	0,05	28.156,71	2.031,00	5.136,29	0,05	30.283,71
Defesa Civil	48.500,00	48.500,00	181,62	46.710,92	0,34	1.789,08	10.293,73	36.139,63	0,32	12.360,37
Assistência Social	979.045,00	1.048.185,76	98.690,81	426.542,67	3,09	621.643,09	95.638,49	331.451,54	2,93	716.734,22
Assistência ao Idoso	228.500,00	230.500,00	1.276,95	79.166,78	0,57	151.333,22	19.625,69	52.487,86	0,46	178.012,14
Assistência ao Portador de Deficiência	3.200,00	3.200,00	0,00	0,00	0,00	3.200,00	0,00	0,00	0,00	3.200,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	178.845,00	130.345,00	3.641,85	106.548,77	0,77	23.796,23	22.271,41	100.241,19	0,89	30.103,81
Assistência Comunitária	568.500,00	684.140,76	93.772,01	240.827,12	1,75	443.313,64	53.741,39	178.722,49	1,58	505.418,27
Saúde	4.121.517,68	4.289.826,68	553.596,29	3.177.163,42	23,03	1.112.663,26	690.916,43	2.723.082,55	24,06	1.566.744,13
Atenção Básica	3.612.562,68	3.688.282,12	498.505,34	2.673.384,14	19,38	1.014.897,98	585.622,27	2.325.436,83	20,56	1.362.843,29
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	375.600,00	437.868,00	43.624,00	387.819,23	2,81	50.048,77	91.715,18	295.984,14	2,62	141.883,86
Vigilância Sanitária	85.145,00	127.347,78	11.202,54	87.764,49	0,64	39.583,29	10.861,50	84.458,15	0,75	42.886,63
Vigilância Epidemiológica	48.210,00	36.328,78	294,41	28.195,56	0,20	8.133,22	2.717,48	17.201,43	0,15	19.127,35
Educação	4.811.527,57	4.976.518,16	475.192,66	3.408.491,13	24,70	1.568.027,03	747.956,97	2.972.231,06	26,28	2.004.287,08
Alimentação e Nutrição	164.330,00	216.630,00	40.023,03	197.472,22	1,43	19.157,78	44.329,50	173.310,17	1,53	43.319,83
E ensino Fundamental	2.845.000,00	2.895.678,25	287.389,53	1.980.590,07	14,35	915.088,18	400.972,51	1.793.189,40	15,85	1.102.488,65
E ensino Médio	215.300,00	215.300,00	-1.107,70	191.000,31	1,38	24.299,69	29.655,88	130.425,23	1,15	84.674,77
E ensino Superior	79.000,00	79.000,00	0,00	72.727,35	0,53	6.272,65	13.249,72	47.739,78	0,42	31.260,22
Educação Infantil	1.488.697,57	1.550.709,91	138.299,40	962.792,78	6,91	597.917,13	255.149,36	821.766,50	7,27	726.943,41
Educação de Jovens e Adultos	12.500,00	12.500,00	10.608,40	10.608,40	0,08	1.891,60	4.000,00	4.000,00	0,04	8.500,00
Educação Especial	6.700,00	6.700,00	0,00	3.300,00	0,02	3.400,00	600,00	1.800,00	0,02	4.900,00
Cultura	1.484.400,00	1.396.098,70	4.847,77	109.181,13	0,79	1.286.917,57	31.320,33	75.464,70	0,67	1.320.634,00
Diffusão Cultural	1.484.400,00	1.396.098,70	4.847,77	109.181,13	0,79	1.286.917,57	31.320,33	75.464,70	0,67	1.320.634,00
Direitos da Cidadania	14.000,00	14.000,00	0,00	14.000,00	0,10	0,00	0,00	5.833,35	0,05	8.166,65
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	14.000,00	14.000,00	0,00	14.000,00	0,10	0,00	0,00	5.833,35	0,05	8.166,65
Urbanismo	1.970.790,00	2.116.967,79	61.196,66	1.561.829,07	11,32	555.136,72	474.270,68	764.468,82	6,76	1.352.486,97
Infra-Estrutura Urbana	1.360.000,00	1.489.152,10	8.651,13	1.277.272,16	9,26	211.879,94	404.890,51	490.060,59	4,33	999.091,51
Serviços Urbanos	610.790,00	627.815,69	52.545,53	284.556,91	2,06	343.256,78	69.380,17	274.408,23	2,43	353.407,46

Continua 1/2

Município de ARABUTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.994.261,01	20.465.584,66	2.059.455,25	13.797.834,63	100,00	6.667.750,03	3.142.103,41	11.310.643,49	100,00	9.154.941,17
Habituação	65.000,00	50.000,00	0,00	13.998,08	0,10	36.001,92	0,00	13.998,08	0,12	36.001,92
Habituação Rural	38.000,00	38.000,00	0,00	13.998,08	0,10	24.001,92	0,00	13.998,08	0,12	24.001,92
Habituação Urbana	27.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Saneamento	225.650,00	213.616,68	0,00	213.616,68	1,55	299,70	16.440,02	124.717,32	1,10	88.899,36
Saneamento Básico Rural	44.950,00	44.950,00	0,00	44.950,00	0,33	0,00	3.745,83	26.258,79	0,23	18.691,21
Saneamento Básico Urbano	180.700,00	168.666,68	0,00	168.666,68	1,22	299,70	14.694,19	98.458,53	0,87	70.208,15
Gestão Ambiental	193.230,00	193.800,00	20.267,38	49.216,00	0,36	144.584,00	24.186,00	41.616,00	0,37	152.184,00
Preservação e Conservação Ambiental	43.230,00	43.800,00	20.267,38	31.266,00	0,23	12.534,00	14.166,00	23.666,00	0,21	20.134,00
Recursos Hídricos	150.000,00	150.000,00	0,00	17.950,00	0,13	132.050,00	10.000,00	17.950,00	0,16	132.050,00
Agricultura	938.970,00	938.176,34	138.292,99	815.694,80	5,91	122.481,54	208.639,50	772.868,12	6,83	165.308,22
Extensão Rural	438.800,00	431.800,00	84.521,59	373.339,80	2,71	58.460,20	94.571,42	352.890,95	3,12	78.909,05
Promissão da Produção Agropecuária	500.170,00	506.376,34	53.771,40	442.355,00	3,21	64.021,34	114.068,08	419.977,17	3,71	86.399,17
Comércio e Serviços	20.500,00	24.500,00	0,00	24.455,25	0,18	44,75	1.250,00	21.955,25	0,19	2.544,75
Promissão Comercial	20.500,00	24.500,00	0,00	24.455,25	0,18	44,75	1.250,00	21.955,25	0,19	2.544,75
Transporte	1.777.035,00	1.760.913,79	205.823,18	1.333.648,09	9,67	427.265,70	266.377,78	1.174.844,54	10,39	586.069,25
Transporte Rodoviário	1.777.035,00	1.760.913,79	205.823,18	1.333.648,09	9,67	427.265,70	266.377,78	1.174.844,54	10,39	586.069,25
Desporto e Lazer	320.400,00	320.400,00	79.864,74	258.590,93	1,87	61.809,07	59.868,53	236.009,70	2,00	94.390,30
Desporto Comunitário	320.400,00	320.400,00	79.864,74	258.590,93	1,87	61.809,07	59.868,53	236.009,70	2,00	94.390,30
Encargos Especiais	462.135,00	516.335,00	112.715,44	496.972,12	3,53	29.362,88	104.048,75	392.500,54	3,47	123.834,46
Serviço da Dívida Interna	277.200,00	310.400,00	85.523,85	287.390,23	2,08	23.009,77	57.683,83	255.459,90	2,26	54.940,10
Outros Encargos Especiais	184.935,00	205.935,00	27.191,59	199.581,89	1,45	6.353,11	46.364,92	137.040,64	1,21	68.894,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TOTAL (II) = (I + II)	19.994.261,01	20.465.584,66	2.059.455,25	13.797.834,63	100,00	6.667.750,03	3.142.103,41	11.310.643,49	100,00	9.154.941,17

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS - SAÚDE - 4ª BIMESTRE

Município de ARABUTÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	710.493,26	710.493,26	661.129,98	93,05
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	266.000,00	266.000,00	171.120,88	64,33
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	84.900,00	84.900,00	30.747,20	36,22
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	141.300,00	141.300,00	168.860,06	119,50
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	186.493,26	186.493,26	256.229,68	137,39
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.500,00	1.500,00	1.817,28	121,15
Dívida Ativa dos Impostos	22.900,00	22.900,00	27.127,07	118,46
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.400,00	7.400,00	5.227,81	70,65
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.830.605,00	15.830.605,00	9.332.648,30	58,95
Cota-Parte FPM	6.935.700,00	6.935.700,00	4.070.369,48	58,69
Cota-Parte ITR	2.900,00	2.900,00	157,59	5,43
Cota-Parte IPVA	360.955,00	360.955,00	237.135,92	65,70
Cota-Parte ICMS	8.374.850,00	8.374.850,00	4.928.015,62	58,84
Cota-Parte IPH-Exportação	121.200,00	121.200,00	76.284,25	62,94
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	35.000,00	35.000,00	20.685,44	59,10
Desoneração ICMS (LC 87/96)	35.000,00	35.000,00	20.685,44	59,10
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	16.541.098,26	16.541.098,26	9.993.778,28	60,42

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.872.417,68	4.059.207,90	3.078.471,16	75,84	2.624.710,19	64,66
Pessoal e Encargos Sociais	2.021.050,00	2.047.398,85	1.500.078,43	73,27	1.500.078,43	73,27
Outras Despesas Correntes	1.851.367,68	2.011.809,05	1.578.392,73	78,46	1.124.631,76	55,90
DESPESAS DE CAPITAL	249.100,00	230.618,78	98.692,26	42,79	98.372,36	42,66
Investimentos	249.100,00	230.618,78	98.692,26	42,79	98.372,36	42,66

Continua 1/4

Município de ARABUTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	249.100,00	230.618,78	98.692,26	42,79	98.372,36	42,66
Investimentos	249.100,00	230.618,78	98.692,26	42,79	98.372,36	42,66
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.121.517,68	4.289.826,68	3.177.163,42	74,06	2.723.082,56	63,48
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/IV)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	741.855,00	910.164,00	529.515,69	16,67	466.444,43	17,13
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	741.855,00	910.164,00	529.515,69	16,67	466.444,43	17,13
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	741.855,00	910.164,00	529.515,69	16,67	466.444,43	17,13
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.379.662,68	3.379.662,68	2.647.647,73	83,33	2.256.638,12	82,87
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						22,58
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI/III) - (15 x IIIb)/100]⁶						757.571,38

Continua 2/4

Município de ARABUTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.612.552,68	3.688.282,12	2.673.384,14	84,14	2.325.438,83	85,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	375.600,00	437.868,00	387.819,23	12,21	295.984,14	10,87
Vigilância Sanitária	85.145,00	127.347,78	87.764,49	2,76	84.458,15	3,10
Vigilância Epidemiológica	48.210,00	36.328,78	28.195,56	0,89	17.201,43	0,63
TOTAL	4.121.517,68	4.289.826,68	3.177.163,42	100,00	2.723.082,55	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "l+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "l+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nele estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[M/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de ARABUTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

ARABUTA, 16/09/2015

JACKSON PATZLAFF
PREFEITO MUNICIPAL

FELIPE PATZLAFF
CONTADOR CRC/SC 35710/O-6

JAIR FASBINDER
AGENTE DE CONTROLE IN

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS - MDE - 4ª BIMESTRE

MUNICÍPIO DE ARABUTÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	710.493,26	710.493,26	691.129,98	93,05
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	294.700,00	294.700,00	196.678,16	66,74
1.1.1- IPTU	266.000,00	266.000,00	171.120,88	64,33
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.200,00	1.200,00	183,81	15,32
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	20.400,00	20.400,00	20.663,90	100,80
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.100,00	7.100,00	4.809,57	67,74
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	84.900,00	84.900,00	30.747,20	36,22
1.2.1- ITBI	84.900,00	84.900,00	30.747,20	36,22
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	144.400,00	144.400,00	177.474,94	122,91
1.3.1- ISS	141.300,00	141.300,00	168.860,06	119,50
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	300,00	300,00	1.633,47	544,49
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.500,00	2.500,00	6.563,17	262,53
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	300,00	300,00	418,24	139,41
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	186.493,26	186.493,26	256.229,68	137,39
1.4.1- IRRF	186.493,26	186.493,26	256.229,68	137,39
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.101.105,00	16.101.105,00	9.402.374,16	58,40
2.1- Cota-Parte FPM	7.206.200,00	7.206.200,00	4.140.095,34	57,45
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.206.200,00	7.206.200,00	4.140.095,34	57,45
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.374.850,00	8.374.850,00	4.928.015,62	58,84
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	35.000,00	35.000,00	20.685,44	59,10
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	121.200,00	121.200,00	76.284,25	62,94
2.5- Cota-Parte ITR	2.900,00	2.900,00	157,59	5,43
2.6- Cota-Parte IPVA	360.955,00	360.955,00	237.135,92	65,70
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.811.598,26	16.811.598,26	10.033.504,14	59,65
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	287.440,00	287.440,00	186.347,41	64,83
5.1- Transferências do Salário-Educação	163.300,00	163.300,00	124.097,76	75,99
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	53.440,00	53.440,00	30.228,00	56,56
5.4- Transferências Diretas - PNATE	70.700,00	70.700,00	32.021,65	45,29
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	134.400,00	134.400,00	72.638,00	54,05
6.1- Transferências de Convênios	134.400,00	134.400,00	72.638,00	54,05
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	18.050,00	18.050,00	10.487,82	58,10
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	439.890,00	439.890,00	269.473,23	61,26
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.505.700,00	2.505.700,00	1.896.673,82	74,50
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.155.600,00	1.155.600,00	814.073,67	70,45
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.250.620,00	1.250.620,00	985.602,41	78,81
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	7.000,00	7.000,00	4.137,06	59,10
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	24.240,00	24.240,00	15.256,87	62,94
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	580,00	580,00	31,53	5,44
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	67.660,00	67.660,00	47.572,28	70,31
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.485.800,00	1.485.800,00	1.077.522,47	72,47
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.485.700,00	1.485.700,00	1.073.048,04	72,23
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.100,00	1.100,00	4.474,43	406,77
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.020.000,00	-1.020.000,00	-793.625,78	77,81
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE ARABUTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.486.800,00	1.566.800,00	1.044.295,87	66,65	1.044.295,87	66,65
13.1- Com Educação Infantil	329.600,00	409.600,00	280.612,83	68,51	280.612,83	68,51
13.2- Com Ensino Fundamental	1.157.200,00	1.157.200,00	763.683,04	65,99	763.683,04	65,99
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.486.800,00	1.566.800,00	1.044.295,87	66,65	1.044.295,87	66,65
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-	
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.044.295,87	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					96,92	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19,2)) %					3,08	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	4.202.899,57	4.202.899,57	2.515.876,04	59,86		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.479.297,57	1.521.344,27	933.054,49	61,33	804.561,40	52,88
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.513.200,00	2.551.153,30	1.702.943,42	66,75	1.568.530,09	61,48
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.157.200,00	1.157.200,00	763.683,04	65,99	763.683,04	65,99
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.356.000,00	1.393.953,30	939.260,38	67,38	804.847,05	57,74
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.992.497,57	4.072.497,57	2.635.997,91	64,73	2.373.091,49	58,27
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-793.625,78	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					4.474,43	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOSA PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-789.151,35	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)					3.162.242,84	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					31,42	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	165.600,00	165.600,00	128.782,55	77,77	123.260,47	74,43
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	258.540,00	291.230,59	239.882,24	82,37	164.988,65	56,65
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	424.140,00	456.830,59	368.674,79	80,70	288.229,12	63,09
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.416.637,57	4.529.328,16	3.004.672,70	66,34	2.661.320,61	58,76

MUNICÍPIO DE ARABUTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (I)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEF (II)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.073.048,04	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.474,43	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.077.522,47	0,00

ARABUTA, 16/09/2015

JACKSON PATZLAFF
PREFEITO MUNICIPALFELIPE PATZLAFF
CONTADOR CRC/SC 35710/O-6JAIR FASSEINDER
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015-PMBP TOMADA DE PREÇO Nº 009/2015-PMBP

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Processo Licitatório nº 069/2015-PMBP
Tomada de Preço nº 008/2015-PMBP

A Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Tomada de Preço, Tipo Menor Preço Global, para adequação da ponte sobre o Rio Piçarras, na Avenida Nereu Ramos. Recebimento dos Envelopes até: 28/09/2015 às 14:00h. Data da Sessão Pública: 28/09/2015 às 14:00h, na Secretaria de Administração e Fazenda, sito à Rua Alexandre Guilherme Figueredo, nº 68, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, endereço acima citado, no horário das 13:30 às 17:30h, ou no site www.picarras.sc.gov.br.

Balneário Piçarras(SC), 10 de setembro de 2015.
Leonel José Martins
Prefeito Municipal.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/PMBR/2015

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/PMBR/2015

A Pregoeira do Município de Balneário Rincão e sua Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 053/PMBR/2015, que tem como objeto: a contratação de empresa do ramo pertinente para realização de serviços de: Pesquisa Origem (Destino Domiciliar), necessária para elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico (Eixo da Infraestrutura Viária e Mobilidade Urbana) do Município de Balneário Rincão/SC, fica retificado o item 8.4 – Quanto a Qualificação Técnica, por motivo de impugnação:

Onde se solicita

Letra b) Comprovação de Registro no Conselho Regional de Estatística (CONRE).

Fica Solicitado

Letra b) Comprovação de Registro no Conselho Regional de Estatística (CONRE), ou

Letra c) Registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) da empresa licitante.

Inclui – se também no seu Termo de Referência o valor base da presente contratação que é de: R\$ 9.800,00 (Nove mil e oitocentos reais), fica prorrogado para o dia: 30/09/2015 às 14h00min, com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 13h45 do destacado dia, por retificação do Edital por motivo de Impugnação, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

GISELE P. FERREIRA
PREGOEIRA

DECRETO/GP/Nº 317

DECRETO/GP/Nº 317, DE 15 SETEMBRO DE 2015.

REVOGA O DECRETO Nº 316/2015 SALVAGUARDANDO REFERIDAS ATRIBUIÇÕES AO PREFEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, OLÍRIO JOSÉ LINO, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o Decreto nº 316/2015 salvaguardando referidas atribuições ao Prefeito Municipal.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 15 de setembro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO
Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

CONTRATO 010/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP

Licitação: Proc. Administrativo 013/2015 - Dispensa de Licitação 005/2015 - FMS

Objeto: Prestação de serviços para execução de exames com finalidades diagnósticas (laboratório clínico), exames bioquímicos, hematológicos e hemostasia, sorológicos e imunológicos, cronológicos, uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos e, outros líquidos biológicos e imuno hematológicos. De acordo com a relação da tabela SIGTAP, que corresponde a tabela que normatiza os valores e serve como diretriz para realização de exames a preço SUS

Valor do Contrato: R\$ 33.097,98 (trinta e três mil noventa e sete reais e noventa e oito centavos).

Data da assinatura: 23/06/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de setembro de 2015

PAULO CESAR GIMENES HIDALGO –

Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

CONTRATO 012/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP

Licitação: Proc. Administrativo 020/2015 - Dispensa de Licitação 007/2015 - FMS

Objeto: Prestação de serviços para execução de exames com finalidades diagnósticas (laboratório clínico), exames bioquímicos, hematológicos e hemostasia, sorológicos e imunológicos, cronológicos, uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos e, outros líquidos biológicos e imuno hematológicos. De acordo com a relação da tabela SIGTAP, que corresponde a tabela que normatiza os valores e serve como diretriz para realização de exames a preço SUS

Valor do Contrato: R\$ 33.097,98 (trinta e três mil noventa e sete reais e noventa e oito centavos).

Data da assinatura: 18/08/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de setembro de 2015

PAULO CESAR GIMENES HIDALGO –

Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

CONTRATO 016/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: BARIGUI VEÍCULOS LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 023/2015 - Pregão Presencial 016/2015

Objeto Aquisição de automóvel para Vigilância Epidemiológica, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência
Valor do Contrato: R\$ 66.300,00 (sessenta e seis mil e trezentos reais)

Data da assinatura: 09/09/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de setembro de 2015

MARCOS JOSÉ KIEL MARTINS –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -
Prefeito

CONTRATO 065/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: MGP CONSTRUTORA EIRELI - ME

Licitação: Proc. Administrativo 056/2015 - Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Eng. nº 003/2015

Objeto: Obra de revitalização da Praça da Bíblia, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo

Valor do Contrato: R\$ 281.495,10 (duzentos e oitenta e um mil quatrocentos e noventa e cinco reais e dez centavos)

Data da assinatura: 20/08/2015

Data do vencimento: 20/12/2015

Barra Velha, 16 de setembro de 2015

PATRICIA BITTENCOURT –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -
Prefeito

CONTRATO 066/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: PINHEIRO & PINHEIRO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME

Licitação: Proc. Administrativo 075/2015 - Dispensa de Licitação 006/2015

Objeto: Prestação de serviço para Pavimentação da Rua Lucio Brugnago, Bairro Los Angeles. Segundo Lei Nº 1415 de Dezembro de 2014- Credenciamento 001/2015.

Valor do Contrato: R\$ 15.953,00 (quinze mil novecentos e cinquenta e três reais)

Data da assinatura: 21/08/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de setembro de 2015
RENATO GOLÇALVES PINHEIRO –
Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -
Prefeito

CONTRATO 069/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Contratada: CRESTANI CONSTRUÇÕES LTDA ME
Licitação: Proc. Administrativo 068/2015 - Tomada de Preços p/
Obras e Serviços de Eng. nº 004/2015
Objeto: Obra de pavimentação asfáltica do alargamento da Rua Dr.
Plácido Gomes de Oliveira e do entorno da Rotatória na Quinta dos
Açorianos, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em
Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço
Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos,
partes integrantes deste Processo
Valor do Contrato: R\$ 99.269,61 (noventa e nove mil duzentos e
sessenta e nove reais e sessenta e um centavos)
Data da assinatura: 04/09/2015
Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de setembro de 2015
PATRICIA BITTENCOURT –
Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -
Prefeito

CONTRATO 070/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Contratada: PINHEIRO & PINHEIRO SERVIÇOS E TRANSPORTES
LTDA - ME
Licitação: Proc. Administrativo 079/2015 - Dispensa de Licitação
007/2015
Objeto: Prestação de serviço para PAVIMENTAÇÃO REFERENTE A
RUA CECÍLIO MANOEL DA CRUZ, BAIRRO CENTRO. Segundo Lei
Nº 1415 de Dezembro de 2014 - Credenciamento 001/2015.
Valor do Contrato: R\$ 12.561,00 (doze mil quinhentos e sessenta
e um reais)
Data da assinatura: 16/09/2015
Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de setembro de 2015
RENATO GOLÇALVES PINHEIRO –
Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -
Prefeito

DL 007/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 079/2015 - Dispensa de Licitação nº
007/2015
Contratada: PINHEIRO & PINHEIRO SERVIÇOS E TRANSPORTES
LTDA - ME
Objeto: Prestação de serviço para PAVIMENTAÇÃO REFERENTE A
RUA CECÍLIO MANOEL DA CRUZ, BAIRRO CENTRO. Segundo Lei
Nº 1415 de Dezembro de 2014 e Credenciamento 001/2015.
Fund. Legal: Art. 24, Inciso I da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 16 de setembro de 2015
RENATO GOLÇALVES PINHEIRO
- Contratado

Claudemir Matias Francisco
- Prefeito

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 137/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2015
Referente: Processo Licitatório nº 59/2015
Contratada: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRE ESCOLAS (PEs) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)
Valor Total Contratado: R\$ 1.441,64
Vigência: 14/09/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 14/09/2015
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 138/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/2015
Referente: Processo Licitatório nº 59/2015
Contratada: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRE ESCOLAS (PEs) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)
Valor Total Contratado: R\$ 1.334,14
Vigência: 14/09/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 14/09/2015
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 139/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2015
Referente: Processo Licitatório nº 59/2015
Contratada: JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRE ESCOLAS (PEs) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)
Valor Total Contratado: R\$ 2.445,05
Vigência: 14/09/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 14/09/2015
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 140/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2015
Referente: Processo Licitatório nº 59/2015
Contratada: MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRE ESCOLAS (PEs) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)
Valor Total Contratado: R\$ 522,70
Vigência: 14/09/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 14/09/2015
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 141/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2015
Referente: Processo Licitatório nº 59/2015
Contratada: CHEIROS DO VALE LTDA - ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRE ESCOLAS (PEs) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)
Valor Total Contratado: R\$ 1.664,25
Vigência: 14/09/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 14/09/2015
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 142/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/2015
Referente: Processo Licitatório nº 59/2015
Contratada: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRE ESCOLAS (PEs) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)
Valor Total Contratado: R\$ 3.946,80
Vigência: 14/09/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 14/09/2015
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 143/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 143/2015

Referente: Processo Licitatório nº 59/2015

Contratada: TAYU QUIMICA EIRELI EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRE ESCOLAS (PEs) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)

Valor Total Contratado: R\$ 580,54

Vigência: 14/09/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 14/09/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 144/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 144/2015

Referente: Processo Licitatório nº 59/2015

Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRE ESCOLAS (PEs) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)

Valor Total Contratado: R\$ 72,00

Vigência: 14/09/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 14/09/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO 141-2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2014

Referente: Processo Licitatório nº 77/2014

Contratado: POSTO DOIS IRMAOS LTDA

Objeto: REVISÃO DE VALORES DOS COMBUSTÍVEIS DEVIDO À ALTERAÇÃO DE PREÇOS NA DISTRIBUIDORA

Data Assinatura: 31/08/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

LEI Nº 3573/2015

Lei nº 3573/2015 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo instituir a Comissão Técnica de Análise do EIA/RIMA para a atividade Parcelamento de Solo Urbano (71.11.00) e para a atividade de Fabricação e ou montagem de veículos náuticos, peças e acessórios (14.30.00M) a serem licenciadas pela FAMABI.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo instituir a Comissão Técnica de Análise do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para a atividade de Parcelamento de Solo Urbano (71.11.00) e para a atividade de Fabricação e/ou Montagem de veículos náuticos, peças e acessórios (14.30.00M), a serem licenciadas pela FAMABI (Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu), para cumprimento da Lei nº 6938/81, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente.

Art. 2º - Os membros da equipe técnica exercerão atividade com dedicação exclusiva para o Município de Biguaçu através da FAMABI, podendo sempre que julgarem necessário, solicitar cooperação dos demais servidores da FAMABI.

Art. 3º. A Comissão Técnica de Análise do EIA/RIMA fica autorizada a convocar outros técnicos do município para disponibilizarem informações/dados necessários à análise dos estudos ambientais.

Art. 4º. Ao servidor designado para participar como membro da Comissão Técnica de Análise do EIA/RIMA será devida uma gratificação mensal correspondente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e para o servidor designado para participar como presidente da Comissão será devida uma gratificação mensal correspondente a R\$ 600,00 (seiscentos reais), nos termos do art. 141 e seguintes da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 5º. Ocorrendo fato gerador de incompatibilidade ou impedimento, o Município através da autoridade competente adotará as providências cabíveis para tornar sem efeito ou cessar a designação de membros da Comissão Técnica de Análise do EIA/RIMA, garantindo o direito de defesa dos atingidos pelo ato, sendo destituído da Comissão o membro que deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas, sem causa justificada ou 3 (três) alternadas.

Art. 6º. A Comissão Técnica de Análise do EIA/RIMA funcionará na sede da FAMABI no período matutino.

Art.7º. A regulamentação desta lei será feita através de decreto.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.9º. Fica revogada todas as disposições em contrário.

Biguaçu, 16 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3573/2015, de 16/09/2015

Sancionada em 16/09/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI Nº 3574/2015

Lei nº 3574/2015 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

INSTITUI LOGOMARCA COMO SÍMBOLO PERMANENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º. Nos termos do art. 2º da Lei Orgânica do Município, fica instituída como um dos símbolos oficiais do Município de Biguaçu, a logomarca constante no Anexo I desta Lei.

Art. 2º. O Símbolo deverá ser adotado obrigatoriamente por todas as gestões de governo do Município, de forma contínua e permanente.

Parágrafo Único: Fica autorizado o uso de todo o material que tenha até então sido produzido com símbolo anterior a vigência desta Lei.

Art. 3º. O Símbolo poderá ser acompanhado.

Art. 4º. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.817, de 23 de setembro de 2009.

Biguaçu, 16 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3574/2015, de 16/09/2015

Sancionada em 16/09/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 29.527/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.527, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.
CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
SIMONE SILVA À FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal SIMONE SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, à Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, a contar de 10 de agosto de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/07/004909.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.528/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.528, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.
CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
IRENE APARECIDA COSTA GONÇALVES DOMINGOS À FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal IRENE APARECIDA COSTA GONÇALVES DOMINGOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, à Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, a contar de 10 de agosto de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/07/004914.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.529/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.529, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.
CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
ANGELA REZENDE À FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal ANGELA

REZENDE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, à Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, a contar de 10 de agosto de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/07/004906.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.530/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.530, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.
CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
CELIA MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA À FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal CELIA MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, à Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, a contar de 10 de agosto de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/07/004907.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.531/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.531, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.
CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
CELIA MARIA KIENOLT À FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal CELIA MARIA KIENOLT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, à Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, a contar de 10 de agosto de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/07/004908.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.532/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.532, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

DEBORA ROEDEL À FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal DEBORA ROEDEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, à Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, a contar de 10 de agosto de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/07/004911.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.533/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.533, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

GABRIELA COMIN À FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDR

com ônus para o Município, a servidora pública municipal GABRIELA COMIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, à Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, a contar de 10 de agosto de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/07/004913.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.534/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.534, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

LETICIA HOLETZ BRETZKE À FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal LETICIA HOLETZ BRETZKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, à Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, a contar de 10 de agosto de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/07/004899.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.564/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.564, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
186988	Alaíde Aparecida Cardoso	SEMUDES	2015/0996	24/08/2015	22/10/2015
178740	Ana Arlet Mendes Moura	SEDEAD	2015/0987	14/08/2015	26/08/2015
225193	Ana Cíntia Mueller	SEMED	2015/0956	06/08/2015	30/08/2015
191167	Débora Guimarães Pereira Molin	SEMED	2015/0960	03/08/2015	01/10/2015
189243	Francisca Helena Cunha Daneliczen	SEMED	2015/0990	28/07/2015	26/09/2015
229425	Isaurema Francisca de Silva Sa	SEMED	2015/0989	14/08/2015	28/08/2015
222461	Mariju Alves Silveira dos Santos	SEDEAD	2015/0917	14/08/2015	12/010/2015
223905	Osmarina Ercidia de Almeida	SEMED	2015/0952	04/08/2015	02/09/2015
195839	Patrícia Martins Largura	SEMED	2015/0659	10/08/2015	21/08/2015
202070	Simone Raimundi Friedel	SEMED	2015/0955	04/08/2015	02/09/2015
197327	Tania Janete Gartner	SEMED	2015/0986	13/08/2015	27/08/2015
203807	Vanessa Aparecida Farias Cardoso	SEMED	2015/0954	04/08/2015	18/08/2015
140120	Zita Berri Bachmann	SEMED	2015/0991	19/08/2015	11/09/2015

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.566/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.566, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JAKES PROST DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO PELA FACULDADE METROPOLITANA DE BLUMENAU – UNIASSELVI/FAMEBLU.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento do servidor público municipal JAKES PROST, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, com remuneração, para realizar estágio obrigatório do Curso de Graduação em Direito pela Faculdade Metropolitana de Blumenau – UNIASSELVI/FAMEBLU, com início em 28 de agosto de 2015 e término previsto para 02 de outubro de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando 05 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº2015/08/005534.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de setembro de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 613/2015 - FAEMA

PORTARIA Nº 613

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA, LOTADOS NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FAEMA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005 e, com base nos artigos 24, 25 e 26 da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

aos servidores públicos municipais, integrantes do Quadro Permanente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA:

MATRÍCULA Nº	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR DE
			FAIXA	PADRÃO	
1075	BRACIRA DE BORBA	Engenheiro Civil	J3II	C	01/08/2015
1111	DENIS ROBERTO DE SOUZA	Fiscal do Meio Ambiente	E4I	B	01/06/2015.
1074	DOUGLAS DICKMANN	Fiscal do Meio Ambiente	E4I	C	01/08/2015
1073	FABIANA SCHMITT SOMMER DA SILVA	Engenheiro Químico	J3II	C	02/08/2015
1105	JEAN CLAUDE ZIMMERMANN	Agente Administrativo	D4I	B	12/03/2015
1097	LUCIANO DOS SANTOS	Advogado	L3I	B	22/01/2015
1106	TUANNI CRISTINA DA SILVA	Agente Administrativo	D4I	B	01/06/2015

Blumenau (SC), 24 de agosto de 2015.

FERNANDO LEITE
Presidente da FAEMA

EXTRATO TERMO DE REPASSE 2015/094

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/094

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL FRIEDRICH KARL KEMMELMEIER

OBJETO: Despesas com o Projeto Transformar para Conviver.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dois mil reais (R\$ 2.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 16 de setembro de 2015.

EXTRATO TERMO DE REPASSE 2015/095

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/095

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS

OBJETO: Despesas com Projeto Uniformizar nas Tradições Germânicas.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dois mil reais (R\$ 2.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 16 de setembro de 2015.

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-022/15

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-022-15 – Escolha de melhor proposta para obtenção da concessão administrativa de uso do bem público, remunerada e por prazo certo, das lojas localizadas anexas aos setores 2 e 3 do Parque Vila Germânica, pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB, para o exercício de atividades comerciais, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos -PROEB.

Contratadas:

Loja 01 - R\$ 111.100,00 - FABRICIO JEAN THIEDE ME.

Loja 02 - R\$ 86.009,99 - JORGE BECKER FILHO EPP.

Loja 03 - R\$ 84.602,00 - VILLA SUL CONFECÇÕES LTDA ME.

Loja 07 - R\$ 91.650,00 - KARINE CORREA DUARTE ME.

Loja 08 - R\$ 87.850,00 - LA DUARTE COM. ARTIGOS DO VESTUÁRIO EIRELI ME.

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-024/15

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-024-15 – Contratação de empresas para execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação com lajotas sextavadas e sinalização viária na Rua 30 de Agosto (Bairro: Salto do Norte) e execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, na Rua Luiz Gonzaga (Bairro:

Itoupavazinha), localizadas no Município de Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes neste edital – Contrato de Empréstimo nº.2011-0264-01, BADESC/Cidades – SEMOB.

Contratadas:

ITEM 01 - Rua 30 de Agosto - LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS LTDA.

Valor de R\$ 105.115,60 (cento e cinco mil cento e quinze reais e sessenta centavos);

ITEM 02 - Rua Luiz Gonzaga - FREEDOM TERRAPLENAGEM LTDA.

Valor de R\$ 330.887,20 (trezentos e trinta mil oitocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos);

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-019/15

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-019-15 – Registro de Preços para contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas hidráulicos, elétricos e mecânicos, limpeza dos compartimentos das bombas, com fornecimento de peças nos diques de contenção contra cheias e da estação de bombeamento contra enxurradas - SEDECI.

Contratada: CORRÊA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Item 1: Manutenção corretiva

Valor da hora: R\$ 319,00 (trezentos e dezenove reais); valor total: R\$ 86.130,00 (oitenta e seis mil cento e trinta reais);

Item 2: Manutenção preventiva

Valor da hora: R\$ 256,00 (duzentos e cinquenta e seis reais); valor total: R\$ 61.440,00 (sessenta e um mil quatrocentos e quarenta reais);

Item 3: Serviço de limpeza

Valor da hora: R\$ 192,00 (cento e noventa e dois reais); valor total: R\$ 46.080,00 (quarenta e seis mil e oitenta reais);

Item 4: Serviço de acionamento e monitoramento

Valor da hora: R\$ 197,00 (cento e noventa e sete reais); valor total: R\$ 43.340,00 (quarenta e três mil trezentos e quarenta reais);

Item 5: Peças

Valor total: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Valor Total da Proposta: R\$ 276.990,00 (duzentos e setenta e seis mil novecentos e noventa reais)

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 034/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº34/2015

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FIA, PARA PARTICIPAÇÃO DE CONSELHEIROS DO CMDCA NO 12º ENCONTRO ESTADUAL DE ESTUDOS E APOIO À ADOÇÃO .

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, e conforme o art. 7º da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e

CONSIDERANDO:

- que compete ao CMDCA promover e apoiar o aperfeiçoamento e a atualização permanente dos representantes das organizações governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização

político-administrativa contemplada na Constituição Federal;

- que compete ao CMDCA deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em Plenária Ordinária realizada em 10/09/2015, conforme consta na Ata Nº. 14/2015, que aprovou a referida despesa,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio de diárias, para o 12º Encontro Estadual de Estudos e Apoio à Adoção, com recursos do FIA para duas (02) Conselheiras do CMDCA e motorista, que se realizará em Balneário de Camboriú SC, dias 01 e 02 de outubro/2015.

Parágrafo Único: A referida despesa consta no Plano de Aplicação do Ano 2015 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança E do Adolescente – FIA do Município de Blumenau, no Eixo I – Atividades de Incentivo à Guarda e Adoção, Meta 1.1 – Incentivo à Guarda - Ação: Promover e apoiar a realização de capacitações eventos, seminários e conferências abordando o tema.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 11 de setembro de 2015.

IVONE SERPA

Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Gestão 2013 - 2015

PORTARIA Nº 4951/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4951/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISETTE DOS SANTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ELISETTE DOS SANTOS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021050.1.00124/15-3, em 25/06/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Malharia Blumenau S.A.	21/05/1973 a 17/05/1974
Sociedade Divina Providência	22/05/1974 a 03/08/1979
Luiz Sergio Braga	01/08/1982 a 15/01/1983
Prefeitura Municipal de Blumenau	09/04/1984 a 23/01/1989
UNIMED Blumenau – Cooperativa de Trabalho Médico	02/10/1986 a 20/10/1986 02/10/1987 a 18/10/1987

Serviço de Assistência Materno Infantil de Lond Ltda.	01/03/1989 a 15/09/1989
Boa Forma Ltda. - ME	01/12/1989 a 31/12/1989
Malburg Clínica Média S/S	01/01/1990 a 22/05/1991
Prefeitura Municipal de Itajaí	17/07/1997 a 31/01/1999

Totaliza o tempo de 5475 (cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco) dias, correspondente a 15 (quinze) anos, conforme Processo n.º 02539/08/2015.

Blumenau, 19 de agosto de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL NºS 06-2235/15 E 06-2252/15 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL 06-2235/2015 - Aquisição de equipamento: Miniestação de tratamento de água compacta, para uso pelo Laboratório Central em demonstrações e teste de novos produtos, conforme especificações constantes no edital - SAMAE.

Empresa: MILAN EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS LTDA.

Valor Total R\$ 18.000,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 15 de Setembro de 2015.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL 06-2252/2015 - Registro de preço para aquisição materiais hidráulicos para manutenção da Rede de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Empresa(s):

C.E MACEDO & CIA LTDA.

Valor Total R\$ 130.102,20

CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA.

Valor total R\$ 531.480,00

PESCARA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE SANEAMENTO LTDA EPP

Valor Total R\$ 49.163,70

SUL, AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor Total R\$ 67.786,40

TIGRE S.A TUBOS E CONEXÕES

Valor Total R\$ 275.980,50

VIA D'ÁGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA.

Valor Total R\$ 145.100,70

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nºs 7.106/02 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 15 de Setembro de 2015

Valdair José Matias

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 210/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 210/2015

Dispensa de Licitação nº. 156/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de material de consumo (papel toalha interfolhado) para os diversos setores da Universidade. Contratada: Higiclean Distribuidora de Embalagens LTDA. – ME. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 28 (vinte e oito) dias após a entrega do objeto, desde que o mesmo esteja em perfeitas condições de uso, seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e). Valor/Elemento de Despesa: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)/3.3.90.30.00.00.00.00.

Blumenau, 15 de setembro de 2015.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 117/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 117/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSTRUTORA SENHORE LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 1856/2013

Objeto: Ampliação do objeto da contratação de empresa para execução de obra de engenharia para construção de Centro de Eventos.

Valor: R\$ 94.876,01 (Noventa e quatro mil oitocentos e setenta e seis reais e um centavo).

Vigência: 15 de Setembro de 2015 a 24 de outubro de 2016.

Assinatura: 15 de Setembro de 2015.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4752/2015

DECRETO Nº 4752/15 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipal nº 942/14 de 15.10.2014 (LDO) e 943/14 de 15.10.2014 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar no projeto abaixo, elemento respectivo, cria desdobramento de fonte de recursos dentro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte no valor de R\$ 93.071,49 (Noventa e três mil setenta e um reais e quarenta e nove centavos).

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.
Proj/Ativ.: 2781200191.013 – Apoio a Const. Reforma Infra Estrutura Centro Esportivos.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (1510)
Valor R\$ 93.071,49 (Noventa e três mil, setenta e um reais e quarenta e nove centavos).
Fonte: 03.34 – Transferências de Convênio União

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos extraídos do superávit financeiro do exercício de 2014, demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme anexo 14 em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 15 de setembro de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 981/2015

LEI MUNICIPAL Nº 981, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre alteração na formatação jurídica do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS - CIS/AMERIOS para Consórcio Público e ratifica o Protocolo de Intenções do respectivo Consórcio Público

AIRTON ANTONIO REINEHR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a alteração do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS - CIS/AMERIOS em Consórcio Público de Direito Público, sob a forma de Associação Pública, nos termos da Ata aprovada na Assembleia Geral Ordinária do dia 24 de Julho de 2015, Lei federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e do Decreto federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, passando a denominar-se Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS, ratificando-se o Protocolo de Intenções.

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo do Município de Bom Jesus do Oeste a firmar o Contrato de Consórcio Público do CIS/AMERIOS, decorrente da conversão do Protocolo de Intenções ratificada pelos entes federativos consorciados.

Art. 3º Para atender as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente, respeitadas as normas de contabilidade pública expedidas pelo Poder Executivo Federal.

Art. 4º A extinção do CIS/AMERIOS – Consórcio de Direito Privado dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

Art. 5º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013, revogando as disposições anteriores.

Gabinete do Prefeito do município de Bom Jesus do Oeste/SC, em 16 de setembro de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 982/2015

LEI MUNICIPAL Nº 982/15 de 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza o Município de Bom Jesus do Oeste a integrar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada Resíduos Sólidos da Região da Associação dos Municípios do Entre Rios – PIGIRS/AMERIOS e dá outras providências.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial a Lei Orgânica, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Bom Jesus do Oeste integrar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrado de Resíduos Sólido da Região da Associação dos Municípios do Entre Rios – PIGIRS/AMERIOS, conforme anexo único desta Lei, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo dispensa a elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, conforme estabelece o art. 52 do Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010.

Art. 2º - A participação do Município de Bom Jesus do Oeste em ações conjuntas ou consorciadas com os demais Municípios para adequação das propostas do PIGIRS/AMERIOS, visando à implementação do Plano no território do Município ficam condicionadas a homologação em Lei Específica.

Art. 3º - A partir da vigência desta Lei o Executivo Municipal deverá revisar a legislação municipal para adequação às propostas do PIGIRS/AMERIOS, especialmente sobre:

I – posturas relativas às matérias de higiene, limpeza, segurança e outros procedimentos públicos relacionados aos resíduos sólidos;

II – segregação, acondicionamento, disposição para a coleta, transporte e destinação dos resíduos;

III – disciplinamento da responsabilidade compartilhada e dos sistemas de logística reversa;

IV – operação de transportadores e receptores de resíduos privados;

V – mecanismos de recuperação dos custos pelos serviços prestados ou postos à disposição dos contribuintes.

Parágrafo único. A adequação da legislação de que trata este artigo deverá priorizar a redução, otimização da reutilização e reciclagem dos resíduos, bem como a adoção de tratamentos quando necessários e a disposição adequada dos rejeitos, em conformidade ao que dispõe a Lei Federal nº 12.305/2010.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, ficando condicionada sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, aos 16 dias do mês de setembro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

PORTARIA 0144/2015

PORTARIA Nº 0144/2015

Disponibiliza veículos para Comissão Organizadora da Festa da Integração.

Romildo Teske, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, com base no Artigo 52, V da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a realização da Terceira Festa da Integração, evento de grande porte;

Considerando a necessária adoção de medidas de segurança;

Considerando o interesse público no que tange a tranquilidade, segurança, integridade e saúde de todos que desta participarem;

Considerando que é de responsabilidade pública a disponibilização de estrutura mínima para este evento;

RESOLVE:

Art.1º Ficam disponibilizados veículos tipo Pick-up Strada Placa MIV0985, Caminhão Pipa Placa MCU7690, Veículo Gol Placa MHR4882 e Veículo Kangoo Placa MGM2259, no recinto da festa nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2015, nos horários de atividades programadas, sito à Rua dos Pioneiros, junto ao espaço da Secretaria de Obras.

Parágrafo Único: Os veículos acima citados, ficarão a disposição da Comissão Central Organizadora da festa para transporte de pequenas cargas, abastecimento de água e segurança e outras eventualidades que possam ocorrer no local.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 16 de setembro de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

REABRE A ABERTURA DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 35/2015.

REABRE A ABERTURA DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 35/2015.

O Município de Braço do Trombudo, SC torna público para conhecimento dos interessados que REABRE a abertura do processo licitatório modalidade Pregão Presencial 35/2015 - Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo. Ficando o credenciamento para o dia 01-10-2015 as 13h00min e a abertura dos envelopes para o mesmo dia 13h30min. A reabertura se dá devido à licitação deserta. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de licitação da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 17 de setembro de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 02 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2015 - TP
	Processo Administrativo: 40/2015 Processo de Licitação: 40/2015 Data do Processo: 25/08/2015

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada (com fornecimento de mão de obra e materiais), para instalação de Iluminação Pública e Instalação de Transformador na Estrada Geral Braço do Trombudo - Rodovia SC 281 do Município de Braço do Trombudo.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 48/2015 (Sequência: 1)

Ao(s) 16 de Setembro de 2015, às 13:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 026/2015, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 40/2015, Licitação nº. 2/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Cervale Serviços Elétricos Ltda EPP

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Iniciados os trabalhos, a comissão analisou a documentação das empresas participantes e todas estavam de acordo com as exigências do edital, na qual foram aceitos e rubricados. A empresa Cepenge Engenharia Ltda deixou envelope e não participou do Certame. Não havendo interposição de recurso por parte das empresas, a abertura dos envelopes contendo as propostas será no dia 23/09/2014 às 14h00min.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Braço do Trombudo, 16 de Setembro de 2015

COMISSÃO:

Alair Franz Hein	- - Presidente da Comissão de Licitação
Priscila Gonçalves dos Santos Coelho	- - Membro
Jean Carlos Correia da Costa Scharf	- - Membro
Fabio Dalmarco	- - Membro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Sonia Mara dos Santos Klug - - Rep. Cervale Serviços Elétrico

ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2015 - TP
	Processo Administrativo: 49/2015 Processo de Licitação: 49/2015 Data do Processo: 27/08/2015

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada (com fornecimento de mão de obra e materiais), para extensão de rede de energia elétrica e instalação de Iluminação Pública no Beco Bela Vista do Município de Braço do Trombudo.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 49/2015 (Sequência: 1)

Ao(s) 16 de Setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 026/2015, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 49/2015, Licitação nº. 3/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Iniciados os trabalhos, a comissão analisou a documentação das empresas participantes e todas estavam de acordo com as exigências do edital, na qual foram aceitos e rubricados. As empresas Cepenge Engenharia Ltda e Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Itajaí Ltda deixaram os envelopes e não participaram do Certame. Não havendo interposição de recurso por parte das empresas, a abertura dos envelopes contendo as propostas será no dia 23/09/2014 às 16h00min.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Braço do Trombudo, 16 de Setembro de 2015

COMISSÃO:

Alair Franz Hein	- - Presidente da Comissão de Licitação
Priscila Gonçalves dos Santos Coelho	- - Membro
Jean Carlos Correia da Costa Scharf	- - Membro
Fabio Dalmarco	- - Membro

ATA PREGÃO 37 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 37/2015 - PR
	Processo Administrativo: 46/2015 Processo de Licitação: 46/2015 Data do Processo: 20/08/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 47/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às quinze horas, reuniram-se os membros da comissão para analisar o parecer Jurídico referente ao pregão presencial 37/2015. O parecer é favorável pela anulação da Licitação na modalidade de Pregão Presencial sob o n. 37/2015, nos termos do art. 49 da Lei n. 8.666/93. A Comissão de Licitação acatou o parecer e é favorável a anulação deste processo licitatório, abrindo prazo para recurso de cinco dias uteis, conforme art. 109 da Lei n. 8.666/93, contados da data da notificação.

Braço do Trombudo, 14 de Setembro de 2015

COMISSÃO:

Alair Franz Hein	- - Pregoeiro(a)
Priscila Gonçalves dos Santos Coelho	- - Membro
Jean Carlos Correia da Costa Scharf	- - Membro

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.654, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO nº 7.654, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede incentivos fiscais à empresa COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES BENUTI LTDA., e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 2.485/01 que "Institui o Plano Municipal de Incentivos às Empresas e dá outras providências";

Considerando que a Comissão de Análise de Projetos Incentivados, ao examinar o pedido de incentivo fiscal da empresa COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES BENUTI LTDA. entendeu pela viabilidade da sua concessão, conforme ata da reunião datada de 22/07/2015;

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos à empresa COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES BENUTI LTDA., inscrita no C.N.P.J. 72.482.102/0001-00, nos termos da Lei Municipal nº 2.485/01, incentivos fiscais, referentes à isenção de impostos e taxas/emolumentos, visando a construção de um prédio com área de 1.146,33 m2, conforme segue:

- ISS sobre construção
- Taxa de Expediente ISS Construção
- Taxa para Alvará de Construção
- Termo de Vistoria
- Aprovação por prancha
- Alinhamento
- Taxa de Expediente Alvará de Construção
- Habite-se
- Taxa de Alvará Sanitário
- Taxa de Habite-se Vigilância Sanitária
- Taxa de aprovação do Projeto Hidrossanitário

– Isenção do IPTU por 05 anos (2016-2021) da área registrada nas matrículas 35.891, 36.891 e 30.808, livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca e da construção com área de 1.146,33 m2.

– Isenção de TLL sobre a atividade por 05 anos (2016-2021) nos valores anuais de cadastro. Art. 2º Os incentivos fiscais de que trata o artigo 1º deste Decreto ficam condicionados a seguinte contrapartida da empresa:

-construção de um prédio comercial para instalação/ampliação da empresa COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES BENUTI LTDA., contendo 1.146,33 m2, a ser edificado na Rua Fernando de Souza e Silva, nº 171, implicando na geração empregos diretos e indiretos.

Art. 3º Cessará o benefício concedido pelo presente Decreto, quando a empresa deixar de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação e contidos no Projeto, ou que venha a praticar qualquer espécie de ilícito, fraude ou sonegação, responsabilizando-se pelo recolhimento ao cofre público municipal do valor correspondente ao benefício obtido através deste Decreto.

Art. 4º Não será concedido o benefício, em caso de débitos vencidos com as Fazendas: Federal, Estadual ou Municipal, nos termos da Lei Municipal de Incentivos e com o estatuído no artigo 113 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de setembro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ROSIN

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC..

1. EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7.657 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO nº 7.657 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede incentivos fiscais à empresa NOVA ETIQUETAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS TEXTEIS LTDA. EPP., e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 2.485/01 que "Institui o Plano Municipal de Incentivos às Empresas e dá outras providências";

Considerando que a Comissão de Análise de Projetos Incentivados, ao examinar o pedido de incentivo fiscal da empresa NOVA ETIQUETAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS TEXTEIS LTDA. EPP. entendeu pela viabilidade da sua concessão, conforme ata da reunião datada de 22/07/2015;

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos à empresa NOVA ETIQUETAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS TEXTEIS LTDA. EPP., inscrita no C.N.P.J. 07.805.011/0001-98, nos termos da Lei Municipal nº 2.485/01, incentivos fiscais, referentes à isenção de impostos e taxas/emolumentos, visando a construção de um prédio com área de 1.436,43 m2, conforme segue:

- ISS sobre construção
- Taxa de Expediente ISS Construção
- Taxa para Alvará de Construção
- Termo de Vistoria
- Aprovação por prancha
- Alinhamento
- Taxa de Expediente Alvará de Construção
- Habite-se
- Taxa de Alvará Sanitário
- Taxa de Habite-se Vigilância Sanitária
- Taxa de aprovação do Projeto Hidrossanitário

– Isenção do IPTU por 05 anos (2016-2021) da área registrada na matrícula 39.251, livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca e da construção com área de 1.436,43 m2.

– Isenção de TLL sobre a atividade por 05 anos (2016-2021) nos valores anuais de cadastro. Art. 2º Os incentivos fiscais de que trata o artigo 1º deste Decreto ficam condicionados a seguinte contrapartida da empresa:

-construção de um prédio comercial para instalação/ampliação da empresa, contendo 1.436,43 m2, a ser edificado na Rua Osvaldo Niebuhr, nº 43, implicando na geração empregos diretos e indiretos.

Art. 3º Cessará o benefício concedido pelo presente Decreto, quando a empresa deixar de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação e contidos no Projeto, ou que venha a praticar qualquer espécie de ilícito, fraude ou sonegação, responsabilizando-se pelo recolhimento ao cofre público municipal do valor correspondente ao benefício obtido através deste Decreto.

Art. 4º Não será concedido o benefício, em caso de débitos vencidos com as Fazendas: Federal, Estadual ou Municipal, nos termos da Lei Municipal de Incentivos e com o estatuído no artigo 113 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de setembro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ROSIN
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1548/2015, DE 09 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 1548/2015, de 09 de junho de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 2107/2013 – referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 13/2013 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, os feriados ocorridos em 21/04/2015 (Tiradentes), 01/05/2015 (Dia do trabalhador) e 04/06/2015 (Corpus Christi). Considerandos, o ponto facultativo ocorrido em 20/04/2015 e 05/06/2015;
Considerando, a alteração de Prefeito, Vice-Prefeito e ex-Secretários;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante em desfavor do servidor: EDESIO PEREIRA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS, portador do CPF nº 665.917.599-72, RG nº 16/r-1.929.520, admitido em 04/03/2010, através da portaria 6.944/2010, vinculado ao regime jurídico estatutário, para apurar os fatos constante da denúncia/memorando nº 447/2013, encaminhado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, e despacho datado de 18/10/2013, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese é considerado inassiduidade habitual, com fundamento nos moldes dos arts. 25 c/c 188, III, art. e 204 da Lei Complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de junho de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 257/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 257/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso e gozo de suas atribuições e considerando o disposto na Lei n. 3.057, de 17 de dezembro de 2007,

RESOLVE

Art. 1º Fica criada a Comissão de Defesas e Impugnações Administrativas junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão Julgadora os servidores Leonidas Pereira, Silvine Studnicka e Carolina Zimmermann cabendo a presidência ao primeiro nomeado.

Parágrafo Único: Fica atribuída à comissão a responsabilidade para fazer autuação, processo e julgamento das defesas e impugnações apresentadas por cidadãos interessados no tocante à notificações e inscrições em dívida ativa, bem como impugnações às faturas de água ou valores cobrados pela autarquia.

Art. 3º No desempenho de suas funções a Comissão Julgadora observará a legislação municipal n. 3.057, de 17 de dezembro de 2007 e suas alterações.

Art. 4º Os membros titulares da Comissão Julgadora desempenharão suas funções juntamente com a de seus cargos.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/09/2015.

Brusque, 14 de setembro de 2015.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 259/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 259/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

1) Conceder Licença Falecimento de 05 (cinco) dias à servidora Lucimar Bernardino Costa, ocupante do cargo de Chefe, devido ao falecimento de sua mãe MARIA DO SOCORRO BERNARDINO no dia 04 de setembro de 2015, conforme Declaração de óbito, Nº 296846156SSPSP na Rua Francisco Alves de Azevedo, 96 - Jardim Vilas Boas – SP.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 04/09/2015 , revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 16 de setembro de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

**PORTARIA Nº 42, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 42, de 11 de setembro de 2015.

"Regulamenta o inciso II, do art. 3º, da Lei nº 3667/2013 – Comenda Profª. Augusta von Knorring".

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º A indicação dos Educadores para fins de recebimento da Comenda Profª Augusta von Knorring, será efetivada por intermédio das seguintes entidades/órgãos:

I – Núcleo das Instituições Educacionais de Brusque;

II – Município de Brusque, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação;

III – Estado de Santa Catarina, por intermédio da Gerência Regional de Educação.

Art. 2º Cada entidade/órgão nominada no artigo anterior deverá proceder a indicação de um educador, num prazo de até dez dias após o recebimento do ofício expedido pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. A indicação deverá ser feita mediante ofício e protocolizado na Secretaria da Câmara.

Art. 3º Os critérios para a indicação serão estabelecidos exclusivamente por cada entidade/órgão, considerando o que estabelece o art. 3º, caput, da Lei nº 3667/2013.

Art. 4º Procedidas as indicações, os homenageados serão oficialmente comunicados pelo Poder Legislativo, que informará a data, local e demais procedimentos da solenidade.

Brusque, 11 de setembro de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios
Rogério Gamba
Diretor Geral

PORTARIA Nº. 258/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 258/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso e gozo de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Federal das Licitações e Contratos Administrativos,

RESOLVE

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Recebimento de Materiais/Serviços do SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão de Recebimento de Materiais os servidores Gilberto Cesar Albrecht, Pedro Tavares de Lima, Ademair Eleutério, Alirio Pedro dos Santos Filho, Diego Ribeiro Pena, Luiza Sarah Thomsen, Simone Bittencourt Fructuoso, Ana Maria de Souza Almeida, Ariberto Galassini, Armando Alberto Walendowsky, Luan Ariel Freisleben e Marcio Roberto Boanchessi cabendo a presidência ao primeiro nomeado.

Art. 3º Caberá, exclusivamente, à comissão ora criada receber material de qualquer natureza, desde que, por recebimento, seu valor seja igual ou superior ao limite estabelecido na alínea "a" do Inciso II do art. 23 da Lei 8666/93 e suas posteriores alterações.

Parágrafo Único. No caso de valores inferiores ao estabelecido no caput deste artigo, a comissão, poderá ser representada por apenas um dos seus membros.

Art. 4º No desempenho de suas funções a Comissão de Recebimento observará a legislação federal e seu Regimento Interno.

Art. 5º Os membros da Comissão de Recebimento de Materiais/Serviços desempenharão suas funções juntamente com a de seus cargos.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/09/2015.

Brusque, 14 de setembro de 2015

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO –PROC. DE LICITAÇÃO 93-2015 - PREGÃO 66-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

AVISO DE SUSPENSÃO –PROC. DE LICITAÇÃO 93-2015 - PREGÃO 66-2015

O Município de Caçador/SC torna pública a Suspensão do processo Licitatório nº 93/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS RECOLHIDOS A MAIOR OU INDEVIDOS, NOS ÚLTIMOS SEXTENTA MESES, ARRECADADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, para análise das impugnações.

Maiores Informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: licitacao@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2431 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador/SC, 16 de setembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazetto

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.540

DECRETO Nº 6.540, de 11 de setembro de 2015.

Nomeia Comissão Técnica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, para comporem a Comissão Técnica do Processo Licitatório nº 11/2015 – FMAS, Pregão nº 09/2015, cujo objeto é a aquisição de kits maternidade a fim de efetuar a concessão do benefício Auxílio Natalidade, conforme prevê a Lei nº 8.471 (Lei Orgânica da Assistência Social):

I - Presidente: Schayana Zmijevski;

II - Membro: Anelise Terezinha Weber;

III - Membro: Marizete de Fátima Iacinski.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á no dia 28/09/2015, a partir das 14h10min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de setembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazetto

PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.543

DECRETO Nº 6.543, de 11 de setembro de 2015.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de quatro áreas de terrenos urbanos, objetos das matrículas nºs 9681, 8191, 5871 e 8192, do Registro de Imóveis desta Comarca, abaixo descritas, de propriedade de Auto Coletivo Caçador Ltda, resultando em 01 (uma) área com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – área com 1.064,58 m² (um mil, sessenta e quatro metros e cinquenta e oito décimos quadrados), objeto da matrícula nº 9681, situada no lado par da Rua Salgado Filho e na Rua Capitulino Moraes, iniciando no marco denominado 'P1', segue confrontando com a Rua Salgado Filho com o azimute de 104°16'56" e a distância de 17,50 m até o marco 'P2'; segue confrontando com Auto Coletivo Caçador Ltda (Matrícula - 8191) com o azimute de 183°30'03" e a distância de 33,37 m até o marco 'P3'; segue confrontando com Auto Coletivo Caçador Ltda (Matrícula - 5871) com o azimute de 183°30'03" e a distância de 25,00 m até o marco 'P4'; segue confrontando com a Rua Capitulino Moraes com o azimute de 264°22'38" e a distância de 17,86 m até o marco 'P5'; segue confrontando com Eron Marcelo Cruz e Patricia Beal de Cordova Cruz (Matrícula - 24.388) com o azimute de 3°52'01" e a distância de 21,07 m até o marco 'P6'; segue confrontando com Noelci Salviano Flores de Matias (Matrícula - 17.415) com o azimute de 4°43'20" e a distância de 16,72 m até o marco 'P7'; segue confrontando com Noelci Salviano Flores de Matias (Matrícula - 6920) com o azimute de 3°23'17" e a distância de 26,69 m até o marco 'P1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.064,58 m².

II – área com 580,02 m² (quinhentos e oitenta metros e dois décimos quadrados), objeto da matrícula nº 8191, situada no lado par da Rua Salgado Filho, iniciando no marco denominado 'P2', segue confrontando com a Rua Salgado Filho com o azimute de 104°16'40" e a distância de 21,50 m até o marco 'P8'; segue confrontando com Auto Coletivo Caçador Ltda (Matrícula - 8192) com o azimute de 191°34'00" e a distância de 27,10 m até o marco 'P9'; segue confrontando com Auto Coletivo Caçador Ltda (Matrícula - 5871) com o azimute de 265°13'36" e a distância de 17,50 m até o marco 'P3'; segue confrontando com Auto Coletivo Caçador Ltda (Matrícula - 9681) com o azimute de 3°30'03" e a distância de 33,37 m até o marco 'P2'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 580,02 m².

III – área com 466,19 m² (quatrocentos e sessenta e seis metros e dezenove décimos quadrados), objeto da matrícula nº 5871, situada na Rua Capitulino Moraes, iniciando no marco denominado 'P3', segue confrontando com Auto Coletivo Caçador Ltda (Matrícula - 8191) com o azimute de 85°13'36" e a distância de 17,50 m até o marco 'P9'; segue confrontando com Auto Coletivo Caçador Ltda (Matrícula - 8192) com o azimute de 85°13'36" e a distância

de 1,50 m até o marco 'P10'; segue com o azimute de 183°37'15" e a distância de 24,67 m até o marco 'P11'; segue confrontando com a Rua Capitulino Moraes com o azimute de 264°12'20" e a distância de 19,00 m até o marco 'P4'; segue confrontando com Auto Coletivo Caçador Ltda (Matrícula - 9681) com o azimute de 3°30'03" e a distância de 25,00 m até o marco 'P3'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 466,19 m².

IV – área com 1.063,85 m² (um mil, sessenta e três metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 8192, situada no lado par da Rua Salgado Filho e na Rua Capitulino Moraes, iniciando no marco denominado 'P8', segue confrontando com a Rua Salgado Filho com o azimute de 104°16'16" e a distância de 22,90 m até o marco 'P13'; segue confrontando com Auto Coletivo Caçador Ltda (Matrícula - 7394) com o azimute de 189°33'11" e a distância de 43,95 m até o marco 'P12'; segue confrontando com a Rua Capitulino Moraes com o azimute de 264°14'22" e a distância de 20,50 m até o marco 'P11'; segue confrontando com Auto Coletivo Caçador Ltda (Matrícula - 5871) com o azimute de 3°37'15" e a distância de 24,67 m até o marco 'P10'; segue com o azimute de 265°13'36" e a distância de 1,50 m até o marco 'P9'; segue confrontando com Auto Coletivo Caçador Ltda (Matrícula - 8191) com o azimute de 11°34'00" e a distância de 27,10 m até o marco 'P8'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.063,85 m².

V – as áreas acima descritas formam uma área total com 3.174,65 m² (três mil, cento e setenta e quatro metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), iniciando no marco denominado 'P1', segue confrontando com a Rua Salgado Filho com o azimute de 104°16'56" e a distância de 17,50 m até o marco 'P2'; segue com o azimute de 104°16'40" e a distância de 21,50 m até o marco 'P3'; segue com o azimute de 104°16'16" e a distância de 22,90 m até o marco 'P4'; segue confrontando com Auto Coletivo Caçador Ltda (Matrícula - 7394) com o azimute de 189°33'11" e a distância de 43,95 m até o marco 'P5'; segue confrontando com Rua Capitulino Moraes com o azimute de 264°14'22" e a distância de 20,50 m até o marco 'P6'; segue com o azimute de 264°12'20" e a distância de 19,00 m até o marco 'P7'; segue com o azimute de 264°22'38" e a distância de 17,86 m até o marco 'P8'; segue confrontando com Eron Marcelo Cruz e Patricia Beal de Cordova Cruz (Matrícula - 24.388) com o azimute de 3°52'01" e a distância de 21,07 m até o marco 'P9'; segue confrontando com Noelci Salviano Flores de Matias (Matrícula - 17.415) com o azimute de 4°43'20" e a distância de 16,72 m até o marco 'P10'; segue confrontando com Noelci Salviano Flores de Matias (Matrícula - 6920) com o azimute de 3°23'17" e a distância de 26,69 m até o marco 'P1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 3.174,65 m².

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 3º O Registro da Unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de setembro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.545

DECRETO Nº 6.545, de 11 de setembro de 2015.

Retifica anexos do Decreto nº 6.535/2015, que Dispõe sobre a homologação da Listagem Final de Classificação do Edital de Concurso Público nº 002/2015 – da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam retificados os anexos a que se referem os cargos 011 – Fiscal Ambiental – Fundema e 058 – Técnico em Processamento de Dados PMC, constantes do Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, que Dispõe sobre a homologação da Listagem Final de Classificação do Edital de Concurso Público nº 002/2015, de 28 de maio de 2015, para preenchimento de vagas existentes e formação de cadastro de reserva para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio Ambiente, passando a vigorarem com a redação dos anexos que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de setembro de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.548

DECRETO Nº 6.548, de 16 de setembro de 2015.

Homologa Deliberação 005/2015 do Conselho Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica homologada a Deliberação nº 005, de 15 de setembro de 2015, do Conselho Municipal de Saúde de Caçador, que aprova o Plano de Ação Municipal em Vigilância Sanitária 2014/2016, conforme consta em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de setembro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015 - ANEXO DECRETO 6545 - RETIFICAÇÃO LISTAGEM FINAL CARGO 011

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

02/09/2015 - 10:31

Superior completo

011 - FISCAL AMBIENTAL FUND

No. de vagas: 0

LISTAGEM DEFICIENTES

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
01	SIDNEI GIAN SANDRI	33770-6	0	30/06/1975	240.00	0.000	240.000

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	CRISTINE MARLA NASATO GRIGOLO	31739-0	0	25/02/1986	360.00	0.000	360.000
2	MARYANA DA SILVA	33708-0	0	01/04/1990	340.00	0.000	340.000
3	JULIANA FRANCINE DA COSTA SILVEIRA	34245-9	0	22/12/1987	340.00	0.000	340.000
4	ALVARO ADEMIR FAUTH	31256-8	1	29/09/1965	340.00	0.000	340.000
5	RENATO INHAS PAIVA	30328-3	0	16/05/1985	330.00	0.000	330.000
6	ANDRESSA FILIPAKI	11454-5	0	13/12/1987	330.00	0.000	330.000
7	GABRIELA FERNANDES	13177-6	0	05/06/1993	330.00	0.000	330.000
8	AUGUSTO LEONEL RIBEIRO	30892-7	0	15/09/1990	330.00	0.000	330.000
9	PRISCILLA MACIEL MACHADO RODRIGUES	31005-0	1	25/07/1987	330.00	0.000	330.000
10	VENUTHO JOSE SOLAGNA	31722-5	0	19/03/1988	320.00	0.000	320.000
11	BRUNA HELLEN RICARDO	35445-7	0	28/05/1990	320.00	0.000	320.000
12	KAMILLA RADECH DE LIMA	32960-6	0	12/09/1994	320.00	0.000	320.000
13	NATALIA ALZIRA DAMAZO	12674-8	0	07/12/1989	310.00	0.000	310.000
14	LUCIMAR APARECIDA APPI	30833-1	0	23/12/1987	310.00	0.000	310.000
15	FELIPE SOUZA FAGUNDES	31550-8	0	24/08/1990	310.00	0.000	310.000
16	DIEGO RAFAEL DA ROCHA	33687-4	0	29/04/1991	310.00	0.000	310.000
17	CAROLINE VIECELLI	33517-7	1	14/06/1989	310.00	0.000	310.000
18	EDISON COSTA PORTO	30711-4	4	08/06/1954	300.00	0.000	300.000
19	LUCIARA IBIA DOS SANTOS MACHADO	30700-9	1	02/06/1985	300.00	0.000	300.000
20	TAIRINI PASSARINI	30350-0	0	01/06/1991	300.00	0.000	300.000
21	PAULA RAFAELI SANTIN	14233-6	2	12/11/1981	300.00	0.000	300.000
22	LIA MAYARA ECCEL	33220-8	0	19/03/1982	300.00	0.000	300.000
23	REGINA VILLWOCK BOLDUAN	33857-5	0	14/06/1985	300.00	0.000	300.000
24	ANDRE LUIS GRAEFLING LUSA	31132-4	0	29/06/1987	300.00	0.000	300.000
25	LEANDRO FAVARIN	31466-8	0	29/11/1989	300.00	0.000	300.000
26	JALMEI ESTEFANO HERMANN	30085-3	1	28/03/1983	300.00	0.000	300.000
27	DANIELE URRUTIA DORNELES	30681-9	0	18/04/1986	300.00	0.000	300.000
28	SIBELE ORSATTO	31683-0	0	08/06/1991	300.00	0.000	300.000
29	VIVIANE BITTAR	32400-0	0	25/10/1970	300.00	0.000	300.000
30	JASON DE ANDRADE FERNANDES	31734-9	0	08/08/1972	300.00	0.000	300.000
31	MATHEUS TRENTIN ANDREOLI	30356-9	0	20/12/1990	300.00	0.000	300.000
32	GABRIELLE DE LIMA ROTA JASKO	31692-0	1	30/08/1987	300.00	0.000	300.000
33	CARLA ALMEIDA CAVALHEIRO DALLAZEM	35021-4	1	21/04/1979	300.00	0.000	300.000
34	FLAVIA WOSNIAK	34900-3	0	22/07/1987	290.00	0.000	290.000
35	JOSAPHAT KOCAN	31171-5	1	11/08/1980	290.00	0.000	290.000
36	VALESKA SCOTTI	33117-1	0	28/07/1983	290.00	0.000	290.000
37	ERIKA CRISTINA BARBERI TRIPOLI	14016-3	0	05/12/1987	290.00	0.000	290.000
38	FRANCIELI INES GRIGOLO	11492-8	0	16/10/1991	290.00	0.000	290.000
39	JAIR ZALESKI	31704-7	0	27/07/1980	290.00	0.000	290.000
40	LEONARDO DE LIZ DUARTE	34360-9	0	30/09/1991	290.00	0.000	290.000

IBAM CAÇADOR 2015- PM E FUNDAÇÕES- CONCURSO PUBLICO

PAG: 2

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

02/09/2015 - 10:31

Superior completo

011 - FISCAL AMBIENTAL FUND

No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	THIAGO LORENCINI ZANOTTO	31600-8	0	26/02/1989	290.00	0.000	290.000
42	ANDREIA MARIA TOMAZINI SCOLARO	14232-8	0	01/07/1982	290.00	0.000	290.000
43	RHUAN FELIPE JERANOSKI	14174-7	0	20/07/1991	290.00	0.000	290.000



44	DIEGO GREGORIO	32293-8	0	12/08/1991	290.00	0.000	290.000
45	JEAN MICHEL PRANDINI	13530-5	0	03/07/1992	280.00	0.000	280.000
46	MARCELO WALTER	32762-0	1	05/06/1984	280.00	0.000	280.000
47	VIVIANE DE ANDRADE RIBEIRO	31356-4	2	27/01/1980	270.00	0.000	270.000
48	PAULO CESAR STRUJAK FILHO	30219-8	2	24/02/1981	270.00	0.000	270.000
49	DEJANIRA ANTUNES CRUZ	35424-4	3	27/03/1971	270.00	0.000	270.000
50	LEIDIANE CRISTINE ARIOTTI	32644-5	0	01/11/1987	270.00	0.000	270.000
51	JOAO CARLOS SCHAPHAUSER JUNIOR	13056-7	1	22/01/1990	270.00	0.000	270.000
52	JESSICA BERTI	12611-0	0	19/10/1992	270.00	0.000	270.000
53	MARCELO JOSE ALVES DE ANDRADE	12180-0	0	19/09/1979	270.00	0.000	270.000
54	ELENICE RIBEIRO DOS SANTOS	13984-0	0	19/08/1985	270.00	0.000	270.000
55	JOSIANE BURGER DA SILVA CRIMINACIO	31114-6	0	17/01/1992	270.00	0.000	270.000
56	THIAGO AUGUSTO DUARTE	14280-8	1	02/07/1982	270.00	0.000	270.000
57	EDER CICERO KVIATKOVSKI	12210-6	0	14/01/1991	270.00	0.000	270.000
58	FELIPE LUZ AMORIM	33720-0	0	11/08/1987	270.00	0.000	270.000
59	BRUNA REGENSBURGER	12410-9	0	11/05/1991	270.00	0.000	270.000
60	LIZIANE PRANDINI	31450-1	0	24/01/1991	260.00	0.000	260.000
61	CARLA INES WILHELMS	13940-8	1	09/12/1970	260.00	0.000	260.000
62	IRENE RIBEIRO DA SILVA SERIGHELLI	31982-1	1	04/04/1975	260.00	0.000	260.000
63	GILMAR KAMIENSKI JUNIOR	31723-3	0	03/11/1989	260.00	0.000	260.000
64	LUIZ EDUARDO BARROS	14315-4	0	05/12/1989	260.00	0.000	260.000
65	LAYNE PAULA CORREA	12109-6	0	04/06/1992	260.00	0.000	260.000
66	ANDERSON LUIZ CARNEIRO	32965-7	1	04/02/1975	260.00	0.000	260.000
67	LUIZ ANDRE FLECK	11942-3	0	01/10/1988	260.00	0.000	260.000
68	CASSIO SCHMIDT GODOI	33388-3	0	19/07/1989	260.00	0.000	260.000
69	ALDONIR ANCIUTI	13078-8	2	26/04/1974	260.00	0.000	260.000
70	EVELISE CADORE PINTO	34799-0	0	17/07/1987	260.00	0.000	260.000
71	IVANILDE DE APARECIDA PINTO RIBEIRO	33426-0	2	16/07/1975	250.00	0.000	250.000
72	CESAR DOMINGOS FIGUEROA	32618-6	0	18/10/1991	250.00	0.000	250.000
73	VANDERLEI PIRES	30390-9	0	20/06/1984	250.00	0.000	250.000
74	DIEGO MELO DE LIZ	32375-6	0	06/12/1988	250.00	0.000	250.000
75	MARITHSA MAIARA MARCHETTI	33933-4	0	14/11/1991	250.00	0.000	250.000
76	GLEIDE MARGARETT HAUDSCH	32330-6	1	13/08/1964	250.00	0.000	250.000
77	EDUARDO LANGNER NERI	13819-3	1	05/12/1982	250.00	0.000	250.000
78	NEIMAR LUIS MULLER	30639-8	2	25/10/1975	250.00	0.000	250.000
79	ANDRE LUIZ MARIM	33139-2	0	19/09/1986	250.00	0.000	250.000
80	LARISSA FLECK SAVARIS	12642-0	2	04/04/1974	240.00	0.000	240.000
81	FRANCIELLI CATARINE VIEIRA	13111-3	1	30/05/1989	240.00	0.000	240.000

IBAM CAÇADOR 2015- PM E FUNDAÇÕES- CONCURSO PUBLICO

PAG: 3

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

02/09/2015 - 10:31

Superior completo

011 - FISCAL AMBIENTAL FUND

No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Ins.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
82	SIDNEI GIAN SANDRI	33770-6	0	30/06/1975	240.00	0.000	240.000
83	DIONE GOMES	34961-5	0	24/12/1985	240.00	0.000	240.000
84	ANTONIO MOISES FALCAO	32918-5	0	28/10/1973	240.00	0.000	240.000
85	TACIANE LAIS URIO	32315-2	0	23/06/1988	240.00	0.000	240.000
86	SANDRO MARCIO RIBEIRO	30089-6	2	11/09/1974	240.00	0.000	240.000
87	FLAVIA REGINA POYER	34208-4	0	28/02/1991	240.00	0.000	240.000
88	GONCALO GRANEMANN RIBEIRO	14090-2	0	03/11/1980	230.00	0.000	230.000
89	CELSO LUIZ MACIEL JUNIOR	12638-1	0	18/06/1986	230.00	0.000	230.000
90	FELIPE KNABEN BENTO	31291-6	0	13/10/1986	230.00	0.000	230.000
91	MICHELLE ALVES DA SILVA	30521-9	0	29/06/1990	230.00	0.000	230.000
92	GILBERTO GOLIN	30958-3	1	10/06/1963	230.00	0.000	230.000
93	OLETO FERREIRA JUNIOR	30809-9	0	08/07/1979	230.00	0.000	230.000
94	CAMILA SABEDOT	12726-4	0	25/02/1990	230.00	0.000	230.000
95	ALTIMAR JOAO MARSARO	13357-4	0	12/03/1991	220.00	0.000	220.000
96	FLAVIA FROZZA PICININ	13945-9	0	24/06/1990	220.00	0.000	220.000
97	PAMELA PIERDONA	30591-0	0	08/12/1991	220.00	0.000	220.000
98	EDUARDO HINKELDEI	11857-5	0	06/11/1993	220.00	0.000	220.000

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015 - ANEXO DECRETO 6545 - RETIFICAÇÃO LISTAGEM FINAL CARGO 058

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

02/09/2015 - 10:43

Médio completo

058 - TEC. EM PROCES. DE DADOS PMC

No. de vagas: 0

LISTAGEM DE DEFICIENTES

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	LUIZ EDUARDO RUPPEL	13372-8	0	24/02/1982	270.00	0.000	270.000

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	DANIEL PERERA	11934-2	0	10/08/1992	340.00	0.000	340.000
2	ALAN NEVES CARDOSO	32490-6	0	25/04/1985	330.00	0.000	330.000
3	RAFAEL ANGELO MIOSSO	30314-3	0	03/10/1989	320.00	0.000	320.000
4	GIOVANI DIEGO GIRARDI	13944-0	0	29/06/1991	320.00	0.000	320.000
5	EDERSON LUIZ DE SOUZA SANTOS	32320-9	1	22/08/1977	320.00	0.000	320.000
6	ADRIANE ANDRADE NASCIMENTO	32108-7	0	03/01/1990	310.00	0.000	310.000
7	FELIPE AUGUSTO DA SILVA	32871-5	0	21/07/1993	310.00	0.000	310.000
8	LUAN ROBERTO RUPPEL	34877-5	0	29/07/1994	310.00	0.000	310.000
9	LUCAS DE BRITO FUCK	34521-0	0	11/09/1994	310.00	0.000	310.000
10	CARLISE PIERDONA	30952-4	0	09/06/1977	310.00	0.000	310.000
11	MAURICIO MARTINI	11593-2	0	02/10/1989	300.00	0.000	300.000
12	WILLIAN SCHAITEI	33229-1	0	28/03/1996	300.00	0.000	300.000
13	CARLOS AUGUSTO PROHC	32252-0	0	17/05/1991	300.00	0.000	300.000
14	JULIO CESAR DELLANI GABARDO	32460-4	0	27/09/1995	290.00	0.000	290.000
15	FELIPE CORDEIRO MELLO	33564-9	0	02/01/1995	280.00	0.000	280.000
16	WELINTON HAAS	35069-9	0	29/05/1991	270.00	0.000	270.000
17	LUAN CENCI	31903-1	0	12/05/1992	270.00	0.000	270.000
18	LUIZ EDUARDO RUPPEL	13372-8	0	24/02/1982	270.00	0.000	270.000
19	ANDERSON LUIZ CORDEIRO	34320-0	2	05/10/1985	270.00	0.000	270.000
20	JONATHAN MATHEUS PIRES DE CAMARGO	11473-1	0	21/10/1996	260.00	0.000	260.000
21	GUILHERME FAGUNDES BELO	31050-6	0	30/11/1989	260.00	0.000	260.000
22	GUILHERME ANDRE NEIS GODINHO	30777-7	0	20/03/1992	250.00	0.000	250.000
23	VILMAR LAMONATO JUNIOR	34405-2	0	01/07/1994	240.00	0.000	240.000
24	JAQUELINE REGINA DE OLIVEIRA	32326-8	0	29/09/1984	220.00	0.000	220.000
25	JULIANO KOVALHUK	33194-5	0	16/02/1970	220.00	0.000	220.000

ERRATA: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12-2015 - PREGÃO Nº 10-2015

PREFEITURA DE CAÇADOR - SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ERRATA: Processo Licitatório nº 12-2015 - Pregão nº 10-2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA DESTINADO AO CREAS.

1. Onde consta: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA DESTINADO AO CREAS; passa ser: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, DESTINADOS AO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL – CREAS – CASA LAR DO IDOSO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

A abertura passa ser para o dia 06 de outubro de 2015 às 14:00 horas.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2432 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 15 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito do Município de Caçador

PORTARIA Nº 25.788

PORTARIA Nº 25.788, de 31 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010 e na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR os cidadãos abaixo relacionados, para atuarem na Secretaria Municipal da Saúde, especificando: nomes, cargos, carga horária, data de início, período de contratação e lei autorizativa, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C. H.	Referência	A contar de/Período de contratação	Lei
13950	Anderson Luiz Ramos	Odontólogo - ESF	40	ODO-1	01/07/2015	LC nº 222, de 17/08/2011
13956	Andre Adalberto Petry	Médico – ESF	40	MED-1	15/07/2015	LC nº 222, de 17/08/2011
13958	Matheus Lobato Farinon	Médico – ESF	40	MED-1	07/07/2015	LC nº 222, de 17/08/2011
13957	Pablo Augusto Gehlen	Médico – ESF	40	MED-1	02/07/2015	LC nº 222, de 17/08/2011
13966	Daniela Kist Busnardo Cabral	Médico - 20hs	20	39	20/07/2015 a 31/12/2015	LC nº 163, de 20/02/2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de julho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.869

PORTARIA Nº 25.869, de 24 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação de Servidores Públicos Municipais em caráter temporário, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos, empregos públicos e de contrato temporário, lotados nas diversas Secretarias e órgãos municipais, licença para tratamento de saúde, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos, locais de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

I - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Período – A Contar de:	
10048	Aloir Ferreira de Almeida	Auxiliar Serviços e Obras Públicas	001	60 dias	29/08/2015 a 26/10/2015	
12738	Edilaine Casaletti	Psicólogo	523	30 dias	24/07/2015 a 07/08/2015; 10/08/2015 a 24/08/2015	
7991	Eduardo de Bittencourt	Agente Mun. Segurança e Trânsito	DITTESC	60 dias	07/08/2015 a 05/09/2015	
7744	Elizandra Diedrich	Técnico em Enfermagem	006	15 dias	12/08/2015 a 26/08/2015	
7740	Eunice Linhares Fleck	Assistente Social	008	04 dias	27/07/2015 a 31/07/2015	
10047	Gilmar Alves	Auxiliar Serv. Obras Públicas	003	07 dias	14/08/2015 a 20/08/2015	
611	João de Oliveira Prestes	Mecânico	003	93 dias	30/07/2015 a 30/10/2015	
9385	Maria Eva Martins da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	502	09 dias	27/07/2015 a 02/08/2015; 18/08/2015; 24/08/2015	
11033	Nelci Aparecida Cordeiro Bauerle	Auxiliar de Enfermagem	006	60 dias	14/08/2015 a 12/10/2015	
856	Paulo Cesar Jarschel	Diretor Serv. Adm. Fin.	006	16 dias	23/07/2015 a 05/08/2015; 11/08/2015 a 12/08/2015.	
918	Samuel Flores Alves	Encanador	003	120 dias	06/08/2015 a 03/12/2015	
935	Terezinha Salette dos Santos Pereira	Técnico em Enfermagem	006	180 dias	28/07/2015 a 23/01/2015	
890	Vidalmina Prado dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	006	30 dias	10/08/2015 a 08/09/2015	

II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ACTs, EMPREGADOS PÚBLICOS e EM COMISSÃO

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Dias Lançados	Período – A Contar de:
11860	Edemir Januario da Costa	Agente Comunitário de Saúde	006	04 dias	04 dias	22/07/2015; 28/07/2015; 06/08/2015; 19/08/2015;
11873	Maria Salete Moraes dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	006	38 dias	15 dias	21/07/2015 a 24/07/2015; 04/08/2015 a 06/08/2015; 11/08/2015 a 10/09/2015.
13301	Milton Gomes Ribeiro	Agente Serv. Obras Especiais	003	16 dias	15 dias	20/07/2015 a 23/07/2015; 27/07/2015 a 31/07/2015; 17/08/2015 a 23/08/2015
13413	Rose Mari Voloche	Auxiliar de Serviços Gerais	006	12 dias	12 dias	14/08/2015; 17/08/2015; 19/08/2015 a 28/08/2015
13891	Meghi Cristine Nizer	Agente Comunitário de Saúde	006	06 dias	06 dias	16/08/2015 a 21/08/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.907

PORTARIA Nº 25.907, de 01 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONVOCAR as Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para comporem ESCALA para prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, durante o mês de setembro de 2015, especificando: data, dia da semana correspondente, período, número de horas da escala e nomes das Servidoras, conforme segue:

Data	Dia da semana	Período	Nº Horas	Servidora em Sobreaviso
01	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
02	Quarta-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
03	Quinta-feira	17h00-08h00	15hs	Adriane Cruz
04	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
05	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
06	Domingo	17h00-08h00	15hs	Cleony Figur
07	Feriado	08h00-08h00	24hs	Neiva Vieceli
08	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
09	Quarta-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
10	Quinta-feira	17h00-08h00	15hs	Adriane Cruz
11	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
12	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
13	Domingo	17h00-08h00	15hs	Cleony Figur
14	Segunda-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
15	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
16	Quarta-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
17	Quinta-feira	17h00-08h00	15hs	Adriane Cruz
18	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
19	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
20	Domingo	17h00-08h00	15hs	Cleony Figur
21	Segunda-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
22	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
23	Quarta-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
24	Quinta-feira	17h00-08h00	15hs	Adriane Cruz
25	Sexta-feira	17h00-17h00	24hs	Isolete Farias
26	Sábado	17h00-17h00	24hs	Elizete Farias
27	Domingo	17h00-08h00	15hs	Cleony Figur
28	Segunda-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli
29	Terça-feira	19h00-08h00	13hs	Elizete Farias
30	Quarta-feira	17h00-08h00	15hs	Neiva Vieceli

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de setembro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.915

PORTARIA Nº 25.915, de 10 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 22.430, de 28 de fevereiro de 2013, que nomeou Deoclides Sabedot para o Cargo em Comissão de Diretor do PROCON, Referência CC-3, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, face seu falecimento, com efeitos a contar de 08 de setembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de setembro de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.916

PORTARIA Nº 25.916, de 10 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 55, parágrafo único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, e, ainda, na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal EDILENE TEREZINHA DE MELLO FIGUEROA, Matrícula 529, ocupante do cargo de Técnico em Administração, para exercer interinamente, a função de Direção do PROCON, face o falecimento de seu titular, cumulando com as funções que já exerce, e seus efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de setembro de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53-2015 – PR – 35-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53-2015 – PR – 35-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DESTINADOS AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 07/10/2015 as 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 07/10/2015 as 14h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 16 de setembro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 97-2015, PR – Nº 69-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 97-2015, PR – Nº 69-2015 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2015 TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA IMPRESSÃO Á LASER DOS CARNÊS DE IPTU/2016-MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 05/10/2015 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 05/10/2015 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@caçador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 16 de setembro de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 98-2015, TOMADA DE PREÇOS Nº 03-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 98-2015, TOMADA DE PREÇOS Nº 03-2015 – PREFEITURA

EDITAL: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA EXECUÇÃO DE OFICINAS, OBJETIVANDO A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO GESTOR PARA GESTÃO DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS – CEU – PREFEITURA DE CAÇADOR.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/10/2015 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08/10/2015 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 15 de setembro de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 07/2015.

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 07/2015.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caçador convida toda a sociedade civil organizada com atuação e sede no Município de Caçador, bem como os demais munícipes, a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO, que se realizará no dia 30 de setembro de 2015, às 18h30min, no Plenário Joaquim Scolari, sito à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes ao 2º quadrimestre do exercício de 2015.

Caçador, em 15 de setembro de 2015.

Ricardo Pelegrinello,

Presidente da CMC.

Valmor de Paula,

Presidente da CFOCM.

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO PR 63/15 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 063/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 103/2015 cujo objeto é: "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA E COLOCAÇÃO DE MEIO FIO E REFORMA E PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO PARA VIAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 16 de Setembro de 2015.
JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO N.º 2.089/2015

DECRETO N.º 2.089/2015

Converte autorização de uso em doação de área pública, aplicando-se a Lei nº. 961/93 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no inciso I do artigo 1º da Lei Municipal n.º 961, de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO que artigo 2º do Decreto nº 822/2009 dispõe que poderá ser convertida a autorização de uso do bem imóvel em doação após um período de 05 (cinco) anos, demonstrada a solidez e a expansão do empreendimento;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela empresa PRINT BAG EMBALAGENS SA, a qual requer a doação de área por parte do Município de Camboriú, tendo em vista que cumpriu com todas as obrigações assumidas na carta consulta, demonstrando retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos, conforme exige o artigo 5º da Lei Municipal nº 961/1993;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 20 de julho de 2015, que analisou a documentação da Empresa PRINT BAG EMBALAGENS SA e emitiu parecer favorável referente a doação requerida;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica convertida em doação a autorização de uso concedida por meio do Decreto nº 822/2009, em favor da empresa PRINT BAG EMBALAGENS SA, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.599.090/0001-28, referente ao imóvel de propriedade do Município adiante descrito:

I - Uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 8.014,61 m², representada pelos Lotes a serem parcelados, os quais terão as seguintes denominações: Área 01, Área 02, Área 03, Área 08 e Área 09. Área 01 com área de 2.636,84 m², com as seguintes medidas e confrontações: faz frente a OESTE com a Rua José Francisco Bernardes, onde mede em duas linhas, partindo da estrema ao Sul, com 31,42 metros e continua com 15,79 metros, fundos a LESTE com a Rua Projetada C, onde mede em duas linhas partindo da estrema ao Sul, com 30,00 metros e continua com 14,14 metros, estrema ao NORTE com a Avenida Projetada D, onde mede 43,07 metros e estrema ao SUL com a Área 02 e a Área 09, onde mede 73,84 metros. Área 02 com área de 838,29 m², com as seguintes medidas e confrontações: faz frente a OESTE com a Rua José Francisco Bernardes, onde mede 31,10 metros, fundos a LESTE com a Área 09, onde mede 30,00 metros, estrema ao NORTE com a Área 01, onde mede 23,84 metros e estrema ao SUL com a Área 03, onde mede 32,05 metros. Área 03 com área de 1.289,48 m², com as seguintes medidas e confrontações: faz frente a OESTE com a Rua José Francisco Bernardes, onde mede 36,29 metros, fundos a LESTE com a Área 08, onde mede 35,00 metros, estrema ao NORTE com a Área 02, onde mede 32,05 metros e estrema ao SUL com a Área 04, onde mede 41,63 metros. Área 08 com área de 1.750,00 m², com as seguintes medidas e confrontações: faz frente a LESTE com a Rua Projetada C, onde mede 35,00 metros, fundos a OESTE com a Área 03, onde mede 35,00 metros, estrema ao NORTE com a Área 09, onde mede 50,00 metros e estrema ao SUL com a Área 07, onde mede 50,00 metros. Área 09 com área de 1.500,00 m², com as seguintes medidas e confrontações: faz frente a LESTE com a Rua Projetada C, onde mede 30,00 metros, fundos a OESTE com a Área 02, onde mede 30,00 metros, estrema ao NORTE com a Área 01, onde mede 50,00 metros e estrema ao SUL com a Área 08, onde mede 50,00 metros

Art. 2º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área objeto deste Decreto serão de inteira responsabilidade da empresa, sem ônus para o Município, devendo obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Art. 3º Caso a empresa beneficiada não cumpra o disposto nos artigos 5º e 8º da Lei Municipal nº 961/1993 e/ou não utilize a área descrita no artigo 1º deste Decreto para a instalação e funcionamento de suas atividades econômicas, esta terá cancelado os benefícios concedidos, inclusive com o retorno da área doada ao patrimônio público municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 09 de setembro de 2015.
JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.090/2015

DECRETO N.º 2.090/2015

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Municipal n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo Empresário Individual DORICO SALAZAR, inscrito no CNPJ sob o n.º 85.279.354/0001-70, que solicita nova área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar continuidade e ampliar as suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, 20 de julho de 2015, que analisou a documentação do Empresário Individual DORICO SALAZAR e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao Empresário Individual DORICO SALAZAR, inscrito no CNPJ sob o n.º 85.279.354/0001-70, para instalação e continuidade de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 2.343,60 m2, representada pela ÁREA 7A, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao OESTE com a Rua dos Trabalhadores, onde mede 41,85 metros; fundos ao LESTE com a Áreas a quem de direito, onde mede 41,85 metros; estrema ao NORTE com a Áreas a quem de direito, onde mede 56,00 metros; estrema ao SUL com a Área 07, onde mede 56,00 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da empresa, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela empresa beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú – CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;
II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;
III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se a empresa beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a empresa beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a empresa perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A empresa beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da empresa, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A empresa beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;

II - rede de distribuição de energia elétrica;

III - rede telefônica;

IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC, Em, 09 de setembro de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.091/2015

DECRETO N.º 2.091/2015

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º

1.273/1998, a área de terras de 238,80 m² (duzentos e trinta e oito vírgula oitenta metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 298, situado na Rua Margarida, n.º 449, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao NORTE com a Rua Margarida, onde mede 20,58 m (vinte vírgula cinquenta e oito metros); fundos ao SUL com o loteamento Jardim Jornadas; estrema ao LESTE com o Lote 297, onde mede 14,38 m (quatorze vírgula trinta e oito metros) e medindo 9,50 m (nove vírgula cinquenta metros) na estrema ao OESTE com uma área verde.

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de Terezinha Aparecida de Baires, portadora do RG n.º 2.775.448 e inscrita no CPF sob o n.º 981.777.709-00, residente e domiciliada na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 09 de setembro de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.847/2015

LEI N.º 2.847/2015

Autoriza a concessão de habite-se para edificações do Condomínio Florestan Fernandes - Módulos I e II no Município de Camboriú.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, em caráter excepcional, a emitir habite-se para a regularização das edificações já construídas junto ao Condomínio Florestan Fernandes - Módulos I e II, em desconformidade com os projetos das unidades habitacionais autônomas e que estejam em condições de habitabilidade, de acordo com a vistoria a ser realizada pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Art. 2º A emissão do habite-se dependerá da formalização de Termo de Ajustamento de Conduta, doravante denominado TAC, celebrado entre as partes, de um lado o Município de Camboriú, representado pela Prefeita Municipal e, de outro lado, o Compromissário adquirente de uma área junto ao Condomínio Florestan Fernandes.

§ 1º No Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) deverá constar, no mínimo:

I - o nome ou razão social do Compromissário;

II - endereço completo do Compromissário e da edificação;

III - CPF ou CNPJ do Compromissário;

IV - número do protocolo;

V - descrição detalhada da obra;

VI - a obrigação de o Compromissário apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do TAC, a descrição, por meio de projeto arquitetônico e hidrosanitário de regularização, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, dos itens da edificação que serão regularizados por meio do acordo;

VII - valor da multa pelo descumprimento do TAC;

VIII - o prazo de 90 (noventa) dias para regularização da obra; IX - cláusula esclarecendo que o TAC firmado entre as partes constitui título executivo extrajudicial, podendo ser diretamente executado em juízo, caso descumprida alguma de suas cláusulas e condições.

§ 2º Junto com a assinatura do TAC o Compromissário deverá, obrigatoriamente, firmar declaração reconhecendo que a sua construção está em desconformidade com os projetos da sua unidade habitacional.

Art. 3º Fica estabelecida a multa de 10 (dez) Unidades Fiscais do Município - UFM pelo descumprimento do prazo estabelecido para regularização da obra.

§ 1º A cada 30 (trinta) dias de descumprimento do prazo estabelecido para regularização da obra, incidirá nova multa 10 (dez) Unidades Fiscais do Município - UFM, a qual será somada aquelas anteriormente aplicadas.

§ 2º O pagamento da multa não sana o descumprimento do TAC, ficando o infrator na obrigação de regularizar a sua edificação.

§ 3º Em caso de não pagamento da multa, esta será inscrita em dívida ativa.

Art. 4º Caso o TAC não seja cumprido pelo Compromissário, fica autorizado o órgão de representação judicial do Município de Camboriú a ajuizar ação demolitória para regularização das edificações.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 15 de setembro de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.848/2015

LEI N.º 2.848/2015

Denominação de Rua.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de: "RUA RIO SÃO BENTO", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada "N", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7413, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 15 de setembro de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.849/2015

LEI N.º 2.849/2015

Denominação de Rua.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua: "RIO SANTA MARIA", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como RUA PROJETADA PÚBLICA "R", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 8080, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 15 de setembro de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.850/2015

LEI N.º 2.850/2015

Reconhece de Utilidade Pública Municipal a Associação Comunitária e Ecológica do Rio Camboriú – ACERC.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.453/2001, fica declarado de Utilidade Pública Municipal, a Associação Comunitária e Ecológica do Rio Camboriú - ACERC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.538.891/0001-60, com sede na Rua Laranjeiras, no Campo do Vieira, Bairro Taboleiro, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 15 de setembro de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

PR 26/15 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2015-FMAS- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO GRÁFICO, UTILIZADO PARA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES E PROGRAMAS EXECUTADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Setembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Setembro de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

PR 30/15 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2015-FMS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, ATRAVÉS DA OFERTA DE MAIOR DESCONTO EM PERCENTUAL, SOBRE OS VALORES DA REVISTA ABC FARMA - ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO.

TIPO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO PERCENTUAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 30 (Trinta) de Setembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Setembro de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

PR 70/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 070/2015-PMC- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL ELETRICO, TENDO EM VISTA QUE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO ESTÃO ESTRAGADOS E VISANDO DAR MAIOR SEGURANÇA ATRAVÉS DA ILUMINIZAÇÃO DO PRÉDIO PÚBLICO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Setembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Setembro de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

TERMO DE ERRATA PR 13/15 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL 013/2015-FMAS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 013/2015 - FMAS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARTUCHO DE TINTA E TONER, PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu a seguinte alteração:

FOI ALTERADO NO AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DIA 08/04/2015:

- onde lê-se:

Pregão Presencial 013/2015 - FUNDESB

- leia-se:

Pregão Presencial 013/2015 - FMAS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 16 de Setembro de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

RFG ANEXO 1 2º QUADRIMESTRE PODER LEGISLATIVO

MUNICÍPIO DE CAMBORIU - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.989.189,20	0,00
Pessoal Ativo	2.989.189,20	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	2.989.189,20	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	142.572.803,43	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.989.189,20	2,10
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.554.368,21	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.126.649,80	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.698.931,39	5,40

FONTE:

CAMBORIU, 16/09/2015

ANTONIO PAULO DA SILVA NETO
Presidente da Camara

MARCIANO SILVA NETO
Contador CRC/SC 023979/O-8

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DESERTA PREGÃO 86/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 86/2015)

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Lilian Terezinha Bartsch e Irineu Woitskovski Júnior, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 86/2015, modalidade Pregão Presencial, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de ADUBO 05-20-10, em sacos de 50kg, para distribuição gratuita aos produtores rurais deste município, cadastrados no "Programa Municipal de Distribuição de Adubo", criado através da Lei Municipal nº 4.172 de 06/08/2014. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, declarando a licitação DESERTA, considerando que nenhum licitante protocolizou documentação e proposta para tal licitação. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA TP 81/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 81/2015)

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.805 de 02 de fevereiro de 2015) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 81/2015, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto consiste Contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para execução de Portal Turístico e 02 (dois) Totens localizados ao longo da SC 418, no Município de Campo Alegre - SC. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA – CNPJ: 86.721.008/0001-62, FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME – CNPJ: 20.985.955/0001-52, MINETTO CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA – CNPJ: 14.734.546/0001-80, BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 05.401.426/0001-70 e PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 05.015.251/0001-63. A licitante IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA credenciou como representante na sessão a Sra. Ana Paula Schroeder, a licitante FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME credenciou como representante na sessão o Sr. Renan Sismar Maurício, as licitantes BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA e MINETTO CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME não credenciaram representante na sessão. Passou-se a análise dos Documentos das licitantes, sendo consideradas todas HABILITADAS. Todas as licitantes comprovaram enquadramento como ME ou EPP através da Certidão Simplificada. Conforme desistência de recurso quanto o julgamento dos documentos de habilitação, passou-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL com fixação de valor máximo unitário. As propostas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão e demais presentes, a empresa Implantest Construtora

Ltda apresentou proposta no valor de R\$ 164.369,69, a empresa Bruvetec Engenharia e Construções Ltda apresentou proposta no valor de R\$ 182.632,99, a empresa Prk Engenharia e Construções Ltda apresentou proposta no valor de R\$ 180.811,22, a empresa Minetto Construções e Comércio Ltda apresentou proposta no valor de R\$ 164.369,69, a empresa Forte Rocha Construtora Ltda apresentou proposta no valor de R\$ 164.695,38. As licitantes Minetto Construções e Comércio Ltda e Implantest Construtora Ltda apresentaram proposta no menor valor de R\$ 164.369,69 sendo considerado empate, considerando que as duas empresas são enquadradas como ME conforme Certidão Simplificada, foi realizado sorteio público com os presentes na sessão para desempate e escolha do vencedor. O representante da empresa Forte Rocha Construtora Ltda, Sr. Renan Sismar Maurício sorteou como vencedora a empresa Minetto Construções e Comércio Ltda. A Comissão julgou a empresa Minetto Construções e Comércio Ltda vencedora da presente licitação, com o valor R\$ 164.369,69. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

CONVOCAÇÃO Nº 151/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014

CONVOCAÇÃO Nº 151/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr^a. EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ, inscrita no CPF/MF sob nº 023.418.419-10, aprovada em 64º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014-PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 18 de Setembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 16 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

DECRETO Nº 9.289 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.289 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII

da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução de nº 06 da Comissão Responsável Pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares do Município de Campo Alegre/SC. – Eleições 2015, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC., 16 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MESÁRIOS E ESCRUTINADORES, PARA A ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES, A REALIZAR-SE EM 04 DE OUTUBRO DE 2015, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90; Lei Municipal nº 3.425/08 e suas alterações e, Edital de Convocação nº 001/2015; nomeia os mesários e escrutinadores, que atuarão na eleição de Conselheiros para o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC., que será realizada em 04 de Outubro de 2015; Resolve:

Art. 1º – Ficam nomeadas as pessoas relacionados abaixo para atuarem como Presidentes e Secretários de Mesa e Mesários na eleição do Conselho Tutelar do Município de Campo Alegre/SC., em data de 04 de Outubro de 2015, das 08:00 às 17:00 horas:

I - EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Maria José Duarte Silva Bernardes”, situada na Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, Município de Campo Alegre/SC;

Urna 01

- a) – LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH – Presidente da Mesa 01
- b) – ANDREZA DA ROCHA – Secretária da Mesa 01

Urna 02

- a) – BIANCA APARECIDA RAMOS – Presidente da Mesa 02
- b) – HENRIQUE O. SCHWARZ JUNIOR – Secretário da Mesa 02

II - EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Paulo Fuckner”, Rua Principal, nº, localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre/SC;

Urna 01

- a) – CARINA ELIS MOREIRA – Presidente da Mesa 01

b) – ODEMAR ZUMBACH – Secretário da Mesa 01

Urna 02

- a) – RAFAEL LINZMEYER – Presidente da Mesa 02
- b) – SINTIA KOBUS – Secretário da Mesa 02

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

III - EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental “Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco”, Rua Fernando Jung, nº 420, Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre/SC;

Urna 01

- a) – MÔNICA GORNIACK – Presidente da Mesa 01
- b) – JAIRO OSNI SCHWARZ JÚNIOR – Secretário da Mesa 01

Urna 02

- a) – KÁTIA REGINA KOBUS – Presidente da Mesa 02
- b) – LUAN ENGELKE MOURA COSTA SABINO – Secretário da Mesa 02

IV - CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil “Chapeuzinho Vermelho”, Rua Prof. Rufino Blazskowsky, nº 154, Distrito Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC.

Urna 01

- a) – JOCIMARA LADER – Presidente da Mesa 01
- b) – LUANA SELL – Secretária da Mesa 01

Urna 02

- a) – REDIANE DOROTI RADOLL – Presidente da Mesa 02
- b) – FELIPE ANTÔNIO KROLL – Secretário da Mesa 02

Art. 2º– Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 16 de Setembro de 2015.

SANDRO LUIZ FRIEDRICH
Presidente da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural Prédio Sede da Prefeitura Municipal de “Campo Alegre-SC”; Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores de “Campo Alegre-SC”; Fórum Municipal “Casa da Cidadania” do Município de Campo Alegre/SC; na Sala sede do CMDCA do Município de Campo Alegre/SC; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura – “Regina Emília Ida Linzmeyer” do Município de Campo Alegre/SC., e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

PATRICK ONGHERO
Secretário da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

DECRETO Nº 9.290 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.290 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora FLÁVIA ALIANE TURECK HANTSCHHEL, Matrícula Funcional nº 000674, Registro no Sistema sob o nº 955105, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, declarando vacância no respectivo Cargo Público, a partir de 16 de Setembro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.291 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.291 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 34 e Parágrafo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Exonerar do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, o Servidor ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON, Matrícula Funcional nº 000804, Registro no Sistema sob o nº 955490, ocupante do Cargo Público de Médico I, na Função de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, declarando vacância no respectivo Cargo Público, a partir de 16 de Setembro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.292 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.292 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.353 de 16 de Setembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Especial, Cria Elemento de Despesa e suplementa-o no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica		
10.305.0058.2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância Epidemiológica		
300000.00.132 -	Despesas Correntes		
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.132 -	Aplicações Diretas		
339032.00.132 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 9.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica		
10.305.0058.2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância Epidemiológica		
400000.00.132 -	Despesas de Capital		
440000.00.132 -	Investimentos		
449000.00.132 -	Aplicações Diretas		
449052.00.132 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 9.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.293 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.293 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.942,50 (um mil, novecentos e quarenta e dois reais, cinquenta centavos), nos seguintes Elementos de Despesas de Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 242,50
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 1.670,00
	Total	R\$ 1.942,50

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 242,50
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
	GABINETE DO PREFEITO	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.670,00
	Total	R\$ 1.942,50

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 16 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.353 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 4.353 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Especial, Criar Elemento de Despesa e suplementa-lo no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
10.305.0058.2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339032.00.132 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 9.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
10.305.0058.2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
400000.00.132 -	Despesas de Capital	
440000.00.132 -	Investimentos	
449000.00.132 -	Aplicações Diretas	
449052.00.132 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 9.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 16 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.219 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.219 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, JOSÉ ADEMIR RIBEIRO, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a Função de Auxiliar de Enfermagem, Matrícula funcional nº 000689, Registro no Sistema sob nº 955128, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 01 (zero um) dias e 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 19 (dezenove) dias.

Parágrafo único – O Pagamento de um Terço de Férias o qual se refere o caput deste artigo, referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 08 de Setembro de 2015 á 27 de Setembro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 12.204 de 04 de Setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
15 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.220 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.220 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal LOURIVAL IOHANSON, Matrícula funcional nº 000479, Registro no Sistema sob nº 954485, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo: 03 de Outubro de 2013 a 02 de Outubro de

2015.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 15 de Setembro de 2015 á 24 de Setembro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
15 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MESÁRIOS E ESCRUTINADORES, PARA A ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES, A REALIZAR-SE EM 04 DE OUTUBRO DE 2015, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90; Lei Municipal nº 3.425/08 e suas alterações e, Edital de Convocação nº 001/2015; nomeia os mesários e escrutinadores, que atuarão na eleição de Conselheiros para o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC., que será realizada em 04 de Outubro de 2015; Resolve:

Art. 1º – Ficam nomeadas as pessoas relacionados abaixo para atuarem como Presidentes e Secretários de Mesa e Mesários na eleição do Conselho Tutelar do Município de Campo Alegre/SC., em data de 04 de Outubro de 2015, das 08:00 às 17:00 horas:

I - EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Maria José Duarte Silva Bernardes”, situada na Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, Município de Campo Alegre/SC;

Urna 01

- a) – LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH – Presidente da Mesa 01
- b) – ANDREZA DA ROCHA – Secretária da Mesa 01

Urna 02

- a) – BIANCA APARECIDA RAMOS – Presidente da Mesa 02
- b) – HENRIQUE O. SCHWARZ JUNIOR – Secretário da Mesa 02

II - EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Paulo Fuckner”, Rua Principal, snº, localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre/SC;

Urna 01

- a) – CARINA ELIS MOREIRA – Presidente da Mesa 01
b) – ODEMAR ZUMBACH – Secretário da Mesa 01

Urna 02

- a) – RAFAEL LINZMEYER – Presidente da Mesa 02
b) – SINTIA KOBUS – Secretário da Mesa 02

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

III - EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental “Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco”, Rua Fernando Jung, nº 420, Distrito de Fragosos Município de Campo Alegre/SC;

Urna 01

- a) – MÔNICA GORNIACK – Presidente da Mesa 01
b) – JAIRO OSNI SCHWARZ JÚNIOR – Secretário da Mesa 01

Urna 02

- a) – KÁTIA REGINA KOBUS – Presidente da Mesa 02
b) – LUAN ENGELKE MOURA COSTA SABINO – Secretário da Mesa 02

IV - CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil “Chapeuzinho Vermelho”, Rua Prof. Rufino Blazskowsky, nº 154, Distrito Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC.

Urna 01

- a) – JOCIMARA LADER – Presidente da Mesa 01
b) – LUANA SELL – Secretária da Mesa 01

Urna 02

- a) – REDIANE DOROTI RADOLL – Presidente da Mesa 02
b) – FELIPE ANTÔNIO KROLL – Secretário da Mesa 02

Art.2º– Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 16 de Setembro de 2015.

SANDRO LUIZ FRIEDRICH

Presidente da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural Prédio Sede da Prefeitura Municipal de “Campo Alegre-SC”; Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores de “Campo Alegre-SC”; Fórum Municipal “Casa da Cidadania” do Município de Campo Alegre/SC; na Sala sede do CMDCA do Município de Campo Alegre/SC; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura – “Regina Emília Ida Linzmeyer” do Município de Campo Alegre/SC., e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

PATRICK ONGHERO

Secretário da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

SUSPENSÃO - TOMADA DE PREÇOS 82/2015

AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2015-Tomada de Preços

A Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições, torna público que foi SUSPENSA SINE DIE, a licitação acima epigrafada, cujo objeto é o “fornecimento de material e mão de obra para execução de Obra de Arte Especial, consistindo em 01 PONTE DE CONCRETO ARMADO, 02 VIAS, COM PASSARELA PARA PEDESTRE na localidade de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre - SC, transpondo o Rio Tijucume”.

A suspensão se dá em virtude da necessidade de revisão do edital.

Campo Alegre, 16 de setembro de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração.

Campo Erê

PREFEITURA

1 TERMO ADITIVO A ATA RP 010/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

1º TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2015.

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ-MF sob o nº 83.026.765/0001-28. DETENTORA: MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.108.936/0001-01. OBJETO: Reequilíbrio financeiro dos itens 33 (valor atualizado R\$ 6,35) e item 37 (valor atualizado de R\$ 7,45). FUNDAMENTO LEGAL: alínea "d", Inciso II, do art. 65, da Lei 8.666/93, c/. Campo Erê/SC, em 16/09/2015
SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pelo Contratante e Ivanilde Varela Costa pela Detentora.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
FUNDO MUNICIPAL ROTATIVO HABITACIONAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal Rotativo Habitacional, torna público que fará realizar no dia 29 de setembro de 2015 às 14h30min horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO QUE SERÃO UTILIZADOS EM EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO MUNICIPAL HABITACIONAL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 18h30, diariamente.

Campos Novos, 16 de setembro de 2015.

Prefeito Municipal

Nelson Cruz

AVISO DE PP Nº04/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNREBOM

PROCESSO DE COMPRA Nº 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015.

O Município de Campos Novos, através do Fundo de Reeq. do Corpo de Bombeiros de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 01 de Outubro de 2015 às 14h30 horas, Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR PARA O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAMPOS NOVOS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h00min diariamente.

Campos Novos, 16 de Setembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

AVISO PP 29/2015 CONTRATAÇÃO EMPRESA DE ASSESSORAMENTO - SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 30/09/2015 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial Menor Preço por item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA ASSESSORAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS - SC, . O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição

dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 17 de setembro de 2015.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

DECRETO 7346/2015 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.346/15 DE 03/09/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas no orçamento da Fundação Hospitalar Dr. José Athanasio o valor de R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 40- FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSE ATHANASIO

UNIDADE: 01 – ADM da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanasio

PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 – Manutenção da Fund. Hosp. Dr. Jose Athanasio

Elementos de despesa: 11- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0067–Aplicações Diretas R\$ 360.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 40- FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSE ATHANASIO

UNIDADE: 01 – ADM da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanasio

PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 – Manutenção da Fund. Hosp. Dr. Jose Athanasio

Elementos de despesa: 09- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.00604–Aplicações Diretas R\$ 360.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua republicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 03 de setembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO 7354/2015 - ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNREBON

DECRETO Nº 7.354/15 DE 15/09/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNREBON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Especial no orçamento do FUNREBON no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) nos projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 36 – FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ DO CORPO DE BOMBEIROS

UNIDADE: 01 – FUNREBON – FUNDO DE REEP DO CORPO DE BOMBEIROS

PROJETO/ATIVIDADE: 1.030 – Reequipamento do FUNREBON
Elementodedespesa:2-4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000–
Aplicações Diretas R\$100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos de excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 15 de setembro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1411/15

PORTARIA Nº 1411/15 de 14/09/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JOACIR ALVES DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JOACIR ALVES DOS SANTOS do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 14 de setembro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1412/15

PORTARIA Nº 1412/15 DE 15/09/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FABIANO MOREIRA DE MELO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário FABIANO MOREIRA DE MELO, para exercer o cargo de GUARDA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 11 de setembro de 2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 15 de setembro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1413/15

PORTARIA Nº 1413/15 DE 15/09/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VERA LUCIA GONÇALVES WALTER

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VERA LUCIA GONÇALVES WALTER, para exercer o cargo de GUARDA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 15 de setembro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**PORTARIA 049/2015**

PORTARIA SAMAE CNO 049/2015, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista ao servidor Sebastião Antunes da Silva, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1, no período em que o mesmo estiver de Plantão.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

ANULAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 72/2015 (PRESENCIAL)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 119/2015
PREGÃO N.º 72/2015 (PRESENCIAL)
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do Pregão n.º 72/2015 (PRESENCIAL), que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RELATIVO A 16 HORAS MÁQUINA - TRATOR DE ESTEIRA - PARA ABERTURA DE 170 METROS NA RUA THEODORO HUMENHUK E 180 METROS NA RUA MIGUEL DARMORUS, NO BAIRRO CAMPO DA AGUA VERDE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS. SEGUIR TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DE MÁQUINAS E SERVIÇOS CONFORME ANEXO IX. Motivo: Licitação Deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

DECRETO Nº 216/2015

DECRETO Nº. 216/2015
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVES DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.475 de 16/12/2014 – LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2015, no valor de R\$ 167.275,79 (cento e sessenta e sete mil, duzentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.1.71.00.00.00.00 – Transf. a consórcios públicos
..... 167.275,79

Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 167.275,79 (cento e sessenta e sete mil, duzentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.50.00.00.00.00 – Transf. a inst. Privadas s/fins lucrativos
..... 167.275,79

Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 27 de agosto 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 217/2015

DECRETO Nº. 217/2015
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 2.298,50 m² (Dois mil, duzentos e noventa e oito metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por PAULO CESAR DA GAMA, situado na Rua Getúlio Vargas, no Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 37.708, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 14 com área de 1.020,75 m² e lote nº 32 com área de 1.277,75 m², ambos pertencentes à quadra nº 15, conforme requerimento protocolado sob nº. 5254/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento, em 27/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 218/2015

DECRETO Nº. 218/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 488,70 m² (Quatrocentos e oitenta e oito metros e setenta décimos quadrados), procedido por MATEUS ALVES DA SILVA, situado na Rua João Schindler, no Bairro Alto das Palmeiras, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 38.655, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 11 com área de 287,10 m² e lote nº 20 com área de 201,60 m², ambos pertencentes à quadra nº 1624, conforme requerimento protocolado sob nº. 5252/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 219/2015

DECRETO Nº. 219/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 808,00 m² (Oitocentos e oito metros quadrados), procedido por MARIO OSVALDO MIRANDA LIMA, situado na Rua Severo de Andrade, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 23.581, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 12 com área de 488,00 m² e lote nº 29 com área de 320,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 1330, conforme requerimento protocolado sob nº. 5349/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 220/2015

DECRETO Nº. 220/2015

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 1.005,23 m² (Um mil e cinco metros e vinte e três décimos quadrados), procedido por PAULO CESAR DA GAMA, situado na Rua Roberto Ehlke, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 17.791 e 17.790, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 02 com área de 1.005,23 m², pertencente à quadra nº 186, conforme requerimento protocolado sob nº. 5253/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 221/2015

DECRETO Nº. 221/2015

"AUTORIZA O REPASSE DE AUXILIO FINANCEIRO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO."

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.657 de 26/08/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2015, a título de subvenção social à entidade abaixo relacionada:

I – Associação dos Moradores do Campo d'Água Verde – AM-CAV, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 73.339.756/0001-33, até o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), visando à realização de despesas gerais que concorram para manutenção das atividades da referida entidade;

Art. 2º. O valor a ser objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, como também posterior a data de vigência do mesmo, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instrução Normativa TC 12/2012, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 5º da Lei 5.657 de 26/08/2015, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Função 4: Administração

Subfunção 122: Administração geral

Programa 3: Modernização administrativa

Atividade 2.035 – Contribuição à entidades

3.3.50.00.00.00.00 – Transf. a Instituições Privadas s/ fins lucrativos 5.000,00

Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

Art. 6º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 5º

desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30000	Recursos ordinários – Superávit	5.000,00
TOTAL		5.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 7º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 222/2015

DECRETO Nº. 222/2015

"AUTORIZA O REPASSE DE AUXILIO FINANCEIRO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO."

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.658 de 26/08/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2015, a título de auxílio financeiro à entidade abaixo relacionada:

I – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.166.793/0001-40, até o valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), visando aporte financeiro para auxiliar na aquisição de um veículo adaptado aos portadores de necessidades especiais;

Art. 2º. O valor a ser objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, como também posterior a data de vigência do mesmo, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal

4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instrução Normativa TC 12/2012, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 5º da Lei 5.658 de 26/08/2015, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Função 4: Administração

Subfunção 122: Administração geral

Programa 3: Modernização administrativa

Atividade 2.035 – Contribuição à entidades

3.3.50.00.00.00.00 – Transf. a Instituições Privadas s/ fins lucrativos 110.000,00

Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

Art. 6º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 5º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30000	Recursos ordinários – Superávit	110.000,00
TOTAL		110.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 7º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 223/2015

DECRETO Nº 223/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivará e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar – Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que à época ocorreria liquidação a maior que o documento fiscal emitido, bem como pelo fato da despesa/diária não ter sido efetivada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO – DECRETO N.º 223/2015

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:			
ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 133 – RECURSOS DESTINADOS A ASPs (15%)			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
001560/14	20/10/2014	Fernando Cesar Pionhievicz (Ordem de Pagamento n.º 4326/14)	60,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:			
ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 161 – RECURSOS PAB			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
000825/14	04/06/2014	Aciprasc Controle Sanit. Ltda (Ordem de Pagamento n.º 4293/14)	0,02
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 161 – RECURSOS PAB			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000382/14	24/03/2014	Suprimeveis Ltda EPP	1.560,00
0000384/14	24/03/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME	1.168,50
0000470/14	04/04/2014	Ristow Com. e Dist. Ltda EPP	522,40
0000651/14	07/05/2014	Cerealista Torre Alta Ltda	329,95
0001033/14	15/07/2014	Oncoline Com. de Medicamentos Ltda	381,60
0001479/14	06/10/2014	Licimed Dist. Med. Correlatos Prod. Med. Hospit. Ltda	857,49
0001536/14	15/10/2014	Suelen Bueno da Rocha ME	550,00
0001887/14	02/12/2014	Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda	1.056,10
0001896/14	03/12/2014	Renato Knorek EPP – Eletrocar	2.650,00
0001992/14	17/12/2014	Logitex Distribuidora Ltda ME	530,00
0002085/14	30/12/2014	Dimaci Material Cirurgico Ltda	2.043,88
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 165 – RECURSOS VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000556/14	22/04/2014	Wam-Med Dist. de Medicamentos Ltda	600,00
0000770/14	27/05/2014	Nova Onda Com. de Veículos Ltda	59,90
0000771/14	27/05/2014	Nova Onda Com. de Veículos Ltda	20,00
0001064/14	15/07/2014	Henry Equipamentos e Sistemas Ltda	100,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 167 – RECURSOS FARMÁCIA BÁSICA UNIÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000536/14	22/04/2014	Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda	1.666,45
0000537/14	22/04/2014	Promefarma Representações Comerciais Ltda	79,80
0000538/14	22/04/2014	Comercial Cirúrgica Rioclaresense Ltda	219,45
0000540/14	22/04/2014	Ciamed Dist. de Medicamentos Ltda	119,00
0001466/14	06/10/2014	Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda	2.368,54
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 171 – RECURSOS FINANCEIROS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001444/14	02/10/2014	IHM Auto Mecânica Ltda	260,00
0001491/14	06/10/2014	IHM Auto Mecânica Ltda	210,00
0001492/14	06/10/2014	IHM Auto Mecânica Ltda	275,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 258 – RECURSOS FARMÁCIA BÁSICA DO ESTADO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000542/14	22/04/2014	Dimaci Material Cirúrgico Ltda	9.285,88

0000545/14	22/04/2014	100Medic Dist. Import. Export. Medicamentos Ltda	34,40
0001469/14	06/10/2014	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	744,00
0001472/14	06/10/2014	Dimaci Material Cirúrgico Ltda	4.555,78
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 259 – RECURSOS CEO ESTADO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000092/14	24/01/2014	Banco do Brasil S.A	58,80
0000929/14	01/07/2014	Emigê Materiais Odontológicos Ltda	185,20
0000930/14	01/07/2014	Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares	294,45
0001881/14	02/12/2014	Silmes Com. de Produtos Odontológicos Ltda ME	106,70
0001882/14	02/12/2014	L.M. Ladeira & Cia Ltda	151,62
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 289 – RECURSOS FARMÁCIA BÁSICA ESTADO SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000952/14	09/07/2014	Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda	1.951,75
0001473/14	06/10/2014	Dimaci Material Cirúrgico Ltda	267,52
0001476/14	06/10/2014	100Medic Dist. Import. Export. Medicamentos Ltda	64,73
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 292 – RECURSOS PAB SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000958/14	09/07/2014	Dimaci Material Cirúrgico Ltda	4.692,27
0000962/14	09/07/2014	Licimed Dist. Medic. Correlatos Prod. Med. Hosp. Ltda	826,22
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 317 – RECURSOS COFIN. ATENÇÃO BÁSICA			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000398/14	26/03/2014	Digisystem Com. de Maq. e Suprimentos Informática Ltda	1.330,00
0001027/14	14/07/2014	Dial Departamentos Ltda ME	423,80
0001865/14	28/11/2014	Ciamed – Distribuidora de Medicamentos Ltda	2.100,00
0001868/14	28/11/2014	Licimed Dist. Medic. Correlatos Prod. Med. Hosp. Ltda	844,70
0001869/14	28/11/2014	Marcofarma Dist. de Produtos Farmacêuticos Ltda	60,84
0001867/14	28/11/2014	100Medic Dist. Import. Export. Medicamentos Ltda	1.824,16

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 521 – RECURSOS REMUNERAÇÃO DEPÓSITOS BANCÁRIOS PAB			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001860/14	28/11/2014	Mauro Marciano Com. de Medicamentos Ltda	1.036,00

Canoinhas/SC, 01 de setembro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PORTARIA Nº 843/2015

PORTARIA Nº. 843/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro a servidora ANGELA MARIA SOARES, efetiva no cargo de Professor, atualmente ocupando o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 1999/2004, para quitar débitos tributários, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 844/2015

PORTARIA Nº. 844/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR

Art. 1º - Fica concedida exoneração compulsória por idade à MARIA OLANDIR DE JESUS DOS SANTOS, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 30/09/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 845/2015

PORTARIA Nº. 845/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido TANIA APARECIDA DE SOUSA, contratada no cargo de Professor de Inglês, 20 horas semanais, sendo 10 horas semanais na EBM Evaldo Dranka e 10 horas semanais na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, a partir de 30/09/2015, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 846/2015

PORTARIA Nº. 846/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a MERLEN MARCIELE GUIMARÃES PEPE, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 14/09/2015 a 28/09/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 847/2015

PORTARIA Nº. 847/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 48 (quarenta e oito) dias de Licença Prêmio a MARIA CELINA MURARO, efetiva no cargo de Professor de Educação Física, 20 horas semanais na EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, a desfrutar no período de 21/09/2015 a 07/11/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 848/2015

PORTARIA Nº. 848/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a PASCALLE PATRÍCIA FERNANDES VICENTE DE SOUZA, efetiva no cargo de Bioquímico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 15/09/2015 a 24/09/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 849/2015

PORTARIA Nº. 849/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 34 (trinta e quatro) dias de Licença Prêmio a CIRLEI TEREZINHA RODRIGUES, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, a desfrutar no período de 15/09/2015 a 18/10/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 17 (dezesete) dias de Licença Prêmio a JOSÉ DONISETTE KEPP, efetivo no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1997/2002, a desfrutar no período de 14/09/2015 a 30/09/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 850/2015

PORTARIA Nº. 850/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, de acordo com a Lei Municipal nº 5.556/2015 e de acordo com a Lei Municipal nº 5.574/2015:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
2. FRANCIELI JOANA BIALESKI
3. ROSELI DOBROSHINSKEI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme

descrito na Comunicação Interna Nº 271/SMS/2015.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Ficam revogas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 851/2015

PORTARIA Nº. 851/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869 de 24/08/2009; Resolve:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90, resolve:

PRORROGAR PRAZO

Art.1º - Fica prorrogado por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 638/2015, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 852/2015

PORTARIA Nº. 852/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional ERLI FINTA, efetiva no cargo de Professor 2, junto à

Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/09/2015, conforme comunicação interna nº 339/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 853/2015

PORTARIA Nº. 853/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 59 (cinquenta e nove) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor OLIVAR KWITCHAL, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo 29 dias referente ao período aquisitivo de 1988/1993 e 30 dias referente ao período aquisitivo de 1993/1998, para quitar despesas médicas, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 854/2015

PORTARIA Nº. 854/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o art. 103 § 1º da Lei nº 1.305/90, resolve:

INTERROMPER LICENÇA

Art. 1º - Fica interrompida a licença prêmio concedida a SOLANGE

MARIA VAILATE, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 10/09/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 855/2015

PORTARIA Nº. 855/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990,

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a SOLANGE MARIA VAILATE, efetiva no cargo de Servente Feminina, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10/09/2015, conforme comunicação interna nº 338/DP/2015, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 856/2015

PORTARIA Nº. 856/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme a Lei Municipal nº. 2.307/1990 e da Lei Municipal nº. 4.279/2007, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Motorista, para

atuar junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, o profissional JEAN CARLO HOHMANN, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 39.223, e convocado conforme Edital nº 059 de 03 de Agosto de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 17/09/2015, conforme comunicação interna nº 085/SMODU/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 857/2015

PORTARIA Nº. 857/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em licença para tratar de assuntos particulares;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada a profissional OLGA CORREIA DA SILVA, na função de Professor de Matemática, MAG I, 20 horas semanais, sem regência, para atuar na EBM José Grosskopf, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 17/09/2015 a 18/12/2015, na vaga vinculada da professora Suelen Schwed a qual está em licença para tratar de assuntos particulares, conforme comunicação interna nº 404/SME/2015.

Art. 2º - Fica contratada a profissional LUCIMARA ALVES MACHADO STUKOSKI, na função de Professor de Arte, MAG I, 20 horas semanais, 15 % de regência, para atuar no CEI Nathan Zugmann, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 17/09/2015 a 18/12/2015, na vaga vinculada da professora Jucelia do Carmo Neves, a qual reduziu a sua jornada de labor amparada pela Lei nº 1.024/2008, para atendimento ao filho com necessidades especiais, conforme comunicação interna nº 404/SME/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento em 14/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 858/2015

PORTARIA Nº. 858/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o art. 103 § 1º da Lei nº.1.305/90, resolve:

INTERROMPER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam interrompidas as férias entre os dias 15/09/2015 a 17/09/2015 concedida a TELMA REGINA BLEY, comissionada no cargo de Secretária Municipal de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna nº 288/SMS/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 862/2015

PORTARIA Nº. 862/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR COMISSÃO

Art. 1º - Ficam nomeados, os abaixo relacionados para compor a comissão especial de trabalho visando à definição das atividades preponderantes para fins de Risco Ambiental de Trabalho da Prefeitura Municipal de Canoinhas, a qual deverá vigorar a partir de 17/09/2015 pelo prazo de 10 dias para conclusão das atividades:

1. Diogo Carlos Seidel
2. Flavia Lucia Haensch
3. Jonas dos Santos Lima
4. José Carlos Herbst
5. Marilei Kurceszki Kumineck.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL E DA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO Nº FUNR 05/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNREBOMPM DE CANOINHAS

PROCESSO N.º FUNR. 06/2015

PREGÃO N.º FUNR. 05/2015 (PRESENCIAL)

ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 29/09/2015, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h10min (entrega) e 14h15min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL E DA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO Nº PMC 104/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 171/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 104/2015 (PRESENCIAL)

ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 29/09/2015, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º FMAS 14/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/15

HOMOLOGAÇÃO: 16/09/15

CONTRATADO: REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM TOBOGÃ INFLÁVEL, COM MOTOR, DESTINADO AO CREAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) DATA: 16/09/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º FMS 12/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/15

HOMOLOGAÇÃO: 16/09/15

CONTRATADO: INDREL IND. DE REFRIGERA.LONDRINENSE LTDA CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CÂMARA DE REFRIGERAÇÃO (CONTROLADORA DE TEMPERATURA) DESTINADA AO ARMAZENAMENTO DE VACINAS GERAIS NA SALA DE VACINAS DA CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. VALOR DA DESPESA: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) DATA: 16/09/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

quatrocentos e setenta e oito reais e setenta e um centavos). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 83/2015. PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 49/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-01/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 01-01/2015
ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 01-01/2015 referente ao contrato n.º FMS 01/2015. Data do Aditivo: 03/09/2015. Objeto Contratado: CONTRATO DE RATEIO O ESTABELECIMENTO DE AÇÕES DE SAÚDE CONJUNTAS ENTRE OS INTEGRANTES DO CISAMURC, QUE POSSIBILITEM A OTIMIZAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE QUE LHEM CORRESPONDAM, ATRAVÉS DO ORÇAMENTO APROVADO PELA ASSEMBLEIA GERAL DOS CONSORCIADOS. Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, CNPJ: 03.887.256/0001-50. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. Cláusula terceira – dos valores e forma de repasse: Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 167.275,79 (cento e sessenta e sete mil duzentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos), conforme Lei n.º 5.629 de 15/07/2015, “que RATIFICA a 1ª alteração do protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado, e dá outras providências”. Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 97.609,56 (noventa e sete mil seiscentos e nove reais e cinquenta e seis centavos), passará a ser R\$ 264.885,35 (duzentos e sessenta e quatro mil oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-131/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-131/2015
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-131/2015, referente ao contrato n.º PMC 131/2015. Data do Aditivo: 08/09/2015. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES NOS DIAS 08/10/11/12/13 E 14 DE SETEMBRO DE 2015, DIAS REFERENTE A 20º FESMATE. Contratada: ANA CARDOSO - ME. CNPJ: 01.265.365/0001-00. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Cláusula segunda (valor e pagamento): Fica ACRESCIDO a este contrato o Valor de R\$ 539,24 (quinhentos e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos), o acréscimo se faz necessário devido a limpeza das áreas internas (Stands) que serão utilizados no Parque de Exposições Ouro Verde para realização da 20º Fesmate, solicitação nº 53/2015 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 6.939,47 (Seis mil novecentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos) passará a ser de R\$ 7.478,71 (sete mil

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 11-13/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 11-13/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 11-13/2013, referente ao contrato n.º PMC 13/2013. Data do Aditivo: 23/07/2015. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: ELIZEU DRANCA ME. CNPJ: 10.243.124/0001-51. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. II – DO VALOR: Fica acrescido ao presente contrato, o valor de R\$ 1.587,30 (mil quinhentos e oitenta e sete reais e trinta centavos) referente ao acréscimo de 5 dias letivos no mês de dezembro devido ao período de recuperação em que os alunos devem comparecer, conforme solicitação nº 181 da Secretaria Municipal de Educação. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 176.648,33 (cento e setenta e seis mil seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos), passará a ser R\$ 178.235,63 (cento e setenta e oito mil duzentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 137/2012. CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 12/2012.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-149/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-149/2014
PRAZO DE VIGÊNCIA
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-149/2014, referente ao contrato n.º PMC 149/2014. Data do Aditivo: 27/08/2015. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MENINO JESUS, LOCALIZADO NA LOCALIDADE DA FARTURA, NESTA CIDADE DE CANOINHAS. Contratada: IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA ME. CNPJ: 86.721.008/0001-62. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA: Parágrafo Terceiro – A vigência do presente Contrato que era até 28/08/2015, passará a ser até 27/10/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 178/2014. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 22/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 09/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 09/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMAS 09/2015. Data de assinatura: 31/08/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA NA CASA DO LAR DO IDOSO. Valor: R\$ 1.958,61 (um mil novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e um centavos). Contratada: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA, CNPJ: 14.565.115/0001-38. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001-25. Prazo de vigência: 31/12/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 50/2015. PREGÃO PRESENCIAL N.º 31/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 26/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 26/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 26/2015. Data de assinatura: 14/09/2015. Contratado: J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 10912255000184. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DE MURO E PAVIMENTAÇÃO DO ESTACIONAMENTO NA POLICLINICA MUNICIPAL, SITUADA NA RUA EMILIO SHOLTZ, BAIRRO SOSSEGO, CANOINHAS-SC.. Valor: R\$ 219.359,16 (duzentos e dezenove mil trezentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 26/2015. TOMADA DE PREÇO N.º FMS 02/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 117/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 117/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 117/2015. Data de assinatura: 27/08/2015. Contratada: ORGANIZACOES PLENA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. CNPJ n.º 08.532.208/0001-63. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A SEGURANÇA HUMANA NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, NOS DIAS 10, 11, 12, 13 E 14/09/2015 DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 124/2015. Pregão Presencial n.º PMC 75/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 118/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 118/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 118/2015. Data de assinatura: 28/08/2015. Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA. CNPJ n.º 03.620.927/0001-12. Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁTICA CBUQ - FAIXA C COM APLICAÇÃO (RECORTE, VARREDURA, LIMPEZA E PINTURA DE LIGAÇÃO), DESTINADA AO RECAPEAMENTO DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS, PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS VIAS PÚBLICAS E SEM APLICAÇÃO PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS E CONFECÇÃO DE LOMBADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 335.615,70 (trezentos e trinta e cinco mil seiscentos e quinze reais e setenta centavos). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 98/2014. Concorrência Pública n.º PMC 13/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 119/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 119/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 119/2015. Data de assinatura: 01/09/2015. Contratada: DANILO DYBA - ME. CNPJ n.º 18.453.069/0001-36. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM O CANTOR DANILO DYBA, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2015 AS 21:00H. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 166/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 15/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 120/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 120/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 120/2015. Data de assinatura: 01/09/2015. Contratada: FRANCISCO BRETANHA LOPES TORT. CNPJ n.º 18.047.229/0001-47. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM A BANDA BIDE OU BALDE, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2015 AS 20:40. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 166/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 15/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 121/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 121/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 121/2015. Data de assinatura: 01/09/2015. Contratada: MANAGER MUSIC EDICOES MUSICAIS LTDA - ME. CNPJ n.º 19.457.695/0001-63. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM A DUPLA DIEGO & DANIMAR, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2015 AS 21:30H. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 166/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 15/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 122/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 122/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 122/2015. Data de assinatura: 01/09/2015. Contratada: MUSICAL BANDA PÉROLA NEGRA LTDA - ME. CNPJ n.º 12767236000137. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SHOW DA BANDA PEROLA NEGRA, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2015 AS 19:00H. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 166/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 15/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 123/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 123/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 123/2015. Data de assinatura: 01/09/2015. Contratada: RF ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS LTDA - ME. CNPJ n.º 18077397000185. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM O GRUPO ITAKITA, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2015 AS 14:45H. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 166/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 15/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 124/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 124/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 124/2015. Data de assinatura: 01/09/2015. Contratada: MARLON DANILO ARTNER. CPF n.º 056.097.009-90. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM O CANTOR MARLON DANILO, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2015 AS 15H45. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 168/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 16/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 125/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 125/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 125/2015. Data de assinatura: 01/09/2015. Contratada: MARYELL RÊGO TOTH. CPF n.º 056.655.139-03. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SHOW DA BANDA THE WAY, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2015 AS 17:30. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 168/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 16/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 126/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 126/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 126/2015. Data de assinatura: 01/09/2015. Contratada: FABIANO RESSELER SIQUEIRA. CPF n.º 095.665.639-06. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM A BANDA REGISTRO GERAL, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2015 AS 16H00. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 1.000,00 (mil reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 168/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 16/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 127/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 127/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 127/2015. Data de assinatura: 01/09/2015. Contratada: ADEMIR JOAO TINFEL. CPF n.º 031.395.209-48. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM A BANDA PÉ DE TRIGO, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2015 AS 14H40. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 900,00 (novecentos reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 168/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 16/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 128/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 128/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 128/2015. Data de assinatura: 01/09/2015. Contratada: ERICO HINKE. CPF n.º 194.064.609-04. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SHOW DA BANDA PISTON DE OURO, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NOS DIAS 11 DE SETEMBRO DE 2015 AS 18H30. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 168/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 16/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 129/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 129/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 129/2015. Data de assinatura: 04/09/2015. Contratada: TERRA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME. CNPJ n.º 15.129.617/0001-89. Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇOS DO METRO QUADRADO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 22.898,80 (vinte e dois mil oitocentos e noventa e oito reais e oitenta centavos). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 117/2015. Concorrência Pública n.º PMC 05/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 130/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 130/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 130/2015. Data de assinatura: 04/09/2015. Contratada: BANXAP - BANHEIROS MOVEIS LTDA ME. CNPJ n.º 07.341.479/0001-79. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS DESTINADOS A 20A. FESMATE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS AO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 152/2015. Pregão Presencial n.º PMC 91/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 131/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 131/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 131/2015. Data de assinatura: 04/09/2015. Contratada: ANA CARDOSO - ME. CNPJ n.º 01.265.365/0001-00. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES NOS DIAS 08/10/11/12/13 E 14 DE SETEMBRO DE 2015, DIAS REFERENTE A 20ª FESMATE. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 6.939,47 (seis mil novecentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 83/2015. Pregão Presencial n.º PMC 49/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 132/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 132/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 132/2015. Data de assinatura: 04/09/2015. Contratada: THIAGO GOMES FUCK. CPF n.º 060.149.009-69. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DO DJ THIAGO GOMES FUCK, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2015, AS 23:45. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 500,00 (quinhentos reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 169/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 17/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 133/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 133/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 133/2015. Data de assinatura: 04/09/2015. Contratada: VALDINEI ANTONIO FERREIRA BONETE . CPF n.º 717.314.669-00. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DO GRUPO TCHÊ LUAR, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NOS DIAS 13 DE SETEMBRO DE 2015 AS 12H30. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 169/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 17/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 134/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 134/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 134/2015. Data de assinatura: 04/09/2015. Contratada: CESAR KUCHELER. CPF n.º 558.181.109-15. Objeto Contratado: ONTRATAÇÃO DA DUPLA LUIS CLAUDIO & ADRIANO, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NOS DIAS 11 AS 13H30 E 13 AS 11H30 DE SETEMBRO DE 2015. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 169/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 17/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 135/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 135/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 135/2015. Data de assinatura: 08/09/2015. Contratada: EDMILSON ALAN FERNANDES MACHADO. CNPJ n.º 21.945.794/0001-36. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DA DUPLA ALAN & ALADIN, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NOS DIAS 11 DE SETEMBRO DE 2015 AS 23H30. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 13.060,00 (treze mil e sessenta reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 170/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 18/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 136/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 136/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 136/2015. Data de assinatura: 08/09/2015. Contratada: PRESS PASS PRODUÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS LTDA. CNPJ n.º 07.673.574/0001-70. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DA BANDA CACHORRO GRANDE, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NOS DIAS 12 DE SETEMBRO DE 2015 AS 22H. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 170/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 18/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 137/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 137/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 137/2015. Data de assinatura: 08/09/2015. Contratada: DJEYSON ROGERS CORREA. CNPJ n.º 15.608.005/0001-79. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DA DUPLA JASON & ANDERSON, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NOS DIAS 12 DE SETEMBRO DE 2015 AS 19H15. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 170/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 18/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 138/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 138/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 138/2015. Data de assinatura: 08/09/2015. Contratada: MARCOS ANDRE ANNES - ME. CNPJ n.º 94.751.641/0001-21. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DA BANDA OS PERALTTAS, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NOS DIAS 13 DE SETEMBRO DE 2015 AS 14H30. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 170/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 18/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 139/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 139/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 139/2015. Data de assinatura: 08/09/2015. Contratada: CASA MOREIRA EVENTOS LTDA - EPP. CNPJ n.º 05.399.372/0001-56. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE STANDES PARA PAVILHÃO DE EXPOSIÇÃO, COBERTURAS MÓVEIS (PIRÂMIDE) DESTINADOS A 20ª FESMATE COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSARIA AO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 42.460,00 (quarenta e dois mil quatrocentos e sessenta reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 173/2015. Dispensa de Licitação n.º PMC 06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 140/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 140/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 140/2015. Data de assinatura: 09/09/2015. Contratada: QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA. CNPJ n.º 82.094.640/0001-72. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADEQUAÇÃO DA REDE ELETRICA, INSTALACAO DE PONTOS DE ENERGIA, ILUMINACAO DE EMERGENCIA E OUTROS, NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSICOES OURO VERDE, PARA REALIZACAO DA 20ª FESMATE. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 47.342,10 (quarenta e sete mil trezentos e quarenta e dois reais e dez centavos). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 162/2015. Carta Convite n.º PMC 02/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 141/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 141/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 141/2015. Data de assinatura: 10/09/2015. Contratada: ASSOC. DOS PILOTOS DE VELOTERRA DE CANOINHAS. CNPJ n.º 10.318.630/0001-62. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EQUIPE/ASSOCIAÇÃO PARA REALIZAR 7ª ETAPA DA COPA PRO TORK CONTESTADO COMO UMA DAS ATRAÇÕES DA 20ª FESMATE NOS DIAS 11,12 E 13 DE SETEMBRO DE 2015. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 16.650,00 (dezesseis mil seiscentos e cinquenta reais). Vigência:

31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 172/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 19/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 142/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 142/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 142/2015. Data de assinatura: 10/09/2015. Contratada: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC AR/SC. CNPJ n.º 03.603.595/0001-68. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES RECREATIVAS E CULTURAIS NA 20ª FESMATE NOS DIAS 11,12 E 13 DE SETEMBRO DE 2015. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Vigência: 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 143/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 143/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 143/2015. Data de assinatura: 10/09/2015. Contratada: PLURAL PUBLICIDADE LTDA. CNPJ n.º 97.545.955/0001-66. Objeto Contratado: REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO DE GINCANA COM BRINCADEIRAS, PREMIAÇÕES E EXPOSIÇÃO DE ARTIGOS RELACIONADOS A ERVA-MATE DURANTE A 20ª FESMATE NOS DIAS 12 E 13 DE SETEMBRO DAS 14HS AS 19HS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais). Vigência: 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 144/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 144/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 144/2015. Data de assinatura: 10/09/2015. Contratada: JESSICA MARTINS ARRUDA. CPF n.º 077.178.489-96. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DA BANDA BANKS PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NO DIA 12 SETEMBRO DE 2015 AS 19:00H. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais). Vigência: 31/12/2015. Processo de Licitação n.º PMC 174/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 20/2015.

Luiz Al

berto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 145/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 145/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 145/2015. Data de assinatura: 10/09/2015. Contratada: REGINALDO ANTONIO MARQUES DOS SANTOS. CNPJ n.º 13.444.182/0001-31. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DA DUPLA REGY E NANDO PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2015 AS 19:00H. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais). Vigência: 31/12/2015. Processo de Licitação n.º PMC 175/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 21/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 146/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 146/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 146/2015. Data de assinatura: 10/09/2015. Contratada: RENAN MARCELO DE LARA. CNPJ n.º 21.274.455/0001-75. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DA BANDA OS LEFRAS, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE, NOS DIA 13 DE SETEMBRO DE 2015 AS 16:50 H. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais). Vigência: 31/12/2015. Processo de Licitação n.º PMC 175/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 21/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 149/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 149/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 149/2015. Data de assinatura: 10/09/2015. Contratada: CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS PRESILHA DO CONTESTADO. CNPJ n.º 03.925.616/0001-61. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS PRESILHA DO CONTESTADO PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE RODEIO CRIOULO NA CANCHA DE RODEIO DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, NOS DIAS 11,12 E 13 DE SETEMBRO DE 2015, DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE.. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Vigência: 31/12/2015. Processo de Licitação n.º PMC 176/2015. Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 22/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º FMAS 14/2015 (PRESENCIAL)**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS**

Página: 1/1

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 14/2015 Processo Administrativo: Total dos Itens Vencedores: 6.300,00
 Licitação.....: 14/2015 - PR
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
 Objeto.....: AQUISIÇÃO DE UM TOBOGÃ INFLÁVEL, COM MOTOR, DESTINADO AO CREAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 311044612 - TOBOGÃ INFLÁVEL COM MOTOR - Unidade: UN								
8876	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	MUNDITOYS	1,000	0,0000	6.300,0000	6.300,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)
 MARCIANO FERNANDES CORREA - - EQUIPE DE APOIO
 ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - - SUPLENTE PREGOEIRO
 CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
 DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC
 TAYNÁ MACHADO - - CRC/SC 037083/P-8

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 101/2015 (PRESENCIAL)**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Página: 1/3

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 163/2015 Processo Administrativo: Total dos Itens Vencedores: 195,63
 Licitação.....: 101/2015 - PR
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
 Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: LUVAS, PROTETOR AURICULAR, ÓCULOS, CAPAS DE CHUVA E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

	Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 13966 - LUVAS DE LATEX NATURAL, IMPERMEÁVEL, ANATÔMICA, CA Nº 9634 M - Unidade: PAR									
	15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	KALIPSO/C.A 3282	1,000	0,0000	6,9500	6,95	Venceu	1 *****
	16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	VOLK	1,000	0,0000	7,0000	7,00	Perdeu	2
	12802	DISTRIBUIDORA TOP LTDA. ME.	DANNY C.A 14754	1,000	0,0000	4,7000	4,70	Inabilitado	0
Item.....: 2 - 13979 - LUVAS DE LATEX NATURAL, IMPERMEÁVEL, ANATÔMICA, CA Nº 9634 G - Unidade: PAR									
	15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	KALIPSO/C.A 3282	1,000	0,0000	6,9500	6,95	Venceu	1 *****
	16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	VOLK	1,000	0,0000	7,0000	7,00	Perdeu	2
	12802	DISTRIBUIDORA TOP LTDA. ME.	DANNY C.A 14754	1,000	0,0000	4,7000	4,70	Inabilitado	0
Item.....: 3 - 13940 - LUVAS DE RASPA, CURTIDA AO CROMO, PUNHO COMPRIMENTO MÉDIO - Unidade: PAR									
	12802	DISTRIBUIDORA TOP LTDA. ME.	ZANEL C.A 16074	1,000	0,0000	8,7000	8,70	Venceu	1 *****
	16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	NESI	1,000	0,0000	9,5000	9,50	Perdeu	2
	15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	PROBEM/C.A 34.27	1,000	0,0000	9,5000	9,50	Perdeu	3
Item.....: 4 - 13939 - PROTETOR AURICULAR (TIPO COTONETE) DE SILICONE. - Unidade: UN									
	15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	3M/C.A 5745	1,000	0,0000	3,4500	3,45	Venceu	1 *****
	16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	E.V. DE FREITAS	1,000	0,0000	3,5000	3,50	Perdeu	2
	12802	DISTRIBUIDORA TOP LTDA. ME.	MAXXI ROYAL C.A 1	1,000	0,0000	2,9800	2,98	Inabilitado	0
Item.....: 5 - 13967 - LUVAS DE VAQUETA PETROLEIRA CA 12459 - Unidade: UN									
	12802	DISTRIBUIDORA TOP LTDA. ME.	PROCIPA C.A 11711	1,000	0,0000	18,8800	18,88	Venceu	1 *****
	16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	QUALITY	1,000	0,0000	18,9000	18,90	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 2/3

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		163/2015	Processo Administrativo:		195,63				
Licitação.....:		101/2015 - PR							
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:		AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: LUVAS, PROTETOR AURICULAR, ÓCULOS, CAPAS DE CHUVA E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.							
<hr/>									
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
<hr/>									
Item.....: 5 - 13967 - LUVA DE VAQUETA PETROLEIRA CA 12459 - Unidade: UN									
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	HJS COUROS/C.A	1,000	0,0000	21,0000	21,00	Perdeu	3	
Item.....: 6 - 311043629 - LUVA PVC PUNHO 56 CM, PALMA ÁSPERA, 104°, TAMANHO 9,5 - Unidade: PAR									
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	PROMAT/C.A 1713	1,000	0,0000	21,4000	21,40	Venceu	1 *****	
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	OVD	1,000	0,0000	21,5000	21,50	Perdeu	2	
12802	DISTRIBUIDORA TOP LTDA. ME.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
Item.....: 7 - 13968 - OCULOS EM POLICARBONATO RESISTENTE A IMPACTOS - Unidade: UN									
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	ORION/C.A 18903	1,000	0,0000	6,9500	6,95	Venceu	1 *****	
12802	DISTRIBUIDORA TOP LTDA. ME.	KALIPSO C.A 10346	1,000	0,0000	7,0000	7,00	Perdeu	2	
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	PRO SAFETY	1,000	0,0000	10,5000	10,50	Perdeu	3	
Item.....: 8 - 13943 - CAPA DE CHUVA EM PVC, FORRADA (AMARELA) TAM. G - Unidade: UN									
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	KCC/C.A 12227	1,000	0,0000	18,9000	18,90	Venceu	1 *****	
12802	DISTRIBUIDORA TOP LTDA. ME.	CAPSEG C.A 11125	1,000	0,0000	19,0000	19,00	Perdeu	2	
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	CAP SEG	1,000	0,0000	22,0000	22,00	Perdeu	3	
Item.....: 9 - 13947 - CONJUNTO DE SEGURANÇA, COMPOSTO DE BLUSÃO E CALÇA TAM. G - Unidade: UN									
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	DIVISEG	1,000	0,0000	69,9500	69,95	Venceu	1 *****	
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	KCC/C.A 12227	1,000	0,0000	69,9900	69,99	Perdeu	2	
12802	DISTRIBUIDORA TOP LTDA. ME.	CAPSEG C.A 30725	1,000	0,0000	59,0000	59,00	Inabilitado	0	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 3/3

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 163/2015 Processo Administrativo: 195,63
 Licitação.....: 101/2015 - PR
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
 Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: LUVAS, PROTETOR AURICULAR, ÓCULOS, CAPAS DE CHUVA E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 10 - 13965 - PROTETOR SOLAR FPS 40 - Unidade: UN								
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	PRO-SUN	1,000	0,0000	33,5000	33,50	Venceu	1 *****
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	HENLAU	1,000	0,0000	33,5500	33,55	Perdeu	2
12802	DISTRIBUIDORA TOP LTDA. ME.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)
 ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
 CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO
 MARCIANO FERNANDES CORREA - - EQUIPE DE APOIO
 DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC
 VANESSA LANGER - - CRC/SC 028524/O-0

CÂMARA MUNICIPAL**LEI 5670/2015**

LEI Nº 5.670, DE 15/09/2015

AUTORIZA ALVARÁ PROVISÓRIO DE TAXI

O Vereador Gil Baiano, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica transferido o alvará de funcionamento provisório de Ponto de Táxi de Sedival Mello de Araújo, pessoa física, portador do CPF nº 684.526.169-53, da vaga de nº 13 do Ponto nº 05, situado na Rua Nazir Cordeiro, Bairro Campo da Água Verde, para Claudinei Antônio Rocha Lino 623324414991, pessoa jurídica, cadastrada com o CNPJ nº 21.623.831/0001-90.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 4.971, de 21/05/2012.

Canoinhas/SC, 15 de setembro de 2015.

Vereador Gil Baiano

Presidente da Câmara

Registrada e publicada a presente Lei na Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 15/09/2015.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 120/2015

DECRETO Nº 120, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Altera o art. 2º do Decreto nº 110 de 26 de agosto de 2015, que estabelece turno único na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 2º do Decreto nº 110 de 26 de agosto de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

(.....)

“Art. 2º Os serviços essenciais como o Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, Coleta de Lixo, os servidores ocupantes de cargo de vigia e os servidores que cumprem a função de vigia, e outros serviços para suprir necessidades de excepcional interesse público, continuarão sendo prestados normalmente. (NR)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2015.

Capinzal, em 15 de setembro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

FMS ERRATA RESILISÃO CONTRATO 0016/2015

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Edição de número 1814, página 145, do dia 26/08/2015, na Resilição do Contrato 0016/2015, referente ao Processo Licitatório nº 0008/2015 Pregão Presencial 0004/2015;

Onde se lê:

OBJETO: Contratação de Profissionais para prestação de serviços nas Áreas Médicas (Clínico Geral, Pediatra, Ortopedista e Ginecologista/Obstetra), nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital Nossa Senhora das Dores, durante o ano de 2015.

Leia-se:

OBJETO: Pelo presente instrumento, as partes contratantes acima identificadas, por seus representantes legais ao final assinados, promovem a rescisão do contrato nº 0016/2015, oriundo do Processo Licitatório nº 0008/2015, do Pregão Presencial nº 0004/2015 conforme Art. 79 inciso II da lei 8.666/93, extinguindo-se com os mesmos obrigações e deveres nele transcritos, sem indenização a qualquer título às partes. Conforme justificativa e parecer jurídico em anexo.

Lei 3.188/2015

LEI No 3.188, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Lei estabelece as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de Capinzal para o exercício de 2016, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165, da Constituição Federal, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração em conformidade com o Plano Plurianual 2014/2017;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as disposições relativas a despesas de caráter continuado;

IV - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

V - o não atingimento das metas fiscais; e

VI - as disposições gerais.

Parágrafo único. É parte integrante desta Lei os anexos relativos a:

I - previsão da receita para os exercícios de 2016 a 2017;

II - diretrizes, objetivos e metas para 2016;

III - riscos fiscais;

IV - relatório dos projetos em andamento e posição sobre a situação de conservação do patrimônio público e providências a serem adotadas pelo Poder Executivo;

V - planejamento de pessoal para o exercício de 2016;

VI - demonstrativo da receita corrente líquida; e

VII - metas fiscais para os exercícios de 2016 a 2018, que conterá:

a) metas anuais de resultado primário e nominal, com metodologia e memória de cálculo;

b) demonstrativo das metas anuais, nos termos do § 1º do art. 4º da Lei Complementar federal no 101, de 4 de maio de 2000;

c) avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

d) metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

e) evolução do patrimônio líquido;

f) origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

g) estimativa e compensação da renúncia da receita; e

h) margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º Em consonância com o § 2º do art. 165 da Constituição Federal, as prioridades e metas da administração municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas especificadas na Planilha de Identificação do Projetos, Atividades e Operações Especiais, que integra esta Lei.

§ 1º Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária e respectivos créditos adicionais, com atualização automática nos valores previstos no Plano Plurianual.

§ 2o Para efeitos de execução orçamentária, os indicadores de desempenho associados aos objetivos e diretrizes de programas, bem como as alterações nas ações relativas ao produto, unidade de medida e quantificação física, poderão ser efetuadas pelo Poder Executivo, devendo este comunicar as alterações ao Legislativo para efeitos de acompanhamento da execução orçamentária prevista no inciso II do § 1o do art. 166 da Constituição Federal.

§ 3o O Anexo de que trata este artigo conterá, no que couber, o disposto no § 2o do art. 4o da LC federal no 101, de 2000.

§ 4o As prioridades e metas referidas neste artigo compatibilizar-se-ão com as funções, subfunções e programas de governo, previstos no Anexo V da Lei federal no 4.320, de 17 de fevereiro de 1964 e suas alterações.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Seção I

Da Apresentação do Orçamento

Art. 3o O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

I - mensagem;

II - texto da lei; e

III - anexos orçamentários.

Subseção I

Da Mensagem do Orçamento

Art. 4o A mensagem que encaminhará o projeto de lei orçamentária ao Poder Legislativo conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira informando saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;

II - justificativa sobre a estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa, acompanhado de metodologia de cálculo, consoante preconiza o art. 12 da LC 101, de 2000.

Subseção II

Das Diretrizes para a Elaboração e Execução do Orçamento e Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 5o A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária deverão ser realizadas em obediência aos princípios da transparência da gestão fiscal e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos especiais, fundações e autarquias, nos termos do § 1o do art. 1o e alínea "a" inciso I do art. 4o da LC 101, de 2000.

Parágrafo único. A elaboração da proposta orçamentária obedecerá à estrutura organizacional de cada um dos poderes e das entidades da administração indireta.

Art. 6o A proposta orçamentária compreenderá a programação das receitas e despesas de cada um dos poderes e das entidades da administração indireta, instituídas e mantidas pelo poder público, de modo a evidenciar as políticas públicas, os programas, os projetos e atividades e as metas de governo, obedecidos, na elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio, universalidade e exclusividade.

Art. 7o Para os efeitos desta Lei, entende-se como:

I - programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurado por identificadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1o Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2o As atividades, os projetos e as operações especiais serão desdobrados em subtítulos exclusivamente para identificar a localização física integral ou parcial das respectivas atividades, projetos e operações especiais, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade e da denominação das metas estabelecidas.

§ 3o Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção ou programa as quais se vinculam.

§ 4o As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

Art. 8o Os estudos para definição da estimativa da receita para 2016 deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

§ 1o Os serviços municipais remunerados, inclusive as atividades de execução de obras públicas das quais possam surgir valorizações nos imóveis, cujos custos serão recuperados pela contribuição de melhoria, buscarão equilíbrio na gestão financeira, através de eficiência na utilização dos recursos que forem consignados.

§ 2o As estimativas dos gastos e receitas dos serviços municipais, remunerados ou não, compatibilizar-se-ão com as respectivas políticas estabelecidas pela administração municipal.

Art. 9o A renúncia de receita estimada para o exercício de 2016, constante do Anexo XVII desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita, conforme previsto no inciso V do § 2o do art. 4o e inciso I do art. 14 da LC 101, de 2000, devendo ficar evidenciado nas premissas e metodologia de cálculo de que trata o inciso II do art. 4o da presente Lei.

Art. 10. A lei de orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária detalhada por categoria de programação até o nível de modalidade de aplicação.

§ 1o Os Poderes discriminarão, por atos próprios, através do Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), os elementos e respectivos desdobramentos.

§ 2o O QDD e as vinculações orçamentárias (destinação e fonte de recursos) poderão ser alteradas por ato dos Poderes para atendimento das necessidades de execução orçamentária.

§ 3o O Poder Executivo e o Poder Legislativo editarão Decreto e Resolução, respectivamente, em até 30 dias da promulgação da Lei do Orçamento ou antes do início do exercício, estabelecendo o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), que discriminará a classificação da despesa até o nível de elemento ou desdobramento.

Art. 11. O orçamento para o exercício de 2016 contemplará recursos para a reserva de contingência, alocados na unidade gestora Prefeitura Municipal, limitados a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista, apurada na forma do § 3o do art. 2o da LC 101, de 2000, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos termos da alínea "b" do inciso III do art. 5o da LC 101, de 2000.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, entendem-se como

passivos contingentes, riscos fiscais eventos fiscais imprevistos, respectivamente:

- I - as obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações e desapropriações;
- II - emergências, calamidades públicas, frustração de arrecadação prevista; e
- III - extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obras, campanhas não previstas e outros.

Art. 12. A previsão da receita e a fixação da despesa serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 13. O orçamento de 2016 não conterá dotação destinada a investimentos em obras novas não incluídas no Plano Plurianual.

Parágrafo único. Os investimentos com duração superior a um exercício financeiro só constarão da lei orçamentária se previstos no Plano Plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição e no § 5º do art. 5º da LC 101, de 2000.

Art. 14. O Poder Executivo estabelecerá até trinta dias após a publicação da lei orçamentária a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas unidades gestoras, nos termos do art. 8º da LC 101, de 2000, com vistas a manter durante a execução orçamentária o equilíbrio entre as contas e a regularidade das operações orçamentárias.

Parágrafo único. Para fins de elaboração da programação financeira e cronograma de desembolso do Poder Executivo, o Poder Legislativo e as entidades da administração indireta, em até dez (10) dias da publicação da lei orçamentária, encaminharão ao Executivo a sua proposta parcial, para efeitos de integração.

Art. 15. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu efetivo ingresso no fluxo de caixa. Parágrafo único. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita ou o seu excesso de arrecadação, por ato do Poder Executivo, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar e com autorização em lei específica para abertura de crédito especial.

Art. 16. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da LC 101, de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto financeiro-orçamentário no exercício não exceda o valor para dispensa de licitação, fixado no inciso I do art. 24 da Lei 8.666, de 1993 e suas alterações, devidamente atualizado.

Art. 17. O orçamento municipal poderá consignar recursos para financiar serviços de sua responsabilidade a serem executados mediante convênio ou contrato, desde que seja de conveniência da administração e tenham demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.

Art. 18. Para fins de cumprimento do art. 62 da LC 101, de 2000, despesas de custeio de competência de outros entes só serão assumidas pela administração municipal através da celebração de convênio, acordo, ajuste ou ato congênere e visem:

- I - o funcionamento de serviços de segurança pública;
- II - melhoria na qualidade dos serviços prestados pela Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN);
- III - o funcionamento de cartórios eleitorais e órgãos do Poder Judiciário;
- IV - o desenvolvimento das ações atinentes ao Sistema Nacional de Emprego (SINE);
- V - o assessoramento técnico aos produtores rurais;
- VI - a utilização conjunta de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou da União;
- VII - o desenvolvimento de programas ligados à educação e

proteção ambiental;

VIII - o desenvolvimento de ações pertinentes à educação e à saúde pública;

IX - o desenvolvimento de programas educacionais voltados à formação profissional;

X - atender a outras situações de relevante interesse público devidamente justificado; e

XI - a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no Município.

Parágrafo único. Os recursos para cobertura das despesas de que trata este artigo deverão estar consignados na lei orçamentária de 2016.

Subseção III

Dos Precatórios e Sentenças Judiciárias

Art. 19. A despesa com precatórios judiciais e cumprimento de sentenças judiciais será programada, na lei orçamentária, em dotação específica da unidade orçamentária responsável pelo débito. § 1º Os órgãos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal alocarão os recursos para as despesas com precatórios judiciais, em suas propostas orçamentárias, com base na relação de débitos apresentados até 1º de julho de 2015, de acordo com o § 1º do art. 100 da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda Constitucional no 30, de 13 de setembro de 2000, especificando por grupo de despesa:

I - o número do precatório;

II - o tipo de causa julgada;

III - a data de autuação do precatório;

IV - o nome do beneficiário;

V - o valor do precatório a ser pago; e

VI - órgão responsável pelo débito.

§ 2º Os órgãos e entidades, para registro de seus precatórios judiciais na proposta orçamentária de 2016, deverão se assegurar da existência de pelo menos um dos documentos relacionados a seguir:

I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

§ 3º A inclusão de recursos na lei orçamentária de 2016 para pagamento de precatórios, tendo em vista o disposto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, será realizada de acordo com os seguintes critérios:

I - nos precatórios não-alimentícios, os créditos individualizados cujo valor for superior a 30 (trinta) salários mínimos serão objeto de parcelamento em até 10 (dez) frações iguais, anuais e sucessivas, conforme disposto no art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal;

II - os precatórios originários de execução de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão da posse, cujos valores ultrapassem o limite disposto no inciso I, serão divididos em duas (2) parcelas iguais e sucessivas; e

III - os juros legais, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, serão acrescidos aos precatórios objetos de parcelamento.

§ 4º A atualização monetária dos precatórios determinada no § 3º do art. 81 da Constituição do Estado de Santa Catarina não poderá superar, no exercício de 2016, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo IBGE, devendo ser aplicado à parcela resultante do parcelamento.

§ 5º Os recursos alocados para os fins previstos no caput não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art. 20. As despesas com precatórios judiciais da administração pública direta deverão obedecer a uma única ordem cronológica, a de apresentação dos precatórios nos Tribunais, em nome do Município, para que seja autorizado o seu pagamento.

Parágrafo único. Caberá à Assessoria Jurídica do Município prestar as devidas informações aos órgãos públicos quanto à situação

jurídica, ordem cronológica e pagamento dos precatórios.

Subseção IV

Dos Anexos Orçamentários

Art. 21. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

I - tabelas explicativas da receita e da despesa do Município de forma integrada, inclusive metodologia e premissa de cálculos, nos termos do que dispõe o art. 12 da Lei Complementar no 101, de 2000 e art. 22 da Lei no 4.320, de 1964;

II – anexos orçamentários nos 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964;

III - demonstrativo da receita por fonte e respectiva legislação (inciso III do § 1o do art. 2o da Lei no 4.320, de 1964);

IV - demonstrativo da receita corrente líquida e da metodologia de cálculo (§ 3o do art. 12 da LC 101, de 2000);

V - demonstrativo da receita e da despesa por destinação e fonte de recursos;

VI - quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais (inciso I, do § 2o do art. 2o da Lei no 4.320, de 1964);

VII - demonstrativo da estimativa da compensação e renúncia da receita (LC no 101, de 2000, art. 5o, II);

VIII - demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (LC no 101, de 2000, art. 5o, II);

IX - demonstrativo da receita de impostos e das despesas com saúde;

X - demonstrativo das aplicações na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

XI - demonstrativo de compatibilidade do orçamento com o anexo de metas fiscais da LDO, (LC 101, de 2000, art. 5o, I), contendo:

a) compatibilidade com resultado primário;

b) compatibilidade com o resultado nominal;

XII - demonstrativo da despesa com pessoal do Executivo, do Legislativo e consolidado do Município; e

XIII - demonstrativo dos limites do Poder Legislativo:

a) gastos totais (art. 29-A da CF);

b) folha de pagamento (§ 1o do art. 29-A da CF);

c) limite individual dos subsídios conforme subsídios dos deputados estaduais (inciso VI do art. 29-A da CF);

d) limite de 5% (cinco por cento) da receita com remuneração dos vereadores (inciso VII do art. 20 da CF);

XIV - descrição sucinta das unidades administrativas e de suas principais finalidades com indicação da respectiva legislação (parágrafo único do art. 22 da Lei 4.320, de 1964); e

XV - relação de convênios e contratos firmados em execução e com abrangência para 2016, com os respectivos créditos orçamentários.

Seção II

Dos Fundos Especiais

Art. 22. Será elaborado para cada fundo especial um plano de aplicação, cujo conteúdo deverá conter no mínimo:

I - fonte de recursos financeiros determinados na lei de criação, classificadas nas categorias econômicas “receitas correntes” e “receitas de capital”; e

II - aplicação, onde serão discriminadas:

a) as ações que serão desenvolvidas através do fundo; e

b) os recursos destinados ao cumprimento das metas das ações, classificadas sob as categorias econômicas “despesas correntes” e “despesas de capital”.

§ 1o Os planos de aplicação serão parte integrante do orçamento do Município.

§ 2o Serão repassados pelo Município, os recursos financeiros estimados suficientes para o pleno funcionamento das atividades de cada fundo especial.

Seção III

Das Autarquias e Fundações

Art. 23. Os orçamentos das entidades autárquicas e fundacionais observarão, na sua elaboração, as normas da Lei nº 4.320, de 1964 quanto às classificações a serem adotadas para suas receitas e despesas e serão elaborados com base nas dotações previstas no Orçamento Geral considerando-se, como limite, as receitas próprias e suas necessidades para o bom funcionamento.

Seção IV

Das Disposições sobre a Dívida Pública

Art. 24. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos no art. 29 e seguintes da LC 101, de 2000.

Art. 25. Obedecido aos limites fixados na LC 101, de 2000, o Município poderá, mediante autorização legislativa específica, realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2016, destinado a financiar despesas de capital constantes da proposta orçamentária.

Seção V

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Destinadas ao Poder Legislativo

Art. 26. O total da despesa do Poder Legislativo no exercício de 2016, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, não poderá ultrapassar o limite de 7% (sete por cento) relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição, efetivamente realizado no exercício de 2015, nos termos do inciso I do art. 29-A da Carta da República, com redação dada pela Emenda Constitucional no 58, de 2009.

Parágrafo único. As transferências ao Legislativo far-se-ão na forma de parcelas mensais iguais e sucessivas, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput e de suas dotações orçamentárias.

Art. 27. O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

§ 1o As arrecadações de imposto de renda retido na fonte, rendimentos de aplicações financeiras e outras que venham a ingressar nos cofres públicos por intermédio do Legislativo, serão contabilizadas no Poder Executivo como receita municipal e, concomitantemente, como adiantamento de repasse mensal no Executivo e no Legislativo.

§ 2o Ao final do exercício financeiro, o saldo de recursos em disponibilidade do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro considerando-se somente as contas do Poder Legislativo.

Art. 28. A execução orçamentária do Poder Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de contabilização e cumprimento ao inciso II do § 1o art. 166 da Constituição.

Seção VI

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2016, o Poder Executivo, mediante autorização legislativa, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício constantes do Anexo I desta Lei e suas alterações.

§ 1o Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes estiverem assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

§ 2o Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto

mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 3o É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei federal nº 8.666, de 1993, o atendimento ao art. 45 da LC 101, de 2000.

Seção VII

Da Transferência de Recursos para as Entidades da Administração Indireta

Art. 30. O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais, autorizadas em lei específica, consoante preconiza o inciso VIII do art. 167 da CF, a entidades da administração indireta até os limites necessários ao suprimento de suas necessidades e à manutenção de suas atividades ou investimentos previstos, desde que haja suficiente disponibilidade financeira, respeitados os seus limites orçamentários.

Seção VIII

Das Transferências de Recursos

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades sem fins Lucrativos

Art. 31. Fica autorizada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ou contribuições destinadas à transferência de recursos a entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, com atividades nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, relacionadas à agricultura e à pecuária, meio ambiente, de cooperação técnica ou desporto e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - signatárias de contrato de gestão com a administração municipal;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); e

V - atendam ao disposto no art. 204 da CF, no art. 61 do ADCT, arts. 12 e 16 a 19 da Lei no 4.320, de 1964, alínea "f" do inciso I do art. 4o da LC 101, de 2000, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1o Para se habilitar ao recebimento de subvenções sociais, as entidades de que trata o caput deverão apresentar:

a) declaração de utilidade pública municipal;

b) declaração de funcionamento regular emitida no exercício de 2016 por três (3) autoridades locais;

c) comprovante de regularidade do mandato da diretoria;

d) inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

e) plano de aplicação dos recursos solicitados; e

f) comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal.

§ 2o As entidades beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o fiel cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 32. As disposições constantes do art. 31 não se aplicam às contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas as quais o Município de Capinzal é associado e às entidades legalmente instituídas que visem à promoção das potencialidades e o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Município.

Subseção II

Das Transferências a Pessoas Físicas

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a atender necessidades

de pessoas físicas através dos programas instituídos de assistência social, saúde, habitacional, agricultura, infraestrutura, desporto, turismo, cultura e educação, constantes da lei orçamentária.

Art. 34. Fica o Poder Executivo autorizado, através dos órgãos da administração, a conceder bolsa-auxílio a atletas integrantes das modalidades esportivas atendidas pela Fundação Municipal de Esportes (FME).

§ 1o Para pleitear a concessão da Bolsa Auxílio, o atleta deverá preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

I - idade mínima de 14 (quatorze) anos para Bolsa Auxílio de categoria de base e nacional, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos para a obtenção da Bolsa Auxílio categoria estudantil;

II - estar em plena atividade esportiva, nas modalidades de competição desenvolvidas pela Fundação Municipal de Esportes;

III - não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário eventual ou regional diverso do salário regular;

IV - não receber salário de entidade de prática desportiva;

V - estar regularmente matriculado em instituição de ensino público ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem a Bolsa Auxílio estudantil.

Parágrafo único. Os atletas revelados no Município, que residam fora dele e/ou representem outras equipes ou instituições, ficam isentos da exigência do inciso V deste artigo.

§ 2o A bolsa-auxílio de que trata este artigo será concedida mensalmente em valor equivalente a:

I - até R\$ 300,00 (trezentos reais) para atletas a partir de doze anos, estudantes que participam de Jogos Escolares e ou Jogos Universitários Brasileiros organizados pela Fesporte e Fundação Municipal de Esportes e que continuam treinando para futuras competições em suas modalidades de inscrição;

II - até R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para atletas a partir dos quatorze anos, que participem com destaque das categorias iniciantes, a serem determinadas pela Fundação Municipal de Esportes, e submetidos a treinamentos específicos para cada modalidade inscrita;

III - até R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para atletas participantes dos jogos oficiais organizados pela Fesporte, Federações Catarinenses, Juguinhos Abertos de Santa Catarina, Jogos Abertos de Santa Catarina em competições no âmbito municipal, regional, estadual e nacional e submetidos a treinamentos pela Fundação Municipal de Esportes.

Art. 35. Enquanto subsidiado o atleta fica obrigado a submeter-se aos programas de treinamentos mantidos pela Fundação Municipal de Esportes, observada a compatibilidade de horários com o respectivo calendário escolar.

Art. 36. A concessão de bolsa-auxílio, na forma desta Lei, não gera vínculo de emprego entre o atleta e o Município, através da sua administração direta e indireta.

Seção IX

Dos Créditos Adicionais

Art. 37. Os projetos de leis relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual, observado o art. 12 da LC 101, de 2000.

§ 1o Os créditos especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, poderão ser reabertos, pelos seus saldos, no exercício a que se refere esta Lei, por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2o Acompanharão os projetos de leis relativos a créditos adicionais:

I - as exposições dos motivos que os justifiquem; e

II - memória de cálculo em caso de excesso de arrecadação ou superávit financeiro do exercício anterior, separando recursos livres e vinculados.

Seção X

Da Transposição, Remanejamento e Transferência

Art. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar, por Decreto, transposição, remanejamento e transferência de dotações orçamentárias, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição.

§ 1º Os instrumentos de que trata o caput deste artigo visam a flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais, que tem a função de corrigir desvios de planejamento.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, entende-se por:

I - transposição: o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;

II - remanejamento: deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade ou ainda, de créditos ou valores de dotações relativas a servidores que alteram a lotação durante o exercício; e

III - transferência: deslocamento permitido de dotações de um mesmo programa de governo.

Art. 39. As vinculações orçamentárias poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo para atendimento das necessidades de execução orçamentária.

Art. 40. Para efeito do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo e as entidades da administração indireta encaminharão ao Poder Executivo até 15 de setembro de 2015, sua respectiva proposta orçamentária parcial para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 41. A compensação de que trata o § 2º do art. 17 da LC 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado no âmbito dos Poderes e das entidades da administração indireta, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Os Poderes do Município, inclusive as entidades da administração indireta, manterão controles sobre os valores já aproveitados da margem de expansão.

Seção II

Das Disposições Relativas a Despesas com Pessoal

Art. 42. As despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Executivo e Legislativo terão como limite, na elaboração de suas propostas orçamentárias, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente em junho de 2015, excluídas despesas sazonais e extraordinárias, projetada para o exercício de 2016, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual das remunerações, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, em conformidade com o disposto no art. 45 desta Lei.

Parágrafo único. Na fixação do limite estabelecido no caput serão observados os princípios constitucionais, especialmente o da legalidade e o princípio da responsabilidade, e o disposto na LC n.º 101, de 2000.

Art. 43. Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão até 30 de setembro de 2015, tabela de cargos efetivos, empregos públicos e cargos comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil demonstrando os quantitativos ocupados e vagos.

Art. 44. Os projetos de leis sobre criação ou transformação de

cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados:

I - de declaração do ordenador de despesas com as premissas e metodologia de cálculo utilizado, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da LC 101, de 2000; e

II - simulação que demonstre o impacto orçamentário e financeiro da despesa com a medida proposta, destacando ativos e passivos e a análise sobre o mérito do resultado obtido.

Art. 45. Para fins de atendimento ao disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 169 da Constituição, ficam autorizadas, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I - concessão de vantagens;

II - recuperação de vencimentos;

III - aumento de remuneração;

IV - criação de cargos, empregos e funções de confiança;

V - alterações de estruturas de carreiras;

VI - reforma do plano de carreira do magistério público municipal;

VII - reforma do Estatuto dos servidores municipais;

VIII - investidas por admissões, aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

IX - criação de empregos públicos para atendimento de programas da União; e

X - contratações de pessoal por necessidade de excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, em especial de pessoal dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, nos termos da Lei municipal no 2.178, de 23 de dezembro de 1999 e suas alterações e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

Art. 46. No exercício de 2016, observado o disposto no art. 169 da Constituição e no art. 45 desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 43 desta Lei, considerados os cargos transformados, bem como aqueles criados de acordo com o art. 45 desta Lei ou se houver vacância dos cargos ocupados constantes da referida tabela;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - for observado o limite previsto no art. 47 desta Lei.

Art. 47. No exercício de 2016, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa total com pessoal houver ultrapassado os 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo sobre a receita corrente líquida, exceto no caso previsto no inciso II do § 6º do art. 57 da CF, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

I - situações de emergência ou calamidade pública;

II - situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens; e

III - a relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível em situações momentâneas.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

Art. 48. Os Poderes do Município, em cumprimento ao preceito do inciso X do art. 37 da Constituição, poderão realizar a revisão geral anual das remunerações dos servidores ativos, inativos e pensionistas da administração direta e indireta e dos subsídios dos agentes políticos, nos termos da Lei Complementar municipal no 84, de

4 de maio de 2005.

Art. 49. O disposto no § 1º do art. 18 da LC 101, de 2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Para efeito do caput deste artigo, não se considera substituição de servidores e empregados públicos os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, equipamentos, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulação;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 50. O Poder Executivo adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso estas ultrapassem os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da LC 101, de 2000:

I - exoneração de servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão;

II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III - vedação das despesas com serviços extraordinários; e

IV - vedação de concessão de vantagem a servidor, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, com ressalva ao inciso X do art. 37 da CF.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 51. Na política de administração tributária do Município, o Poder Executivo poderá promover a revisão do Código Tributário Municipal, devendo legislação específica dispor sobre:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU):

a) ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

b) ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel;

II - alteração na alíquota e na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

§ 1º Poderão ser considerados no cálculo das receitas da lei orçamentária, os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização das receitas esperadas, serão contingenciadas as previsões de receitas e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

Art. 52. O Poder Executivo poderá instituir programa de recuperação fiscal destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município podendo conceder anistia e/ou remissão sobre os acréscimos legais relativos à multa, juros, atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores e os decorrentes de obrigações acessórias, na forma da lei.

Art. 53. Os tributos lançados e não arrecadados inscritos em dívida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário poderão ser cancelados, na forma da lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LC 101, de 2000.

Art. 54. O Poder Executivo, nos termos da Lei municipal no 2.786, de 14 de dezembro de 2007 e suas alterações, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária com vistas a:

I - estimular o crescimento econômico;

II - promover a geração de emprego e renda; e

III - beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas.

Parágrafo único. Para implementar os benefícios referidos neste artigo, a previsão da receita da proposta orçamentária deverá considerar estimativa do impacto financeiro-orçamentário no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, consoante preceitua o art. 14 da LC 101, de 2000.

Art. 55. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira somente entrará em vigor quando implementadas medidas de compensação, quando for o caso.

CAPÍTULO VI

DO NÃO ATINGIMENTO DAS METAS FISCAIS

Art. 56. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações e nos montantes necessários, adotarão o mecanismo da limitação de empenho das dotações orçamentárias e movimentação financeira para atingir metas de resultado fiscal, nos termos do art. 9º da LC 101, de 2000, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º Constituem critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, a seguinte ordem de prioridade:

I - no Poder Executivo:

a) diárias;

b) serviço extraordinário;

c) realização de obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

d) projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

e) dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de infraestrutura, serviços públicos e agricultura; e

f) dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

II - no Poder Legislativo:

a) diárias; e

b) realização de serviço extraordinário.

§ 2º Em não sendo suficiente ou inviável sob o ponto de vista da administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

I - das despesas com pessoal e encargos;

II - das despesas necessárias para o atendimento à saúde; e

III - das despesas necessárias para o atendimento à educação.

§ 3º Ocorrendo o disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, comunicará aos órgãos e entidades da administração e ao Legislativo, o montante necessário que caberá a cada um tornar indisponível na limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 4º O Legislativo, com base na comunicação de que trata o § 3º deste artigo, publicará ato até o final do mês em que ocorreu a comunicação estabelecendo os montantes limitados de empenho e movimentação financeira.

§ 5º No caso de restabelecimento da receita, aplica-se à execução orçamentária o disposto no § 1º do art. 4º da LC 101, de 2000.

§ 6º Não ocorrendo a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata este artigo, fica a cargo do Sistema de Controle Interno a comunicação ao Tribunal de Contas do Estado, conforme atribuição prevista no art. 59, caput e inciso I da LC 101, de 2000 e § 1º do art. 74 da Constituição.

Art. 57. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo VII desta Lei.

§ 1º Caso se concretizem os riscos fiscais serão atendidos com

recursos:

I - da reserva de contingência;

II - do excesso de arrecadação; e

III - do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei ao Legislativo propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

CAPÍTULO VII

DO CONTROLE DE CUSTOS E REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

Seção I

Das Normas relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 58. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 59. Com vistas ao cumprimento do disposto na alínea "e" do inciso I do art. 4º da LC nº 101, de 2000, os serviços de contabilidade do Município organizarão sistema que permita:

I - mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

II - mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

III - identificar o custo por atividade governamental e órgãos; e

IV - a tomada de decisões gerenciais.

Art. 60. A avaliação dos resultados dos programas de governo far-se-á de forma contínua pelos órgãos executores e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

Parágrafo único. A avaliação prevista no caput consistirá em análise de relatório específico sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e aos órgãos de controle externo concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade dos serviços públicos.

Seção II

Das Audiências Públicas para Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Art. 61. As audiências públicas promovidas no exercício de 2016, para fins de atendimento ao disposto no § 4º do art. 9º da LC nº 101, de 2000, ocorrerão na segunda quinzena dos meses de fevereiro, maio e setembro, respectivamente aos quadrimestres findos em dezembro do exercício de 2015, abril e agosto do exercício de 2016.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, por ato próprio, estabelecerá forma de realização das Audiências Públicas que deverão ocorrer no âmbito da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação do Poder Legislativo.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62. Fica o Município de Capinzal autorizado a firmar convênio, acordo, ajuste ou ato congênere com a União, o Estado e seus órgãos e entidades da administração para a execução de programas de trabalho que atendam ao interesse público.

Art. 63. As despesas com a educação obedecerão às disposições da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da legislação pertinente ao Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), suas alterações e também ao Plano Municipal de Educação (PME), de acordo com o art. 5º da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

Parágrafo único. O Município aplicará na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a de arrecadação de sua competência e a proveniente de transferência.

Art. 64. Para atendimento do art. 212 da Constituição, o Poder Executivo poderá garantir aos alunos do ensino fundamental obrigatório e gratuito da rede municipal de ensino o fornecimento de material escolar, didático-pedagógico e serviço de transporte escolar.

Parágrafo único. O serviço de transporte escolar previsto no caput será fornecido nos termos do Decreto Estadual nº 3.091, de 28 de abril de 2005 e suas alterações.

Art. 65. Quando a rede oficial de ensino fundamental for insuficiente para atender a demanda poderão ser concedidos, na forma da lei, auxílios financeiros a outras instituições de ensino fundamental, estabelecidas no Município, para suprimento da demanda apresentada.

Art. 66. Poderão ser concedidas bolsas de estudos e transporte aos alunos do Município que frequentam o ensino médio de caráter profissionalizante e superior em instituições de ensino locais e regionais, desde que haja disponibilidade financeira.

Parágrafo único. As despesas referidas neste artigo não serão consideradas na composição do cálculo previsto no parágrafo do art. 63 desta Lei.

Art. 67. O Poder Executivo poderá, mediante autorização legislativa específica, celebrar convênio, acordo, ajuste ou ato congênere para efetuar transferência de recursos financeiros a instituições educacionais de ensino médio-profissionalizante e de nível superior interessadas em instalar-se ou ampliar suas instalações no Município, desde que promovam o desenvolvimento socioeconômico regional e atendam aos interesses locais.

Art. 68. As despesas com ações e serviços públicos de saúde obedecerão às disposições do art. 198 da CF e art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da legislação que regula o Sistema Único de Saúde (SUS) e ao disposto na Programação Anual de Saúde (PAS) de acordo com o imposto pelo art. 4 da Portaria GM nº 3.085, de 2006 e com o art. 38 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Parágrafo único. O Município aplicará na manutenção dos serviços e ações do sistema de saúde pública, no mínimo, 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a de arrecadação de sua competência e a proveniente de transferência.

Art. 69. Para os efeitos do art. 198 da CF, o Poder Executivo poderá garantir à população o atendimento à assistência médica, farmacêutica, laboratorial, odontológica e transporte para tratamentos de saúde.

Parágrafo único. Quando a rede pública local se mostrar insuficiente para atendimento da demanda apresentada, o Município poderá conveniar ou contratar serviços com outras instituições de saúde, inclusive especializadas.

Art. 70. O Poder Executivo enviará até 30 de outubro de 2015 a proposta orçamentária ao Poder Legislativo, que a apreciará e a devolverá para sanção até 15 de dezembro de 2015, nos termos da Lei Complementar municipal nº 48, de 22 de agosto de 2001 e suas alterações.

Art. 71. Se o projeto de lei orçamentária não for publicado até 31 de dezembro de 2015, até que esta ocorra, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de despesas

correntes da administração dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como das entidades da administração indireta, nos limites estritamente necessários para a manutenção dos serviços essenciais, a ser determinado por ato próprio de cada Poder.

Art. 72. Caberá à Secretaria Municipal de Planejamento a coordenação da elaboração do orçamento de que trata a presente Lei. Parágrafo único. O órgão referido no caput organizará calendário das atividades de elaboração do orçamento devendo incluir reuniões com o secretariado e audiências públicas para discutir o orçamento fiscal.

Art. 73. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos durante o exercício de 2016.

Capinzal, em 16 de setembro de 2015.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PMC ERRATA RESCISÃO CONTRATO 0216/2015

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Edição de número 1819, página 70, do dia 02/09/2015, na Rescisão do contrato 0216/2015, referente ao Processo Licitatório nº 0130/2015 Dispensa de Licitação 0027/2015;

Onde se lê:

OBJETO: Contratação da empresa SAVENHAGO & SAVENHAGO LTDA ME, para prestação de serviços da engenheiro eletricista, com ART, para fiscalização de execução de subestação 112,5 KVA, localizada no Centro de Reabilitação Profissional e ESF, sito à Rua Ermelinda Debastiane Thomazoni, no Loteamento Lar Imóveis, no município de Capinzal/SC.

Leia-se:

OBJETO: Pelo presente instrumento, as partes contratantes acima identificadas, por seus representantes legais ao final assinados, promovem a rescisão do contrato nº 0216/2015, oriundo do Processo Licitatório nº 0130/2015, da Dispensa de Licitação nº 0027/2015 conforme Art. 78 inciso XII da lei 8.666/93, extinguindo-se com os mesmos obrigações e deveres nele transcritos, sem indenização a qualquer título às partes.

portaria 1025/2015

PORTARIA Nº 1025, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Alterar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Elusa Perpétua Santos Neto de Matos, matrícula nº 328286/07, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante quatro (04) dias no mês de junho de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 16 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1041/2015

PORTARIA Nº 1041, DE 30 DE JUNHO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2305/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Lilian Aparecida Ramos, matrícula nº 330701/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário de Escola, nível 261, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 261, referência C, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1047/2015

PORTARIA Nº 1047, DE 30 DE JUNHO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2172/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Paulo Cesar Ignacio, matrícula nº 332632/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência C, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1055/2015

PORTARIA Nº 1055, DE 01 DE JULHO DE 2015

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 1070/2015, à servidora Priscila Previde da Rosa, matrícula nº 332674/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 29 de janeiro de 2008 a 28 de janeiro de 2013, pelo período de 01 de julho a 30 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de julho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1058/2015

PORTARIA Nº 1058, DE 01 DE JULHO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a contar de 01 de julho de 2015, conforme memorando nº 050/2015/GAB, Luana Soccol, matrícula nº 330833/03, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Controle de Estoques, nível CC - 2 conforme o anexo IV - E da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de julho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1060/2015

PORTARIA Nº 1060, DE 01 DE JULHO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado, a contar de 01 de julho de 2015, conforme memorando nº 050/2015/GAB, Janderson Seganfredo, matrícula nº 407438/03, ocupante do cargo de Diretor Administrativo, nível CC - 3 conforme o anexo IV - E da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de julho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1098/2015

PORTARIA Nº 1098, DE 23 DE JULHO DE 2015

Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 104935 01 55 2015 4 00009 207 0003123 79, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de óbito da mãe, pelo período de 22 a 29 de julho de 2015, à servidora Nercy Rodrigues da Silva, matrícula nº 316539/02, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, ESF Parizotto.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de julho de 2015.

Capinzal - SC, em 23 de julho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1106/2015

PORTARIA Nº 1106, DE 31 DE JULHO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2621/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Danieli Monica de Oliveira, matrícula nº 327638/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência E.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em julho de 2015.

Capinzal – SC, em 31 de julho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1115/2015

PORTARIA Nº 1115, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 03 de agosto a 30 de novembro de 2015, conforme atestado médico, à servidora Anderlise Fatima Rodrigues Siviero, matrícula nº 326585/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2015.

Capinzal, SC, em 03 de agosto de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1119/2015

PORTARIA Nº 1119, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Daniela Bortoli, matrícula nº 327603/01, ocupante do cargo de Fonoaudiólogo, nível 164, referência D, com carga horária

de quarenta (40) horas semanais, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, conforme requerimento protocolado sob o nº 2627/2015.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais a contar de 01 de agosto de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2015.

Capinzal – SC, em 03 de agosto de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1120/2015

PORTARIA Nº 1120, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 1120/2015, Silvia de Simas, matrícula nº 333395/04, para exercer as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em substituição a titular Sirlene Santos Domingues, que se exonerou.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2015.

Capinzal - SC, em 03 de agosto de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 919/2015

PORTARIA Nº 919, DE 04 DE MAIO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, conforme Concessão de Aposentadoria, sob o nº 6103223770, Ilda Dhein da Costa, matrícula nº 310662/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de maio de 2015.

Capinzal – SC, em 04 de maio de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 922/2015

PORTARIA Nº 922, DE 04 DE MAIO DE 2015
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 1833/2015, Terezinha Ruivo Andrioni, matrícula nº 320005/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de maio de 2015.

Capinzal – SC, em 04 de maio de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 932/2015

PORTARIA Nº 932, DE 05 DE MAIO DE 2015
Exonera servidor na forma que especifica

CONSIDERANDO os artigos 46 a 57 da Lei Complementar nº 146/2012 que trata da avaliação do Estágio Probatório;

CONSIDERANDO que a servidora foi considerada inapta para o cargo, conforme avaliação da Comissão Especial de Avaliação do Estágio Probatório;

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Aline Patricia da Silva, matrícula nº 186880/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de maio de 2015.

Capinzal – SC, em 05 de maio de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 933/2015

PORTARIA Nº 933, DE 06 DE MAIO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 933/2015, Amauri Machado, matrícula nº 326372/05, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, para atuar na Escola Municipal Ivo Silveira, em substituição a titular Lucia Leonor Toaldo que se exonerou.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de maio de 2015.

Capinzal - SC, em 06 de maio de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 966/2015

PORTARIA Nº 966, DE 19 DE MAIO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Alterar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Fernanda Deisi Ramos Bittencourt, matrícula nº 328634/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar em eventuais substituições a professores nos Centros Municipais de Educação Infantil Pinguinho de Gente e Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante sete dias no mês de maio.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de maio de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 988/2015

PORTARIA Nº 988, DE 20 DE MAIO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1865/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Jucilene Tenutti Surdi, matrícula nº 312657/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência J.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de maio de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 993/2015

PORTARIA Nº 993, DE 27 DE MAIO DE 2015

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 27 de maio a 23 de setembro de 2015, conforme atestado médico, à servidora Marisete da Motta, matrícula nº 351997/02, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 27 de maio de 2015.

Capinzal, SC, em 27 de maio de 2015

ENIO JOSE PAGGI

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 84/2015

DECRETO Nº 84/2015

“ADOTA MECANISMOS DE CONTENÇÃO DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal c/c o disposto no artigo 16, IV, da Lei Complementar Municipal nº 002/2011, que instituiu o Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, e

Considerando, que o atual momento de recessão da economia brasileira repercute diretamente sobre as receitas públicas de todos os entes federados;

Considerando que a falta de perspectivas de curto prazo para inversão dessa tendência, sinalizam para uma estagnação das receitas públicas nos atuais patamares que se encontra, e até mesmo vir a sofrer novas reduções;

Considerando que o Município de Caxambu do Sul, a exemplo dos demais municípios brasileiros, precisa fazer a sua parte para o enfrentamento dessa grave situação, através do corte de despesas correntes em todos os setores da administração municipal em que seja possível, sobretudo, visando manter o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento da Execução Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º. Todos os Adicionais de Função Gratificada com percentual entre 50 e 200% do menor vencimento básico do Município, concedido aos servidores do Quadro Geral que comandem equipes de trabalho no interior do município, e/ou desempenhem atividades que vão além do conjunto de atribuições normais de seu cargo, ficam reduzidos para 50% (cinquenta por cento) do menor vencimento básico do Município.

Art. 2º. Todos os Adicionais de Função Gratificada concedidos aos profissionais da educação, ficam reduzidos em 50% (cinquenta por cento), ou seja, ficam reduzidos à metade do percentual concedido.

Art. 3º. Determino ao Setor de Pessoal a juntada de cópia deste Decreto na Pasta Funcional de cada servidor alcançado pela medida, e promova os ajustes nas respectivas folhas de pagamento a partir desta data.

Art. 4º. Fica autorizada a doação de 10% (dez por cento) do subsídio do Prefeito Municipal em favor do Município de Caxambu do Sul, ficando convidados a fazer o mesmo, através de autorização específica, o Vice-Prefeito Municipal, Secretários Municipais e ocupantes de cargos comissionados, exceto chefes de setor.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com vigência até 31/12/2015.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 15 de setembro de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 85/2015

DECRETO N. 85/2015

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado do Cargo de Chefe de Setor de Promoção Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o Senhor Vilson Moraes de Oliveira, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob nº 985.877.069-34 e da Cédula de Identidade sob o nº 13C-3.430.094.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto n. 070/2013 de 03 de junho de 2013.

Caxambu do Sul/SC, 16 de setembro de 2015.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

LEI 1.362-2015

LEI Nº 1.362/2015

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2015 DO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 154.000,00 (Cento e cinquenta e quatro mil reais), distribuídos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 03.00 – SECRETARIA MUNIC. DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.01 - Departamento de Administração

Função: 04 – Administração

Subfunção: 182 – Defesa Civil

Programa: 003 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atividade: 2.004 – Manutenção Geral da Defesa Civil Municipal

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.24 Aplicações Diretas/ Transferências de Convênios - Outros

Valor: 154.000,00 (Cento e cinquenta e quatro mil reais)

Art. 2º. - Para fazer frente às suplementações de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos DR 01.24 – Transferências de

Convênios – Outros.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 16 de setembro de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

LEI 1.363/2015

LEI Nº 1.363/2015

“DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE ÁREAS NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE CAXAMBU DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal votou e aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incluída no perímetro urbano do Município de Caxambu do Sul a área de terras abaixo especificadas:

a) Uma área de 20.103.00 m2 (vinte mil cento e três metros quadrados), registrada na matrícula nº 74.225, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó/SC, situada na localidade de Linha Dois de Agosto, confrontando-se ao Norte, com a Estrada Municipal de acesso a comunidade de Linha Dom José, ai Sul, com a Estrada Municipal de acesso a comunidade de Linha Loureiro, a Leste, com o Estádio Municipal de Futebol do município de Caxambu do Sul e Sede dos Servidores Públicos Municipal de Caxambu do Sul, e a Oeste, com terras de Mathias e Saul Merísio;

b) uma área de terras de 68.508.00 m2 (sessenta e oito mil quinhentos e oito metros quadrados), registrada na matrícula nº 36.563, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó/SC, situada na localidade de Linha Dois de Agosto, confrontando-se ao Norte, com terras de Amaro Alves da Silva, ao Sul, com terras de Elias Antônio Vivian, a Leste, com terras de Getúlio Antônio Alves da Silva, a Oeste, com terras de Dalva da Silva Gheller.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 16 de setembro de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria 356/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 356/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 03, (três) dias, datado em 14.09.15;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública MARCIANE LOPES, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais – 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 14.09.15 a 16.09.15, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 14.09.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de setembro de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria 357/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 357/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 10, (dez) dias, datado em 02.09.15;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública CARLA PRISCILA KERSCHBAUM, ocupante do Cargo EM Comissão de Assessor Técnico, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 02.09.15 a 11.09.15, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02.09.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de setembro de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria 358/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 358/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 15, (quinze) dias, datado em 08.09.15;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público JOSIR JACÓ KALBUSH, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor de Atenção Básica a Saúde, na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 08.09.15 a 22.09.15, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 08.09.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de setembro de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria 359/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 359/2015

- CONSIDERANDO, apresentação do atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99 e c/c o art. 2º § 1º do Decreto nº. 03/2011 de 12.01.2011,

RESOLVE

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da Servidora Pública, NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA, ocupante do cargo Professora ACT – 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 16.09.15 a 14.11.15.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 16 de setembro de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria 360/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 360/2015

- CONSIDERANDO a Prorrogação da Licença Maternidade da Servidora Pública, NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA, através da Portaria nº. 359/2015;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado e a Lei Complementar nº. 026, de 04.05.06;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 258/2015, de 21.05.2015, que admite em caráter temporário TAINÉ RODE SCHRÖDER, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT – 20 horas, Nível III, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – Divisão de Ensino, para atuar na turma do 4º ano, anos iniciais, no Centro Educacional e Esportivo Valdomiro Manoel Chiquio, pelo período de 16.09.15 a 14.11.15.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de setembro de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO CONCORRÊNCIA Nº 03/PMCS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/PMCS/2015
CONCORRÊNCIA Nº 03/PMCS/2015

Objeto: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APREENDIDOS OU RECOLHIDOS EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, APLICAÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS OU OUTRAS PENALIDADES, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.249, DE 20 DE ABRIL DE 2015, no Município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Maior Percentual (%) Sobre o Valor de Faturamento.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 20/10/2015.

Abertura: Dia 20/10/2015, às 09h15min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 16 de setembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 42/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/PMCS/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/PMCS/2015

Objeto: Prestação de serviços de correios e venda de produtos para comunicação em geral.

Assinatura: 01/09/2015

Vigência: Início: 01/09/2015 Término: 31/08/2015

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.47.00.00.00.

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PMCS/2015 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PMCS/2015 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Pneus, Câmaras de Ar e Recapagens de Pneus, no atendimento a frota do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 30/09/2015.

Abertura: Dia 30/09/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 16 de setembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO PREGÃO PRESENCIAL O&S Nº 9/2015 –PMC

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015 – PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa especializada em soluções ambientais, para prestação de serviços de recolhimento de galhos e de resíduos de podas de árvores nas vias, logradouros e praças públicas do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, o Pregoeiro torna público que na data de 15/09/2015 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante: RICARDO LUIS BONIN - EPP. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 27/08/2015, prosseguindo o processo para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à Diretoria de compras.

Concórdia, SC, 16 de setembro de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 0002/2015

A Secretaria Municipal de Educação, estabelecida neste Município de Concórdia, SC, através da sua Secretária Municipal de Educação, Professora Samira Abu El Haje Furlan, comunica a todos os interessados que estão abertas, a partir de 17/09/2015 até 30/09/2015, as inscrições para credenciamento de escritores concordienses interessados em divulgar suas obras literárias em dia e horário definido pela programação da Feira do Livro de Concórdia a ser realizada nos dias 01 a 03 de outubro de 2015, na Rua Coberta, na cidade de Concórdia – SC. Poderão requerer credenciamento: Escritores de obras literárias e ou científicas publicadas ou em fase de publicação; O credenciamento será processado por seleção dos inscritos, a aqueles que preencham os requisitos exigidos e aceitem as condições estabelecidas neste Edital e nos Termos da Minuta de Contrato (Anexo I, deste Edital), a serem firmados entre as partes. O credenciamento objetiva apresentar a comunidade de Concórdia o maior número possível de escritores concordienses, ampliando o acesso às obras literárias e à leitura. REQUISITOS PARA CREDENCIAMENTO: O pedido de credenciamento deverá ser formalizado, no horário de expediente e no período de inscrições, mediante requerimento à Secretaria Municipal de Educação. (Anexo II, deste Edital), acompanhado dos seguintes documentos: Documentos para Habilitação. 1) cópia de documento de identificação; exemplar da obra a ser divulgada; contrato de participação; comprovante de residência. DEMAIS CONSIDERAÇÕES A SEREM OBSERVADAS: Os autores poderão buscar junto aos livreiros participantes da feira a possibilidade de comercialização de suas obras. Todo o processo de apresentação da obra e possível comercialização é de responsabilidade do autor. Cumpridos os requisitos de qualificação acima identificados, será elaborado o "Contrato de Participação", nos termos da minuta que consta do (Anexo I deste Edital), a ser firmado pelo representante da Secretaria Municipal de Educação e pelo credenciado, onde serão estabelecidas as condições para a divulgação das obras. O prazo de vigência do Credenciamento será para o período de realização da Feira do Livro de Concórdia, nos dias 01 a 03 de outubro de 2015. O local e horário de participação será definido pela Comissão Organizadora da Feira do Livro de Concórdia. Os inscritos que atenderem os requisitos e que tiverem suas obras aprovadas pela Comissão da Feira serão considerados habilitados a participar da Feira do Livro de Concórdia. Cópia deste Edital e seus anexos, bem como quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos junto a Secretaria Municipal de Educação, na Rua Marechal Deodoro, 1.280, sala 301, Centro - Edifício Golden Office (ao lado da Barca do Noé), nesta cidade, no horário das: 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta - feira ou através do telefone nº (0**49) 3030 0222 ramal 203 ou e-mail flavia.tibolla@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, 16 de setembro de 2015.

Samira Abu El Haje Furlan

Secretária Municipal de Educação

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 444/2015

DECRETO Nº 444/2015, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015
"NOMEIA ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data a Sra. THAIS HELENA TRABUCO, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º A Servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal – LC nº 18/2001, ao Plano de Cargos e Salários – LC nº 93/2013.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de Setembro de 2015

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 445/2015

DECRETO Nº 445/2015, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015
"CONFERE AO ALCAIDE MUNICIPAL AS ATRIBUIÇÕES DISPOSTAS NO ART. 3º, DA LEI MUNICIPAL N. 60/1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, e em atendimento ao disposto no inciso IV do art. 70 da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 2º da Lei Municipal n. 60/1993, que subordina o Fundo Municipal de Saúde ao Secretário Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que a Secretária Municipal de Saúde de Cordilheira Alta, Sra. Sidonia Salette Cecon Merisio, está gozando de férias no período de 14/09/2015 a 03/10/2015, nos termos do Decreto n. 442/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Durante o período de férias da Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, as atribuições determinadas no Art. 3º da Lei Municipal n. 60/1993 passam a ser de responsabilidade do Alcaide Municipal, que assumirá durante este período todos os encargos inerentes.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de setembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

DECRETO N. 446/2015

DECRETO Nº 446/2015, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde à Servidora Municipal, Sra. ARLETE DAL SANTO GROLLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de setembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

DECRETO N. 447/2015

DECRETO Nº 447/2015, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ROBERTA DE BRITO CHISTINO DA SILVA, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de setembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA - PLANO DIRETOR**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, CONVOCA os interessados e o público em geral para a audiência pública que se realizará no dia 24 de setembro de 2015, quinta-feira, com início às 14h, no Auditório da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, situado na Rua Celso Tozzo, n. 27, Centro, com o objetivo de expor e discutir projetos que visam alterar e acrescentar dispositivos legais ao Plano Diretor do Município de Cordilheira Alta.

A Audiência Pública terá por objetivo recolher subsídios para o processo de tomada de decisões do Poder Executivo, proporcionando aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões, e identificar, de forma mais ampla, os aspectos relevantes à matéria e dar publicidade a um assunto de interesse público.

Cordilheira Alta, SC, em 14 de setembro de 2015.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 167 DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº. 167 DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº.641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.062,50 (quatro mil sessenta e dois reais e cinquenta centavos) na seguinte Programação de despesa:

06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	85	03.0089	4.062,50

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 4.062,50 (quatro mil sessenta e dois reais e cinquenta centavos) do superávit financeiro da Fonte de Recursos 03.0089, Superávit Financeiro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 31 de Agosto de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

LEI Nº. 660, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº. 660, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito suplementar no valor de até R\$ 338.001,90 (trezentos e trinta e oito mil, um real e noventa centavos), destinados a suplementar dotações orçamentárias do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Encargos Gerais do Município e Câmara Municipal de Vereadores nas seguintes dotações Orçamentárias:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO				
04.122.0003.2.002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01	01.0000	28.000,00

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0000	21.000,00

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	14	01.0000	181.001,90

15.01 – SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER				
27.812.0102.2.058 – Manutenção da Secr. De Cultura, Esportes e Lazer				

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	70	01.0000	12.000,00
06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	45	01.0000	55.000,00
08.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
28.846.0001.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	52	01.0000	1.000,00
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS				
01.031.0002.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	03	01.0000	40.000,00
Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro, será anulado recursos da mesma ordem, da seguinte dotação e programação de despesas, da Prefeitura Municipal de Coronel Martins e Câmara Municipal de Vereadores:				
04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0029.1.024 – Ampliação e Construção da Rede Física da Educação				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	12	01.0001	10.000,00
04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0029.1.024 – Ampliação e Construção da Rede Física da Educação				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	13	01.0001	32.625,00
04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0032.2.063 – Manutenção do Transporte Escolar do Município				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	22	01.0001	95.000,00
04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.362.0012.2.059 – Apoio ao Ensino Médio				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Transf. a Instit. Priv. Sem Fim L.	31	01.0000	8.400,00
04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.362.0012.2.059 – Apoio ao Ensino Médio				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	32	01.0000	12.600,00
05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	41	01.0000	17.000,00
05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	44	01.0000	17.376,90
05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS				
15.451.0035.1.031 – Pavimentação de Ruas e Passeios				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	36	01.0000	20.000,00
08.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
28.846.0001.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.2.90.00.00.00	Aplicações Diretas	53	01.0000	75.000,00
14.01 – FUNDO MUNICIPAL HABITAÇÃO				
16.482.0017.1.035 – Construção de Residências				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	68	01.0000	5.000,00

14.01 – FUNDO MUNICIPAL HABITAÇÃO				
16.482.0017.1.035 – Construção de Residências				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	69	01.0000	5.000,00
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS				
01.031.0002.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01	01.0000	20.000,00
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS				
01.031.0002.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Transf. a Inst. Priv. Sem Fins L.	02	01.0000	1.000,00
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS				
01.031.0002.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0000	14.000,00
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS				
01.031.0059.2.051 – Subsidio dos Vereadores				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	05	01.0000	5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins em, 14 de setembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 926/15

DECRETO Nº 926/15

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2015 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ – SC, A SER OBSERVADO PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA.

LUIZ CARLOS TAMANINI Prefeito Municipal de Corupá no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de controle nas despesas em todos os órgãos da Administração; e

CONSIDERANDO o dia 15 de outubro – Dia do Professor – e o dia 28 de outubro – Dia do Funcionário Público;

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado ponto facultativo no dia 13 de outubro de 2015 no âmbito do Município de Corupá, a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta.

Art. 2º- As medidas dispostas no presente Decreto não acarretarão nas paralisações dos serviços públicos essenciais, considerados indispensáveis.

Art. 3º- Os serviços serão restabelecidos a sua normalidade no dia 14 de outubro de 2015 (quarta-feira) e funcionarão de maneira regular nos dias 15 de outubro de 2015 e 28 de outubro de 2015.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 16 de setembro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 030/15

OBJETO: Registro de Preço para eventual aquisição parcelada de equipamentos de informática, mobiliários e serviço de câmeras de segurança para que seja oferecido um atendimento de maior qualidade e segurança no atendimento prestado pelos profissionais da Equipe da Estratégia de Saúde da Família aos Municípios DE CORUPÁ-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 17/09/2015 às 09h00min do dia 29/09/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 29/09/2015.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 17 de Setembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 031/15

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 17/09/2015 às 14h00min do dia 29/09/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 29/09/2015.

APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DOS MATERIAIS: Dia 01/10/2015 às 09h00min.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 17 de Setembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de Corupá - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		44.746.784,41		
Previsão Atualizada		44.746.784,41		
Receitas Realizadas		25.955.893,99		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.111.424,38		
DESPESAS				
Dotação Inicial		44.746.784,41		
Créditos Adicionais		4.194.428,98		
Dotação Atualizada		48.941.213,39		
Despesas Empenhadas		27.672.304,78		
Despesas Liquidadas		25.213.272,92		
Despesas pagas		24.561.584,44		
Superavit Orçamentário		742.621,07		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		27.672.304,78		
Despesas Liquidadas		25.213.272,92		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		34.509.630,94		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		60.000,00	1.157.851,64	1.929,75
Resultado Primário		-1.495.101,25	-1.511.637,69	101,11
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.125.405,16	0,00	864.553,12	260.852,04
EXECUTIVO	1.125.405,16	0,00	864.553,12	260.852,04
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	671.673,61	0,00	498.990,29	172.683,32
EXECUTIVO	671.673,61	0,00	498.990,29	172.683,32
TOTAL:	1.797.078,77	0,00	1.363.543,41	433.535,36
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.677.375,44	25%	29,26
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.026.674,00	60%	74,98
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.952.653,79	-952.653,79	
Despesa de Capital Líquida		4.882.051,85	10.643.907,51	

Continua 1/2

Município de Corupá - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			261.475,45	1.024,55
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	262.500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		4.072.137,30	15,00	25,70
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Corupá, 16/09/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A AGOSTO 2015 / BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (g)	44.746.784,41	48.941.213,39	6.748.438,53	27.672.304,78	100,00	21.268.908,61	6.918.057,05	25.213.272,92	100,00	23.727.940,47
Legislativa	1.155.000,00	1.155.000,00	186.928,42	692.333,30	2,50	462.666,70	178.606,50	668.997,42	2,65	486.002,58
Ação Legislativa	1.155.000,00	1.155.000,00	186.928,42	692.333,30	2,50	462.666,70	178.606,50	668.997,42	2,65	486.002,58
Administração	4.038.638,13	4.245.392,30	531.488,78	2.525.859,37	9,13	1.719.532,93	638.818,84	2.366.441,95	9,39	1.878.950,35
Administração Geral	3.986.138,13	4.177.892,30	527.226,99	2.472.838,37	8,94	1.705.053,93	635.181,93	2.316.051,04	9,19	1.861.841,26
Comunicação Social	52.500,00	67.500,00	4.241,79	53.021,00	0,19	14.479,00	3.636,91	50.390,91	0,20	17.109,09
Segurança Pública	1.037.650,00	1.038.328,21	13.321,90	68.156,29	0,25	970.199,92	11.022,72	61.233,03	0,24	977.056,18
Policimento	39.900,00	70.578,21	10.458,94	49.527,53	0,18	21.050,68	6.850,37	44.317,88	0,18	25.250,33
Defesa Civil	997.750,00	967.750,00	2.862,96	18.630,76	0,07	948.119,24	4.172,35	16.915,15	0,07	950.834,85
Assistência Social	887.250,00	1.147.250,00	196.422,92	826.219,15	2,99	321.030,85	178.773,28	747.640,17	2,97	399.609,83
Assistência ao Idoso	42.000,00	32.000,00	0,00	14.899,25	0,05	17.100,75	0,00	14.899,25	0,05	17.100,75
Assistência à Criança e ao Adolescente	241.500,00	236.500,00	48.205,28	124.614,90	0,45	111.885,10	42.101,93	107.675,90	0,43	128.824,10
Assistência Comunitária	603.750,00	878.750,00	148.217,64	686.705,00	2,48	192.045,00	136.671,35	625.065,02	2,48	253.684,98
Saúde	6.445.218,78	8.827.818,63	2.005.708,89	6.250.846,49	22,59	2.576.972,14	1.290.206,36	5.347.630,06	21,21	3.480.188,57
Atenção Básica	5.634.760,65	8.263.291,81	1.920.796,28	5.904.284,68	21,34	2.359.007,13	1.204.984,99	5.028.656,62	19,95	3.234.433,19
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	233.100,00	233.100,00	57.429,87	193.257,05	0,70	39.842,85	55.599,18	187.475,06	0,74	45.624,94
Suporte Profilático e Terapêutico	191.048,13	202.967,18	20.908,91	90.948,39	0,33	112.038,79	21.655,39	70.460,77	0,28	132.526,41
Vigilância Sanitária	28.350,00	70.479,64	3.448,02	33.705,24	0,12	36.773,40	3.177,72	33.393,64	0,13	37.086,00
Vigilância Epidemiológica	57.960,00	57.960,00	3.125,81	28.650,13	0,10	29.309,87	4.789,08	27.441,97	0,11	30.518,03
Trabalho	10.500,00	10.500,00	0,00	891,61	0,00	9.608,39	0,00	891,61	0,00	9.608,39
Empregabilidade	10.500,00	10.500,00	0,00	891,61	0,00	9.608,39	0,00	891,61	0,00	9.608,39
Educação	14.716.668,75	14.124.174,38	1.776.893,36	7.657.858,42	27,67	6.466.315,96	1.750.915,36	7.314.895,65	29,01	6.809.278,73
Alimentação e Nutrição	316.732,50	516.851,07	95.123,64	279.297,10	1,01	237.553,97	29.298,77	176.179,01	0,70	340.672,06
Ensino Fundamental	11.157.693,75	10.601.080,81	1.235.271,88	5.337.572,40	19,29	5.263.508,41	1.277.317,08	5.170.595,71	20,51	5.430.145,10
Ensino Superior	42.000,00	42.000,00	8.153,30	22.970,63	0,08	19.029,37	5.303,80	20.121,13	0,08	21.878,87
Educação Infantil	3.095.242,50	2.839.242,50	438.344,54	2.016.567,73	7,29	842.674,77	438.995,71	1.946.209,24	7,72	913.033,26
Educação de Jovens e Adultos	52.500,00	52.500,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00
Educação Especial	52.500,00	52.500,00	0,00	1.450,56	0,01	51.049,44	0,00	1.450,56	0,01	51.049,44
Cultura	63.000,00	63.000,00	16.457,15	21.155,20	0,08	41.843,80	13.100,00	13.879,05	0,05	49.120,95
Difusão Cultural	63.000,00	63.000,00	16.457,15	21.155,20	0,08	41.843,80	13.100,00	13.879,05	0,05	49.120,95
Urbanismo	10.140.317,75	12.693.810,85	1.132.462,37	6.696.065,53	24,20	5.995.744,32	2.087.037,12	6.026.373,83	23,90	6.667.437,02
Infra-Estrutura Urbana	4.493.725,00	6.940.600,11	378.754,60	3.016.451,96	10,90	3.924.148,15	972.011,68	2.593.277,58	10,29	4.347.322,53
Serviços Urbanos	5.646.592,75	5.753.210,74	753.707,77	3.681.614,57	13,30	2.071.596,17	1.115.025,44	3.433.066,25	13,62	2.320.114,49
Habituação	147.000,00	147.000,00	0,00	0,00	0,00	147.000,00	0,00	0,00	0,00	147.000,00
Habituação Urbana	147.000,00	147.000,00	0,00	0,00	0,00	147.000,00	0,00	0,00	0,00	147.000,00

Continua 1/2

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	44.746.784,41	48.941.213,39	6.748.438,53	27.672.304,78	100,00	21.268.906,61	6.918.067,05	25.213.272,92	100,00	23.727.940,47
Saneamento	2.079.840,00	2.169.111,97	378.545,18	1.481.593,89	5,35	887.518,08	387.476,19	1.455.875,84	5,77	713.236,13
Saneamento Básico Urbano	2.079.840,00	2.169.111,97	378.545,18	1.481.593,89	5,35	887.518,08	387.476,19	1.455.875,84	5,77	713.236,13
Gestão Ambiental	84.000,00	84.000,00	12.037,64	58.737,64	0,21	25.262,36	17.834,30	37.017,69	0,15	46.982,31
Preservação e Conservação Ambiental	84.000,00	84.000,00	12.037,64	58.737,64	0,21	25.262,36	17.834,30	37.017,69	0,15	46.982,31
Agricultura	968.100,00	968.100,00	107.466,92	431.083,87	1,56	537.016,13	109.571,87	419.813,90	1,67	548.286,10
Extensão Rural	968.100,00	968.100,00	107.466,92	431.083,87	1,56	537.016,13	109.571,87	419.813,90	1,67	548.286,10
Energia	274.050,00	278.177,05	194.911,61	245.645,35	0,89	32.531,70	101.637,94	152.371,68	0,60	125.805,37
Energia Elétrica	274.050,00	278.177,05	194.911,61	245.645,35	0,89	32.531,70	101.637,94	152.371,68	0,60	125.805,37
Desporto e Lazer	652.050,00	652.050,00	108.888,47	459.712,39	1,66	192.337,61	82.687,18	387.655,10	1,54	264.394,90
Desporto Comunitário	652.050,00	652.050,00	108.888,47	459.712,39	1,66	192.337,61	82.687,18	387.655,10	1,54	264.394,90
Encargos Especiais	1.522.500,00	812.500,00	106.934,92	254.142,28	0,92	558.357,72	70.379,39	212.555,94	0,84	589.944,06
Serviço de Divisão Interna	1.470.000,00	760.000,00	94.124,31	205.123,44	0,74	554.876,56	70.379,39	176.337,71	0,70	583.662,29
Outras Transferências	52.500,00	52.500,00	12.800,61	49.018,84	0,18	3.481,16	0,00	35.218,23	0,14	16.281,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	525.000,00	525.000,00	0,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00	0,00	0,00	525.000,00
TOTAL (II) = (I + II)	44.746.784,41	48.941.213,39	6.748.438,53	27.672.304,78	100,00	21.268.906,61	6.918.067,05	25.213.272,92	100,00	23.727.940,47

FONTE:

Corupá, 16/09/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPALJONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDADILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORAVALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A AGOSTO 2015 / BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	44.746.784,41	44.746.784,41	7.181.984,62	16,05	25.955.893,99	58,01	18.790.890,42
RECEITAS CORRENTES	37.844.734,41	37.844.734,41	5.337.359,92	14,10	22.564.069,01	59,62	15.280.665,40
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.630.845,13	6.630.845,13	712.879,99	10,75	3.230.335,38	48,72	3.400.509,75
IMPOSTOS	3.369.681,00	3.369.681,00	528.630,79	15,69	2.376.369,53	70,52	993.311,47
TAXAS	1.428.126,63	1.428.126,63	183.625,58	12,86	851.311,53	59,61	576.815,10
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.833.037,50	1.833.037,50	623,62	0,03	2.654,32	0,14	1.830.383,18
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	242.550,00	242.550,00	36.506,88	15,05	165.585,65	68,27	76.964,35
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	242.550,00	242.550,00	36.506,88	15,05	165.585,65	68,27	76.964,35
RECEITA PATRIMONIAL	232.601,25	232.601,25	54.445,27	23,41	216.467,23	93,06	16.134,02
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	232.601,25	232.601,25	54.445,27	23,41	216.467,23	93,06	16.134,02
RECEITA AGROPECUÁRIA	30.318,75	30.318,75	4.536,98	14,96	15.494,50	51,11	14.824,25
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	30.318,75	30.318,75	4.536,98	14,96	15.494,50	51,11	14.824,25
RECEITA DE SERVIÇOS	2.006.025,00	2.006.025,00	399.049,66	19,89	1.548.445,28	77,19	457.579,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.851.868,03	27.851.868,03	4.048.710,21	14,54	17.034.136,74	61,16	10.817.731,29
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	27.517.968,03	27.517.968,03	4.018.460,56	14,60	16.888.977,58	61,37	10.628.990,45
TRANSF. DE PESSOAS	0,00	0,00	5.606,66	0,00	33.606,66	0,00	-33.606,66
TRANSF. DE CONV.	333.900,00	333.900,00	24.642,99	7,38	111.552,50	33,41	222.347,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	850.526,25	850.526,25	81.230,93	9,55	353.604,23	41,57	496.922,02
MULTAS E JUROS DE MORA	420.661,50	420.661,50	28.574,79	6,79	105.138,13	24,99	315.523,37
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.640,00	17.640,00	374,30	2,12	26.296,89	149,08	-8.656,89
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	359.856,00	359.856,00	43.563,02	12,11	184.823,43	51,36	175.032,57
RECEITAS DIVERSAS	52.368,75	52.368,75	8.718,82	16,65	37.345,78	71,21	15.022,97
RECEITAS DE CAPITAL	6.902.050,00	6.902.050,00	1.844.624,70	26,73	3.391.824,98	49,14	3.510.225,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	1.170.000,00	117,00	1.952.653,79	195,27	-952.653,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	1.170.000,00	117,00	1.952.653,79	195,27	-952.653,79
ALIENAÇÃO DE BENS	262.500,00	262.500,00	261.475,45	99,61	261.475,45	99,61	1.024,55
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	157.500,00	157.500,00	240.960,00	152,99	240.960,00	152,99	-83.460,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	105.000,00	105.000,00	20.515,45	19,54	20.515,45	19,54	84.484,55
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.587.050,00	5.587.050,00	278.766,66	4,99	562.308,34	10,06	5.024.741,66
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.587.050,00	5.587.050,00	278.766,66	4,99	562.308,34	10,06	5.024.741,66
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	52.500,00	52.500,00	2.143,85	4,08	12.215,23	23,27	40.284,77
OUTRAS RECEITAS	52.500,00	52.500,00	2.143,85	4,08	12.215,23	23,27	40.284,77
OUTRAS RECEITAS - CONVÊNIOS	0,00	0,00	132.238,74	0,00	603.172,17	0,00	-603.172,17
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	44.746.784,41	44.746.784,41	7.181.984,62	16,05	25.955.893,99	58,01	18.790.890,42

Continua 1/3

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	44.746.784,41	44.746.784,41	7.181.984,62	16,05	25.955.893,99	58,01	18.790.890,42
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	44.746.784,41	44.746.784,41	7.181.984,62	16,05	25.955.893,99	58,01	18.790.890,42
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.937.150,69	—	—	1.111.424,38	—	—
Superávit Financeiro	—	1.937.150,69	—	—	1.111.424,38	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	44.746.784,41	48.941.213,39	6.748.438,53	27.672.304,78	21.268.908,61	6.918.067,05	25.213.272,92	23.727.940,47	24.561.584,44
DESPESAS CORRENTES	31.048.314,66	32.690.254,03	5.847.974,69	22.154.091,29	10.736.162,74	5.106.107,09	20.331.221,07	12.559.032,96	19.853.558,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.387.683,50	16.547.384,14	2.773.929,22	11.062.680,12	5.484.704,02	2.743.259,29	11.030.020,57	5.517.363,57	10.637.564,41
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	420.000,00	400.000,00	18.763,90	23.816,55	376.183,45	1.503,41	6.429,64	393.570,36	6.429,64
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.695.000,00	1.764.271,97	334.704,39	1.479.737,97	284.534,00	361.299,48	1.437.883,22	326.388,75	1.417.634,16
Transferências a União	12.545.631,16	14.178.597,92	2.720.577,18	9.587.856,65	4.590.741,27	2.000.044,91	7.856.897,64	6.321.710,28	7.791.930,46
DESPESAS DE CAPITAL	13.173.469,75	15.525.959,36	900.463,84	5.518.213,49	10.007.745,87	1.811.959,96	4.882.051,85	10.643.907,51	4.708.025,77
INVESTIMENTOS	12.123.469,75	15.165.959,36	825.103,43	5.336.906,60	9.829.052,76	1.743.083,98	4.712.143,78	10.453.815,58	4.538.117,70
Amortização da Dívida	1.050.000,00	360.000,00	75.360,41	181.306,89	178.639,11	68.875,98	169.908,07	190.091,93	169.908,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	525.000,00	525.000,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	525.000,00	525.000,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	44.746.784,41	48.941.213,39	6.748.438,53	27.672.304,78	21.268.908,61	6.918.067,05	25.213.272,92	23.727.940,47	24.561.584,44

Continua 2/3

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XII)	44.746.784,41	48.941.213,39	6.748.438,53	27.672.304,78	21.268.908,61	6.918.067,05	25.213.272,92	23.727.940,47	24.561.584,44
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	742.621,07	—	25.955.893,99
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	44.746.784,41	48.941.213,39	6.748.438,53	27.672.304,78	—	6.918.067,05	25.955.893,99	—	50.517.478,43

FONTE:

Corupá, 16/09/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ORÇAMENTOS FISCAIS - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - SETEMBRO/2015 A AGOSTO/2015

Município de Corupá - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													R\$ 100
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA 2015												
	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Agv/2015	TOTAL (U.L. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.822.850,29	2.723.776,94	2.848.476,80	3.544.114,67	3.221.162,36	2.845.678,87	3.859.370,08	2.853.746,95	3.258.991,69	3.052.118,00	3.131.033,24	2.895.263,04	37.268.476,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	288.114,30	271.023,38	303.919,35	376.500,61	237.500,05	225.512,65	1.275.672,70	237.281,02	252.486,93	288.802,00	467.650,91	244.629,08	4.471.263,03
IRPJ	43.818,29	33.638,93	10.000,00	14.995,51	250,23	62,88	830.035,24	49.151,30	46.059,79	46.250,08	39.510,45	39.776,62	1.162.253,91
IRPJ-F	28.052,28	25.003,94	18.000,00	103.410,33	0,00	2.940,51	1.036,93	1.289,55	3.239,22	207.949,80	10.339,00	10.339,00	403.190,99
IRPJ-F	59.000,04	59.040,25	152.315,55	116.510,24	195.740,95	155.721,61	19.835,65	85.870,85	87.999,00	110.763,99	101.381,59	92.347,89	1.332.300,28
IRPJ-F	353.794,00	277.795,65	52.692,00	47.175,00	3.680,00	23.200,00	4.657,13	10.650,00	30.483,26	22.259,00	14.629,44	3.615,60	324.465,75
Outras Receitas Tributárias	84.693,39	87.129,07	70.575,22	94.759,43	65.696,87	63.897,46	27.621,67	90.330,51	84.714,96	85.670,38	96.833,97	87.415,23	1.191.432,98
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	17.216,22	0,00	44.197,12	15.391,85	20.028,85	24.101,30	13.693,57	27.883,18	28.339,69	14.697,18	15.900,09	20.946,79	245.220,85
RECEITA PATRIMONIAL	31.584,69	27.771,97	23.558,18	31.678,49	23.915,02	23.326,29	25.255,44	26.669,91	25.893,15	25.785,25	28.578,78	25.893,51	331.536,30
RECEITA AGROPECUÁRIA	19,25	2.225,30	2.430,43	2.117,57	94,35	2.053,63	2.176,57	2.830,77	1.132,10	1.757,21	2.462,10	2.094,89	24.215,25
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	180.444,44	180.252,04	178.033,33	217.741,44	189.478,24	178.239,64	208.379,21	177.805,38	204.575,14	189.917,03	206.072,95	192.976,70	2.312.089,53
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.269.637,90	2.202.321,01	2.349.392,18	2.400.091,71	2.723.230,30	2.444.980,34	2.260.937,77	2.440.719,95	2.697.395,10	2.462.544,77	2.372.891,81	2.278.724,76	28.622.937,50
Cota-Parte do FPM	504.110,60	495.338,48	655.615,82	733.175,72	996.655,78	1.210.675,89	742.894,30	801.253,04	955.899,95	857.647,21	791.270,71	742.745,18	9.256.428,49
Cota-Parte do ICMS/A	79.457,12	75.748,19	63.670,67	89.455,77	78.330,92	89.894,29	69.617,35	75.122,82	69.613,66	69.619,00	67.247,92	64.459,62	867.943,98
Cota-Parte do IRPJ/A	124.531,74	103.628,94	62.039,00	36.139,84	57.701,12	83.762,05	114.655,58	115.553,39	119.084,12	121.159,76	137.655,02	138.813,88	1.437.000,00
Cota-Parte do IPTU	2.800,31	15.544,45	672,03	632,76	632,92	0,00	32,59	94,34	33,81	13,03	19,92	77,89	2.125,08
Outras Transferências Correntes	379.044,22	304.761,63	246.257,37	296.289,09	330.404,49	159.793,57	228.408,45	246.376,64	347.299,47	333.232,37	319.892,53	242.195,31	3.457.285,04
Transferências do LC 81/1999	10.763,24	11.535,94	13.235,25	13.033,01	15.941,79	9.484,49	9.304,10	9.744,55	10.962,95	10.470,81	9.045,71	10.253,50	134.434,95
Transferências do LC 87/1995	3.059,28	3.055,25	3.055,25	6.118,25	0,00	0,00	0,00	11.535,27	2.939,94	2.939,94	2.939,94	3.075,10	49.599,50
Transferências do FUNDEC	497.854,99	509.712,49	532.143,16	528.708,69	534.377,26	494.207,10	482.069,29	521.035,69	526.437,89	500.192,65	478.897,55	492.257,34	6.088.594,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	353.004,42	31.151,24	49.703,00	49.128,02	26.045,52	44.420,01	67.793,70	37.269,46	59.100,49	34.644,12	38.466,61	42.794,32	981.026,21
DEDUÇÕES (II)	42.814,69	53.443,17	17.626,72	-15.314,49	367.689,91	355.171,30	310.991,60	328.285,60	361.000,05	330.595,86	290.446,24	307.690,28	2.759.646,03
Ded. Rec. p/ Form do FUNDEC - ICMS Deson - LC 87/95	-611,85	-611,85	-611,85	-1.223,70	0,00	0,00	0,00	-2.327,87	-581,95	-581,95	-581,95	-581,95	-7.114,96
Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEC	-13.102,62	-12.263,60	-183.919,94	-193.044,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-396.017,30
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	17.455,55	177.699,62	182.448,51	170.553,35	367.689,91	355.171,30	310.991,60	331.613,47	362.622,11	331.613,62	291.020,50	307.672,24	3.295.715,29
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.779.735,20	2.670.333,77	2.830.850,08	3.559.429,16	2.853.472,85	2.490.507,57	3.548.378,28	2.525.461,35	2.897.991,64	2.721.522,14	2.840.386,99	2.587.572,76	34.508.830,94
FONTE: Corupá - 15/09/2015													
LUIZ CARLOS TAMARINHA PREFEITO MUNICIPAL	JONEY CICERO MORGONI SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA			OLIVIER KUHLEKABUNDE CONTADOR									
VALQUIRIA MICHALAK RESP. CONTROLE INTERNO													

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL- ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A AGOSTO 2015 / BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	1.000.000,00	1.952.653,79			-952.653,79
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	15.525.959,36	5.518.213,49	4.882.051,85	0,00	10.007.745,87
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	15.525.959,36	5.518.213,49	4.882.051,85	0,00	10.007.745,87
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-14.525.959,36	-3.565.559,70	-	-	-10.960.399,66

FONTE:

Corupá, 16/09/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUIHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE- ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A AGOSTO 2015 / BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.627.666,00	3.627.666,00	2.526.871,91	69,66
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.408.774,50	1.408.774,50	1.090.137,59	75,25
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	324.465,75	324.465,75	198.370,96	61,14
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.237.666,50	1.237.666,50	889.676,44	71,88
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	391.718,25	391.718,25	206.543,21	52,73
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	11.135,25	11.135,25	9.282,42	83,36
Dívida Ativa dos Impostos	163.831,50	163.831,50	108.747,66	66,38
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	90.074,25	90.074,25	54.113,63	60,08
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	21.984.621,75	21.984.621,75	13.320.947,70	60,59
Cota-Parte FPM	10.784.655,00	10.784.655,00	6.783.949,10	62,90
Cota-Parte ITR	36.051,75	36.051,75	875,50	2,43
Cota-Parte IPVA	1.437.660,00	1.437.660,00	880.094,93	61,22
Cota-Parte ICMS	9.525.489,75	9.525.489,75	5.546.901,53	58,23
Cota-Parte IPM-Exportação	153.798,75	153.798,75	85.847,01	55,82
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	46.966,50	46.966,50	23.278,73	49,56
Desoneração ICMS (LC 87/96)	46.966,50	46.966,50	23.278,73	49,56
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	25.612.287,75	25.612.287,75	15.847.819,61	61,88

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.550.063,13	1.550.063,13	912.156,66	58,85
Provenientes da União	1.550.063,13	1.550.063,13	912.156,66	58,85
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.512,50	5.512,50	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.555.575,63	1.555.575,63	912.156,66	58,64

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	5.320.242,78	7.252.137,03	5.614.580,61	77,42	4.745.232,56	65,43
Pessoal e Encargos Sociais	3.106.614,00	2.852.543,64	2.180.189,81	76,43	2.157.055,19	75,62
Outras Despesas Correntes	2.213.628,78	4.399.593,39	3.434.390,80	78,06	2.588.177,37	58,83
DESPESAS DE CAPITAL	1.112.176,00	1.560.181,60	624.833,75	40,05	592.289,81	37,96
Investimentos	1.112.176,00	1.560.181,60	624.833,75	40,05	592.289,81	37,96

Continua 1/4

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.112.176,00	1.560.181,60	624.833,75	40,05	592.289,81	37,96
Investimentos	1.112.176,00	1.560.181,60	624.833,75	40,05	592.289,81	37,96
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.432.418,78	8.812.318,63	6.239.414,36	70,80	5.337.522,37	60,57
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/IV)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.384.813,13	2.426.942,77	1.333.648,48	21,37	1.265.385,07	23,71
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.649.813,13	1.691.942,77	1.317.515,96	21,12	1.249.252,55	23,41
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	735.000,00	735.000,00	16.132,52	0,26	16.132,52	0,30
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.384.813,13	2.426.942,77	1.333.648,48	21,37	1.265.385,07	23,71
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.047.605,65	6.385.375,86	4.905.765,88	78,63	4.072.137,30	76,29
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb) x 100 - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						25,70
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI) - ((15 x IIIb)/100)]⁶						1.694.964,36

Continua 2/4

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	5.994.760,65	8.263.291,81	5.904.284,68	94,46	5.028.858,62	94,04
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	233.100,00	233.100,00	193.257,05	3,09	187.475,06	3,51
Suporte Profilático e Terapêutico	191.048,13	202.987,18	90.948,39	1,45	70.460,77	1,32
Vigilância Sanitária	28.360,00	70.479,64	33.706,24	0,54	33.393,64	0,62
Vigilância Epidemiológica	57.960,00	57.960,00	28.660,13	0,46	27.441,97	0,51
TOTAL	6.445.218,78	8.827.818,63	6.250.846,49	100,00	5.347.630,06	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "l+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "l+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nele estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[M/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Corupá, 16/09/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL- JANEIRO A AGOSTO 2015 / BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.177.501,38	4.185.198,03	5.332.400,39
DEDUÇÕES (II)	2.848.549,83	2.822.554,18	2.845.597,20
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.495.132,42	3.364.700,33	3.648.277,98
Demais Haveres Financeiros	25.091,02	25.091,02	25.091,02
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	671.673,61	567.237,17	827.771,80
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.328.951,55	1.362.643,85	2.486.803,19
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.328.951,55	1.362.643,85	2.486.803,19

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2015 (C - A)
VALOR	1.124.159,34	1.157.851,64

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	60.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Corupá, 16/09/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A AGOSTO 2015 / BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	37.612.133,16	22.347.601,78	22.104.818,63
Receita Tributária	6.630.845,13	3.230.335,38	2.868.734,45
I.P.T.U.	1.408.774,50	1.060.137,59	1.009.061,38
I.S.S.	1.237.666,50	889.676,44	587.059,83
I.T.B.I.	324.465,75	198.370,96	253.113,61
I.R.R.F.	398.774,25	228.184,54	217.424,53
Outras Receitas Tributárias	3.261.164,13	853.965,85	802.075,15
Receita de Contribuição	242.550,00	165.585,65	129.565,05
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	242.550,00	165.585,65	129.565,05
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	232.601,25	216.467,23	180.908,04
(-) Aplicações Financeiras	232.601,25	216.467,23	180.908,04
Transferências Correntes	27.851.868,03	17.034.136,74	17.216.022,20
F.P.M.	8.627.724,00	5.543.369,26	5.143.047,76
I.P.V.A	1.150.128,00	704.076,57	638.905,54
I.C.M.S.	7.620.391,80	4.437.521,90	4.422.100,54
Convênios	333.900,00	111.552,50	167.760,45
Outras Transferências Correntes	10.119.724,23	6.237.616,51	6.844.207,91
Demais Receitas Correntes	2.886.870,00	1.917.544,01	1.890.496,93
Dívida Ativa	359.856,00	184.823,43	171.976,29
Diversas Receitas Correntes	2.527.014,00	1.732.720,58	1.718.520,64
RECEITAS DE CAPITAL (II)	6.902.050,00	3.391.824,98	3.057.957,00
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	1.952.653,79	405.000,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	262.500,00	261.475,45	0,00
Transferências de Capital	5.587.050,00	562.308,34	2.413.522,41
Convênios	5.587.050,00	562.308,34	2.104.662,41
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	308.860,00
Outras Receitas de Capital	52.500,00	615.387,40	239.434,59
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.639.550,00	1.177.695,74	2.652.957,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	43.251.683,16	23.525.297,52	24.757.775,63

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	32.890.254,03	22.154.091,29	19.661.952,39	20.331.221,07	18.125.943,37
Pessoal e Encargos Sociais	16.547.384,14	11.062.680,12	9.555.059,90	11.030.020,57	9.550.912,59
Juros e Encargos da Dívida (IX)	400.000,00	23.816,55	23.000,33	6.429,64	23.000,33
Outras Despesas Correntes	15.942.869,89	11.067.594,62	10.083.892,16	9.294.770,86	8.552.030,45
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	32.490.254,03	22.130.274,74	19.638.952,06	20.324.791,43	18.102.943,04
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	15.525.959,36	5.518.213,49	3.938.622,32	4.882.051,85	3.195.998,71
Investimentos	15.165.959,36	5.336.906,60	3.646.582,62	4.712.143,78	2.903.959,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	360.000,00	181.306,89	292.039,70	169.908,07	292.039,70
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	15.165.959,36	5.336.906,60	3.646.582,62	4.712.143,78	2.903.959,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	525.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	48.181.213,39	27.467.181,34	23.285.534,68	25.036.935,21	21.006.902,05

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.929.530,23	-3.941.883,82	1.472.240,95	-1.511.637,69	3.750.873,58
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.495.101,25

Corupá, 16/09/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A AGOSTO 2015 / MÊS AGOSTO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/MÊS AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R\$ 1,00				
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	262.500,00					261.475,45	1.024,55
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	105.000,00					20.515,45	84.484,55
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	157.500,00					240.960,00	-83.460,00
TOTAL	262.500,00					261.475,45	1.024,55
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	262.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	262.500,00
Investimentos	262.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	262.500,00
TOTAL	262.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	262.500,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00					261.475,45	261.475,45

FONTE:

Corupá, 16/09/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPALJONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDADILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORAVALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL- JANEIRO A AGOSTO 2015 / BIMESTRE JULHO - AGOSTO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.634.722,00	3.634.722,00	2.548.513,24	70,12
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.641.732,75	1.641.732,75	1.195.365,50	72,81
1.1.1- IPTU	1.408.774,50	1.408.774,50	1.090.137,59	75,25
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.961,25	4.961,25	2.667,63	53,77
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	145.419,75	145.419,75	85.826,29	59,02
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	82.577,25	82.577,25	46.733,99	56,59
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	324.686,25	324.686,25	199.054,96	61,31
1.2.1- ITBI	324.686,25	324.686,25	199.054,96	61,31
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	220,50	220,50	694,00	310,20
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.269.528,75	1.269.528,75	925.908,24	72,93
1.3.1- ISS	1.237.666,50	1.237.666,50	899.676,44	71,88
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.963,50	5.963,50	5.963,79	99,62
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	18.411,75	18.411,75	22.921,37	124,49
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	7.497,00	7.497,00	7.379,64	96,43
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	398.774,25	398.774,25	228.184,54	57,22
1.4.1- IRRF	398.774,25	398.774,25	228.184,54	57,22
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.042.371,75	22.042.371,75	13.437.157,47	60,96
2.1- Cota-Parte FPM	10.784.655,00	10.784.655,00	6.900.158,87	63,98
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.784.655,00	10.784.655,00	6.900.158,87	63,98
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.525.489,75	9.525.489,75	5.546.901,53	58,23
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	46.966,50	46.966,50	23.278,73	49,56
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	211.548,75	211.548,75	85.847,91	40,58
2.5- Cota-Parte ITR	36.051,75	36.051,75	875,50	2,43
2.6- Cota-Parte IPVA	1.437.660,00	1.437.660,00	880.094,93	61,22
2.7- Cota-Parte IOF-Outro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.677.093,75	25.677.093,75	15.985.670,71	62,28
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FUNDE	889.982,50	889.982,50	652.818,57	73,43
5.1- Transferências do Salário-Educação	588.000,00	588.000,00	514.772,58	87,55
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	190.732,50	190.732,50	94.716,00	49,66
5.4- Transferências Diretas - PNAE	88.200,00	88.200,00	43.329,99	49,13
5.5- Outras Transferências do FUNDE	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	241.500,00	241.500,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	241.500,00	241.500,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	359.503,20	359.503,20	100.674,29	28,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.489.985,70	1.489.985,70	753.492,86	50,57
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.399.081,05	4.399.081,05	2.659.532,25	60,46
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.156.931,00	2.156.931,00	1.356.789,61	62,90
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.905.097,95	1.905.097,95	1.109.379,63	58,23
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	-	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	42.309,75	42.309,75	17.169,59	40,58
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	7.210,35	7.210,35	175,06	2,43
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	287.532,00	287.532,00	176.018,36	61,22
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.972.242,50	5.972.242,50	4.036.425,69	67,59
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.944.880,00	5.944.880,00	4.030.174,60	67,79
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	27.562,50	27.562,50	6.251,09	22,68
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	1.545.598,95	1.545.598,95	1.370.642,35	88,68
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.366.749,50	4.366.749,50	3.026.674,00	69,31	3.026.674,00	69,31	
13.1- Com Educação Infantil	1.796.749,50	1.296.749,50	1.187.601,11	91,58	1.187.601,11	91,58	
13.2- Com Ensino Fundamental	3.570.000,00	3.070.000,00	1.839.072,89	59,90	1.839.072,89	59,90	
14- OUTRAS DESPESAS	605.493,00	1.605.493,00	1.221.107,39	76,06	1.218.105,04	75,87	
14.1- Com Educação Infantil	185.493,00	754.493,00	488.008,85	64,68	488.008,85	64,68	
14.2- Com Ensino Fundamental	420.000,00	851.000,00	733.098,54	86,15	730.096,19	85,79	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.972.242,50	5.972.242,50	4.247.781,39	71,13	4.244.779,04	71,08	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-		
16.1 - FUNDEB 60%					-		
16.2 - FUNDEB 40%					-		
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00		
17.1 - FUNDEB 60%					0,00		
17.2 - FUNDEB 40%					0,00		
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00		
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					4.244.779,04		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					74,98		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					30,18		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-5,16		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00		
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)		6.419.273,44	6.419.273,44	3.996.417,68	62,26		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		2.664.742,50	2.513.742,50	1.999.453,68	77,15	1.989.095,19	74,36
23.1- Creche		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL		9.493.443,75	8.524.443,75	4.301.809,98	50,46	4.185.173,69	49,10
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		3.990.000,00	3.921.000,00	2.572.171,43	65,60	2.569.169,08	65,52
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		5.503.443,75	4.603.443,75	1.729.638,55	37,57	1.616.004,61	35,10
25- ENSINO MÉDIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		12.158.186,25	11.038.186,25	6.241.263,66	56,54	6.054.268,88	54,85
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.370.642,35		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					6.251,09		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.376.893,44		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)					4.677.375,44		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					29,26		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		588.000,00	624.249,80	541.653,97	86,77	491.653,57	78,76
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		1.928.482,50	2.419.738,33	851.970,16	35,21	748.852,07	30,95
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)		2.516.482,50	3.043.988,13	1.393.624,13	45,78	1.240.505,64	40,75
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)		14.674.668,75	14.082.174,38	7.634.887,79	54,22	7.294.774,52	51,80

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (I)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (II)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		113.727,56	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.030.174,60	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		4.147.585,30	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		4.005.472,52	0,00
49.2 Restos a Pagar		142.112,78	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		6.251,09	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		2.537,95	0,00

Corupá, 16/09/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPALJONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO DE ADM E FAZENDADILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORAVALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONCERTO DE RETROESCAVADEIRA LB 110 DE USO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 30/09/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 30/09/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 16 de Setembro de 2015.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA DE IMÓVEL PARA USO DA CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 30/09/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 30/09/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 16 de Setembro de 2015.

João Carlos Martins dos Santos Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, QUE SERÁ UTILIZADO PELOS USUÁRIOS ATENDIDOS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA, NO CRAS E PELOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 30/09/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 30/09/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 15 de Setembro de 2015.

João Carlos Martins dos Santos Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO EMPREGO PUBLICO 0012015

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74
Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708
Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispostivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei 3665/2006, Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso para Emprego Público Edital de 01/2015 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Leia Tania da Costa

Dionísio Cerqueira -SC, 14 de setembro de 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO TESTE SELETIVO 001/2014

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74
Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708
Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispostivos da Lei Orgânica Municipal 3665/2006 e da Lei e da Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Teste Seletivo, Edital de 01/2014 convoca os candidata abaixo relacionada para ocupar o cargo, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

Monitora

Soeli Maria Roesler

Dionísio Cerqueira - SC, 14 de setembro de 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

D. 116 - NOMEIA VAGNER

Faxinal dos Guedes, SC, 10 de Agosto de 2015.

DECRETO nº116/2015

NOMEIA E DA POSSE A SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FLADEMIR ANTONIO CADORE, Prefeito Municipal em exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando o Concurso Público 002/2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado e empossado o Sr. VAGNER KUGELMEIER TONDELLO, portador do CPF nº 083.760.609-98, para o exercício do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE ONIBUS - 40H SEMANAIS.

Art. 2º. O servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de Agosto de 2015.

FLADEMIR ANTONIO CADORE

Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 117 - CONFERENCIA

Faxinal dos Guedes, SC, 10 de Agosto de 2015.

DECRETO nº117/2015

DELEGA COMPETÊNCIA A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), PARA CONVOCAÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA REGIONAL DA JUVENTUDE (CRJ) E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FLADEMIR ANTONIO CADORE, Prefeito Municipal em exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 66, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o Regimento Interno da 3ª Conferência Estadual da Juventude e a Resolução Nº 01, de 03 de agosto de 2015 da Comissão Organizadora Estadual da 3ª Conferência Estadual da Juventude, e

CONSIDERANDO a realização da 2ª Conferência Regional da Juventude com o objetivo geral de atualizar a agenda da juventude para o desenvolvimento de Santa Catarina e do Brasil, reconhecendo e potencializando as múltiplas formas de expressão juvenil, além de fortalecer o combate a todas as formas de preconceitos nas esferas de governo, com a participação da sociedade civil; CONSIDERANDO a possibilidade de realizar a conferência de forma integrada com os demais municípios que compõem a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI); CONSIDERANDO a necessidade da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) nomear uma comissão organizadora, a qual ficará responsável pela coordenação do processo regional.

DECRETA

Art. 1º - Fica delegada competência a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), com sede na cidade de Xanxerê, neste Estado, para os procedimentos de convocação, nomeação da Comissão Organizadora Regional (COR), da 2ª Conferência Regional da Juventude em consonância com as normas regulamentares expedidas pelo Governo Federal, Estadual, bem como pelas normativas aprovadas pelas Comissões Organizadoras da 3ª Conferência Estadual e Nacional da Juventude.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de Agosto de 2015.

FLADEMIR ANTONIO CADORE

Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 118 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 17 de agosto de 2015.

DECRETO Nº 118/2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Flademir Antônio Cadore, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.02 – DEPARTAMENTO DA CULTURA

05.02.1008 – CONSTRUÇÃO DE ANFITEATRO/CENTRO DE EVENTOS

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0621 – 104 - Aplicações Diretas – R\$ 1.000.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (00.001.0621 – Transferência Convênios - Estado/Outros – Construção de Centro de Cultura e Eventos - 2014TR002771.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes, 18 de agosto de 2015.

Flademir Antônio Cadore

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

D. 119 - PRORROGA CONTRATO

Faxinal dos Guedes, SC, 21 de Agosto de 2015.

DECRETO nº120/2015

REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO 0049/2015, PREGÃO PRESENCIAL 0025/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando a Recomendação da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê, SC, referente ao Procedimento Preparatório 06.2015.00006704-0;

Considerando os critérios administrativos e o interesse público.

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado na integralidade o Processo Licitatório 0049/2015, Pregão Presencial 0025/2015, bem como os contratos administrativos decorrentes da referida licitação.

Parágrafo único. Ficam assegurados as empresas, até a presente data, o recebimento pecuniário das mercadorias eventualmente entregues a municipalidade.

Art. 2º. O contrato de que trata o art. 1º deste Decreto poderá ser rescindido antecipadamente em caso de nomeação de concurso público para o mesmo cargo.

Parágrafo único. A Gerência de Recursos humanos, mediante apostilamento, registrará a prorrogação prevista neste decreto no verso da primeira página do contrato temporário acima referido.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 120 - REVOGA LICITAÇÃO

Faxinal dos Guedes, SC, 21 de Agosto de 2015.

DECRETO nº120/2015

REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO 0049/2015, PREGÃO PRESENCIAL 0025/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando a Recomendação da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê, SC, referente ao Procedimento Preparatório 06.2015.00006704-0;

Considerando os critérios administrativos e o interesse público.

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Processo Licitatório 0049/2015, modalidade Pregão Presencial 0025/2015, bem como os contratos administrativos decorrentes.

Art. 2º. Fica determinado ao Setor de Licitações o lançamento de novo Edital de Licitação, corrigindo e adequando as obrigações do proponente, conforme determinado pela 2ª Promotoria de Justiça de Xanxerê, SC.

Art. 3º. Notifiquem-se as empresas vencedoras do certame para conhecimento e manifestação, caso tenham interesse, no prazo legal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 121 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, SC, 24 de agosto de 2015.

DECRETO nº 121/2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 350,48 (Trezentos e Cinquenta reais e quarenta e oito centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
06.01.1015 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

Aplicações Diretas - 3.3.90.00 – 00.03.0024 - 110 – R\$ 350,48

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior da Fonte de Recursos Vinculados (03.0024 – SUPERÁVIT CONVÊNIOS OUTROS) – Especificação 34 - Relativo ao Convênio nº 2013TR004135, no valor de R\$ 350,48.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 24 de agosto de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 122 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 24 de agosto de 2015.

DECRETO Nº 122/2015.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 84.988,00 (Oitenta e quatro mil e novecentos e oitenta e oito reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

Órgão 04 – SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO;
Unidade 01 – SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO;
Projeto Atividade 2.004 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda

Aplicações Diretas - 3.1.90.00 – 00.01.0000 - 8 – R\$ 84.988,00

Adiciona para a seguinte Dotação:

Órgão 04 – SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO;

Unidade 01 – SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO;
Projeto Atividade 2.004 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda

Aplicações Diretas - 3.3.50.00 – 00.01.0000 - 9 – R\$ 84.988,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 24 de agosto de 2015.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 123 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 24 de agosto de 2015.

DECRETO Nº 123/2015.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 21.200,00 (Vinte e um mil e duzentos reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

Órgão 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;
Unidade 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;
Projeto Atividade 2.006 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Aplicações Diretas - 3.3.90.00 – 00.01.0001 - 19 – R\$ 21.200,00

Adiciona para a seguinte Dotação:

Órgão 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;
Unidade 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;
Projeto Atividade 2.006 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Aplicações Diretas - 3.1.90.00 – 00.01.0001 - 16 – R\$ 21.200,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 24 de agosto de 2015.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 124 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 24 de agosto de 2015.

DECRETO Nº 124/2015.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 28.300,00 (Vinte e oito mil e trezentos reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

Órgão 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;
Unidade 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;
Projeto Atividade 2.007 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Aplicações Diretas - 3.3.90.00 – 00.01.0001 - 37 – R\$ 28.300,00

Adiciona para a seguinte Dotação:

Órgão 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;
Unidade 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;
Projeto Atividade 2.007 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Aplicações Diretas - 3.1.90.00 – 00.01.0001 - 34 – R\$ 28.300,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 24 de agosto de 2015.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 125 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 28 de agosto de 2015.

DECRETO Nº 125/2015.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 36.308,80 (Trinta e seis mil e trezentos e oito reais e oitenta centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai das Dotações:

Órgão 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;
Unidade 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;
Projeto Atividade 2.006 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Aplicações Diretas - 3.3.90.00 – 00.01.0001 - 19 – R\$ 34.366,76
Aplicações Diretas - 4.4.90.00 – 00.01.0001 - 22 – R\$ 1.942,04

Adiciona para a seguinte Dotação:

Órgão 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;
Unidade 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;
Projeto Atividade 2.006 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Aplicações Diretas - 3.1.90.00 – 00.01.0001 - 16 – R\$ 36.308,80

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 28 de agosto de 2015.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 126 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 28 de agosto de 2015.

DECRETO Nº 126/2015.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 25.500,00 (Vinte e cinco mil e quinhentos reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

Órgão 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

Unidade 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

Projeto Atividade 2.007 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Aplicações Diretas - 3.3.90.00 – 00.01.0001 - 37 – R\$ 25.500,00

Adiciona para a seguinte Dotação:

Órgão 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

Unidade 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

Projeto Atividade 2.007 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Aplicações Diretas - 3.1.90.00 – 00.01.0001 - 34 – R\$ 25.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 28 de agosto de 2015.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 127 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 28 de agosto de 2015.

DECRETO Nº 127/2015.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

Órgão 05 – Secretaria da Educação e Cultura;

Unidade 01 – Departamento de Educação;

Projeto Atividade 2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental;

Aplicações Diretas - 4.4.90.00 – 00.01.0058 - 24 – R\$ 30.000,00

Adiciona para a seguinte Dotação:

Órgão 05 – Secretaria da Educação e Cultura;

Unidade 01 – Departamento de Educação;

Projeto Atividade 2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental;

Aplicações Diretas - 3.3.90.00 – 00.01.0058 - 21 – R\$ 30.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 28 de agosto de 2015.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 128 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 28 de agosto de 2015.

DECRETO Nº 128/2015.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 20.600,00 (Vinte mil e seiscentos reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

Órgão 10 – Fundo Municipal de Habitação;

Unidade 01 – Fundo Municipal de Habitação;

Projeto Atividade 1.005 – Desenvolvimento de Projetos Habitacionais

Aplicações Diretas - 4.4.90.00 – 00.01.0000 - 97 – R\$ 20.600,00

Adiciona para a seguinte Dotação:

Órgão 10 – Fundo Municipal de Habitação;

Unidade 01 – Fundo Municipal de Habitação;

Projeto Atividade 1.005 – Desenvolvimento de Projetos Habitacionais

Aplicações Diretas – 3.3.90.00 – 00.01.0000 - 96 – R\$ 20.600,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 28 de agosto de 2015.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 129 - INTERESSE SOCIAL RUI CRUSARO

Faxinal dos Guedes, SC, 01 de setembro de 2015.

DECRETO nº 129/2015.

DECLARA DE INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE RUI CRUSARO E SUA MULHER IVONE MARIA CRUSARO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do Artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Faxinal dos Guedes, c/c a Lei 4.132/1962 e o artigo 6º do Decreto Lei nº 3.365/41:

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de Interesse Social para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, parte da área rural com 19.483,63m², da matrícula nº R.16.131 – Livro 2, do CRI de Xanxerê, SC de propriedade de Rui Crusaro e Ivone Maria Crusaro, com a seguinte descrição:

Área a ser Desapropriada com área de 19.483,63m2, localizada na Linha Passinho e Gramado no Município de Faxinal dos Guedes. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-2, localizado ao Norte da propriedade, deste, segue com azimute de 127º25'09" e distância de 71,38 m., com azimute de 200º20'02" e distância de 15,07m., com azimute de 182º11'26" e distância de 30,11m., com

azimute de 169°41'03" e distância de 22,57m. e com azimute de 135°11'38" e distância de 29,26m., confrontando neste trecho a área remanescente, até o vértice A-1, deste, segue com azimute de 247°02'48" e distância de 13,04m., com azimute de 242°58'14" e distância de 29,03m., com azimute de 228°23'34" e distância de 27,97m. e com azimute de 214°31'56" e distância de 15,73m., confrontando neste trecho com Estrada Municipal, até o vértice M-5, deste, segue com azimute de 285°06'40" e distância de 143,00m., confrontando neste trecho com terras de Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, até o vértice M-4, deste, segue por uma sanga com distância de 73,00m., confrontando neste trecho com a Sanga, até o vértice M-3, deste, segue com azimute de 49°44'57" e distância de 109,00m., confrontando neste trecho com terras de Hermínio Fachinello, Dirsonia F. Wustro e Sergio L. Fachinello, até o vértice M-2, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Remanescente com área de 58.890,17 localizada na Linha Passinho e Gramado no Município de Faxinal dos Guedes. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-8, localizado ao Norte da propriedade, deste, segue com azimute de 159°21'50" e distância de 314,64 m., confrontando neste trecho com terras de Ivo Luiz Menta, até o vértice M-9, deste, segue com azimute de 258°38'31" e distância de 25,44m., com azimute de 228°54'33" e distância de 46,77m., com azimute de 230°40'52" e distância de 92,62m. e com azimute de 239°23'44" e distância de 53,47m., confrontando neste trecho com Estrada Municipal, até o vértice A-1, deste, segue com azimute de 315°11'38" e distância de 29,26m., com azimute de 349°41'03" e distância de 22,57m., com azimute de 2°11'26" e distância de 30,11., com azimute de 20°20'02" e distância de 15,07m. e com azimute de 307°25'09" e distância de 71,38m., confrontando neste trecho com a área a ser desapropriada, até o vértice M-2, deste, segue com azimute de 349°44'57" e distância de 185,00 m., confrontando neste trecho com terras de Hermínio Fachinello, Dirsonia F. Wustro e Sergio L. Fachinello, até o vértice M-1, deste, segue com azimute de 60°51'21" e distância de 144,00 m., confrontando neste trecho com terras de Vilma Antonioli e com azimute 60°51'21" e distância de 30,00 m., confrontando neste trecho com terras de Itamar Trevisan, até o vértice M-8 ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º. - A Declaração de Interesse Social atende ao interesse público na construção de casas populares em concordância com o Termo de Ajustamento de Condutas – TAC, firmado entre a municipalidade e o Ministério Público que consiste na remoção de famílias em áreas de risco, bem como no atendimento do Plano Municipal de Habitação, Programa Municipal de Construção, Ampliação e Melhoria de Moradias.

Art. 3º. - Fica declarado de caráter urgente a desapropriação, nos termos do Artigo 15 do Decreto Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941.

Art. 4º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de setembro de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 130 - DESAPROPRIA RUI CRUSARO

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de setembro de 2015.

DECRETO nº 130/2015.

DESAPROPRIA UMA ÁREA DE TERRA RURAL, COM SUPERFÍCIE DE 19.483,63 M², SENDO PARTE DO IMÓVEL COM MATRÍCULA Nº 16.131 DE PROPRIEDADE DE RUI CRUSARO E SUA MULHER IVONE MARIA CRUSARO, CONFORME ESPECIFICA.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do Artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Faxinal dos Guedes, c/c a Lei 4.132/1962 e o artigo 6º do Decreto Lei nº 3.365/41:

DECRETA:

Art. 1º. - Fica desapropriado por via amigável ou judicial, parte de uma área de terra rural com superfície de 19.483,63m², da matrícula nº R.16.131 – Livro 2, do CRI de Xanxerê, SC, de propriedade de Rui Crusaro e Ivone Maria Crusaro, com a seguinte descrição e confrontação:

Área a ser Desapropriada com área de 19.483,63m², localizada na Linha Passinho e Gramado no Município de Faxinal dos Guedes. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-2, localizado ao Norte da propriedade, deste, segue com azimute de 127°25'09" e distância de 71,38 m., com azimute de 200°20'02" e distância de 15,07m., com azimute de 182°11'26" e distância de 30,11m., com azimute de 169°41'03" e distância de 22,57m. e com azimute de 135°11'38" e distância de 29,26m., confrontando neste trecho a área remanescente, até o vértice A-1, deste, segue com azimute de 247°02'48" e distância de 13,04m., com azimute de 242°58'14" e distância de 29,03m., com azimute de 228°23'34" e distância de 27,97m. e com azimute de 214°31'56" e distância de 15,73m., confrontando neste trecho com Estrada Municipal, até o vértice M-5, deste, segue com azimute de 285°06'40" e distância de 143,00m., confrontando neste trecho com terras de Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, até o vértice M-4, deste, segue por uma sanga com distância de 73,00m., confrontando neste trecho com a Sanga, até o vértice M-3, deste, segue com azimute de 49°44'57" e distância de 109,00m., confrontando neste trecho com terras de Hermínio Fachinello, Dirsonia F. Wustro e Sergio L. Fachinello, até o vértice M-2, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área Remanescente com área de 58.890,17 localizada na Linha Passinho e Gramado no Município de Faxinal dos Guedes. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-8, localizado ao Norte da propriedade, deste, segue com azimute de 159°21'50" e distância de 314,64 m., confrontando neste trecho com terras de Ivo Luiz Menta, até o vértice M-9, deste, segue com azimute de 258°38'31" e distância de 25,44m., com azimute de 228°54'33" e distância de 46,77m., com azimute de 230°40'52" e distância de 92,62m. e com azimute de 239°23'44" e distância de 53,47m., confrontando neste trecho com Estrada Municipal, até o vértice A-1, deste, segue com azimute de 315°11'38" e distância de 29,26m., com azimute de 349°41'03" e distância de 22,57m., com azimute de 2°11'26" e distância de 30,11., com azimute de 20°20'02" e distância de 15,07m. e com azimute de 307°25'09" e distância de 71,38m., confrontando neste trecho com a área a ser desapropriada, até o vértice M-2, deste, segue com azimute de 349°44'57" e distância de 185,00 m., confrontando neste trecho com terras de Hermínio Fachinello, Dirsonia F. Wustro e Sergio L. Fachinello, até o vértice M-1, deste, segue com azimute de 60°51'21" e distância de 144,00 m., confrontando neste trecho com terras de Vilma Antonioli e com azimute 60°51'21" e distância de 30,00 m., confrontando neste trecho com terras de Itamar Trevisan, até o vértice M-8 ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º. – para pagamento a título de indenização da área desapropriada, por via amigável ou judicial, foi atribuído o valor de R\$ 167.700,00 (cento e sessenta e sete mil e setecentos reais),

conforme laudo de avaliação emitido pela Comissão de Avaliação Municipal.

Art. 3º. – As despesas decorrentes da presente Desapropriação correrão a conta do orçamento municipal, na dotação específica.

Art. 4º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de setembro de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 131- ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes – SC, 02 de setembro de 2015.

DECRETO nº 131/2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A EXCESSO DE ARRECADANÇA DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
06.01.1015 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

Aplicações Diretas - 4.4.90.00 – 00.01.0621 - 111– R\$ 300.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.0621 – Transferência Convênios - Estado/Outros) – Especificação 64 - Relativo ao Convênio nº 2014TR000852, no valor de R\$ 300.000,00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 02 de setembro de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 132 - TURNO ÚNICO

Faxinal dos Guedes, SC, 03 de setembro de 2015.

DECRETO nº132/2015

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO TURNO DE EXPEDIENTE DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal: Considerando o interesse público e a economicidade do erário público.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o turno de expediente das Secretarias Municipais que compõem a estrutura Administrativa Municipal, com atendimento de expediente externo fixado das 07h às 13h, a partir

de 08/09/2015.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura fica excluída do turno único, ficando seu horário de atendimento compreendido das 08h às 12h e das 13h30 as 17h30.

Art. 3º. Os serviços de urgência e emergência funcionarão em regime de plantão, organizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de setembro de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 133 - TURNO ÚNICO

Faxinal dos Guedes, SC, 08 de setembro de 2015.

DECRETO nº133/2015

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO TURNO DE EXPEDIENTE DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal: Considerando o interesse público e a economicidade do erário público.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido por prazo indeterminado, o turno único de expediente das Secretarias Municipais que compõem a estrutura Administrativa Municipal, com atendimento de expediente externo fixado das 07h às 13h, a partir de 08/09/2015.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura fica excluída do turno único, ficando seu horário de atendimento compreendido das 08h às 12h e das 13h30 as 17h30.

Art. 3º. As Agentes Comunitárias de Saúde - ACS permanecem em seu turno de expediente normal, compreendido das 08h às 11h e das 13h às 18h.

Art. 4º. Os serviços de urgência e emergência funcionarão em regime de plantão e sobreaviso, organizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º. Fica vedado o pagamento de horas extras, exceto aquelas que ultrapassarem a carga horária da jornada de trabalho de cada servidor fixada em lei ou em situações de urgência ou emergência com a autorização e justificativa da autoridade competente.

Parágrafo único. Os servidores públicos cedidos ao Corpo de Bombeiros cumprirão a carga horária definida pelo Batalhão, podendo executar horas extraordinárias, desde que justificadas e atendidas às exigências estipuladas pelo artigo 4º.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto 132/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de setembro de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EXTRATO DE CONTRATO 00632015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0063/2015

Contratante: Fundo municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratada: Morandini & Shiokawa Médicos Associados S/S.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde.

Valor R\$ 30.000,00.

Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0041/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0016/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de setembro de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE CONTRATO 00642015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0064/2015

Contratante: Fundo municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratada: MMS Médicos S/S Ltda.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde.

Valor R\$ 42.000,00.

Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0042/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0017/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de setembro de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 00162015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 0016/2015

Processo Licitatório nº: 0041/2015

Contratada: Morandini e Shiokawa Médicos Associados S/S.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde.

Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0041/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0016/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de setembro de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 00172015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 0017/2015

Processo Licitatório nº: 0042/2015

Contratada: MMS Médicos S/S Ltda.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde.

Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0042/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0017/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de setembro de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

LC - 120 - GEIN

LEI COMPLEMENTAR nº 120/2015

CRIA O CARGO DE GERENTE DE INFORMÁTICA – GEIN, NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica criado na Estrutura Administrativa Municipal – Lei Complementar nº 048/2006, a Gerência de Informática, vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, alterando para esse fim os dispositivos da Lei Complementar nº 048/2006, conforme segue:

I - Cria na Secretaria de Educação e Cultura, da estrutura administrativa do Município, a Gerência de Informática - GEIN, criando no art. 40, I, a letra "c" e o artigo 43-B, com a seguinte redação:

Art. 40. . .

I - . . .

a) . . .

b) . . .

c) Gerência de Informática – GEIN

Art. 43-B. À Gerência de Informática, por seu titular, compete:

I – Monitoramento de serviços da rede de informática, com suporte técnico a servidores, professores e alunos, abrangendo a solução de problemas de hardware e software, esclarecimento de dúvidas quanto utilização dos equipamentos, e atendimento de serviços da área de informática;

II - Elaborar especificações técnicas para compra de equipamentos de informática, realizar manutenções, consertos e serviços de backup, monitorar e alimentar o sítio eletrônico municipal;

III – Gerenciar a manutenção preventiva de equipamentos de informática e audiovisuais das salas de aula, laboratórios, e demais setores da Secretaria de Educação e Cultura Municipal;

IV – Desincumbir-se de outras atribuições voltadas a área de informática determinadas pelo Diretor ou Secretário Municipal.

Art. 2º. O referido cargo fica enquadrado no código 99.3.46, nível CC-02, com remuneração de R\$ 1.888,61.

Art. 4º. Em razão da criação do cargo na Estrutura Administrativa Municipal, ficam alterados e aprovados os anexo I e II, da Lei Complementar nº 048/2006.

Art. 5º. As despesas para realização da presente Lei Complementar correrão por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de junho de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

LC - 121 - AUMENTA NUMERO VAGAS - COZINHEIRA

LEI COMPLEMENTAR nº 121/2015

AUMENTA O NÚMERO DE VAGAS DO CARGO DE COZINHEIRA DO QUADRO GERAL DE CARGOS PERMANENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica aumentado o número de vagas do cargo de Cozinheira do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, da Lei Complementar 047/2006, Anexo I, de (05) cinco para (07) sete vagas.

Art. 2º. Fica alterado o Anexo I, da Lei Complementar nº 047/2006, conforme segue:

1 – SERVIÇOS GERAIS (SEG)

CÓD	CARGO	Nº DE CARGOS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO EM R\$
11.05	Cozinheira	07	40h semanais	1.029,35

Art. 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de Setembro de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO 1 DE EDITAL PNEUS

SESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE EDITAL E RETIFICAÇÃO DE EDITAL – PREGÃO PRESENCIAL 0031/2015– PROCESSO LICITATÓRIO 0059/2015.

O fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de PREGÃO RPESENCIAL 0031/2015, que trata da "AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE PROTETORES DE ARO, CAMARAS DE AR E PNEUS NOVOS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO", está sendo republicado a fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a publicação da retificação.

Ficam alterados os seguintes itens do ANEXO I

ONDE LE-SE:

Item	Descrição	Unid	Quant	Marca	Preço Unitário Máximo	Preço total
17	Pneu Radial 185/60 82H	UND	4		303,33	
18	Pneu Radial 185/65 88H	UND	4		314,33	

LEIA-SE:

Item	Descrição	Unid	Quant	Marca	Preço Unitário Máximo	Preço total
17	Pneu Radial 185/60 R14 82H	UND	4		303,33	
18	Pneu Radial 185/65 R15 88H	UND	4		314,33	

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Os interessados poderão adquirir o edital na íntegra de segunda a sexta feira no horário de expediente da prefeitura junto ao setor de licitações situado na AV. Rio Grande do Sul, 458 centro, Faxinal dos Guedes - SC ou através do site www.faxinal.sc.gov.br.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Faxinal dos Guedes, 16 de setembro de 2015.

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 197/2015

PORTARIA Nº 197/2015

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA a servidora Municipal LERI RAMOS DEETER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir da data de 16/09/2015 até a data do Laudo Pericial.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 16 dias do mês de Setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 31/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 10/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de aparelhos de ar condicionado, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/03/2016
3ª Publicação

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 151/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 151/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 01 de outubro de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00horas, ou por e-mail editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 16 de setembro de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 152/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 152/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos do Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 01 de outubro de 2015 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00horas, ou por e-mail editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 16 de setembro de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 153/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves da Polícia Militar do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 01 de outubro de 2015 às 10:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00horas, ou por e-mail editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 16 de setembro de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 141/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – PRGEO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE GEOMENSURA LTDA EPP

OBJETO – aquisição de estação total eletrônica e software de topografia, através de empresas do ramo pertinente, a fim de atender as necessidades do setor de engenharia e cadastro municipal do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 37.900,00 (trinta e sete mil novecentos reais).

VIGÊNCIA – 740 (setecentos e quarenta) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia)

DOTAÇÃO - 0701.2032.4490 (247)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 107/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 27 de agosto de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AT15FME13**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FME13

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Contratada.: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA.

Valor : 2.680,00 (dois mil seiscentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 02/09/2015 Término: 31/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 104/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE RESMAS DE PAPEL SULFITE A4 BRANCO, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS), DURANTE OS MESES DE SETEMBRO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

Antonio Marcos de Almeida - Superintendente

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

AT15PMF103**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF103

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA.

Valor : 20.100,00 (vinte mil cem reais)

Vigência : Início: 02/09/2015 Término: 31/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 104/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE RESMAS DE PAPEL SULFITE A4 BRANCO, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS), DURANTE OS MESES DE SETEMBRO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15FMS28**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS28

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Contratada.: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA.

Valor : 5.360,00 (cinco mil trezentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 02/09/2015 Término: 31/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 104/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE RESMAS DE PAPEL SULFITE A4 BRANCO, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS), DURANTE OS MESES DE SETEMBRO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

AT15PMF104**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF104

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: AGRISOLO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Valor : 159.178,00 (cento e cinquenta e nove mil cento e setenta e oito reais)

Vigência : Início: 03/09/2015 Término: 31/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 103/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE FORMA PARCELADA, DE UM CONJUNTO DE MÁQUINAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS/MÁQUINA PARA CORTE, CARREGAMENTO, TRANSPORTE ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO DE TERRAS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTE (SANEFRAI), DURANTE O PERÍODO DE SETEMBRO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15FMS29**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS29

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Contratada.: COMPANHIA ULTRAGÁZ S.A

Valor : 2.190,00 (dois mil cento e noventa reais)

Vigência : Início: 09/09/2015 Término: 31/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG E 45 KG E CILINDRO DE GÁS P45, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS), DURANTE OS MESES DE SETEMBRO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

AT15PMF105**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF105

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: COMPANHIA ULTRAGÁZ S.A

Valor : 106.646,00 (cento e seis mil seiscentos e quarenta e seis reais)

Vigência : Início: 09/09/2015 Término: 31/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG E 45 KG E CILINDRO DE GÁS P45, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS

ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS), DURANTE OS MESES DE SETEMBRO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF106**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF106
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: SUPERMERCADO JOTA LTDA
Valor : 14.447,00 (quatorze mil quatrocentos e quarenta e sete reais)
Vigência : Início: 11/09/2015 Término: 31/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 97/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE, DE LIMPEZA, DE COPA E COZINHA, E OUTROS, PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM ENTREGAS PARCELADAS DURANTE O PERÍODO DE AGOSTO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF107**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF107
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA
Valor : 58.972,40 (cinquenta e oito mil novecentos e setenta e dois reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 11/09/2015 Término: 31/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 97/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE, DE LIMPEZA, DE COPA E COZINHA, E OUTROS, PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM ENTREGAS PARCELADAS DURANTE O PERÍODO DE AGOSTO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF108**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF108
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: REFRIGERAÇÃO ELETROMILL LTDA
Valor : 50.699,50 (cinquenta mil seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 11/09/2015 Término: 31/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 97/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE, DE LIMPEZA, DE COPA E COZINHA, E OUTROS, PARA USO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM ENTREGAS PARCELADAS DURANTE O PERÍODO DE AGOSTO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15SF25**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15SF25
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada.: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA.
Valor : 5.360,00 (cinco mil trezentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 02/09/2015 Término: 31/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 104/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE RESMAS DE PAPEL SULFITE A4 BRANCO, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS), DURANTE OS MESES DE SETEMBRO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015
ELOI REGALIN - Presidente

AT15SF26**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15SF26
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada.: AGRISOLO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Valor : 43.322,00 (quarenta e três mil trezentos e vinte e dois reais).
Vigência : Início: 03/09/2015 Término: 31/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 103/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE FORMA PARCELADA, DE UM CONJUNTO DE MÁQUINAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS/MÁQUINA PARA CORTE, CARREGAMENTO, TRANSPORTE ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO DE TERRAS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃOS PARTICIPANTE (SANEFRAI), DURANTE O PERÍODO DE SETEMBRO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015
ELOI REGALIN - Presidente

AT15SF27**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15SF27
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada.: COMPANHIA ULTRAGÁZ S.A
Valor : 108,00 (cento e oito reais)
Vigência : Início: 09/09/2015 Término: 31/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG E 45 KG E CILINDRO DE GÁS P45, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS), DURANTE OS MESES

DE SETEMBRO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015
ELOI REGALIN - Presidente

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0041_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0186/2015 – PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0041/2015 – PMF

Objeto: Referente a 15 (quinze) inscrições para os servidores, para participação no "Seminário Psicomotricidade Relacional" em Fraiburgo/SC, no dia 26 de setembro de 2015. Contratada: CIAR-CENTRO INTERNACIONAL DE ANÁLISE RELACIONAL LEOPOLDO VIERA S/S LTDA-ME inscrita no CNPJ sob Nº 40.442.840/0001-29. Valor e pagamento: R\$ 2.550,00 (dois mil e quinhentos e cinquenta reais) até 25.09.2015. Fundamento Legal: Art. 25 "CAPUT" da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 16 de setembro de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

CT15PMF103

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF103

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA

Valor : 14.850,00 (quatorze mil oitocentos e cinquenta reais).

Vigência : Início: 01/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 102/2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA A RECUPERAÇÃO DA EMBREAGEM COMPLETA BANHO A ÓLEO (PEÇAS E MÃO-DE-OBRA), COM SUBSTITUIÇÃO MÍNIMA DAS PEÇAS DESCRITAS NO LOTE 1, DA MOTONIVELADORA DRESSER 205C, FROTA Nº 54.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT15PMF104

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF104

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: COOPERTRINTA-COOP. DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA.

Valor : 31.000,00 (trinta e um mil reais)

Vigência : Início: 03/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 105/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE MEL DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR (GRUPOS FORMAIS OU INFORMAIS) E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, DE ACORDO COM O ART. 24 DA RESOLUÇÃO Nº 26 DE 17/06/2013 DO FNDE, PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL FUNDAMENTAL E PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

IVO BIAZZOLO - Prefeito

LEI Nº 2309/2015

LEI Nº 2309, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

DESAFETA A ÁREA DE 57,44M², DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, CONFRONTANTE AO LOTE Nº 0097-000 DA QUADRA 035, E AUTORIZA SUA ALIENAÇÃO PARA INCORPORAÇÃO AO REFERIDO LOTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica desafetada, para ser transferida a categoria dos bens públicos disponíveis do Município a área de 57,44m², matriculada no CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 1179, de propriedade do Município de Fraiburgo, remanescente das Ruas Ivan Aristides Ramos e Vitor Meirelles, localizada nas laterais do lote nº 0097-000 da quadra 035, de propriedade de Nadir Edir Balestrin, Maristela Balestrin, Marli Balestrin e Neusa Maria Balestrin.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a vender a área mencionada no art. 1º desta lei aos proprietários do lote nº 0097-000 da quadra 035, matriculado no CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 3525, para ser incorporado a este, na forma do art. 92, § 2º da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único. O valor para alienação da área mencionada nesta Lei, não poderá ser inferior ao valor da avaliação prévia a ser realizada por Comissão Especial nomeada para este fim.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO(SC), 16 DE SETEMBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2013/2015

PORTARIA N.º 2013, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUZIANE DE OLIVEIRA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 005.237.389-43, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2014/2015

PORTARIA N.º 2014, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NATALIA FANTINEL BAHIA DOS SANTOS, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 009.033.639-92, contratado(a) em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 26 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2015/2015

PORTARIA N.º 2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01254/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ZELINDA DA SILVA RIBEIRO FAGUNDES, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 480.048.479-00, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de setembro de 2015 até 04 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2016/2015

PORTARIA N.º 2016, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01255/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NICÉLI GOMES SCOLARO, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 304.895.209-87, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2017/2015

PORTARIA N.º 2017, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01256/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSANE MARIA GRAFF, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 996.254.749-00, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2018/2015

PORTARIA N.º 2018, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01257/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILENE MOREIRA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 701.334.509-10, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 2019/2015**

PORTARIA N.º 2019, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01258/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIANE DA SILVA FERREIRA, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 665.140.709-06, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 2020/2015**

PORTARIA N.º 2020, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01259/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANDIRA DIRLEI PEREIRA DA CRUZ FERREIRA, brasileiro(a), viúvo(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 933.503.689-72, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 2021/2015**

PORTARIA N.º 2021, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01260/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIZETE APARECIDA DA SILVA CAMARGO, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 737.629.979-34, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2022/2015

PORTARIA Nº 2022, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0004 de 21 de julho de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 051/2015, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOÃO ALVES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 892.177.139-53, na função de OPERADOR DE ETA/ETE, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI; com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de setembro de 2015 até 16 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2023/2015

PORTARIA Nº 2023, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01264/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JAQUELINE MARQUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 097.029.249-01, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2024/2015

PORTARIA Nº 2024, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, CLAUDETE GHELLER MATHIAS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 501.829.609-78, nomeada no cargo Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 16 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TA15SF13**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15SF13 - Contrato Nº: CT15SF15

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada....: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA

Vigência : Início: 11/09/2015 Término: 11/11/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA FISCAL DE OBRAS NOMEADA, ENG.ª DEBORA PELISER, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CT15PMF15, PARA ATÉ A DATA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 15 de Setembro de 2015

ELOI REGALIN - Presidente

Frei Rogério**PREFEITURA****DECRETO Nº. 748/2015 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS (SC).**

DECRETO Nº. 748/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério e Lei Municipal nº 835/2015 de 16 de setembro de 2015.

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
ORGÃO	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
Unidade:	01	DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.076	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
ELEMENTO	3.3.90.00.00.00.00.0083	APLICAÇÕES DIRETAS	
	145	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 80.000,00
	TOTAL		R\$ 80.000,00

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), da fonte do recurso – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde para a Dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 16 de setembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 835/2015 AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS (SC).

LEI MUNICIPAL Nº. 835/2015 16 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
ORGÃO	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
Unidade:	01	DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.076	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
ELEMENTO	3.3.90.00.00.00.00.0083	APLICAÇÕES DIRETAS	
	145	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 80.000,00
	TOTAL		R\$ 80.000,00

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), da fonte do recurso – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde para a Dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 16 de setembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR018/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2015

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de Sistema de Registro de preço para contratação de empresa especializada para executar os serviços de borracharia, balanceamento e Geometria nos veículos da frota da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 29/09/2015.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 29/09/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 16 de setembro de 2015.

Paulo Sergio de Araujo

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR019/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2015

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de Sistema de Registro de Preço, objetivando a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de lavagem interna e externa, lavagem de motor e lubrificação nos veículos que compõem a frota da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 14h55min do dia 29/09/2015.

A sessão se dará a partir das 15h00min do dia 29/09/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 16 de setembro 2015.

Paulo Sergio de Araujo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Contrato nº 001/2015; Processo nº. 196/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: DALMIR RIBEIRO & CIA LTDA ME. CNPJ: 07.721.006/0001-05. Objeto O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de R\$ 112.252,48 (Cento e doze mil duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos) ao contrato original referente alterações promovidas no projeto, conforme planilha e justificativa em anexo a este documento, devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Secretaria Municipal de Educação; Data da Assinatura: 15/09/2015.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 146/2015

DECRETO Nº 146 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso III, da Lei nº 1861, de 23/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 6.780,00 (seis mil setecentos e oitenta reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1043.2030 Man. de repasses de convênios (educ)	3390	03.36.00	R\$	6.780,00
--	------	----------	-----	----------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1043.2030 Man. de repasses de convênios (educ)	4490	03.36.00	R\$	6.780,00
--	------	----------	-----	----------

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 147/2015

DECRETO Nº. 147, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

"institui Comissão de Acompanhamento e Avaliação da OSCIP"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO o Termo de Parceria nº 001/2015 estabelecido com a OSCIP GERAR – Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional, CONSIDERANDO o Of nº 236/2015/SME que solicita a alteração do Decreto nº 129 de 24 de agosto de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Acompanhamento e Avaliação de todos os elementos indispensáveis ao cumprimento do Termo de Parceria nº 001/2015 estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Garuva e a OSCIP GERAR:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação: LUCIANA ROMANZINI

II - Representante do Conselho Municipal de Educação: MELISSA RODRIGUES DE LIMA DA SILVA

III - Representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo: CRISTHINE ZWETTLER TEIXEIRA

IV - Representante do Conselho Municipal de Cultura: JOELCIO DE ANDRADE

V - Representante da OSCIP: ROSANE IMBRUNISIO

Art. 2º. – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 129 de 24 de agosto de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 162/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL - Concorrência Nº 162/2015

A Prefeitura de Gaspar torna público, aos interessados em participar da Licitação supracitada, que tem por objeto a qualificação e pavimentação asfáltica com drenagem pluvial das Ruas Artur Poffo e Pedro Schmitt Júnior, que foram efetivadas alterações no Edital. A saber, fica redesignado o dia 20/10/2015, às 09 horas, para o recebimento dos envelopes e às 09h30min do mesmo dia para a abertura do certame. As alterações poderão ser obtidas no Depto. de Compras ou pelo site www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), em 16/09/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

EDITAL Nº 01/2015

EDITAL Nº 01/2015.

CONVOCA ASSEMBLEIA PARA ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DA POLÍTICA DE SAÚDE-CMS

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Gaspar, no uso das atribuições que lhe confere da Lei Municipal 2833/2006, convoca as entidades não governamentais da política de saúde, com sede e atividades no município de Gaspar, para as Eleições dos Conselheiros titulares e suplentes, que irão compor o Conselho Municipal de Saúde (CMS) no biênio 2016/2017.

Das inscrições: As entidades não governamentais que atuam no município de Gaspar na política de saúde, receberão convite para participar das eleições, juntamente com o formulário de inscrição da entidade.

A entrega, dos documentos acima descritos, deverá ser efetuada entre os dias 15 de setembro à 13 de outubro, junto a Secretaria de Saúde, localizada na Rua Olga Wehmuth, 113, Sete de Setembro em Gaspar. As fichas referidas deverão ser assinadas pelo presidente da entidade, ou por seu representante legal e anexadas a uma cópia do estatuto social.

Dos candidatos: Cada entidade afim poderá inscrever 02 (dois) representantes, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente, como candidato ao Conselho Municipal de Saúde de Gaspar.

Da competência dos Conselheiros eleitos: São de competência dos Conselheiros Municipais de Saúde as ações previstas na Lei Municipal nº 2.833/2006, com poder de deliberação e controle da política de Saúde e respectivas ações em todos os níveis.

Do mandato: O mandato dos conselheiros do CMS será de (02) dois anos, facultada a sua reeleição, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante e não remunerado.

Da homologação dos candidatos: Serão deliberadas e homologadas as indicações em reunião do Conselho Municipal de Saúde publicadas em jornal de circulação local, no Diário Oficial do Município e no mural da Prefeitura Municipal de Gaspar no dia 13 de outubro de 2015, após o recebimento de todas as indicações.

Das disposições gerais: No caso de haver votação para a eleição de candidato a conselheiro por entidade não governamental, esta dar-se-á por maioria simples dos votos dos representantes dos

conselheiros do mandato 2013/2015.

Gaspar, 15 de setembro de 2015.

Cleones Hostins

Secretária Municipal de Saúde

Jean Marcos Leandro

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 3.806, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.806, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

REVOGA, A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO, CONCEDIDA A SERVIDORA VLADELEIA APARECIDA DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revoga, a pedido, licença sem vencimento, concedida a servidora VLADELEIA APARECIDA DA SILVA pela Portaria nº 3.762/2015, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente/Merendeira, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA RH 101/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 101/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) PATRICIA SCHEIDT, ocupante do cargo efetivo de Desenhista, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, referente ao período aquisitivo de 09/03/2008 a 10/03/2013, devendo folgar a partir de 17/09/2015 a 15/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de setembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristilano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL

**C O N V I T E: AUDIÊNCIA PÚBLICA PERTINENTE
DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2015.**
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

C O N V I T E

A Câmara de Vereadores de Gaspar tem a grata satisfação de convidar a comunidade a participar de Audiência Pública pertinente demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2015 pelo Município de Gaspar.

DATA: 30/9/2015.

HORÁRIO: 15h.

LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Avenida das Comunidades, nº. 133, Centro.

Prédio do GASCIC.

RESOLUÇÃO Nº 58/2015

RESOLUÇÃO Nº 58/2015

Autoriza a realização de audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2015.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Ofício Interno nº 204/2015, subscrito pelos Vereadores Membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, solicitando a realização de Audiência Pública no dia 30 de setembro de 2015, às 15h, no recinto do Plenário da Edilidade, a respeito da demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2015 (art. 9º, §4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal);

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a realização de Audiência Pública no dia 30 de setembro de 2015, às 15h, no Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar, com a finalidade de se efetivar a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2015 pelo Município de Gaspar.

Art. 2º Fica autorizada a realização de despesas, inclusive a expedição de convites e publicações em jornal local, para a efetivação da Audiência Pública a que se refere o artigo 1º desta Resolução.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 15 de setembro de 2015.

MESA DIRETORA

José Hilário Melato	(licenciada) Ivete Mafrá Hammes
Vereador – Presidente	Vereadora – Vice-Presidente
Hamilton Graf	Giovano Borges
Vereador – Primeiro Secretário	Vereador – Segundo Secretário

TERMOS DO ADITIVO 001/2015 : ADITIVO 001 AO CONTRATO CM-006/2013.

TERMOS DO ADITIVO 001/2015

Aditivo 001 ao Contrato CM-006/2013.

Pelo presente instrumento, a CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR e LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA - EPP, representadas pelos signatários abaixo, CONSIDERANDO a Resolução nº 54/2015, de 29 de agosto de 2015; CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público; CONSIDERANDO o princípio da eficiência da Administração Pública; e, por último, CONSIDERANDO o princípio da economicidade, resolvem prorrogar o CONTRATO CM-006/2013 nos seguintes termos:

Cláusula 1ª – Fica prorrogado o Contrato CM-006/2013 para o final deste exercício financeiro, 31 de dezembro de 2015.

Cláusula 2ª – Fica inalterado o valor mensal que é de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais).

Cláusula 3ª – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Termo do Contrato CM-006/2013.

E por acharem assim compromissadas, as partes assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Gaspar (SC), em 30 de agosto de 2015.

CÂMARA DE VEREADORES

José Hilário Melato

Presidente

LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA - EPP

Jeser Mauri Alvarenga - CPF: 291.184.769-53

TERMOS DO ADITIVO 002/2015 : ADITIVO 001 AO CONTRATO CM-008/2013.

TERMOS DO ADITIVO 002/2015

Aditivo 001 ao Contrato CM-008/2013.

Pelo presente instrumento, a CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR e LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA - EPP, representadas pelos signatários abaixo, CONSIDERANDO a Resolução nº 55/2015, de 29 de agosto de 2015; CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público; CONSIDERANDO o princípio da eficiência da Administração Pública; e, por último, CONSIDERANDO o princípio da economicidade, resolvem prorrogar o CONTRATO CM-008/2013 nos seguintes termos:

Cláusula 1ª – Fica prorrogado o Contrato CM-008/2013 para o final deste exercício financeiro, 31 de dezembro de 2015.

Cláusula 2ª – Fica inalterado o valor mensal que é de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

Cláusula 3ª – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Termo do Contrato CM-008/2013.

E por acharem assim compromissadas, as partes assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Gaspar (SC), em 30 de agosto de 2015.

CÂMARA DE VEREADORES

José Hilário Melato

Presidente

LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA - EPP

Jeser Mauri Alvarenga - CPF: 291.184.769-53

TERMOS DO ADITIVO 003/2015 : ADITIVO 001 AO CONTRATO CM-009/2013.

TERMOS DO ADITIVO 003/2015

Aditivo 001 ao Contrato CM-009/2013.

Pelo presente instrumento, a CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR e CH TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME, representadas pelos signatários abaixo, CONSIDERANDO a Resolução nº 57/2015, de 3 de setembro de 2015; CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público; CONSIDERANDO o princípio da eficiência da Administração Pública; e, por último, CONSIDERANDO o princípio da economicidade, resolvem prorrogar o CONTRATO CM-009/2013 nos seguintes termos:

Cláusula 1ª – Fica prorrogado o Contrato CM-009/2013 para o final deste exercício financeiro, 31 de dezembro de 2015.

Cláusula 2ª – Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais, inclusive a do preço, item "5.0" daquele instrumento.

E por acharem assim compromissadas, as partes assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Gaspar (SC), em 04 de setembro de 2015.

CÂMARA DE VEREADORES

José Hilário Melato – Presidente

CH TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME

Corina Silva Ferreira Pereira - CPF: 067.941.939-06

SAMAE - GASPAR

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 39/2015

OBJETO: Aquisição de coletor de dados e impressora térmica para coleta das leituras dos hidrômetros e impressão de faturas.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 07/10/2015

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 07/10/2015 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 04 de setembro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2015

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de 2015, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 37/2015, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 16/09/2015, RESOLVE registrar o preço da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando a prestação de serviços de recolocação/ manutenção de paralelepípedos em pedra, paver e lajotas sextavadas em concreto, conforme especificações constantes nos Anexos VI e VII do Edital de Pregão Presencial nº. 37/2015. A licitante registrada para o item cotado é a seguinte:

BULL PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME (16.972.821/0001-20)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	m2 RECOLOCAÇÃO DE PARALELEPÍPEDOS DE PEDRA, PAVER E LAJOTAS SEXTAVADAS EM CONCRETO INCLUINDO DESPESAS DE DESLOCAMENTO E FERRAMENTAS.	15.000	R\$ 10,40	R\$ 156.000,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 156.000,00 (Cento e cinquenta e seis mil reais).

Valor total registrado da Licitação: R\$ 156.000,00 (Cento e cinquenta e seis mil reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, conforme a necessidade do SAMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação. O prazo de início de execução é de até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da Ordem de Serviço do SAMAE, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: no local da obra em que se fizer necessário, indicado na solicitação, dentro do território do Município de Gaspar

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota Fiscal/fatura devidamente datada e assinada pelo Diretor Presidente e/ou Diretor Geral Técnico, e mediante entrega de relatório discriminado dos serviços executados, devidamente aprovado por responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 16 de setembro de 2015.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER– Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA – Equipe de Apoio

PAULO EDUARDO HOSTINS - Equipe de Apoio

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 13/2015

PORTARIA Nº 13/2015

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lê são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do regimento interno, e considerando os termos da Lei Municipal nº 816 de 01 abril de 2013 e demais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhor ALEXANDRE MACEDO, brasileira, CPF 101.658.579/94, para exercer o cargo comissionado de Assessora de Gabinete do Poder Legislativo, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo.

Art. 2º - Fica o cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Poder Legislativo a perceber os vencimentos correspondentes ao nível CC4 definido pela lei Municipal nº 816 de 01.04.2013.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 14 de Setembro de 2015

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Presidente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS

1º Secretario

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA DE PAGAMENTO A FORNECEDORES
FORA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Credor: LEANDRO OBREGON DAMASCENO

Nota Fiscal nº	Data	Valor
000093	02/09/2015	R\$ 2.470,00

Nos termos do Artigo 5º da Lei nº 8.666/93, considerando que Leandro Obregon Damasceno prestou à Municipalidade serviços de mão-de-obra em manutenção e reparos da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, com desconto de 5% (cinco por cento), desconto este que vai ao encontro do interesse público, conforme consta da Nota Fiscal nº 000093; considerando que esse desconto contempla o interesse da Administração e o interesse público primário, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica.

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 16 de setembro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 60 E 61.2015 (POTENTI SOLUÇÕES E ELÉTRICA BENCKE) PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 60/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: POTENTI COM. FERR. ASCESSÓRIOS ELÉTRICOS E HIDRÁUL

Valor : 19.333,00 (dezenove mil trezentos e trinta e três reais)

Vigência : Início: 16/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO-DE-OBRA P/ PADRÃO DE ENERGIA ELETRICA NA ESCOLA MUN. PADRE ALFREDO KASPER, NECESSÁRIO DEVIDO A ATUAL SOBRECARGA DO SISTEMA ELETRICO, CONFORME PROJETO.

Contrato Nº.: 61/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: ELETRICA BENCKE LTDA - ME

Valor : 3.760,00 (três mil setecentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 16/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO-DE-OBRA PARA AUMENTAR A CAPACIDADE DA REDE ELÉTRICA INSTALADA NO ESTÁDIO MUNICIPAL OLÍMPIO DALMAGRO.

EXTRATO CONTRATO 62.2015 (RODRIX DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA) PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 62/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: RODRIX DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA - ME

Valor : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 16/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 8/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (EVENTO ESPORTIVO) DENOMINADO CIRCUITO SULBRASILEIRO DE FUTSAL 2015. ESTE SERÁ REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA NOS DIAS 26 E 27 DE SETEMBRO DE 2015.

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 101.2015 PMGBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2015

PROCESSO Nº 101/2015 HOMOLOGAÇÃO: 16/09/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO-DE-OBRA P/ PADRÃO DE ENERGIA ELETRICA NA ESCOLA MUN. PADRE ALFREDO KASPER, NECESSÁRIO DEVIDO A ATUAL SOBRECARGA DO SISTEMA ELETRICO, CONFORME PROJETO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO-DE-OBRA PARA AUMENTAR A CAPACIDADE DA REDE ELÉTRICA INSTALADA NO ESTÁDIO MUNICIPAL OLÍMPIO DALMAGRO.

CONTRATADO: ELETRICA BENCKE LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.760,00 (três mil setecentos e sessenta reais)

CONTRATADO: POTENTI COM. FERR. ASCESSÓRIOS ELÉTRICOS E HIDRÁUL

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.333,00 (dezenove mil trezentos e trinta e três reais)

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 104.2015 PMGBA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2015

PROCESSO Nº 104/2015 HOMOLOGAÇÃO: 16/09/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (EVENTO ESPORTIVO) DENOMINADO CIRCUITO SULBRASILEIRO DE FUTSAL 2015. ESTE SERÁ REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA NOS DIAS 26 E 27 DE SETEMBRO DE 2015.

CONTRATADO: RODRIX DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 29.15 AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE (FMS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº29/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 40/15, Edital de Pregão Nº 29/15, Objeto: Aquisição de material de expediente para uso na Secretaria de Saúde; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 01/10/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 01/10/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 16 de setembro de 2015.

SIRLEI MARIA SCALCO CERETTA,
Ordenadora do FMS

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 550/2015

DECRETO Nº. 550/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

2045 – Manutenção das unidades de saúde

331900000000000

10200 R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

2045 – Manutenção das unidades de saúde

333900000000000

10200 R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de setembro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

ERRATA DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 93/2015 -PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SETOR DE LICITAÇÕES

ERRATA I:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015 – PMG

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Pregão Presencial n.º 93/2015 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS E AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

1. ALTERAÇÃO DO LOCAL DA ENTREGA E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

Onde lê-se:

“ b) Local: Secretaria Municipal de Educação de Guaramirim (SC). Setor de Administrativo, localizado, sito à Rua 28 de Agosto nº. 1255, Centro, Guaramirim/SC. ”

Leia-se:

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4248/2015

LEI Nº. 4248/2015

Denomina Rua da Cidade.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de “Rua Antônio da Silva” a via pública que tem seu início na Rua nº. 219 – Vereador Cantalício Erico Flores, em direção norte até o seu final, numa extensão de aproximadamente 800 metros.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaramirim/SC, 16 de setembro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 566/2015

PORTARIA Nº. 566/2015

PRORROGA Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2015, instaurado pela Portaria nº. 480/2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a não conclusão do processo administrativo disciplinar instaurado pela Portaria nº. 480/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2015, instaurado através da Portaria nº. 480/2015, por mais 30 (trinta) dias.

Art. 2º. Convalidar todos os atos praticados no Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2015 até a publicação desta portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de setembro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

140/2015

DECRETO Nº 140/2015

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 002.399/14 de 02 de dezembro de 2014.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, no exercício de 2015, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Atividade: 0502.12.361.0014.2.012

(85)4.4.90.00-00.00.058- Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Soma R\$ 11.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

orçamentário:

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Atividade: 0502.12.361.0014.2.012

(84)3.3.90.00-00.00.058- Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Soma R\$ 11.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 15 DE SETEMBRO DE 2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Rosa Isabel Montagner

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

141/2015

Decreto 141/2015

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 002.399/14 de 02 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 24.750,00 (vinte e quatro

mil, setecentos e cinquenta reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, destinados à suplementação do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.068

(33)3.3.90.00-00.00.070- Aplicações Diretas R\$ 750,00

Atividade: 1104.10.301.0010.2.089

(40)3.3.90.00-00.00.064- Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

SOMA R\$ 24.750,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, ficam utilizados o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2015, referentes aos recursos da Gestão do SUS no valor de R\$ 750,00, e referentes aos recursos do PMAQ no valor de R\$ 24.000,00.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 16 de setembro de 2015.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Rosa Isabel Montagner

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

142/2015

DECRETO Nº 142/2015

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 002.399/14 de 02 de dezembro de 2014.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, no exercício de 2015, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

01- Câmara Municipal de Vereadores:

01- Câmara Municipal de Vereadores:

Atividade: 0101.01.031.0001.2.001

(3)3.3.90.00-00.00.603- Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

(4)4.4.90.00-00.00.603- Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Soma R\$ 70.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

01- Câmara Municipal de Vereadores:

01- Câmara Municipal de Vereadores:

Atividade: 0101.01.031.0001.2.001

(1)3.1.90.00-00.00.603- Aplicações Diretas R\$
60.000,00

(2)3.3.50.00-00.00.603- Aplicações Diretas R\$
70.000,00

Soma R\$ 70.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 16 DE
SETEMBRO DE 2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta
data.

Rosa Isabel Montagner

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 033/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 033/2015 DE 02/09/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: RI Soluções em Planejamento e Desenvolvimento Regional Ltda - Me.

OBJETO: Prestação de Serviços de Consultoria à equipe Administrativa Municipal, quando à apresentação de projetos, acompanhamento dos trâmites, entrega e protocolo de documentos, verificação da situação de documentação e solicitação de recursos, junto aos diferentes órgãos apoiadores e financiadores.

VALOR: R\$ 75.600,00

PRAZO DO CONTRATO: 31.12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 02 de setembro de 2015.

Nelson Guindani - Prefeito

Rafael Bender- Sócio Administrador

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2015

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2015

OBJETO

Credenciamento da Clínica Pró-Saúde para a prestação de Serviços de Saúde na área de atendimento de fisioterapia.

CREDENCIADO

Rodolfo Tertuliano Bahú Backes – ME

VALOR ESTIMADO – R\$ 22.800,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Caput do Artigo 25, da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 16 de setembro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1051/2015

PORTARIA Nº 1051/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor DOUGLAS GONÇALVES (Matr. 4014), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível/Referência – 12/1/A, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, para exercer suas atividades junto ao ESF Nossa Senhora Aparecida, a partir de 16 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1052/2015

PORTARIA Nº 1052/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 16 de setembro de 2015, da servidora SIRLEI DE FÁTIMA MIGUELÃO (Matr. 729), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "E", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição luminárias de LED para o sistema de iluminação pública no perímetro urbano de Herval d'Oeste

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:00 horas do dia 30/09/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº.

10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesseis reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 16 de setembro de 2015

NELSON GUINDANI

Prefeito

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2015

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO

CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM EQUIPE PADRÃO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:00 horas do dia 05/10/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 320.000,00(trezentos e vinte mil reais)

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está disponível no site : www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, ou no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesseis reais e oitenta centavos). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 14 de setembro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: Menor Preço por Lote

OBJETO

Contratação em regime de empreitada por preço unitário de empresa(s) especializada(s) para a Pavimentação Asfáltica – Recapeamento em CBUQ nas Ruas Independência e Santa Catarina, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 13:30 horas do dia 02/10/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO

R\$ 400.175,70(quatrocentos mil cento e setenta e cinco reais e setenta centavos).

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, para aqueles que tiverem interesse o Edital e os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 15 de setembro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO 2015 PMI - CALÇADAO CENTRAL (MEDEIROS)

Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Contrato nº 008/2015 – PMI
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 008/2015 – PMI
Processo: TP 005/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DO CALÇADÃO CENTRAL COM EXTENSÃO DE 600 METROS E PAVIMENTAÇÃO, DE ACORDO COM CONTRATO DE REPASSE Nº 0345438-73/2010 - MINISTÉRIO DAS CIDADES, CONVÊNIO SI-CONV 740154.

FORNECEDOR: TERRAPLENAGEM MEDEIROS LTDA

Prazo: de 22/09/2015 à 21/11/2015

Assinatura: 16/09/2015

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 464/2015

PORTARIA Nº 464/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. ELISÂNGELA JACOOB, do cargo de MONITOR A.E.E., em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 11 de setembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 11 de setembro de 2015.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 465/2015

PORTARIA Nº 465/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. ANA CAROLINA HOFFMANN, no cargo de PSICÓLOGA, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 14 de setembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 14 de setembro de 2015.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 466/2015

PORTARIA Nº 466/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, a Srª. ANA CAROLINA HOFFMANN, no cargo de PSICÓLOGA, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 100 horas mês, a partir de 14 de setembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 14 de setembro de 2015.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 467/2015

PORTARIA Nº 467/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. TÂNIA TEREZINHA ZIMMERMANN, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 14 de setembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 14 de setembro de 2015.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 468/2015

PORTARIA Nº 468/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. LUIZ CARLOS SCHMITT, no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 16 de setembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 16 de setembro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

RESOLUÇÃO N. 016/2015 - CMDCA - LOCAIS E SEÇÕES

RESOLUÇÃO N. 016/2015

CONSIDERANDO: que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

CONSIDERANDO: que é atribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições Estadual e Federal, a Lei Orgânica do Município, a presente lei e toda legislação atinente a direitos e interesses da criança e do adolescente.

O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente do Município de Ilhota, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº 050/14 de 05 de maio de 2014 torna público, com fundamento na lei Federal nº 8.069/90(ECA), e na resolução 170 de 10 de dezembro de 2014 CONANDA, que dispõem sobre escolha unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho tutelar através da Comissão para o processo de eleição;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer normas de orientações para o processo eletivo dos membros do Conselho Tutelar do Município de Ilhota/SC.

Art. 2º - As mesas receptoras serão compostas pelos seguintes membros;

- Presidente
- Secretário
- 1º Mesário

Art. 3º - Cada candidato poderá designar (01) um fiscal para cada sessão de votação munido de crachá, desde que tenha sido enviado ofício a Comissão para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar indicando nome e RG com até (03) três dias úteis de antecedência da eleição.

Art. 4º - A eleição ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015 no período das 08:00 às 17:00 horas ininterrupto.

Art. 5º - A votação dar-se a em escrutínio secreto, mediante o

uso da cédula, onde cada eleitor fará opção por 1 (um) voto para apenas um candidato.

Art. 6º - Entende-se por eleitores apto a votar os maiores de 16 anos que tiverem inscritos como eleitores até o dia 04 de agosto e apresentarem no ato da votação título de eleitor e identidade, devendo observar os seguintes locais de votações e suas sessões

1- Margem Direita:

Escola de Educação Básica Marcos Konder
Rua Almirante Tamandaré, nº 134, Centro.

Seções: 064, 065, 066, 067, 068, 073, 115, 138, 176, 185, 176, 185, 109, 147, 171,130

CENTRO – 064, 065, 066, 067, 068

CENTRO – 109, 147, 171

CENTRO NAES – 115, 138, 176

BAIRRO MISSÕES – 185

BARRA DE LUIZ ALVES – 073

POCINHO - 130

Escola Municipal Domingos José Machado
Rua Inês Eufrazia de Jesus, s/n, Ilhotinha

Seções: 070,071,072,069,116,141,172,189

Ilhotinha - 069, 141,172

Minas – 070, 116, 189

Capela São José Laranjeira – 071

Capela Santo Antônio - Boa Vista – 072

2 - Margem Esquerda:

Escola de Educação Básica Valério Gomes
Rua José Geraldino Bittencourt, s/n, Pedra de Amolar.

Seção: 074, 075, 076, 125, 153

PEDRA DE AMOLAR – 074, 075, 076, 125, 153.

Escola Municipal Alberto Schmitt
Rua Geral Baú Central, nº 47, Baú Central

Seções: 077, 078, 079, 080, 081, 082, 112, 130, 167, 186, 190

BAÚ CENTRAL – 078, 190

BRAÇO DO BAU – 079, 080, 112

ALTO BAÚ – 081, 167

ALTO MORRO DO BAÚ – 082

BAÚ BAIXO – 077, 186

Ilhota, 02 de setembro de 2015.

Alex Luis Mengarda

Presidente do CMDCA

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL DE DIVULGAÇÃO REF. EDITAL SECULT. PROCULT 001/2015

EDITAL DE DIVULGAÇÃO

Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Imbituba
RESULTADO DO RECURSO DA HABILITAÇÃO DOS PROJETOS CULTURAIS AVALIADOS PELA SECRETARIA DE TURISMO ESPORTE E CULTURA – SETEC
Edital SECULT/PROCULT 001/2015

O Secretário Municipal de Turismo Esporte e Cultural – SETEC de Imbituba/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art.36º da Lei Municipal nº 4.175 de 18 de abril de 2013, que institui, o Sistema Municipal de Cultura, e do Art.44, I, combinado com o Art.15 da Lei Complementar nº 4.276, de 5 de novembro de 2013, que institui o Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Imbituba – PROCULT, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, o presente EDITAL DE DIVULGAÇÃO do Resultado do recurso das habilitações dos Projetos Culturais apresentados no âmbito do PROCULT, avaliados pela SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA – SECULT, referentes ao Edital SECULT/PROCULT 001/2015, na forma da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009, que regula o processo Administrativo no âmbito da Administração Pública no Município de Imbituba..

RESULTADO DO RECURSO DA HABILITAÇÃO DOS PROJETOS CULTURAIS

Proponente	DEFERIDO	INDEFERIDO
Literatura, livro e leitura – Conselho Comunitário de Ibiraquera		X
Literatura, livro e leitura – Maria Tereza Martinez		X
Artes digitais – Kellen Cristina Lima		X
Patrimônio material e imaterial – Claudio Moreira Lima	X	

Os Proponentes Culturais têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

Imbituba/SC, 15 de setembro de 2015.
Paulo JunchemSefton
Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura – SETEC

EDITAL SEAGP Nº 132/2015

EDITAL SEAGP Nº 132/2015
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:
Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao

final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 17 de setembro a 16 de Outubro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de setembro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 132/2015

Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Recreador Social
Joelma do Nascimento Ovidio

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 15/2015, PROCESSO 82/2015 (SEAPI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 82/2015

DISPENSA Nº 15/2015

Objeto: Adequação no passeio público de acessibilidade da Biblioteca Pública Municipal situada na Rua Nereu Ramos Centro – Imbituba/SC.

Contratada: TF Construtora Ltda - ME.

Valor Total: R\$ 4.537,21 (Quatro mil, quinhentos e trinta e sete reais e vinte e um centavos)

Fundamento: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 17 de Setembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues
Secretário da SEAPI

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA CMI Nº 054/2015**

PORTARIA CMI Nº 054/2015

"Exonera Jefferson Fernandes de Souza do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

EXONERAR, a partir do dia 16 de Setembro de 2015, o Senhor Jefferson Fernandes de Souza, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 4.067.899 e inscrito no CPF sob o nº 006.166.689-02, residente e domiciliado na Rua Pedro Inácio Pacheco, nº 212, Vila Nova, neste Município, do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar.

Imbituba, 16 de Setembro de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 16/09/2015.

Indaial

PREFEITURA

RESCISÃO PARCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015

	RESCISÃO PARCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.26/2015	
--	--	--

Processo Licitatório Nº 15/00000098
Pregão Nº 43/2015
RESCISÃO PARCIAL DA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.26/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000098 – Pregão Nº 43/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

1.1 HEBROM DISTRIBUIDORA E CONFECÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.050.681/0001-70, estabelecida à VIA DO TRABALHADOR, nº 1105 – Bairro PARQUE INDUSTRIAL AUGUSTO TEZELLI FILHO, no município de Campo Mourão – Paraná.

2. DO OBJETO:

2.1. AQUISIÇÃO UNIFORMES E ACESSÓRIOS.

2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

803715 - HEBROM DISTRIBUIDORA E CONFECÇÕES LTDA EPP						
Lote: 2 - LOTE 02 - GANDOLA - CALÇA CAMISETA - CAMISA - PARA DEMUTTIN.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
4	GANDOLA, MANGA COMPRIDA, NA COR AZUL MARINHO, TECIDO RIP STOP, COM DOIS BOLSOS E LAPELA E PORTA CANETA, BORDADO: DEMUTTIN TRÂNSITO NO BOLSO ESQUERDO, NOS OMBROS BORDADOS NO LADO DIREITO BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE INDAIAL E LADO ESQUERDO BRASÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, COM BIRIBA CONTENDO NOME E TIPO SANGUÍNEO BORDADOS E FIXAÇÃO COM VELCRO SOBRE O BOLSO DIREITO, LAPELA NO OMBROS, COM FECHAMENTO COM BOTÕES EMBUTIDOS, BORDADO AGENTE DE TRÂNSITO NAS COSTAS E FAIXAS REFLETIVAS DE 2,5 CM EM TORNO DO CORPO E MANGAS.	UNIDADE		60	R\$72,37	R\$4.342,20
5	GANDOLA, MANGA CURTA, NA COR AZUL MARINHO, TECIDO RIP STOP, COM DOIS BOLSOS E LAPELA E PORTA CANETA, BORDADO: DEMUTTIN TRÂNSITO NO BOLSO ESQUERDO, NOS OMBROS BORDADOS NO LADO DIREITO BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE INDAIAL E LADO ESQUERDO BRASÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, COM BIRIBA CONTENDO NOME E TIPO SANGUÍNEO BORDADOS E FIXAÇÃO COM VELCRO SOBRE O BOLSO DIREITO, LAPELA NO OMBROS, COM FECHAMENTO COM BOTÕES EMBUTIDOS, BORDADO AGENTE DE TRÂNSITO NAS COSTAS E FAIXAS REFLETIVAS DE 2,5 CM EM TORNO DO CORPO E MANGAS.	UNIDADE		60	R\$70,37	R\$4.222,20

6	CALÇA, TECIDO RIP STOP, NA COR AZUL MARINHO COM REFORÇO ENTRE AS PERNAS, SEIS BOLSOS SENDO: DOIS CARGOS NAS PERNAS COM LAPELA E PORTA CANETA, DOIS TRASEIROS COM LAPELA E DOIS DIANTEIROS, COM FAIXA REFLETIVA NAS PERNAS ABAIXO DO JOELHO DE 5 CM.	UNIDADE		60	R\$53,55	R\$3.213,00
7	CAMISETA, MANGA CURTA, FIO 30 PENTEADO, NA COR AZUL MARINHO COM NOME, TIPO SANGUÍNEO E DEMUTIM TRÂNSITO BORDADOS NO LADO ESQUERDO DO PEITO, BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE INDAIAL BRAÇO DIREITO, BRASÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO BRAÇO ESQUERDO E AGENTE DE TRÂNSITO NAS COSTAS.	UNIDADE		60	R\$26,22	R\$1.573,20
8	CAMISA, GOLA POLO, EM MALHA PIQUE 100% ALGODÃO FIO 30 PENTEADO, 160 GRAMATURA, MANGA CURTA, NA COR AZUL MARINHO, COM BOLSO DO LADO ESQUERDO E PORTA CANETA BORDADO DEMUTTIN TRÂNSITO, NOME E TIPO SANGUÍNEO, BORDADOS NOS OMBROS NO DIREITO BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE INDAIAL, ESQUERDO BRASÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E NAS COSTAS BORDADO AGENTE DE TRÂNSITO.	UNIDADE		60	R\$22,07	R\$1.324,20
9	CAMISA, GOLA POLO, EM MALHA PIQUE 100% ALGODÃO FIO 30 PENTEADO, 160 GRAMATURA, MANGA CURTA, NA COR BRANCA, COM BOLSO DO LADO ESQUERDO E PORTA CANETA BORDADO DEMUTTIN TRÂNSITO, NOME E TIPO SANGUÍNEO, BORDADOS NOS OMBROS NO DIREITO BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE INDAIAL, ESQUERDO BRASÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E NAS COSTAS BORDADO AGENTE DE TRÂNSITO.	UNIDADE		40	R\$20,60	R\$824,00
				Total Lote:		R\$15.498,80
				Total Fornecedor:		R\$15.498,80

3.2. Ficam excluídos os itens 4, 5, 6, 7, 8 e 9 do Lote 02, conforme justificativa da empresa, acatada pela autoridade superior.

4. AS PARTES:

4.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 15 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

HEBROM DISTRIBUIDORA E CONFECÇÕES LTDA EPP

ANTONIO JAIR SEQUINEL

Representante

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

ATA Nº 040/2015**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.40/2015****Processo Licitatório Nº 15/00000169****Pregão Nº 66/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.40/2015**

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e quinze, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDIAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000169 - Pregão Nº 66/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 JOACABA PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 84.587.245/0010-48, estabelecida à RODOVIA BR 282, nº S/N – Bairro AEROPORTO, no município de Joaçaba – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. AQUISIÇÃO DE PNEUS.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.40/2015**

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

733067 - JOACABA PNEUS LTDA						
Lote: -						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	PNEU 275/80 R 22.5 16 PR 146/149 J RADIAL (URBANO/RODOVIÁRIO) TODAS AS POSIÇÕES TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.	UNIDADE		6	R\$1.015,00	R\$6.090,00
2	PNEU 215/75 R 16C 111/113R.	UNIDADE		26	R\$470,00	R\$12.220,00
3	PNEU 6.00 X 16, 06 LONAS, DIRECIONAL SEM TRACÇÃO PARA EMPLETO AGRICOLA, COM RAIA CENTRAL ELEVADA. CONVENCIONAL.	UNIDADE		4	R\$236,00	R\$944,00
4	PNEU 10 X 16.5, 10 LONAS, PARA USO EM LIMPEZA VIAS PÚBLICAS (MINICARREGADEIRA).	UNIDADE		24	R\$673,00	R\$16.152,00
					Total Lote:	R\$35.406,00
					Total Fornecedor:	R\$35.406,00
					Total Homologação:	R\$35.406,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. **REAJUSTE DE PREÇOS:**

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.40/2015**

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.40/2015**

fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 169/2015 - Edital de Pregão nº 066/2015.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.40/2015**

- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
 - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
 - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
- 11. RESCISÃO DA ATA:**
- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.
- 11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.
- 12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**
- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.40/2015**

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 15 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL

Sérgio Almir dos Santos

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.40/2015**

Prefeito Municipal

JOACABA PNEUS LTDAMAURO EDUARDO RODRIGUES DOS SANTOS
Representante**Testemunhas:**

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 386/2015 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

FICA PRORROGADA A PORTARIA 348/2015 QUE CONTRATOU EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

P R O R R O G A

Fica prorrogada a portaria que contratou CANDIDA RAMOS, sob a Matrícula 2441-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5398945 e do CPF 077.344.199-92, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 16/09/2015 a 14/12/2015 em função da aposentadoria da servidora Mari Lucia Artifon.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 16/09/2015.

Ipumirim - SC, 16 de Setembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2014

CONTRATO Nº 29/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2014
TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços nº 18/2014, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e o proponente Celso Luiz Dellagustina.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, e o proponente Celso Luiz Dellagustina, residente a Rua 109, nº 382, Bairro: Canto da Praia, no Município de Itapema, Estado de Santa Catarina, sob nº CPF 223.942.149-53 e RG 123.997-0, de ora em diante denominado de Contratado, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 18/2014, modalidade Tomada de Preços para compras e serviços, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Terceira do Contrato nº. 18/2014, de acordo com o Ofício nº 306/2015, da Gestora do FMS, e deferido em 12 de agosto de 2015, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até o dia 07/09/2016.

CLAUSULA SEGUNDA Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam. Irineópolis (SC), 08 de setembro de 2015.

Giseli Kempinski Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis	Celso Luiz Dellagustina	
Contratante	Contratado	
Testemunhas:		
Nome: Valdir Marafio		Nome: Gessica Greschen
CPF: 017.851.289-30		CPF: 072.218.599-57

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 44/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 44/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: GL Lismotor Retifica de Motores Eireli EPP.
Irineópolis, 16 de setembro de 2015.

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 76/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: GL Lismotor Retifica de Motores Eireli EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE CONserto e RECUPERAÇÃO DO MOTOR DO TRATOR INDUSTRIAL CASE PÁ CARREGADEIRA MOD. W20-E, (Cadastrado no Patrimônio nº 88) DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, COM ENTREGA DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, SENDO AS PEÇAS DE 1ª LINHA/LINHA DE MONTAGEM.

Vigência: 16.09.2015 a 15.09.2016

Valor: R\$ 18.599,00 (dezoito mil quinhentos e noventa e nove reais)

Base Legal – Processo Licitatório nº 44/2015 – Tomada de Preços nº. 08/2015

Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO DECRETO Nº 2858/2015

DECRETO N º 2858/2015, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015
CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis, com a finalidade específica de proceder a avaliação, com base em valores de mercado, dos bens móveis de propriedade do Município, declarados inservíveis, para fins de Leilão pela Municipalidade nos Termos da Lei n º 8.666/93, conforme abaixo segue: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

I – 01 MOTONIVELADORA HUBER WARCO MODELO 130M ANO 1977 (Cadastro do Patrimônio n º 2999);

II – 01 TRATOR INDUSTRIAL CASE MODELO W18 (Cadastro do Patrimônio nº 2275);

III – 01 CAMINHAO BASCULANTE MARCA M. BENZ/L 1113, PLACAS LZS-7525, COR AMARELA, COMBUSTIVEL DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 1979, CHASSI 34404112456920, 19 TONELADAS, 130 CV. PLACAS LZS 7525. (Cadastro do Patrimônio nº 125);
IV – 01 CAÇAMBA TRATOR 5M³;

V – 01 CARÇAÇA DO BRITADOR 9025;

VI – 01 CARÇAÇA DO BRITADOR 6240;

VII - 01 BALSA COM CAPACIDADE PARA 40 TON, MEDINDO TOTAL DO CASCO 16 MT, COMPRIMENTO COM RAMPAS 22,02MT, COMPRIMENTO ENTRE PERPENDICULARES 15,36 MT, BOCA 6MTS, PONTAL 1MT (Cadastro no Patrimônio nº 6137);

VIII – 01 CAMINHAO BASCULANTE MARCA M. BENZ/L 1618, PLACAS MAM-9757, COR BEGE, COMBUSTIVEL DIESEL CHASSI 9BM386014LB887036, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 1990, CAPACIDADE 15 TONELADAS, 184 CV, (Cadastro no Patrimônio nº 126);

IX – 400 M² DE CHAPA ZINCADA;

X - 120 METROS DE CABO DE AÇO 1 POLEGADA;

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

XI - 01 AUTOMÓVEL PASSAGEIRO MARCA FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, COR VERMELHA, ANO DE FABRICAÇÃO 2005, MODELO 2006, COMBUSTIVEL ALCOOL/ GASOLINA, 05 PASSAGEIROS, 066 CV, CHASSI Nº 9BD15802764765604, PLACAS MEA-6538. (Cadastro no Patrimônio nº 4572);

XII - 01 VEÍCULO MODELO TIGGO 2.0, MARCA CHERY, COR PRATA, ANO E MODELO 2011, A GASOLINA, 04 CILINDROS, 5 MARCHAS, CODIGO DO RENAVAL Nº 319299546, CHASSI Nº 9UJDB14B9BU005661, PLACAS MIS 6032. (Cadastro no Patrimônio nº 8492);

XIII – 01 MAQUINA DE DATILOGRAFIA OLIVETTI LINEA 98 (Patrimônio nº 4690); 01 CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO CAVALETTI (Patrimônio nº 3059); 01 CADEIRA ESTOFADA COR PRETA (Patrimônio nº 1200); 01 CADEIRA ESTOFADA COR PRETA (Patrimônio nº 1202); 01 CADEIRA ESTOFADA TECIDO AZUL (Patrimônio nº 043); 01 CADEIRA CORVIM MARROM (Patrimônio nº 1094); 01 ESCRIVANINHA CEREJEIRA 3 GAVETAS (Patrimônio nº 2775); 01 ESCRIVANINHA IMBUÍ 5 GAVETAS, PINTADA NA COR BRANCA, MEDINDO 90CMX50CM (Patrimônio nº 1126); 01 MAQUINA DATILOGRAFIA ET 2500 (Patrimônio nº 1085); 01 MESA PARA DATILOGRAFIA METAL CINZA (Patrimônio nº 095); 01 CADEIRA GIRATORIA MARELLI 7201 EM TECIDO PRETO (Patrimônio nº 4026); 01 CADEIRA GIRATORIA MARELLI 707 COR PRETA (Patrimônio nº 4301); 01 CADEIRA ESTOFADA GIRATÓRIA PRETA (Patrimônio nº 1402); 01 CADEIRA TIPO SECRETÁRIA, MARCA LG, COM REGULAGEM A GÁS, COR AZUL (Patrimônio nº 8444); 01 NO BREAK SMS 600 VA BI FX COM BATERIA (Patrimônio nº 8444); 01 NO BREAK SMS 600 VA BI FX COM BATERIA (Patrimônio nº 6532); 01 NO BREAK TS SHARA NT 700/2BS/BA COM VOLTAGEM AUTOMÁTICA (Patrimônio nº 4439); 01 GABINETE ATX (Patrimônio nº 4252); IMPRESSORA HP 3920 (Patrimônio nº 4617); 01 IMPRESSORA HP 3920 (Patrimônio nº 4616); 01 TRANSFORMADOR BIVOLT 2.000VA, FREQUENCIA 50/60 HZ ADFTRONIK (Patrimônio nº 10952); 01 ESTABILIZADOR PLUS TS SHARA Nº11066926 (Patrimônio nº 4008); 01 IMPRESSORA DEMATECH DP20 SRS2T000 (Patrimônio nº 5048); 01 IMPRESSORA LASERJET HP L22 (Patrimônio nº 6013); 01 NOBREAK UPS PRO 1.700 TS SHARA BIVOLT, COR GRAFITE (Patrimônio nº 6044); 01 NOBREAK 600 VA, BIVOLT COM 4 SAÍDAS, 01 BATERIA INTERNA SELADA COM SAÍDA PARA COMUNICAÇÃO INTELIGENTE, MARCA TS SHARA COM CABO USB (Patrimônio nº 6021); 01 CALCULADORA MARCA SHARP (Patrimônio nº 7876); 01 CALCULADORA SHARP MODELO 2630 Nº 8110000878 (Patrimônio nº 3017); 02 APARELHO TELEFONICO INTELBRAS, 01 CPU ASUS USB 2,0 (Patrimônio nº 9775); 01 NO BREAK NET STATION SMS 600VA BIVOLT (Patrimônio nº 6019); 01 MODEM D-LINK COM ROTEADOR ADSL 2/2+ MODELO DSL 500B (Patrimônio nº 6557); 01 MODEM ADSL 2 COM ROTEADOR MODELO D-LINK 500G (Patrimônio nº 6749); 01 SWITCH 24 PORTAS 10/100 (Patrimônio nº 7540);

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

XIV – 01 MOTOCICLETA MARCA JTA/SUZUKI, MODELO EN 125 YES NACIONAL 125 CC 13HP RENAVAL 020704 ANO MODELO 2007/2008, CHASSI 8CDNF41LJ8MO94797, COR PRATA MOTOR F 466-BR 195914 A GASOLINA. (Cadastro no Patrimônio nº 6058);

XV – 01 AUTOMÓVEL MARCA FIAT MODELO PALIO FIRE 4 PORTAS, PLACAS MEK-7292, COR VERMELHO ALPINE, GASOLINA, 4 CILINDROS, POTENCIA 65 HP, ANO/MODELO 2004, 5 MARCHAS, 5 PASSAGEIROS, 1000 CILINDRADAS, CHASSI NR. 9BD17146742438426, MOTOR NR. 5995361, (Cadastro no Patrimônio nº 4011);

XVI – 01 ÔNIBUS PASSAGEIRO MARCA MERCEDES BENZ OF 1318, PLACAS LBB 4130, CHASSI 9BM384088SB072008, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 1995, COR PREDOMINANTE BRANCA, 38 PASSAGEIROS, 184 CV, COMBUSTIVEL DIESEL - (Cadastro no Patrimônio nº 3504);

XVII – 01 GABINETE ATX (Patrimônio nº 4130); 01 ESTABILIZADOR 500 VA MAG (Patrimônio nº 7666); 01 CPU POSITIVO POS

AT SERIES (Patrimônio nº 9379); 01 ROTEADOR TP LINK N 300 (Patrimônio nº 9409); 01 HUB ENCORE 16 PORTAS (Patrimônio nº 6048); 01 ESTABILIZADOR ELETRONICO BST 1000 (Patrimônio nº 4688); 01 ROTEADOR NANO BRIDGE M - NBM5-22-5.8 UBIQUITI (Patrimônio nº 9740); 01 ROTEADOR NANO BRIDGE M - NBM5-22-5.8 UBIQUITI (Patrimônio nº 9741); 01 PONTO DE ACESSO TP LINK WR 841 4P 300MB (Patrimônio nº 7840); 01 PONTO DE ACESSO TP LINK WR 841 4P 300MB (Patrimônio nº 9126);

SECRETARIA DA AGRICULTURA

XVIII – 01 RETROESCAVADEIRA MF 86RA/86030945. (Cadastro no Patrimônio nº 85);

XIX – 01 DISTRIBUIDOR ADUBO ORGANICO LIQ. MOD. DAOL 4000 CAPAC. P/4000 LTS, EQUIPADO C/BOMBA LOBULAR 4" NR. 1208/03/MANGUEIRA DE CARGA, ESGUICHO/LEQUE/ CANHÃO LATERAL E DEMAIS ACESSÓRIOS SERIE 2003/10 COM RODAS E PNEUS 7,50X16-SERIE N. 08.16.901 - MARCA MEPEL, (Cadastro no Patrimônio nº 3959);

SECRETARIA DA SAÚDE

XX – 01 ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM (Patrimônio nº 8977); 01 GABINETE (Patrimônio nº 8977); 01 ESTABILIZADOR ELETRONICO 1.0 KVA FAX NET (Patrimônio nº 2949); 01 ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM ETERNITY 300/600 VS BIVOLT (Patrimônio nº 6037); 01 CPU COM PROCESSADOR INTEL CELERON, PLACA MAE COM CHIP SET INTEL, MEMORIA 1 GB DDR2, HD 160 GB SATA II SAMSUNG, DVD RW, GABINETE (Patrimônio nº 4636); 01 NOTEBOOK, MARCA ACER, 4 GB, HD 500 GB, TELA LED 15,6" (Patrimônio nº 8429); 01 ESTABILIZADOR TS SHARA 500 VA (Patrimônio nº 8520); 01 ESTABILIZADOR TS SHARA 500 VA (Patrimônio nº 8521); 01 NOBREAK 600VA (Patrimônio nº 8573); 01 MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SCX 4623F PRETA (Patrimônio nº 9653); 01 MONITOR SAMSUNG SYNCMASTER 794 MB (Patrimônio nº 9822); 01 IMPRESSORA HP DESKJET 2660 (Patrimônio nº 6955); 01 IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 2360 (Patrimônio nº 5687); 01 ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM (Patrimônio nº 5689); 01 IMPRESSORA DESKJET D1360 (Patrimônio nº 6399); 01 GABINETE (Patrimônio nº 9654); 01 GABINETE (Patrimônio nº 8561); 01 IMPRESSORA HP 2000 (Patrimônio nº 8568); 01 MONITOR ITAUTEC INFOWAY SC 100 240 (Patrimônio nº 9643); 01 MODEM ADSL, D-LINK 500B (Cadastro no Patrimônio nº 8305).

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

XXI – 01 ESTABILIZADOR 300 VA (Patrimônio nº 6015); 01 MODEM ADSL, MARCA D-LINK 500B (Patrimônio nº 6809); 01 GABINETE (Patrimônio nº 6014); 01 ESTABILIZADOR BIVOLT 300 VA (Patrimônio nº 6580); 01 MODEM ADSL TP-LINK (Cadastro no Patrimônio nº 10089);

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo 1º será composta pelos seguintes Membros:

I – Virlei da Silva, investido no Cargo de Provimento em Comissão de Secretário da Infraestrutura;

II – Lucio Flavio Lima, investido no Cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria da Administração;

III – Silvana Rodrigues da Silva, investido no Cargo de Auxiliar Administrativo, lotada no Hospital Municipal Bom Jesus;

IV – Cristiano Back, investido no Cargo de Coordenador de Informática, lotado na Secretaria da Administração;

Art. 3º - A Comissão instituída através deste Decreto, será presidida pelo Senhor Virlei da Silva, será secretariado pelo Senhor Lucio Flavio Lima e terá como membros: Silvana Rodrigues da Silva e Cristiano Back.

Art. 4º - O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão será de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste ato.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis, 15 de Setembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

RGF ANEXO 01 PESSOAL

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.451.365,23	0,00
Pessoal Ativo	8.451.365,23	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.451.365,23	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.479.836,47	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	8.451.365,23	31,92
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.299.111,69	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	13.584.156,11	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	12.869.200,52	48,60

FONTE:

RREO ANEXO 01 04 BIM 2015

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.376.450,00	30.376.450,00	3.944.264,68	12,98	17.685.889,19	58,22	12.690.560,81
RECEITAS CORRENTES	27.568.030,00	27.568.030,00	3.943.664,68	14,31	17.067.057,05	61,91	10.500.972,95
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.704.680,00	2.704.680,00	211.504,19	7,82	1.571.058,07	58,09	1.133.621,93
IMPOSTOS	2.079.330,00	2.079.330,00	187.332,72	9,01	1.228.744,42	59,09	850.585,58
TAXAS	581.350,00	581.350,00	24.171,47	4,16	342.313,65	58,88	239.036,35
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	217.000,00	217.000,00	37.915,63	17,47	95.471,74	44,00	121.528,26
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	215.000,00	215.000,00	37.915,63	17,64	95.471,74	44,41	119.528,26
RECEITA PATRIMONIAL	387.600,00	387.600,00	64.005,14	16,51	264.734,98	68,30	122.865,02
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	355.300,00	355.300,00	62.916,74	17,71	258.222,23	72,68	97.077,77
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	30.800,00	30.800,00	1.088,40	3,53	6.510,36	21,14	24.289,64
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	2,39	0,16	1.497,61
RECEITA DE SERVIÇOS	6.650,00	6.650,00	9.598,75	144,34	87.188,75	1.310,81	-80.518,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.926.700,00	23.926.700,00	3.579.862,42	14,96	14.636.713,50	61,17	9.289.986,50
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	23.486.200,00	23.486.200,00	3.488.230,44	14,86	14.369.489,46	61,23	9.096.710,54
TRANSF. DE PESSOAS	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
TRANSF. DE CONV.	455.000,00	455.000,00	91.631,98	20,14	267.224,04	58,73	187.775,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	325.400,00	325.400,00	40.778,55	12,53	411.910,01	126,59	-86.510,01
MULTAS E JUROS DE MORA	138.400,00	138.400,00	20.734,09	14,98	71.868,86	51,93	66.531,14
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.000,00	25.000,00	9.339,44	37,36	284.539,64	1.138,16	-259.539,64
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	130.000,00	130.000,00	9.602,74	7,39	40.286,57	30,99	89.713,43
RECEITAS DIVERSAS	32.000,00	32.000,00	1.102,28	3,44	15.214,94	47,55	16.785,06
RECEITAS DE CAPITAL	2.808.420,00	2.808.420,00	600,00	0,02	618.832,14	22,03	2.189.587,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.091.420,00	1.091.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.091.420,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.091.420,00	1.091.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.091.420,00
ALIENAÇÃO DE BENS	56.000,00	56.000,00	600,00	1,07	30.600,00	54,64	25.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	56.000,00	56.000,00	600,00	1,07	30.600,00	54,64	25.400,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.661.000,00	1.661.000,00	0,00	0,00	588.232,14	35,41	1.072.767,86
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.661.000,00	1.661.000,00	0,00	0,00	588.232,14	35,41	1.072.767,86

Continua 1/3

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (II + I)	30.376.450,00	30.376.450,00	3.944.264,68	12,98	17.685.889,19	58,22	12.690.560,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	30.376.450,00	30.376.450,00	3.944.264,68	12,98	17.685.889,19	58,22	12.690.560,81
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	30.376.450,00	30.376.450,00	3.944.264,68	12,98	17.685.889,19	58,22	12.690.560,81
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.265.303,78	—	—	1.114.980,61	—	—
Superávit Financeiro	—	1.245.303,78	—	—	1.094.980,61	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	20.000,00	—	—	20.000,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.376.450,00	32.332.734,46	3.760.082,25	20.217.176,27	12.115.558,19	4.512.675,73	17.210.679,99	15.122.054,47	16.791.138,56
DESPESAS CORRENTES	25.532.947,84	25.998.484,87	3.697.791,38	16.863.849,38	9.134.635,49	4.131.394,23	15.564.999,24	10.433.485,63	15.146.871,61
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.409.893,93	14.635.354,78	2.325.915,56	9.184.286,54	5.651.068,24	2.325.738,12	9.116.041,38	5.719.313,40	8.928.058,69
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	196.820,25	161.820,25	25.261,65	100.999,16	60.821,09	25.261,65	100.999,16	60.821,09	100.999,16
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.926.233,66	11.001.309,84	1.346.614,17	7.578.563,68	3.422.746,16	1.780.394,46	6.347.958,70	4.653.351,14	6.117.813,76
DESPESAS DE CAPITAL	4.714.431,58	6.205.179,01	62.290,87	3.353.326,89	2.851.852,12	381.281,50	1.645.680,75	4.559.498,26	1.644.266,95
INVESTIMENTOS	4.346.551,86	6.045.669,29	40.343,28	3.266.301,71	2.779.367,58	359.333,91	1.598.655,57	4.487.013,72	1.557.241,77

Continua 2/3

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.376.450,00	32.332.734,46	3.760.082,25	20.217.176,27	12.115.558,19	4.512.675,73	17.210.679,99	15.122.054,47	16.791.138,56
INVERSOES FINANCEIRAS	220.358,32	2.358,32	0,00	0,00	2.358,32	0,00	0,00	2.358,32	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	147.521,40	157.151,40	21.947,59	87.025,18	70.126,22	21.947,59	87.025,18	70.126,22	87.025,18
RESERVA DE CONTINGENCIA	129.070,58	129.070,58	0,00	0,00	129.070,58	0,00	0,00	129.070,58	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	129.070,58	129.070,58	0,00	0,00	129.070,58	0,00	0,00	129.070,58	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	30.376.450,00	32.332.734,46	3.760.082,25	20.217.176,27	12.115.558,19	4.512.675,73	17.210.679,99	15.122.054,47	16.791.138,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	30.376.450,00	32.332.734,46	3.760.082,25	20.217.176,27	12.115.558,19	4.512.675,73	17.210.679,99	15.122.054,47	16.791.138,56
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	475.209,20	—	17.685.889,19
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	30.376.450,00	32.332.734,46	3.760.082,25	20.217.176,27	—	4.512.675,73	17.685.889,19	—	34.477.027,75

FONTE:

RREO ANEXO 02 04 BIM 2015

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.376.450,00	32.332.734,46	3.760.082,25	20.217.176,27	100,00	12.115.556,19	4.512.675,73	17.210.679,99	100,00	15.122.054,47
Legislativa	1.258.090,00	1.258.090,00	0,00	433.531,66	2,14	824.558,34	1.129,93	433.531,66	2,52	824.558,34
Ação Legislativa	1.258.090,00	1.258.090,00	0,00	433.531,66	2,14	824.558,34	1.129,93	433.531,66	2,52	824.558,34
Administração	2.460.832,34	2.708.691,99	513.687,11	2.036.541,88	10,07	672.150,11	502.196,54	1.925.735,79	11,19	782.956,20
Planejamento e Orçamento	520.245,51	530.245,51	128.740,17	422.813,74	2,09	107.431,77	122.441,41	413.840,26	2,40	116.405,25
Administração Geral	1.266.984,63	1.446.184,63	260.433,77	1.108.047,11	5,48	338.137,72	253.143,98	1.007.545,34	5,85	438.639,49
Administração Financeira	413.102,00	473.761,65	85.761,17	341.470,63	1,69	132.291,02	87.579,15	340.139,79	1,98	133.621,86
Providência Básica	258.500,00	258.500,00	38.732,00	164.210,40	0,81	94.289,60	38.732,00	164.210,40	0,95	94.289,60
Segurança Pública	85.135,32	85.135,32	3.507,82	33.670,70	0,17	51.464,62	8.720,56	33.330,70	0,19	51.804,62
Defesa Civil	85.135,32	85.135,32	3.507,82	33.670,70	0,17	51.464,62	8.720,56	33.330,70	0,19	51.804,62
Assistência Social	986.554,52	1.085.425,30	160.198,95	686.229,55	3,45	387.195,75	147.840,74	667.091,03	3,82	426.334,27
Assistência ao Idoso	134.517,41	134.517,41	9.605,79	34.760,65	0,17	99.756,76	9.454,64	34.388,50	0,20	100.128,91
Assistência ao Portador de Deficiência	18.635,26	18.635,26	1.575,52	5.514,32	0,03	13.120,94	1.575,52	5.514,32	0,03	13.120,94
Assistência à Criança e ao Adolescente	232.122,73	232.403,82	39.800,54	143.859,09	0,71	88.544,73	30.559,59	128.835,02	0,75	103.557,80
Assistência Comunitária	601.279,12	699.868,81	109.216,10	514.095,49	2,54	185.773,32	106.250,99	488.352,19	2,84	211.516,62
Saúde	8.946.200,00	9.436.340,58	1.201.319,30	5.921.143,77	29,29	3.515.196,81	1.382.921,78	4.985.209,09	28,97	4.450.131,49
Administração Geral	5.000,00	8.936,17	0,00	0,00	0,00	8.936,17	0,00	0,00	0,00	8.936,17
Atenção Básica	7.312.500,00	7.667.414,25	968.392,05	4.948.400,62	24,48	2.719.013,64	1.155.977,83	4.083.101,68	23,72	3.584.312,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.594.700,00	1.675.750,62	229.633,24	934.324,03	4,62	741.426,59	215.308,63	868.651,58	5,05	807.099,04
Vigilância Sanitária	42.000,00	54.404,55	10.118,41	31.069,31	0,15	23.335,24	7.715,79	27.199,89	0,16	27.204,66
Vigilância Epidemiológica	22.000,00	29.834,98	3.175,60	7.349,81	0,04	22.485,17	3.919,53	7.255,94	0,04	22.579,04
Educação	10.532.103,53	10.854.428,53	1.448.620,75	6.891.976,05	34,09	3.962.452,48	1.742.145,01	5.765.769,28	33,50	5.088.659,25
Administração Geral	120.000,00	120.000,00	27.361,94	119.137,10	0,59	862,90	27.361,94	119.137,10	0,69	862,90
Ensino Fundamental	8.475.960,50	8.578.360,50	1.114.168,79	5.685.768,35	28,12	2.892.592,15	1.453.950,29	4.966.959,50	28,85	3.611.401,00
Ensino Médio	24.200,00	28.125,00	5.625,00	22.500,00	0,11	5.625,00	5.625,00	22.500,00	0,13	5.625,00
Ensino Superior	100.000,00	225.000,00	36.000,00	120.000,00	0,59	106.000,00	36.000,00	120.000,00	0,70	106.000,00
Educação Infantil	1.676.120,50	1.715.120,50	247.441,43	848.379,49	4,20	866.741,01	195.297,58	450.231,18	2,62	1.264.889,32
Educação de Jovens e Adultos	9.410,00	9.410,00	338,10	903,10	0,00	8.506,90	0,00	565,00	0,00	8.845,00
Educação Especial	45.493,50	96.493,50	15.000,00	50.000,00	0,25	46.493,50	17.000,00	45.000,00	0,26	51.493,50
Desporto Comunitário	80.919,03	80.919,03	2.695,49	45.288,01	0,22	35.631,02	5.910,20	41.375,50	0,24	39.542,53
Cultura	20.452,09	20.452,09	800,00	830,00	0,00	19.622,09	800,00	830,00	0,00	19.622,09
Difusão Cultural	20.452,09	20.452,09	800,00	830,00	0,00	19.622,09	800,00	830,00	0,00	19.622,09
Urbanismo	2.450.024,87	2.941.669,87	209.389,55	1.512.960,78	7,48	1.428.709,09	323.072,73	1.140.214,84	6,63	1.801.455,03
Infra-Estrutura Urbana	2.450.024,87	2.941.669,87	209.389,55	1.512.960,78	7,48	1.428.709,09	323.072,73	1.140.214,84	6,63	1.801.455,03

Continua 1/2

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.376.450,00	32.332.734,46	3.760.082,25	20.217.176,27	100,00	12.115.558,19	4.512.675,73	17.210.679,99	100,00	15.122.054,47
Habituação	105.500,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00	47.500,00
Habituação Urbana	105.500,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00	47.500,00
Saneamento	2.417,28	2.417,28	0,00	0,00	0,00	2.417,28	0,00	0,00	0,00	2.417,28
Saneamento Básico Urbano	2.417,28	2.417,28	0,00	0,00	0,00	2.417,28	0,00	0,00	0,00	2.417,28
Agricultura	1.074.887,77	1.295.251,77	-26.355,01	996.871,09	4,93	298.380,68	91.408,30	808.725,89	4,70	486.525,88
Extensão Rural	1.074.887,77	1.295.251,77	-26.355,01	996.871,09	4,93	298.380,68	91.408,30	808.725,89	4,70	486.525,88
Indústria	171.566,96	2.566,96	0,00	60,00	0,00	2.506,96	0,00	60,00	0,00	2.506,96
Promoção Industrial	171.566,96	2.566,96	0,00	60,00	0,00	2.506,96	0,00	60,00	0,00	2.506,96
Comércio e Serviços	63.184,04	13.184,04	0,00	0,00	0,00	13.184,04	0,00	0,00	0,00	13.184,04
Turismo	63.184,04	13.184,04	0,00	0,00	0,00	13.184,04	0,00	0,00	0,00	13.184,04
Energia	223.105,51	223.105,51	13.458,38	27.090,04	0,13	196.015,47	13.458,38	27.090,04	0,16	196.015,47
Energia Elétrica	223.105,51	223.105,51	13.458,38	27.090,04	0,13	196.015,47	13.458,38	27.090,04	0,16	196.015,47
Transporte	1.867.325,19	2.229.404,64	235.455,40	1.694.270,75	8,23	565.133,89	298.981,76	1.432.091,67	8,32	797.312,97
Transporte Rodoviário	1.867.325,19	2.229.404,64	235.455,40	1.694.270,75	8,23	565.133,89	298.981,76	1.432.091,67	8,32	797.312,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	129.070,58	129.070,58	0,00	0,00	0,00	129.070,58	0,00	0,00	0,00	129.070,58
TOTAL (III) = (I + II)	30.376.450,00	32.332.734,46	3.760.082,25	20.217.176,27	100,00	12.115.558,19	4.512.675,73	17.210.679,99	100,00	15.122.054,47

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO ANEXO 03 04 BIM 2015

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (L.T. 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Agd/2015		
RREO - ANEXO 3 (LRF, Arts 53, inciso I)													R\$ 100	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.132.863,47	2.231.094,98	2.514.450,00	3.076.886,65	2.443.636,76	2.359.916,78	2.288.346,56	2.436.911,87	2.691.438,70	2.353.159,76	2.201.282,12	2.187.631,57	24.188.286,82	30.398.430,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	871.297,71	100.852,97	103.393,42	169.044,63	88.943,29	147.235,49	238.212,93	212.232,41	643.052,10	145.174,26	194.959,97	76.895,22	2.284.777,29	2.704.690,00
IPTU	7.191,47	9.337,85	2.773,89	3.639,00	0,00	0,00	1.956,36	94.537,21	377.233,12	12.051,11	8.700,82	6.498,15	494.119,67	893.330,00
IURF	334.900,6	33.974,69	40.061,07	83.340,03	4.246,67	17.605,64	46.729,61	31.650,50	46.070,57	43.275,79	26.672,34	9.204,28	423.554,74	375.000,00
LUS	105.899,49	59.544,81	36.189,33	49.528,28	56.422,28	56.892,69	81.291,63	59.055,82	66.252,12	56.199,03	59.022,81	32.095,62	722.554,75	720.000,00
LZL	25.605,39	4.708,85	14.917,04	19.110,61	12.756,20	11.592,34	11.894,40	15.985,64	14.830,10	19.042,02	23.676,48	18.389,22	102.257,89	400.000,00
Outras Receitas Tributárias	11.141,31	13.286,37	8.531,20	14.228,91	13.918,13	62.146,37	92.311,63	30.753,24	135.261,79	12.004,61	13.703,52	1.000,06	427.277,10	626.500,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.896,75	22.282,46	64.269,43	47.284,75	11.189,01	10.139,69	5.979,33	11.489,05	12.819,06	6.340,00	6.433,69	31.491,70	238.194,12	217.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	28.593,11	292.117,3	27.307,02	27.059,01	27.059,01	27.075,69	41.635,48	33.323,58	35.330,97	36.303,44	34.294,84	26.710,30	377.504,85	387.600,00
RECEITA AGRICOLA/PESQUEARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	120,000	120,00	0,00	0,00	0,00	69,00	19.150,00	19.150,00	20.347,50	19.697,00	1.959,00	2.003,75	80.486,75	69.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.902.255,63	1.994.787,22	2.132.751,15	2.592.677,11	2.244.789,69	2.055.115,29	1.890.029,37	2.143.285,44	2.193.570,43	2.123.893,00	1.990.293,00	2.029.631,43	25.295.348,40	29.757.000,00
Cota-Parte do FPM	524.110,57	465.338,47	655.043,81	1.054.541,43	795.114,21	815.740,81	594.147,34	944.242,44	789.569,34	685.117,85	601.076,57	594.193,25	6.363.761,39	6.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	509.974,70	523.287,69	576.427,68	554.979,06	565.634,15	504.154,55	506.328,97	544.274,05	615.021,99	469.254,74	496.257,35	478.668,46	6.267.221,94	6.700.000,00
Cota-Parte do IPIVA	93.497,78	93.059,02	26.220,08	12.625,06	23.714,04	40.272,40	92.206,31	74.251,79	87.770,83	75.695,09	72.678,32	54.694,61	632.617,91	889.500,00
Cota-Parte do ITM	10.027,78	29.521,38	5.371,61	5.405,11	3.824,22	193,43	226,69	1.255,12	89,98	59,09	299,01	452,08	54.695,14	434.000,00
Outras Transferências Correntes	311.799,63	377.476,73	347.002,11	419.671,16	320.228,14	201.025,12	246.456,61	357.299,13	275.629,63	374.039,42	347.254,72	412.446,43	3.997.442,95	4.000.000,00
Transferências de LC 87/1999	7.249,03	7.283,11	9.005,10	8.915,99	11.833,12	7.022,19	6.888,61	7.214,71	8.159,01	7.752,42	7.141,56	7.598,94	93.725,79	62.000,00
Transferências de LC 87/1996	2.088,19	2.088,19	2.088,19	4.176,38	0,00	0,00	0,00	8.677,81	2.154,40	2.154,40	2.154,40	2.154,40	27.675,18	30.000,00
Transferências do FUNDEC	494.482,25	505.157,33	528.970,94	525.022,00	520.995,65	481.704,79	469.778,88	508.335,99	513.076,15	487.440,19	466.699,07	476.707,18	5.972.240,22	6.300.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.600,07	64.750,91	166.720,08	246.781,05	71.057,33	124.340,40	105.730,45	18.085,38	26.716,04	22.574,25	23.032,38	17.745,17	907.523,42	325.400,00
DEDUÇÕES (II)	220.807,19	222.232,39	255.367,42	260.723,63	291.007,76	273.476,32	234.859,90	256.656,78	280.417,62	254.179,36	217.175,66	228.623,75	2.986.774,48	2.993.100,00
Dedução do Resultado Plano Formação do FUNDEC	220.807,19	222.232,39	255.367,42	260.723,63	291.007,76	273.476,32	234.859,90	256.656,78	280.417,62	254.179,36	217.175,66	228.623,75	2.986.774,48	2.993.100,00
Outras Rec.de Corte e Perm. - Circ.de Uso de Bens Púb.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	1.911.056,28	2.008.862,59	2.259.082,58	2.816.163,02	2.152.629,00	2.086.440,46	2.053.486,66	2.180.255,09	2.411.021,08	2.098.980,40	1.984.106,46	1.958.007,82	26.171.512,34	27.405.330,00
FONTE:														

RREO ANEXO 04 04 BIM 2015

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00		
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00		
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 14

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
			2015		2014	
Caixa			0,00		0,00	

Continua 2/4

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2015		2014	
Bancos Conta Movimento		0,00		0,00	
Investimentos		0,00		0,00	
Outros Bens e Direitos		0,00		0,00	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RREO ANEXO 05 04 BIM 2015

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.581.049,90	2.515.972,31	2.494.024,72
DEDUÇÕES (II)	3.035.669,66	3.406.266,01	2.545.861,30
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.280.057,68	4.033.910,11	2.975.314,70
Demais Haveres Financeiros	0,00	733,60	384,27
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	244.388,02	628.377,70	429.837,67
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-454.619,76	-890.293,70	-51.836,58
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-454.619,76	-890.293,70	-51.836,58

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2015 (C - A)
VALOR	838.457,12	402.783,18

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RREO ANEXO 06 04 BIM 2015

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	27.213.730,00	16.808.863,81	15.834.130,69
Receita Tributária	2.704.680,00	1.571.058,07	1.439.772,90
I.P.T.U.	583.330,00	394.616,78	321.516,17
I.S.S.	720.000,00	470.422,84	572.210,70
I.T.B.I.	400.000,00	128.926,90	70.039,12
I.R.R.F.	376.000,00	234.777,90	202.028,05
Outras Receitas Tributárias	625.350,00	342.313,65	273.978,86
Receita de Contribuição	217.000,00	95.471,74	133.263,03
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	217.000,00	95.471,74	133.263,03
Receita Patrimonial Líquida	33.300,00	6.541,74	13.817,33
Receita Patrimonial	387.600,00	264.734,98	255.046,71
(-) Aplicações Financeiras	354.300,00	258.193,24	241.229,38
Transferências Correntes	23.926.700,00	14.636.713,50	14.002.474,78
F.P.M.	7.257.600,00	4.434.695,42	4.114.438,20
I.P.V.A	470.800,00	388.180,90	360.404,10
I.C.M.S.	5.622.000,00	3.284.684,02	3.060.865,62
Convênios	455.000,00	267.224,04	244.626,68
Outras Transferências Correntes	10.121.300,00	6.261.929,12	6.222.140,18
Demais Receitas Correntes	332.050,00	499.078,76	244.802,65
Dívida Ativa	130.000,00	40.286,57	63.049,94
Diversas Receitas Correntes	202.050,00	458.792,19	181.752,71
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.808.420,00	618.832,14	2.728.603,52
Operações de Crédito (III)	1.091.420,00	0,00	147.116,90
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	56.000,00	30.600,00	174.740,00
Transferências de Capital	1.661.000,00	588.232,14	2.406.746,62
Convênios	1.661.000,00	588.232,14	2.406.746,62
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.661.000,00	588.232,14	2.406.746,62
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	28.874.730,00	17.397.095,95	18.240.877,31

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	25.998.484,87	16.863.849,38	15.535.823,26	15.564.999,24	14.397.032,77
Pessoal e Encargos Sociais	14.835.354,78	9.184.286,54	8.220.470,61	9.116.041,38	7.955.606,22
Juros e Encargos da Dívida (IX)	161.820,25	100.999,16	117.826,46	100.999,16	117.826,46
Outras Despesas Correntes	11.001.309,84	7.578.563,68	7.197.526,19	6.347.958,70	6.323.600,09
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	25.836.664,62	16.762.850,22	15.417.996,80	15.464.000,08	14.279.206,31
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	6.205.179,01	3.353.326,89	4.035.970,37	1.645.680,75	2.874.273,91
Investimentos	6.045.669,29	3.266.301,71	3.932.624,09	1.558.655,57	2.770.927,63
Inversões Financeiras	2.358,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.358,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	157.151,40	87.025,18	103.346,28	87.025,18	103.346,28
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	6.048.027,61	3.266.301,71	3.932.624,09	1.558.655,57	2.770.927,63

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	129.070,58	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	32.013.762,81	20.029.151,93	19.350.620,89	17.022.655,65	17.050.133,94
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.139.032,81	-2.632.055,98	-1.109.743,58	374.440,30	1.190.743,37
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

RREO ANEXO 07 04 BIM 2015

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FUNDO V)	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS							R\$ 100
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	4.520,16	239.897,86	244.038,02	-	350,00	22.393,80	1.797.319,85	906.141,22	896.194,98	117.213,43	806.305,24	806.655,24	
EXECUTIVO	4.520,16	239.897,86	244.038,02	-	350,00	22.393,80	1.797.319,85	906.141,22	896.194,98	117.213,43	806.305,24	806.655,24	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.520,16	239.876,25	243.046,41	0,00	350,00	22.000,00	1.788.721,12	900.928,38	890.982,14	116.774,56	802.994,42	803.314,42	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	8.280,24	8.280,24	0,00	0,00	0,00	203,67	203,67	203,67	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	300,00	2.545,93	2.545,93	0,00	300,00	0,00	76.029,00	60.248,38	60.248,38	0,00	15.780,62	15.780,62	
PODER EXECUTIVO	4.170,16	228.050,08	233.223,04	0,00	0,00	22.000,00	1.712.488,45	840.471,33	830.656,09	116.774,56	787.183,80	787.183,80	
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	991,61	991,61	0,00	0,00	393,80	8.598,73	5.212,84	5.212,84	438,87	3.340,82	3.340,82	
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	991,61	991,61	0,00	0,00	393,80	8.598,73	5.212,84	5.212,84	438,87	3.340,82	3.340,82	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I) + (II):	4.520,16	239.897,86	244.038,02	0,00	350,00	22.393,80	1.797.319,85	906.141,22	896.194,98	117.213,43	806.305,24	806.655,24	

FONTE:

RREO ANEXO 08 04 BIM 2015

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.184.330,00	2.184.330,00	1.371.074,03	62,77
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	661.330,00	661.330,00	514.900,38	79,05
1.1.1- IPTU	583.330,00	583.330,00	470.973,77	80,74
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	30.000,00	30.000,00	22.572,73	75,24
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	38.000,00	38.000,00	21.355,35	56,20
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	403.000,00	403.000,00	131.461,04	32,62
1.2.1- ITBI	400.000,00	400.000,00	128.926,90	32,23
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	3.000,00	3.000,00	881,56	29,39
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	1.652,58	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	754.000,00	754.000,00	489.934,71	64,98
1.3.1- ISS	723.000,00	723.000,00	471.267,35	65,45
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	18.000,00	18.000,00	11.250,95	62,51
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	16.000,00	16.000,00	7.416,41	46,35
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	376.000,00	376.000,00	234.777,90	62,44
1.4.1- IRRF	376.000,00	376.000,00	234.777,90	62,44
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.423.500,00	16.423.500,00	10.198.692,79	62,10
2.1- Cota-Parte FPM	9.000.000,00	9.000.000,00	5.520.127,11	61,33
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.000.000,00	9.000.000,00	5.520.127,11	61,33
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	4.105.854,16	61,28
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	17.235,21	57,45
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	62.000,00	62.000,00	63.560,56	102,52
2.5- Cota-Parte ITR	43.000,00	43.000,00	6.690,36	15,56
2.6- Cota-Parte IPVA	589.500,00	589.500,00	485.225,39	82,45
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	18.607.830,00	18.607.830,00	11.569.766,82	62,18
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	570.000,00	570.000,00	435.198,78	76,35
5.1- Transferências do Salário-Educação	570.000,00	570.000,00	435.198,78	76,35
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.064.000,00	1.064.000,00	368.733,98	34,66
6.1- Transferências de Convênios	1.064.000,00	1.064.000,00	368.733,98	34,66
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	380.000,00	380.000,00	189.370,52	49,83
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.014.000,00	2.014.000,00	993.303,28	49,32
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.962.300,00	2.962.300,00	2.021.143,49	68,23
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.742.400,00	1.742.400,00	1.085.431,69	62,30
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.078.000,00	1.078.000,00	821.170,14	76,18
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.600,00	6.600,00	3.447,04	52,23
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	14.300,00	14.300,00	12.712,14	88,90
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.300,00	3.300,00	1.337,99	40,55
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	117.700,00	117.700,00	97.044,49	82,45
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.300.000,00	6.300.000,00	3.927.637,80	62,34
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.300.000,00	6.300.000,00	3.927.637,80	62,34
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.337.700,00	3.337.700,00	1.906.494,31	57,12
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.840.000,00	3.840.000,00	2.482.705,35	64,65	2.482.705,35	64,65
13.1- Com Educação Infantil	275.000,00	275.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.565.000,00	3.565.000,00	2.482.705,35	69,64	2.482.705,35	69,64
14- OUTRAS DESPESAS	2.713.000,00	2.713.000,00	1.624.380,58	59,87	1.405.625,30	51,81
14.1- Com Educação Infantil	190.200,00	190.200,00	128.686,75	67,66	3.159,00	1,66
14.2- Com Ensino Fundamental	2.522.800,00	2.522.800,00	1.495.693,81	59,29	1.402.466,30	55,59
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.553.000,00	6.553.000,00	4.107.085,91	62,67	3.888.330,65	59,34
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-	
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.888.330,65	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					63,21	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					36,79	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					1,00	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	4.651.957,50		4.651.957,50	2.892.441,71	62,18	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	534.263,00	534.263,00	145.462,45	27,23	19.296,92	3,61
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.314.610,50	6.315.110,50	4.163.662,81	65,93	4.060.887,68	64,30
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.087.800,00	6.087.800,00	3.978.399,16	65,35	3.885.171,65	63,82
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	226.810,50	227.310,50	185.263,65	81,50	175.716,03	77,30
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	6.848.873,50	6.849.373,50	4.309.125,26	62,91	4.080.184,60	59,57
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.906.494,31	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					-	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.906.494,31	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)					2.173.690,29	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					18,79	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	572.000,00	572.000,00	416.973,79	72,90	351.644,39	61,48
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.090.493,50	1.229.493,50	753.689,52	61,30	249.355,00	20,28
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.662.493,50	1.801.493,50	1.170.663,31	64,98	601.009,99	33,36
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.511.367,00	8.650.867,00	5.479.788,57	63,34	4.681.194,59	54,11

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (I)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		1.236.347,44	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.927.637,80	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		4.335.592,41	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		3.725.852,11	0,00
49.2 Restos a Pagar		609.740,30	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		828.392,83	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO ANEXO 09 04 BIM 2015

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	1.091.420,00	0,00			1.091.420,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	6.205.179,01	3.353.326,89	1.645.680,75	0,00	2.851.852,12
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	6.205.179,01	3.353.326,89	1.645.680,75	0,00	2.851.852,12
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.113.759,01	-3.353.326,89	-	-	-1.760.432,12

FONTE:

RREO ANEXO 12 04 BIM 2015

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.184.330,00	2.184.330,00	1.369.422,92	62,69
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	583.330,00	583.330,00	470.973,77	80,74
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	400.000,00	400.000,00	128.926,90	32,23
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	720.000,00	720.000,00	471.287,35	65,45
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	376.000,00	376.000,00	234.777,90	62,44
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	51.000,00	51.000,00	34.705,24	68,05
Dívida Ativa dos Impostos	54.000,00	54.000,00	28.771,76	53,28
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.423.500,00	16.423.500,00	10.198.692,79	62,10
Cota-Parte FPM	9.000.000,00	9.000.000,00	5.520.127,11	61,33
Cota-Parte ITR	43.000,00	43.000,00	6.690,36	15,56
Cota-Parte IPVA	588.500,00	588.500,00	485.225,39	82,45
Cota-Parte ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	4.105.854,16	61,28
Cota-Parte IPH-Exportação	62.000,00	62.000,00	63.560,66	102,52
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	17.235,21	57,45
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	17.235,21	57,45
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	18.607.830,00	18.607.830,00	11.568.115,71	62,17

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	(d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.272.600,00	2.272.600,00	1.440.830,80	63,40
Provenientes da União	1.867.600,00	1.867.600,00	1.274.299,67	68,23
Provenientes dos Estados	405.000,00	405.000,00	166.531,13	41,12
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	45.100,00	45.100,00	130.059,31	288,38
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.321.700,00	2.321.700,00	1.570.890,11	67,66

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.614.100,00	8.009.396,82	5.020.489,71	62,68	4.574.664,87	57,12
Pessoal e Encargos Sociais	5.806.000,00	5.112.924,85	3.032.554,68	59,31	2.964.309,52	57,98
Juros e Encargos da Dívida	8.500,00	8.500,00	807,80	9,50	807,80	9,50
Outras Despesas Correntes	2.799.600,00	2.887.961,97	1.987.127,23	68,81	1.609.547,55	55,73
DESPESAS DE CAPITAL	323.100,00	1.414.017,59	899.099,98	63,58	409.990,14	28,99
Investimentos	323.100,00	1.414.017,59	899.099,98	63,58	409.990,14	28,99

Continua 1/4

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	323.100,00	1.414.017,59	899.099,98	63,58	409.990,14	28,99
Investimentos	323.100,00	1.414.017,59	899.099,98	63,58	409.990,14	28,99
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	8.937.200,00	9.423.404,41	5.919.589,69	62,82	4.984.656,01	52,90
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/IV)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.276.600,00	3.436.220,95	2.193.471,12	37,05	1.748.268,01	35,07
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.271.600,00	3.381.252,33	2.168.918,30	36,64	1.746.159,61	35,03
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	5.000,00	54.968,62	24.552,82	0,41	2.108,40	0,04
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.276.600,00	3.436.220,95	2.193.471,12	37,05	1.748.268,01	35,07
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	6.660.600,00	5.987.183,46	3.726.118,57	62,95	3.236.387,00	54,93
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI/III) - (15 x IIIb)/100]⁶						1.501.169,64

Continua 2/4

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2014	0,00	159,30	29.444,68	-29.444,68	0,00	
TOTAL	0,00	159,30	29.444,68	-29.444,68	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	159,30	0,00		159,30		
TOTAL (VIII)	159,30	0,00		159,30		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	7.312.500,00	7.667.414,26	4.948.400,62	83,59	4.083.101,68	81,91
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.590.700,00	1.671.750,62	932.769,95	15,76	867.067,50	17,40
Vigilância Sanitária	42.000,00	54.404,55	31.069,31	0,52	27.199,89	0,55
Vigilância Epidemiológica	22.000,00	29.834,98	7.349,81	0,12	7.255,94	0,15
Outras Subfunções	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.954.200,00	9.440.404,41	5.919.589,69	100,00	4.984.655,01	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "l+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "l+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nele estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(l+h) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

RREO ANEXO 14 04 BIM 2015

Município de IRINEÓPOLIS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		30.376.450,00		
Previsão Atualizada		30.376.450,00		
Receitas Realizadas		17.685.889,19		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.114.980,61		
DESPESAS				
Dotação Inicial		30.376.450,00		
Créditos Adicionais		1.956.284,46		
Dotação Atualizada		32.332.734,46		
Despesas Empenhadas		20.217.176,27		
Despesas Liquidadas		17.210.679,99		
Despesas pagas		16.791.138,56		
Superavit Orçamentário		475.209,20		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		20.217.176,27		
Despesas Liquidadas		17.210.679,99		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		26.171.512,34		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	402.783,18	0,00
Resultado Primário		0,00	374.440,30	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.819.713,65	117.213,43	896.194,98	806.305,24
EXECUTIVO	1.819.713,65	117.213,43	896.194,98	806.305,24
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	244.388,02	0,00	244.038,02	350,00
EXECUTIVO	244.388,02	0,00	244.038,02	350,00
TOTAL:	2.064.101,67	117.213,43	1.140.233,00	806.655,24
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.173.690,29	25%	18,79
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.482.705,35	60%	63,21
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.091.420,00	
Despesa de Capital Líquida		1.645.680,75	4.559.498,28	

Continua 1/2

Município de IRINEOPOLIS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			30.600,00	25.400,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			176.826,52	29.722,39
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		3.236.387,00	15,00	27,98
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

HOSPITAL BOM JESUS**PROCESSO LICITATÓRIO Nº09/2015**

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

O hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 13 de outubro de 2015 às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por Item de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Limpeza e Gás de Cozinha, com entrega parcelada, para uso no Hospital Municipal Bom Jesus. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 hrs, sito a Rua Paraná, 168, Centro - -Irineópolis – SC, fone (47) 3625 1122 e no site www.irineopolis.sc.gov.br

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente HMBJ

Irineópolis, 15 de setembro de 2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO Nº 08/2015.

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2015.

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação de: Danielli Aline Giacomini

Irineópolis, 15 de setembro de 2015.

WIANEY DE CASSIA OLIVERA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente HMBJ

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2015, CONCORRÊNCIA Nº 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2015

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 005/2015

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC torna público que fará realizar licitação, na modalidade Concorrência Pública, no dia 19 de outubro de 2015, para permissão administrativa de uso remunerado de um quiosque de 69,70 metros quadrados e duas salas na proximidade do quiosque, localizados na Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, nº 100, Centro, neste Município de Itá-SC. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 19 de outubro de 2015 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458- 9508. Itá SC, 16 de Setembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUUAIS

COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUUAIS

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito no montante total de R\$ 99.998,42 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta e dois centavos), liberados em 31/08/2015, depositados no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Contrato de Apoio Financeiro nº 2015TR001004, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara e o Município de Itá.

Itá - SC, 14 de setembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUUAIS

COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUUAIS

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito no montante total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), liberados em 31/08/2015, depositados no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Convênio nº 2014TR002827, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara e o Município de Itá.

Itá - SC, 14 de setembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itapoá

PREFEITURA

CMDCA: ERRATA Nº 04 DO EDITAL Nº 022/2015 - CONSELHEIRO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES

COMISSÃO DE ELEIÇÃO

ERRATA DE EDITAL
Nº 22/2015

Conforme recentes diretrizes emanadas do Grupo de Trabalho de Apoio ao Processo de Escolha Unificada de Conselheiros Tutelares em Santa Catarina - grupo do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA que recomendou a realização da Eleição dos Conselheiros Tutelares em apenas um local de votação para municípios que tenham até cinquenta mil eleitores, esta Comissão torna público que a eleição dar-se-á exclusivamente na Escola Estadual Básica Nereu Ramos, situada na avenida Pérola do Atlântico, número 256, Itapema do Norte.
Demais disposições permanecem inalteradas.

Itapoá, 15 de agosto de 2015
YOLANDA GAMBARINI DA SILVA
Presidente do CMDCA
Comissão do Processo Eleitoral

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratante: POSTIMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA - EPP, com sede à Rua João Pio Duarte Silva, nº 42, Bairro: Córrego Grande, na cidade de Florianópolis/SC, CEP: 88.037-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.089.950/0001-60 e Inscrição Estadual nº 0948586, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. WAGNER CORDENOSI TOMBI, portador do CNPJ/MF nº 196.955.778-60 e do CI.RG nº 08.987.607-2 SSP/SP.

Licitação: CONVITE Nº 07/2015 – PROCESSO Nº 70/2015
Objeto: Contratação de empresa para confecção e impressão de carnês de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e TLLF (Taxa

de Licenciamento e Localização de Funcionamento) referentes ao exercício de 2016, conforme especificações do Anexo I do Edital. Valor total: R\$ 18.465,00 (dezoito mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)

Data da assinatura: 15/09/2015;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado à entrega do total do objeto, ou até 31/12/2015.

Itapoá, 15 de setembro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

SAÚDE: PORTARIA - 013/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Secretaria Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 13 ,de 16 de setembro de 2015

Institui Comissão para fiscalização do Processo Nº 72/2015, Pregão presencial nº45/2015.

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Processo nº72/2015, Pregão presencial nº45/2015 objetivando a aquisição e Fraldas geriátricas para o atendimento de pessoas deste Município que tem necessidades de uso conforme critérios da Portaria 2.047/2002 do Ministério da Saúde,
Resolve:

Art 01 – Fica instituída comissão para fiscalização do Processo Nº 72/2015 , Pregão presencial nº45/2015, que será constituída pelos seguintes servidores e colaboradores:

- 1- Fabio Antonio da Paixão
- 2- Eliana Frigo da Silva
- 3- Lilian Grazielly Chimentão Golçalves

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Itapoá, 16 de setembro de 2015
Cristian angelo Grassi
Secretaria Municipal de Itapoá

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 31/2015

PORTARIA Nº 31, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe Sobre Progressão Automática, Do Padrão De Vencimento De Servidor.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Resolução nº07/2014, artigos 24 a 26 e Lei Complementar nº26/2010,

Resolve:

Art. 1º - Fica concedida a progressão automática, da servidora LEONICE MARLI RISKOWSKI, matrícula nº50849-01, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, para a referência Nível IV – Classe E, conforme a Resolução nº07/2014, art. 24 a 26 e considerando o art. 2º da Lei complementar nº26/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara de Vereadores de Itapoá, 25 de Agosto de 2015.

Daniel Silvano Weber
Presidente

PORTARIA Nº 32/2015

PORTARIA Nº 32, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe Sobre Progressão Automática, Do Padrão De Vencimento De Servidor.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Resolução nº07/2014, artigos 24 a 26 e Lei Complementar nº26/2010,

Resolve:

Art. 1º - Fica concedida a progressão automática, da servidora ANA PAULA KOGG STEPHANI, matrícula nº50857-01, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, para a referência Nível IV – Classe E, conforme a Resolução nº07/2014, art. 24 a 26 e considerando o art. 2º da Lei complementar nº26/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara de Vereadores de Itapoá, 25 de Agosto de 2015.

Daniel Silvano Weber
Presidente

PORTARIA Nº 33/2015

PORTARIA Nº 33, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe Sobre Progressão Automática, Do Padrão De Vencimento De Servidor.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Resolução nº07/2014, artigos 24 a 26 e Lei Complementar nº26/2010,

Resolve:

Art. 1º - Fica concedida a progressão automática, da servidora PATRÍCIA CARNEIRO BRAZ GUERRA DE SOUZA, matrícula nº50865-01, ocupante do cargo de AGENTE LEGISLATIVO, para a referência Nível IV – Classe E, conforme a Resolução nº07/2014, art. 24 a 26 e considerando o art. 2º da Lei complementar nº26/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara de Vereadores de Itapoá, 26 de Agosto de 2015.

Daniel Silvano Weber
Presidente

PORTARIA Nº 34/2015

PORTARIA Nº34, DE 11 DE SETEMBRO 2015

Concede Férias Ao Servidor Marco Aurélio Tavares.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 15 de setembro de 2015 a 14 de outubro de 2015, ao servidor MARCO AURÉLIO TAVARES, matrícula 51058-01, investido no cargo de Assessor Parlamentar, conforme disposto na Lei Complementar nº44/2014 nos artigos nº60 e seguintes.

Art. 2º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 16/01/2014 à 15/01/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 11 de setembro de 2015.

Daniel Silvano Weber
Presidente

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO nº 447, de 16 de setembro de 2015

DECRETO nº 447, de 16 de setembro de 2015

DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA REDUÇÃO DE DESPESAS COM PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe foram conferidas e de conformidade com o art. 65, inc. VII, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga; Lei Complementar n. 20, de 17 de dezembro de 2008; Lei Complementar n. 17, de 3 de outubro de 2007; Lei n. 2.197, de 1º de novembro de 2007; Lei nº 1.839, de 31 de janeiro de 2000; Lei nº 2.597, de 06 de março de 2015; Lei nº 2.196, de 01 de novembro de 2007; 2.189, de 01 de novembro de 2007; 2.572, de 26 de setembro de 2014;

Considerando os graves problemas financeiros enfrentados pela Administração Municipal, decorrente da redução drástica de retorno do recolhimento de ICMS e repasse de FPM no exercício 2015;

Considerando o que se encontra disposto no inciso I do § 3º, do art. 169 da Constituição Federal;

Considerando a intenção de se evitar o que se encontra disposto no inciso II do § 3º, do art. 169 da Constituição Federal;

Considerando ainda a necessidade de se evitar futuramente o que se encontra disposto no § 4º do art. 169 da Carta Magna do País,

Considerando que a Administração Pública tem o dever de tomar todas as medidas e mecanismos necessários para retomar o equilíbrio na administração financeira estabelecido no artigo 48, letra b da lei nº 4.320 de 17 de março de 1964;

Considerando a necessidade do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014;

Considerando o aumento de condenações judiciais ao pagamento de RPV e Precatórios, e ao fornecimento de medicamentos não padronizados;

Considerando o aviso de ALERTA emitido pelo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina por não ter o Município atingido as metas de arrecadação bimestral previstas para o exercício corrente;

DECRETA:

Art.1º. Ficam reajustados, com redução de 20% (vinte por cento) sobre a remuneração percebida, a contar de 1º de setembro do ano em curso até dia 31 de janeiro de 2016, os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Procurador-Geral do Município e detentores de Cargos de Provisão em Comissão.

Art. 2º – Ficam reajustadas, com redução de 50% (cinquenta por cento), as Gratificações pelo Exercício das Funções de Confiança e Gratificações por Função recebidas por servidores municipais, a contar de 1º de setembro do ano em curso até dia 31 de janeiro de 2016.

Parágrafo Único. Excetuam-se do reajuste mencionado neste artigo os Motoristas de Transporte Escolar, Motorista do Prefeito, membros das Comissões Especiais de Trabalho, Comissão de Licitação, Comissão de Avaliação de Desempenho - CAD dos Servidores do

Poder Executivo Municipal e os Operadores de Equipamentos.

Art.3º. Ficam reajustados, com redução de 20% (vinte por cento) sobre a remuneração percebida, a contar de 1º de setembro do ano em curso até dia 31 de janeiro de 2016, os cargos em provimento efetivos e exercidos em comissão de Secretários e Diretores de Unidade Escolar do Município.

Art.4º. Ficam reajustados, com redução de 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração percebida, a contar de 1º de setembro do ano em curso até dia 31 de janeiro de 2016, as funções gratificadas concedidas aos servidores ocupantes de cargo em provimento efetivo no Emprego Público do Município.

Art.5º. Ficam reajustados, com redução de 20% (vinte por cento) sobre a remuneração percebida, a contar de 1º de setembro do ano em curso até dia 31 de janeiro de 2016, os cargos em provimento efetivos e exercidos em comissão da Fundação Promotora de Exposições, Feiras e Eventos Turísticos, Culturais e Desportivos de Ituporanga – FEXPONACE.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 16 de setembro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

DECRETO Nº 448, de 17 de setembro de 2015

DECRETO Nº 448, de 17 de setembro de 2015.

"Declara Fracassada a Licitação nº 71, de 11 de agosto de 2015 na modalidade de Tomada Preço nº 05/2015".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e

Considerando que este processo licitatório visava à contratação de empresa para a Fossa e Filtro, entrada de energia de residências do loteamento Popular Lucinda Sá Schuhmacher;

Considerando que a empresa foi inabilitada por falta de documentos e, posteriormente, foi declarada inabilitada por não preencher o item 3.1.2, requisitos técnicos, restando o processo licitatório fracassado na forma da Lei de Licitações;

Considerando a orientação que dimana das Súmulas 346 e 473 do Colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, as quais afirmam, respectivamente, de modo explícito e claro que "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos" e que "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Considerando que a Lei 8.666/93 em seu art. 48, § 3º estabelece

que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis";

Considerando que a Lei 8.666/93 ao se referir ao tema em comento, estabelece, *ipsis verbis*, que: "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado" (art. 49).

DECRETA:

Art. 1º- Fracassada a Licitação nº 71/2015, modalidade de Tomada de Preços Nº 05/2015, da contratação de empresa para prestação de serviços referente Fossa, Filtro e entrada de energia elétrica de residências do loteamento Popular Lucinda Sá Schuhmacher do Município de Ituporanga e conseqüentemente todos os atos e efeitos do citado Processo Licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 17 de setembro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pela Gestora do Fundo, torna público a realização de licitação no dia 30/09/2015 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (TIPO VAN), ANO/MODELO 2015/2016, PARA SER UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO/SC.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br.

Jacinto Machado - SC, 16 de Setembro de 2015.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

Joaçaba

PREFEITURA

CONTRATO 176/2014 - RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO 176/2014

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE doravante denominado PERMITENTE, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO, relativo ao CONTRATO 176/2014, firmado com JOÃO FILIPE OLIVEIRA DOS SANTOS - MEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.671.180/0001-61, com sede administrativa na Rua ELIZIARIO DE CARLI, 555, Bairro SANTA TEREZA, na cidade de JOAÇABASC, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente fica RESCINDIDO, com fundamento na alínea "f" da cláusula sexta do mesmo, o CONTRATO 176/2014, celebrado com a PERMISSIONÁRIA na data de 11 de junho de 2014, proveniente do Processo de Licitação nº 41/2014/PMJ – Edital de Concorrência nº 4/2014/PMJ, homologado em 11/06/2014, cujo objeto era a Permissão de Uso da Sala Comercial correspondente ao item 01 do Anexo I do Edital de Concorrência nº 4/2014/PMJ, localizada no NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL – MARGENS BR 282 – KM 388, BAIRRO NOSSA SENHORA DE LOURDES, visando a exploração de GUARDA-VOLUMES, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

JOAÇABA (SC), 12 de agosto de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - PERMITENTE
RAFAEL LASKE - Prefeito

1. _____

2. _____

CONTRATO 239/2015/PMJ - TA 01

CONTRATO Nº 239/2015/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o número 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, representada neste ato por seu Secretário, Sr. VENILTON ROGÉRIO TELES, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA, com sede administrativa na Rua LEOBERTO LEAL, 176, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.898.145/0001-87, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. DIRCEU JOSÉ LAMPERTI, portador da Carteira de Identidade nº 2.631.924 e CPF nº 811.717.229-15, residente e domiciliado na RUA DOMINGOS NEREU PARISE, 199, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 239/2015/PMJ, firmado em 14/04/2015, proveniente do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2015/PMJ – EDITAL TP Nº 5/2015/PMJ, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços, com o fornecimento dos materiais necessários, destinados à implantação, readequação e manutenção da sinalização viária (vertical e horizontal), nas vias urbanas do Município de Joaçaba (SC), onde se ADITA a CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 100.126,50 (cem mil cento e vinte e seis reais e cinquenta centavos), correspondentes a 66,7265% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto nos §§ 1º e 2º, II, do art. 65 da Lei 8.666/93, relativo ao corte dos quantitativos dos seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE SUPRIMIDA	UN	MATERIAL		MÃO DE OBRA		TOTAL SUPRI- MIDO R\$
				UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$	
1	Pintura mecanizada com micro esfera de vidro e tinta para demarcação viária, de eixo e borda com equipamento especializado (mecanizado)	2.000,00	m²	12,50	25.000,00	6,90	13.800,00	38.800,00
2	Pintura manual com micro esfera de vidro e tinta para demarcação viária, de faixa de pedestre, retenção, lombada, meio fio, artes, setas e/ou dizeres na pista (manual)	434,48	m²	12,85	5.583,07	5,90	2.563,43	8.146,50
3	Fornecimento e implantação de placa de advertência 60 x 60 cm (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	40,00	un	215,00	8.600,00	120,00	4.800,00	13.400,00
4	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação d=60 cm (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	40,00	un	215,00	8.600,00	120,00	4.800,00	13.400,00
5	Fornecimento de placa de 200 x 100 cm "bairros" (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	5,00	un	475,00	2.375,00	260,00	1.030,00	3.405,00
6	Mão de obra para readequação de placas aéreas de 200 x 100 cm, incluindo serviços de guincho	55	sv	0,00	0,00	185,00	10.175,00	10.175,00
7	Fornecimento e implantação de semi pórtico em aço galvanizado, com braço projetado 101,30 mm e suporte 114,60 mm, placa de 300 x 150 cm refletiva, com sistema anti giro.	2,00	un	4.450,00	8.900,00	1.950,00	3.900,00	12.800,00
VALOR TOTAL DA SUPRESSÃO								100.126,50

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 27 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA

Dirceu Lamperti

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

DECRETO Nº 4.823 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.823 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

"SUBSTITUI MEMBRO PARA COMPOR JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída para a função de Secretário Executivo, a Senhora SALETE FALLGATER, pela Senhora MAGALI VANIN na JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI, de que trata o Decreto nº 4.774 de 18 de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 15 de setembro de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

PORTARIA N.º 4668

PORTARIA Nº 4.668 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

"ANULA PORTARIA DE SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º ANULAR A PORTARIA N.º 4.467/2015 na qual concede a (o) Servidor (a) Sr.(a) CRISTINA VIEIRA, Professor Nível II Pós Graduação, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.431 de 19 de fevereiro de 2015, referente ao período de 04 de maio de 2010 a 03 de maio de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de julho de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, em função do memorando 270/2015 da Secretaria Municipal de Educação no qual consta que a mesma não usufruiu a referida licença.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 15 de setembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4669

PORTARIA Nº 4.669 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

"DESIGNA A COMISSÃO PARA ESTUDO DE ZONEAMENTO".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a Comissão de estudo do zoneamento do perímetro urbano, para futuras alterações e revisões.

Membros: Isidoro Jose Brancher Neto

Fabio Augusto Conte

Ivo Lamb

Andressa Simadon

Jaison Strapassola

Jessica Dias de Amaral Rinaldi

Ricardo Felipe Massignani

Vania Brandalize

Julio Cesar de Souza

Eulo Antonio Balvedi

Art. 2º - Os serviços prestados pela Comissão ora nomeada, serão executados à título gratuito, sem ônus para o Município, tendo em vista o relevante interesse público.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria n.º 574/2013 e 904/2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de setembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE DESISTÊNCIA

TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) DANIELA FOIATTO, Cargo de Psicóloga, classificado em 7º lugar (2ª chamada, conforme disposto no item 13.6 e 13.7 do edital), referente ao Concurso Público n.º 001/2011, fica registrado a desistência pelo referido candidato.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de setembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 223/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 223/2015 14.09.2015

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA”.

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar à pedido o Servidor Lindolvander José Machado do cargo de Auxiliar de Operações, Padrão-2, Nível-1, Referência E-1, Matrícula 137, lotado na Diretoria Técnica, tendo em vista sua nomeação para o cargo de Pedreiro Padrão-4, Nível-1, Referência A-1, lotado na Diretoria Técnica, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, de conformidade a Lei Complementar nº 193 de 06 de Setembro de 2010.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 15 de setembro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Joaçaba-SC, 14 de setembro de 2015.

PORTARIA JHL 224/2015

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 224/2015 DE 15.09.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR: Lindolvander José Machado, Pedreiro, Padrão-4, Nível-1, Referência A-1, para responder pela Função de Encarregado de Serviços de Infraestrutura, cumulativamente com as atribuições de seu cargo, com direito a percepção da Função Gratificada Adicional, Nível FGA-5 de acordo com Art.16, parágrafo 3º, da Lei Complementar 193 de 06/09/10, com a redação dada pela Lei Complementar 221/2012 de 03/04/2012.

Art. 2º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item VIII do ANEXO 6, da referida Lei Complementar 193/10, o servidor terá como atribuições:

- Construção, manutenção e conservação de unidades operacionais do SIMAE, compreendendo: reparos em alvenaria, reboco, piso, palanque, tela, arame liso e farpado, pintura, corte de grama, plantio ou poda de árvores e arbustos, limpeza em geral, etc;
- Construção de caixas/abrigos em alvenaria para proteção de válvula redutora de pressão – VRP e demais equipamentos instalados no sistema de distribuição de água;
- Montagem de ferragens e execução de pré-moldados (tampas para caixas de válvulas gavetas, estações pitométricas e outros modelos conforme necessidade);
- Construção de blocos de concreto para ancoragem de conexões/tubulações no sistema de distribuição de água;
- Reposição de calçada, decorrente de intervenções realizadas pelo

SIMAE para manutenção ou ampliação do sistema de distribuição de água;

- Emissão e preenchimento de ordens de serviços.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 15 de Setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 15 de Setembro de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PREGÃO 0037/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0049/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2015

PROTOCOLO JHL 2365/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0037/2015 – Licitação 0049/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Contratação de empresa especializada para reforma da Bomba Vertical da Captação de propriedade do SIMAE, Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 10h30m do dia 02/10/2015 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 02/10/2015 às 14h:00m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 16/09/2015 a 02/10/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 16 de Setembro de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

CC 11-2015 PML AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: CC 11-2015 PML
Objeto: Alienação de Terreno Urbano
Tipo: Maior Valor Presente
Abertura: 19/10/2015 às 13:30
Valor Mínimo: R\$ 12.000.000,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 16 de setembro de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 69/2014 SEMASA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 69/2014
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: CONSÓRCIO ÁGUAS DO PLANALTO, inscrito no CNPJ sob n.º 23.190.281/0001-98, com sede à Rua Natal Cecone, 145 – Bairro Mossunguê, 3º andar – Curitiba/PR, composto pelas empresas ITAJUÍ ENGENHARIA DE OBRAS LTDA e AGS ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE S.A DO BRASIL.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Secretário Municipal o Sr. Benjamin Schultz, doravante denominado CONTRATANTE e o CONSÓRCIO ÁGUAS DO PLANALTO, neste ato representada pelos Sr. Paulo Cesar Varassin, inscrito no CPF 286.585.909-68, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Termo Aditivo ao Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº22/2013, correlato a Concorrência nº 01/2013, aberto em 05/12/2014 e homologado em 29/12/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento a Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços Técnicos Especializados em "Operação da Gestão Comercial, Operação das Estações de Tratamento de Água, Esgoto, Controle Laboratorial, Operação Controle e Manutenção Hidráulico-Sanitária dos Sistemas de Água e Esgoto, Manutenção Eletromecânica do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto e Crescimento Vegetativo do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto", da Cidade de Lages/SC e do Distrito de Santa Terezinha do Salto.

A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente os termos do Edital correlato e seus Anexos, a proposta técnica da Licitante, bem como a regulamentações municipais, estaduais e federais e ainda as normas técnicas da ABNT, aplicáveis independente de transcrição.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.
E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento

em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Termo aditivo lavrado Conforme parecer Jurídico (PROGEM) nº 1266/2015.

Lages, 16 de setembro de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário

Paulo Cesar Varassin

SEMASA CONSÓRCIO ÁGUAS DO PLANALTO

Mauricio Batalha Machado

Procurador Geral do Município Interino

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO 283/2012 PML

TERMO DE RESCISÃO AO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 283/2012

O MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-92, representado neste ato pelo seu Prefeito em Exercício o Sr. Antônio Arcanjo Duarte, TORNA PÚBLICO este Termo Bilateral de Rescisão Contratual, com a empresa SULCATARINENSE M.A.C.B.C. LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 76.614.254/0001-61, conforme regras vigentes no país, e para que assim surtam seus devidos efeitos Legais, lavra este termo e 3 (três) vias de igual teor e forma.

Lages, 11 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

RERRATIFICAÇÃO Nº 05 PP 35-2015 SMS

RERRATIFICAÇÃO Nº 05

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015 SMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO DA SMS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES PRESCRITAS NO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de Impugnação ao edital e a Solicitação da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que foram necessárias algumas alterações no Edital em comento.

As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 21/09/2015, para às 13:30 do dia 05/10/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 15 de setembro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DO EDITAL TOMADA DE PREÇO 004/2015 - REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MOREIRA NETO (PRAÇA DO VILLA)

Município de Laguna

Estado de Santa Catarina

ERRATA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 004/2015

Exmo. Sr. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso de suas atribuições, RETIFICA o item 23.32, passando esse a ser o item 22.32 e altera a data da visita técnica (item 22.32) referente a Contratação de empresa para revitalização da praça Moreira neto (praça do Villa), na av. Maurílio Kfourir, bairro do Mar Grosso no Município de Laguna/SC, conforme especificado no edital, ficando entre os dias 25/09/2015 a 28/09/2015, à partir de 13:30 horas.

Laguna, 16 de setembro de 2015.

LUIZ PAULO REZENDE

Secretário Municipal de administração e serviços públicos

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 079/2015

DECRETO Nº 79/2015, 16 de Setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO APURADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso III do art. 11, da Lei Municipal nº 1506/2014 de 18 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	80	15	451	19	1.12	4490	0.3.64	23.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 conforme iduso e fonte recurso conforme tabela abaixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	64	23.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Setembro de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 16 de Setembro de 2015, nesta Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 517/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0517/2015 de 09 de Setembro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO de 18 dias a servidora, MAYARA DE FATIMA CARLIN, ocupante do cargo de SERVENTE, relativo ao período aquisitivo de 03/02/2014 a 02/02/2015 e período de gozo de 09/09/2015 a 26/09/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 09 de Setembro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 518/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0518/2014 de 11 de Setembro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A PEDIDO O FUNCIONÁRIO, ANDERSON AMAURI PEREIRA, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 11/09/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 11 de Setembro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

RETIFICAÇÃO 2015

RETIFICAÇÃO

Dispensa por Justificativa Nº DL12/2015 PROCESSO36/2015

OBJETO: Retificação do valor Total Homologado: Onde lia-se Valor total (R\$) 126.969,30(cento e vinte e seis mil novecentos e sessenta e nove reais com trinta centavos). Lê-se Valor total (R\$) 131.969,30(cento e trinta e um mil novecentos e sessenta e nove reais com trinta centavos).

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 61/2015 licitação: DL12/2015.

Objeto: Retificação do valor Total do Contrato: Onde lia-se Valor total (R\$) 126.969,30(cento e vinte e seis mil novecentos e sessenta e nove reais com trinta centavos). Lê-se Valor total (R\$) 131.969,30(cento e trinta e um mil novecentos e sessenta e nove reais com trinta centavos).

Lebon Régis, 16/09/2015.

José Vanderlei de Campos- Presidente CPL

Leoberto Leal

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais e equipamentos médico-hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 017/2015. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 30 de setembro de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 32681212. Em 15/09/2015. ROBERTA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015

Tipo: "Menor Preço por Lote", visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material elétrico com entrega parcelada e prestação de serviços de mão de obra para a manutenção da Iluminação Pública no Município de Leoberto Leal, de acordo com as especificações no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 040/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 29 de setembro de 2015. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 16/09/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2015 - ALTERAÇÃO N.º 002

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL – SC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2015

ALTERAÇÃO N.º 002

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal/SC, Tatiane Dutra Alves da Cunha, no uso de suas atribuições legais, torna público que em função de problemas de ortografia,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR no Anexo 5 – cronograma de execução

Onde lê-se:

17/09/2015 – Publicação da homologação das inscrições

Leia-se:

24/09/2015 – Publicação da homologação das inscrições

Art. 2º DETERMINAR que se procedam as respectivas alterações no corpo do Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2015.

Art. 3º Os demais termos do Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2015, permanecem inalterados.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal (SC), 16 de setembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.720/2015, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO N.º 2.720/2015, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.252/2014 de 03 de Dezembro de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade 2.040 – Promoção Social Básica - CRAS
4.4.90.00.00.00.00.00.0649 – Aplicações Diretas
..... ..R\$ 1.650,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade 2.040 – Promoção Social Básica - CRAS
3.3.90.00.00.00.00.00.0649 – Aplicações Diretas
..... ..R\$ 1.650,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 14 de Setembro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO N.º 2.721/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO N.º 2.721/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.291/2015 de 16 de Setembro de 2015:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.033 – Abastecimento - FUNDERURAL
4.4.50.00.00.00.00.00.0300 – Transf. A Instituições Privadas s/Fins Lucrativos ..R\$ 12.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do Superavit financeiro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 16 de Setembro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO N.º 2.722/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO N.º 2.722/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.292/2015 de 16 de Setembro de 2015:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.025 – Programa Saúde da Família - ESF
3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas
..... ..R\$ 5.800,00

Projeto/Atividade 2.026 – Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
3.1.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas
..... ..R\$ 16.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações

constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública
3.3.20.00.00.00.00.00.0214 – Transferências a União
..... ..R\$ 10.000,00
3.3.40.00.00.00.00.00.0214 – Transferências a Municípios
..... ..R\$ 2.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0214 – Transferências a Instituições Privadas sem FinsR\$ 4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas
..... ..R\$ 5.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 16 de Setembro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO N.º 2.723/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO N.º 2.723/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.293/2015 de 16 de Setembro de 2015:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.033 – Abastecimento - FUNDERURAL
3.3.50.00.00.00.00.00.0104 – Transf. A Instituições Privadas s/Fins Lucrativos ..R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 1.010 – Saneamento Básico Rural - FUNDERURAL
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... ..R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade 2.031 – Promoção da Produção Vegetal - FUNDERURAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... ..R\$ 6.000,00

4.5.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... ..R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 16 de Setembro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

EXTRATO PREGÃO 40/2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

Pedro Ari Parizotto – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de equipamentos de eletrodomésticos, cadeiras, equipamentos de informática, relógio ponto, microfones, equipamentos de climatização, aparelhos telefônicos e celulares, roçadeiras no dia 30 de setembro de 2015, às 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 15 de setembro de 2015.

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal.

LEI ORDINÁRIA N. 1.290/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

LEI ORDINÁRIA N. 1.290/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015
AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO, PARA ENTIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios para Associação de Agricultores de Linha Sertãozinho, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para a instalação de sinal de internet nas comunidades de abrangência da associação.

Parágrafo único. Caberá à beneficiária dos recursos a operacionalização e gerenciamento dos serviços e manutenção dos sistema instalado.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças
Registrado e publicado,
Em, 16 de Setembro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.291/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.291/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.033 – Abastecimento - FUNDERURAL
4.4.50.00.00.00.00.00.0300 – Transf. A Instituições Privadas s/Fins Lucrativos ..R\$ 12.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do Superavit financeiro de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças
Registrado e publicado,
Em, 16 de Setembro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.292/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.292/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.025 – Programa Saúde da Família - ESF
3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas
..... ..R\$ 5.800,00

Projeto/Atividade 2.026 – Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
3.1.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas
..... ..R\$ 16.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública
3.3.20.00.00.00.00.00.0214 – Transferências a União
..... ..R\$ 10.000,00
3.3.40.00.00.00.00.00.0214 – Transferências a Municípios
..... ..R\$ 2.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0214 – Transferências a Instituições Privadas sem FinsR\$ 4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas
..... ..R\$ 5.800,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças
Registrado e publicado,
Em, 16 de Setembro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.293/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.293/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.033 – Abastecimento - FUNDERURAL
3.3.50.00.00.00.00.0104 – Transf. A Instituições Privadas s/Fins Lucrativos ..R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 1.010 – Saneamento Básico Rural - FUNDERURAL
3.3.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... ..R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade 2.031 – Promoção da Produção Vegetal - FUNDERURAL
3.3.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... ..R\$ 6.000,00
4.5.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... ..R\$ 4.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças
Registrado e publicado,
Em, 16 de Setembro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.294/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

LEI ORDINÁRIA Nº 1.294/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015
AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO, PARA ENTIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros,

mediante celebração de convênios para Associação de Agricultores de Linha Salto Grande, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção das atividades da entidade.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças
Registrado e publicado,
Em, 16 de Setembro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

RESOLUÇÃO CMDCA 05/2015 CONDUTAS VEDADAS
RESOLUÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ESCOLHA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – CONDUTAS VEDADAS AOS CANDIDATOS

Resolução CMDCA nº 05/2015

Dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar durante o processo de escolha unificado no Município de Lindóia do Sul.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e pela Lei Municipal nº 35/1999, e,

CONSIDERANDO que o art. 133, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê ser um dos requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, a idoneidade moral;

CONSIDERANDO que idoneidade moral é conceito jurídico indeterminado, compreendido genericamente como atributo ou qualidade de determinada pessoa de ter suas ações pautadas pelos preceitos éticos e morais vigentes em dado local e época, sendo, assim, bem conceituada onde reside e recomendada à consideração pública;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente não descreve o que caracteriza a idoneidade moral, inclusive no período do pleito eleitoral, gerando interpretações subjetivas que causam insegurança jurídica ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar;

CONSIDERANDO que as condutas vedadas, elencadas nesta Resolução, tornarão objetiva a aferição do requisito da idoneidade moral, quanto ao processo da eleição unificada;

CONSIDERANDO que o candidato ao cargo de membro do Conselho Tutelar que não comprovar qualquer um dos requisitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou na Lei Municipal, terá sua candidatura impugnada;

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 1º, “c”, da Resolução Conanda nº 170/14, dispõe que ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e

do Adolescente cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos a membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução Conanda nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

CONSIDERANDO que o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14, prevê a realização de reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local, a ser realizada pela Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha.

RESOLVE:

Capítulo I

DAS CONDUTAS VEDADAS

Art. 1º Considera-se violação da idoneidade moral, para os fins do art. 133, inciso I c/c art. 135, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), pelos candidatos devidamente habilitados ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar, durante o dia da votação, as seguintes condutas:

I – a promoção do transporte de eleitores;

II – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente), desde o registro da candidatura até o dia da eleição;

III – perturbar o sossego público, inclusive com o uso alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreatas;

IV – realizar propaganda de qualquer natureza, inclusive a propaganda de boca de urna;

V – caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

VI – prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;

VII – até o término do horário da votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas utilizando vestuários padronizados, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos;

VIII – padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário de seus respectivos fiscais, quando permitido a presença destes por meio de Lei Municipal ou Resolução do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 2º A incidência em alguma das condutas apontadas no art. 1º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Capítulo II

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DA CONDUTA INIDÔNEA

Art. 3º Qualquer cidadão poderá denunciar à Comissão Eleitoral, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao Ministério Público a prática das condutas constantes no art. 1º desta Resolução.

Art. 4º Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem.

Art. 5º No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral ou pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

Art. 6º A Comissão Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa, poderá:

I – arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;

II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, §3º, inciso II, da Resolução Conanda nº 170/14).

Art. 7º Encerrada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, §4º, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 8º No prazo máximo de 02 (dois) dias do término do prazo para apreciação do recurso eventualmente interposto, a Comissão Eleitoral, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando, em igual prazo, cópia ao Ministério Público. (art. 11, § 5º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 9º O representante do Ministério Público deverá ser cientificado de todas as decisões, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

Capítulo III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive e se possível, pela internet.

§1º A Comissão Eleitoral realizará reunião, no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação desta Resolução, destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, conforme preconiza o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 17 de Setembro de 2015.

Nelsira Loss Fiorentin

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL

DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA - PL 082/2015 - DL 015/2015 - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 082/2015
Dispensa nº 015/2015

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Contratação com a FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL - CETEPI, mantenedora do PÓLO DE INOVAÇÃO VALE DO RIO DO PEIXE – INOVALE, inscrita no CNPJ sob o nº 03.124.650/0001-37, com endereço na Rua São Roque nº 41, na cidade de Luzerna - SC, que tem por objeto a adesão do município ao Projeto Polo de Inovação Vale do Rio do Peixe (INOVALE), com o propósito de disseminar a cultura empreendedora, da liderança e da inovação nas pessoas e organizações, fomentando o desenvolvimento do município e da região do Meio Oeste de Santa pela via da inovação.

Valor homologado: R\$ 45.000,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas em especial o disposto no art. 24, inciso XIII.

Luzerna (SC), 17 de setembro de 2015.

Moises Diersmann
Prefeito de Luzerna

PL 080/2015 - PP 052/2015 - SINALIZAÇÃO VIÁRIA - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 080/2015 - PML
Pregão Presencial nº 052/2015 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para fornecimento e implantação de materiais para sinalização viária (placas, semi pórtilhos, tachas e tachões), conforme quantitativos estimados no anexo I do presente edital, destinados as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Obras e Serviços do Município de Luzerna/SC.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 30 de setembro de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 30 de setembro de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2015

Luzerna (SC), 14 de setembro de 2015.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2015

“APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PARA ALTERAR O INCISO I, DO § 2º, E O § 3º DO ART. 155 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM A FINALIDADE DE FIXAR O PERCENTUAL DE RECURSOS A SEREM APLICADOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Mesa da Câmara Municipal do Município de Luzerna, SC, na forma do art. 159, VI, do Regimento Interno da Câmara e art. 17, §1º, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, apresenta ao plenário o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica aprovada a apresentação, à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, da Proposta de Emenda à Constituição do Estado constante do Anexo Único deste Decreto Legislativo, nos termos e para os fins do dispositivo no inciso III do art. 49 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A aprovação do presente Decreto Legislativo constitui a manifestação da Câmara Municipal de Luzerna, SC, pela apresentação da Proposta de Emenda à Constituição do Estado constante do Anexo Único deste Decreto Legislativo.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores do Município de Luzerna, SC.

Presidente Vice-Presidente

1º Secretário 2º Secretário

ANEXO ÚNICO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Altera o inciso I do § 2º e o § 3º do artigo 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para o fim de definir o percentual mínimo em ações e serviços públicos de saúde.

Art. 1º. O inciso I do § 2º e o § 3º do art. 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 155. (...)

§ 2º. (...)

I – no caso do Estado, aplicar-se-á, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos Municípios;

(...) § 3º Lei Complementar federal estabelecerá as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas estadual e municipal.” (NR)

Art. 2º. O percentual de que trata o inciso I do § 2º do art. 155 da Constituição Estadual obedecerá a seguinte regra de implementação:

I – no ano de 2016, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 12,5% (doze e meio por cento);
II – no ano de 2017, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 13% (treze por cento);
III – no ano de 2018, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 13,5% (treze e meio por cento);
VI – no ano de 2019, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 14% (quatorze por cento);
V – no ano de 2020, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 14,5% (quatorze e meio por cento); e
VI – a partir do ano de 2021, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 15% (quinze por cento).

Art. 3º. Esta Emenda à Constituição do Estado entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores do Município de Luzerna, SC.

Presidente Vice-Presidente

1º Secretário 2º Secretário

Macieira

PREFEITURA

decreto 1510

DECRETO Nº1510, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

“INSTITUI O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL DOS PROFISSIONAIS DO QUADRO DO MÁGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DE PROGRESSÃO FUNCIONAL”.

EMERSON ZANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 39 de 28/12/2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

Decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Avaliação Especial de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal para efeitos de estágio probatório e progressão funcional, o qual será regido pelas normas constantes deste Decreto.

Art. 2º - A avaliação especial de desempenho tem como objeto dar cumprimento aos parágrafos 1º inciso 3º e 4º do art. 41 da Constituição Federal e ao art 27 da Lei Complementar nº39 de 28 de dezembro de 2009.

Art. 3º - A avaliação especial de desempenho dos profissionais do magistério público municipal será realizada semestralmente (estágio probatório) e anualmente (Progressão funcional) por Comissão Especial de Avaliação de Desempenho, designada através de portaria, pelo Chefe do Poder Executivo, na seguinte conformidade:

I – Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho formado por 2(dois) membros permanentes,responsáveis por avaliar servidores de unidades escolares onde não houver comissão constituída, servidores em exercício no órgão central da Secretaria Municipal de Educação, bem como analisar todos os processos de avaliação das U.E's:

A) Membros permanentes:

- 1- Secretário Municipal de Educação ou seu representante (presidente);
- 2- Um representante da equipe técnica pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

II – Comissão de avaliação especial de desempenho nas unidades escolares compostas por 2 (dois) membros provisórios, responsáveis por avaliar servidores da Unidade Escolar:

- 1 – Diretor ou responsável pela unidade escolar (presidente);
- 2 – Um ocupante do cargo de professor em exercício na unidade escolar sendo este: Professor Efetivo (para avaliar os professores em estágio probatório) ou Professor em Estágio Probatório (para avaliar os professores efetivos) na ausência de Professor em Estágio Probatório será convocado profissional da educação em caráter temporário que esteja lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º Na inexistência de titular para compor a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho na unidade escolar, poderão integrar a Comissão profissionais do magistério em exercício no órgão central da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Quando tratar-se de profissional com exercício em unidade

escolar que não oferece condições de formação de comissão, a avaliação será realizada pela Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho.

§ 3º Quando o profissional de educação, ocupante de um único cargo atuar em mais de uma unidade escolar, a avaliação de desempenho deverá ser realizada nas unidades escolares em que estiver em efetivo exercício, cuja pontuação atribuída será objeto de ponderação das médias.

§ 4º Os responsáveis por avaliar os Profissionais do Magistério deverão pertencer a nível hierárquico não inferior ao avaliado.

§ 5º Como nível hierárquico entender o nível de escolaridade exigido para o provimento dos respectivos cargos.

§ 6º O superior imediato do servidor avaliado deverá, obrigatoriamente, pertencer às respectivas comissões de avaliação (na função de presidente).

§ 7º Para manter o número de membros na comissão especial, poderá o presidente nomear membros ad hoc respeitando os critérios exigidos nos parágrafos 5º e 6º deste artigo, quando os titulares estiverem impedidos por força de sua própria avaliação de desempenho.

§ 8º A comissão de avaliação será responsável pela veracidade das informações, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal.

§ 9º A comissão especial de avaliação de desempenho não terá caráter permanente, podendo seus membros serem alterados a qualquer momento conforme a necessidade.

§ 10º A Secretaria Municipal de Educação juntamente com as comissões especiais poderão instituir instrumentos adicionais que permitam avaliação contínua do desempenho dos profissionais.

Art. 4 São atribuições das comissões de avaliação, juntamente com a chefia do profissional avaliado:

- a) Acompanhar de forma contínua sua atuação, verificando o seu ajustamento ao cargo, orientando-os na melhoria de seu desempenho;
- b) Identificar a necessidade de capacidade;
- c) Registrar todas as ocorrências relativas á conduta funcional do servidor;
- d) Atuar de forma imparcial e objetiva, obedecendo aos princípios da legalidade, contraditória e ampla defesa, publicidade, impessoalidade, moralidade e eficiência;
- e) Promover no mínimo semestralmente o registro da atuação do servidor quanto:

1. A assiduidade
2. O cumprimento dos horários/ prazos;
3. As ocorrências de situação de iniciativa;
4. A participação em projetos da Secretaria Municipal de Educação e da escola;
5. A atuação? Desempenho no exercício do cargo.

Art. 5º A avaliação especial de desempenho obedecerá ao princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência,

contraditória e ampla defesa, e deverá observar os seguintes indicadores:

I - Indicadores Gerais, cuja avaliação será comum a todos os Profissionais do Quadro do Magistério Público Municipal (Pontuação máxima a ser atingida: 119 pontos – Tabela em anexo 01)

- 1) A Qualidade no trabalho objetiva medir o grau de perfeição dos resultados obtidos com o esforço do profissional aplicado ao trabalho, traduzindo, qualidade em exatidão, confiabilidade, clareza, ordem, organização e boa apresentação das tarefas executadas;
- 2) Pontualidade destina-se a verificar o cumprimento, pelo profissional, dos horários estabelecidos pela administração para a entrada e saída do local de trabalho e para a realização de reuniões, palestras, treinamentos e outros eventos;
- 3) Assiduidade tem por finalidade verificar a frequência do profissional ao local de trabalho. Serão consideradas as ausências ocorridas a qualquer título, excetuando-se apenas os dias em que estiver em férias, licença à gestante e/ou adotante, licença-paternidade, serviços obrigatórios por lei e licença por acidente de trabalho; A pontuação da Assiduidade (frequência anual do servidor ao trabalho) será de acordo com a tabela constante do Anexo I do presente decreto;
- 4) Responsabilidade procura medir o grau de cumprimento dos deveres e obrigações inerentes às tarefas desenvolvidas;
- 5) Relacionamento interpessoal destina-se a avaliar se o profissional procura manter um bom clima de trabalho entre seus colegas, com a administração, clientela e comunidade;
- 6) Zelo por equipamentos e materiais tem por finalidade analisar o cuidado que o profissional dispensa aos equipamentos e matérias postos sob sua responsabilidade;
- 7) Postura profissional destina-se a avaliar o nível de receptividade às críticas que visam proporcionar melhoria para a instituição;
- 8) Iniciativa e criatividade objetiva analisar a capacidade de pensar e agir diante de eventual ausência de normas e orientações superior ou em situações imprevistas de trabalho, bem como de se adaptar às mudanças nos objetivos e nas rotinas a que vem sendo submetida, sua capacidade para desenvolver novos padrões de pensamento, ter idéias originais, propor soluções alternativas aos problemas surgidos no trabalho;
- 9) Cooperação destina-se a analisar o interesse e a predisposição em colaborar com os colegas de trabalho, com a chefia e com os representantes dos demais órgãos da Administração Municipal na execução do trabalho diário, no desenvolvimento de projetos ou na formulação de políticas institucionais, conforme o caso;
- 10) Desenvolvimento profissional destina-se a avaliar o conhecimento e domínio da área de trabalho, o comprometimento com a sua formação e os avanços profissionais pela participação em cursos, seminários e outros;
- 11) Compromisso pessoal avalia a atuação ética, autonomia, atitude cooperativa, disponibilidade para aprender, investimento na própria formação, cumprimento de horários e dos compromissos assumidos;
- 12) Observância a hierarquia destina a avaliar se o profissional cumpre com a hierarquia funcional.

II – Indicadores Específicos: Desempenho no exercício do cargo destina-se a avaliar o fazer pedagógico, planejamento, o desempenho em sala de aula, os conteúdos curriculares, os processos de avaliação, as metodologias e a participação no Projeto Político Pedagógico da Escola.

- a) Indicadores Ensino Fundamental (Pontuação máxima: 350 pontos) (Tabela anexo 02)
- b) Indicadores Educação Infantil (Pontuação máxima: 350 pontos) Tabela (Anexo 03)
- c) Indicadores Apoio Técnico Pedagógico (Pontuação máxima: 350 pontos) (Tabela Anexo 04)
- d) Indicadores Atividades Complementares (Pontuação máxima:

60 pontos)
(Tabela anexo 05)

§ 1º O profissional do Magistério ainda terá uma pontuação de assiduidade que será somada na pontuação final conforme o número de faltas ao trabalho durante o interstício do Estágio Probatório e da Progressão Funcional. (Tabela anexo 06)

§ 2º Para fins de desempenho no Estágio probatório e na Progressão funcional o profissional do magistério deverá atingir no mínimo 70% (nota 7,0) da média de pontuação final atingida da soma de todos os níveis a que pertence. Caso o profissional não atinja a nota mínima de 7,0 o mesmo ficará obrigado a participar de cursos de capacitação específicos visando a melhoria de seu desempenho, e caso ainda não alcance desempenho satisfatório na próxima avaliação será aberto processo administrativo e serão tomadas as medidas cabíveis conforme o Estatuto do Servidor Municipal.

Art. 6º A avaliação Especial de Desempenho para fins de estágio probatório e progressão funcional será formalizada em três momentos quando deverão ser obrigatoriamente preenchidos pela chefia imediata e Comissão Especial de Avaliação de Desempenho, os seguintes instrumentos que integram este regulamento:

I – Avaliações Anuais – Todos os profissionais do Quadro do Magistério – Indicadores Gerais;

II – Avaliações Anuais – Indicadores Específicos – Docentes de Ensino Fundamental; Docentes Educação Infantil; Profissionais que atuam na direção e apoio técnico pedagógico;

§ 1º Os Conteúdos dos instrumentos das avaliações, poderão ser modificados a qualquer tempo pela Secretaria Municipal de Educação objetivando o aperfeiçoamento do processo de avaliação especial de desempenho.

§ 2º A cada avaliação semestral, anual ou final, o profissional tomará ciência dos resultados perante as comissões especiais, datando e assinando os respectivos instrumentos de avaliação.

§ 3º Havendo discordância com o resultado da avaliação, deverá o profissional no prazo de 7 (sete) dias apresentar recursos por escrito.

§ 4º O recurso será analisado pela Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho que imitirá parecer final.

§ 5º Na recusa do avaliado em assinar qualquer uma das notificações do processo de Avaliação Especial de Desempenho, a unidade escolar ou as comissões deverão registrar o fato com a assinatura de 2 testemunhas devidamente identificadas.

§ 8º As avaliações de cada profissional serão acumuladas pelo interstício do estágio probatório ou da progressão funcional, produzindo ao final deste um relatório final pela Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho.

Parágrafo Único: O relatório final de Avaliação Especial de Desempenho de cada servidor avaliado deverá ser encaminhado para o Secretário Municipal de Educação, obedecendo aos prazos previstos nos regulamentos de estágio probatório e progressão funcional para homologação.

Art. 7º Os instrumentos necessários para a operacionalização de todo o processo de avaliação especial de desempenho será produzido e reproduzido pela Secretaria Municipal da Educação.

Art. 8º Caberá a Secretaria Municipal da Educação, a condução do processo de avaliação especial de desempenho, orientando e acompanhando as comissões especiais de avaliação de desempenho.

Art. 9º É vedado qualquer tipo de remuneração para os integrantes das comissões especiais de avaliação de desempenho.

Art. 10º As situações não previstas neste Decreto serão analisadas pela Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho.

Art. 11º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e fica revogado o decreto anterior nº1332, de 19 de novembro de 2013.

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

decreto 1511

DECRETO Nº 1511, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

"ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 58, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais normas que regulam a matéria, e;

I - CONSIDERANDO agravamento da situação financeira do Município, provocada pela redução das transferências constitucionais;

II - CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de contenção das despesas públicas, como forma de assegurar o equilíbrio orçamentário e financeiro;

III – CONSIDERANDO, que todos os órgãos do Governo Estadual também adotaram horário especial de funcionamento.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido horário especial de trabalho na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, a ser cumprido em turno único, das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, no período compreendido entre 17 de setembro de 2015 a 16 de janeiro de 2016, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e as situações de emergência.

Parágrafo único. Ficam excluídos do horário especial estabelecido neste artigo, os serviços públicos essenciais.

Art. 2º. Fica neste período proibido os serviços de horas extras em todas as Secretarias da Prefeitura Municipal .

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 14 de setembro de 2015.
EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL.

decreto 1512

DECRETO Nº1512, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Suplementar alterando Lei nº. 764/14 de 25/11/2014 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2015.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 799 de 15/09/2015.
DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementarespecial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

03.00 Gabinete do Prefeito
03.01 Gabinete do Prefeito
20.20 Manutenção das Atividades do Gabinete
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

03.00 Gabinete do Prefeito
03.04 Secretaria Municipal de Adm. e Fazenda
20.21 Manutenção das Atividades Administrativas
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

03.05 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
20.37 Manutenção do Ensino Fundamental
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

20.26 Manutenção Programa Merenda Escolar
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

03.00 Gabinete do Prefeito
03.05 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
20.52 Manutenção Transporte Escolar
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de setembro de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

lei 799

LEI Nº799, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Suplementar alterando Lei nº. 764/14 de 25/11/2014 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2015.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementarespecial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

03.00 Gabinete do Prefeito
03.01 Gabinete do Prefeito
20.20 Manutenção das Atividades do Gabinete
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

03.00 Gabinete do Prefeito
03.04 Secretaria Municipal de Adm. e Fazenda
20.21 Manutenção das Atividades Administrativas
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

03.05 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
20.37 Manutenção do Ensino Fundamental
33.90 Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

20.26 Manutenção Programa Merenda Escolar
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

03.00 Gabinete do Prefeito
03.05 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
20.52 Manutenção Transporte Escolar
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de setembro de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

portaria 3396

PORTARIA N.º 3396, de 09 de setembro de 2015.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO CENTRAL DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO E ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS PROFISSIONAIS PERTENCENTES AO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Decreto nº 1510 de 02 de setembro de 2015:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros da Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho e Estágio Probatório dos profissionais pertencentes ao magistério público municipal, sendo que a equipe terá a seguinte composição:

MEMBROS PERMANENTES DA COMISSÃO CENTRAL:

-Ariane Spanholi Vigolo (Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes) PRESIDENTE GERAL
-Giovana Betinelli (Diretora de Apoio Pedagógico)

COMISSÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PEQUENOS BRILHANTES (MEMBROS PROVISÓRIOS):

- Mara Regina Szalyga (Presidente)
- Marlene Aparecida dos Santos Cesca (para avaliar os Professores em Estágio Probatório)
- Bárbara Abati (para avaliar os Professores Efetivos)

COMISSÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA CÂNDIDA BERTOTTO ZUCATTI(MEMBROS PROVISÓRIOS):

- Viviana Lamonatto (Presidente)
- Neiva Teresinha Boscari (para avaliar os Professores em Estágio Probatório)
- Franciele Manenti Colaço (para avaliar os Professores Efetivos)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira (SC), 09 de setembro de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

portaria 3397

PORTARIA N.º 3397/2015

"Exonera, o Servidor que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal Alcedir Paulo Zanellato, ocupante do Cargo efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a contar de 08/09/2015.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 09 de setembro de 2015.
Emerson Zanella
Prefeito Municipal

portaria 3398

PORTARIA N.º 3398/2015

" Admite, o Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre o plano de cargos e salários,

RESOLVE:

ADMITIR o Senhor, Andrei Jair Ribeiro Pinto, para ocupar o Cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com remuneração mensal prevista em Lei, com efeitos a partir de 09/09/2015.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 09 de setembro de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

portaria 3399

PORTARIA N.º 3399/2015

"Exonera, o Servidor que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal Mirian Aparecida Mondini Solovi, ocupante do Cargo efetivo de Enfermeira, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 12/09/2015.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 14 de setembro de 2015.
Emerson Zanella
Prefeito Municipal

portaria 3400

PORTARIA N.º 3400/2015

“Exonera, os Servidores que Especifica”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	EXONERADOS A CONTAR DE
Otilia Cordeiro Garbo	Gari	15/09/2015
Elaine Vicentin	Professora	19/09/2015
Adelir de Oliveira	Serviços Gerais II	13/09/2015

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 15 de setembro de 2015.

Emerson Zanella
Prefeito Municipal

portaria 3401

PORTARIA Nº 3401/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 39, de 28/12/2009, Lei Complementar nº55, de 08/10/2013, e Lei Complementar nº 002/95;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, Elizangela de Lins Leite, em virtude de classificação em Concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 0001/13, para tomar posse do cargo de Enfermeira, a contar de 14/09/2015,

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 15 de setembro de 2015.

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de expediente, impressos e carimbos, destinados a suprir as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 19/10/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 16 de setembro de 2015.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de limpeza, utensílios, gêneros alimentícios e gás de cozinha, destinados as Secretarias da Prefeitura Municipal de Mafra, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 15/10/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 16 de setembro de 2015.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2015 (NOVA DATA DE ABERTURA)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2015
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada em arbitragem para os campeonatos de futebol de campo, futebol sete, futsal, voleibol, basquete e handebol destinado a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 28/09/2015, hora e data da abertura da sessão. conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 16 de setembro de 2015.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 17/2015**

RESOLUÇÃO Nº 17/15, de 16 de setembro de 2015.

APROVA O RELATÓRIO COM AS CONCLUSÕES DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI (Projeto de Drenagem Pluvial no Bairro Jardim Novo Horizonte, obra aprovada e iniciada pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico-CONSAB).

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório com as Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução nº 05 de 25 de fevereiro de 2015, o Relatório é parte integrante desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 16 de setembro de 2015.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 70/2015

DECRETO Nº 70 DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA E SEUS RESPECTIVOS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art.73, da Lei Orgânica do Município e o disposto na lei nº 950 de 26 de setembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a empresa CALDIERARO E SILVA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA ME, localizada na Av. Capitão Pedro Fernandes, 1852 – Casa – Sala 02 – Coloninha, inscrita no CNPJ nº 13.003.752/0001-58, representada pelo Diretor Comercial Sr. Luciano Oliveira da Silva, portador do CPF nº 561.101.460-72, como Junta Médica Oficial – JMO do Município de Maracajá.

Art. 2º Ficam nomeados, conforme determina o art. 3º da lei nº 950 de 26/09/2013, os médicos abaixo relacionados, vinculados a empresa nomeada como Junta Médica Oficial, conforme o artigo 1º deste decreto, para comporem a Junta Médica Oficial do Município de Maracajá:

I – Stefâncio Napoli de Oliveira (CRM 9.551)
Médico Perito Chefe da Junta Médica Oficial

II – José Hudson Lamego da Silva (CRM 20.904)
Médico Perito da Junta Médica Oficial

III – Fernanda Knob Caldieraro (CRM 16.517)
Médica Perita da Junta Médica Oficial

Art. 3º A Junta Médica Oficial do Município de Maracajá atenderá no endereço Av. Capitão Pedro Fernandes, 1852 – Casa – Sala 02, bairro Coloninha, cidade de Araranguá, de segunda-feira à sexta-feira, das 13h às 17h, durante o período definido no contrato existente entre o município e a empresa nomeada no art. 1º deste decreto.

Art. 4º Sempre que houver a necessidade de utilizar a Junta Médica Oficial do Município, o setor de recursos humanos da prefeitura, realizará o agendamento para que o servidor compareça a JMO nos dias, horários e local citados no art. 3º deste decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 28 de Agosto de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 28 de Agosto de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO LEGISLATIVO 16/2015

DECRETO LEGISLATIVO 16/2015

APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ – EXERCÍCIO DE 2013

O Presidente da Câmara Municipal de Maracajá, nos termos estabelecidos pelo Art. 200, Resolução Nº 01/2013 de 26.12.2013, promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º - De conformidade com relatório emitido pela Diretoria Geral de Controle dos Municípios (Processo Nº PCP – 14/00282699), Parecer Prévio Nº 0104/2014 emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e consubstanciado nos Balancetes Mensais e Balanço Geral que o instruem, ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Maracajá – Exercício de 2013.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maracajá, 08 de Setembro de 2015.

Ver. Valdecir Idalino Stefeneti
Presidente

Publicado o presente Decreto Legislativo na Secretaria Geral da Câmara na data supra.

Ver. Roldinei Dassoler da Silva
1º Secretário

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 4.020/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 4.020/2015 – Modalidade de Pregão Presencial n. 034/2015

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a aquisição de parque infantil (Playground), tipo menor preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 09h do dia 30 de setembro de 2015, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 16 de setembro de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 4.021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 4.021/2015 – Modalidade de Pregão Presencial n. 035/2015

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a aquisição de parque infantil (Playground), tipo menor preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 14h do dia 30 de setembro de 2015, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 16 de setembro de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 17.2015 - 2º TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 27/2015

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2015 - MULTIENTIDADE

Aos quatro dias do mês de Setembro de 2015, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 27/2015- Pregão Presencial Nº. 20/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para a contratação de empresa para a confecção e fornecimento de Uniformes para os Servidores Públicos da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais do município de Massaranduba/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – SUPRESSÃO

2.1 Fica suprimido ao objeto do presente contrato, a importância de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), referente ao desconto de R\$ 1,00 (um real) por peça, em razão da retirada do bordado do Blazer, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – QUANTITATIVO

3.1. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações, quantitativos aditados.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde Licitada	Qtde Aditivo	R\$ Unit.	R\$ Total
01.02	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	BLASER FEMININO: MODELO TRADICIONAL, TRÊS BOTÕES,- DOIS BOLSOS, BORDADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO NA ALTURA DO PEITO, LADO ESQUERDO, FORRADO COM MICROFIBRA 100% POLIÉSTER. EM ESPANDEX 95% POLIÉSTER E 5% ELASTANO, NA COR PRETA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	BROCCATO	10	2	R\$ 143,00	R\$ 286,00
01.04	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	CAMISETE FEMININO, MODELO MANGA CURTA COM BABADO FRONTAL PEQUENO, GOLA PADRE, BOTOES E BORDADO COM O BRASAO DO MUNICIPIO NA LATURA DO PEITO, LADO ESQUERDO. EM POPLIN BRANCO 66% POLIESTER, 30% ALGODAO E 4% ELASTANO, NA COR BRANCA, SOB MEDIDA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	BROCCATO	10	2	R\$ 105,60	R\$ 211,20
01.06	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	CALÇA FEMININA, MODELO SOCIAL TRADICIONAL, EM ESPANDEX 95% POLIESTER E 5% ELASTANO, COR PRETA, SOB MEDIDA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	BROCCATO	10	2	R\$ 102,00	R\$ 204,00

01.08	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	JAQUETA MASCULINA, MODELO JAQUETAO INGLES, FORRADO COM MICROFIBRA PRETA, UM BOLSO INTERNO E DOIS BOLSOS EXTERNOS. FE- CHAMENTO EM ZIPER, LAPELA E BORDADO NA ALTURA DO PEITO, LADO ESQUERDO, COM O BRASAODO MUNICIPIO. EM ESPANDEX 95% POLIESTER E 5% ELASTANO, NA COR PRE- TA, SOB MEDIDA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	BROCCATO	10	2	R\$ 162,00	324,00
01.10	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	CAMISA MASCULINA, MODELO SOCIAL, MANGA CURTA COM BOLSO BORDADO COM O BRASAO DO MUNICIPIO. EM POPLIN66% POLIESTER, 30% ALGODAO E 4% ELASTANO, NA COR BRANCA, SOB MEDIDA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	BROCCATO	10	2	R\$ 99,60	R\$ 199,20
01.12	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	CALCA MASCULINA MODELO SOCIAL, EM ESPANDEX 95% POLIESTER E 5% ELASTANO, NA COR PRETA, SOB MEDIDA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	BROCCATO	10	2	R\$ 94,80	R\$ 189,60
Total Geral dos Itens: R\$ 1.414,00								

1.1. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 1.414,00 (HUM MIL, QUATROCENTOS E QUATORZE REAIS).

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 27/2015 - Pregão Presencial Nº. 20/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

4.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

4.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que deu origem a este aditivo

Massaranduba – SC	04	de	Setembro	de	2015
MARIO FERNANDO REINKE Prefeito	SUZANE E. F. REINKE Sec./Gestora Fundo Mun. Saúde	ANNA K. R. FRANZ Sec./Gestora Fundo Ass. Social			

BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP
Contratante

ATA Nº 27.2015 - TAPA-BURACOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2015

Processo Licitatório Nº 51/2015

Pregão Presencial Nº 40/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Ao oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório nº 51/2015 - Pregão Presencial nº 40/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para fornecimento e execução de pavimentação com CBUQ tipo: "tapa buracos", considerando: pintura de ligação tipo RR-2C, camada de CBUQ faixa com espessura 5cm e compactação manual com placa vibratória, em diversos trechos do Município, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no edital do Pregão Presencial nº 40/2015 que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA, neste ato representado por JOMALEY MOBA LINS	03.620.927/0001-12
RADIAL ENGENHARIA, CONSTRUÇOES E DRAGAGENS LTDA, neste ato representado por LAERCIO DOMINGOS TABALIPA	85.150.985/0001-94
MULTISERV CONSTRUTORA LTDA - ME, neste ato representado por Representante não Cadastrado	15.591.952/0001-02
PAVISERV INFRA-ESTRUTURA URBANA LTDA, neste ato representado por DOUGLAS FELICIO	20.778.009/0001-35

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação: fornecimento e execução de pavimentação com CBUQ tipo: "tapa buracos", considerando: pintura de ligação tipo RR-2C, camada de CBUQ faixa com espessura 5cm e compactação manual com placa vibratória, em diversos trechos do Município, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM CBUQ (TIPO TAPA BURACOS), CONSIDERANDO: PINTURA DE LIGAÇÃO TIPO RR-2C, CAMADA DE CBUQ FAIXA C ESPESSURA 5CM E COMPACTAÇÃO MANUAL COM PLACA VIBRATÓRIA.	M2	PAVIPLAN	1.000	R\$ 61,00	R\$ 61.000,00
Total do fornecedor: R\$ 61.000,00							
Total geral dos itens: R\$ 61.000,00							

1.2. Consumo médio: o valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 61.000,00 (SESSENTA E UM MIL REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da mesma.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias desta Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula I, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório nº 51/2015 - Pregão Presencial nº 40/2015.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes no edital de Processo Licitatório nº 51/2015 - Pregão Presencial nº 40/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: Nota Fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; Nota Fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

04.00 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERV. URBANOS

04.01 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

33903921 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

2025 – CONSERVAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

10000 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. O objeto da licitação deverá ser entregue/iniciado parceladamente nos locais a serem definidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos após o recebimento da Ordem de Compra ou convocação por escrito emitida pela secretaria responsável, onde constará o cronograma e prazo para execução dos serviços.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2051/2010 a critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator.

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata.

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores.

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções.

6.5.1. Advertência.

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1º (primeiro) colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da Lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no Art. 24, inciso VII da Lei 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito.

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços.

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços.

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em Lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Planejamento, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2 Notificar a contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.1.3 O município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital de Pregão Presencial Nº 40/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 08 de setembro de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Contratante

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Jomalely Moba Lins

Contratada

CO 31.2015 - MINUTA DO CONTRATO MÉDICO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 31 / 2015

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 41/2014- FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: MURILO RASSEN NUNES

OBJETO: Contratação de serviço médico para atendimento de urgência no Pronto Atendimento do Hospital Municipal.

VIGENCIA: 08.09.2015 a 31.12.2015

Massaranduba, 08 de Setembro de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE - Prefeito

SUZANE E. F. REINKE - Gestora

DECRETO Nº. 3156 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3156 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil - Creches

0501 - 44900000 – Aplicações Diretas

0501 – 38700 – Alienação de Bens destinados à Educação Básica R\$ 7.300,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 10 de Setembro de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3157 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3157 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento à População

0602 - 33900000 – Aplicações Diretas

0602 – 10200 – Receita de Impostos - Saúde R\$ 70.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento à População

0602 - 44900000 – Aplicações Diretas

0602 – 10200 – Receita de Impostos - Saúde R\$ 70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 10 de Setembro de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3159 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3159 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.302.0191.2103 – Manutenção da Unidade Hospitalar

0602 - 33900000 – Aplicações Diretas

0602 – 36301 – Transferência Convênio/Estado- Saúde R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 14 de Setembro de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LICITAÇÃO 58.2015 PP 43.2015 - RETÍFICA: MOTONIVELADORA HUBER WARCO/1988 - MND 05

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2015

A Prefeitura de Massaranduba torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, a Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA DA RETÍFICA DO CABEÇOTE E RETÍFICA DA BOMBA INJETORA DA MOTONIVELADORA HUBER WARCO/1988 – MND 05.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 29/09/2015.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08h30min do dia 29/09/2015. INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 14 de setembro de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

PARECER JURÍDICO - RF SUL CAMINHOES PARECER JURÍDICO

Processo administrativo 098/2015

Requerente: R.F. – Sul Comércio de Caminhões Ltda

Objeto: Requerimento de reajustamento de contrato

I - SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de requerimento formulado pela empresa R.F. Sul Comércio de Caminhões Ltda, a qual requereu o adimplemento do contrato nº 070/2014, por meio do processo licitatório nº 023/2014, mediante convênio e recurso advindos do Ministério da Agricultura, através da Caixa Econômica Federal, contrato nº 1009309-06.

O valor do contrato pretérito, atingiu a monta de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais) em 18/06/2014, valor exato do referido contrato.

Entretanto, em decorrência do atraso do repasse a ser efetuado pelo Governo Federal – e isso é de conhecimento a nível nacional -, o Município de Meleiro, como outros entes da Federação, deixou de efetuar o pagamento na data estabelecida, motivada, repita-se: pelo atraso do repasse a ser efetuado pelo Governo Federal. Em outras palavras, não foi honrado o convênio no prazo estipulado, "vitimizando" o Município de Meleiro, SC.

Desse modo, a empresa requerente solicitou o reajuste do contrato, com aplicação dos índices da Base de Cálculo de Multa e Juros do ICMS, acarretando na majoração apurada de R\$ 361.542,50 (trezentos e sessenta e um mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), ou seja, uma diferença a título de reposição de R\$ 86.542,50 (oitenta e seis mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Assim requereu o acolhimento do presente cálculo com o consequente adimplemento da obrigação pactuada.

II - DO MÉRITO

Embora tenha o Município de Meleiro deixado de cumprir a priori o contrato entabulado, motivado pelo atraso no repasse dos recursos do Governo Federal, penso que a Requerente não merece razão ao pleito de reajuste na forma em que a fazenda estadual cobra seus ativos fiscais.

Isso porque, a Administração Pública, nos termos da Lei 11.960/09, a partir da referida vigência os encargos moratórios, devem ser fixados pelos índices oficiais da caderneta de poupança, para abranger tanto os juros de mora quanto a correção monetária (apelação cível 2012.053532-8, Rel. Des. Francisco Oliveira Neto, Forquilha, Segunda Câmara de Direito Público. J. em 24/03/2015).

Destaco ainda que no contrato pactuado, não há menção de juros moratórios e encargos, sendo prudente à aplicação dos índices nos termos da Lei acima mencionado.

Por esse motivo, opino pelo indeferimento do requerimento, no tocante a correção do referido contrato, tendo como base o índice do ICMS, aplicando-se desde já, os efeitos da Lei 11.960/09, ou seja, os índices da caderneta de poupança.

Remeta-se os autos para confecção dos cálculos.

Publique-se, dando ciência por AR/MP a empresa requerente, para querendo apresentar recurso ao órgão superior.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Meleiro, 11 de setembro de 2015.

Thiago Manfredini Zanette

OAB/SC 28.751

PORTARIA Nº 338/2015

PORTARIA n.º 338/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor JERSON DA SILVA MOTA, ocupante do cargo de Professor, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/09/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de Setembro de 2015.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 339/2015

PORTARIA n.º 339/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita LAURA STRADIOTO, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 10 (dez) horas semanais, em substituição ao servidor Jerson da Silva Mota, em virtude de Licença Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de Setembro de 2015.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N° 340/2015

PORTARIA nº 340/2015

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS POR TEMPO DETERMINADO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 122/2015, do Senhor HÉLIO CARBONI, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/09/2015.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de Setembro de 2015.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0234/2015

DECRETO Nº 0234/2015 DE 15.09.2015.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E DE APLICAÇÃO DO CMI – CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo – SC, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

Considerando de forma especial a ata nº 009/2015 do CMI – Conselho Municipal do Idoso do município de Modelo/SC que aprova o Plano de Ação e Aplicação,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado, de conformidade com a apreciação realizada pelo CMI – Conselho Municipal do Idoso, o Plano de Ação e Aplicação do Conselho Municipal do Idoso do Município de Modelo/SC, conforme Plano e ata, anexos integrantes deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 15 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

ANEXO I

Estado de Santa Catarina
Município de Modelo
Conselho Municipal do Idoso- CMI
Rua Tiradentes, s/n - Modelo-SC
Contato: (49) 3365-3664

PLANO DE AÇÃO E DE APLICAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO- CMI

Modelo-SC, 24 agosto de 2015.

1- APRESENTAÇÃO

O Conselho Municipal do Idoso é um órgão paritário, composto por membros da Sociedade Civil e do Poder Executivo Municipal, responsável pela elaboração das diretrizes da política de atendimento aos direitos da pessoa idosa, bem como pelo acompanhamento, controle social e avaliação dos programas e ações desenvolvidas, com caráter normativo, deliberativo, controlador e fiscalizador das políticas de promoção, garantia e defesa dos direitos da pessoa idosa. Constitui um importante instrumento de controle democrático das ações governamentais e privadas desenvolvidas para um efetivo atendimento ao idoso, garantindo o direito de participação do cidadão na definição das políticas de atenção ao idoso.

O Conselho Municipal do Idoso do município de Modelo-SC, foi criado pela Lei Municipal Nº2.165/2014, sendo formado paritariamente por instituições governamentais e não governamentais, sendo:

a) Representantes da esfera governamental:

- I – Um representante do Departamento de Assistência Social;
- II – Um representante do Departamento de Saúde;
- III – Um representante da Secretaria de Educação;
- IV – Um representante do Departamento de Esporte e Cultura;
- V- Um representante da Secretaria de Administração/Finanças.

b) Representantes da esfera não governamental:

- I- Um representante dos trabalhadores na área do idoso (saúde, assistência social, educação, turismo, etc.);
 - II- Um representante de serviços e organizações de assistência social (igrejas, grupos e centros de convivência de idosos, asilo, casa lar);
 - III- Três representantes de organizações de grupos ou movimento do idoso, em regular funcionamento há mais de um (01) ano.
- Conforme disposto no art. 02º da Lei Municipal Nº2165/2014, compete ao Conselho Municipal do Idoso:

I - Formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal do Idoso no Município, observando as proposições e eventuais alterações

da Política Nacional e Estadual específicas;

II - Avaliar e elaborar propostas que possibilitem aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal do Idoso nos tópicos da Lei Orgânica do Município, por meio de emendas que a atualizem;

III - Indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV - Zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o desrespeito a qualquer uma delas, e propondo medidas para a observância de seus direitos;

V - Fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei Nº. 10.741/03;

VI - Inscrever os programas das entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso;

VII - Denunciar a autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;

VIII- Divulgar os direitos das pessoas idosas, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

IX- Convocar e promover as conferência de direitos da pessoa idosa em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);

X - Apreçar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela previsão de investimentos voltados à política de atendimento do idoso;

XI - Indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XII - Acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das entidades públicas com entidades privadas filantrópicas, onde forem aplicados recursos públicos governamentais do Município nas questões afetas aos direitos dos idosos;

XIII - Elaborar o seu regimento interno;

XIV - Assessorar e apoiar instituições públicas ou privadas que promovem eventos educativos, informativos e de lazer voltados para o público idoso, na conformidade desta lei;

XV - Colaborar para a melhor integração dos órgãos e instituições públicas ou privadas no âmbito local, em todas as ações voltadas para a terceira idade;

XVI - Assessorar o governo municipal ou entidades patrocinadoras, quando solicitado, na obtenção e destinação de recursos técnicos e/ou financeiros, para programas relacionados à conscientização sobre o envelhecimento e qualidade devida do indivíduo idoso;

XVII - Realizar outras ações que considerar necessário á visando à proteção do Direito da Pessoa Idosa.

A Lei Municipal Nº2165/2014 que cria o Conselho Municipal do Idoso também cria Fundo Municipal do Idoso de Modelo-SC em seu artigo nº9, como unidade orçamentária, no Orçamento Geral do Município, sendo um instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Modelo-SC. O Fundo Municipal está vinculado ao Departamento Municipal de Assistência Social, tendo a destinação de seus recursos liberada por meio de projetos, programas e atividades aprovados pelo CMI.

Ainda conforme Lei Municipal Nº2165/2014, art.20, constituirão receitas do Fundo Municipal do Idoso:

I – recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à Política Nacional do Idoso;

II – transferências do Município;

III – as resultantes de doações do setor privado, pessoas físicas ou jurídicas;

IV – rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V – as advindas de acordos e convênios;

VI – as provenientes das multas aplicadas com base na Lei Nº10.741/03;

VII – outros.

Cabe destacar que o Fundo Municipal do Idoso-FMI no município de Modelo, foi criado através da mesma Lei que cria o Conselho Municipal do Idoso-CMI - Lei Municipal Nº2165/2014, mas ainda está regulamentado. O mesmo será acrescido na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO de 2015, com vigência para o ano de 2016, para posterior inclusão, como unidade orçamentaria, na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2016. As atuais despesas de custeio do CMI e dos programas, projetos e serviços de atendimento a pessoa idosa no exercício de 2015 estão sendo lançadas nos programas de atendimento a pessoa idosa fixados em projeto atividade específicos no Fundo Municipal de Assistência Social. As demais ações de atendimento ao idoso estão vinculadas a outras secretaria/e/ou departamentos conforme a finalidade da ação. O Conselho Municipal do Idoso tem a prerrogativa exclusiva de deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Idoso, por intermédio de um plano de ação e aplicação, que deverá conter ações a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos do idoso.

O Plano de Ação é o planejamento sistemático das ações permitindo que as diversas demandas identificadas – sejam de curto, médio ou longo prazo – sejam contempladas pelas iniciativas do Conselho. Somente por meio de um plano de ação, o CMI terá condições de melhorar a qualidade do seu trabalho e cumprir todas as suas atribuições. Portanto, o plano de ação representa uma ferramenta importante para a formulação e controle da política local de atendimento ao idoso, possibilitando inclusive que as correções necessárias sejam efetuadas. Deve priorizar iniciativas voltadas para a integração institucional e formação dos atores dos Direitos da Pessoa Idosa, prevendo o acompanhamento e o monitoramento dos programas e projetos.

Já o Plano de Aplicação é o instrumento com que o Conselho fixa critérios de utilização dos recursos do FMI e exerce o controle interno da aplicação destes recursos. Ele nada mais é do que a distribuição dos recursos para as áreas consideradas prioritárias em relação aos objetivos políticos fixados pelo Conselho. Através do Plano de Aplicação é possível para a administração pública tomar conhecimento daquilo que se pretende realizar, dos objetivos a alcançar, permitindo-se, conseqüentemente, a realização de acompanhamento, avaliação e controle da execução das receitas.

Desta forma, o Conselho Municipal do Idoso de Modelo/SC, no uso de suas atribuições legais, elaborou o presente Plano de Ação e Aplicação para o período de agosto de 2015 a agosto de 2017, buscando implementar ações nas mais diversas políticas de proteção ao idoso, estabelecendo metas, objetivos e ações a fim de fortalecer as políticas sociais básicas de atenção ao idoso, bem como implementar as políticas de proteção, prevenção e garantia de direitos, através da integração entre ações governamentais e não governamentais.

O Plano de Ação e Aplicação do Idoso foi analisado e aprovado pelo Conselho Municipal do Idoso- CMI em reunião ordinária no dia 24 de agosto do ano de 2015, com a assessoria da equipe técnica do Departamento Municipal de Assistência Social.

2- DIRETRIZES

- Participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas, projetos e serviços a serem desenvolvidos na área do idoso;
- Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações e na sociedade;
- Articulação com as diversas políticas públicas municipais de atendimento ao idoso e outros Conselho Municipais;
- Incentivo às ações de prevenção a todos os tipos de violência contra pessoas idosas;
- Criação de mecanismos de caráter socioeducativo que favoreçam a divulgação de informações sobre: direitos dos idosos; Conselho Municipal do Idoso; aspectos biopsicossociais do envelhecimento;
- Apoio a estudos e pesquisas sobre o diagnóstico da pessoa idosa no município e questões relativas ao envelhecimento.

3- OBJETIVO GERAL

Estabelecer metas, objetivos e ações do Plano de Ação e Aplicação do Conselho Municipal do Idoso, com a finalidade de fortalecer as políticas de proteção, defesa, promoção e garantia de direitos da pessoa idosa, através de políticas sociais integradas e articuladas entre ações governamentais e não governamentais.

4- QUADRO RESUMO DAS METAS, OBJETIVOS E AÇÕES

Considerando as características e necessidades da realidade local e objetivando criar, ampliar e fortalecer os programas, projetos e serviços que atendam às diversas políticas de proteção à pessoa idosa, o Conselho Municipal do Idoso-CMI apresenta a seguir as ações a serem priorizadas para o período de agosto de 2015 a agosto de 2017:

Meta 1: Planejamento das Atividades do Conselho Municipal do Idoso-CMI			
Objetivo	Ação	Responsável	Recursos/Fonte
Planejar e organizar as atividades do CMI.	<ul style="list-style-type: none"> - Organização de cronograma mensal de reuniões do CMI; - Realização de reunião semestral do CMI com os diversos segmentos da sociedade civil e demais Conselhos Setoriais, a fim de, proporcionar maior interação e articulação das diferentes políticas de atendimento a pessoa idosa; - Organização de fóruns e reuniões de estudo, debate e avaliação de dados do Município para priorizar investimentos e a formulação de políticas voltadas ao idoso. 	CMI; Departamentos Municipais de Assistência Social, Saúde, Cultura, Educação, Esportes.	Recursos Ordinários e vinculados.
Meta 2: Fortalecimento do Conselho Municipal do Idoso			
Objetivo	Ação	Responsável	Recursos/Fonte
Instrumentalizar, capacitar e fortalecer o Conselho Municipal do Idoso.	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionando a formação continuada para os Conselheiros Municipais do Idoso abrangendo os temas: fundo do idoso, política de atenção ao Idoso, legislação, outros; - Participação dos membros do Conselho Municipal do Idoso em capacitações, seminários, conferências, fóruns, etc; - Confecção de cartilha sobre o Conselho Municipal do Idoso; - Divulgação nos meios de comunicação e nos grupos de idosos sobre a existência, o papel do Conselho do Idoso e as atividades realizadas pelo Conselho. 	CMI; Departamento Municipal de Assistência Social.	Recursos Ordinários e vinculados.
Meta 3: Redução do número de acidentes domésticos com pessoas idosas			
Objetivo	Ação	Responsável	Recursos/Fonte

Prevenir a ocorrência de acidentes domésticos com idosos.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e distribuição pelas agentes de saúde, para todas as famílias do município, de folders informativos sobre a prevenção de acidentes domésticos com pessoa idosa; - Realização de palestra aos grupos de Idosos já constituídos e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos sobre os acidentes domésticos com pessoas idosas; - Divulgação nos meios de comunicação sobre os acidentes domésticos com pessoas idosas; - Orientação no domicílio sobre os acidentes domésticos com pessoas idosas e de como preveni-los, bem como avaliação do grau de risco da residência no que se refere a probabilidade da ocorrência de acidentes domésticos com pessoa idosa; - Realização de um encontro direcionado para os Grupos de Idosos já organizados do município e do Serviço de Convivência (idosos) para o Lançamento da Campanha: "Todo o cuidado é pouco", com palestra, no dia 01 de outubro Dia Nacional do Idoso. 	CMI; Departamentos Municipais de Assistência Social, Saúde, Cultura, Educação, Esportes, etc; Grupo de Idosos já organizados.	Recursos Ordinários e vinculados.
---	--	---	-----------------------------------

Meta 4: Conscientização da Comunidade sobre os Direitos da Pessoa Idosa

Objetivo	Ação	Responsável	Recursos/Fonte
Informar os idosos e a comunidade em geral sobre os Direitos da Pessoa Idosa.	<ul style="list-style-type: none"> - Confecção de cartilha sobre os direitos da pessoa idosa para distribuição pelas agentes de saúde em todas as famílias do município; - Divulgação nos meios de comunicação sobre os direitos da pessoa idosa; - Palestra expositiva aos grupos de Idosos já constituídos e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos sobre os direitos da pessoa idosa, a fim de garantir direitos, evitar abusos e lesões; - Distribuição gratuita de cópias do Estatuto do Idoso; - Realização de encontros de capacitação sobre o Estatuto do Idoso para profissionais da rede de atendimento e pessoas com interesse no tema. - Realização da 1ª. Semana do Idoso, em comemoração ao Dia Nacional da Pessoa Idosa onde cada departamento deverá ser responsável, por criar atividades nas quais o idoso seja o protagonista; - Encerramento da 01ª Semana do Idoso com a realização de um encontro envolvendo todos os participantes das atividades, especialmente os idosos, para apresentação dos trabalhos e dos resultados, bem como palestra referente ao Tema Pessoa Idosa. 	CMI; Departamentos Municipais de Assistência Social, Saúde, Cultura, Educação, Esportes.	Recursos Ordinários e vinculados.

Meta 5: Enfrentamento a Violência Contra a Pessoa Idosa

Objetivo	Ação	Responsável	Recursos/fonte
----------	------	-------------	----------------

Prevenir a violência contra a pessoa idosa, em especial a fragilização dos vínculos familiares e situações de abono.	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de capacitação dos profissionais da rede de serviços que prestam atendimento ao idoso sobre os tipos de violência contra os idosos e formas de identificação e encaminhamentos a serem dados; - Reunião com a rede de atendimento para definição de Fluxograma de atendimento e apoio à pessoa idosa em situação de violência; - Divulgação nos meios de comunicação de informações e orientações sobre a violência contra a pessoa idosa; - Distribuição de panfletos sobre a violência contra a pessoa idosa e os mecanismos de denúncia; - Fomentar no município o amparo legal para notificação compulsória nos casos de violência identificados contra a pessoa idosa; - Palestra expositiva aos grupos de Idosos já constituídos e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos sobre a violência contra a pessoa idosa; -- Organização de campanha de conscientização alusiva ao Dia Nacional de Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa (15 de Junho). 	CMI; Departamentos Municipais de Assistência Social, Saúde, Cultura, Educação, Esportes, etc. Grupo de Idosos já organizados.	Recursos Ordinários e vinculados.
--	--	---	-----------------------------------

Meta 6: Fortalecimento da Política de Atendimento a Pessoa Idosa

Objetivo	Ação	Responsável	Recursos/Fonte
Implementar ações de atendimento a Pessoa Idosa, bem como fortalecer as já existentes.	<ul style="list-style-type: none"> - Propondo a realização de um diagnóstico sobre a situação da pessoa idosa no município; - Mobilização dos idosos do Município para participarem dos serviços oferecidos a pessoa idosa, em especial o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos e Programa Movimenta Modelo; - Incentivando a ampliação e o fortalecimento do Serviço de Proteção Básica a Domicílio para Idosos; - Organizando reuniões e encontros para levantar a necessidade da criação de novos programas, projetos e serviços de atendimento ao idoso; - Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração as demais gerações e na sociedade; - Incentivo e articulação dos idosos para participarem através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos no município; - Apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento; - Estimulando a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, atendimentos domiciliares e outros; - Incentivando a criação de programas de lazer, esporte, cultura e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade. - Incentivo para a viabilização pelo poder público do acesso para os idosos a pontos culturais e históricos de nosso país, com o objetivo de garantir o acesso ao direito a cultura e o lazer, que a grande maioria deste público foi privado durante praticamente toda a vida. 	CMI; Departamentos Municipais de Assistência Social, Saúde, Cultura, Educação, Esportes; Grupo de Idosos já organizados.	Recursos Ordinários e vinculados.

Meta 7: Conscientização da pessoa idosa e da comunidade sobre o processo envelhecimento

Objetivo	Ação	Responsável	Recursos/Fonte
Informar as pessoas sobre a importância da preparação para o envelhecimento, saudável, ativo e autônomo.	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento; - Incentivando a criação de programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento; - Realização de caminhada envolvendo os grupos de idosos já constituídos e Serviços de Convivência e fortalecimento de Vínculos com idosos abordando questões que digam respeito ao envelhecimento saudável. 	CMI; Departamentos Municipais de Assistência Social, Saúde, Cultura, Educação, Esportes.	Recursos Ordinários e vinculados.

Meta 8: Resgate e valorização das memórias do idoso			
Objetivo	Ação	Responsável	Recursos/Fonte
Garantir a continuidade e a identidade Cultural do município.	<ul style="list-style-type: none"> - Organização de um serviço que permita o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens; - Incentivar a realização de atividades intergeracionais pelos diversas políticas públicas para a troca de experiências. 	CMI; Departamento Municipal de cultura.	Recursos Ordinários e vinculados.
Meta 09: Implementar o Fundo Municipal do Idoso			
Objetivo	Ação	Responsável	Recursos/Fonte
Garantir o efetivo funcionamento do Fundo Municipal do Idoso.	<ul style="list-style-type: none"> - Propondo ao poder executivo a criação do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Fundo Municipal do Idoso, com registro de matriz e natureza jurídica de Fundo Público, código 120-1, de acordo com as orientações da Receita Federal do Brasil; - Solicitando o cadastramento do Fundo Municipal do Idoso no Cadastro Nacional dos Fundos do Idosos junto a Secretaria dos Direitos Humanos-SDH; - Propondo ao poder executivo a abertura de conta bancária específica do Fundo Municipal do Idoso, vinculado ao CNPJ do Fundo, em instituição financeira pública; - Incentivar as doações de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas ao Fundo Municipal do Idosos. 	CMI; Departamento Municipal de Assistência Social.	Recursos Ordinários e vinculados.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se, com o presente Plano de Ação, que ele seja um instrumento prático de ação, planejamento e constante avaliação. Através da articulação entre as diversas políticas públicas, Conselhos representativos e participação da sociedade como um todo, é que se tornará possível a garantia dos direitos da pessoa Idosa, bem como a efetivação do Estatuto do Idoso.

Modelo-SC, dia 24 de agosto de 2015.

Patrícia Jomertz Machado

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

Modelo-SC

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Leis Municipal Nº 2165 de 07 de outubro de 2014, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, cria o CMI - Conselho Municipal do Idoso e o Fundo Municipal do Idoso, do município de Modelo-SC, conforme especifica e dá outras providências.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. BRASIL. Constituição (1988).

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

Decreto Nº 5.109 de 17 de junho de 2004, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, e dá outras providências

Lei Nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Lei Nº 8.842, de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

Decreto Nº 5.130, de 7 de julho de 2004, que regulamenta o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e dá outras providências.

ANEXO II

ATA Nº 009/2015

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às oito horas, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Município de Modelo- SC, reuniram-se os membros do Conselho Municipal do Idoso - CMI, com as seguintes presenças: Emiliana Provin, Marizete Maria Floss, Antônio Bernardi, Patricia J. Machado, Hilário Albino Sausen, Eliana Kothe, Jussane Frandoloso, Marines Zanini e Marcia Jacoby e Elizabete Cristina Borre. Para dar início as atividades a presidente do Conselho Municipal do Idoso, Patricia J. Machado desejou as boas-vindas aos presentes e em seguida comentou que o principal assunto da pauta é a apresentação e aprovação do Plano de Ação e Aplicação do Conselho Municipal do Idoso, o qual foi elaborado pela Comissão de Normas, composta pelas seguintes pessoas: Marizete Floss, Emiliana Provin e Jussane Frandoloso, com assessoria do Departamento de Assistência Social. Na sequência a presidente de CMI a Sra Patricia J. Machado, juntamente com a Diretora do Departamento de Assistência Social, a Sra Marizete Maria Floss, passaram a apresentação do referido Plano de Ação e Aplicação do Conselho Municipal do Idoso, o qual após lido foi colocado em discussão, e após amplo debate o mesmo foi aprovado pelos membros do Conselho Municipal do Idoso, por unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado encerrou-se a presente reunião, a qual após lida e aprovada será assinada pelos presentes.

DECRETO Nº 0237/2015

DECRETO Nº 0237/2015 DE 16.09.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ENSINO SUPERIOR ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.198/2015, Considerando o Processo Seletivo nº 002/2014, Considerando o afastamento da Servidora titular do cargo, Jandira Maria Lara Heckler, em afastamento por motivo de doença por 68 (sessenta e oito) dias, Considerando o pedido de rescisão de contrato da servidora ACT Rosangela Knorst Deotti, de acordo com o Decreto nº 0232/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Sra. ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA KASPER, portadora do CPF nº 026.025.109-71, RG nº 5.889.290, para exercer as funções do cargo de PROFESSORA ENSINO SUPERIOR, Habilitação: Educação Infantil, com atribuição de exercício no Centro de Educação Infantil Pequeno Lar, com carga horária de 20 horas semanais, turno Matutino, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 035/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 16.09.2015 a 10.10.2015, percebendo a remuneração da Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 16 de setembro de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 035/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA KASPER, brasileira, casada, portadora do CPF nº 026.025.109-71, RG nº 5.889.290, residente e domiciliada na Rua Lourenço Spada, 72, Bairro Iguagú – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR.

LOCAL DE TRABALHO: Maternal III 1, atribuição de exercício no

Centro de Educação Infantil Pequeno Lar e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude do afastamento da Servidora titular do cargo, Jandira Maria Lara Heckler, por motivo de doença no período de 04.08.2015 a 10.10.2015, conforme Portaria nº 0124/2015, em virtude do pedido de rescisão da servidora ACT Rosangela Knorst Deotti conforme Decreto nº 0232/2015 e de acordo com o fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, Art. 44 da Lei Municipal nº 1.347/1998, Art. 2º, § 1º, Inciso V da Lei Municipal nº 1.386/1999 e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 2.198/2015 e em especial Processo Seletivo nº 002/2014.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 16 de setembro de 2015. Término: 10 de outubro de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.360,41 (Um mil, trezentos e sessenta reais e quarenta e um centavos) e a respectiva regência de classe conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal – Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno Matutino, 20 (vinte) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação,

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 16 de setembro de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA KASPER
Contratada

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

DECRETO Nº 0238/2015

DECRETO Nº 0238/2015 DE 16.09.2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE JULIANE BEATRIZ ANTUNES PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, nesta data, a Sra. JULIANE BEATRIZ ANTUNES, portadora do CPF nº 089.417.569-60, RG nº 5.543.536, para desempenho do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com atuação no desenvolvimento das atividades, juntamente com os demais membros da equipe de referência, no desenvolvimento de Programas, Projetos e Serviços Socioassistenciais, fixada a sua lotação no Departamento Municipal de Assistência Social, com atribuição de exercício no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Modelo – SC.

Art. 2º - A Servidora nomeada através deste decreto perceberá a remuneração do cargo de conformidade com as disposições legais, sendo nível CC - 04, do quadro de Servidores Cargos em Comissão do Município de Modelo – SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 16 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE 033/2015

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0238/2015

Cargo em Comissão: Chefe de Setor

Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu a Senhora JULIANE BEATRIZ ANTUNES, portadora do CPF nº 089.417.569-60, RG nº 5.543.536, a fim de tomar posse no cargo de CHEFE DE SETOR, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0238/2015, com lotação no Departamento Municipal de Assistência Social de Modelo – SC e atribuição de exercício no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais

e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 16 de setembro de 2015.

JULIANE BEATRIZ ANTUNES
Servidora

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0239/2015

DECRETO Nº 0239/2015 DE 16.09.2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE LEILA FONTANA PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, nesta data, a Sra. LEILA FONTANA, portadora do CPF nº 010.743.600-01, RG nº 4086030162, para desempenho do cargo em comissão de COORDENADORA GERAL DE EQUIPE/AÇÕES, para atuação no Departamento Municipal de Saúde de Modelo/SC, com dedicação integral.

Art. 2º - A Servidora nomeada através deste decreto perceberá a remuneração do cargo de conformidade com as disposições legais, sendo nível CC - 05, do quadro de Servidores Cargos em Comissão do Município de Modelo – SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 16 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE 034/2015

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0239/2015

Cargo em Comissão: Coordenadora de Equipe/Ações

Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu a Senhora LEILA FONTANA, portadora do CPF nº 010.743.600-01, RG nº 4086030162, a fim de tomar posse no cargo de COORDENADORA

GERAL DE EQUIPE/AÇÕES, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0239/2015, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde de Modelo – SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 16 de setembro de 2015.

LEILA FONTANA
Servidora

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 90/2015

Extrato de Contrato nº 90/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 459/2015

Contrato n. 90/2015

Contratado: COMÉRCIO DE LIVROS E JOGOS KLEIN LTDA

Valor: R\$ 3.128,00

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com a empresa COMÉRCIO DE LIVROS E JOGOS KLEIN LTDA, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 72.380.330/0001-60, objetivando a aquisição de brinquedos para dar continuidade às atividades do Departamento Municipal De Educação do Município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 15 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 91/2015

Extrato de Contrato nº 91/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 459/2015

Contrato n. 91/2015

Contratado: CB COMÉRCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA ME,

Valor: R\$ 1.835,00

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com a empresa CB COMÉRCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA ME, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 01.669.984/0001-60, objetivando a aquisição de brinquedos para dar continuidade às

atividades do Departamento Municipal De Educação do Município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 15 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 92/2015

Extrato de Contrato nº 92/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 459/2015

Contrato n. 92/2015

Contratado: MB CATARINENSE LTDA - ME

Valor: R\$ 3.825,00

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com a empresa MB CATARINENSE LTDA - ME, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 16.961.181/0001-52, objetivando a aquisição de brinquedos para dar continuidade às atividades do Departamento Municipal De Educação do Município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 15 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 93/2015

Extrato de Contrato nº 93/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 459/2015

Contrato n. 93/2015

Contratado: KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA - ME

Valor: R\$ 1.138,90

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com a empresa KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA - ME, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 05.760.614/001-95, objetivando a aquisição de brinquedos para dar continuidade às atividades do Departamento Municipal De Educação do Município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 15 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 94/2015

Extrato de Contrato nº 94/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 459/2015

Contrato n. 94/2015

Contratado: MIGUEL BARKI ME

Valor: R\$ 1.549,85

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com a empresa MIGUEL BARKI ME, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 02.595.821/0001-43, objetivando a aquisição de brinquedos para dar continuidade às atividades do Departamento Municipal De Educação do Município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 15 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 95/2015

Extrato de Contrato nº 95/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 459/2015

Contrato n. 95/2015

Contratado: STAUDT E FRANCESQUETT LTDA - EPP

Valor: R\$ 4.814,00

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com a empresa STAUDT E FRANCESQUETT LTDA - EPP, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 13.674.709/0001-14, objetivando a aquisição de brinquedos para dar continuidade às atividades do Departamento Municipal De Educação do Município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 15 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0141/2015

PORTARIA Nº 0141/2015 DE 15.09.2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVANA ALBANI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em especial, as de conformidade com o Art.º 95 da Lei Municipal 1.513/02 e demais normas pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, a partir de setembro de 2015, Gratificação por Grau de Instrução a que faz jus, que incidirá sobre o vencimento base na seguinte forma:

SERVIDOR	PERCENTUAL	NÍVEL
Silvana Albani	03% (três por cento)	Conclusão do Nível Escolar de Ensino Médio (Segundo Grau) – Certificado registrado sob o nº 0145, Livro 05, Folhas 025 – CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos - Secretaria de Estado da Educação – UD Modelo/SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 15 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Monte Carlo

PREFEITURA

EDITAL DISPENSA Nº10

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO PROCESSO LICITATÓRIO 95/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito do Município de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais instituídas pelo art. 104, e, em conformidade com o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/94, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação n 10/2015, conforme segue:

Considerando a solicitação do Secretário Municipal Saude Anderson Rafael Sartor e a respectiva autorização do Prefeito Municipal;
Considerando que as aquisições de Kit's e outros Materiais diversos são de extrema importância para a realização da Campanha do Outubro Rosa.

Considerando que a elaboração da campanha já é conhecida mundialmente por ser de extrema importância de conscientização e prevenção contra o Câncer de Colo Uterino e Câncer Mana.

Considerando ainda, que a empresa contratada é especializada neste ramo de cosméticas.

Considerando ainda, que os preços são os de Mercado apurados por orçamentos; Considerando a previsão legal do artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

RESOLVE REALIZAR A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA FARMÁCIA MILÊNIO- EIRELI ME, CONFORME OS TERMOS DA DISPENSA QUE SEGUEM:

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada no ramo de cosméticas para aquisição de 1000(um mil) Kit's e outros itens de beleza para distribuição gratuita como forma de incentivar mulheres a se prevenir contra o cancer de colo uterino e o cancer de mama.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Monte Carlo, 16 de Setembro de 2015
MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 34/2015

MUNICIPIO MONTE CARLO, estabelecida na Rod Sc 452 Km 24, nº 1551, Centro, no Município Monte Carlo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato Representado por seu Prefeito Municipal, Sr Marcos Nei Correa Siqueira, Inscrição no CPF sob o nº 850.169.429-00, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a pessoa Jurídica de direito privado Farmácia Milênio-Eireli-ME, estabelecida na Rua Inácio Lustosa, nº 443, Bairro São Francisco Município de Curitiba-PR, neste ato representado pelo sua social, FANNY JITOMIRSKI, brasileira, separada, inscrito no CPF sob o nº 630.032.529-68, doravante denominado CONTRATADA.

O presente contrato se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto:

O objeto do contrato é a Contratação de empresa especializada no

ramo de cosméticas para aquisição de 1000(um mil) Kit's e outros itens de beleza para distribuição gratuita como forma de incentivar mulheres a se prevenir contra o cancer de colo uterino e o cancer de mama.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Remuneração:

O contratado receberá o valor de R\$ 7.895,50(sete mil e oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) pela entrega dos itens do objeto do presente termo, no prazo da entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do prazo:

O prazo de validade deste contrato é da data de assinatura do mesmo até a data de 31/12/2015, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30(trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA: Das Dotações:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da dotação orçamentaria abaixo descrito:

Cod Reduzido: 17 – Atenção Básica a Saúde – Órgão 01 – Proj/Atividade 2033 – Unid 01– 3.3.90.00.00.00.0000

CLÁUSULA QUINTA: Das Penalidades:

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou a não prestação do objeto sujeitara a CONTRATADA as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo a outras sanções previstas em outras Leis que norteiam a material.

CLÁUSULA SEXTA: Das Disposições Finais:

Fica nomeado o Sra. Aline Venturin Fagundes, Enfermeira Coordenadora para dar liquidação aos itens, bem como fica responsável pela fiscalização dos objetos ora contratados, assim como responsável pelo recebimento dos objetos e dar recebimento da nota fiscal correspondente.

CLÁUSULA SETIMA: Do foro:

Fica eleito o Foro da Comarca de Fraiburgo-SC, por mais privilegiado que outros seja, para dirimir as questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, em 02(duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo-SC 16 de Setembro de 2015
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal
Pela Contratante

FANNY JITOMIRSKI
Farmácia Milênio- Eireli ME
PELA CONTRATADOA

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Vanderléia Alves Fernandes
CPF.: 077.361.879-16

1 - _____
Marielle Stratmann
CPF.: 099.087.109-66

Navegantes

PREFEITURA

ATA DE APROVAÇÃO E AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPE 122/2015 PMN

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2015 PMN

A EMPRESA DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA (1º colocada) FOI REPROVADO, POIS NÃO APRESENTOU AMOSTRA.

COMUNICAMOS A ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA SEGUNDA COLOCADA DO CERTAME, COMERCIAL STONNI LTDA, o envelope será aberto dia 18 de setembro de 2015, às 16:30 horas no auditório da prefeitura de Navegantes.

Navegantes, 16 de setembro de 2015.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 06/2015 FMAS

ATA PREGÃO 06/2015 FMAS

AO(S) 16 DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

TECNOAL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (2862), FORNECEDORA COMERCIO TEXTIL LTDA - ME (9731), BLUNAC DISTRIBUIDORA LTDA - ME (11639).

ABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES TECNOAL, BLUNAC, FORNECEDORA, LICISUL, TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E POSSUIDORES DO BENEFÍCIO DE ME/EPP, NÃO ESTAVA PRESENTE O REPRESENTANTE DA LICISUL, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE E DEMAIS CONSIDERAÇÕES FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS DOS LICITANTES. NA FASE DE LANCES O ITEM 27 (PAPEL HIGIENICO) FOI DESCLASSIFICADO POIS SEU DESCRITIVO ESTAVA ERRADO (A UNIDADE ESTAVA COMO FARDO 64 ROLOS MAS O VALOR ESTAVA COMO PACOTE DE 4 ROLOS) - QUANTO AO ITEM 09 (MENCIONA-SE QUE O LICITANTE COTOU E ENTREGARÁ O ITEM COMO FARDO DE 100 UNIDADES O QUE É PADRÃO PARA ESTE ITEM) APÓS O FINAL DA ETAPA DE LANCES FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DE TODOS OS LICITANTES, E CONSTATADO QUE OS MESMOS ATENDERAM COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.

NÃO HAVENDO MENÇÕES DE RECURSO ENCERRA-SE A PRESENTE.

DOUGLAS LEMOS- PREGOEIRO
MARIA BENEDITA CORREA - PREGOEIRA
CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.
PEDRO PAULO DA COSTA - EQUIPE DE APOIO
NAVEGANTES SC, 16 DE SETEMBRO DE 2015.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 124/2015 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 124/2015 PMN

ABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES LICISUL, WRS, NEW WAY, ASTROGILDO, DIST. NOVA ESPERANÇA, DIST. DE ALIMENTOS OLIVEIRA, COMERCIAL STONNI, PJ SERV. TODOS CREDENCIADOS, O ÚNICO QUE NÃO ERA ME/EPP FOI O ASTROGILDO OJEDA DESTA FORMA FOI COMUNICADO AO MESMO QUE NÃO SERIAM ABERTOS SEUS ENVELOPES POIS ESTA LICITAÇÃO ERA DESTINADO A

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS VENDIDOS POR ME/EPP LEI 123/2006, APÓS AS DEMAIS CONSIDERAÇÕES FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS DOS LICITANTES. NA FASE DE LANCES O LICITANTE LICISUL PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO DO ITEM 01 POR ENTENDER QUE NÃO ATENDERIA O DESCRITIVO, FOI VENCEDOR DOS ITENS 01,02 O LICITANTE DIST. NOVA ESPERANÇA, APÓS FOI ABERTO SEU ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE ELE NÃO APRESENTOU O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA NEM ALVARÁ SEDO INABILITADO, O PRÓXIMO COLOCADO FOI COMERCIAL STONNI ITEM 01 E NEW WAY ITEM 02, O COMERCIAL STONNI APRESENTOU ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DADO PELA COMERCIAL STORINNY (MESMOS SÓCIOS) O QUE NÃO FOI ACEITO PELA COMISSÃO DESTA FORMA O LICITANTE COM. STONNI FOI INABILITADO, PASSANDO O ITEM 01 PARA O 3º COLOCADO NEW WAY O QUAL APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO CONFORME O EDITAL (COM EXCEÇÃO DA CND FGTS QUE ESTAVA VENCIDA) COMO A NEW WAY É ME/EPP O PREGOEIRO ABRIU O PRAZO PARA APRESENTAR A CERTIDÃO DE FGTS VÁLIDA LEI 123/2006., INFORMA-SE AINDA QUE O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS É DE 24 HORAS E QUE A APROVAÇÃO / REPROVAÇÃO DA MESMA SERÁ PUBLICADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR LINK FORNECEDOR.

DOUGLAS LEMOS - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 138/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO, MONTAGEM E ORGANIZAÇÃO DOS CARNÊS DE IPTU RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2016 NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 29/09/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 29/09/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 16 de setembro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 53/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 29/09/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 29/09/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 16 de setembro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

CONTRATO Nº 174/2015

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 174/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: GAP . GRUPO DE APOIO PSIQUIÁTRICO

OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA PROMOVER A VIGENCIA NO CONTRATO ORIGINAL

VALOR R\$ 154.920,00

VIGÊNCIA: 04/09/2015 Até 04/09/2016

NAVEGANTES -15/09/2015

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 095/2015

CONTRATO Nº 095/2015

Origem: Processo Nº 091/2015 – Tomada de Preços nº 008/2015.
Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60.
Contratada: FRANNA INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA ME, Rua Luiz Daros, 59, Besenelo, Nova Trento-SC, CNPJ Nº 08.332.974/0001-84. Objeto do Contrato: Execução de serviços com fornecimento de material para pavimentação com lajotas e Sinalização no Distrito de Aguti, cidade de Nova Trento/SC. Estaca 0 + 536,910 a 0 + 626,910 com extensão de 90,00 metros, conforme memoriais descritivos, projetos e planilhas quantitativas e orçamentárias, em anexo. O valor total é de R\$ 36.521,77 (Trinta e seis mil quinhentos e vinte e um reais e setenta e sete centavos). Prazo de execução: 45 (quarenta e cinco) dias.

Nova Trento, 16 de setembro de 2015.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 184/2015 - CONVOCA APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 002-2015

DECRETO nº 184/2015

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 002/2015 – DÉCIMA SEGUNDA CHAMADA, que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, em exercício, JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 18 de setembro a 01 de outubro 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Cópia do Título Eleitoral;

VI – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII – Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

IX – Cópia Comprovante de Residência;

X – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II);

XI – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XII – Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIII – Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV – Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/Médio/Curso Técnico), se for o caso;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso;

XVI – Inscrição no PIS/PASEP;

XVII – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVIII – Declaração de bens, Declaração de acúmulos ou não de cargos, Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIX – Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo III).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 16 de setembro de 2015.
JOSEMAR GUILHERME FRANZOI
Prefeito Municipal, em exercício.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I
(Decreto nº 184/2015)

CARGO: FARMACÊUTICO

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
2º	1042	Maria Paula de Souza e Silva

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA
(Decreto nº 184/2015)

Ilmo. Senhor
Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato (a) naª posição do Concurso Público - Edital nº 002/2015, inscrição nº, para o cargo de, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Nomeado(a) pelo Decreto nº, publicado no Diário Oficial dos Municípios de/...../.....

Nova Trento, de de 2015 .

Assinatura

RESULTADO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA - TP008

Resultado do Julgamento da Habilitação e Proposta – Processo Licitatório nº 091/2015 – Tomada de Preço nº 008/2015 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material para pavimentação com lajotas e Sinalização no Distrito de Aguti, cidade de Nova Trento/SC, incluindo mão de obra e equipamentos necessários, conforme Termo de Referência (Projeto Básico), houve a participação das seguintes empresas: FRANNA INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA. ME. (CNPJ 08.332.974/0001-84) e ERIVELTON DE ANDRADE AMORIM ME. (CNPJ 22.853.624/0001-94), da análise da documentação restaram habilitadas para a sequência do certame as empresas: : FRANNA INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA. ME. e ERIVELTON DE ANDRADE AMORIM ME. Não havendo interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, passou-se a abertura das PROPOSTAS: restou vencedora a empresa FRANNA INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA. ME., (CNPJ 08.332.974/0001-84), cujo valor Global para execução foi de R\$ 36.521,77 (Trinta e seis mil, quinhentos e vinte e um reais e setenta e sete centavos).

Nova Trento (SC), 16 de setembro de 2015.

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI

Prefeito em Exercício

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DO PL Nº 051/2015-PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015 SRP

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 051/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 29/09/2015, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, e Decreto nº 1.694/2009, de 20/10/2009, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 17 de Setembro de 2015.

ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

TP 97/2015 PAVIMENTAÇÃO AYRTON SENNA

PROCESSO Nº 112/2015

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 97/2015

Tipo: Menor Preço/GLOBAL

Objeto: PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS UNNSTEIN (FORMA S) DA RUA AYRTON SENNA, CONFORME PROJETO EM ANEXO.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 07/10/2015 às 14h:30min.

Abertura das Propostas: dia 07/10/2015, às 15h00min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada.

Orleans - SC, 16 de setembro de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

TP 98/2015 MEDICINA DO TRABALHO

PROCESSO Nº 113/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 98/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO CONFORME ANEXO.

Data e hora de entrega dos envelopes: 16h30min do dia 07/10/2015. Abertura: 17h00min do dia 07/10/2015 no setor de Licitações da Prefeitura.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, consolidada.

Orleans – SC, 16/09/2015.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2663

DECRETO Nº. 2663/2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NA FONTESDE RECURSO 0364 – Transf. Conv. Estado (outros não rel. a Educ., Saúde e Assistência Social), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso III do Artigo 10 da Lei Municipal nº. 919/2014, de 02 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 109,25 (cento e nove reais e vinte e cinco centavos), destinado a reforçar a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

07.01 – SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA		
15.451.1501.1.36 – Construção de Obras de Infraestrutura Urbana		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0364	R\$	109,25

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta do Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior na Fonte de Recurso 0364, no valor Total de R\$ 4.602,08 (Quatro mil, seiscientos e dois reais e oito centavos), sendo que no Decreto 2587/2015 de 03/02/2015, foi suplementado parte deste valor (R\$ 4.492,83 – Quatro mil, quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta e três centavos), sendo o mesmo complementado neste, o a valor de R\$ 109,25 (Cento e nove reais e vinte e cinco centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de Setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2664

DECRETO Nº. 2664/2015

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotação e dá outras providências".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei N.º 919/2014 de 02 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

6001 – SECRETARIA/COORD. DE AGRICULTURA		
20-606-2001-2.33 – Manutenção das Atividades Agropecuárias		
3.3.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 73 – Fonte 0100	R\$	15.000,00
Total	R\$	15.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será utilizado/anulado a seguinte dotação orçamentária:

6001 – SECRETARIA/COORD. DE AGRICULTURA		
20-606-2001-2.33 – Manutenção das Atividades Agropecuárias		
3.1.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 72 – Fonte 0100	R\$	15.000,00
Total	R\$	15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 08 de Setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2665

DECRETO N.º 2665/2015

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado o servidor público municipal Sr. ALEXANDRE MIGUEL GOROSTERAZU, ocupante do cargo em Comissão de Dirigente de Educação Infantil.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 15 de setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

ERRATA 0036/2015 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0036/2015

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL. O qual altera o número do Pregão Presencial. Conforme segue: a) a onde se lê, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0036/2015", passa a ser: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0037/2015. Conforme edital e anexo. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min do dia 30 de setembro de 2015. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h05min do dia 30 de setembro de 2015. Mais Informações: Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007. Ouro Verde (SC), 17 de setembro de 2015. Rosane Minetto Selig. Prefeita Municipal.

EXTRATO ATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0051/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa MECANICA RODA BEM LTDA ME.

Objeto: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de serviços, por hora/homem trabalhada, de mecânica, destinados à manutenção dos veículos leves, trator agrícola e demais equipamentos.. Valor total registrado R\$:206.290,00.Data da assinatura:03/09/2015.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 03 de setembro de 2015. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

PORTARIA Nº0108

PORTARIA N.º 0108/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. OSMAR FACCIO, lotado junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, correspondente ao período aquisitivo de 01/01/2013 a 31/12/2014, que serão gozadas no período de 01/09/2015 a 30/09/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 01/10/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de Setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº0109

PORTARIA Nº 0109/2015

Designa Agentes Comunitários de Saúde para atender em caráter excepcional a Microárea 05 (Linha Progresso, Linha Nossa Senhora de Fátima, Linha Polatto, Linha Serra São José e Parte da Linha Benedetti), do Município de Ouro Verde, conforme especifica.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, que será realizada em breve a redefinição das microáreas de competência de cada agente comunitário de saúde no Município de Ouro Verde;

CONSIDERANDO que há previsão de contratação de agente comunitário de saúde através do Concurso Público 001/2015 já em andamento;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do atendimento das famílias residentes na Microárea 05, que abrange as linhas denominadas acima;

CONSIDERANDO o compromisso constitucional do Poder Publico com a saúde em âmbito municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do Programa de Agentes Cunitárias de Saúde, do Governo Federal, com envio mensal de dados das famílias atendidas;

CONSIDERANDO que a Política Nacional de Atenção Básica, do Ministério da Saúde, ao tratar das Atribuições dos Membros das Equipes de Atenção Básica estabelece que:

(...)

São atribuições comuns a todos os profissionais:

XVIII - Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.

(...)

Outras atribuições específicas dos profissionais da atenção básica poderão constar de normatização do município e do Distrito Federal, de acordo com as prioridades definidas pela respectiva gestão e as prioridades nacionais e estaduais pactuadas.(grifamos)

Da mesma forma, ao elencar as atribuições específicas do Agente Comunitário de Saúde:

I - Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida,a microárea;

II - Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;

III - Orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;

IV - Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;

V - Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade. As visitas deverão ser programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de uma visita/família/mês;

VI - Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;

VII - Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio de visitas

domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, por exemplo, combate à dengue, malária, leishmaniose, entre outras, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito das situações de risco; e

VIII - Estar em contato permanente com as famílias, desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde, à prevenção das doenças e ao acompanhamento das pessoas com problemas de saúde, bem como ao acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família ou de qualquer outro programa similar de transferência de renda e enfrentamento de vulnerabilidades implantado pelo governo federal, estadual e municipal, de acordo com o planejamento da equipe.

É permitido ao ACS desenvolver outras atividades nas Unidades Básicas de Saúde, desde que vinculadas às atribuições acima. (grifamos)

RESOLVE:

Art. 1º Remanejar provisória e excepcionalmente as agentes comunitárias de saúde do quadro efetivo distribuídas em dois grupos, os quais atenderão 149 famílias pertencentes à microárea 05, até a nomeação e posse do (a) novo(a) servidor(a).

Art. 2º A forma e periodicidade de atendimento serão definidos pela Enfermeira, senhorita Vanessa Cristina Nunes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e COMUNIQUE-SE.

Ouro Verde, 10 de setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº110

PORTARIA N.º 0110/2015

“CONCEDE LICENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Seção IV, Art. 92, parágrafo 2º da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder licença por motivo de Doença em Pessoa da Família de 30 (trinta) dias, à Juliana Maria Pires, em virtude de Doença de seu filho Breno Guilherme de Freitas, conforme atestado Médico.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 3193/2015.

PORTARIA Nº. 3193/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREI ALFREDO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível I/II, na EJA- Educação de Jovens e Adultos no (a) ER Bento Jose do Nascimento, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/08/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3186/2015.

PORTARIA Nº. 3186/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MICHELLE PAULA SANTIAGO, matrícula nº. 801465-2, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 03/07/2015, de acordo com às folhas 09.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

AVISO DE SUSPENSÃO PG 138 - 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2015

AVISO DE SUSPENSÃO

Pregão Presencial nº 138/2015

O Município de Palhoça torna público que fica SUSPENSO por prazo indeterminado o processo licitatório Pregão Presencial 138/2015, que consiste na aquisição de motoniveladora (zero quilometro) para o Serviço Autônomo de água e Esgoto de Palhoça – SAMAE. A SUSPENSÃO se dá devido à necessidade de correção do termo de referência a fim de atender o objeto proposto, sendo necessário um período de tempo maior para as devidas correções. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitações no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal diariamente das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 16 de SETEMBRO de 2015. A PREGOEIRA.

CONTRATO Nº142-15

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PALHOÇA/SAMAE

CONTRATO N.º142/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa especializada, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, para execução do sistema de drenagem e pavimentação da Rua Cândido Isidoro da Silva, no bairro Guarda do Cubatão (LOTE 01), drenagem da Rua Laura Eliza da Silva, no bairro Guarda do Cubatão (LOTE 02) e drenagem e pavimentação da Rua José Caetano Silveira, no bairro Aririú (LOTE 03). VALOR: R\$ 424.838,48 (quatrocentos e vinte e quatro mil oitocentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos). DATA: 06/07/2015.

CONTRATO Nº180-15

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº180/2015 AO CONTRATO N.º035/2013 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FLORIPA SUL – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME. OBJETO: devido ao reajuste anual estabelecido na Cláusula Sétima do Contrato de Prestação de Serviços nº 035/2013, fica reajustado no percentual de 8.42% no valor de R\$ 7.179,66 (sete mil cento e setenta e nove reais e sessenta e seis centavos) o preço unitário mencionado no contrato epigrafado. O reajuste mencionado no presente termo aditivo está devidamente embasado no artigo 65, da Lei de Licitações. DATA: 12/08/2015.

CONTRATO Nº193-15

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATO N.º193/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ACQUAPLAN TECNOLOGIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada para ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA DRAGAGEM E PROTEÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO CUBATÃO com Espigões, Guias Correntes e Enrocamentos na localidade da Guarda do Cubatão. VALOR: R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais). DATA: 28/08/2015.

CONTRATO Nº194-15

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº194/2015 AO CONTRATO N.º131/2011 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: Fica prorrogado até 30/11/2015 o prazo contratual anunciado na Cláusula Quinta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 131/2011. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/09/2015. DATA: 28/08/2015.

CONTRATO Nº198-15

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATO N.º198/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TELESYSTEM TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva

da Central Telefônica da Prefeitura Municipal de Palhoça. VALOR: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais). DATA: 31/08/2015.

PORTARIA Nº 001 /2015

Portaria nº 001 /2015

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 87, I e II, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar comissão composta por quatro profissionais da Secretaria de Educação, sendo representantes, para efetuarem verificação in loco nas Instituições Educacionais do Sistema Municipal de Ensino, em conformidade com Artigo 11, incisos I, II e II, e Artigo 12, incisos I e II da Lei nº007/99, do Sistema Municipal de Ensino em vigor.

Art. 2º - A referida comissão deverá efetuar verificação in loco e emitir parecer das respectivas instituições, citadas no art. 1º desta portaria, conforme disposto no Art. 2º, inciso II, Art. 4º e ainda Art. 16, inciso II, da Resolução nº 001/2008, e Art. 23 da Resolução nº 002/2008, ambas do Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º - Nomear as servidoras abaixo, para fazerem parte da comissão:

Assunta Barros – Matrícula nº 800189.

Paula Regina Cruz Pessi – Matrícula nº 211113.

Milene Domingues Batista Santini – Matrícula nº 80042.

Sandra Schmidt Wagner – Matrícula nº 210620.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de Abril de 2015.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº. 3170/2015.

PORTARIA Nº. 3170/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adileisa da Cruz Lopes	Professor	07	04/08/15	I –
Adileisa da Cruz Lopes	Professor	40	11/08/15	I –
Alexandra Eni Moreira	ASO	60	27/07/15	I – Z 76-3
Ana Carolina Maioli	Enfermeiro	15	05/08/15	I – O 60
Ana Paula Moreira	Professor	12	03/08/15	I – D 64-9
Ana Paula Simiano de Oliveira	ASO	30	31/07/15	I – M 54-4, II – M 76-0
Angel Francini Tomazoni	Professor	15	04/08/15	I – M 75
Angelita Rosa Mauricio	Professor	15	05/08/15	I – M 54-5
Barbara Ramona Schmidt	ACS	64	29/07/15	I – M 16-9
Carlos Sergio Barbosa Junior	Vigia	35	25/07/15	I – M 25-5
Caroline Andreia Caetano	ACS	04	04/08/15	I – M 25-5
Cecília Silveira Vilamil	Assistente Social	04	04/08/15	I –
Cristiane dos Santos de Oliveira	Professor	10	31/07/15	I –
Cristiane Lourdes Santos	Professor	180	03/08/15	I –
Daiane Malua Putti	Técnico em Enfermagem	03	28/07/15	I – O 22-0
Daiane Malua Putti	Técnico em Enfermagem	180	31/07/15	I – O 22-0

Deisi Schmitt	Professor	45	01/08/15	I – I 83-9, II – Z 54-0
Desdete Enair de Menezes	ASO	15	31/07/15	I – Z 76-3
Elisangela Correia	Técnico em Enfermagem	10	30/07/15	I – Z 76-3
Fabiana Pereira	ASO	29	03/08/15	I – M 52-2
Flavia de Souza Branco	ATP	42	03/08/15	I – M 51-1, II – M 54-4
Franciny da Rosa	Assistente Social	15	03/08/15	I – F 41-1
Grasielli Peres da Silva	Professor	90	03/08/15	I – C 50-9
Jane Lourdes Aparecida dos Santos	ASO	07	05/08/15	I – M 79-6, II – M 25-5
Juliana Martins	Técnico em Enfermagem	30	07/08/15	I – S 82
Luana Magali Patricio	Professor	05	03/08/15	I –
Márcia Oscarina Fernandes	Professor	20	03/08/15	I – M 54-2
Marcio Osvaldo Moreira	ACS	90	04/08/15	I – F 33-2, II – F 10-0
Margareth Koerich Pierri	Professor	45	03/08/15	I – M 65-9
Maria Lucia Martins da Silva	ASG	30	03/08/15	I – I 83-9
Marlucia Cordeiro	Professor	30	04/08/15	I – Z 42-9
Morgana Camilo	Técnico em Enfermagem	30	02/08/15	I – M 51-1
Osni Rogério de Menezes	ASG	30	31/07/15	I –
Quênia da Cunha Ritta	Professor	30	04/08/15	I –
Rafaela Zacchi de Souza	Assessor	180	07/08/15	I –
Rodinei Carlos Kuster	Assessor	18	28/07/15	I – M 25-5
Rosemari Machado	ACS	120	22/07/15	I – I 69
Rosilda Nazaré Truppel de Oliveira	Professor	45	30/07/15	I – S 42-2
Rosilene Duarte de Souza	Professor	07	31/07/15	I – O 03-4
Sandra Mara Bosquette Lehnert	Merendeira	30	30/07/15	I – Z 76-3
Simone Pereira	Professor	15	03/08/15	I – M 54-5
Sinuhe do Rosário	ACS	07	30/07/15	I – Z 76-3
Tânia Batista Martins	Professor	10	29/07/15	I – M 72-0
Thaís Mendes Pereira	Assistente Administrativo	10	05/08/15	I – Z 76-3
Thatiany Fernandes Miranda	Técnico em Enfermagem	10	27/07/15	I – F 41-4, II – H 83-0
Vera Lucia da Silveira	Professor	30	04/08/15	I – I 83-9
Vivian Henrique dos Santos	ACS	180	05/08/15	I –

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3171/2015.

PORTARIA Nº. 3171/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2430 de 01 de junho de 2015, que Contratou por Tempo Determinado o servidor NAZARENO MURARO ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 27/08/2015 a 10/09/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3172/2015.

PORTARIA Nº. 3172/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2414 de 01 de junho de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ROSANA DO NASCIMENTO, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/08/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3173/2015.

PORTARIA Nº. 3173/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2419 de 01 de junho de 2015, que

PORTARIA Nº. 3175/2015.

PORTARIA Nº. 3175/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo Período de
Paloma Wagner dos Santos	25	40	12/08/2015 a 10/11/2015
Renan Schwinden da Rosa	25	15	17/07/2015 a 18/12/2015

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

Contratou por Tempo Determinado a servidora VILMA DE FÁTIMA RIBEIRO BUSSOLO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 10/08/2015 a 03/10/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3174/2015.

PORTARIA Nº. 3174/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MONIQUE SCHUTZ MILCENT ASSIS, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/08/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3176/2015.

PORTARIA Nº. 3176/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) GRAZIELE GOU-LART PEREIRA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o CEI Nova Esperança.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3177/2015.

PORTARIA Nº. 3177/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) TATIANI SILVA MARTINS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o CEI Caminho do Saber.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3178/2015.

PORTARIA Nº. 3178/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2761 de 01 de julho de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora VALQUIRIA DORVALINA DA SILVA PEREIRA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/08/2015 a 13/10/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3179/2015.

PORTARIA Nº. 3179/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para REGIANE APARECIDA GONÇALVES ROSA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 13/08/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3180/2015.

PORTARIA Nº. 3180/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CEDER para a Secretaria de Estado da Fazenda, com ônus para origem, a servidora MARIA ELZI PEREIRA, matrícula nº. 300052-1, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei 1.201, de 23 de maio de 2001 e Convênio nº. 03903/2011-9, de 22 de agosto de 2011, pelo período de 03/08/2015 a 31/12/2016.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3181/2015.

PORTARIA Nº. 3181/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 03 de agosto de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3745793-2	Diego Oliveira de Mendonça	80%
3745157-1	Gabriella Machado Vieira	30%
3745056-1	Marcos Aurelio Henrique	30%

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3182/2015.

PORTARIA Nº. 3182/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora CRISTINA LOBATO FORTUNATO, matrícula nº. 123622-3 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 10/08/2015, de acordo com às folhas 23.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3183/2015.

PORTARIA Nº. 3183/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 13 de agosto de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
210527-5	Regiane Aparecida Gonçalves Rosa	R\$ 1250,00

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3184/2015.

PORTARIA Nº. 3184/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora DANIELA DE JESUS, matrícula nº. 801852-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 10/08/2015, de acordo com às folhas 03.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3185/2015.

PORTARIA Nº. 3185/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, o servidor ROCELITO SOUZA COELHO, matrícula nº. 800855-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 10/06/2015, de acordo com às folhas 44.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3187/2015.

PORTARIA Nº. 3187/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora DENISE MACHADO SANTIAGO, matrícula nº. 800925-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 10/08/2015, de acordo com às folhas 36.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3188/2015.

PORTARIA Nº. 3188/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401239-1	Gabriel Marciano Souza Gomes	Graduação	30%	14/07/2015
401789-2	Janaina Vitorino	Graduação	30%	28/07/2015
128514-2	Joyce Rejane de Souza	Graduação	30%	17/07/2015
3745774-1	Lenoir Maciel Antunes	Pós-Graduação	15%	31/07/2015
400909-1	Luciane Probst	Graduação	30%	31/07/2015
401961-1	Mariana Mendes Schafhauser	Graduação	30%	30/07/2015
300149-2	Neli Maria Schutz da Silva	Graduação	30%	28/07/2015
100644-1	Roberto Alessandro Antunes de Souza	Graduação	30%	30/07/2015
300070-1	Rosemeri Hilda Coelho	Graduação	30%	31/07/2015
300407-2	Vera Regina Siegel	Graduação	30%	28/07/2015

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3189/2015.

PORTARIA Nº. 3189/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
400204-1	Adriana Nascimento de Souza	Psicólogo	1-118-2B-D ANS	1-118-3B-D ANS	17/07/2015
300412-1	Ana Karina da Cunha	ASO	1-9-1-B - ANF - B	1-9-2-B- ANF - B	27/07/2015
401572-3	Ander Elesiario Fernandes	Técnico em Enfermagem	1-5-1-A - ANT	1-5-2-A - ANT	06/07/2015
401232-1	Annelise Camilo de Miranda	Telefonista	1-8-1-A - ANF - A	1-8-2-A- ANF – A	21/07/2015
801051-1	Edna Regina de Souza Sotero	Merendeira	1-9-1-C - ANF - B	1-9-2-C- ANF - B	16/07/2015
120865-1	Edson Luiz de Jesus	Fiscal de Tributos	1-147-2-E - ANMF	1-147-3-F- ANMF	03/07/2015
370204-6	Elizete João Raimundo Faust	Socorrista	1-5-1-A - ANT	1-5-2-A - ANT	11/02/2015
401655-1	Lilian Karla da Silva	ACS	1-143-1-A- ACS	1-143-2-A - ACS	08/07/2015
801434-1	Lucia Maura da Silva	ASO	1-9-1-B - ANF - B	1-9-2-B- ANF - B	20/07/2015
190060-1	Lucimar Lenir Martins da Silva	ASO	1-9-1-D - ANF - B	1-9-2-D- ANF - B	13/07/2015
401165-2	Maria T. Espindola Martins	ACS	1-143-1-A- ACS	1-143-2-A - ACS	03/07/2015
800348-1	Nair Maria Coelho Goes	ASG	1-9-1-D - ANF - B	1-9-2-D- ANF - B	17/07/2015
300427-1	Philippi Jacinto Pedro	Assistente Administrativo	1-17-2-A ANM	1-17-3-A ANM	28/07/2015
800327-1	Rosilda Maria Ramos	ASO	1-9-1-D - ANF - B	1-9-2-D- ANF - B	23/07/2015
400103-1	Sonia Maria Ditz Giacomini	Bioquímico	1-118-2B-E ANS	1-118-3B-E ANS	24/07/2015
300424-2	Terezinha da Silva Sanceverino	ASO	1-9-1-A - ANF - B	1-9-2-A- ANF - B	22/07/2015

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3190/2015.

PORTARIA Nº. 3190/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR JEAN GILBERTO RIBEIRO, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/08/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3191/2015.

PORTARIA Nº. 3191/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA PIRES, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/08/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3194/2015.

PORTARIA Nº. 3194/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANA CLAUDIA RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Mara Luiza Vieira Liberato da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/08/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3195/2015.

PORTARIA Nº. 3195/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JULIANA MARAFIGO DE LIZ, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de

01/08/2015.

Palhoça, SC, em 08 de agosto de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3196/2015.

PORTARIA Nº. 3196/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ROSA MARIA DA SILVEIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2015.

Palhoça, SC, em 08 de agosto de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3197/2015.

PORTARIA Nº. 3197/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOSIANE TEREZINHA PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Padre Réus da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/08/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3198/2015.

PORTARIA Nº. 3198/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MABEL ELIANE MENDES DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Padre Réus da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/08/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3199/2015.

PORTARIA Nº. 3199/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JANAINA FLORIANO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Romeu e Julieta da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/08/2015 a 03/09/2015.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

ALTERAÇÃO 01/2015-AUDIÊNCIA PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ALTERAÇÃO 01/2015

O Conselho Municipal de Saúde de Palhoça, comunica aos interessados que houve alteração do horário de início da Audiência Pública para a apresentação de relatório de gestão em saúde para exercício do controle social, para às 18:00 horas dia 21 de setembro de 2015.

Palhoça, 16 de setembro de 2015.

Bernadete Ciriaca Karklin

Presidente do Conselho Mun. de Saúde

Palmitos

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 010/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
PALMITOS - SC
RESOLUÇÃO Nº. 010/2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, do Município de Palmitos, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o que estabelece o edital de nº. 001/2015 Torna Público, os locais de votação para eleição dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 1º Estabelece os locais de votação para a Eleição dos membros do Conselho Tutelar, que acontecerá no próximo dia 04 de outubro, ficando assim definidos:

- Local 1:

- Prefeitura Municipal, votarão eleitores que convencionalmente votam:
- no Núcleo Educacional Municipal Aluino Knapp – Distrito Diamantina;
- na Escola de Ensino Fundamental Sede Oldemburg;
- no Salão Comunitário da Linha Cachoeira;
- na Escola Isolada da Linha Nova Santa Cruz;
- no Salão Evangélico de Linha Ilha Redonda;
- no Salão Comunitário de Linha Barra Grande;
- no Salão Comunitário de Linha Três Pinheiros;
- no Salão Comunitário de Linha Central Norte;
- no Salão Comunitário de Linha Santa Maria Goreti;
- no Salão Comunitário de Linha Lambari;
- na Escola da Linha Progresso;
- no Salão Comunitário de Linha Pinhalzinho;
- no Colégio Santa Rita;
- na Escola Linha Baixa Diamantina;
- no Salão Comunitário da Linha São Domingos;
- no Salão Comunitário da Linha Fogão;
- no Salão Comunitário de Linha Santa Catarina;
- na Escola Isolada Municipal de Linha Chapadão;
- na Escola Básica Princesa Isabel; e
- na FAP – Faculdade Regional Palmitos.

- Local 2:

- Núcleo Educacional Ida Vitori, votarão os eleitores que convencionalmente votam:
- na Escola de Educação Básica Felisberto de Carvalho;
- no Núcleo Educacional Municipal Avelino Triches – Linha Passarinhos;
- na Escola de Ensino Fundamental Francisco Fausto da Luz;
- na Escola de Educação Básica Jorge Lacerda – Linha São Braz;
- no Salão Comunitário de Linha Taquarussu;
- no Salão Comunitário de Linha São Gotardo;
- no Salão Comunitário de Linha Nova Brasília;
- no Salão Comunitário de Linha Marcon;
- no Núcleo Educacional Municipal Rudolpho Schreiner;
- no Salão Comunitário de Linha Cascalho;
- no Salão Comunitário de Linha Téchio;
- no Salão Comunitário de Linha da Gruta;
- no Salão Comunitário da Linha Tirelli;
- no Salão Comunitário de Linha Toniolli; e
- no Núcleo Educacional Municipal Ida Vitori.

Art. 2º - A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário das 9h00 às 15h00 horas, conforme estabelece a Retificação do edital III.

Art. 3º - O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a este, com foto.

Art. 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmitos, SC, 14 de setembro de 2015.

Luciana Maria Toniolli
Presidente do CMDCA

Passo de Torres

PREFEITURA

LEI 1006/2015 LDO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 1006 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2016, serão elaboradas e executadas observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I – as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;

II – as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2016 extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017 e aprovadas em audiência pública;

III – a estrutura dos orçamentos da Prefeitura e dos Fundos Municipais;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativas a arrecadação;

VIII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 estão identificadas no ANEXO I desta Lei, e que conterà ainda os seguintes demonstrativos:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2014 (último exercício encerrado);

II - Anexo I.2 – Demonstrativo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos exercícios anteriores;

III – Anexo I.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

;

IV – Anexo I.3.1 – Memória e Metodologia de Cálculo das Principais Fontes de Receita;

;

V – Anexo I.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Despesa;

VI – Anexo I.4.1 – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

VII – Anexo I.5 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VIII - Anexo I.6 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

IX – Anexo I.7 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

X – Anexo I.8 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;

XI – Anexo I.9 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XII – Anexo I.10 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIII - Anexo II.1 a II.14 – Planilhas das Prioridades e Metas;

XIV - Anexo III – Demonstrativo dos Riscos Fiscais;

XV - Anexo IV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público;

XVI - Anexo V – Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação;

XVII - Anexo VI – Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas.

Parágrafo Único: O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social e o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se aplicam, em função da adoção pelo Município do Regime Geral da Previdência Social;

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II e VI de que trata o artigo 2º desta Lei.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo,

das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos;

XI – receita não financeira, receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos, quando existentes;

XII – despesa não financeira, despesa total do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, reserva de contingência, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento (destinação de recursos) na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos Municipais, e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias: MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001-consolidada, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, Segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação, em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2016. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2016. (Art. 8º e 50 I da LRF).

§ 1º Os Anexos de que trata este artigo poderão ser apresentados de forma individualizada ou agrupados numa mesma planilha, desde que evidenciem as informações relacionadas.

§ 2º O Orçamento Geral do Município poderá ser apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora cada Fundo Municipal com orçamento e contabilidade próprios.

§ 4º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001-consolidada, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, dentro de cada Projeto/Atividade.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

§ 5º O orçamento dos Fundos Municipais descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto

no caput deste artigo.

§ 6º Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigir sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar o orçamento geral da Prefeitura, apresentando em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 8º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e para a fixação das despesas.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do Orçamento Fiscal.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo o Poder Legislativo e o Poder Executivo e seus Fundos. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Parágrafo Único: O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e demais normas do Tribunal de Justiça.

Art. 11 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo, por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegados a servidores municipais.

§ 2º Nos casos em que a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal, a movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos interessados os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13 - Se a receita estimada para 2016, comprovadamente não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira

nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações: (Art. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos; II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas; III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros, das diversas atividades.

Parágrafo único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.10 desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, na forma e limites previstos no PPA 2014/2017. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação,

a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016, com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros vínculos, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recurso para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Anexo I.9 desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, na forma que dispuser a legislação municipal pertinente. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º - Nas transferências de recursos, parcerias com o setor privado e outras modalidades análogas serão observados, no que couber, as disposições da Lei Federal 13.019/2014.

§ 2º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 11/12/2015, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único, da CF/88).

Art. 23 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 fazem parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de

transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados nos Anexos IV e V do artigo 2º desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF)

Art. 26 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 27 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001-consolidada.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto/Atividade, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI, da CF).

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF).

Art. 29 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ação – Anexo VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas trimestrais, para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública, até o final dos meses de maio e setembro do mesmo exercício (1º e 2º trimestres) e fevereiro do exercício subsequente (3º trimestre), de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32 - A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 33 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 34 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35 – O poder Executivo e Legislativo, mediante lei autorizativa, poderá em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observado os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação eleitoral. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 36 – Somente nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 90% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

Parágrafo Único: - Em qualquer circunstância, serão realizadas horas extras somente com prévia autorização da autoridade competente, justificado o interesse público e comprovada a excepcionalidade da despesa.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 37 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF):

- I – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 38 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Passo de Torres, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade

do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada no complemento de elemento "36" (pessoa física) ou "39" (pessoa jurídica).

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 40 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 41 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até ao final do exercício de 2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês do exercício de 2016, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 – O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei própria, poderá conceder incentivos e benefícios econômico-fiscais a pessoas jurídicas para ampliação e instalação de novas indústrias, desde que sejam comprovadas vantagens sociais, entre outras: a geração de emprego e renda, bem como, o incremento no retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 44 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, situações de emergência ou calamidade pública devidamente declarada e de situações provenientes de atos considerados involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 45 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a realização de obras ou serviços

de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.
Parágrafo Único: Os convênios assinados pelo Município com outros órgãos de governo serão remetidos ao Poder Legislativo em até 30 (trinta) dias contados da sua assinatura, para homologação e registros pertinentes, sob pena de serem considerados nulos.

Art. 46 - Por ato do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas, em especial quando originárias de intervenções do Tribunal de Contas e da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade.

Art. 47 – No exercício de 2016 e seguintes o Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria 828/2011 e alterações posteriores, do Ministério da Fazenda.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 48 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos até 31 de dezembro 2016.

Passo de Torres, em 09 de setembro de 2015.
Juarez Godinho Sheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 09 de setembro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO II (2)

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 01

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2016						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA: 1						
PROCESSO LEGISLATIVO						
DIAGNÓSTICO						
O legislativo municipal, composto de nove vereadores, funciona em prédio próprio, com autonomia financeira e com o apoio de 4 (quatro) servidores.						
DIRETRIZES						
Realização de sessões ordinárias conforme regimento interno; realização de sessões extraordinárias quando convocadas, realização de reuniões pelas diversas comissões; recebimento, discussão e votação das leis, apresentação de projetos de leis, projetos de resoluções e indicações, discussão e votação; fiscalização dos atos da administração; julgamento das contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do Legislativo Municipal.						
OBJETIVOS						
Dar cumprimento as funções básicas do Poder Legislativo de legislar, estabelecer, formular e fiscalizar.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
1	Manutenção do Processo Legislativo	Sessões	Unidade		1.200.000,00	0.1.00
2	Equipamentos Funcionais p/ o Legislativo	Sessões	Unidade		50.000,00	0.1.00
TOTAL					1.250.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

* 0.1.00 - Recursos Ordinários.

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 01**

* Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil;
 * Obrigações Patronais;
 * Material de Consumo;
 * Diárias-Civil;
 * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal);
 * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes);
 * Aposentadorias e Reformas;
 * Subvenções Sociais;
 * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;
 * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

* Equipamentos e Material Permanente;
 * Obras e Instalações;
 * Aquisição de Imóveis;
 * Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil;
 * Outras Despesas de Pessoal;
 * Passagens e Despesas com locomoção;
 * Serviços de Consultoria;

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 02

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 2						
GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						
DIAGNÓSTICO						
Este programa será executado pela estrutura do gabinete do Prefeito e suas assessorias.						
DIRETRIZES						
Elaboração da legislação necessária á gestão pública municipal; acompanhamento do processo legislativo; publicação dos atos da administração, coordenação das audiências públicas; coordenação da execução das políticas públicas; defesa dos interesses do município; planejamento das ações da administração; acompanhamento do sistema de controle interno; acompanhamento e avaliação dos programas de governo.						
OBJETIVOS						
Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
3	Manut. Gabinete Prefeito, Vice e Assessorias	Diversos			505.000,00	0.1.00
4	Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veículo	Unidade		50.000,00	0.1.00
5	Aquisição de Area e Construção da Sede Administrativa	Diversos			50.000,00	0.1.00
					50.000,00	0.1.90
					25.000,00	0.1.92
TOTAL					680.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

* 0.1.00 - Recursos Ordinários.
 0.1.90 - Operações de Créditos Internas
 0.1.92 - Alienação de Bens.

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 01**

* Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil;
 * Obrigações Patronais;
 * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal);
 * Subvenções Sociais;
 * Diárias Civil;
 * Material de Consumo;
 * Sentenças Judiciais (Pessoal);
 * Obras e Instalações;

* Sentenças Judiciais (Correntes);
 * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;
 * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
 * Auxílio-Alimentação;
 * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes);
 * Equipamentos e Material Permanente,
 * Contribuições;
 * Aquisição de Imóveis.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 03

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 3						
ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E PLANEJAMENTO						
DIAGNÓSTICO						
Este programa será executado pela estrutura administrativa e assessorias						
DIRETRIZES						
Gerenciamento de recursos humanos; bens patrimoniais; controle da frota; elaboração de processos licitatórios; atualização do cadastro imobiliário, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, fiscalização tributária, de obras e posturas, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores, controle de saldos de caixa e bancos, registro contábil dos atos e fatos da administração, controle da aplicação de recursos vinculados, emissão de relatórios gerenciais, apresentação de prestação de contas, etc.						
OBJETIVOS						
Manter o controle dos atos de pessoal, do patrimônio público e dos serviços gerais da administração, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões, arrecadar os tributos de competência do Município, controlar os limites de gastos para atender a legislação e cumprir o mandamento constitucional do controle interno.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
6	Aquisição de Veículos e Equipamentos	Bem patr.	Unidade		40.000,00	0.1.00
7	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	Diversos			2.000.000,00	0.1.00
8	Manutenção das Ações de Despesa Civil				30.000,00	0.1.00
					30.000,00	0.1.24
TOTAL					2.100.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários.
- * 0.1.24 - Transferências de Convênios.

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 02 e 04**

- | | |
|--|---|
| * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil; | * Sentenças Judiciais (Correntes); |
| * Obrigações Patronais; | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; |
| * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal); | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; |
| * Subvenções Sociais; | * Auxílio-Alimentação; |
| * Diárias Civil; | * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes); |
| * Material de Consumo; | * Equipamentos e Material Permanente, |
| * Sentenças Judiciais (Pessoal); | * Aquisição de Imóveis. |
| * Obras e Instalações; | |

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 04

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 4						
CRIANÇA NA ESCOLA						
DIAGNÓSTICO						
O Município possui duas escolas na rede de ensino fundamental. Além de ocupar temporariamente parte das instalações da escola estadual.						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade de melhorias e ampliação da rede física das escolas do município e aquisição de equipamentos. Melhoria do transporte escolar com aquisição de veículos e capacitação dos condutores.						
OBJETIVOS						
Melhorar a frequência nas escolas e a qualidade de ensino.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
9	Ampl., Constr. e Reforma Rede Física do Ensino Básico	Área	m²		110.000,00 50.000,00 170.000,00	0.1.00 0.1.58 0.1.22
10	Manutenção do Ensino Regular	Diversos			1.035.000,00 160.000,00 40.000,00 4.200.000,00 1.325.000,00 60.000,00	0.1.00 0.1.58 0.1.62 0.1.18 0.1.19 0.1.22
11	Manutenção do Transporte Escolar	Aluno/dia	Unidade		250.000,00 100.000,00 200.000,00	0.1.00 0.1.61 0.1.22
12	Manutenção da Merenda Escolar	Aluno/dia	Unidade		220.000,00 350.000,00	0.1.00 0.1.60
13	Aquisição de Ônibus e Veículos	Ônibus	Unidade		150.000,00 50.000,00	0.1.00 0.1.58
14	Construção de Quadra Poliesportiva Coberta	Área	m²		100.000,00 100.000,00 70.000,00	0.1.00 0.1.58 0.1.22
15	Implantação/ampliação de Laboratórios de Informática	Equipos.	Unidade		70.000,00	0.1.00
16	Manutenção de Outros Níveis de Ensino	Diversos	Diversos		200.000,00	0.1.00
17	Manutenção do Departamento de Educação	Diversos	Diversos		200.000,00	0.1.00
18	Aquis. Área, Constr. Ampliação de Creches	Área	m2		200.000,00 40.000,00	0.1.00 0.1.22
19	Manutenção das Creches	Diversos			300.000,00 50.000,00	0.1.00 0.1.62
TOTAL					9.800.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários;
- * 0.1.15 - Transferências de Recursos do FNDE;
- * 0.1.18 - Transferências do FUNDEB - 60% Rem. Profis. Educação
- * 0.1.19 - Transferências do FUNDEB - outras despesas
- * 0.1.22 - Transferências de Convênios - Educação
- * 0.1.90 - Operações de Crédito Internas
- * 0.1.92 - Alienação de Bens

Legenda de Produto:**Diversos: Ação02, 03 - 04 - 08 - 09 e 11**

- * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil;
- * Obrigações Patronais;
- * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal);
- * Subvenções Sociais;
- * Diárias Civil;
- * Material de Consumo;
- * Sentenças Judiciais (Pessoal);

- * Obras e Instalações
- * Sentenças Judiciais (Correntes);
- * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;
- * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
- * Auxílio-Alimentação;
- * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes);
- * Equipamentos e Material Permanente,
- * Aquisição de Imóveis.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 05

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2016						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 5						
ESPORTE AMADOR						
DIAGNÓSTICO						
Na rede municipal, a população com aproximadamente 6.726 habitantes dispõe para uso na área esportiva de apenas um campo de futebol (aberto).						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade de melhorias e ampliação para melhor atender os munícipes com construção de 3 (três) quadras poliesportivas e a aquisição de equipamentos esportivos e manutenção do desporto amador.						
OBJETIVOS						
Estimular a prática esportiva, descobrir novos talentos, afastar os jovens das drogas. Atender as reivindicações dos bairros São Francisco, Centro e Balneário Rosa do Mar.						
Cod.	Ações	Produtos	Un. Medida	META	VALOR	DR
20	Manutenção da Secretaria de Esportes	Diversos			155.000,00	0.1.00
21	Construção de Quadra Poliesportiva	Quadra	Unidade		50.000,00	0.1.00
22	Manutenção de Projetos Esportivos	Projetos			5.000,00	0.1.00
23	Construção de Equipamentos Esportivos	Pista	Unidade		60.000,00	0.1.00
					25.000,00	0.1.24
24	Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veículo	Unidade		5.000,00	0.1.00
TOTAL					300.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

* 0.1.00 - Recursos Ordinários.

* 0.1.24 - Transferências de Convênios

Legenda de Produto:

Diversos: Ação 01

* Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil;
 * Obrigações Patronais;
 * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal);
 * Subvenções Sociais;
 * Diárias Civil;
 * Material de Consumo;
 * Sentenças Judiciais (Pessoal);
 * Obras e Instalações;

* Sentenças Judiciais (Correntes);
 * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;
 * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
 * Auxílio-Alimentação;
 * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes);
 * Equipamentos e Material Permanente,
 * Aquisição de Imóveis.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 06

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 6						
TURISMO E CULTURA INTEGRADOS						
DIAGNÓSTICO						
O Município possui grande potencial turístico, contendo uma orla marítima de 13 Km, distribuídos em 24 balneários.						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade da construção de guaritas para salva vidas, construção de banheiros publicos nas praias, construção e manutenção de passarelas em material ecologicamente correto para acesso as praias, construção de pórtico turístico, incentivos ao turismo integrado, construção do centro de eventos e manutenção de atividades da cultura e do turismo.						
OBJETIVOS						
Aumentar o fluxo de turistas gerando alternativas de renda para a população.						
Cod.	Ações	Produtos	Un. Medida	Meta	Valor	DR
25	Construção de Equip. de Suporte ao Turismo e Segurança ao Turista	Equipamento	Unidade		120.000,00 15.000,00	0.1.00 0.1.24
26	Manutenção do Departamento de Turismo	Diversos			250.000,00	0.1.00
27	Manutenção do Departamento de Cultura	Diversos	diversos		100.000,00	0.1.00
28	Construção do Centro de Eventos e Ambientes Culturais	Área	m2		50.000,00 165.000,00	0.1.00 0.1.24
29	Manutenção dos Eventos Municipais				80.000,00 20.000,00	0.1.00 0.1.24
TOTAL					800.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários;
- * 0.1.24 - Transferências de Convênio

Legenda de Produto:**Diversos: Ação02, 03 e 05**

- | | |
|--|---|
| * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil; | * Sentenças Judiciais (Correntes); |
| * Obrigações Patronais; | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; |
| * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal); | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; |
| * Subvenções Sociais; | * Auxílio-Alimentação; |
| * Diárias Civil; | * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes); |
| * Material de Consumo; | * Equipamentos e Material Permanente; |
| * Sentenças Judiciais (Pessoal); | * Aquisição de Imóveis. |
| * Obras e Instalações; | |

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 07

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 7						
SAÚDE AO CIDADÃO						
DIAGNÓSTICO						
O Município possui uma unidade de saúde na sede do Município e uma outra unidade de saúde no Balneário Bella Torres que presta atendimento básico nas áreas de odontologia, clínico geral, pediatria e gineco/obstetrícia. Desenvolve ações de baixa e média complexidade, referenciando ações de alta complexidade para centros de referência pactuados na Programação Pactuada e Integrada-PPI, há uma população de aproximadamente 6.726 habitantes.						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade da construção e ampliação de unidades de saúdes, aquisição de equipamentos, instrumentais, material médico-hospitalar-odontológico, aquisição de veículos/ambulancias e aquisição de móveis.						
OBJETIVOS						
Oferecer ações básicas de saúde de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde; Dar atendimento à criança, ao adolescente, à mulher e ao idoso inseridos nos programas existentes; Oferecer aos usuários do SUS, serviços de qualidade, buscando prevenir doenças na população; Criar e implementar programas de saúde pública.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
30	Aquisição de Equip. e Veículos da Infraestrutura de Saúde	Veículo	Unidade		100.000,00 120.000,00 15.000,00	0.1.00 0.2.23 0.2.92
31	Aquis. Área, Construção, Ampliação e Reforma de Unidades	Área	m²		130.000,00 60.000,00	0.1.00 0.2.23
32	Manutenção do PSF/PACS	Equipo	Unidade		250.000,00 400.000,00	0.1.00 0.2.14
33	Manutenção do PMAC				30.000,00 150.000,00	0.1.00 0.2.14
34	Manutenção das Ações de Saúde Pública	Diversos			3.040.000,00 15.000,00 300.000,00 55.000,00	0.1.00 0.2.12 0.2.14 0.2.23
35	Manutenção dos Programas Especiais de Saúde	Diversos			250.000,00 60.000,00 25.000,00	0.1.00 0.2.14 0.2.23
TOTAL					5.000.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários;
- * 0.2.00 - Recursos Ordinários;
- * 0.2.12 - Serviços de Saúde
- * 0.2.14 - Transferências de Recursos do SUS
- * 0.2.23 - Transferências de Convênios - Saúde
- * 0.2.92 - Alienação de Bens

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 03, 04 -e 05**

- | | |
|--|---|
| * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil; | * Sentenças Judiciais (Correntes); |
| * Obrigações Patronais; | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; |
| * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal); | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; |
| * Subvenções Sociais; | * Auxílio-Alimentação; |
| * Diárias Civil; | * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes); |
| * Material de Consumo; | * Equipamentos e Material Permanente, |
| * Sentenças Judiciais (Pessoal); | * Aquisição de Imóveis. |
| * Obras e Instalações; | |

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 08

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2016						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 8						
PROTEÇÃO SOCIAL						
DIAGNÓSTICO						
Existe no município aproximadamente 400 famílias carentes que necessitam da atenção do poder público municipal, um grupo de idosos e 07 clubes de mães. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA é composto por 12 (doze) membros e pelo Conselho Tutelar-CT com 5 conselheiros eleitos e remunerados.						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade do atendimento e orientação as famílias carentes, fortalecimento dos grupos de idosos e clube de mães. Construção de habitações populares e construção do CRAS.						
OBJETIVOS						
Criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração do idoso a sociedade e melhoria de sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram suas potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar. Dar condições as famílias carentes de possuírem melhores condições de moradia.						
Cod	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
36	Aquisição de Veículos e Equipamentos	Veículo	Unidade		20.000,00	0.1.00
37	Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social	Diversos	Diversos		210.000,00	0.1.00
					100.000,00	0.1.29
38	Construção Cras				10.000,00	0.1.00
					60.000,00	0.1.24
39	Manut. Fundo Municipal dos Direitos	Diversos	Diversos		60.000,00	0.1.00
					60.000,00	0.1.44
40	Manutenção do Fundo Municipal de Habitação	Diversos	Diversos		20.000,00	0.1.00
41	Aquisição de Área e Construção de Casas Populares	Casa			20.000,00	0.1.00
					140.000,00	0.1.24
42	Formação e Capacitação Profissional	Aluno	Aluno		30.000,00	0.1.00
43	Apoio a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco				100.000,00	0.1.00
65	Manutenção e Desenvolvimento das Ações do Conselho Municipal do Idoso				20.000,00	0.1.00
					20.000,00	0.1.29
TOTAL					870.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários.
- * 0.1.24 - Transferências de Convênios.
- * 0.1.29 - Transferências de Recursos FNAS
- * 0.1.44 - Transferências de Recursos FIA

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 02**

- | | |
|--|---|
| * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil; | * Sentenças Judiciais (Correntes); |
| * Obrigações Patronais; | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; |
| * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal); | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; |
| * Subvenções Sociais; | * Auxílio-Alimentação; |
| * Diárias Civil; | * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes); |
| * Material de Consumo; | * Equipamentos e Material Permanente, |
| * Sentenças Judiciais (Pessoal); | * Aquisição de Imóveis. |
| * Obras e Instalações; | |

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 09

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2016						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 9						
ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO						
DIAGNÓSTICO						
O Município rede de abastecimento de água, mas não possui rede de esgoto.						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade da ampliação da rede de abastecimento de água e implantação da rede de esgoto, através da casan ou samae.						
OBJETIVOS						
Melhorar a qualidade de vida e saúde da população. Ampliar os serviços de tratamento de água e esgoto.						
Cod.	Ações	Produtos	Un. Medida	Meta	Valor	DR
44	Apliação Sitemas Trat. e Abastecimento de Água	Área	m²		25.000,00 70.000,00	0.1.00 0.1.24
45	Aquisição de Área e Constr. De Estação de Tratamento de Esgoto	Projetos	Unidade		15.000,00 70.000,00	0.1.00 0.1.24
46	Destinação Final de Resíduos Sólidos do Lixo	Lixo	m³		10.000,00 60.000,00	0.1.00 0.1.24
TOTAL					250.000,00	
Legenda Destinação de Recursos:						
* 0.1.00 - Recursos Ordinários.						
* 0.1.24 - Transferências de Convênios						

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 10

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2016					
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
PROGRAMA 10					
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
DIAGNÓSTICO					
O Município possui pequenas propriedades rurais, que atuam na produção de fumo, mandioca e hortifrutigranjeiros, que necessitam do apoio da municipalidade com equipamentos agrícolas. A pesca é uma atividade importante, de subsistência de um grande número de famílias.					
DIRETRIZES					
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade da ampliação assistência técnica e com equipamentos aos pequenos produtores rurais, aquisição de novos equipamentos. Incentivos às atividades pesqueiras e outras atividades econômicas da indústria e do comércio.					
OBJETIVOS					
Ampliar área de produção e a produtividade, elevar a rentabilidade, capitalizar o agricultor, melhorar as condições de vida do pequeno produtor rural. Equipar as Secretarias da Pesca e da Agricultura. Capacitação de pescadores, agricultores e prestadores de serviços. Aquisição de áreas para o Parque Industrial.					
Cod.	Ações	Produtos	Meta	Valor	DR
47	Incentivo aos Programas de Desenv. Econômico			60.000,00	0.1.00
48	Aquis.Máquinas, Equip. Agrícolas e Utilitários	Máquinas/Equipam.		50.000,00	0.1.00
				50.000,00	0.1.24
49	Manutenção da Secretaria de Agricultura	Diversos		200.000,00	0.1.00
50	Manutenção da Secretaria da Pesca			300.000,00	0.1.00
51	Infraestrutura para a Pesca			10.000,00	0.1.00
				25.000,00	0.1.24
52	Manutenção do Depto. Des.Econômico			200.000,00	0.1.00
53	Manutenção do Depto. do Meio Ambiente			75.000,00	0.1.00
				30.000,00	0.1.24
TOTAL				1.000.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários.
- * 0.1.24 - Transferências de Convênios
- * 0.1.95 - Transferências de Recursos de Convênio do Estado.

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 03, 04, 06 e 07**

- | | |
|--|---|
| * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil; | * Sentenças Judiciais (Correntes); |
| * Obrigações Patronais; | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; |
| * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal); | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; |
| * Subvenções Sociais; | * Auxílio-Alimentação; |
| * Diárias Civil; | * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes); |
| * Material de Consumo; | * Equipamentos e Material Permanente, |
| * Sentenças Judiciais (Pessoal); | * Aquisição de Imóveis. |
| * Obras e Instalações; | |

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 11

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2016						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 11						
SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA						
DIAGNÓSTICO						
O Município possui frota de caçambas, carregadeira, retroescavadeiras e motoniveladora, para atender as estradas vicinais.						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade da manutenção das atividades operacionais da Secretaria de obras e Serviços Públicos. Manutenção da Infraestrutura.						
OBJETIVOS						
Melhorar o sistema de transporte, limpeza pública, segurança , proporcionar melhor visual da margem da Lagoa da Barra e Rio Mampituba, sinalização de trânsito, manutenção e melhoramento de vias e praças.						
Cod.	Ações	Produtos	Un. Medida	Meta	Valor	DR
54	Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras				3.260.000,00	0.1.00
					115.000,00	0.1.24
55	Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	Ponto Luz	Unidade		50.000,00	0.1.00
					300.000,00	0.1.17
56	Manut. da Infraestrutura Operacional de Serv. Públicos	Diversos	Diversos		100.000,00	0.1.00
					35.000,00	0.1.16
					25.000,00	0.1.24
					115.000,00	0.1.42
TOTAL					4.000.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários.
- * 0.1.16 - Contribuição cide
- * 0.1.17 - Contribuição COSIP
- * 0.1.24 - Transferências de Convênios.
- * 0.1.42 - Royalties de Petróleo

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 01, 02 e 03**

- | | |
|--|---|
| * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil; | * Sentenças Judiciais (Correntes); |
| * Obrigações Patronais; | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; |
| * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal); | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; |
| * Subvenções Sociais; | * Auxílio-Alimentação; |
| * Diárias Civil; | * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes); |
| * Material de Consumo; | * Equipamentos e Material Permanente, |
| * Sentenças Judiciais (Pessoal); | * Aquisição de Imóveis. |
| * Obras e Instalações; | |

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 12

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2016						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 12						
INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES						
DIAGNÓSTICO						
O Município possui frota própria de veículos e máquinas e uma malha viária que necessita de melhoramentos.						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade ensaibramento, patrolamento e limpeza das estradas vicinais, contrução e conservação de pontes e bueiros, abertura de novas estradas e aquisição de novos equipamentos, pavimentação e drenagem de vias públicas.						
OBJETIVOS						
Ampliar e melhorar o sistema viário do município, equipar o sistema de coleta de lixo, pavimentação de ruas priorizadas nas audiências públicas e execução de projetos da infraestrutura na Sede, Praias e interior.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
57	Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos	Veículos	Unidade		240.000,00	0.1.00
					395.000,00	0.1.24
					50.000,00	0.1.90
					100.000,00	0.1.92
58	Pavimentação e Drenagem Pluvial de Ruas e Avenidas	Área	m²		230.000,00	0.1.00
					715.000,00	0.1.24
					1.600.000,00	0.1.90
59	Constr. Pontes, Pontilhões, Passarelas e Obras de Arte	Ponte/Pontilhões	m²		100.000,00	0.1.00
					70.000,00	0.1.24
60	Ampliação e Reforma da Garagem Municipal	Área	m²		20.000,00	0.1.00
61	Construção de Casa Mortuária e Ampl.Cemitérios	Área	m²		30.000,00	0.1.00
TOTAL					3.550.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários.
- * 0.1.24 - Transferências de Convênios
- * 0.1.90 - Operações de Crédito Interns
- * 0.1.92 - Alienação de Bens

Legenda de Produto:**Diversos:**

- | | |
|--|---|
| * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil; | * Sentenças Judiciais (Correntes); |
| * Obrigações Patronais; | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; |
| * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal); | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; |
| * Subvenções Sociais; | * Auxílio-Alimentação; |
| * Diárias Civil; | * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes); |
| * Material de Consumo; | * Equipamentos e Material Permanente, |
| * Sentenças Judiciais (Pessoal); | * Aquisição de Imóveis. |
| * Obras e Instalações; | |

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 13

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2016						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 13						
ENCARGOS ESPECIAIS						
DIAGNÓSTICO						
Neste programa estão globalizadas as despesas que pela sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas parceladas, contribuição INSS, FGTS, PASEP e pagamento de precatórios trabalhistas.						
DIRETRIZES						
Pagamento mensal dos compromissos assumidos por empréstimos e financiamentos e encargos sociais.						
OBJETIVOS						
Garantir que os compromissos assumidos possam ser cumpridos integralmente.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
62	Manutenção dos Encargos Gerais	Diversos			330.000,00	0.1.00
TOTAL					330.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

* 0.1.00 - Recursos Ordinários.

Legenda de Produto:

Diversos: Ação 01

* Principal da Dívida Contratual Resgatada;
 * Juros sobre a Dívida por Contrato;
 * Obrigações Tributárias e Contributivas;
 * Amortização do principal e encargos da dívida;
 * Precatórios trabalhistas;

* Aumento e reposição salarial;
 * Reestruturação do quadro de cargos salários;
 * Precatórios de Títulos;
 * Restos a pagar de outros exercícios.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 14

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2016						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 14						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
DIAGNOSTICO						
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como constituição.						
DIRETRIZES						
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como constituição.						
OBJETIVOS						
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como constituição.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
63	Reserva de Contingência da Prefeitura	Diversos			50.000,00	0.1.00
64	Reserva de Contingência do Fundo M. de Saúde	Diversos			20.000,00	0.1.00
TOTAL					70.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

* 0.1.00 - Recursos Ordinários.

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 01 e 02**

- * Passivos Contingentes;
- * Eventos Fiscais Imprevistos;
- * Riscos Fiscais;
- * Dotações Orçadas a Menor e/ou não Orçadas.

Anexo VI.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

ANEXO VI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016

R\$ 1,00

R\$ 1.000

DEMONSTRATIVO DAS METAS FÍSICAS E FISCAIS POR AÇÕES											
CÓDIGO PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE	PROGRAMAS/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS			
					PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA	
1		PROCESSO LEGISLATIVO						3.750.000	1.250.000		
	1	Manutenção do Processo Legislativo	Sessões	Unidade				3.600.000	1.200.000		
	2	Equipamentos Funcionais p/ o Legislativo	Equipamento	Unidade				150.000	50.000		
2		GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						2.600.000	680.000		
	3	Manut. Gabinete Prefeito, Vice e Assessorias	Diversos					1.600.000	505.000		
	4	Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veículo	Unidade				150.000	50.000		
	5	Aquisição de Área e Construção da Sede Administrativa	Diversos					850.000	125.000		
3		ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E PLANEJAMENTO						7.380.000	2.100.000		
	6	Aquisição de Veículos e Equipamentos	Bem patr.	Unidade				180.000	40.000		
	7	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	Diversos					7.000.000	2.000.000		
	8	Manutenção das Ações de Desesa Civil						200.000	60.000		
4		CRIANÇA NA ESCOLA						31.100.000	9.800.000		
	9	Ampl., Constr. e Reforma Rede Física do Ensino Básico	Área	m²				1.550.000	330.000		
	10	Manutenção do Ensino Regular	Diversos					20.950.000	6.820.000		
	11	Manutenção do Transporte Escolar	Aluno/dia	Unidade				1.750.000	550.000		
	12	Manutenção da Merenda Escolar	Aluno/dia	Unidade				1.900.000	570.000		
	13	Aquisição de Ônibus e Veículos	Ônibus	Unidade				700.000	200.000		
	14	Construção de Quadra Poliesportiva Coberta	Área	m²				1.050.000	270.000		
	15	Implantação/ampliação de Laboratórios de Informática	Equipos.	Unidade				300.000	70.000		
	16	Manutenção de Outros Níveis de Ensino	Diversos	Diversos				700.000	200.000		
	17	Manutenção do Departamento de Educação	Diversos	Diversos				700.000	200.000		
	18	Aquis. Área, Constr. Ampliação de Creches	Área	m2				700.000	240.000		
	19	Manutenção das Creches	Diversos					800.000	350.000		
5		ESPORTE AMADOR						1.600.000	300.000		
	20	Manutenção da Secretaria de Esportes	Diversos					600.000	155.000		
	21	Construção de Quadra Poliesportiva	Quadra					300.000	50.000		
	22	Manutenção de Projetos Esportivos	Projetos					200.000	5.000		
	23	Construção de Equipamentos Esportivos	Pista	Unidade				400.000	85.000		
	24	Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veículo	Unidade				100.000	5.000		
	6		TURISMO E CULTURA INTEGRADOS						2.700.000	800.000	
		25	Construção de Equip. de Suporte ao Turismo e Segurança ao Turista	Equipamento	Unidade				550.000	135.000	
26		Manutenção do Departamento de Turismo	Diversos					800.000	250.000		
27		Manutenção do Departamento de Cultura	Diversos	diversos				200.000	100.000		
28		Construção do Centro de Eventos e Ambientes Culturais	Área	m2				900.000	215.000		
29		Manutenção dos Eventos Municipais						250.000	100.000		
Página 1											

7		SAÚDE AO CIDADÃO			Área		18.100.000	5.000.000	
30	Aquisição de Equip. e Veículos da Infraestrutura de Saúde	Veículo	Unidade				1.050.000	235.000	
31	Aquis. Área, Construção, Ampliação e Reforma de Unidades	Área	m²				650.000	190.000	
32	Manutenção do PSF/PACS	Equipo	Unidade				2.500.000	650.000	
33	Manutenção do PMAC						0	180.000	
34	Manutenção das Ações de Saúde Pública	Diversos					12.850.000	3.410.000	
35	Manutenção dos Programas Especiais de Saúde	Diversos					1.050.000	335.000	
8		PROTEÇÃO SOCIAL					2.700.000	870.000	
36	Aquisição de Veículos e Equipamentos	Veículo	Unidade				70.000	20.000	
37	Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social	Diversos	Diversos				830.000	310.000	
38	Construção Cras						300.000	70.000	
39	Manut. Fundo Municipal dos Direitos Criança/Adolescente	Diversos	Diversos				500.000	120.000	
40	Manutenção do Fundo Municipal de Habitação						100.000	20.000	
41	Aquisição de Área e Construção de Casas Populares						700.000	160.000	
42	Formação e Capacitação Profissional	Aluno					100.000	30.000	
43	Apoio a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco						100.000	100.000	
45	Manutenção e Desenvolvimento das Ações do C. M. Idoso	Diversos	Diversos					40.000	
9		ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO					1.300.000	250.000	
44	Aplicação Sitemas Trat. e Abastecimento de Água	Área	m²				400.000	95.000	
45	Aquisição de Área e Constr. De Estação de Tratamento de Esgoto	Projetos	Unidade				350.000	85.000	
46	Destinação Final de Resíduos Sólidos do Lixo	Lixo	m³				550.000	70.000	
10		DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					3.000.000	1.000.000	
47	Incentivo aos Programas de Desenv. Econômico						250.000	60.000	
48	Aquis. Máquinas, Equip. Agrícolas e Utilitários	Máquinas/Equipam.	Unidade				300.000	100.000	
49	Manutenção da Secretaria de Agricultura	Diversos					300.000	200.000	
50	Manutenção da Secretaria da Pesca						900.000	300.000	
51	Infraestrutura para a Pesca						130.000	35.000	
52	Manutenção do Depto. Des. Econômico						850.000	200.000	
53	Manutenção do Depto. do Meio Ambiente						270.000,00	105.000	
11		SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA					14.300.000	4.000.000	
54	Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras						12.000.000	3.375.000	
55	Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	Ponto Luz	Unidade				1.350.000	350.000	
56	Manut. da Infraestrutura Operacional de Serv. Públicos	Diversos	Diversos				950.000	275.000	
12		INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES					7.300.000	3.550.000	
57	Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos	Veículos	Unidade				2.600.000	785.000	
58	Pavimentação e Drenagem Pluvial de Ruas e Avenidas	Área	m²				3.900.000	2.545.000	
59	Constr. Pontes, Pontilhões, Passarelas e Obras de Arte	Ponte/Pontilhões	m²				650.000	170.000	
60	Ampliação e Reforma da Garagem Municipal	Área	m²				50.000	20.000	
61	Construção de Casa Mortuária e Ampl. Cemitérios	Área	m²				100.000	30.000	
13		ENCARGOS ESPECIAIS					1.000.000	330.000	
62	Manutenção dos Encargos Gerais						1.000.000	330.000	
14		RESERVA DE CONTINGÊNCIA					270.000	70.000	
63	Reserva de Contingência da Prefeitura						200.000	50.000	
64	Reserva de Contingência do Fundo M. de Saúde						70.000	20.000	
TOTAL CONSOLIDADO							97.100.000	30.000.000	

Página 2

Anexo I4.1.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016					
DEMONSTRATIVO DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS - DR					
ANEXO I.4.1					
					R\$ 1,00
DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	CÓDIGO	PROGRAMA	VALOR
0.1.00	Recursos Ordinários	17.300.000	1	PROCESSO LEGISLATIVO	1.250.000
			2	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	605.000
			3	ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E	2.070.000
			4	CRIANÇA NA ESCOLA	2.835.000
			5	ESPORTE AMADOR	275.000
			6	TURISMO E CULTURA INTEGRADOS	600.000
			7	SAÚDE AO CIDADÃO	3.800.000
			8	PROTEÇÃO SOCIAL	490.000
			9	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	50.000
			10	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	895.000
			11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	3.410.000
			12	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	620.000
			13	ENCARGOS ESPECIAIS	330.000
			14	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.000
	SOMA	17.300.000		SOMA	17.300.000
0.1.15	Transferências de Rec. Do FNDE	900.000	4	CRIANÇA NA ESCOLA	900.000
0.1.16	Contrib. Dom.Econômico - CIDE	35.000	11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	35.000
0.1.17	Contrib.Ilum.Publ. COSIP	300.000	11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	300.000
0.1.18	Transf. do FUNDEB - 60%	4.200.000	4	CRIANÇA NA ESCOLA	4.200.000
0.1.19	Transf. do FUNDEB - 40%	1.325.000	4	CRIANÇA NA ESCOLA	1.325.000
0.1.22	Transf. Convênios - Educação	540.000	4	CRIANÇA NA ESCOLA	540.000

Página 1

Anexo I4.1.

0.1.24	Transf. Convênios - outros	2.080.000	3	ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E	30.000
			5	ESPORTE AMADOR	25.000
			6	TURISMO E CULTURA INTEGRADOS	200.000
			8	PROTEÇÃO SOCIAL	200.000
			9	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	200.000
			10	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	105.000
			11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	140.000
			12	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	1.180.000
0.1.29		120.000	8	PROTEÇÃO SOCIAL	120.000
0.1.42	Royalties de Petróleo	115.000	11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	115.000
0.1.44	Transferências de Recursos do FIA	60.000	8	PROTEÇÃO SOCIAL	60.000
0.1.90	Operações de Crédito Internas	1.700.000	2	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	50.000
			12	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	1.650.000
0.1.92	Alienação de Bens	125.000	2	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	25.000
			12	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	100.000
0.2.12	Serviços de Saúde	15.000	7	SAÚDE AO CIDADÃO	15.000
0.2.14	Transf. Recursos SUS	910.000	7	SAÚDE AO CIDADÃO	910.000
0.2.23	Transf. Convênios -Saúde	260.000	7	SAÚDE AO CIDADÃO	260.000
0.2.92	Alienação de Bens	15.000	7	SAÚDE AO CIDADÃO	15.000
	SOMA	12.700.000		SOMA	12.700.000
	TOTAL	30.000.000		TOTAL	30.000.000

Anexo I.4.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES			
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016			
Demonstrativo das Metas Fiscais da Despesa			
ANEXO I.4			
			R\$ 1,00
CÓDIGO	PROGRAMA UNIDADE GESTORA PREFEITURA	CÓDIGO DR	VALOR
1	PROCESSO LEGISLATIVO		1.250.000
		0.1.00	1.250.000
2	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		680.000
		0.1.00	605.000
		0.1.90	50.000
		0.1.92	25.000
3	ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E PLANEJAMENTO		2.100.000
		0.1.00	2.070.000
		0.1.24	30.000
4	CRIANÇA NA ESCOLA		9.800.000
		0.1.00	2.835.000
		0.1.15	900.000
		0.1.18	4.200.000
		0.1.19	1.325.000
		0.1.22	540.000
		0.1.94	0
5	ESPORTE AMADOR		300.000
		0.1.00	275.000
		0.1.24	25.000
6	TURISMO E CULTURA INTEGRADOS		800.000
		0.1.00	600.000
		0.1.24	200.000
7	SAÚDE AO CIDADÃO		5.000.000
		0.1.00	3.800.000
		0.2.12	15.000
		0.2.14	910.000
		0.2.23	260.000
		0.2.92	15.000
8	PROTEÇÃO SOCIAL		870.000
		0.1.00	490.000
		0.1.24	200.000

Anexo I.4.

		0.1.29	120.000
		0.1.44	60.000
9	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO		250.000
		0.1.00	50.000
		0.1.24	200.000
10	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		1.000.000
		0.1.00	895.000
		0.1.24	105.000
11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		4.000.000
		0.1.00	3.410.000
		0.1.16	35.000
		0.1.17	300.000
		0.1.24	140.000
		0.1.42	115.000
12	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES		3.550.000
		0.1.00	620.000
		0.1.24	1.180.000
		0.1.90	1.650.000
		0.1.92	100.000
13	ENCARGOS ESPECIAIS		330.000
		0.1.00	330.000
14	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		70.000
		0.1.00	70.000
	TOTAL GERAL		30.000.000

Anexo VI.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

ANEXO VI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016

R\$ 1,00

R\$ 1.000

DEMONSTRATIVO DAS METAS FÍSICAS E FISCAIS POR AÇÕES											
CÓDIGO PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE	PROGRAMAS/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS			
					PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA	
1		PROCESSO LEGISLATIVO						3.750.000	1.250.000		
	1	Manutenção do Processo Legislativo	Sessões	Unidade				3.600.000	1.200.000		
	2	Equipamentos Funcionais p/ o Legislativo	Equipamento	Unidade				150.000	50.000		
2		GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						2.600.000	680.000		
	3	Manut. Gabinete Prefeito, Vice e Assessorias	Diversos					1.600.000	505.000		
	4	Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veículo	Unidade				150.000	50.000		
	5	Aquisição de Área e Construção da Sede Administrativa	Diversos					850.000	125.000		
3		ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E PLANEJAMENTO						7.380.000	2.100.000		
	6	Aquisição de Veículos e Equipamentos	Bem patr.	Unidade				180.000	40.000		
	7	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	Diversos					7.000.000	2.000.000		
	8	Manutenção das Ações de Desesa Civil						200.000	60.000		
4		CRIANÇA NA ESCOLA						31.100.000	9.800.000		
	9	Ampl., Constr. e Reforma Rede Física do Ensino Básico	Área	m²				1.550.000	330.000		
	10	Manutenção do Ensino Regular	Diversos					20.950.000	6.820.000		
	11	Manutenção do Transporte Escolar	Aluno/dia	Unidade				1.750.000	550.000		
	12	Manutenção da Merenda Escolar	Aluno/dia	Unidade				1.900.000	570.000		
	13	Aquisição de Ônibus e Veículos	Ônibus	Unidade				700.000	200.000		
	14	Construção de Quadra Poliesportiva Coberta	Área	m²				1.050.000	270.000		
	15	Implantação/ampliação de Laboratórios de Informática	Equipos.	Unidade				300.000	70.000		
	16	Manutenção de Outros Níveis de Ensino	Diversos	Diversos				700.000	200.000		
	17	Manutenção do Departamento de Educação	Diversos	Diversos				700.000	200.000		
	18	Aquis. Área, Constr. Ampliação de Creches	Área	m2				700.000	240.000		
	19	Manutenção das Creches	Diversos					800.000	350.000		
5		ESPORTE AMADOR						1.600.000	300.000		
	20	Manutenção da Secretaria de Esportes	Diversos					600.000	155.000		
	21	Construção de Quadra Poliesportiva	Quadra					300.000	50.000		
	22	Manutenção de Projetos Esportivos	Projetos					200.000	5.000		
	23	Construção de Equipamentos Esportivos	Pista	Unidade				400.000	85.000		
	24	Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veículo	Unidade				100.000	5.000		
	6		TURISMO E CULTURA INTEGRADOS						2.700.000	800.000	
		25	Construção de Equip. de Suporte ao Turismo e Segurança ao Turista	Equipamento	Unidade				550.000	135.000	
26		Manutenção do Departamento de Turismo	Diversos					800.000	250.000		
27		Manutenção do Departamento de Cultura	Diversos	diversos				200.000	100.000		
28		Construção do Centro de Eventos e Ambientes Culturais	Área	m2				900.000	215.000		
29		Manutenção dos Eventos Municipais						250.000	100.000		
Página 1											

7		SAÚDE AO CIDADÃO						18.100.000	5.000.000	
30	Aquisição de Equip. e Veículos da Infraestrutura de Saúde	Veículo	Unidade					1.050.000	235.000	
31	Aquis. Área, Construção, Ampliação e Reforma de Unidades	Área	m²					650.000	190.000	
32	Manutenção do PSF/PACS	Equipo	Unidade					2.500.000	650.000	
33	Manutenção do PMAC							0	180.000	
34	Manutenção das Ações de Saúde Pública	Diversos						12.850.000	3.410.000	
35	Manutenção dos Programas Especiais de Saúde	Diversos						1.050.000	335.000	
8		PROTEÇÃO SOCIAL						2.700.000	870.000	
36	Aquisição de Veículos e Equipamentos	Veículo	Unidade					70.000	20.000	
37	Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social	Diversos	Diversos					830.000	310.000	
38	Construção Cras							300.000	70.000	
39	Manut. Fundo Municipal dos Direitos Criança/Adolescente	Diversos	Diversos					500.000	120.000	
40	Manutenção do Fundo Municipal de Habitação							100.000	20.000	
41	Aquisição de Área e Construção de Casas Populares							700.000	160.000	
42	Formação e Capacitação Profissional	Aluno						100.000	30.000	
43	Apoio a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco							100.000	100.000	
65	Manutenção e Desenvolvimento das Ações do C. M. Idoso	Diversos	Diversos						40.000	
9		ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO						1.300.000	250.000	
44	Aplicação Sitemas Trat. e Abastecimento de Água	Área	m²					400.000	95.000	
45	Aquisição de Área e Constr. De Estação de Tratamento de Esgoto	Projetos	Unidade					350.000	85.000	
46	Destinação Final de Resíduos Sólidos do Lixo	Lixo	m³					550.000	70.000	
10		DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						3.000.000	1.000.000	
47	Incentivo aos Programas de Desenv. Econômico							250.000	60.000	
48	Aquis. Máquinas, Equip. Agrícolas e Utilitários	Máquinas/Equipam.	Unidade					300.000	100.000	
49	Manutenção da Secretaria de Agricultura	Diversos						300.000	200.000	
50	Manutenção da Secretaria da Pesca							900.000	300.000	
51	Infraestrutura para a Pesca							130.000	35.000	
52	Manutenção do Depto. Des. Econômico							850.000	200.000	
53	Manutenção do Depto. do Meio Ambiente							270.000,00	105.000	
11		SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA						14.300.000	4.000.000	
54	Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras							12.000.000	3.375.000	
55	Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	Ponto Luz	Unidade					1.350.000	350.000	
56	Manut. da Infraestrutura Operacional de Serv. Públicos	Diversos	Diversos					950.000	275.000	
12		INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES						7.300.000	3.550.000	
57	Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos	Veículos	Unidade					2.600.000	785.000	
58	Pavimentação e Drenagem Pluvial de Ruas e Avenidas	Área	m²					3.900.000	2.545.000	
59	Constr. Pontes, Pontilhões, Passarelas e Obras de Arte	Ponte/Pontilhões	m²					650.000	170.000	
60	Ampliação e Reforma da Garagem Municipal	Área	m²					50.000	20.000	
61	Construção de Casa Mortuária e Ampl. Cemitérios	Área	m²					100.000	30.000	
13		ENCARGOS ESPECIAIS						1.000.000	330.000	
62	Manutenção dos Encargos Gerais							1.000.000	330.000	
14		RESERVA DE CONTINGÊNCIA						270.000	70.000	
63	Reserva de Contingência da Prefeitura							200.000	50.000	
64	Reserva de Contingência do Fundo M. de Saúde							70.000	20.000	
TOTAL CONSOLIDADO								97.100.000	30.000.000	

Página 2

Anexo VII

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015		
ANEXO VII		
TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS		
Portaria 219/2004 e 245/2007		
RECEITAS PRIMÁRIAS		
CÓDIGO PPA	CÓDIGO LDO/LOA	ESPECIFICAÇÃO
00	00	Recursos Ordinários
01	01	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
02	02	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
03	03	Contribuição para o RPPS
04	//	Contribuição ao Programa Ensino Fundamental
12	12	Serviços de Saúde
13	//	Serviços Educacionais
14	//	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS
15	//	Transferências de Recursos do FNDE
16	16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE
17	17	Contribuição p/ o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP
18	18	Transferências do FUNDEB - Remuneração Profissionais Educação (60%)
19	19	Transferências do FUNDEB - Outras despesas da Educação Básica
22	22	Transferências de Convênios - Educação
23	23	Transferências de Convênios - Saúde
24	24	Transferências de Convênios - Outros (não relat.à educação/saúde)
29	//	Transferências de Recursos do FNAS
41	//	Serviços Hospitalares
42	42	Royalties de Petróleo
//	43	Transferências de Recursos do FIA
//	44	Fundo Especial do Petróleo
44	//	Transferências de Recursos do FIA
//	45	Outras Transferências Decor. Compensação Fin.Exploração Rec. Naturais
//	46	Programa Educação Jovens e Adultos - PEJA
//	47	Apoio a Pessoa Idosa
//	48	Programa de Atenção à Criança
//	49	Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD
//	50	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI
//	51	Programa Sentinela
//	52	Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assist. Social - FNAS
//	53	Transferências de Convênios - Assistência Social
//	54	Convênio Trânsito - Militar
//	55	Convênio Trânsito - Civil
//	56	Convênio Trânsito - Prefeitura
//	58	Salário Educação
//	59	Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE
//	60	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
//	61	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE
//	62	Outros Recursos do FNDE
//	63	Bolsa Família
//	64	Atenção Básica
//	65	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
//	66	Vigilância em Saúde
//	67	Assistência Farmacêutica Básica
//	68	Assistência Farmacêutica Estratégica
//	69	Medicamentos de Dispensação Excepcional
//	70	Gestão do SUS
//	71	Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde

Anexo VII

RECEITAS NÃO-PRIMÁRIAS.		
CÓDIGO		ESPECIFICAÇÃO
//	81	Operações de Crédito Internas p/ Programas da Educação Básica
//	83	Operações de Crédito Internas - Outras Programas
//	87	Alienações de Bens destinados à Programas da Educação Básica
//	88	Alienações de Bens destinados à Programas de Saúde
//	89	Alienações de Bens Destinados a Outros Programas
90	//	Operações de Crédito Internas
91	//	Operações de Crédito Externas
92	//	Alienação de Bens
93	//	Outras Receitas Não-Primárias
94	//	Remuneração de Depósitos Bancário

ANEXOS .I A 1.10**MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado**Anexo I.10 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias**
de Caráter Continuado

ESPECIFICAÇÃO	EXECUTADA EXERCÍCIO 2013	PROJETADA EXERCÍCIO 2014	EXPANSÃO
Despesa Pessoal e Encargos	8.221.400,20	9.351.000,00	1.129.599,80
Outras Despesas de Custeio	5.311.191,57	5.276.000,00	(35.191,57)
TOTAIS	13.532.591,77	14.627.000,00	1.094.408,23

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Exercícios Anteriores

Especificação	Valores a preços Correntes					
	2012	%	2013	%	2014	2015
Receita Total	14.000.000,00	35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	26.000.000,00
Receita não Financeira (I)	13.913.000,00	21,51	16.905.000,00	15,63	19.548.000,00	24.195.000,00
Despesa Total	14.000.000,00	35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	0,00
Despesa não Financeira (II)	13.420.000,00	36,89	18.370.000,00	9,40	20.096.000,00	0,00
Resultado Primário (I - II)	493.000,00	-397,16	-1.465.000,00	-62,59	-548.000,00	24.195.000,00
Resultado Nominal	1.288.000,00	0,00	-550.000,00	100,00	-1.100.000,00	-220.000,00
Dívida Pública Consolidada	1.650.000,00	-30,30	1.150.000,00	-78,26	250.000,00	55.000,00
Dívida Consolidada Líquida	1.650.000,00	-33,33	1.100.000,00	-100,00	0,00	-220.000,00

Especificação	Valores a preços Constantes					
	2.012	%	2013	%	2014	2015
Receita Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	22.880.000,00
Receita não Financeira (I)	12.243.440,00	21,51	14.876.400,00	15,63	17.202.240,00	21.291.600,00
Despesa Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	0,00
Despesa não Financeira (II)	11.809.600,00	36,89	16.165.600,00	9,40	17.684.480,00	0,00
Resultado Primário (I - II)	433.840,00	-397,16	-1.289.200,00	-62,59	-482.240,00	21.291.600,00
Resultado Nominal	1.133.440,00	0,00	-484.000,00	100,00	-968.000,00	-193.600,00
Dívida Pública Consolidada	1.452.000,00	-30,30	1.012.000,00	-78,26	220.000,00	48.400,00
Dívida Consolidada Líquida	1.452.000,00	-33,33	968.000,00	-100,00	0,00	-193.600,00

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015**Anexo I.3.1 - Memória e Metodologia de Cálculo das**
Principais Fontes de Receita - Consolidada**1 - Receita Tributária**

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2011(*)	1.460.121,36	
2012(*)	1.638.932,69	12,25
2013 (*)	2.035.000,00	24,17
2014 (**)	1.792.000,00	(11,94)
2015 (**)	2.380.000,00	32,81

(*) Arrecadada

(**) Projetada

2 - Fundo de Participação dos Municípios

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2011(*)	4.780.195,84	
2012(*)	4.918.424,87	2,89
2013 (*)	6.000.000,00	21,99
2014 (**)	6.900.000,00	15,00
2015 (**)	8.600.000,00	24,64

(*) Arrecadada

(**) Projetada

3 - Transferências de Recursos do SUS

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2011(*)	519.729,22	
2012(*)	641.388,45	23,41
2013 (*)	700.000,00	9,14
2014 (**)	650.000,00	(7,14)
2015 (**)	746.000,00	14,77

(*) Arrecadada

(**) Projetada

4 - Cota-Parte do ICMS

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2011(*)	2.312.503,47	
2012(*)	2.471.906,70	6,89
2013 (*)	2.800.000,00	13,27
2014 (**)	3.800.000,00	35,71
2015 (**)	5.000.000,00	31,58

(*) Arrecadada

(**) Projetada

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Primário

METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO				
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015
RECEITA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	60.000,00	60.000,00	52.000,00	65.000,00
(-) Operações de Crédito	0,00	2.000.000,00	750.000,00	1.600.000,00
(-) Alienação de Bens	27.000,00	35.000,00	50.000,00	140.000,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA FISCAL LÍQUIDA (I)	13.913.000,00	16.905.000,00	19.548.000,00	24.195.000,00
DESPESA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	0,00
(-) Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Superávit para o exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Dívida	540.000,00	550.000,00	200.000,00	-50.000,00
(-) Reserva de Contingência	30.000,00	30.000,00	54.000,00	0,00
DESPESA FISCAL LÍQUIDA (II)	13.420.000,00	18.370.000,00	20.096.000,00	-
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	493.000,00	(1.465.000,00)	(548.000,00)	24.195.000,00

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Nominal

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.650.000,00	1.150.000,00	250.000,00	55.000,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	50.000,00	250.000,00	275.000,00
Ativo Disponível	750.000,00	750.000,00	750.000,00	825.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados	750.000,00	700.000,00	500.000,00	550.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III= I - II)	1.650.000,00	1.100.000,00	0,00	-220.000,00
Receitas de Privatizações (IV)	0,00	0	0	0
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0	0	0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI= III + IV - V)	1.650.000,00	1.100.000,00	0,00	-220.000,00
RESULTADO NOMINAL	1.288.000,00	-550.000,00	-1.100.000,00	-220.000,00

Obs.: * Os dados dos exercícios de 2012 e 2013 foram obtidos dos respectivos balanços.

* Os dados do exercício de 2014 constam da LDO do exercício de 2014.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS			
	2012	2013	2014	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.650.000,00	1.150.000,00	250.000,00	55.000,00
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	250.000,00	0,00	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000				
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses				
Parcelamento de Dívidas	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
De Tributos				
De Contribuições Sociais	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
Previdenciárias	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Outras Dívidas	100.000,00	50.000,00	50.000,00	55.000,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	50.000,00	250.000,00	275.000,00
Ativo Disponível	750.000,00	750.000,00	750.000,00	825.000,00
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados	750.000,00	700.000,00	500.000,00	550.000,00
OBRIGAÇÕES N INTEGRANTES DA DIV. CONSOL.	0,00	0,00	0,00	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	-
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	-
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I - II)	1.650.000,00	1.100.000,00	0,00	(220.000,00)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.278.000,00	16.270.000,00	16.972.000,00	21.959.000,00
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL	12,43	6,76	0,00	(1,00)

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

**Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem
e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2012	2013
PREFEITURA MUNICIPAL (Prefeitura e Câmara)	8.743.990,18	9.971.610,16	11.699.934,65
Ativo Real Líquido	8.743.990,18	9.971.610,16	11.699.934,65
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	806.312,45	1.090.864,37	1.454.697,32
Ativo Real Líquido	806.312,45	1.090.864,37	1.454.697,32
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00
Ativo Real Líquido	0,00	0,00	0,00
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.550.302,63	11.062.474,53	13.154.631,97

RECEITAS REALIZADAS Consolidado	2013 (a)	2012 (a)	2011 (a)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Ativos	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	55.200,00	46.100,00

DESPESAS LIQUIDADAS Consolidado	2013 (b)	2012 (b)	2011 (b)
DESPESAS DE CAPITAL	2.602.389,54	2.974.692,60	1.972.866,23
Investimentos	2.387.347,64	2.759.650,70	1.303.253,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	215.041,90	215.041,90	669.612,25
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.602.389,54	2.974.692,60	1.972.866,23

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015

Anexo I.9 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA					COMPENSAÇÃO
	TRIBUTOS	2012	2013	2014	2015	
1- Descontos para pagamento do IPTU em cota única	IPTU	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF
2- Redução na cobrança de multas/juros na dívida ativa	IPTU/ISS/OUTRAS MULTAS	85.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	Idem
3- Redução na cobrança de alvarás	Alvará	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	Idem
4- Redução na cobrança do ISS Fixo	ISS Fixo	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	Idem
5- Redução na cobrança de contribuição de melhoria	Contribuição de Melhoria	10.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Idem
TOTAL		190.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

ANEXO I - METAS FISCAIS

Especificação	Metas para 2012		Metas para 2013		Metas para 2014		Metas para 2015	
	Valor Corrente	Valor Constante	Valor Corrente	Valor Constante	Valor Corrente	Valor Constante	Valor Corrente	Valor Constante
Receita Total	14.000.000,00	12.320.000,00	19.000.000,00	16.720.000,00	20.400.000,00	17.952.000,00	26.000.000,00	22.880.000,00
Receita não Financeira (I)	13.913.000,00	12.243.440,00	16.905.000,00	14.876.400,00	19.548.000,00	17.202.240,00	24.195.000,00	21.291.600,00
Despesa Total	14.000.000,00	12.320.000,00	19.000.000,00	16.720.000,00	20.400.000,00	17.952.000,00	0,00	0,00
Despesa não Financeira (II)	13.420.000,00	11.809.600,00	18.370.000,00	16.165.600,00	20.096.000,00	17.684.480,00	0,00	0,00
Resultado Primário (I - II)	493.000,00	433.840,00	-1.465.000,00	-1.289.200,00	-548.000,00	-482.240,00	24.195.000,00	21.291.600,00
Resultado Nominal	1.288.000,00	1.133.440,00	-550.000,00	-484.000,00	-1.100.000,00	-968.000,00	-220.000,00	-193.600,00
Dívida Pública Consolidada	1.650.000,00	1.452.000,00	1.150.000,00	1.012.000,00	250.000,00	220.000,00	55.000,00	48.400,00
Dívida Consolidada Líquida	1.650.000,00	1.452.000,00	1.100.000,00	968.000,00	0,00	0,00	-220.000,00	-193.600,00

Metas para 2015 atualizadas e revistas com base no PPA 2014/2017 com a correção monetária dos valores das receitas e das despesas.

ANEXOS I A 1.10**MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016
Consolidado**Anexo I.1 - Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do último Exercício Encerrado**

Especificação	METAS PREVISTAS 2014	METAS REALIZADAS 2014	VARIAÇÃO
			VALOR
Receita Total	20.400.000,00	19.506.332,20	-893.667,80
Receita não Financeira	19.548.000,00	19.265.598,66	-282.401,34
Despesa Total	20.400.000,00	19.316.110,84	-1.083.889,16
Despesa não Financeira	20.096.000,00	19.195.708,15	-900.291,85
Resultado Primário	(548.000,00)	69.890,51	617.890,51
Resultado Nominal	-1.100.000,00	-324.955,38	775.044,62
Dívida Pública Consolidada	250.000,00	186.001,24	-63.998,76
Dívida Consolidada Líquida	0,00	-1.968.124,28	-1.968.124,28

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016
Consolidado

**Anexo I.10 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias
de Caráter Continuado**

ESPECIFICAÇÃO	EXECUTADA EXERCÍCIO 2014	PROJETADA EXERCÍCIO 2015	EXPANSÃO
Despesa Pessoal e Encargos	9.339.052,40	10.787.000,00	1.447.947,60
Outras Despesas de Custeio	6.401.868,95	6.673.500,00	271.631,05
TOTAIS	15.740.921,35	17.460.500,00	1.719.578,65

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016
Consolidado

Anexo I.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Exercícios Anteriores

Especificação	Valores a preços Correntes					
	2013	%	2014	%	2015	2016
Receita Total	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00	30.000.000,00
Receita não Financeira (I)	16.905.000,00	15,63	19.548.000,00	23,77	24.195.000,00	28.060.000,00
Despesa Total	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00	30.000.000,00
Despesa não Financeira (II)	18.370.000,00	9,40	20.096.000,00	27,90	25.703.000,00	29.600.000,00
Resultado Primário (I - II)	-1.465.000,00	-62,59	-548.000,00	175,18	-1.508.000,00	-1.540.000,00
Resultado Nominal	-550.000,00	0,00	-1.100.000,00	-80,00	-220.000,00	-22.000,00
Dívida Pública Consolidada	1.150.000,00	-78,26	250.000,00	-78,00	55.000,00	60.500,00
Dívida Consolidada Líquida	1.100.000,00	-100,00	0,00		-220.000,00	-242.000,00

Especificação	Valores a preços Constantes					
	2.013	%	2014	%	2015	2016
Receita Total	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	26.400.000,00
Receita não Financeira (I)	14.876.400,00	15,63	17.202.240,00	23,77	21.291.600,00	24.692.800,00
Despesa Total	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	26.400.000,00
Despesa não Financeira (II)	16.165.600,00	9,40	17.684.480,00	27,90	22.618.640,00	26.048.000,00
Resultado Primário (I - II)	-1.289.200,00	-62,59	-482.240,00	175,18	-1.327.040,00	-1.355.200,00
Resultado Nominal	-484.000,00	0,00	-968.000,00	-80,00	-193.600,00	-19.360,00
Dívida Pública Consolidada	1.012.000,00	-78,26	220.000,00	-78,00	48.400,00	53.240,00
Dívida Consolidada Líquida	968.000,00	-100,00	0,00		-193.600,00	-212.960,00

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016**Anexo I.3.1 - Memória e Metodologia de Cálculo das**
Principais Fontes de Receita - Consolidada**1 - Receita Tributária**

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2012(*)	1.638.932,69	
2013(*)	2.035.000,00	24,17
2014 (*)	2.370.974,34	16,51
2015 (**)	2.380.000,00	0,38
2016 (**)	2.880.000,00	21,01

(*) Arrecadada

(**) Projetada

2 - Fundo de Participação dos Municípios

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2012(*)	4.918.424,87	
2013(*)	6.000.000,00	21,99
2014 (*)	5.653.737,77	(5,77)
2015 (**)	8.600.000,00	52,11
2016 (**)	9.600.000,00	11,63

(*) Arrecadada

(**) Projetada

3 - Transferências de Recursos do SUS

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2012(*)	641.388,45	
2013(*)	700.000,00	9,14
2014 (*)	712.804,51	1,83
2015 (**)	746.000,00	4,66
2016 (**)	910.000,00	21,98

(*) Arrecadada

(**) Projetada

4 - Cota-Parte do ICMS

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2012(*)	2.471.906,70	
2013(*)	2.800.000,00	13,27
2014 (*)	2.947.251,03	5,26
2015 (**)	5.000.000,00	69,65
2016 (**)	6.000.000,00	20,00

(*) Arrecadada

(**) Projetada

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016
Consolidado

Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Primário

METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO				
ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016
RECEITA TOTAL	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	30.000.000,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	60.000,00	52.000,00	65.000,00	100.000,00
(-) Operações de Crédito	2.000.000,00	750.000,00	1.600.000,00	1.700.000,00
(-) Alienação de Bens	35.000,00	50.000,00	140.000,00	140.000,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA FISCAL LÍQUIDA (I)	16.905.000,00	19.548.000,00	24.195.000,00	28.060.000,00
DESPESA TOTAL	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	30.000.000,00
(-) Juros e Encargos da Dívida	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Superávit para o exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Dívida	550.000,00	200.000,00	182.000,00	280.000,00
(-) Reserva de Contingência	30.000,00	54.000,00	65.000,00	70.000,00
DESPESA FISCAL LÍQUIDA (II)	18.370.000,00	20.096.000,00	25.703.000,00	29.600.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	(1.465.000,00)	(548.000,00)	(1.508.000,00)	(1.540.000,00)

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016
Consolidado

Anexo I.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Nominal

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.150.000,00	250.000,00	55.000,00	60.500,00
DEDUÇÕES (II)	50.000,00	250.000,00	275.000,00	302.500,00
Ativo Disponível	750.000,00	750.000,00	825.000,00	907.500,00
Haveres Financeiros	0,00	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados	700.000,00	500.000,00	550.000,00	605.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III= I - II)	1.100.000,00	0,00	-220.000,00	-242.000,00
Receitas de Privatizações (IV)	0,00	0	0	0
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0	0	0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI= III + IV - V)	1.100.000,00	0,00	-220.000,00	-242.000,00
RESULTADO NOMINAL	-550.000,00	-1.100.000,00	-220.000,00	-22.000,00

Obs.: * Os dados dos exercícios de 2012 e 2013 foram obtidos dos respectivos balanços.

* Os dados do exercício de 2014 constam da LDO do exercício de 2014.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016
Consolidado

Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS			
	2013	2014	2015	2016
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.150.000,00	250.000,00	55.000,00	60.500,00
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	0,00	0,00	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000				
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses				
Parcelamento de Dívidas	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00	242.000,00
De Tributos				
De Contribuições Sociais	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00	242.000,00
Previdenciárias	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00	242.000,00
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Outras Dívidas	50.000,00	50.000,00	55.000,00	60.500,00
DEDUÇÕES (II)	50.000,00	250.000,00	275.000,00	302.500,00
Ativo Disponível	750.000,00	750.000,00	825.000,00	907.500,00
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados	700.000,00	500.000,00	550.000,00	605.000,00
OBRIGAÇÕES N INTEGRANTES DA DIV. CONSOL.	0,00	0,00	0,00	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	-
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	-
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I - II)	1.100.000,00	0,00	(220.000,00)	(242.000,00)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	16.270.000,00	16.972.000,00	21.959.000,00	26.070.000,00
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL	6,76	0,00	-1,00	(0,93)

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016

**Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem
e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	2013	2014
PREFEITURA MUNICIPAL (Prefeitura e Câmara)	9.971.610,16	11.699.934,65	20.431.766,11
Ativo Real Líquido	9.971.610,16	11.699.934,65	20.431.766,11
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.090.864,37	1.454.697,32	1.706.876,48
Ativo Real Líquido	1.090.864,37	1.454.697,32	1.706.876,48
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00
Ativo Real Líquido	0,00	0,00	0,00
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
TOTAL	11.062.474,53	13.154.631,97	22.138.642,59

RECEITAS REALIZADAS Consolidado	2014 (a)	2013 (a)	2011 (a)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	49.100,00	0,00	55.200,00
Alienação de Ativos	49.100,00	0,00	55.200,00
Alienação de Bens Móveis	49.100,00	0,00	55.200,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	49.100,00	0,00	55.200,00

DESPESAS LIQUIDADAS Consolidado	2014 (b)	2013 (b)	2012 (b)
DESPESAS DE CAPITAL	3.575.189,49	2.602.389,54	2.974.692,60
Investimentos	3.454.786,80	2.387.347,64	2.759.650,70
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	120.402,69	215.041,90	215.041,90
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.575.189,49	2.602.389,54	2.974.692,60

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016

Anexo I.9 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENUNCIA DE RECEITA					COMPENSAÇÃO
	TRIBUTOS	2013	2014	2015	2016	
1- Descontos para pagamento do IPTU em cota única	IPTU	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF
2- Redução na cobrança de multas/juros na dívida ativa	IPTU/ISS/OUTRAS MULTAS	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	Idem
3- Redução na cobrança de alvarás	Alvará	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	Idem
4- Redução na cobrança do ISS Fixo	ISS Fixo	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	Idem
5- Redução na cobrança de contribuição de melhoria	Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Idem
TOTAL		190.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016
Consolidado

ANEXO I - METAS FISCAIS

Especificação	Metas para 2013		Metas para 2014		Metas para 2015		Metas para 2016	
	Valor Corrente	Valor Constante	Valor Corrente	Valor Constante	Valor Corrente	Valor Constante	Valor Corrente	Valor Constante
Receita Total	19.000.000,00	16.720.000,00	20.400.000,00	17.952.000,00	26.000.000,00	22.880.000,00	30.000.000,00	26.400.000,00
Receita não Financeira (I)	16.905.000,00	14.876.400,00	19.548.000,00	17.202.240,00	24.195.000,00	21.291.600,00	28.060.000,00	24.692.800,00
Despesa Total	19.000.000,00	16.720.000,00	20.400.000,00	17.952.000,00	26.000.000,00	22.880.000,00	30.000.000,00	26.400.000,00
Despesa não Financeira (II)	18.370.000,00	16.165.600,00	20.096.000,00	17.684.480,00	25.703.000,00	22.618.640,00	29.600.000,00	26.048.000,00
Resultado Primário (I - II)	-1.465.000,00	-1.289.200,00	-548.000,00	-482.240,00	-1.508.000,00	-1.327.040,00	-1.540.000,00	-1.355.200,00
Resultado Nominal	-550.000,00	-484.000,00	-1.100.000,00	-968.000,00	-220.000,00	-193.600,00	-22.000,00	-19.360,00
Dívida Pública Consolidada	1.150.000,00	1.012.000,00	250.000,00	220.000,00	55.000,00	48.400,00	60.500,00	53.240,00
Dívida Consolidada Líquida	1.100.000,00	968.000,00	0,00	0,00	-220.000,00	-193.600,00	-242.000,00	-212.960,00

Metas para 2016 atualizadas e revistas com base no PPA 2014/2017 com a correção monetária dos valores das receitas e das despesas.

ANEXOS III,IV,V,VI (3,4,5,6)**MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016****Anexo IV - DEMONSTRATIVO DA PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS E
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO PARA EXERCÍCIO 2016**

IDENTIFICAÇÃO	CUSTOS
OBRAS EM ANDAMENTO	
Pavimentação de vias	100.000,00
TOTAL	100.000,00
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	
1- Reforma da rede física - Ensino Básico	20.000,00
3- Manutenção de Prédios e Bens Públicos	5.000,00
TOTAL	25.000,00
TOTAL GERAL	125.000,00

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016

Anexo V - RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E OBRAS COM NECESSIDADE DE CONSERVAÇÃO

RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE 2016								
IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS	DATA INÍCIO EXECUÇÃO	VALOR PROJETO	EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS PJ 2016		
			ATÉ EXERC. ANTERIOR	PREVISTO P/EXERCÍCIO	A EXECUTAR 2016	PROJETOS EM EXEC.	CONSERV. PATRIM.	NOVOS PROJETOS
Pavimentação de Vias			0%	90%	10%	100.000,00		
Reforma da rede física - Ensino Básico							20.000,00	
Manutenção de Prédios e Bens Públicos							5.000,00	
TOTAL		-				100.000,00	25.000,00	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016

Anexo III - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
PREFEITURA MUNICIPAL		Abertura de Créditos Adicionais com recursos da Reserva de Contingência	50.000,00
1. Passivos Contingentes	5.000,00		
1.1. Processo de Desapropriação	5.000,00		
2. Outros Riscos Fiscais	45.000,00		
2.1. Intempéries	20.000,00		
2.2. Frustração Cobrança Dívida Ativa	0,00		
2.3. Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	25.000,00		
3. Eventos Fiscais Imprevistos	0,00		
3.1. Ocorrência Fatos não Previstos em Execução de Obras ou Serviços	0,00		
SOMA	50.000,00	SOMA	50.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		Abertura de Créditos Adicionais com recursos da Reserva de Contingência	20.000,00
1. Outros Riscos Fiscais	19.000,00		
1.1. Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	9.000,00		
1.2. Campanhas de Saúde	10.000,00		
2. Outros Riscos Fiscais	1.000,00		
2.1. Intempéries	1.000,00		
SOMA	20.000,00	SOMA	20.000,00
TOTAL GERAL	70.000,00	TOTAL GERAL	70.000,00

Anexo VI.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

ANEXO VI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016

R\$ 1,00

R\$ 1.000

DEMONSTRATIVO DAS METAS FÍSICAS E FISCAIS POR AÇÕES										
CÓDIGO PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE	PROGRAMAS/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
					PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA
1		PROCESSO LEGISLATIVO						3.750.000	1.250.000	
	1	Manutenção do Processo Legislativo	Sessões	Unidade				3.600.000	1.200.000	
	2	Equipamentos Funcionais p/ o Legislativo	Equipamento	Unidade				150.000	50.000	
2		GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						2.600.000	680.000	
	3	Manut. Gabinete Prefeito, Vice e Assessorias	Diversos					1.600.000	505.000	
	4	Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veículo	Unidade				150.000	50.000	
	5	Aquisição de Área e Construção da Sede Administrativa	Diversos					850.000	125.000	
3		ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E PLANEJAMENTO						7.380.000	2.100.000	
	6	Aquisição de Veículos e Equipamentos	Bem patr.	Unidade				180.000	40.000	
	7	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	Diversos					7.000.000	2.000.000	
	8	Manutenção das Ações de Desesa Civil						200.000	60.000	
4		CRIANÇA NA ESCOLA						31.100.000	9.800.000	
	9	Ampl., Constr. e Reforma Rede Física do Ensino Básico	Área	m²				1.550.000	330.000	
	10	Manutenção do Ensino Regular	Diversos					20.950.000	6.820.000	
	11	Manutenção do Transporte Escolar	Aluno/dia	Unidade				1.750.000	550.000	
	12	Manutenção da Merenda Escolar	Aluno/dia	Unidade				1.900.000	570.000	
	13	Aquisição de Ônibus e Veículos	Ônibus	Unidade				700.000	200.000	
	14	Construção de Quadra Poliesportiva Coberta	Área	m²				1.050.000	270.000	
	15	Implantação/ampliação de Laboratórios de Informática	Equipos.	Unidade				300.000	70.000	
	16	Manutenção de Outros Níveis de Ensino	Diversos	Diversos				700.000	200.000	
	17	Manutenção do Departamento de Educação	Diversos	Diversos				700.000	200.000	
	18	Aquis. Área, Constr. Ampliação de Creches	Área	m2				700.000	240.000	
	19	Manutenção das Creches	Diversos					800.000	350.000	
5		ESPORTE AMADOR						1.600.000	300.000	
	20	Manutenção da Secretaria de Esportes	Diversos					600.000	155.000	
	21	Construção de Quadra Poliesportiva	Quadra					300.000	50.000	
	22	Manutenção de Projetos Esportivos	Projetos					200.000	5.000	
	23	Construção de Equipamentos Esportivos	Pista	Unidade				400.000	85.000	
24	Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veículo	Unidade				100.000	5.000		
6		TURISMO E CULTURA INTEGRADOS						2.700.000	800.000	
	25	Construção de Equip. de Suporte ao Turismo e Segurança ao Turista	Equipamento	Unidade				550.000	135.000	
	26	Manutenção do Departamento de Turismo	Diversos					800.000	250.000	
	27	Manutenção do Departamento de Cultura	Diversos	diversos				200.000	100.000	
	28	Construção do Centro de Eventos e Ambientes Culturais	Área	m2				900.000	215.000	
	29	Manutenção dos Eventos Municipais						250.000	100.000	

Página 1

7		SAÚDE AO CIDADÃO						18.100.000	5.000.000	
	30	Aquisição de Equip. e Veículos da Infraestrutura de Saúde	Veículo	Unidade				1.050.000	235.000	
	31	Aquis. Área, Construção, Ampliação e Reforma de Unidades	Área	m²				650.000	190.000	
	32	Manutenção do PSF/PACS	Equipo	Unidade				2.500.000	650.000	
	33	Manutenção do PMAC						0	180.000	
	34	Manutenção das Ações de Saúde Pública	Diversos					12.850.000	3.410.000	
	35	Manutenção dos Programas Especiais de Saúde	Diversos					1.050.000	335.000	
8		PROTEÇÃO SOCIAL						2.700.000	870.000	
	36	Aquisição de Veículos e Equipamentos	Veículo	Unidade				70.000	20.000	
	37	Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social	Diversos	Diversos				830.000	310.000	
	38	Construção Cras						300.000	70.000	
	39	Manut. Fundo Municipal dos Direitos Criança/Adolescente	Diversos	Diversos				500.000	120.000	
	40	Manutenção do Fundo Municipal de Habitação						100.000	20.000	
	41	Aquisição de Área e Construção de Casas Populares						700.000	160.000	
	42	Formação e Capacitação Profissional	Aluno					100.000	30.000	
	43	Apoio a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco						100.000	100.000	
	65	Manutenção e Desenvolvimento das Ações do C. M. Idoso	Diversos	Diversos					40.000	
9		ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO						1.300.000	250.000	
	44	Aplicação Sitemas Trat. e Abastecimento de Água	Área	m²				400.000	95.000	
	45	Aquisição de Área e Constr. De Estação de Tratamento de Esgoto	Projetos	Unidade				350.000	85.000	
	46	Destinação Final de Resíduos Sólidos do Lixo	Lixo	m³				550.000	70.000	
10		DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						3.000.000	1.000.000	
	47	Incentivo aos Programas de Desenv. Econômico						250.000	60.000	
	48	Aquis. Máquinas, Equip. Agrícolas e Utilitários	Máquinas/Equipam.	Unidade				300.000	100.000	
	49	Manutenção da Secretaria de Agricultura	Diversos					300.000	200.000	
	50	Manutenção da Secretaria da Pesca						900.000	300.000	
	51	Infraestrutura para a Pesca						130.000	35.000	
	52	Manutenção do Depto. Des. Econômico						850.000	200.000	
	53	Manutenção do Depto. do Meio Ambiente						270.000,00	105.000	
11		SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA						14.300.000	4.000.000	
	54	Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras						12.000.000	3.375.000	
	55	Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	Ponto Luz	Unidade				1.350.000	350.000	
	56	Manut. da Infraestrutura Operacional de Serv. Públicos	Diversos	Diversos				950.000	275.000	
12		INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES						7.300.000	3.550.000	
	57	Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos	Veículos	Unidade				2.600.000	785.000	
	58	Pavimentação e Drenagem Pluvial de Ruas e Avenidas	Área	m²				3.900.000	2.545.000	
	59	Constr. Pontes, Pontilhões, Passarelas e Obras de Arte	Ponte/Pontilhões	m²				650.000	170.000	
	60	Ampliação e Reforma da Garagem Municipal	Área	m²				50.000	20.000	
	61	Construção de Casa Mortuária e Ampl. Cemitérios	Área	m²				100.000	30.000	
13		ENCARGOS ESPECIAIS						1.000.000	330.000	
	62	Manutenção dos Encargos Gerais						1.000.000	330.000	
14		RESERVA DE CONTINGÊNCIA						270.000	70.000	
	63	Reserva de Contingência da Prefeitura						200.000	50.000	
	64	Reserva de Contingência do Fundo M. de Saúde						70.000	20.000	
Página 2										
TOTAL CONSOLIDADO								97.100.000	30.000.000	

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 17/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2015

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de pneus, incluindo o serviço de balanceamento e geometria para os veículos da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 10h00min do dia 29/09/2015. A sessão pública será realizada a partir das 10h10min do dia 29/09/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.paulolopes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 16 de setembro de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 21/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

O Município de Paulo Lopes torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, objetivando o Registro de Preço pelo período de 12 meses pretendendo a contratação de empresa para fornecimento de toner e cartuchos de tintas novos, para uso das secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 08h55min do dia 29/09/2015.

A sessão se dará a partir das 09h00min do dia 29/09/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes, 16 de setembro de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

LEI Nº 1651/2015

LEI Nº 1651/2015

Institui denominação de Travessa Maria Clara Fernandes, no Bairro Morro Agudo.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº. 14/2015 e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Institui a denominação de Travessa Maria Clara Fernandes, o trecho compreendido com início na Rua Cecílio Manoel Fernandes, primeira rua a esquerda sentido oeste/leste, na localidade de Morro Agudo.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de setembro de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

LEI Nº 1652/2015

LEI Nº 1652/2015

Altera o parágrafo Único do artigo 156 da Lei nº. 02 de 07 de fevereiro de 1963, que aprova o Código de Posturas Municipal.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº. 34/2015 e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo Único do artigo 156 da Lei nº. 02 de 07 de fevereiro de 1963, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 156 – [...]

Parágrafo Único – É obrigatória a construção de fossas sépticas na conformidade das leis municipais em vigor.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de setembro de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

Penha

PREFEITURA

AVISO PRORROGAÇÃO EDITAL PP18/2015 - FMS

REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 30/2015 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL 18/2015 - FMS

A Prefeitura Municipal de Penha torna público que o pregão presencial n.º 18/2015 - FMS foi prorrogado por determinação do Departamento de Licitações e Contratos, em decorrência da constatação de problemas com o sistema gerencial tributário e sistema gerencial de compras deste município.

Ao tempo que o departamento de licitações e Contratos informa que o pregão acima supracitado ficou prorrogado para o dia 30 de setembro de 2015, conforme abaixo:

Tipo de Licitação: Menor preço.

Forma de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE

Forma de Fornecimento: Parcelada.

Tipo de Execução: Direta.

Regência: Lei 8.666/93, Lei 10520/02 e Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 56/2009, com alterações posteriores.

Data final de apresentação dos envelopes: 29/09/2015

Horário final de apresentação dos envelopes: 17h00min horas.

Data de abertura dos envelopes: 30/09/2015

Horário de abertura dos envelopes: 09h00min horas.

Secretaria Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde.

Das Informações, do Local de apresentação e abertura: A integra do Edital e esclarecimentos e abertura poderão ser obtidos nos seguintes endereços: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PENHA, Av. Nereu Ramos, nº 190 – Centro - Penha – SC. Por telefone: (47) 3345-0200 ou através dos emails:

leandro@penha.sc.gov.br e gabrielastrelow@hotmail.com

Ficam inalteradas as demais cláusulas, itens e subitens do edital.

Penha (SC), 16 de Setembro de 2015.

Leandro de Lima Borba

Pregoeiro

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - ASSISTENTE SOCIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 25/09/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:00hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

03º. 22907 MARIA BERNARDETE CANUTO

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;

g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;

h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;

k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;

l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;

n) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;

o) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

p) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 16 de setembro de 2015.

DANIELE SCHWEGGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº.

DECRETO Nº 2394/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2394/2015

Fica nomeada a funcionária MARIA APARECIDA DA COSTA DE SOUZA, para ocupar o cargo em comissão de Assessora Educacional, da Secretaria da Educação e Cultura, com uma carga horária de 40 horas semanais, percebendo uma gratificação de 60% (sessenta) sobre o respectivo vencimento, a contar desta data. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2383/2015. Penha/SC, 16 de setembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2015. CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina. CONTRATADA: TONER RECARGA DE TONER LTDA. ASSINATURA: 04/09/2015 VIGÊNCIA: 12(doze) meses ou até a utilização da quantidade licitada. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.17.00.00.00.00.0.0.0000 Material de Processamento de Dados. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto aquisição de suprimentos de informática, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital. Valor global de R\$ R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Penha, 05 de setembro de 2015.

Felipe Rebello Schmidt

Presidente

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.273, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.273, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE PINHEIRO PRETO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que a servidora pública municipal Jessica Bado, secretária do conselho, foi exonerada do cargo;
CONSIDERANDO que o cabo Darlan Fagherazzi não responde mais pelo comando do grupamento Policial Militar de Pinheiro Preto;
DECRETA:

Art. 1º Nomeia em substituição ao membro Jessica Bado, a servidora Silvana Mugnol, e em substituição a Darlan Fagherazzi o representante da Polícia Militar Dhjoney Antônio Vian, passando o conselho a ter a seguinte composição:

I – SÉRGIO DALLBOSCO, representante do Poder Executivo, o qual exercerá o cargo de Presidente;

II – GILBERTO CHIARANI, Representante Comunitário;

III – MARCELO BRUNO FILLIPIN, Representante da Polícia Civil;

IV – DHJONEY ANTÔNIO VIAN, Representante da Polícia Militar;

V – SILVANA MUGNOL, Servidora Pública Municipal, a qual exercerá o cargo de Secretária.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogado o decreto nº4.209 de 10 de abril de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 04 de setembro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 312, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 312, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.222, de 26 de setembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros e respectivos suplentes para compor a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI:

I - Representante do órgão executivo de trânsito e rodoviários do Município de Pinheiro Preto –PPTRAN:

TITULAR: Angela Natieli Perdoncini, Servidora Pública Municipal, que exercerá a presidência da Junta;

SUPLENTE: Hadriel Dalmolin, Servidor Público Municipal.

II - Representante da Sociedade, com ligações na área de Trânsito:

TITULAR: Romeu Tonetta, brasileiro, casado, residente em Pinheiro Preto;

SUPLENTE: Alberto Antonio Brocardo, brasileiro, casado, residente em Pinheiro Preto.

III - Representante com conhecimento na área de trânsito

TITULAR: Dhjoney Antônio Vian, união estável ,brasileiro, residente em Videira;

SUPLENTE: Sergio Dalbosco, brasileiro, casado, residente em Pinheiro Preto.

Art. 2º O mandato dos membros da JARI será pelo prazo de 01 (um) ano, permitida a recondução.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 263 de 20 de setembro de 2013.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 14 de setembro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 044 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 044 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 085 / 2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS POR DEMANDA JUDICIAL, COM ENTREGA PARCELADA, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00 horas do dia 06/10/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 06/10/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 16 de Setembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

DECRETO MUNICIPAL 2.983/2015

DECRETO Nº 2.983, de 15 de Setembro de 2015

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 4.320, Art. 43, § 1º, inciso III, e conforme o inciso II do Art. 9º, da Lei nº 2.688 de 10 de Dezembro de 2014, e o Art. 74, Inciso I da Lei Orgânica do Município, de 30 de Março de 1990;

D E C R E T A:

Art. 1º - Transposição de dotação orçamentária da importância de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais.) do orçamento em vigor, da unidade gestora Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, por fonte de recurso, conforme prevê o Art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.688 de 10 de Dezembro de 2014 e o Art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320 de 17/03/1964, nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 15000 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade Orçamentária: 15001 – SAMAE

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.2057 – Otimização do Serviço de Coleta e Reciclagem de Lixo

Modalidade de Aplicação: 3390 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os valores resultantes das transposições de que trata o Artigo 1º. deste decreto, serão destinados as dotações orçamentárias no orçamento da unidade gestora Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, dentro dos mesmos projetos/atividades, abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 15000 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade Orçamentária: 15001 – SAMAE

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.2057 – Otimização do Serviço de Coleta e Reciclagem de Lixo

Modalidade de Aplicação: 4490 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 15 de Setembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 655/2015

DECRETO Nº 655/2015, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “II” do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.230, de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.279.300,00 (Um Milhão, Duzentos e Setenta e Nove Mil e Trezentos Reais), destinados a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

01.122.201.2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 02 Valor: R\$ 25.000,00

02 – SECRETARIA DE ADM.FAZENDA.IND.COM. E TURISMO

02.122.402.2003 – Manutenção da Secretaria de Adm.Fazenda. Ind.Com e Turismo

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 101 Valor: R\$ 130.000,00

03 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E LAZER

12.361.1201.2037 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 00.00.18 - APLICAÇÕES DIRETAS – 22 Valor: R\$ 390.000,00

12.365.1201.2038 – Manutenção do Ensino Infantil

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 00.00.18 - APLICAÇÕES DIRETAS – 45 Valor: R\$ 493.000,00

04 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

26.782.1501.2020 – Manutenção da Secretaria

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 03.00.49 - APLICAÇÕES DIRETAS - 65 -Valor: R\$ 185.000,00

05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.2001.2021 – Manutenção da Secretaria

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 03.00.53 - APLICAÇÕES DIRETAS – 69 - Valor: R\$ 10.000,00

06 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.801.2029 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 79 Valor: R\$ 22.100,00

09 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.244.901.2006 – Manutenção das Ações e Programas do Fundo de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 86 Valor: R\$ 2.100,00

10 – FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

10.243.1101.2007 – Manutenção das Ações e Programas do Fundo da Infância e Adolescência

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 90 Valor: R\$ 2.100,00

13 – FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA

13.392.2903.2043 – Manutenção do Fundo da Cultura

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 97 Valor: R\$ 20.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta de anulação total no valor de R\$ 1.279.300,00 (Um Milhão, Duzentos e Setenta e Nove Mil e Trezentos Reais) das seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

01.122.201.2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 01 Valor: R\$ 25.000,00

02 – SECRETARIA DE ADM.FAZENDA.IND.COM. E TURISMO

02.122.402.2003 – Manutenção da Secretaria de Adm.Fazenda. Ind.Com e Turismo

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 99 Valor: R\$ 130.000,00

03 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E LAZER

12.361.1201.2037 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 00.00.19 - APLICAÇÕES DIRETAS – 23 Valor: R\$ 390.000,00

12.365.1201.2038 – Manutenção do Ensino Infantil

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 00.00.18 - APLICAÇÕES DIRETAS – 46 Valor: R\$ 493.000,00

04 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

26.782.1501.2020 – Manutenção da Secretaria

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 03.00.49 - APLICAÇÕES DIRETAS - 64 -Valor: R\$ 185.000,00

05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.2001.2021 – Manutenção da Secretaria

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recursos: 03.00.53 - APLICAÇÕES DIRETAS – 70 - Valor: R\$ 10.000,00

06 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.801.2029 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 77 Valor: R\$ 20.000,00

Modalidade de Aplicação: 33500000

Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 78 Valor: R\$ 2.100,00

09 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.244.901.2006 – Manutenção das Ações e Programas do Fundo de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 33900000
Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 88 Valor: R\$ 2.100,00

10 – FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
10.243.1101.2007 – Manutenção das Ações e Programas do Fundo da Infância e Adolescência
Modalidade de Aplicação: 33900000
Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 91 Valor: R\$ 2.100,00

13 – FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA
13.392.2903.2043 – Manutenção do Fundo da Cultura
Modalidade de Aplicação: 33900000
Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 95 Valor: R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 96 Valor: R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos: 00.00.01 - APLICAÇÕES DIRETAS – 98 Valor: R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE AGOSTO DE 2015
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 662/2015

DECRETO Nº 662/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

“DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO, CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, combinada com as Leis nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 e Lei nº. 6.063/82 de 24 de maio de 1982.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, com área total de 750,00m², matrícula 2.991, CRI de Ponte Serrada, lote 48, da quadra 20, localizado a Rua Sete de Setembro, centro, desta cidade de Ponte Serrada – SC, de propriedade da Sra MARIA EROCY GHISLENI, conforme mapa e memorial anexo.

Art. 2º - Área remanescente, denominada de lote 48-A, da quadra 20, com área de 345,00m².

Art. 3º - Área desmembrada, denominado de lote 48-B, da quadra 20, com área de 405,00m²

Art.4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE SETEMBRO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra, na forma da lei.

DECRETO 672/2015

DECRETO Nº 672/2015, DE 15 DE SETEMBRO 2015.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e art. 7º da Lei Municipal nº. 2.230, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 91.826,54 (Noventa e Um Mil, Oitocentos e Vinte e Seis Reais e Quatro Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

03.01 – Departamento de Educação

13.392.1301.2.037 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS - 118 R\$ 91.826,54

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 91.826,54 (Noventa e Um Mil, Oitocentos e Vinte e Seis Reais e Quatro Centavos), provenientes do repasse do programa Plano de Ações Articuladas Fonte de Recurso 0618 FNDE recursos vinculados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

EXTRATO CONTRATO 2015

CONTRATO Nº 0136/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 068/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: CHAVE CERTA CASA E CONSTRUÇÃO EIRELI – ME

CNPJ: 13.178.732/0001-18

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de obra de ampliação do Centro de Recebimento, Processamento, Armazenamento e Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar do Município de Ponte Serrada/SC, conforme projeto executivo anexo, relativo ao Contrato nº 0401.751-76/2012/PRONAT/PAC/MDA/SDT/CAIXA.

VALOR: R\$ 215.314,57, (Duzentos e quinze mil trezentos e quatorze reais e cinquenta e sete centavos)

VIGÊNCIA: DE 11 DE SETEMBRO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Porto Belo

PREFEITURA

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 014/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 014/2015 FMS

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de materiais Médicos, Hospitalares, odontológicos e de enfermagem, com fornecimento parcelado para suprir necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 13:00 horas do dia 29/09/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 13:01 horas do dia 29/09/2015, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 15 de setembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 034/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 034/2015 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Contratação de empresa especializada na locação de caminhão compactador para atender as necessidades do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 28/09/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 28/09/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 15 de setembro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 190/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 190/2015 – PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e Midori Flores Ltda.
Objeto: Contratação de serviços de decoração com arranjos florais e fornecimento de flores que serão utilizadas em eventos culturais do Município.
Valor Total: R\$ 9.455,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 074/2015 - PREFEITURA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 09 de setembro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Midori Flores Ltda.
Contratada

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 015/2015 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 016/2015- FAS
Extrato de Edital de Pregão Presencial 015/2015
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para manutenção do CREAS. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 30 de setembro de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 16 de setembro de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 074/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 127/2015 – PREFEITURA
Pregão Presencial 074/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Midori Flores Ltda.

Porto União SC, 09 de setembro de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 011/2015 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 012/2015 - FAS
Pregão Presencial 011/2015
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8.666/93, tendo em vista que o mesmo deu-se deserta.

Porto União SC, 08 de setembro de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 65/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 - Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452

Ano lei : 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 65, de 14 de setembro de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de

dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais),

observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.2010.3390000000000000.01190000 11.500,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :
R\$11.500,00 (onze mil e quinhentos reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.2010.3190000000000000.01190000 11.500,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 14 de setembro de 2015
ANTONIO F. COMANDOLI ALINE L. TILLMANN
Prefeito Municipal Contadora

DECRETO 66/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 - Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452

Ano lei : 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 66, de 14 de setembro de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de

dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), observadas as

seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI 12.001.0008.0244.1602.2023.3390000000000000.01350200 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :
R\$20.000,00 (vinte mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI 12.001.0008.0244.1602.2023.3190000000000000.01350200 20.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 14 de setembro de 2015
ANTONIO F. COMANDOLI ALINE L. TILLMANN
Prefeito Municipal Contadora

Rio do Sul

PREFEITURA

ALVACIR MACEDO PEREIRA - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 231/2015, firmado em 06/02/2015, com término previsto para 08/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALVACIR MACEDO PEREIRA, portador(a) do CPF nº 741.671.709-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 231/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 231/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/09/2015 e encerrando-se em 15/09/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ALVACIR MACEDO PEREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/15

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/15.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Leopoldo Mees Neto	Xxx.177.339-xx	152722
RMC Ind e Com de Confecções Ltda ME	xx.342.258/0003-xx	152984
Manoel Leandro	Xxx.243.719-xx	154085
Silvia Darli Dalsenter Duarte	Xxx.872.469-xx	152730
Juarez José Paludo ME	Xx.510.316/0001-xx	152931
Vanessa Peixe	Xxx.845.519-xx	147066
Claudinei Moreira	Xxx.772.239-xx	155150
João Batista da Silva	Xxx.518.599-xx	152921
Edemar Lippel	Xxx.663.529-xx	152823
Olga da Silva	Xxx.490.419-xx	152194
Thaiane Maria Moreira Oliveira	Xxx.881.419-xx	153714
Odair de Souza	Xxx.676.299-xx	154807
Andreia Stegemann	Xxx.329.489-xx	152282
Aloir Cristovão do Nascimento	Xxx.240.609-xx	151659
Marlene Scheffer Heiderscheidt	Xxx.448.849-xx	152922
Antonio Marcos Amaral Ferreira	Xxx.786.549-xx	155167
Luiz Carlos da Silva	Xxx.973.308-xx	152562
Walfried Sasse	Xxx.677.629-xx	153069
Marina Krueger	Xxx.867.569-xx	153170

Rio do Sul, 16 de Setembro de 2015
LEONICE WITTE
Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO
Secretário Municipal da Fazenda



PORTARIA Nº 0714/RH

PORTARIA Nº. 0714/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0593/2015/RH de 05/08/2015, a qual nomeia JULIANO AMARAL para exercer o cargo de provimento efetivo COZINHEIRO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de setembro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 083/2015

DECRETO Nº 083, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DE CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Edital do Teste Seletivo Simplificado n.º 001/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final de classificação do Teste Seletivo Simplificado n.º 001/2015, conforme Anexo Único.

Art. 2º Fica assegurado o prazo legal, para qualquer recurso referente a esta homologação.

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso/SC, em 16 de setembro de 2015.

Claudemir Cesca
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado em Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO – CLASSIFICAÇÃO FINAL

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	PONTUAÇÃO FINAL
SARA CRISTINA PAGANINI	09/11/1985	7,5	7,5
SIDIANE LEITE	05/07/1987	7,5	7,5
BARBARA TESSOLDI LIDANI	24/11/1982	7,0	7,0
ANDRÉIA SCHWANTZ DOS SANTOS	15/02/1989	7,0	7,0
SILVANIA DE CAMARGO DOS SANTOS	21/04/1980	6,0	6,0
SUSANA ABATI	25/05/1986	6,0	6,0
CAMILA DONADEL	20/03/1992	5,5	5,5
DENISE NATALLI CHAVES RODRIGUES	25/12/1993	5,5	5,5
JUCILENE MARIA FAVARIN	15/03/1973	5,0	5,0
SUZANA MOREIRA	24/08/1990	5,0	5,0
GABRIELA MAGRO	15/09/1997	5,0	5,0
JERUSA COSTA	11/12/1978	4,5	4,5
GISIANE BIAVA	06/05/1986	4,5	4,5
SABRINA SCHAEFFER	06/05/1996	4,5	4,5
RENATA DE OLIVEIRA	19/04/1997	4,5	4,5
JESSICA NESI	27/06/1991	4,0	4,0
JULIANA DOS SANTOS	25/02/1996	4,0	4,0
DEBORA BENINCA	10/02/1991	3,0	3,0

CARGO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	NPP	PONTUAÇÃO FINAL
MARCIMONE ADRIANA DEVALIERI	20/09/1976	5,0	7,5	12,5
ALESSANDRA APARECIDA RITA	26/12/1996	6,5	5,75	12,25
SHEILA CRISTINA RHODEN	20/10/1976	5,0	6,5	11,5

CARGO: AUXILIAR DE LIMPEZA

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	NPP	PONTUAÇÃO FINAL
IVONE CAMARGO DE ANDRADE	02/12/1979	6,5	9,0	15,5
NÉLIS MOREIRA DE SANTANA	23/03/1987	7,5	7,5	15
CÁTIA DE MORAIS	06/02/1990	7,0	8,0	15
ELIANE RIBEIRO SANTOS	04/08/1972	5,0	9,0	14
GISELI CASSIA ALVES	24/10/1992	6,0	8,0	14

LUCIMARA CARNEIRO	02/12/1987	4,5	8,0	12,5
LUCI FÁTIMA SERIGHELLI	04/12/1966	3,5	7,5	11
MARIA EVA ANTUNES DE FREITAS	10/09/1962	0,0	7,0	7,0

CARGO: AUXILIAR DE LIMPEZA URBANA

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	NPP	PONTUAÇÃO FINAL
EDSON JOSÉ PINTO DA SILVA	05/08/1975	9,5	8,5	18
FÁTIMA BARBOSA	14/10/1979	0,5	8,5	9,0
MARISTELA ALVES DOS SANTOS	06/10/1975	0,5	3,5	4,0

CARGO: MOTORISTA CLASSE II

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	NPP	PONTUAÇÃO FINAL
EDUARDO MAURÍCIO SONDA	13/11/1982	7,0	10,0	17
VICTOR AURELIO SIMIONI	06/08/1986	6,0	10,0	16
CARLOS ALEXANDRE DA ROCHA PORTO TADEU	03/10/1982	5,5	9,0	14,5
ADENILSON ANTÔNIO DOS SANTOS	26/09/1982	4,5	9,0	13,5
MARCOS ROBERTO FRIGO	22/06/1985	4,5	9,0	13,5

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS CLASSE I

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	NPP	PONTUAÇÃO FINAL
VALDIR MAFIOLETTI	06/08/1957	6,5	9,0	15,5
GEFERSON COMERLATO	12/08/1993	6,0	9,5	15,5
LIRIO PEDROSO	17/04/1986	5,5	9,5	15
ALESSANDRO DE SOUZA	18/01/1988	5,0	5,5	10,5

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS CLASSE II

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	NPP	PONTUAÇÃO FINAL
VILSO JOSÉ VENTURIN	21/08/1964	9,0	9,5	18,5
DARCI GEMELLI	07/09/1945	8,0	10,0	18
OZÉAS MOREIRA BRANCO	30/09/1973	8,0	8,5	16,5

CARGO: OPERÁRIO BRAÇAL

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	NPP	PONTUAÇÃO FINAL
ADAIR RAMOS	30/08/1976	10,0	10,0	20
ADRIANO DOS SANTOS	13/11/1984	8,5	9,0	17,5
FRANCISCO ALVES	03/08/1973	9,5	7,0	16,5

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	PROVA DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
ALINE SARTOREL	15/07/1990	7,5	1,5	9,0
REGINA LUCIA TELEGEN	21/11/1968	5,5	1,0	6,5
LUCINÉIA SULDOVSKI	12/02/1986	6,0	0,0	6,0
ARIANA PAULA MERGNER	18/06/1990	5,0	1,0	6,0
IZALETE AP. STEFFEN TOMAZI	31/01/1987	5,5	0,0	5,5
MARISA SCHNEIDER	12/06/1972	4,5	0,0	4,5
SANDRA CANONICA	20/06/1985	4,5	0,0	4,5
LÉIA REGINA BEHREND	24/06/1979	4,0	0,0	4,0

CARGO: PROFESSOR DE INFORMÁTICA

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	PROVA DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
MIGUEL CARLOS CORNELLI	10/04/1991	7,5	0,0	7,5

CARGO: PROFESSOR DE SÉRIES FINAIS

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	PROVA DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
ROSELI APARECIDA SONEGO	16/05/1973	6,0	0,0	6,0

CARGO: PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NPE	PROVA DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
CARLA CRISTINA LEGNANI	20/09/1992	5,0	0,0	5,0

PORTARIA Nº. 287/2015

PORTARIA Nº. 287/2015

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. JUSSARA TEREZINHA DAL PIZZOL ABATI, pelo período de 16/09/2015 a 08/12/2015, correspondente a 84 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 15 de Setembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 079/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 079/2015 - Dispensa de Licitação 079/2015

Do Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA ÁREA DE TERRA RURAL COM 287,50M²(DUZENTOS E OITENTA E SETE METROS E CINQUENTA CENTIMETROS QUADRADOS)CONFORME MATRÍCULA Nº 402, LOCALIZADO NA ESTRADA GERAL GLORINHA, NESTE MUNICÍPIO DESTINADO A IMPLANTAÇÃO DE UMA ACADEMIA AO AR LIVRE.

PROPRIETÁRIO: AIRTON VOLNEI TEIXEIRA E OUTROS

Valor: R\$ 17.000,00(Dezessete mil reais).

Da Justificativa do Preço: Os preços estão de conformidade com os valores de mercado conforme confirma o laudo de avaliação expedido pelo corretor de imóveis Francisco dos Santos Farias, inscrito no CRECI: 010968.

Do Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Homologado: 15/09/2015

Joelson Farias Pereira

Diretor de Compras e Licitações

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal.

mínima de três dias.

5.Os debates deverão garantir oportunidades iguais para todos os candidatos, para exposição e resposta.

Dúvidas adicionais podem ser esclarecidas mediante consulta ao Guia de Orientações para o processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar elaborado pela SDH/PR, ou por meio dos seguintes telefone: (48) 35341113 (atendimento de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 horas, das 13:00 às 17:30).

Comissão Especial Eleitoral do CMDCA:

Wilfried Hemmer (Presidente do CMDCAI);

Maribel Santana Albino ;

Loecí Atanazio Homem Pereira;

Naira Luiz Pereira;

Cleuza da Silva Monteiro;

Maria Celanir Teixeira de Souza

Santa Rosa do Sul, 16 de setembro de 2015.

WILFRIED HEMMER

Presidente do CMDCA de Santa Rosa do Sul

RESOLUÇÃO Nº 003/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SANTA ROSA DO SUL -SC

RESOLUÇÃO Nº 003/2015

ORIENTAÇÃO PARA OS ÚLTIMOS 20 DIAS DE DIVULGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA, CONFORME APROVAÇÃO DE RECOMENDAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO NACIONAL, DATADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 8.069, de 13/07/90 e Lei Municipal nº 980/2015, e dá outras providências

Resolve expedir a seguinte recomendação:

1. Os candidatos promovam sua divulgação junto à comunidade local por meio de: debates, entrevistas, seminários, distribuição de folders e redes sociais (facebook, WhatsApp, Instagram, blog, Skype, twitter).
2. A livre distribuição de folders, desde que não perturbe a ordem pública e/ou a particular, respeitando os dispositivos contidos na Lei Municipal.
3. O material de divulgação das candidaturas poderá conter: imagem e número do candidato, informações de suas propostas e currículo social, ou seja, sua trajetória de Defesa dos Direitos Humanos em especial de criança e adolescente.
4. A publicação e os debates promovidos pela mídia de forma gratuita deverão ter o seu regulamento apresentado pelos organizadores a todos os candidatos participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com antecedência

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 17/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Fundo Municipal de Saúde - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 19/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 17/2015.
Objeto: Aquisição de colorímetro micro processador digital portátil e bomba dosadora de cloro para medição do cloro livre e total em água.
Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 29 de setembro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 29 de setembro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 15 de setembro de 2015.
TADEU PAULO TOAZZA
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL 18/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Fundo Municipal de Saúde - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 20/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 18/2015.
Objeto: Aquisição de camisetas personalizadas para divulgação das campanhas outubro rosa e novembro azul, para distribuição aos Municípios e aos Servidores Públicos do Município, engajados nas campanhas de prevenção ao câncer de mama, colo do útero e câncer de próstata, desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 29 de setembro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 29 de setembro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 15 de setembro de 2015.
TADEU PAULO TOAZZA
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL 19/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Fundo Municipal de Saúde - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 21/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 19/2015.
Objeto: Aquisição de equipamentos para utilização no Fundo Municipal de Saúde - FMS.
Entrega dos Envelopes: 15:00 horas do dia 29 de setembro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 15:00 horas do dia 29 de setembro de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 15 de setembro de 2015.

TADEU PAULO TOAZZA

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL 93/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 111/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 93/2015.
Objeto: Aquisição de tubos de concreto para utilizar na manutenção das estradas vicinais do interior do Município, utilizado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 29 de setembro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 29 de setembro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 15 de setembro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.795/2015 – DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

LEI MUNICIPAL N.795/2015 – DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014, no valor de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 1.010 – Aquisição de Veículos de Pequeno Porte

Projeto: 1.010 – Aquisição de Veículos de Pequeno Porte

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.01 – Aplicações Diretas
..... R\$ 22.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 1.053 – Construção Área Coberta

Projeto: 1.053 – Construção Área Coberta

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 17 de Setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secr. de Administração e Finanças

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 17 de setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

LEI MUNICIPAL Nº794/2015 – DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº794/2015 – DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar o pagamento de despesas com a realização das festividades comemorativas ao DIA DA CRIANÇA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar gastos no valor de até R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais) com a contratação de apresentações artísticas infantil, aquisição de materiais para realização de atividades diferenciadas e guloseimas para todas as crianças do Município, sobretudo os alunos da Creche Municipal, Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental do Município, possibilitando assim que seja realizada uma programação diversificada em comemoração ao “DIA DA CRIANÇA”, a realizar-se nos dias 9 a 16 de outubro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta do Orçamento vigente, na Atividade: 12.361.0007.2.013, Ação 2.013 – Manutenção das Atividades da Educação, Cultura e Esportes: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

São Bento do Sul

PREFEITURA

1ª RETIFICAÇÃO DO PREGÃO Nº 211/2015

I RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 211/2015

NO EDITAL HOUVE ALTERAÇÃO RELACIONADA AO VALORES DOS OBJETOS DO PROCESSO LICITATORIO, DEVIDO A INVERSÃO.

ONDE SE LÊ:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
01	GASOLINA COMUM	LT.	400,00	R\$ 2,8843	R\$ 1.153,72
02	OLEO DIESEL S-10	LT.	400,00	R\$ 3,3223	R\$ 1.328,92

LEIA-SE:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
01	GASOLINA COMUM	LT.	400,00	R\$ 3,3223	R\$ 1.328,92
02	OLEO DIESEL S-10	LT.	400,00	R\$ 2,8843	R\$ 1.153,72

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E, PARA QUE ESTE PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, ALTERANDO A ABERTURA DAS PROPOSTAS PARA O DIA 01 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, SENDO QUE O RECEBIMENTO DOS ENVELOPES (PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO) SERÃO ATÉ AS 08:30 HORAS.

SÃO BENTO DO SUL, 16 DE SETEMBRO DE 2015.

CARLA ELOISE MÜLBAUER
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 02/2015 - CMAS

EDITAL CMAS Nº 02/2015

RETIFICAÇÃO NO EDITAL CMAS Nº 01/2015 DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES, TITULARES E SUPLENTE, DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL – CMAS, GESTÃO 2015/2017.

A Presidente Comissão organizadora da assembleia de eleição das representatividades não governamentais do CMAS, no uso de suas atribuições legais, RETIFICA o Edital CMAS nº 01/2015 que convocar a assembleia de eleição dos representantes, titulares e suplentes, da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul – CMAS, gestão 2015/2017, aprovado em reunião da comissão realizado no dia 10 de setembro de 2015, sendo o que se segue:

1 – O Item 3.1.2.1 passa a ter a seguinte redação:

“3.1.2.1 Representantes de usuários são as pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, organizadas sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos.”

2 – O Item 3.3.3 passa a ter a seguinte redação:

“3.3.3. Para representantes de usuários da assistência social:

- Participar dos Fóruns, que serão organizados pela Comissão organizadora da assembleia de eleição das representatividades não governamentais do CMAS e as coordenações dos Serviço de Proteção Social Básica e Especial do Sistema Único de Assistência Social do Município, que serão realizados entre os dias 10 a 18 de setembro de 2015, onde serão escolhidos até 4 candidatos;
- Ter sido indicado pelos demais usuários participantes dos Fóruns, que será realizado no CRAS do Centenário, CRAS do Cruzeiro, CRAS de Serra Alta, CREAS e Serviço de Alta Complexidade;
- Declaração de reconhecimento de atuação, expedida e devendo ser assinado pela respectiva coordenadora, conforme Anexo III e que conste que o mesmo atende a letra b do item 3.3.3;
- Endereço completo, telefone, fax, e-mail da entidade ou organização, e outras informações importantes para contato em tempo hábil.”

3 – O Anexo III terá nova redação.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2015

Eunice Cristina Borba Hänsch

Presidente da Comissão organizadora da assembleia de eleição das representatividades não governamentais do CMAS

Anexo III

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE ATUAÇÃO

- Representantes de Usuários

DECLARO, para os devidos fins, que os usuários abaixo relacionados são atendidos por este equipamento e que participaram do fórum ocorrido no dia ____/____/____ conforme orientações contido no Edital do CMAS nº ____/2015. Informamos também que os mesmos foram escolhidos como delegados para participarem da assembleia de eleição para a escolha dos representantes dos usuários do Sistema Único de Assistência Social no Conselho Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul:

Representante 1:

Nome completo:

N.º do RG:, Órgão expedidor:, CPF:

Endereço Residencial:

Representante 2:

Nome completo:

N.º do RG:, Órgão expedidor:, CPF:

Endereço Residencial:

Representante 3:

Nome completo:

N.º do RG:, Órgão expedidor:, CPF:

Endereço Residencial:

Representante 4:

Nome completo:

N.º do RG:, Órgão expedidor:, CPF:

Endereço Residencial:

(identificação de quem assina e qualificação)

Assinatura da coordenadora

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 024/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 024/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Nº 001/2015, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa HJL SEGURANÇA PRIVADA LIMITADA - ME, conforme Compra Direta nº 007/2015, de 15 de janeiro de 2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 001/2015, que consiste na Prestação de Serviços de Monitoramento do Sistema de Alarme Eletrônico instalado nas dependências da Fundação Municipal de Desportos, 24 horas por dia.

Considerando a Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização do Contrato, onde designa o Sr. Marcos Pollum como Fiscal do referido Contrato, mas tendo em vista que este não faz mais parte do quadro de Funcionários da Fundação Municipal de Desportos, faz-se necessário a alteração desta Cláusula, nos seguintes termos:

1º - Fica alterada a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, no Contrato Primitivo, conforme segue:

A execução do Contrato será acompanhada e Fiscalizada pelo Servidor Municipal LUIS ANTONIO BOHOMO, lotado na Fundação Municipal de Desportos, através da Matrícula nº 32.968, portador do CPF nº 988.988.929-34 e na impossibilidade deste, por outro servidor designado para substituí-lo.

O servidor acima designado anotará em registro próprio todas as ocorrências com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência do servidor nomeado deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Caso o fiscal do contrato acima designado entenda necessário, poderá ser permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 21 de janeiro de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 09 de setembro de 2015.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.
HJL SEGURANÇA PRIVADA LIMITADA - ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 025/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 025/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passes de Estudantes de Nº 004/2015, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015, de 19 de janeiro de 2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 004/2015, que consiste no fornecimento parcelado de 29.500 Passes de Estudantes para os Atletas das diversas Escolinhas de várias Modalidades Esportivas da Fundação Municipal de Desportos.

Considerando a Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização do Contrato, onde designa o Sr. Marcos Pollum como Fiscal do referido Contrato, mas tendo em vista que este não faz mais parte do quadro de Funcionários da Fundação Municipal de Desportos, faz-se necessário a alteração desta Cláusula, nos seguintes termos:

1º - Fica alterada a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, no Contrato Primitivo, conforme segue:
A execução do Contrato será acompanhada e Fiscalizada pelo Servidor Municipal LUIS ANTONIO BOHOMO, lotado na Fundação Municipal de Desportos, através da Matrícula nº 32.968, portador do CPF nº 988.988.929-34 e na impossibilidade deste, por outro servidor designado para substituí-lo.

O servidor acima designado anotará em registro próprio todas as ocorrências com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência do servidor nomeado deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Caso o fiscal do contrato acima designado entenda necessário, poderá ser permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 26 de janeiro de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 09 de setembro de 2015.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.
NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 026/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 026/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Nº 010/2015, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa ROSEMARY FURST XAVIER BRANCO – ME, conforme Compra Direta nº 046/2015, de 02 de março de 2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 010/2015, que consiste na Prestação de Serviços de Mão de Obra de Eletricista, para Instalações e Manutenções na Fundação Municipal de Desportos e seus Departamentos (Centro de Treinamento da Ginástica Olímpica, Ginásio de Esportes Annes Gualberto e Piscina Pública Municipal), pelo período de 12 (doze) meses.

Considerando a Cláusula Décima Quarta – Da Fiscalização do Contrato, onde designa o Sr. Marcos Pollum como Fiscal do referido Contrato, mas tendo em vista que este não faz mais parte do quadro de Funcionários da Fundação Municipal de Desportos, faz-se necessário a alteração desta Cláusula, nos seguintes termos:

1º - Fica alterada a CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, no Contrato Primitivo, conforme segue:
A execução do Contrato será acompanhada e Fiscalizada pelo Servidor Municipal LUIS ANTONIO BOHOMO, lotado na Fundação Municipal de Desportos, através da Matrícula nº 32.968, portador do CPF nº 988.988.929-34 e na impossibilidade deste, por outro servidor designado para substituí-lo.

O servidor acima designado anotará em registro próprio todas as ocorrências com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência do servidor nomeado deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Caso o fiscal do contrato acima designado entenda necessário, poderá ser permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 04 de março de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 09 de setembro de 2015.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.

ROSEMARI FURST XAVIER BRANCO – ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 029/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 029/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de Nº 015/2015, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, conforme Pregão Presencial nº 007/2015, de 25 de março de 2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 015/2015, que consiste na Prestação de Serviços de Transporte com Motorista e Combustível, para transportar os Atletas da Fundação Municipal de Desportos, no ano de 2015.

Considerando a Cláusula Décima Terceira – Da Fiscalização do Contrato, onde designa o Sr. Luiz Neri Pereira como Fiscal do referido Contrato. Porém, tendo em vista que o Sr. Luiz Neri Pereira é o novo Presidente da Fundação Municipal de Desportos, ou seja, é o Gestor de todos os Contratos, outro Servidor será designado como Fiscal, para tanto faz-se necessário a alteração desta Cláusula, nos seguintes termos:

1º - Fica alterada a CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, no Contrato Primitivo, conforme segue:

A execução do Contrato será acompanhada e Fiscalizada pela Servidora Municipal GISELI AUGUSTIN CORREIA, lotada na Fundação Municipal de Desportos, através da Matrícula nº 32.979, portadora do CPF nº 004.955.209-00 e na impossibilidade desta, por outro servidor designado para substituí-lo.

A servidora acima designada anotarà em registro próprio todas as ocorrências com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência da servidora nomeada deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Caso a fiscal do contrato acima designada entenda necessário, poderá ser permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 22 de abril de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 09 de setembro de 2015.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.

LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 032/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 032/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Eventuais de Cozinha de Nº 019/2015, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. MARIA DO CARMO MARTINS RODRIGUES, conforme Convite nº 009/2015, de 28 de maio de 2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 019/2015, que consiste na Contratação de Serviços Eventuais de Cozinha para trabalhar nos alojamentos da FMD, quando de sua participação em Competições Esportivas fora de São Bento do Sul.

Considerando a Cláusula Décima Terceira – Da Fiscalização do Contrato, onde designa o Sr. Luiz Neri Pereira como Fiscal do referido Contrato. Porém, tendo em vista que o Sr. Luiz Neri Pereira é o novo Presidente da Fundação Municipal de Desportos, ou seja, é o Gestor de todos os Contratos, outro Servidor será designado como Fiscal, para tanto faz-se necessário a alteração desta Cláusula, nos seguintes termos:

1º - Fica alterada a CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, no Contrato Primitivo, conforme segue:

A execução do Contrato será acompanhada e Fiscalizada pela Servidora Municipal GISELI AUGUSTIN CORREIA, lotada na Fundação Municipal de Desportos, através da Matrícula nº 32.979, portadora do CPF nº 004.955.209-00 e na impossibilidade desta, por outro servidor designado para substituí-lo.

A servidora acima designada anotarà em registro próprio todas as ocorrências com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência da servidora nomeada deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Caso a fiscal do contrato acima designada entenda necessário, poderá ser permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 22 de junho de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 09 de setembro de 2015.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.

MARIA DO CARMO MARTINS RODRIGUES, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 034/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 034/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Adesivos de Nº 022/2015, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa AÇÃO COMUNICAÇÃO VISUAL E BRINDES LTDA - ME, conforme Compra Direta nº 098/2015, de 02 de julho de 2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 022/2015, que consiste no Fornecimento Parcelado de Adesivos para as Premiações dos Eventos Esportivos promovidos pela Fundação Municipal de Desportos e suas Associações Esportivas, no ano de 2015.

Considerando a Cláusula Décima Segunda – Da Fiscalização do Contrato, onde designa o Sr. Luiz Neri Pereira como Fiscal do referido Contrato. Porém, tendo em vista que o Sr. Luiz Neri Pereira é o novo Presidente da Fundação Municipal de Desportos, ou seja, é o Gestor de todos os Contratos, outro Servidor será designado como Fiscal, para tanto faz-se necessário a alteração desta Cláusula, nos seguintes termos:

1º - Fica alterada a CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, no Contrato Primitivo, conforme segue:

A execução do Contrato será acompanhada e Fiscalizada pela Servidora Municipal GISELI AUGUSTIN CORREIA, lotada na Fundação Municipal de Desportos, através da Matrícula nº 32.979, portadora do CPF nº 004.955.209-00 e na impossibilidade desta, por outro servidor designado para substituí-lo.

A servidora acima designada anotará em registro próprio todas as ocorrências com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência da servidora nomeada deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Caso a fiscal do contrato acima designada entenda necessário, poderá ser permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 08 de julho de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 09 de setembro de 2015.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.

AÇÃO COMUNICAÇÃO VISUAL E BRINDES LTDA - ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 035/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 035/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Eventuais de Auxiliar de Cozinha de Nº 023/2015, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. VERONICA DE LIMA DO PRADO, conforme Convite nº 010/2015, de 16 de junho de 2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 023/2015, que consiste na Contratação de Serviços Eventuais de Auxiliar de Cozinha para trabalhar nos alojamentos da FMD, quando de sua participação em Competições Esportivas fora de São Bento do Sul.

Considerando a Cláusula Décima Terceira – Da Fiscalização do Contrato, onde designa o Sr. Luiz Neri Pereira como Fiscal do referido Contrato. Porém, tendo em vista que o Sr. Luiz Neri Pereira é o novo Presidente da Fundação Municipal de Desportos, ou seja, é o Gestor de todos os Contratos, outro Servidor será designado como Fiscal, para tanto faz-se necessário a alteração desta Cláusula, nos seguintes termos:

1º - Fica alterada a CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, no Contrato Primitivo, conforme segue:

A execução do Contrato será acompanhada e Fiscalizada pela Servidora Municipal GISELI AUGUSTIN CORREIA, lotada na Fundação Municipal de Desportos, através da Matrícula nº 32.979, portadora do CPF nº 004.955.209-00 e na impossibilidade desta, por outro servidor designado para substituí-lo.

A servidora acima designada anotará em registro próprio todas as ocorrências com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência da servidora nomeada deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Caso a fiscal do contrato acima designada entenda necessário, poderá ser permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 09 de julho de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 09 de setembro de 2015.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.
VERONICA DE LIMA DO PRADO, como Contratada.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 89/2015 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 89/2015 FMS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE EM ANÁLISES CLÍNICAS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

CONTRATADO: PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA

VALOR: R\$ 3.801,36

SÃO BENTO DO SUL, 15 de setembro de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

DEODATO RAUL HRUSCHKA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 89/2015 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE EM ANÁLISES CLÍNICAS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

II – Contratado: PNCQ – PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de Programa de Controle de Qualidade Externa para Laboratórios Clínicos, sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A Sociedade Brasileira de Análise Clínicas, administradora do PNCQ – Programa Nacional de Controle de Qualidade, é a única instituição a oferecer o Programa de Controle de Qualidade Externa, a ser realizado em laboratórios clínicos visando fornecer ao laboratório informações confiáveis sobre sua precisão e exatidão.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 3.801,36 (três mil oitocentos e um reais e trinta e seis centavos) é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Saúde.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Secretário Municipal de Saúde

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

LISTAGEM PORTARIAS Nº 09/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 10024, de 10 de setembro de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 02 de setembro de 2015. Suely Terezinha Pires de Moraes Ferreira, Auxiliar de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 10025, de 10 de setembro de 2015. Exonera Chefe de Divisão de Creches, a pedido, a partir de 01 de setembro de 2015. Marcia Margarete Kvitschal. SEMED.

Portaria nº 10026, de 10 de setembro de 2015. Retira Gratificação de Função FG4, a partir de 01 de setembro de 2015, concedida à servidora Josleine Travinski, Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 10027, de 10 de setembro de 2015. Nomeia Chefe de Divisão de Creches, a partir de 01 de setembro de 2015. Josleine Travinski. SEMED.

Portaria nº 10028, de 10 de setembro de 2015. Concede Gratificação de Função FG5- Agente de Divisão de Manutenção de Prédios Escolares. Marcelo Laynes Milla, Engenheiro Civil. SEMED.

Portaria nº 10029, de 10 de setembro de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 08 de setembro de 2015. Ladir Huttli Bertoli, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 10030, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário por término de contrato, a partir de 07 de setembro de 2015. Elisete Lourenço da Silva, Auxiliar de Serviços. SECAD.

Portaria nº 10031, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário por término de contrato, a partir de 07 de setembro de 2015. Dreici Drieni Ribeiro Luiz, Auxiliar de Serviços. SECAD.

Portaria nº 10032, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário por término de contrato, a partir de 05 de setembro de 2015. Iolanda Pscheidt, Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 10033, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor

Temporário por término de contrato, a partir de 07 de setembro de 2015. Maria Helena Cichowicz, Auxiliar de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 10034, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário por término de contrato, a partir de 07 de setembro de 2015. Clarice Aparecida Martins, Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 10035, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário por término de contrato, a partir de 03 de setembro de 2015. Lucimara de Souza Pereira, Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 10036, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário por término de contrato, a partir de 10 de setembro de 2015. Roberto Ludwinski, Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 10037, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário por término de contrato, a partir de 11 de setembro de 2015. Felício Urbainski, Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 10038, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário por término de contrato, a partir de 13 de setembro de 2015. Ismael Cicero Barbosa, Mecânico. SEMOB.

Portaria nº 10039, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário por término de contrato, a partir de 13 de setembro de 2015. Marli dos Anjos, Auxiliar de Serviços. SECAD.

Portaria nº 10040, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário por término de contrato, a partir de 25 de setembro de 2015. Sirlei das Graças Motta, Auxiliar de Serviços. SECAD.

Portaria nº 10041, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário por término de contrato, a partir de 10 de setembro de 2015. Mariza Aparecida Pereira, Auxiliar de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 10042, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário por término de contrato, a partir de 14 de setembro de 2015. Maria Antonia Martins Ramos, Auxiliar de Serviços. SECAD.

Portaria nº 10043, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário por término de contrato, a partir de 14 de setembro de 2015. Juliane Fernandes, Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 10044, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário a pedido, a partir de 08 de setembro de 2015. Jaqueline Kruger, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 10045, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário a pedido, a partir de 08 de setembro de 2015. Leticia Kosmala Fanes, Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 10046, de 10 de setembro de 2015. Demite Servidor Temporário a pedido, a partir de 08 de setembro de 2015. Rikelin Daiana Baum, Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 10047, de 10 de setembro de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 10 de setembro de 2015. Raphael Ayres de Assis Barbosa, Médico Oftalmologista. Grupo Ocupacional 08. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10048, de 10 de setembro de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 10 de setembro de 2015. Luciana Fernandes, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10054, de 14 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, período de 25/09/2015 a 24/10/2015. Alisson Ricardo do Prado, Motorista. SEMUS.

Portaria nº 10055, de 14 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, período de 18/09/2015 a 17/10/2015. Danieli Tayana Katzer, Recepcionista. SEMUS.

Portaria nº 10056, de 14 de setembro de 2015. Retira Gratificação de Função FG 3, a partir de 01 de setembro de 2015. Josiane Ferreira de Lima, Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 10057, de 09 de setembro de 2015. Concede Gratificação de Função FG4- Agente de Setor de Folha de Pagamento, a partir de 01 de setembro de 2015. Josiane Ferreira de Lima, Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 10058, de 14 de setembro de 2015. Retira Gratificação de Função FG 2, a partir de 01 de setembro de 2015. Elvis Wigando Baum, Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 10059, de 09 de setembro de 2015. Concede Gratificação de Função FG3- Agente de Serviços de Folha de Pagamento, a partir de 01 de setembro de 2015. Elvis Wigando Baum, Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 10060, de 09 de setembro de 2015. Concede Gratificação de Função FG2- Agente de Área de Folha de Pagamento, a partir de 01 de setembro de 2015. Fabio Milbratz, Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 10061, de 15 de setembro de 2015. Promove Servidor Público Municipal por Avaliação de Desempenho, a partir de 27 de janeiro de 2015, Cleide Leticia Neudorff Kautnick, Professor Educação Infantil - Especialização, Nível II, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 10062, de 15 de setembro de 2015. Promove Servidor Público Municipal por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de março de 2015, Matilde Sueli Vidal dos Santos, Secretária de Escola, Grupo Ocupacional 04, Nível I, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 10063, de 15 de setembro de 2015. Promove Servidor Público Municipal por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de setembro de 2015, Amarildo Ludwinski, Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível I, da Classe D para Classe E. SEMOB.

Portaria nº 10064, de 15 de setembro de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 02/04/2012 a 09/04/2015. Ivan Clasen Schlindwein, Advogado. PROCUR.

Portaria nº 10065, de 15 de setembro de 2015. Concede Auxílio Doença INSS, período de 22/07/2015 a 12/08/2015. Eliane Me-deiros Mallon, Chefe de Divisão Administrativo. Fundação Cultural.

Portaria nº 10066, de 15 de setembro de 2015. Concede Auxílio Doença INSS, período de 02/08/2015 a 18/10/2015. Ireneu de França, Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 10067, de 15 de setembro de 2015. Concede Auxílio Doença INSS, período de 27/08/2015 a 31/12/2015. José Luiz Foggatto, Coordenador de Setor de Obras. SEPLU.

Portaria nº 10068, de 15 de setembro de 2015. Concede Auxílio Doença INSS, período de 01/08/2015 a 01/10/2015. Neuseli Johann, Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 10069, de 15 de setembro de 2015. Concede Auxílio Doença INSS, período de 06/08/2015 a 27/08/2015. Scheila Santana, Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 10070, de 15 de setembro de 2015. Concede Auxílio Doença INSS, período de 21/07/2015 a 20/08/2015. Viviane

Aparecida Schafhauser, Auxiliar de Serviços. FMD.

Portaria nº 10071, de 15 de setembro de 2015. Concede Licença por motivo de doença em pessoa da família, período de 10/08/2015 a 08/10/2015, conforme Processo nº 5240/15. Marioni Aparecida Murara Fagundes. Fonoaudióloga. SEMUS.

Portaria nº 10072, de 15 de setembro de 2015. Prorroga Licença por motivo de doença em pessoa da família, período de 17/07/2015 a 15/08/2015, conforme Processo nº 4669/15. Versiane Janaina Heinzen, Nutricionista. SEMUS.

São Bento do Sul, 17 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 10049/2015

PORTARIA Nº 10049, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

ALTERA A PORTARIA Nº 3911, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013 QUE NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL – IPRESBS.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º A Portaria nº 3911, de 12 de dezembro de 2013, passa a ter a seguinte redação:

(...)

II – Representantes dos Servidores Ativos Municipais indicados pelo Poder Executivo:

Ingrid Aparecida Stiegler - titular

(...)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10050/2015

PORTARIA Nº 10050, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

Consolida Portaria nº 3912/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 3912, de 16 de dezembro de 2013, que concedeu aposentadoria à ROSANE DE MORAES COUTINHO BELLO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-14/00107269, através da Decisão COE/GSS - 593/2015, de 27 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10051/2015

PORTARIA Nº 10051, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

Consolida Portaria nº 3915/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 3915, de 18 de dezembro de 2013, que concedeu aposentadoria à OLANDA BATISTA DOS SANTOS, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-14/00112009, através da Decisão GAC/HJN - 1307/2015, de 25 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10052/2015

PORTARIA Nº 10052, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

Consolida Portaria nº 2566/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2566, de 17 de junho de 2013, que concedeu aposentadoria à MARIA CRISTINA LANG, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-13/00588826, através da Decisão COE/CMG - 609/2015, de 21 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10053/2015

PORTARIA Nº 10053, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

Consolida Portaria nº 6119/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6119, de 21 de julho de 2014, que concedeu pensão por morte à SANDRA SALETE SELKE BERGMANN, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº PPA – 14/00582900, através da Decisão GAC/AMF - 836/2015, de 17 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10073/2015

PORTARIA Nº 10073, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 14 de setembro de 2013, Abono de Permanência à servidora LIANE LUZIA SESTREN, ocupante do cargo de Técnico em Saúde Bucal, na Secretaria Municipal de Saúde, conforme consta no Processo nº 5721, de 31 de agosto de 2015.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10074/2015

PORTARIA Nº 10074, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 154, da Lei Municipal nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa para apurar a(s) suposta(s) autoria(s) de agressão e violência física e verbal contra o menor A.B, nascido em 09/03/2007, as quais, segundo informações prestadas na denúncia, ocorreram nas instalações da unidade escolar E.B.M. Profº Rodolfo Berti, na data 27/11/2014, e se confirmadas, podem caracterizar, além de

infração disciplinar, conduta antijurídica tipificada como crime, passíveis de sanções administrativas e penais, respectivamente.

Art. 2º - Designar a Comissão Permanente de Sindicância, constituída por meio do Decreto nº 0732/2014, para dar cumprimento ao disposto no item precedente, compostas pelos seguintes servidores estáveis:

ALICE DROSCZAKA – Presidente

SILVIA CRISTIANE HOMECHEN DA SILVA – Membro

SOLANGE TERESINHA STREIT - Membro

Art. 3º - Determinar que a Comissão inicie a execução de seus trabalhos, observando o procedimento instituído pela lei Municipal nº 228/2001, especialmente seus Capítulos II a V – Do Regime Disciplinar, tão logo seja procedida a publicação desta portaria.

Art. 4º – Consoante o artigo 156 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 30 (trinta) dias, admitindo-se sua prorrogação por igual período.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de Setembro 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10075/2015

PORTARIA Nº 10075, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 154, da Lei Municipal nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa para apurar a(s) suposta(s) autoria(s) de agressão e violência física e verbal contra a menor E.K.F, nascida em 23/11/2005, as quais, segundo informações prestadas na denúncia, ocorreram nas instalações da unidade escolar E.B.M. Adélia Lutz, na data 27/11/2014, e se confirmadas, podem caracterizar, além de infração disciplinar, conduta antijurídica tipificada como crime, passíveis de sanções administrativas e penais, respectivamente.

Art. 2º - Designar a Comissão Permanente de Sindicância, constituída por meio do Decreto nº 0732/2014, para dar cumprimento ao disposto no item precedente, compostas pelos seguintes servidores estáveis:

ALICE DROSCZAKA – Presidente

SILVIA CRISTIANE HOMECHEN DA SILVA – Membro

SOLANGE TERESINHA STREIT - Membro

Art. 3º - Determinar que a Comissão inicie a execução de seus trabalhos, observando o procedimento instituído pela lei Municipal nº 228/2001, especialmente seus Capítulos II a V – Do Regime Disciplinar, tão logo seja procedida a publicação desta portaria.

Art. 4º - Consoante o artigo 156 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 30 (trinta) dias, admitindo-se sua prorrogação por igual período.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de Setembro 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10076/2015

PORTARIA Nº 10076, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
DISCIPLINAR – RITO SUMÁRIO E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 150 e 154 da Lei Municipal nº 228/2001, nos termos nos arts. 149, 159 e 160 da mesma Lei, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 5383/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar – Rito Sumário, a fim de apurar suposta infração disciplinar atribuída, em princípio, ao servidor público S. G., matrícula funcional nº 34327, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 5383/2015, supostamente, não compareceu ao trabalho e não justificou a sua ausência no período de 11 de dezembro de 2014 a 10 de julho de 2015, além de ter faltado ao trabalho, sem apresentar justificativas, por mais 69 (sessenta e nove) dias úteis no período de 13 de agosto de 2014 a 09 de dezembro de 2014, atos que, em tese, se confirmados, podem configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 143, incisos II – ABANDONO DE CARGO e III – INASSIDUIDADE HABITUAL, da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis da penalidade de demissão.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320
II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500
III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 144 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 30 (trinta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 15 (quinze) dias, nos termos legais.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10077/2015

PORTARIA Nº 10077, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 3070/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar suposta infração disciplinar atribuída, em princípio, à servidora G. S., matrícula funcional nº 42325, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, a qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 3070/2015, teria, supostamente, adulterado seu atestado médico de 06 de abril de 2015 e/ou utilizado o atestado médico adulterado, atos que, em tese, se confirmados, podem configurar a infração disciplinar descrita no artigo 143, inciso IV, da Lei nº 228/2001, passível da penalidade de demissão, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320
II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500
III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321
Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a servidora acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10078/2015

PORTARIA Nº 10078, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 4099/2015

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, à empregada pública A. R. A., matrícula funcional nº 39011, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, a qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 4099/2015, teria, supostamente, deixado de atingir a meta de 90% das visitas

domiciliares nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, setembro e novembro de 2014 e março e maio de 2015, além de ter deixado frequentemente de cumprir o horário de trabalho, comparecendo atrasada ou saindo antecipadamente, atos que, em tese, se confirmados, podem configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 482, alínea "e", do Decreto Lei nº 5452/1943 – CLT, artigo 10, incisos I e IV da Lei nº 11350/2006, passíveis da penalidade de rescisão unilateral do contrato de trabalho e artigo 131, inciso III, artigo 132, inciso XV, ambos da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis das penalidades de advertência, suspensão ou demissão, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320
II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500
III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a empregada pública acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10079/2015

PORTARIA Nº 10079, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 3327/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, ao servidor público A. H., matrícula funcional nº 41809, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas, o qual, segundo consta na denúncia registrada sob o Processo Administrativo nº 3327/2015, teria, supostamente, apreendido produtos que não seriam da atribuição do seu cargo, além de destruí-los sem autorização, atos que, se confirmados, podem configurar, em tese, as infrações disciplinares descritas no artigo 131, incisos VIII e XIII, artigo 132, incisos II e XV, artigo 143, incisos IV e X, da Lei Municipal nº 228/2001 e artigo 4º, alínea h, da Lei nº 4898/1965, passíveis das penalidades de advertência, suspensão ou demissão, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a

presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320
II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500
III – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310
Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos

tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10080/2015

PORTARIA Nº 10080, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 4098/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, à empregada pública B. A. P., matrícula funcional nº 39184, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, a qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 4098/2015, teria, supostamente, faltado ao trabalho sem apresentar justificativas por 16 dias úteis no período de fevereiro a julho de 2015, deixando frequentemente de cumprir o horário de trabalho comparecendo atrasada ou saindo antecipadamente, deixando de preencher adequadamente as fichas de acompanhamento, deixando de revisar os cadastros das famílias no e-SUS, além de não atingir a meta de 90% das visitas domiciliares nos meses de fevereiro, março, abril, maio e junho de 2015, atos que, em tese, se confirmados, podem configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 482, alínea "e", do Decreto Lei nº 5452/1943 – CLT, artigo 10, incisos I e IV da Lei nº 11350/2006, passíveis da penalidade de rescisão unilateral do contrato de trabalho e artigo 131, incisos II e III, artigo 132, inciso XV e artigo 143, inciso III, ambos da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis das penalidades de advertência, suspensão ou demissão, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320
II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500
III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321
Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula

nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a empregada pública acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, de 15 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10081/2015

PORTARIA Nº 10081, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 1697/2015

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar suposta infração disciplinar atribuída, em princípio, ao servidor público P. L., matrícula funcional nº 40138, ocupante do cargo de Coordenador de Setor, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 1697/2015 e conforme denúncia do Ministério Público de Santa Catarina, teria, supostamente, favorecido, em processos licitatórios de compra direta, a empresa em que seu irmão H. L. trabalha, ato que, em tese, se confirmado, pode configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 131, incisos VII, VIII e XVII, artigo 132, inciso X e artigo 143, incisos IV e IX, todos da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis das penalidades de advertência, suspensão ou demissão, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10082/2015

PORTARIA Nº 10082, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 154, 159 e 160, da Lei Municipal nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 3758/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, ao servidor público V. M., motorista, matrícula funcional nº 17900, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 3758/2015, teria, supostamente, dirigido veículo oficial para transporte de pacientes em alta velocidade, ligando a sirene, sem motivo aparente, para ultrapassar veículos, atos que, em tese, se confirmados, podem configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 131, incisos VIII, XIII e XVII e artigo 132, inciso XV, da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis das penalidades de advertência, suspensão ou demissão, conforme prevê os artigos 141, 142 e 143 da mesma Lei, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10083/2015

PORTARIA Nº 10083, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 4608/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar suposta infração disciplinar atribuída, em princípio, à empregada pública S. A. B., matrícula funcional nº 38613, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, a qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 4608/2014, teria, supostamente, faltado ao trabalho sem apresentar justificativas por 18 dias úteis no período agosto de 2014 a julho de 2015, deixado de revisar os cadastro das famílias e a digitação no e-SUS dos mesmos, além de não atingir a meta de 90% das visitas domiciliares nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, agosto, setembro e outubro de 2014 e fevereiro, março, abril, maio e junho de 2015, atos que, em tese, se confirmados, podem configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 482, alínea "e", do Decreto Lei nº 5452/1943 – CLT, artigo 10, incisos I e IV da Lei nº 11350/2006, passíveis da penalidade de rescisão unilateral do contrato de trabalho e artigo 143, inciso III, da Lei Municipal nº 228/2001, passível da penalidade de demissão, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório. Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a empregada pública acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, de 15 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10084/2015

PORTARIA Nº 10084, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 154, 159 e 160, da Lei Municipal nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 3785/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, ao servidor público L. A. A., motorista, matrícula funcional nº 11271, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 3785/2015, teria, supostamente, estacionado o veículo público placa MFN 8302 em uma vaga de deficiente físico em frente ao Banco Santander, assim como, possivelmente, teria utilizado o referido bem público para a realização de atividades particulares, atos que, em tese, se confirmados, podem configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 131, incisos VIII, XIII e XVII e artigo 132, inciso XVII, da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis das penalidades de advertência, suspensão ou demissão, conforme prevê os artigos 141, 142 e 143 da mesma Lei, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II – Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DE PREGÃO Nº 213/2015

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 213/2015

NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS E JORNAL A GAZETA DE 16 DE SETEMBRO DE 2015, OCORREU UM ERRO NA PUBLICAÇÃO DA DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DO PREGÃO Nº 213/2015. ONDE SE LÊ 28/09/2015, LEIA-SE 29/09/2015.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

PREGOEIRO

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 054/2015 - "QUE APROVA DESMEMBRAMENTO DE LOTES URBANOS DE PROPRIEDADE DE JUAREZ PITT, CLAUDEMIR JOSÉ SCHAFFER E CLEIVISON HOSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº 54/2015

"QUE APROVA DESMEMBRAMENTO DE LOTES URBANOS DE PROPRIEDADE DE JUAREZ PITT, CLAUDEMIR JOSÉ SCHAFFER e CLEIVISON HOSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

"DECRETA"

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO e CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO DE LOTES RURAIS EM PERÍMETRO URBANO, da Seção Barra Grande, identificado como Parte de Lotes Rurais nºs 76 e 77, de propriedade de JUAREZ PITT, CLAUDEMIR JOSÉ SCHAFFER e CLEIVISON HOSS, por condomínio de propriedades, em escritura pública de compra e venda de 03 de março de 2.008, da matrícula nº 9.470, no Cartório e Comarca de São Carlos, SC.

ÁREA

A matrícula nº 9.470, possui área total de 22.514,00m². Desse total JUAREZ PITT, possui parte ideal com 11.257,00m²; CLAUDEMIR JOSE SCHAFFER, possui parte ideal com 10.807,00m²; e CLEIVISON HOSS, possui parte ideal com 450,00m², perfazendo o total. CLEIVISON HOSS desmembra parte com 450,00m² vindo a constituir o lote urbano nº 77-D, de Quadra nº 120, fora de condomínio, permanecendo como remanescente total de matrícula a área de 22.064,00m², ainda em condomínio. Tudo de acordo com mapa elaborado por técnico responsável.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO EXISTENTE

Imóvel original - Partes dos Lotes Rurais nos 76 e 77-A, da Seção Barra Grande, com área de 22.514,00 m², sem benfeitorias, situado no Município de São Carlos, SC, confronta:

Norte - Com a Rua Cândido Rossetto, lote nº 01 de Celso Roque Pereira Putzel, parte do mesmo lote rural nº 76 de Rádio São Carlos Ltda e parte do lote rural nº 77 de Josefina Lessa;

Sul - Com Rio Uruguai;

Leste - Com de lote rural nº 76 de Silvério Gnoatto;

Oeste - Com parte de lote rural nº 77 de Josefina Lessa e parte de lote rural nº 77 de Juarez Pitt, por uma sanga.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

Lote Desmembrado - Lote urbano nº 77-D, com área de 450,00m², sem benfeitorias, em Quadra nº 120, situado na Rua Cândido Rossetto, no Município de São Carlos, confronta:

Norte - Com a Rua Cândido Rossetto, onde mede 18,00m;

Sul - Com parte dos lotes rurais nºs 76 e 77-A, onde mede 18,00m;

Leste - Com parte do lote urbano nº 01, onde mede 25,00m;

Oeste - Com partes de lotes rurais nºs 76 e 77-A, onde mede 25,00m.

Área Remanescente - Partes dos Lotes Rurais nos 76 e 77-A, da Seção Barra Grande, com área de 22.064,00 m², sem benfeitorias, situado no Município de São Carlos, SC, confronta:

Norte - Com a Rua Cândido Rossetto, onde mede 27,00m, lote urbano nº 77-D, onde mede 18,00m, parte do mesmo lote rural nº 76 e com parte do lotes rurais nºs 76 e 77-B;

Sul - Com Rio Uruguai;

Leste - Com lote urbano nº 77-D, onde mede 25,00m, com parte de lote urbano nº 01 onde mede 7,30m e com lote de parte de lotes rurais nºs 76 e 77-B;

Sudeste - Com parte de lote rural nº 77-B;

Noroeste - Com partes descontinuadas de lote rural nº 76, por uma sanga.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos nºs 171-A de 29/10/2010 e 101 de 08/08/2011.

São Carlos, SC, 09 de setembro de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 93/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 093/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 031/2015.

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 29 de setembro de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE MATERIAS DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS, SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Lei Complementar n. 123/06; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:. São Domingos, SC, 14 de setembro de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi - Pregoeiro Oficial.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 94/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 094/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 032/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 30 de setembro de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados visando eventuais futuras AQUISIÇÕES DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 14 de Setembro de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi - Pregoeiro Oficial.

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 099/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 099/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, suprimir parcialmente, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 80/2015, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE MUROS, PASSARELAS E PREVENTIVO DE INCENDIO NA E.E.B. CAETANO LUMERTZ LOCALIZADA EM VILA SANTA CATARINA" de acordo com as especificações definidas no Termo original celebrado em 29/06/2015.

CONTRATADO: CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA ME

VALOR: Suprime-se o valor total de R\$ 24.463,67 (vinte e quatro mil quatrocentos e sessenta e tres reais sessenta e sete centavos). Tal valor refere-se a desnecessidade de execução dos sub-itens 10.6, 10.7, 11.1, 11.2, 11.3, 11.4 e 11.5 da planilha orçamentária

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Licitação 49/2015 – Tomada de Preços Nº 006/2015, de 09/06/2015, Processo Administrativo número 49/2015 de 09/06/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 08 de Setembro de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2015 – PR 014/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2015 – PR 014/2015 – Processo 034/2015 – Fornecedores: I – RACINE COMERCIAL LTDA – EPP; II – LARISSA PADILHA EPP; III – TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS DESTINADOS À GUARDA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor total: R\$ 350.988,00 (trezentos e cinquenta mil, novecentos e oitenta e oito reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 13 de agosto de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições, e com fulcro na Lei Municipal nº 3.674/01 e, em atendimento ao que dispõe a Lei Complementar nº 101/00 - LRF, faz saber a quem interessar possa, especialmente aos cidadãos Josefenses maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade, que fará realizar Audiência Pública, para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais referentes ao 2º quadrimestre de 2015 e Apresentar e Discutir a Proposta do Orçamento para o exercício de 2016, no seguinte local, data e horário:

Local: Plenário da Câmara de Vereadores
Praça Arnaldo Souza, 38 - Centro - São José - SC
Data: 30 de setembro de 2015

Horário: 10:00 horas da manhã

Ficam todos devidamente convocados a participarem desta audiência.

São José (SC), 11 de setembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 005/2015/SDECT

PORTARIA N. 005/2015/SDECT
NOMEIA COORDENADOR E COORDENADOR ADJUNTO DO EVENTO SEMINÁRIO FOMENTA

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das competências que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município, em seu art. 66, e de acordo com o disciplinado no Anexo III da Lei Complementar Municipal n. 014, de 06 de dezembro de 2004 e;

Considerando a importância da realização de evento que aproxime os micro e pequenos empresários do município de São José dos órgãos governamentais e visando estimular a participação dessas empresas em processos de compras governamentais a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, em parceria

com o SEBRAE, está organizando o evento Seminário Fomenta em São José, no dia 23 de setembro de 2015. Por essa razão faz-se necessário que o poder público tenha especial atenção na coordenação de suas ações nesse evento;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor WILLIAN QUADROS DA SILVA, matrícula 33064, Coordenador do Seminário Fomenta.

Art. 1º Nomear o servidor FRANCISCO FERNANDES, matrícula 33079, Coordenador Adjunto do Seminário Fomenta.

São José, 04 de setembro de 2015.

BERNARDO MEYER

Secretário de Desenvolvimento Econômico,
Ciência e Tecnologia.

PORTARIA Nº 012, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 012, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais no período de 03 a 18 de setembro de 2015 da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José – FMADS.

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13 da Lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997, faz saber e tornar público pela presente que:

Considerando que nos moldes do artigo 225 da Constituição Federal "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Considerando que o artigo 10 da Lei nº 6.938/1981 trouxe a necessidade de licenciamento para "a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental"; Considerando a Resolução do CONSEMA nº 007/2007 que habilitou o Município de São José para realização do Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local, nível III;

Considerando os prazos estabelecidos pela Lei 9.605/1998, Decreto Federal nº 6.514/08, Lei estadual nº 14.675/09, e demais diplomas legais;

Considerando que o artigo 2º, inciso XII, da Lei Federal 9.784/1999 estabelece que é dever da administração impulsionar de ofício os processos administrativos;

Considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXVIII estabelece que "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação";

Considerando a mudança da sede da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS para o Jardim Botânico de São José/SC;

Considerando que a referida mudança compromete o peticionamento de documentos, bem como os procedimentos referentes aos processos de apuração de auto de infração ambiental e de licenciamento/autorização.

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER os prazos processuais dos processos administrativos para obtenção de licenciamento/autorização ambiental, bem como para os processos administrativos para apuração de

infração ambiental, da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José – FMADS, no período de 03 a 18 de setembro de 2015.

Publique-se, comunique-se e cumpra-se.

São José, 09 de setembro de 2015.

MOACIR DA SILVA

Superintendente da FMADS/SJ

Decreto Municipal nº 4411/2015

PORTARIA Nº 027/2015/SF

PORTARIA Nº 027/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 25 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

06.00 – SECRETARIA DE RECEITA

06.01 – SECRETARIA DE RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita

178 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios	R\$
111.000,00 Total desta Atividade	
..... R\$ 111.000,00	

Total do Órgão	R\$
111.000,00	

Total do Crédito Adicional Suplementar	R\$
111.000,00	

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.28.843.0105.2.269 – Administração da Dívida Interna

2164 – 4.6.90.71.00.00.0080 – Principal da Dívida por Contrato,	
Recursos Próprios	R\$
111.000,00 Total desta Atividade	
..... R\$ 111.000,00	

Total do Órgão	R\$
111.000,00	

Total da Anulação	R\$
111.000,00	

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de setembro de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 1.303 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1.303 de 14 de Setembro de 2015

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;

-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;

-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 020928/2015, relativo a ato disciplinar do servidor J.G.S.F para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Fabiana de Oliveira e Elizete Porcia Meira Vieira para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 14 de Setembro de 2015

Meri Terezinha de Melo Hang

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1.304 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1.304 de 14 de Setembro de 2015

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;

-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;

-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 020925/2015, relativo a ato disciplinar do servidor A.J.F. para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Terezinha de Souza e Lenice Lucia Cauduro da Silva para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 14 de Setembro de 2015
Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1.305 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1.305 de 14 de Setembro de 2015

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 020927/2015, relativo a ato disciplinar do servidor P.F.P.S para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Fabiana de Oliveira e Elizete Porcia Meira Vieira para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 14 de Setembro de 2015
Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº. 024/2015

RESOLUÇÃO Nº. 024/2015.

APROVA A NOVA COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CMDCA/SJ, PARA O MANDATO VIGENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº. 8.069/90 c/c a Lei Municipal nº. 5.482/2015 e, conforme deliberado em Assembléia Ordinária ocorrida dia 09 de setembro de 2015.

CONSIDERANDO que o Regimento Interno prevê que o mandato da Mesa Diretora é de um ano;

CONSIDERANDO que o mandato dos atuais Conselheiros encerrará em 15 de maio de 2017;

CONSIDERANDO a comunicação oficial da Ação Social de Barreiros referente a substituição de inclusão deste colegiado, havendo a necessidade de eleger novo Vice presidente.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a nova composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José CMDCA/SJ, para o mandato de 15 de maio de 2015 até 15 de maio de 2016, conforme lista Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José do abaixo:

I - Presidente: CÉSAR MAXIMILIANO SIMÕES;

II - Vice-Presidente: MARIA CLOTILDES DANIEL JOAQUIM;
III - Secretária Geral: CARLA REGINA GALEGO.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação,

Art.3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 09 de setembro de 2015.

CÉSAR MAXIMILIANO SIMÕES

PRESIDENTE CMDCA/SJ

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2015 - Processo nº 255/2015. Fornecedor: MADIS RODBEL SOLUÇÕES DE PONTO E ACESSO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PONTO ELETRÔNICO DO TIPO REP (REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO) CONFORME PORTARIA Nº 1510/2009 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE), INCLUINDO INSTALAÇÃO E TREINAMENTO DE BOBINAS TÉRMICAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 651.600,00 – seiscentos e cinquenta e um mil, seiscentos reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO/TA Nº 093/2014-04 – TP 007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 093/2014-04 – TP 007/2014 - Processo 053/2014 – Contratado: ASTECA CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – EPP. Objeto: EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL JOSÉ NITRO - LOCALIZADO NO BAIRRO SERRARIA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. Alteração Quantitativa – Supressão: o Contrato nº 093/2014 sofrerá a supressão quantitativa de 3,27% (itens 8.1 ao 8.4, 9.1, 9.3, 11.1, 11.2, 12.4, 12.5, 14.3, 16.1 a 16.10, 16.12, 16.13, 17.6, 19.2 e 19.3 das planilhas de fls. 47/61), cujo valor é de R\$ 13.663,00 (treze mil, seiscentos e sessenta e três reais). Readequação Qualitativa: o Contrato nº 093/2014 fica readequado qualitativamente em 24,42% (incluindo-se ao objeto os itens 20.1 ao 20.21 das planilhas de fls. 47/61), o que corresponde a importância de R\$ 102.043,95 (cento e dois mil, quarenta e três reais e noventa e cinco centavos). Readequação Quantitativa – Acréscimo: o Contrato original sofrerá alteração quantitativa nos itens 2.3, 2.5, 3.1, 4.2, 4.4, 6.2, 7.1, 17.1, 17.2, 17.5, 18.2 a 18.4 das planilhas de fls. 47/61, o que corresponde a 2,53% do valor inicialmente contratado, o que representa R\$ 10.576,27 (dez mil, quinhentos e setenta e seis reais, vinte e sete centavos). Valor do Contrato: O Contrato original, cuja importância era de R\$ 417.912,25 (quatrocentos e dezessete mil, novecentos e doze reais, vinte e cinco centavos), considerando-se a alteração sofrida por meio do Termo Aditivo nº 093/2014-02 no valor de R\$ 24.453,38 (vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos), vigorará a partir deste termo com o valor total de R\$ 541.322,85 (quinhentos e quarenta e um mil, trezentos e vinte e dois reais, oitenta e cinco centavos). Data da assinatura: 04 de setembro de 2015.

TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Apostilamento a Ata de registro de preço nº 039/2015 – Pregão Presencial 181/2014 – Processo 432/2014 – Contratados: ASA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME e EUROBAC SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA – ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS, CAIXAS DE GORDURA, CAIXAS D'ÁGUA E CISTERNAS, DESCUPINIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESINSETIZAÇÃO PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Fundamento: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento a Ata de registro de preço o nº 039/2015, cujo objetivo é a alteração do disposto na Cláusula Décima Segunda – parágrafo único – da dotação orçamentária, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente:

Unidade	Projeto/Atividade	Despesa	Elemento de Despesa
08.01	2.508	410	3.3.90.39.00.00.00.06
08.01	2.039	375	3.3.90.39.00.00.00.06

O registro desta indicação de dotação orçamentária é para inclusão da despesa referente ao recurso Salário – Educação nos Projetos/Atividades. Data da assinatura: 15 de setembro de 2015.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.176, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.176, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Determina a anulação do Processo Licitatório nº 119/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 079/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, fundamentando-se no disposto no artigo 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e,

CONSIDERANDO o Memorando nº 15/2015, emitido pela Controladoria Geral do Município, em 09 de setembro de 2015, visando à anulação do Processo Licitatório nº 119/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 079/2015, em razão de equívoco técnico averiguado no que tange à modalidade de licitação adotada, uma vez que o objeto licitado se refere à "contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra destinados para manutenção da rede de iluminação pública municipal de São Lourenço do Oeste/SC", tratando-se, portanto, de obra de engenharia, forma que não pode ser empregada através do Sistema de Registro de Preços e da Modalidade de Pregão, eis que o primeiro não deve ser empregado na contratação a ser executada em tempo determinado e sob circunstâncias previamente definidas (art. 3º, inciso I, do Decreto nº 7.892/2013); e o segundo (Pregão) trata-se de modalidade de licitação somente permitida para a contratação de serviços comuns (art. 1º, da Lei nº 10.520/2002), não sendo considerados como tais, serviços complexos como os de engenharia;

CONSIDERANDO tratar-se de vício insanável que macula todo o certame licitatório;

CONSIDERANDO a fase processual atual do Processo Licitatório: publicação do edital; claramente ausente a homologação. Portanto, sendo desnecessária a ampla defesa e contraditório das licitantes, meras expectantes de direito;

CONSIDERANDO a autorização legal para anulação de processos licitatórios, contida no artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 119/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 079/2015, cujo objeto consiste na "contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra destinados para manutenção da rede de iluminação pública municipal de São Lourenço do Oeste/SC", com efeitos extintivos.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta do orçamento municipal em execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 123/2015 – Pregão Presencial Nº 082/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PREDIAL PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E SEGUROS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL.

FORNECEDOR: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. - CNPJ: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A..

VALOR: R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais).

FORNECEDOR: GENTE SEGURADORA SA - CNPJ: 90.180.605/0001-02.

VALOR: R\$ 107.900,00 (cento e sete mil e novecentos reais).

TOTAL: R\$ 140.300,00 (cento e quarenta mil e trezentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 11/09/2015.

VIGÊNCIA: 11/09/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.422/2015- FICA APROVADO DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO, PARTE DO LOTE RURAL Nº 09, COM ÁREA DE 52.821,74M², DE PROPRIEDADE DE ALCIDES SCARIOT, E PARTE DOS LOTES RURAIS NºS 09, 10, 37 E 38, COM ÁREA TOTAL DE 16.056,13M², DE PROPRIEDADE DE VINÍCOLA CAVALLI LTDA.

DECRETO Nº 8.422/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado DESMEMBRAMENTO e REMEMBRAMENTO, Parte do Lote Rural nº 09, com área de 52.821,74m² (5,28 hectares), Matrícula nº 44.116, localizado na Secção Estrada geral Veado – Antas, neste município de São Miguel do Oeste-SC, de propriedade de Alcides Scariot, e Parte dos Lotes Rurais nºs 09, 10, 37 e 38, com área total de 16.056,13m², (SENDO 1.987,05m² DE ÁREA NÃO EDIFICÁVEL), Matrícula 40.590, ambos localizados na Secção Estrada geral Veado – Antas, no município de São Miguel do Oeste – SC, de propriedade de Vinícola Cavalli Ltda, que serão desmembrados e remembrados, passando a ter as seguintes confrontações.

DESMEMBRAMENTO:

Parte do Lote Rural nº 09, Matrícula 44.116, com área de 6.803,80m² (SENDO A TOTALIDADE DE ÁREA EDIFICÁVEL), confrontando: AO NORDESTE: divisa seca de 61,67 metros, com parte do mesmo lote rural nº 09, de Líder Transportadora do Brasil Ltda; AO SUDESTE: divisa seca de 88,98 metros, com parte do mesmo lote rural nº 09, de Vinícola Cavalli Ltda e de Distribuidora Catarinense de Veículos - DICAVE; AO SUDOESTE: divisa seca de 101,97 metros, com parte do mesmo lote rural nº 09, de Alcides Scariot; AO NOROESTE: divisa seca de 78,72 metros, com parte do mesmo lote rural nº 09, de Mecânica Pellegrini Ltda, encerrando as confrontações desta área a ser desmembrada do imóvel.

REMEMBRAMENTO:

Parte do Lote Rural nº 09, 10, 37 e 38, com área total de 16.056,13m (SENDO 1.987,05m² DE ÁREA NÃO EDIFICÁVEL) e Parte do Lote Rural nº 09, com área de 6.803,80m², perfazendo um único imóvel com área de 22.859,93m² (SENDO 1.987,05m² DE ÁREA NÃO EDIFICÁVEL), confrontando: AO NORDESTE: divisa pela rodovia BR-282 com parte dos mesmos lotes rurais nº 37 e 38, de Olivo Zappani e espólio de Luiz Zappani; AO SUDESTE: divisa seca de 162,47 metros, com parte dos lotes rurais nº 10 e 37, de Distribuidora Catarinense de Veículos - DICAVE; AO SUDOESTE: divisa seca de 57,32 metros, com parte do lote rural nº 09, de Distribuidora Catarinense de Veículos – DICAVE; NOVO SUDESTE: divisa seca de 16,83 metros, com parte do lote rural nº 09, de Distribuidora Catarinense de Veículos – DICAVE; NOVO SUDOESTE: divisa seca de 101,97 metros, com parte do mesmo lote rural nº 09, de Alcides Scariot; AO NOROESTE: divisa seca de 78,72 metros, com parte do mesmo lote rural nº 09, de Mecânica Pellegrini Ltda; AO NORDESTE: divisa seca de 61,67 metros, com parte do mesmo lote rural nº 09, de Líder Transportadora do Brasil Ltda; NOVO NOROESTE: divisa seca de 126,19 metros, com parte do lote rural nº 09, de Líder Transportadora do Brasil Ltda, encerrando as confrontações deste imóvel.

REMANECENTE:

Parte do Lote Rural nº 09, Matrícula 44.116, com área de 46.017,94m². (Esta área remanescente do desmembramento permanecerá com finalidades agrícolas), confrontando: AO SUL: divisa seca com parte do mesmo lote rural nº 09, de Ademar Sandini; AO OESTE: divisa seca com parte do mesmo lote rural nº 09, de Alcides Scariot; AO NORTE e NORDESTE: divisa pela antiga estrada Veado – Antas, com o lote rural nº 38, de Olivo Zappani e do espólio de Luiz Zappani; AO SUDESTE: divisa seca com parte do mesmo lote rural nº 09, de Cotrafrios Ltda; AO SUDOESTE: divisa seca com parte do mesmo lote rural nº 09, de Cotrafrios Ltda; NOVO SUDESTE: divisa seca com parte do mesmo lote rural nº 09, de Cotrafrios Ltda; AO LESTE: divisa seca com parte do mesmo lote rural nº 09, de Cotrafrios Ltda; AO NORDESTE: divisa seca com parte do mesmo lote rural nº 09, de Mecânica Pellegrini Ltda e com a área a ser desmembrada do imóvel descrito; NOVO SUDESTE: divisa seca com parte do mesmo lote rural nº 09, de Vinícola Cavalli Ltda e de Distribuidora Catarinense de Veículos – DICAVE, encerrando as confrontações deste imóvel descrito.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.

Em, 15 de setembro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

EXT. CONTRATO 127.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 127/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2015

PREGÃO PRESENCIAL 78/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO DAS PRAÇAS WALMIR BOTARO DANIEL E BELARMINO ANNONI, PERIMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS SANNARDI LTDA - ME

VALOR: 57.600,00

VIGÊNCIA: 12 MESES

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: ROVANI PEDRO GIUVENARDI

São Miguel do Oeste, SC., 31 de agosto de 2015

EXT. CONTRATO 128.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 128/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2015

PREGÃO PRESENCIAL 78/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO DAS PRAÇAS WALMIR BOTARO DANIEL E BELARMINO ANNONI, PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: MEGA MONITORAMENTO LTDA - ME

VALOR: 28.000,00

VIGÊNCIA: 12 MESES

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: ADEMIR EUGENIO WEBER

São Miguel do Oeste, SC., 31 de agosto de 2015

constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 09h45min do dia 01 de outubro de 2015

Abertura: às 10h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 16 de setembro de 2015.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 06/2015

CREDENCIAMENTO N. 03/2015

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste- SC, partir do Gestor leva ao conhecimento dos interessados que fará CREDENCIAMENTO tendo como objeto credenciamento de Exames Laboratoriais, conforme Tabela Sus editada pelo Ministério da Saúde destinados aos pacientes de Município de SMOeste e Região, conforme prescrição médica, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 01 de outubro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores

Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade

Sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 16 de setembro de 2015.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 8/2015

CREDENCIAMENTO N. 5/2015

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste- SC, partir do Gestor leva ao conhecimento dos interessados que fará CREDENCIAMENTO tendo como objeto credenciamento de serviços de Fonoaudiologia, destinado ao Município de SMOeste – SC e Região, conforme prescrição médica de acordo com a tabela Sus editada pelo Ministério da Saúde, conforme anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 01 de outubro de 2015

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 16 de setembro de 2015.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 38/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 7/2015

CREDENCIAMENTO N. 4/2015

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste- SC, partir do Gestor leva ao conhecimento dos interessados que fará CREDENCIAMENTO tendo como objeto credenciamento de serviços de laboratórios de próteses dentárias destinados aos pacientes do Município atendidos pelo Centro de Especialidades odontológico-CEO da Secretaria Municipal de Saúde, conforme tabela SUS, de acordo com as quantidades e especificações

RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTO SOBRE O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE REALIZADA NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2015, CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente torna público o resultado da prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente realizada no dia 12 de setembro de 2015.

Relação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na prova objetiva

Nº Candidato	Nome	RG Documento
01	GENI DE OLIVEIRA	****713
02	CAROLINI DAL BOSCO GONÇALVES	****571
03	ANNE KARELYNE DE LIMA TEIXEIRA	****033
06	MARCOS RIBEIRO	****802
07	VIVIANE MARISA DALMAGRO	****271
08	LUCIA BUTTNER PALÚ	****566
09	MARILETE DIAS DO NASCIMENTO	****793
10	MARLI MARCHI	****877
11	DIONE BERNARDETE PIQUETTI	****646
12	JANETE DE LURDES Z. BUFFOLO	****959
13	CIRLENE MATHIELLO	****179
14	VENILDA GIESE	****959

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sala de reuniões, em 16 de setembro de 2015.

Daiana Carla Perotto

Presidente CMDCA

Presidente Comissão Eleitoral

Processo de Escolha Unificado

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 235/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 235/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 73/2015-PMS - Processo nº. 199/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, com sede na Rua Ottkar Doerffel, 841, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-001.

Objeto: Constitui o presente o Fornecimento de material e mão de obra para execução de Projeto de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, para atender a Unidade Básica de Saúde localizada na Lateral Rua Mário Zerbini, no Município de Schroeder, contemplando a instalação de 03 postes de concreto, lançamento de 70 metros de cabo multiplexado de bitola igual a 50 mm quadrados e instalação de 03 luminárias equipadas com lâmpadas vapor sódio de 70W. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos. Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Fornecimento de material e mão de obra para execução de Projeto de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, para atender a Unidade Básica de Saúde localizada na Lateral Rua Mário Zerbini, no Município de Schroeder, contemplando a instalação de 03 postes de concreto, lançamento de 70 metros de cabo multiplexado de bitola igual a 50 mm quadrados e instalação de 03 luminárias equipadas com lâmpadas vapor sódio de 70W.	01	Unidade	11.800,86	11.800,86
TOTAL R\$					11.800,86

Valor do contrato: R\$ 11.800,86 (onze mil oitocentos reais e oitenta e seis centavos).

Data da Assinatura: 16/09/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 236/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 236/2015-PMS

Processo de licitação nº. 164/2015 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 84/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.137.396/0001-28, estabelecida na Rua Feliciano Bortolini, nº 210, Bairro Barra do Rio Cerro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.260-180.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tachões e pintura de faixas de pedestre, legendas e lombadas de divisão de pista para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Pintura acrílica para demarcação viária (horizontal) com tintas a base de sol-vente, todos os equipamentos de aplicação, máquinas, serviço de execução e sinalização de segurança. Conforme Memorial Descritivo - Faixas de Pedrestres e Legendas - cor branca.	4000	M²	10,00	40.000,00
02	Pintura acrílica para demarcação viária (horizontal) com tintas a base de sol-vente, todos os equipamentos de aplicação, máquinas, serviço de execução e sinalização de segurança. Conforme Memorial Descritivo - Faixas de Pedrestres e Legendas - cor branca.	3000	M²	12,90	38.700,00
03	Aquisição e instalação de tachão amarelo bidirecional (divisão de pista) medindo 250 X 150 X 50 MM. Devem suportar carga de no mínimo 1500 Kgf. Devem ser de material organo-inorgânico á base de resina sintéticas e materiais de enchimento constituídos de materiais de cor amarela permanente, contendo na base estrutura em aço 1010/1020, tela de nylon, p/ absorção de impacto, e dois pinos de fixação com barra transversal. Pinos de fixação: Deve ser constituído de 02 parafusos de rosca completa, aço 1010/1020, c/ proteção contra oxidação devendo ser parte do corpo do tachão. A parte dos pinos de fixação a ser imbutida no pavimento deve ser rosqueada para aumentar a aderência. Elemento refletivo amarelo/amarelo ou vermelho/vermelho: Deve ser constituído por elementos refletivos de vidro lapidado e espelhado, ou outro material com características de dureza, resistência á abrasão e retro-refletividade superior ao vidro lapidado. Cola: Deve ser constituída de material sintético, pré-acelerado, á base de resinas de poliéster, de cura rápida e oferecer perfeita aderência dos dispositivos ao pavimento de concreto ou asfáltico, seu tempo de secagem não pode ser superior a 45 minutos	1500	Unid.	17,50	26.250,00
TOTAL R\$					104.950,00

Valor do contrato: R\$ 104.950,00 (Cento e quatro mil e novecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 16/09/2015 – Vigência: 16/09/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 96/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 96/2015 - PR**Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 184/2015
Data do Processo: 27/08/2015**Objeto:** Aluguel de painel de led para cobertura do evento "Concerto Musical" durante a Schroederfest 2015 do Município de Schroeder/SC.**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 9 / 2015****Motivo:** Devido a tentativa de abertura declarada deserta, e devido a proximidade da data da qual o objeto deverá ser entregue.

Schroeder, 16 de Setembro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº 84/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 59/2015

<p>Número do Registro de Preços: 59/2015 Data do Registro: 16/09/2015 Válido até: 16/09/2016</p> <p>Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tachões e pintura de faixas de pedestre, legendas e lombadas de divisão de pista para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 me</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pintura acrílica para demarcação viária (horizontal) com tintas a base de solvente, todos os equipamentos de aplicação, máquinas, serviço de execução e sinalização de segurança. Conforme Memorial Descritivo - Faixas de Pedestres e Legendas - cor branca.	M²	SINAL CITY SINALIZACAO LTDA - ME (12652)	Tinta Madevia	0	10,0000	1
			MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA (11109)	MORE	0	13,9400	2
2	Pintura acrílica para demarcação viária (horizontal) com tintas a base de solvente, todos os equipamentos de aplicação, máquinas, serviço de execução e sinalização de segurança. Conforme Memorial Descritivo - Faixas de Pedestres e Legendas - cor branca.	M²	SINAL CITY SINALIZACAO LTDA - ME (12652)	Tinta Madevia	0	12,9000	1
			MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA (11109)	MORE	0	14,7600	2
			JMS SERVICOS DE TRANSITO EIRELI (11031)		0	18,0000	3
3	Aquisição e instalação de tachão amarelo bidirecional (divisão de pista) medindo 250 X 150 X 50 MM. Devem suportar carga de no mínimo 1500 Kg. Devem ser de material orgânico-inorgânico à base de resina sintéticas e materiais de enchimento constituídos de materiais de cor amarelo permanente, contendo na base estrutura em aço 10/10/1020, tela de nylon, pl/ absorção de impacto, e dois pinos de fixação com barra transversal. Pinos de fixação: Deve ser constituído de 02 parafusos de rosca completa, aço 10/10/1020, c/ proteção contra oxidação devendo ser parte do corpo do tachão. A parte dos pinos de fixação a ser imbutida no pavimento deve ser rosqueada para aumentar a aderência. Elemento refletivo amarelo/amarelo ou vermelho/vermelho: Deve ser constituído por elementos refletivos de vidro lapidado e espelhado, ou outro material com características de dureza, resistência à abrasão e retro-refletividade superior ao vidro lapidado. Cola: Deve ser constituída de material sintético, pré-acelerado, à base de resinas de poliéster, de cura rápida e oferecer perfeita aderência dos dispositivos ao pavimento de concreto ou asfáltico, seu tempo de secagem não pode ser superior a 45 minutos	UN	SINAL CITY SINALIZACAO LTDA - ME (12652)	Sinal City	0	17,5000	1
			MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA (11109)	MORE	0	17,8700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 59/2015

Número do Registro de Preços: 59/2015

Data do Registro: 16/09/2015

Válido até: 16/09/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tachões e pintura de faixas de pedestre, legendas e lombadas de divisão de pista para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 me

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

JMS SERVICOS DE TRANSITO EIRELI (11031)

0

21.8000

3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 59/2015

Número do Registro de Preços: 59/2015		Data do Registro: 16/09/2015		Válido até: 16/09/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tachões e pintura de faixas de pedestre, legendas e lombadas de divisão de pista para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 me							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 59/2015****PROCESSO N°164/2015**

(11031) - JMS SERVICOS DE TRANSITO EIRELI
(11109) - MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA
(12652) - SINAL CITY SINALIZACAO LTDA - ME

Schroeder, 16 de Setembro de 2015.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 96/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 96/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 184/2015 Data do Processo: 27/08/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 155/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Aluguel de painel de led para cobertura do evento "Concerto Musical" durante a Schroederfest 2015 do Município de Schroeder/SC.

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 16 de Setembro de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samuleski	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Natália Kersten Brummüller	- - Equipe de Apoio

DISPENSA 73/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 73/2015 - DL
	Processo Nr.: 199/2015 Data: 16/09/2015
Folha: 1/2	

Fornecedor: SERRANA ENGENHARIA LTDA	Código: 9512
Endereço: R OTTO KAR DOERFFEL, 841 -	
Cidade: JOINVILLE - SC	
CNPJ: 83.073.536/0001-64	Inscrição Estadual: 253637244
Objeto da Compra: Fornecimento de material e mão de obra para execução de Projeto de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, para atender a Unidade Básica de Saúde localizada na Lateral Rua Mário Zerbini, no Município de Schroeder, contemplando a instalação de 03 postes de concreto, lançamento de 70 metros de cabo multiplexado de bitola igual a 50 mm quadrados e instalação de 03 luminárias equipadas com lâmpadas vapor sódio de 70W. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos. Município de Schroeder/SC	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Fornecimento de material e mão de obra para execução de Projeto de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, para atender a Unidade Básica de Saúde localizada na Lateral Rua Mário Zerbini, no Município de Schroeder, contemplando a instalação de 03 postes de concreto, lançamento de 70 metros de cabo multiplexado de bitola igual a 50 mm quadrados e instalação de 03 luminárias equipadas com lâmpadas vapor sódio de 70W.	UN	11.800,86	11.800,86

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10 % (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

JUSTIFICATIVA

Considerando, a necessidade da execução do Projeto e continuação no processo de descentralização do atendimento na área da saúde e manter o bom atendimento do serviço de forma contínua e é imprescindível para o município. Solicitamos essa execução através do Setor de Obras, responsável pela ampliação dos projetos de iluminação pública.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 16 de Setembro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 73/2015 - DL
	Processo Nr.: 199/2015 Data: 16/09/2015
Folha: 2/2	

31/08/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 31 de Agosto de 2015

Valor da Despesa: 11.800,86 (onze mil oitocentos reais e oitenta e seis centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 024/2015

DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O EXERCÍCIO - 2016

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, cumprindo o estabelecido na Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF) e Lei Municipal nº. 470/2001, torna público que, as Audiência Pública, para DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O EXERCÍCIO 2016, ficam agendada para:

DATA	HORÁRIO	LOCAL
28/09/2015	09h00min	Salão Comunitário da Linha Baesso
29/09/2015	09h00min	Salão Comunitário da Linha Nova Ibiacá
30/09/2015	09h00min	Salão Comunitário da Linha São Luiz
05/10/2015	09h00min	Salão Comunitário da Linha Lageado Grande
06/10/2015	09h00min	Salão Comunitário da Linha Novo Horizonte
07/10/2015	19h30min	Centro de Idosos (Rua Riachuelo, 811, centro)

Ficando assim convocados todas as associações, representantes dos vários segmentos da comunidade e toda a população em geral.

Será imprescindível a presença de todos.

Serra Alta, SC, 16 de Setembro de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGAO PRESENCIA 87/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Seleção da melhor proposta para futura e eventual aquisição de pamonha para produção de merenda escolar das escolas da rede municipal de ensino, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes neste Edital, Termo de Referência e demais Anexos.

Base Legal: Lei Federal 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei 8078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8666 de 21 de junho de 1993.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 08h15min do dia 28 de setembro de 2015, com início do credenciamento e abertura marcada para as 08h30min do dia 28 de setembro de 2015.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h00 as 11h30min e das 13h30 as 17h30 de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6612.

Sombrio-SC, 15 de setembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 186/2015

DECRETO Nº. 186 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

“DISPÕE SOBRE MAJORAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VIVIANA ORBEN, DE 20 HORAS PARA 40 HORAS SEMANAIS, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011, PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, DE ACORDO COM A LEI Nº 385/2001, ANEXO VIII, ITEN 5.4, LEI COMPLEMENTAR Nº 678/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º da Lei Municipal nº. 384, de 01 de junho de 2001, e Lei Complementar nº 385, de 01 de junho de 2001, Lei 678 de 2009.

Considerando a necessidade de profissional de odontologia com 40 horas semanais, para atender as necessidades da Unidade de Saúde do Município.

Considerando que somente possui duas servidoras qualificadas em odontologia concursados no município de Sul Brasil.

Considerando a desistência expressa da servidora Franciane Aparecida Perera, referente ao não interesse na majoração da carga horária.

Considerando por fim, que o plano de cargos (lei 385/2001, anexo VIII, item 5.4, prevê a possibilidade de majoração da carga horária.

DECRETA:

Art. 1º. Fica majorada a carga horária de 20 horas para 40 horas semanais da Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, a partir desta data, a candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2011, abaixo denominado, de acordo com o cargo e de remuneração de 100% correspondente do anexo I, da Lei 385/2001, conforme segue:

NOME: VIVIANA ORBEN

CPF 061.284.469-22 e RG 5.117.759-7- SESP-SC

CARGO: ODONTÓLOGA

CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.207-2015, com efeitos retroativo a partir do dia 03 de setembro de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

04 de setembro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO 190/2015

DECRETO Nº 190/2015 DE 16/09/2015

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1004/2014 de 11 de novembro de 2014.

Artigo 1º – FICA o Setor de Contabilidade autorizado e efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias nas seguintes Atividades do Orçamento Municipal Vigente:

: DE:

04.02.0027.0812.0007.2.019- Eventos, atividades esportivas e lazer

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00. (80)	0.1.00.001000	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1000)	R\$ 15.000,00

PARA:

04.02.0027.0812.0007.2.019- Eventos, atividades esportivas e lazer

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00. (82)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1000)	R\$ 15.000,00

DE:

04.01.0012.0361.0006.2.013- Transporte Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00. (62)	0.1.00.001000	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1001)	R\$ 10.000,00

PARA:

04.01.0012.0361.0006.2.013- Transporte Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00. (63)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1001)	R\$ 10.000,00

DE:

04.01.0012.0361.0006.2.013- Transporte Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00. (67)	0.1.00.001000	Investimentos- Aplicações Diretas (1001)	R\$ 4.400,00

PARA:

04.01.0012.0361.0006.2.013- Transporte Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00. (63)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1001)	R\$ 4.400,00

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,

aos 16 de setembro de 2015

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER

CRC/SC 024848/O-0

LEI COMPLEMENTAR 1050/2015

LEI COMPLEMENTAR N. 1.050 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

“Dispõe Sobre Alterações a Lei Complementar n. 384/2001, que Trata do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sul Brasil, da Administração Direta e Indireta, trazendo aos servidores a garantia da licença prêmio, e dá Outras Providências.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma da Lei Orgânica do Município;

Submete à elevada apreciação da egrégia Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar que a Câmara aprovou e eu sancionei:

**CAPITULO IV
DAS LICENÇAS**

Art. 1º. O capítulo IV, da Lei 384/2001 será acrescida da seguinte redação:

VI – DA LICENÇA PRÊMIO:

Art. 2º. Após 03 (três) anos ininterruptos de efetivo exercício, o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, fará jus a 15 (quinze) dias de Licença como Prêmio, com a remuneração integral do cargo efetivo.

§ 1º. Não se concederá licença como prêmio ao servidor que durante o período aquisitivo:

I. Tenha sofrido penalidade disciplinar;

II. Tenha sido condenado a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

III. Tenha faltado injustificadamente ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou intercalados.

§2º. Para a concessão da Licença Prêmio o setor de Recursos Humanos deverá construir em conjunto com o responsável por cada Secretaria no mês subsequente ao fechamento do triênio, agenda de concessão da Licença Prêmio que obrigatoriamente terá que ser colocada a disposição para gozo do servidor até o fechamento do próximo triênio, ou seja, no prazo máximo de 03 (três) anos.

§3º. A agenda construída anualmente pelos Recursos Humanos e Secretarias será apresentada ao Sindicato da categoria para avaliação e negociação.

§4º. A referida agenda será construída e negociada entre os meses de novembro e dezembro para ser implementada a partir de janeiro do ano seguinte.

§5º. Após a construção pelos Recursos Humanos e negociação com o Sindicato da categoria que representará os servidores envolvidos na agenda, esta será implementada não podendo o servidor se negar a usufruí-la.

§6º. O Setor de Recursos Humanos e Secretarias levarão em consideração para a organização da agenda para concessão da Licença Prêmio os seguintes critérios:

- I- Maior tempo de efetivação;
- II- Na sequência da Licença Maternidade;
- III- Ordem de aprovação no concurso público;
- IV- Sorteio na presença dos interessados;

Art. 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua

publicação, com efeitos a partir de 01/09/2015, vinculados a publicação no DOM sob Lei 1.027/2015.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta do orçamento vigente próprio.

Art. 5º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 15 de setembro de 2015.

ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Data Supra.

Valdecir Tosetto - Diretor de Administração

LEI COMPLEMENTAR 1051/2015

LEI COMPLEMENTAR N. 1.051 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

“Dispõe Sobre Alterações Da Lei Complementar n. 385/2001, que Trata do Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de Sul Brasil, da Administração Direta e Indireta, GARANTINDO A PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇOS e dá Outras Providências”.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma da Lei Orgânica do Município;

Submete à elevada apreciação da egrégia Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar que foi aprovada e por mim sancionada:

Art. 1º. O Capítulo V da Lei n. 385/2001 passa a vigorar com o acréscimo da seção IV que dispõe sobre a progressão por tempo de Serviço.

**SEÇÃO IV
DA PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO**

Art. 2º. A progressão por tempo de serviço, concedida a cada interstício de um ano, entre uma promoção e outra, corresponderá a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), sobre o vencimento inicial do cargo efetivo.

Art. 3º. A progressão por tempo de Serviço será concedida automaticamente, a todos os servidores efetivos, no mês subsequente ao mês em que o servidor tenha alcançado 01 ano de efetivo serviço público municipal.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de setembro de 2015, vinculada a publicação no DOM Lei 1027/2015.

Art. 5º Para os Servidores que já compõe o quadro de servidores municipais a primeira progressão será paga na folha do mês de Setembro de 2016.

Art. 6º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 15 de setembro de 2015.

ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na data supra

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

LEI COMPLEMENTAR 1052/2015

LEI COMPLEMENTAR N. 1.052 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

“Dispõe Sobre Alterações Da Lei Complementar n. 344/2000, que Trata do Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação de Sul Brasil e concede licença premio e dá Outras Providências”.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma da Lei Orgânica do Município;

Submete à elevada apreciação da egrégia Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar que a Câmara aprovou e eu sancionei:

Art. 1º. O Capítulo VI da Lei n. 344/2000 passa a vigorar com o acréscimo da seção IV que dispõe sobre a progressão por tempo de Serviço.

SEÇÃO IV DA PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 2º. A progressão por tempo de serviço, concedida a cada interstício de um ano, entre uma promoção e outra, corresponderá a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), sobre o vencimento inicial do cargo efetivo.

Art. 3º. A progressão por tempo de Serviço será concedida automaticamente, a todos os servidores efetivos, no mês subsequente ao mês em que o servidor tenha alcançado 01 ano de efetivo serviço público municipal.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 5º. Para os Servidores que já compõe o quadro de servidores municipais a primeira progressão será paga na folha do mês de Setembro de 2016.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento próprio

Art. 7º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 15 dias do mês de setembro de 2015.
ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na data supra

Valdecir Tosetto
Diretor de Administração

LEI COMPLEMENTAR 1053/2015

LEI COMPLEMENTAR N. 1.053 DE 15 SETEMBRO DE 2015.

“Dispõe Sobre Alterações do anexo V, Da Lei Complementar n. 385/2001, que Trata do Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de Sul Brasil, da Administração Direta e Indireta, e dá Outras Providências.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma da Lei Orgânica do Município;

Submete à elevada apreciação da egrégia Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar que a Colenda Câmara aprovou e eu sancionei:

Art. 1º. Fica alterado o anexo V da Lei n. 385/2001, passando a vigorar com o acréscimo dos adicionais para pós-graduação, mestrado e doutorado conforme segue:

ANEXO V ADICIONAL DE TITULAÇÃO

TÍTULO	DENOMINAÇÃO DA VERBA	% S/OVENCIMENTO DO SERVIDOR
1 º GRAU	ADICIONAL DE 1º GRAU	5%
2º GRAU	ADICIONAL DE 2º GRAU	5%
GRADUAÇÃO	ADICIONAL DE GRADUAÇÃO	5%
PÓS-GRADUAÇÃO	ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO	5%
MESTRADO	ADICIONAL DE MESTRADO	5%
DOUTORADO	ADICIONAL DE DOUTORADO	5%

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. A presente lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2016, vinculada a publicação no DOM Lei Municipal nº 1.027-2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 15 dias do mês de setembro de 2015.
ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na data supra.

Valdecir Tosetto
Diretor de Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Tigrinhos/SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 35 § 2º, incisos I, II e III do ADCT e em observância ao princípio da legalidade administrativa insculpido no art.37 caput da Constituição Federal, faz saber a quem interessar possa que fará realizar Audiência Pública para avaliação das metas do segundo quadrimestre do exercício de 2015, no seguinte local, data e horário:

Local – Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos

Endereço - Rua Felipe Baczinski nº 479 – Tigrinhos/SC

Data - 24 de setembro de 2015

Horário – 09 horas Desta forma, ficam convocados todos os que desejarem participar desta Audiência Pública.

Tigrinhos, (SC), 15 de setembro de 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 148/2015

DECRETO Nº. 148, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 2.348,19 (dois mil e trezentos e quarenta e oito reais e dezenove centavos), na dotação que abaixo especifica:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes/Departamento de Obras

2.040 – Convênio Fiscalização Trânsito e Segurança

(158)3.3.90.00.00.00.00.0483 – Aplicações Diretas R\$ 2.348,19

Art. 2º - O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior é decorrente do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 483; Convênio Corpo de Bombeiros; Conta corrente 5.684-7; Agência 5.300-7 do Banco do Brasil.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 16 de Setembro de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 94 2015 PMT - OMBRELONES E CANCELA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 94/2015 - PMT

OBJETO: aquisição de ombrelones destinados à utilização/manutenção da área externa do Pavilhão de Eventos Henry Paul e, aquisição de cancela para proteção e segurança destinada também ao Pavilhão de Eventos Henry Paul (repetição parcial pregão presencial n.º 86/2015, sem alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 30 de setembro de 2015. ABERTURA: dia 30 de setembro de 2015 as 09h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 16/09/2015

MÁRCIA DA ROCHA

Secretária de Desenvolvimento Econômico

PORTARIA Nº TIMBOPREV-093, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-093, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

Exonera a Servidora Pública Municipal Inativa Alzira Roepke, em face do falecimento ocorrido em 21 de agosto do corrente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, c/c artigo 48, Inciso IX da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e,

Considerando a Certidão de Óbito - matrícula nº 107821 01 55 2015 4 00016 044 0005938 15, do Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, Município de Timbó/SC,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR ALZIRA ROEPKE, Servidora Pública Municipal Inativa, aposentada pela Portaria nº 033, de 27 de janeiro de 1999, em face do falecimento, a contar da data do óbito, ou seja, 21 de agosto do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de agosto de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

SEGUNDO TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 87 2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

SEGUNDO TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 87/2015 - PMT

A Secretária da Fazenda e Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve, a bem do serviço público, REVOGAR o item 101, do Pregão Presencial n.º 87/2015 - PMT, que tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de materiais de higiene, limpeza e copa e cozinha destinados ao atendimento das necessidades da Administração Direta e Indireta (Autarquias, Fundos e Fundações) do município de Timbó.

MOTIVO: revisão do descritivo do item, informado incorretamente em relação à quantidade de dobras.

TIMBO (SC), 16/09/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

TERMO DE ESCLARECIMENTO PREGÃO PRESENCIAL N.º 24 2015 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2015 FCT

TERMO DE ESCLARECIMENTO

O Município de Timbó/SC, leva ao conhecimento dos interessados que, devido a erro formal de digitação, no descritivo do item 14 do referido edital constou a informação "CABO DE FORÇA 13mm para cordão de led", sendo o correto "CABO DE FORÇA 13mm para corda de led".

Timbó (SC), 16/09/2015

JORGE R. FERREIRA

Diretor Presidente FCT

Trombudo Central

PREFEITURA

064/2015

DECRETO 064/2015 DE 30 DE JULHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO
DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 30.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.05 – CEB – Arthur Bruno Jandt

04.05.12.361.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Excesso de Arrecadação 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de julho de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

065/2015

DECRETO 065/2015 DE 30 DE JULHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO
DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 50.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.2.053-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Excesso de Arrecadação 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de julho de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

068/2015

DECRETO 068/2015 DE 31 DE JULHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO
DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 16.727,88 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

08 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.04 – DEPARTAMENTO DE GESTÃO

08.04.08.244.0012.2.045-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 16.727,88

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Superávit Financeiro 16.727,88

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 31 de julho de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

069/2015

DECRETO 069/2015 DE 31 DE JULHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO
DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são

conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 11.978,42 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.2.050-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 11.978,42

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Superávit Financeiro 11.978,42

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 31 de julho de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

070/2015

DECRETO 070/2015 DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.1.009-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.1.009-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de agosto de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

072/2015

DECRETO 072/2015 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 15.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.1.009-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.1.009-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de agosto de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

074/2015

DECRETO 074/2015 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 15.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.02 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.02 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de agosto de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

078/2015

DECRETO 078/2015 DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 40.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.2.050-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 40.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.2.050-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 31 de agosto de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

079/2015

DECRETO 079/2015 DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 50.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 31 de agosto de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

081/2015

DECRETO 081/2015 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.1.009-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.1.009-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de setembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos

Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

083/2015

DECRETO 083/2015 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO
DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 425.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

05 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
05.01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
05.01.15.451.0006.2.033-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 100.000,00

09 -SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
09.01 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO
09.01.15.451.0013.1.015-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 350.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

09 -SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
09.01 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO
09.01.15.451.0013.1.015-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 350.000,00

Excesso de arrecadação 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de setembro de 2015.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

1892/2015

LEI 1892 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.
AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE UNIDADE RESIDENCIAL DO LOTEAMENTO POPULAR ERVINO JOSÉ DA CUNHA.
SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...
FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizada a transferência de titularidade de unidade residencial do loteamento Ervino José da Cunha, denominado lote nº 11, junto à matrícula 9.587 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Trombudo Central, com área de 260,00 m².

(duzentos e sessenta metros quadrados), edificado com uma residência em alvenaria com área de 36,00 m². (trinta e seis metros quadrados), localizada a Rua Heinz Müller, S/N, Loteamento Ervino José da Cunha, para a Sr. MAURI JOSÉ POLICARPO, portador do CPF: 947.423.839-15 e RG: 3.352.08; e PATRICIA CONINCH POLICARPO, portadora do CPF: 034.043.39-10.

Artigo 2º - A transferência da titularidade foi motivada em virtude da quitação integral do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Imóvel nº FMH-021/98 firmado junto ao Fundo Municipal de Habitação de Trombudo Central.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de setembro de 2015.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária de Administração e Finanças (Interina)

352/2015

PORTARIA 352/2015 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o Art. 60, § 3º da Medida Provisória nº 664 de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. Zeni Lehmkul, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, licença para tratamento de saúde por 15 dias, conforme atestado médico emitido a partir do dia 14 de setembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de setembro de 2015.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária de Administração e Finanças (Interina)

Tunápolis

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 131/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 131/2014

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a "contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde) em conformidade com as especificações dos Anexos.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Máximo R\$	Valor total R\$
4	400.000,00	un	Óleo Diesel S 500	POTENCIAL	2,57	1.028.000,00
5	50.000,00	un	Óleo Diesel S 10	POTENCIAL	2,75	137.500,00
6	5.000,000	un	Álcool Etanol	POTENCIAL	2,45	12.250,00
			Total geral			1.177.750,00

Aos 02 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 131/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ n.º 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis/SC, telefone: (49) 36321108.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 131/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 95/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2015.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS COMBUSTÍVEIS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade ATÉ O DIA 31/12/2015, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 131/2014, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até o dia 31/12/2015.

7.3 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 02 de janeiro de 2015.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Auto Posto Canarinho Ltda EPP
Fornecedor Registrado

Canísio Thomas
Sócio Administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2015. SERVIÇOS INERENTES A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2015.

SERVIÇOS INERENTES A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO.

Termo de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS e a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA - AMEOSC, instituição sem fins econômicos, para organização e execução de Processo Seletivo.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, 429, bairro Progresso, neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado AMEOSC- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA, com sede à Padre Aurélio Canzi, 1628, no Município de São Miguel do Oeste (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.829.267/0001-13, neste ato representado pelo seu Presidente ENOI SCHERER, Prefeito de comum acordo e com amparo legal, de acordo com o Edital do Processo Seletivo atinente, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Este Termo de Contrato tem por objeto a contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de organização e execução de Processo Seletivo que acontecerá no dia 14 (quatorze) de novembro de 2015, para contratação de servidores públicos municipal, do quadro geral de servidores, conforme legislação municipal vigente, compreendendo:

- Elaboração de listagem da homologação dos inscritos;
- Elaboração, aplicação e correção das provas;
- Emissão de listagem do resultado parcial e final;
- Análise e apreciação dos recursos interpostos por candidatos;
- Emissão do relatório final.

1.2 Discriminação da despesa:

NºItem	Discriminação da despesa	Custo em R\$1,00
01	Elaboração e aplicação das questões de prova na Modalidade de Teste Seletivo para 30 cargos	6.450,00
02	Programa de informática/Software para correção de questões	450,00
03	Material com impressão dos cadernos de prova e cartões de resposta e outros	400,00
04	Despesa com transporte (duas viagens)	50,00
05	Custo com horas extras funcionários	250,00
06	Despesas administrativas	250,00
	TOTAL GERAL DAS DESPESAS	7.950,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 A CONTRATADA obriga-se a manter total sigilo das provas a serem aplicadas no Processo Seletivo, sujeitando-se às penalidades legais, bem como rescisão imediata deste contrato, caso ocorra quebra de sigilo com relação aos serviços especificados, por dolo ou culpa da CONTRATADA.

2.2 O pessoal que vier a ser contratado para trabalhar no presente Processo Seletivo não manterá com a CONTRATANTE nenhum vínculo de natureza empregatícia, ficando os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, tributários e comerciais a cargo da CONTRATADA.

2.3 Ficará a cargo da CONTRATADA fornecer os materiais primários para a realização do Processo Seletivo.

2.4 Ficará a cargo da CONTRATANTE fornecer instalações e materiais secundários para a realização do Processo Seletivo, em todas as fases, mediante a quantidade solicitada pela CONTRATADA, bem como as despesas com correspondências convocatórias de candidatos, publicações em jornais locais ou regionais e outros atos oficiais inerentes ao Processo Seletivo, e bem assim, eventual remuneração de servidor público municipal designado para auxiliar no Processo Seletivo.

2.5 O recebimento dos serviços objeto deste contrato será feito nos termos do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 Considerando acordo firmado pela CONTRATADA com todos os municípios associados, inclusive o CONTRATANTE, 02 (dois) concursos públicos ou testes seletivos por ano, serão realizados pela primeira aos municípios associados, sem qualquer custo, o Processo Seletivo objeto deste contrato é o 2º (segundo) do ano em curso realizado pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, assim sendo não haverá cobrança financeira pelo referido certame.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS PROVAS

4.1 - A CONTRATADA entregará aos candidatos o caderno de questões do Processo Seletivo.

5. CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA

5.1 A CONTRATADA cumprirá o objeto contratado dentro do prazo estabelecido pelo cronograma de atividades a ser estabelecido no Edital de Processo Seletivo.

5.2 O prazo a que alude esta cláusula só poderá ser prorrogado mediante solicitação da CONTRATADA, por escrito, devidamente fundamentada, nos seguintes casos:

- a) Paralisação ou restrição na execução dos serviços, por determinação fundamentada;
- b) Falta de elementos técnicos necessários à realização do Processo Seletivo, cujo fornecimento seja de responsabilidade da CONTRATANTE.

6. CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Elaboração do Edital prestando todas as informações necessárias,
- b) Nomear Comissão de acompanhamento do Processo Seletivo;
- c) Verificar o preenchimento dos requisitos das inscrições e realizar a homologação das mesmas;
- d) Realizar as publicações legais do Edital, da homologação das inscrições, do resultado preliminar e final do Processo Seletivo, entre outros atos, de publicação obrigatória.
- e) Providenciar local e organização para a realização das provas, bem como fiscais para acompanhamento de sua aplicação;
- f) Prestar todas as informações necessárias à CONTRATADA.
- g) Ceder servidores para atuarem como fiscais nos dias de aplicação das provas.

6.2 São obrigações da CONTRATADA:

- a) Elaborar, aplicar, corrigir, e avaliar as provas;
- b) Apreciar os recursos impetrados em relação à competência da CONTRATADA, emitindo parecer;
- c) Apresentar o relatório preliminar e final dos classificados;
- d) Prestar informações quanto aos atos de sua competência referente ao Processo Seletivo;

7. CLÁUSULA SÉTIMA – RESCISÃO

7.1 A rescisão do presente contrato poderá ser determinado por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, bem como por determinação judicial, nos termos da legislação.

7.2 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

8. CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1 Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93, o CONTRATANTE designará uma Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9. CLÁUSULA NONA - ÔNUS E ENCARGOS

9.1 Todos os ônus ou encargos referentes à execução deste Contrato, que se destinem à realização dos serviços, a locomoção de pessoal, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros que forem devidos em razão dos serviços, ficarão totalmente a cargo da CONTRATADA.

9.2 Fica expressamente vedado à CONTRATADA transferir a responsabilidade da execução do objeto avençado a qualquer outra empresa

10. CLÁUSULA DÉCIMA - PUBLICAÇÃO

10.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste Termo de Contrato, por extrato, no prazo previsto em lei.

11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – FORO

11.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Comarca de Itapiranga - SC.

Tunápolis, SC, 09 de setembro de 2015.

ENOI SCHERER	ENOI SCHERER
Prefeito de TUNÁPOLIS	Presidente da AMEOSC
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Jackson Scherer Sheila Inês Bieger
CPF: 037.348.969.24 CPF: 020.226.259.60

FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DE 30 CARGOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO.

DATA DE EXECUÇÃO: 17 de outubro de 2015.

PRAZO PARA PAGAMENTO: ATÉ 10 DIAS APÓS A EXECUÇÃO.

NºItem	Discriminação da despesa	Custo em R\$1,00
01	Elaboração e aplicação das questões de prova na Modalidade de Teste Seletivo para 30 cargos	6.450,00
02	Programa de informática/Software para correção de questões	450,00
03	Material com impressão dos cadernos de prova e cartões de resposta e outros	400,00
04	Despesa com transporte (duas viagens)	50,00
05	Custo com horas extras funcionários	250,00
06	Despesas administrativas	250,00
	TOTAL GERAL DAS DESPESAS	7.950,00

Tunápolis , 09 de setembro de 2015.

Atenciosamente,

ENOÍ SCHERER
Presidente da Ameosc

AIRTON FONTANA
Secretário da AMEOSC

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015 REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2015 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 85/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015
REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 85/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS referente a aquisição de Materiais de Construção, demais materiais destinadas à manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos vinte dias do mês de julho de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Enoi Scherer, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 85/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

FORNECEDOR:

A empresa WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.506.993/0001-78, estabelecida à Avenida Cerro Largo, 693, Centro, no município de Tunápolis – SC, nos itens: 01,03,05,06,08,09,10,11,12,13,14,15,16.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	VALOR unit R\$	VALOR total
1	Arame de aço, ovalados, galvanizado, 16x14 , de carga ruptura mínima de 600 kg, rolo contendo 1.250m. MARCA MORLAN	1	ROLO	380,00	380,00
3	Facão 12 polegadas, com cabo de plástico. MARCA TRAMONTINA	1	UN	29,00	29,00
5	Lima chata 8 com cabo, MARCA NICHOLSON	1	UN	11,00	11,00
6	Malha de ferro 3.4X3X2 20/20 CM.MARCA BELGO	30	UN	28,40	852,00
8	Rebolo para esmeril 1/2 usicorte art 152,4 x 19 x 3 1.75 de aço. MARCA CRONENFLEX	22,85	UN	22,00	22,00
9	Revestimento cerâmico para parede cor branco PI 3.MARCA CRISTOFOLLE	50	MT2	13,00	650,00
10	Rolo de la 15cm MARCA ATLAS	20	UN	7,00	140,00
11	Serrote 12 polegadas. MARCA ROMADA	2	UN	18,00	36,00
12	Tela Hexagonal 2 polegadas 1,5 MT fio 18. MARCA MORLAN	150	MT	16,00	2.400,00
13	Tela sombrite preta tamanho de 1.5 x 1,00 mt.MARCA NORTE-NE	300	MT	4,70	1.410,00
14	Thiner acondicionados em embalagem 5 litros. MARCA FARBEN	10	BALDE	63,00	630,00
15	Torneira Jardim Plástica Preta 1/2". MARCA HERC	5	UN	2,95	14,75
16	Trena 50 metros com trava. MARCA IRWIN	3	UN	45,00	135,00
	Total geral				6.709,75

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 85/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 64/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos materiais licitados deverão ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 85/2015, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Fornecedor Registrado
WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUARIA LTDA ME

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 03/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 03/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 15/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de levantamento topográfico de ruas do Município medição para fins de demarcação de limites de lotes Municipais, ao longo de 12 meses, em conformidade com as especificações dos Anexos.

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício o Senhor Volmir Pedro Lawisch, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 15/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para contratação de serviços de levantamento topográfico de ruas do Município medição para fins de demarcação de limites de lotes Municipais, ao longo de 12 meses, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para contratação de serviços de levantamento topográfico de ruas do Município e serviços de medição deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – item 01 Cristian Grellmann-ME, inscrito no CNPJ 05.981.556/0001-20 com sede na Avenida Araucária, 67, no Município de Maravilha/SC, telefone: 49 3664-0036 neste ato representado CRISTIAN GRELLMANN, portadora do RG n.º 2.996.362 e do CPF n.º 0014.697.409-31.

Item	Descrição	Quant	und	Preço Unitário máximo
01	Serviços Topográficos envolvendo levantamento planialtimétrico de Ruas e Terrenos do Município.	58,00	h	8.990,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com a execução do serviço será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 15/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 14/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento. O município terá prazo até o dia 31/12/2015 para execução total dos serviços licitados.

6.2 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações da ordem de serviço emitida pelo Secretario requisitante, que se fará de acordo com a necessidade do órgão requisitante.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 15/2015, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, na qual conste discriminadamente, a horas dos serviços executados, devendo também constar o número do Pregão Presencial que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento, em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir.

8.3 Na nota fiscal deverão ser discriminados os valores relativos aos materiais e à mão-de-obra, inclusive a retenção para a seguridade social de 11% sobre o valor da mão-de-obra.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 12 de fevereiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch
Prefeito Municipal

Cristian Grellmann-ME
Fornecedor Registrado

ATA DE REGISTRO DE PREÇO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 31/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

No dia 26 de março de 2015, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF sob nº 656.321.769-91 no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 31/2015 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I do edital nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor E.B Instalações Elétricas Ltda, inscrito sob o CNPJ n.º 00.212.337/0001-62, com sede na Rodovia SC 386, KM 26, Área, Industrial no Município de Descanso/SC, telefone: (49)3623-30276, e- neste ato representado Edelar Roque Bussolotto, portadora do RG n.º 2.649.955 e do CPF n.º 019.222.809-92.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Uni	Quant. estimada	Discriminação	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	h	150,00	Hora técnica de serviços de iluminação pública equipada de acordo com os requisitos da nr-10 -segurança e serviços em eletricidade e da nr-12, segurança em máquinas e equipamentos e da nr-35 - segurança em trabalhos em altura devidamente cadastrada na Celesc	205,00	30.750,00
			Total Geral		30.750,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 05/2015.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 31/2015 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 – Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados ATE O QUINTO DIA DO MES SUBSEQUENTE a execução dos serviços. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 – O contratado deverá apresentar Notas Fiscais no valor dos serviços prestados, acompanhado de relatório das atividades executadas, devidamente vistada pelos responsáveis pelo seu acompanhamento.

4.3 - O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95.

4.4 - Se o contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto e tendo o contratado, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 12 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DA EXECUÇÃO

6.1 - Todos os materiais para a manutenção da iluminação pública serão fornecidos pelos Município.

6.2 - A iluminação pública do Município de Tunápolis está, em sua maior parte, instalada nas estruturas das redes aéreas de distribuição de energia elétrica da CELESC e adota luminárias abertas ou fechadas, conforme padrão da mesma. Porém, estruturas específicas para iluminação pública, alimentadas por circuitos aéreos ou subterrâneos e com luminárias especiais são encontradas em praças, avenidas e outros logradouros públicos.

6.3 - Os serviços de manutenção da iluminação pública englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento regular e permanente do sistema, a correção de não conformidades detectadas, a substituição ou reparo nos equipamentos e acessórios, o atendimento a solicitações para substituição de lâmpadas apagadas, triagem, recuperação dos materiais retirados da rede e o descarte dos inservíveis.

6.3.1 - Os serviços serão executados de forma continuada, com início imediato a partir da assinatura do contrato.

6.3.2 - A empresa contratada deverá atender, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis as solicitações para as providências relativas à manutenção da iluminação pública do Município. Em situações adversas, intempéries e situações emergenciais o atendimento deverá ser imediato.

6.3.4 - Os serviços deverão ser executados em conformidade com as disposições contidas no Termo de Transferência de Responsabilidade para Manutenção da Rede de Iluminação Pública firmado entre o Município de Tunápolis e a CELESC S.A.

6.3.5 - A partir da contratação, a empresa assume integralmente as responsabilidades atribuídas ao Município no Termo de Responsabilidade para Manutenção da Rede de Iluminação Pública, junto a CELESC Distribuição S.A.

6.3.6 – A empresa contratada devesse dar destinação as lâmpadas substituídas, descartando-as ou armazenando-as por sua conta e risco, em local devidamente apropriado que não comprometa a saúde e segurança das pessoas e não traga risco, em local devidamente apropriado que não comprometa a saúde e segurança das pessoas e não traga risco de contaminação ao meio ambiente.

6.3.7– Todos os serviços executados deverão ter garantia por, no mínimo, 06 (seis) meses contados da entrada em funcionamento.

6.3.8 – Os empregados da empresa contratada, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir caixa de ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços e telefone móvel.

6.3.9 – A empresa contratada devesse emitir Relatórios Sintéticos e Analíticos mensais com a relação de serviços realizados.

6.3.10 – Para o início dos serviços, a empresa contratada devesse disponibilizar os seguintes documentos:

- a) Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto da Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado;
- b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;
- c) Carta de apresentação do responsável pela execução dos serviços, que responderá também perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;

6.3.11 – Na execução dos serviços deverá ser observada, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis a espécie.

6.3.12 – O Município reserva-se o direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

6.3.13 – A prestação dos serviços de forma inadequada que não atenderem as exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

6.3.14 – A empresa devesse, durante a contratualidade:

- a) Fornecer, as suas despesas, os veículos para o transporte do pessoal, as ferramentas, equipamentos, necessários a execução dos serviços;
- b) Montar a infraestrutura necessária, adequada e indispensável a integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações, veículos com escada giratória e cesta aérea, escadas e demais ferramentas de uso individual e coletivo e pessoal técnico especializado.

6.3.15 – As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;

6.3.15.1 - Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

6.3.15.2 – Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

6.3.16 – A empresa contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

6.3.17 – Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para a perfeita prestação dos serviços, sem ônus adicionais ao Município.

6.3.18 – Prestar os serviços ora contratados, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.

6.3.19 – A contratada devesse dar ampla divulgação dos serviços contratados, bem como do nº do telefone que será utilizado pelo munícipe para realizar suas solicitações, através de diversos meios de comunicação.

07 – DO PRAZO E OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR:

7.1 – O licitante vencedor devesse executar rigorosamente os serviços conforme autorizações e instruções repassadas pelo responsável.

7.2 – A execução da ata de registro de preços devesse ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotara em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 - Reembolsar à CELESC quaisquer danos aos materiais, equipamentos ou ao seu patrimônio durante a execução dos serviços.

7.4 - Fornecer toda a mão de obra, ferramental e equipamentos necessários à execução dos serviços.

7.5 - Substituir todas as lâmpadas queimadas, bem como, relés, reatores, base para fusíveis e soquetes avariados ou com defeitos, refratores de luminárias quebrados, a fim de permitir o perfeito funcionamento da rede de iluminação pública.

7.6 - Reparar e/ou substituir os braços de luminárias e as próprias luminárias defeituosas ou em mau estado de conservação, bem como sua fiação interna.

7.7 - Substituir fiação interna desde o chão até o topo dos postes, quando deficientes.

7.8 - Executar reparos ou substituições de chaves de comando, bem como, a revisão e o reaperto de conexões.

7.9 - Responsabilizar-se pelo seguro de seu pessoal, das suas instalações, edificações e todos os equipamentos e veículos que utilizar na execução de qualquer trabalho.

7.10- Executar os trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, exigindo e fiscalizando o uso por seus empregados.

7.11- Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços.

7.12 - Obedecer rigorosamente às normas de operação e de segurança para serviços em rede de energia elétrica, conforme orientação da CELESC, visto que o sistema de iluminação pública do Município está instalado em redes de distribuição de energia elétrica daquela Concessionária.

7.13 - Informar à Concessionária, todas as intervenções no sistema de distribuição que possam determinar mudanças no diagrama unifilar e na operação das redes de distribuição.

7.14 - Recolher e entregar ao Município, mediante termo de recebimento devidamente especificado, com exceção das lâmpadas, todos os materiais substituídos, tais como reatores, luminárias, conectores, relés fotoelétricos, braços de iluminação pública e outros.

7.15 - Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.16 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

7.17 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

7.18 - Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

7.19 - Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;

7.20 - Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;

7.21 - Facilitar todas as atividades de fiscalização;

7.22 - Fornecer ART dos serviços executados.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município ficará obrigado a:

- a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- b) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
- c) Fornecer todos os materiais destinados para a prestação dos serviços.

8.2- O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite 12 meses a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.3 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

8.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem, vícios, defeitos ou incorreções.

9. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A presente Ata terá validade até 12 meses, a contar da data da assinatura.

9.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.12 do Edital de Pregão Presencial n. 31/2015.

10.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

10.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

10.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

10.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

12. DO FORO

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº e a proposta da empresa abaixo relacionada.

12.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 16 de março de 2015.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal
Contratante

E.B Instalações Elétricas Ltda
Contratada

Edegar Bussolotto
Diretor

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 07/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 08/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS de Materiais de Construção, Madeira, Ferro, Concreto Usinado, Asfalto, Brita, areia e demais materiais destinadas para manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº

78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 08/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – PRESTADORA DE SERVIÇOS JANTSCH LTDA EPP- inscrita no CNPJ sob o n. 06.330.226/0001-37, estabelecida na Avenida Gustavo Fetter, 2777 Centro no Município de Iporã do Oeste /SC, fica registrado nesta ata de REGISTRO DE PREÇOS o seguinte item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	VALOR Máximo R\$
1	Concreto Usinado FCK 15MPa (convencional)	100,00	m³	315,00
2	Concreto Usinado FCK 20 MPa (convencional)	100,00	M³	335,00
13	Brita nº 01/02	100,00	M³	64,50
14	Pedrisco	100,00	M³	64,50
15	Pó de Brita	100,00	M³	64,50

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 08/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 07/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotar a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos materiais licitados deverão ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 12 de fevereiro de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito Municipal em exercício

Fornecedor Registrado

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 131/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao Processo de Licitação nº 131/2014.

OBJETO: Registro de Preços visando a “contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde) em conformidade com as especificações dos Anexos.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Unit R\$	Valor total R\$
1	30.000,00	Litro	Gasolina comum	Charrua	3.17	95.100,00
			Total geral			95.100,00

Aos dois dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 131/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – item 01 a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 131/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 95/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no

perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2015.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto da presente ata de registro de preço.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 131/2014, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até 31/12/2015.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2015.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

LUIZE SCHROEDER
representante legal

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME
Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014

PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 100/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses, para o exercício financeiro de 2015.

Aos 12 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício o Senhor Volmir Pedro Lawisch, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos TUBOS DE CONCRETO, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor: IMPERIAL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.645.439/0001-52, com sede na Rua Victor Meirelles, nº 1462, Bairro Cidade Alta, no Município de Cunha Porá, SC.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total
4	Tubo de concreto 60 cm x 1m.	800	un	72,40	57.920,00
					57.920,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 100/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os Tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os tubos de concreto deverão ser entregues bem curados e de ótima qualidade.

6.3. Os Tubos de Concreto deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunapolis, SC 12 de Janeiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em Exercício

Fornecedor Registrado

IMPERIAL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Tubo de concreto 20cm x 1m.	400	22,40	5.955,00
2	Tubo de concreto 30cm x 1m	800	29,40	23.520,00
3	Tubo de concreto 40cm x 1m	800	37,25	29.800,00
				62.280,00

Aos dias 12 de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de concreto constantes nesta ata deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – item (s) 01, 02, 03, a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO FRONTEIRA LTDA -ME inscrita sob o CNPJ n.º 10.494.614/0001-20, estabelecida na Estrada Linha Pitangueira, s/n, Interior, no Município de Tunápolis/SC neste ato representado Jair Royer, sócio administrador.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 100/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos ao vencedor será efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 12 de janeiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal

Em exercício

Artef. de Cim. Fronteira Ltda - ME

Jair Royer

Sócio administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 142/2014 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, E SERVIÇO DE ROMPEADOR COM ACOPLAMENTO EM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 142/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, E SERVIÇO DE ROMPEADOR COM ACOPLAMENTO EM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA.

Aos 15 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício o Senhor Volmir Pedro Lawisch no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para EXECUÇÃO COM PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, E SERVIÇO DE ROMPEADOR COM ACOPLAMENTO EM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes nesta ata de registro de preços, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – Knapp & Cia Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob o nº de CNPJ: 76.376.375/0001-12, com sede estabelecida na Rua Osvaldo Cruz, 91, Centro, no Município de Palmitos –SC.

Item	Descrição	Quant	und	Preço Unitário máximo	Valor Total
01	Serviço de Detonação e perfuração de rochas	560	MI	42,00	23.520,00
02	Serviço de Rompeador acoplado em Escavadeira Hidráulica com no mínimo 17.000,00 kg	60	hora	349,50	20.970,00
	Total Geral				44.490,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 142/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 103/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento. O município terá prazo até o dia 31/12/2015 para execução total dos serviços licitados.

6.2 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações da ordem de serviço emitida pelo Secretário Municipal dos Transportes e Obras, que se fará de acordo com a necessidade do órgão requisitante.

6.3 A licitante deverá utilizar cordão de isolamento em toda área de detonação, interrompendo o trânsito nos acessos próximos ao local da detonação, impedindo a aproximação de pessoas não autorizadas a permanecer nas proximidades e sim, somente as pessoas envolvidas diretamente na execução dos serviços.

6.4 A detonação deverá manter uma carga por espera compatível com a situação, a fim de não causar danos ou reclamações por parte de lindeiros.

6.5 Os serviços a serem prestados para o Município pela Máquina Rompedor com acoplamento em Escavadeira Hidráulica, deverão ser prestados nos locais determinados pelos responsáveis da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, os quais serão controlados e coordenados por esta Secretaria.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 142/2015, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, na qual conste discriminadamente, a metragem e horas dos serviços executados, devendo também constar o número do Pregão Presencial que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias da prestação dos serviços e entrega da nota fiscal. Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento, em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir.

8.3 Na nota fiscal deverão ser discriminados os valores relativos aos materiais e à mão-de-obra, inclusive a retenção para a seguridade social de 11% sobre o valor da mão-de-obra.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Pregos será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 15 de janeiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em Exercício

Knapp & Cia Ltda

Fornecedor Registrado

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2015 ESTADO SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 107/2015

Aviso de retificação PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 101/2015 Pregão Presencial n.78/2015

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 04/09/2015, onde se lê : "credenciamento até o dia 13h30min do dia 14/09/2015.

leia –se: "PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 101/2015 Edital de Pregão Presencial nº 78/2015, Referente "credenciamento até o dia 9h30min do dia 18 de setembro de 2015.

Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 27 de janeiro de 2015.

SHEILA INÊS BIEGER

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO DE COMPRA Nº: 08/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 07/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 07/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 08/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS de Materiais de Construção, Madeira, Ferro, Concreto Usinado, Asfalto, Brita, areia e demais materiais destinadas para manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 08/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGRÍPECUÁRIA LTDA ME- inscrita no CNPJ sob o n. 00.506.993/0001-78, estabelecida na Avenida Cerro Largo,693 Centro no Município de Tunápolis /SC, fica registrado nesta ata de REGISTRO DE PREÇOS o seguinte item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	VALOR Máximo R\$
3	Ferro para Construção 5.0	100,00	BR	11,00
5	Pregos 16/24 com cabeça	20,00	KG	8,00
6	Pregos 17 x 27 cabeça dupla	30,00	KG	8,00
7	Pregos 17/27 com cabeça	100,00	kg	8,00
8	Pregos 19/39 com cabeça	50,00	kg	8,00
9	Pregos 21/45 com cabeça	80,00	KG	8,00
10	Pregos 22/42 com cabeça	70,00	KG	8,00
11	Pregos 25/72 com cabeça	150,00	KG	8,00
12	Cal Hidratada saco 18 kg	100,00	sc	13,00
18	Madeira serrada de pinheiro araucária bitolas diversas	10,00	M³	1.200,00
19	Tijolo de 06 furo com as seguintes dimensões: 19,5x 13,5x 9cm	10000,00	UM	0,46
20	Tijolo maciço	5000,00	UNI	0,50
21	Arame cozido	50,00	KG	8,50
22	Areia	150,00	M³	135,00
23	Ferro para construção ¼"	100,00	BR	16,00
24	Ferro para construção 4.2	300,00	BR	7,50
25	Tinta para demarcação viária a base de solvente, amarelo e branco, balde com 18lts, resistente a abrasão	30,00	bal	259,00
27	Areia fina para parque das escolas	50,00	M³	135,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 08/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial n.º. 07/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos materiais licitados deverão ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.
7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 12 de fevereiro de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito Municipal em exercício

Fornecedor Registrado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO DE COMPRA Nº: 08/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 07/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 07/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 08/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS de Materiais de Construção, Madeira, Ferro, Concreto Usinado, Asfalto, Brita, areia e demais materiais destinadas para manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 08/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 8.078/90, Lei nº 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – MADEIREIRA BAMBERG LTDA ME- inscrita no CNPJ sob o n. 82.819.806/0001-70, estabelecida á Estrada Felipe Schmidt, no Município de Tunápolis/SC, fica registrado nesta ata de REGISTRO DE PREÇOS o seguinte item:

17	Madeira serrada de eucalipto bitolas diversas	60,00	M³	600,00
----	---	-------	----	--------

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 08/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 07/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos materiais licitados deverão ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 12 de fevereiro de 2015.
VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito Municipal em exercício

Fornecedor Registrado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO DE COMPRA Nº: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 17/2015 REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2015 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO DE COMPRA Nº: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 17/2015
REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade, Atletas e Outros.

Aos 24 dias do mês de fevereiro. de 2015, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis,SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ENOI SCHERER, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 21/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Atletas, Grupos da 3ª Idade e Outros do pregão presencial nº 17/2015, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor : A empresa TUNAPOLIS TUR LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Linha Real,s/n, Interior,no Município de Tunapolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.303910/0001-67, neste ato representado pelo sócio administrador o Sr. Danilo Kessler, inscrito no CPF sob o nº 760.386.379-15.

a) Descrição do(s) item(s):

Item	Quant	Unid.	Especificação	Valor KM
1	3.500,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira idade deste município, em viagens, municipais, intermunicipais e interestaduais, com micrônibus convencional com ar condicionado para no mínimo 15 passageiros. .	3,99
2	7.900,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira IDADE deste município, em viagens, municipais, intermunicipais e interestaduais, com ônibus convencional (com banheiro) para no mínimo 40 passageiros.	5,99
3	10.000,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira idade e outros deste município, com ônibus leito turismo equipado com ar condicionado para no mínimo 44 passageiros.	4,99

4	5.200,00	km	<p>Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira IDADE deste município, em viagens, municipais, intermunicipais e interestaduais, com ônibus convencional (com banheiro) para no mínimo 40 passageiros.</p> <p>Roteiro de viagem para a festa municipal, a empresa vencedora deverá excepcionalmente neste dia disponibilizar de 6(seis) ônibus seguindo assim o seguinte itinerário em estrada de chão batido</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ônibus saindo de Tunápolis passando por Canaleta ate o clube de São Jorge, Clube de Linha Fátima, voltando via Wilges ate Tunápolis. • Ônibus saindo de Tunápolis ate o clube de São Sebastiao, por Hugo Nicknig voltando ate a entrada de Sete Tombos, estrada geral, clube de Pitangueira ate Tunápolis. • Ônibus saindo no Clube de Bonita passando em Raigão Baixo na igreja, estrada geral via Zoz ate no Clube em Raigão Alto voltando ate Tunápolis. • Ônibus saindo de Tunápolis passando Linha Baumgratz ate São Pedro no clube, passando via João Bourscheid até na Olinda Epping, voltando até o Clube de São José, Linha Scherer até Tunápolis. • Ônibus saindo de Tunápolis via Olaria Schorr, até no Clube em São Pedro, voltando volta Wirth até Tunápolis. • Ônibus saindo no Clube de Pitangueira, passando estrada geral até Tunápolis. 	5,99
---	----------	----	--	------

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 04/2015.

2.2 - O compromisso da prestação de serviço só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 17/2015 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 O pagamento será feito por quilometro (Km) rodado, 10 (dez) dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal / fatura, e planilha específica emitida pela Secretaria responsável pela execução dos serviços de transporte, em moeda corrente nacional, salvo se este dia coincidir com sábado, domingo ou feriado, hipóteses em que o pagamento será ultimado para o primeiro dia útil que se seguir, sendo pré-requisito para o recebimento, a apresentação do comprovante de pagamento do seguro, quando o mesmo for contratado com pagamento mensal pela CONTRATADA.

4.2 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - a solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.1 Para atender ao objeto do presente contrato, o Licitante vencedor deverá realizar as viagens de acordo com as necessidades da municipalidade. O Município encaminhará solicitação para a realização de viagens com no mínimo 05 (cinco) dias consecutivos de antecedência.

6.2 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

6.3 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.4 O Licitante vencedor fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8666/93 atualizada.

6.5. Todas as despesas, inclusive combustível, motorista, manutenção do veículo, dentre outras necessárias a correta execução destes serviços deverão estar inclusas no preço.

6.6 O Licitante vencedor é responsável pela prestação total dos serviços ora contratados, respeitando os itinerários e horários estabelecidos;

6.7 O Licitante vencedor é responsável pelos danos que possa causar ao Município ou a terceiros em qualquer caso, durante a execução dos serviços, bem como a reparação ou indenização sem ônus para a Prefeitura ou a terceiros;

6.8 O Licitante vencedor é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciárias, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, de conformidade com o que prevê o artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

6.9 Deverá o Licitante vencedor manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos no Pregão Presencial nº 17/2015.

6.10 A Licitante vencedora deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

6.11 O Licitante vencedor é responsável por formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Será também responsável pelos custos com alimentação e estadia dos motoristas.

6.12 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

6.13 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.14 O Licitante vencedor do certame deverá providenciar junto ao DER/SC o ATR – Autorização de Transporte Rodoviário para cada viagem ficando por sua inteira responsabilidade a retirada de tal documento, além de pegar junto a secretaria correspondente a listagem dos passageiros a serem transportados

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2015, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 21/2015 que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, do Edital de Pregão Presencial

n.17/2015.

8.1.1. Pelo atraso injustificado do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 17/2015 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 27 de fevereiro de 2015.

Enoi Scherer	TUNAPOLIS TUR LTDA-ME
PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA
	Danilo Kessler
	Sócio administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259.60

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015 REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2015 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 85/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015
REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 85/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS referente a aquisição de Materiais de Construção, demais materiais destinadas à manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos vinte dias do mês de julho de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Enoi Scherer, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 85/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

FORNECEDOR:

a) Fornecedor – PRESTADORA DE SERVIÇOS JANTSCH LTDA, empresa vencedora dos itens 02, inscrito sob o CNPJ n.º 06.330.226/0001-37, com sede na SVL LINHA SÃO LOURENÇO, MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE /SC.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	VALOR unit R\$	VALOR total
2	Concreto usinado fck 20 MPA com bomba	1	m3	350,00	2.100,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 85/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 64/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos materiais licitados deverão ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 85/2015, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Fornecedor Registrado
PRESTADORA DE SERVIÇOS JANTSCH LTDA

**PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 100/2014 REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014**

PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 100/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses, para o exercício financeiro de 2015.

Aos 12 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício o Senhor Volmir Pedro Lawisch, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos TUBOS DE CONCRETO, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – item 05, a empresa CAIBÍ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME inscrita sob o CNPJ n.º 12.683.308/0001-68, estabelecida na Rua Egidio Ferronato, 161, centro, no Município de Caibí/SC neste ato representado por Jaison Cadoná, representante legal portadora do RG n.º 3.583.202 e do CPF n.º 062.281.639-06.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total
5	Tubo de concreto de 100 x 100 (com ferragem)	200	un	303,79	60.758,00
					60.758,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 100/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os Tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os tubos de concreto deverão ser entregues bem curados e de ótima qualidade.

6.3. Os Tubos de Concreto deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunapolis, SC 12 de Janeiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em Exercício

Fornecedor Registrado

CAIBÍ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME

**PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 100/2014 REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015
REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 85/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS referente a aquisição de Materiais de Construção, demais materiais destinadas á manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos vinte dias do mês de julho de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Enoi Scherer, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 85/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

FORNECEDOR:

a) Fornecedor – PRESTADORA DE SERVIÇOS JANTSCH LTDA, empresa vencedora dos itens 02, inscrito sob o CNPJ n.º 06.330.226/0001-37, com sede na 5VL LINHA SÃO LOURENÇO, MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE /SC.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	VALOR unit R\$	VALOR total
2	Concreto usinado fck 20 MPA com bomba	1	m3	350,00	2.100,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 85/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 64/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos materiais licitados deverão ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 85/2015, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Fornecedor Registrado
PRESTADORA DE SERVIÇOS JANTSCH LTDA

PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 100/2014 REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014

PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 100/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses, para o exercício financeiro de 2015.

Aos 12 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso DO FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório de acordo com o item abaixo.

FORNECEDOR; Pré- Moldados Maravilha Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 86.739.364/0001-03, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 63, Centro, no Município de Maravilha/SC, neste ato representado pelo representante legal Sr. Anivo Jung.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor unit R\$	Valor total
7	Tubo de concreto de 1,50m x1 m pa2 (com ferragem)	100	un	587,00	58.700,00
					58.700,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2014.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 100/2014.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os Tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os tubos de concreto deverão ser entregues bem curados e de ótima qualidade.

6.3. Os Tubos de Concreto deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 138/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro

preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 12 de janeiro de 2015.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em Exercício.

Fornecedor Registrado

Pré- Moldados Maravilha Ltda EPP

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N. 2929/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 2.929/2015, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

'O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1.016/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2015 no valor de R\$ 10.000,00 (des mil reais) oriundos do superávit financeiro do exercício anterior (2014), destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa em fonte de recurso específica:

ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

FUNÇÃO: 26 Transportes - SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário

Projeto Atividade: 2.045 – Manutenção do Departamento de Transportes e Obras

155 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.130 5.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 07.01 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

FUNÇÃO: 20 Agricultura - SUBFUNÇÃO: 606 Extensão Rural

Projeto Atividade: 2043 – Manutenção das Atividades da Agricultura

158 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.130 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014, oriundos das seguintes fontes de recursos:

ORIGEM DOS RECURSOS

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

Código do Recurso

Código -Detalhamento

Descrição dos Recursos

Saldo Utilizado -
Superávit (R\$)

00.03.0130

00

Sem detalhamento das destinações
de recursos

Superávit Financeiros Ordinários

10.000,00

TOTAL DE RECURSOS						10.000,00
	Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.					
	Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.					
EVERALDO LUIS CASONATTO						
Prefeito Municipal						

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 2930/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 2930, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

		DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
		O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, baseado na Lei 1016/2014;
		DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2015, no valor de R\$197,76 (cento e noventa e sete reais e setenta e seis centavos), destinados a suplementar o seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesas:

ADICIONAR DOTAÇÕES			
Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação			
FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 365 Educação Infantil			
Projeto Atividade: 2.036 – Manutenção do Ensino Infantil			
132 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0132			197,76
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 197,76

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, ficam anulados os valores dos seguintes projetos/atividades e respectivas modalidade de despesas constantes no orçamento vigente e descritas a seguir:

SUBTRAIR DOTAÇÕES			
Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação			
FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 365 Educação Infantil			
Projeto Atividade: 2.036 – Manutenção do Ensino Infantil			

133 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0132						197,76
TOTAL ANULADO						R\$ 197,76
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.						
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.						
EVERALDO LUIS CASONATTO						
Prefeito Municipal						
Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.						

DECRETO N. 2931/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 2931, DE 10 AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.						
O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei nº. 1016/2014;						

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2015 no valor de R\$ 651,37 (seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e sete centavos), oriundos do excesso de arrecadação em fonte específica, destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

ADICIONAR DOTAÇÕES						
--------------------	--	--	--	--	--	--

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 365 Educação Infantil

Projeto Atividade: 2.036 – Manutenção do Ensino Infantil

159 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0132						651,37
Saldo Total a Suplementar						651,37

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do possível excesso de arrecadação em fonte de recurso específica descritas a seguir:

ORIGEM DOS RECURSOS						
---------------------	--	--	--	--	--	--

Fonte Recurso: 00.01.0132 - Transferências de Convênios Educação/União.

Origem: Transferências do Governo Federal - Brasil Carinhoso (rendimentos de aplicação financeira).

Destinação do Objeto: Manutenção da Educação Infantil.

Total de Recursos Suplementados					651,37
	Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.					
	Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.					
EVERALDO LUIS CASONATTO						
Prefeito Municipal						
Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014						

DECRETO N. 2938/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 2.938, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

		DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.				
		O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei nº. 1016/2014;				

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2015 no valor de R\$ 7.435,50 (sete mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), oriundos do excesso de arrecadação em fonte específica, destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

FUNÇÃO: 08 Assistência Social - SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária

Projeto Atividade: 1.017 – Obras e Infraestrutura Social

160 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.01.164 7.435,50

Saldo Total a Suplementar 7.435,50

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação em fonte de recurso específica descritas a seguir:

ORIGEM DOS RECURSOS

Fonte Recurso: 00.01.0164 - Transferências de Convênios - Outros

Origem: Transferências do Governo Estadual Através do FUNDAM - Convênio nº 2014TR003736 7.435,50

Destinação do Objeto: Construção de Centro Integrado de Esporte e Lazer

Total de Recursos Suplementados 7.435,50

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.					

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 2939/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 2.939, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1.016/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2015 no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) oriundos do superávit financeiro do exercício anterior (2014), destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa em fonte de recurso específica:

ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 07.01 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

FUNÇÃO: 20 Agricultura - SUBFUNÇÃO: 606 Extensão Rural

Projeto Atividade: 2043 – Manutenção das Atividades da Agricultura

158 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0130 6.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO 6.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014, oriundos das seguintes fontes de recursos:

ORIGEM DOS RECURSOS

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

Código do Recurso

Código -Detalhamento

Descrição dos Recursos

Saldo Utilizado -
Superávit (R\$)

00.03.0130

00

Sem detalhamento das destinações
de recursos

Superávit Financeiros Ordinários

6.000,00

TOTAL DE RECURSOS

6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 2940/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DIO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 2940, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1016/2014;

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação no Orçamento do Município de União do Oeste, para o Exercício de 2015 no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), destinados a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

ADICIONAR DOTAÇÕES

ENTIDADE 01: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

Órgão: 03 - SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração

FUNÇÃO: 04 Administração - SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral

Projeto Atividade: 2.020 – Manutenção das Atividades Administrativas

06 - Aplicações Diretas - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 7.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO 7.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, ficam anulados os valores dos seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

SUBTRAIR DOTAÇÕES

ENTIDADE 01: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

Órgão: 03 - SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração

FUNÇÃO: 04 Administração - SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral

Projeto Atividade: 2.020 – Manutenção das Atividades Administrativas

09 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 7.000,00

TOTAL ANULADO				7.000,00
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.					
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.					
EVERALDO LUIS CASONATTO					
Prefeito Municipal					
Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.					

DECRETO N. 2941/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 2941, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.						
		DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.				
		O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1016/2014;				
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação no Orçamento do Município de União do Oeste, para o Exercício de 2015 no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), destinados a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:						
ADICIONAR DOTAÇÕES						
ENTIDADE 01: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE						
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
FUNÇÃO: 08 Assistência Social - SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária						
Projeto Atividade: 2.053 – Manutenção do Piso Variável de Proteção Social Básica						
63 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0135.000035						4.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO					4.000,00
Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, ficam anulados os valores dos seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:						
SUBTRAIR DOTAÇÕES						
ENTIDADE 01: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE						
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
FUNÇÃO: 08 Assistência Social - SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária						
Projeto Atividade: 2.053 – Manutenção do Piso Variável de Proteção Social Básica						
62 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0135.000035						4.000,00

TOTAL ANULADO				4.000,00
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.					
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.					
CELSON MATIELLO					
Prefeito Municipal Em Exercício					
Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.					

DECRETO N. 2947/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 2.947, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.					
		DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			
		O Senhor CELSON MATIELLO, Prefeito Municipal em Exercício, de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, baseado nas Leis 1016/2014 e 1029/2015, DECRETA:			
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação no Orçamento do Município de União do Oeste, para o Exercício de 2015 no valor de R\$ 424.081,48 (quatrocentos e vinte e quatro mil, oitenta e um reais e quarenta e oito centavos) destinados a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesas:					
ADICIONAR DOTAÇÕES					
ENTIDADE 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE					
Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL					
Unidade Orçamentária: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL					
FUNÇÃO: 04 Administração - SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral					
Projeto Atividade: 2.019 – Manutenção das Atividades do Gabinete					
01 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100					44.500,00
Órgão: 03 - SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO					
Unidade Orçamentária: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO					
FUNÇÃO: 04 Administração - SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral					
Projeto Atividade: 2.020 – Manutenção das Atividades Administrativas					
08- Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100					10.000,00
09- Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100					10.000,00
Unidade Orçamentária: 03.02 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS					
FUNÇÃO: 04 Administração - SUBFUNÇÃO: 123 Administração Financeira					
Projeto Atividade: 2.021 – Manutenção das Atividades Financeiras					

10 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100	4.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 361 Ensino Fundamental	
Projeto Atividade: 2.035 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
21 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0101	30.000,00
Projeto Atividade: 2.058 – Manutenção do Transporte Escolar	
29- Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0101	15.000,00
Unidade Orçamentária: 05.02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES	
FUNÇÃO: 13 Cultura - SUBFUNÇÃO: 392 Difusão Cultural	
Projeto Atividade: 2.038 – Manutenção das Atividades e Festividades Culturais	
47 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100	27.000,00
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
FUNÇÃO: 08 Assistência Social - SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária	
Projeto Atividade: 2.023 – Manutenção do Fundo de Assistência social	
56 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100	6.000,00
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade Orçamentária: 07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
FUNÇÃO: 20 Agricultura - SUBFUNÇÃO: 606 Extensão Rural	
Projeto Atividade: 2.043 – Manutenção das Atividades da Agricultura	
82 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100	20.000,00
84 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100	107.581,48
Órgão: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Transportes de Obras	
FUNÇÃO: 26 Transportes - SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário	
Projeto Atividade: 2.045 – Manutenção do Departamento de Transportes e Obras	
100 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0100	70.000,00
Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Serviços Urbanos	
FUNÇÃO: 15 Urbanismo - SUBFUNÇÃO: 451 Infraestrutura Urbana	
Projeto Atividade: 2.041 – Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	
119 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0100	5.000,00
120 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0100	5.000,00
ENTIDADE 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE	
Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
FUNÇÃO: 10 Saúde - SUBFUNÇÃO: 301 Atenção Básica	
Projeto Atividade: 2025 – Manutenção das Atividades da Saúde	
04 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0102	70.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO	424.081,48
Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, ficam anulados os valores dos seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:	
SUBTRAIR DOTAÇÕES	

ENTIDADE 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE					
Órgão: 04 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
Unidade Orçamentária: 04.01 – DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS					
FUNÇÃO: 22 Indústria - SUBFUNÇÃO: 661 Promoção Industrial					
Projeto Atividade: 1.012 – Promoção da Indústria e Comércio					
13 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100					15.000,00
FUNÇÃO: 23 Comércio e Serviços - SUBFUNÇÃO: 695 Turismo					
Projeto Atividade: 2.044 – Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo					
16 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100					1.000,00
17 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100					2.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
Unidade Orçamentária: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO					
FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 361 Ensino Fundamental					
Projeto Atividade: 1.005 – Ampliação da Rede Física da Educação					
33 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0101					21.000,00
Projeto Atividade: 1.007 – Aquisição de Veículos					
35 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0101					500,00
FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 365 Educação Infantil					
Projeto Atividade: 1006 – Ampliação da Rede Física Infantil					
44 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0101					1.000,00
FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 364 Ensino Superior					
Projeto Atividade: 2050 – Apoio ao Ensino Superior					
37 - Aplicações Diretas - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0100					12.000,00
FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 367 Educação Especial					
Projeto Atividade: 2037 – Manutenção da Educação Especial					
46 - Aplicações Diretas - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0100					1.064,48
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
FUNÇÃO: 08 Assistência Social - SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária					
Projeto Atividade: 1.017 – Obras e Infraestrutura Social					
54 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100					5.500,00
Unidade Orçamentária: 06.03 – FUNDO DE HABITAÇÃO					
FUNÇÃO: 16 Habitação - SUBFUNÇÃO: 482 Habitação Urbana					
Projeto Atividade: 1009 – Apoio ao Sistema Habitacional					
74 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100					1.517,00
76 - Aplicações Diretas - 4.5.90.00.00.00.00.0.1.0100					1.000,00
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
Unidade Orçamentária: 07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL					
FUNÇÃO: 20 Agricultura - SUBFUNÇÃO: 601 Promoção da Produção Vegetal					
Projeto Atividade: 1.011 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Implementos Agrícolas					
78 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000					30.000,00
FUNÇÃO: 18 Gestão Ambiental - SUBFUNÇÃO: 541 Preservação e Conservação Ambiental					
Projeto Atividade: 2.042 – Manutenção das Atividades de Proteção Ambiental					
77 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100					3.000,00
Órgão: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Transportes de Obras					
FUNÇÃO: 17 Saneamento - SUBFUNÇÃO: 512 Saneamento Básico Urbano					
Projeto Atividade: 1.010 – Saneamento Básico Geral					
94 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100					500,00
FUNÇÃO: 26 Transportes - SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário					
Projeto Atividade: 1.014 – Obras de Infraestrutura Rural					

97 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0100	3.000,00
Projeto Atividade: 1.013 – Aquisição de Máquinas e Veículos	
96 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0100	25.000,00
FUNÇÃO: 15 Urbanismo - SUBFUNÇÃO: 451 Infraestrutura Urbana	
Projeto Atividade: 1.016 – Obras de Infraestrutura Urbana	
86 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0100	100.000,00
88 - Aplicações Diretas - 4.5.90.00.00.00.00.00.01.0100	1.000,00
Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Serviços Urbanos	
FUNÇÃO: 15 Urbanismo - SUBFUNÇÃO: 452 Serviços Urbanos	
Projeto Atividade: 2.040 – Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública	
117 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0100	70.000,00
Órgão: 09 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Unidade Orçamentária: 09.01 – Encargos Gerais do Município	
FUNÇÃO: 28 Encargos Especiais - SUBFUNÇÃO: 846 Outros Encargos Especiais	
Projeto Atividade: 0.000– Amortização da Dívida e Encargos Municipais	
123 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0100	60.000,00
ENTIDADE 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE	
Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
FUNÇÃO: 10 Saúde - SUBFUNÇÃO: 301 Atenção Básica	
Projeto Atividade: 1.015 – Aquisição de Veículo	
01 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0102	35.000,00
Projeto Atividade: 1.003 – Ampliação da Rede Física da Saúde	
26 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0102	20.000,00
Projeto Atividade: 2.025 – Manutenção das Atividades da Saúde	
11 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0102	15.000,00
TOTAL ANULADO	424.081,48
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.	
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.	
CELSO MATIELLO	
Prefeito Municipal em Exercício	

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 2948/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.948, de 11 de setembro de 2015.

Dispõe sobre constituição de Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis do Município de União do Oeste – SC

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73., 107. e 113, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Municipal de Avaliação, composta pelos membros a seguir:

ALEXANDRE MARCOS MARTINELLI - Presidente

GIANE SMANIOTTO - Secretária

FRANCISCO RAUBER - Membro

ALAÉRCIO DANIEL - Membro

VITORIO GUBERT - Membro

Art. 2º Cabe a comissão ora nomeada a função de avaliar o estado de conservação e o valor em moeda corrente nacional, dos bens móveis de propriedade da Prefeitura Municipal de União do Oeste, a seguir relacionados:

I – Caminhão Mercedes Benz MB 1313, com caçamba basculante, combustível óleo diesel, ano e modelo 1985, placa CAU 1084, CH: 34502112684013. N.º Patrimonial 1714.

II – Caminhão Ford 14000, com caçamba basculante, ano de fabricação 1989, Combustível óleo diesel, placa LZW 6835, CH: 9BFXXXLM7K-DB12462 N.º Patrimonial 1721.

III – Caminhão Mercedes Benz, com caçamba basculante, modelo 1113, cor branca, ano/modelo 1982/1983, Placa MAB0583, CH: 34403312576119. N.º Patrimonial 3636.

IV – Retroescavadeira marca Volvo, modelo BL60, série VCE0BL60J00020111, motor10839471, ano 2010, cor amarela, motor diesel, cabine fechada. N.º Patrimonial 3423.

V – Distribuidor de calcário e adubo de aviário, capacidade de 06 (seis) toneladas, marca Jan. N.º Patrimonial 3390.

VI – Trator agrícola, marca Massey Ferguson, modelo MF4291/4, 88 CV, tração 4x4, ano 2010 nº de série: 4291312906. N.º Patrimonial 3412.

VII – Distribuidor de adubo orgânico e calcário DSE 6.0 com esteira de 800RT. 20 disco simples, tampa de regulagem de adubo, marca Ipacol, nº de série:IP0052612, ano 2010. N.º Patrimonial 3425.

VIII – Corsa Classic 1.0, marca Chevrolet, 04 portas, ano 2006 e modelo 2007, combustível gasolina e alcool, placa MJZ 2950, CH: 9BG-SA16907B203733. N.º Patrimonial 1801.

IX - Automóvel Voyage 1.6 Confortlaine - alco/gas - ano 2009 e modelo 2010 - cor branca - placa mgz8379, ch: 9bwdb05u8at155778. N.º Patrimonial 2679.

X - Refrigerador marca Prosdócimo, 340 Litros. N.º Patrimonial 4353.

XI - Sucata de Ventiladores, Rádios, Equipamentos de Informática, Ar Condicionado e outros itens, composto por:

Qtde.	Descrição	N.º Patrimônio
01	Cafeteira elétrica, marca Electrolux, modelo chef crema	1043
01	Nobreak SMS NET 4x 1400 VA 12V	3448
01	NOBREAK NHS 1000 VA MINI III	2650
01	Nobreak NHS Mini II	3364
01	Nobreak, modelo SB60, marca Intelbras	1033
01	Estabilizador SMS 300 VA	1104
01	Nobreak NHS Mini III EXT	2281
01	Impressora Epson FX2170, Matricial	1119
01	HUB 16 portas, marca Encore	1031
01	HUB 16 portas, marca Encore	1032
01	Impressora Samsung SCX5530FN	2570
01	Estabilizador NHS Active	2882
01	Nobreak NHS mini III	2521

01	Nobreak marca NHS Mini III	2505
01	Nobreak NHS Mini III, 600VA	2870
01	Nobreak 600 VA Mini III, Bateria Interna NHS	2803
01	Microcomputador Intel Pentium 4, 3,0GHz, 0,99GB de RAM - CPU	2871
01	Microcomputador Intel Celeron 1,80GHz, 0,99GB RAM - CPU	3190
01	Microcomputador Pentium D, 3,40GHz, 0,99GB RAM	2522
01	Impressora, HP. Deskjet D. 2360	1692
01	Autoclave Horiz. 21L Alumínio - AHMC - 5. Série1560303	2529
01	Aquecedor elétrico Murana - 220V, 60hz	3319
01	Aquecedor elétrico Murana - 220V, 60hz	3308
01	Aquecedor de ar Britânia, modelo AB 1200, 1200 W	1484
01	Televisão Philco, 20 polegadas	1379
01	Televisão 20 polegadas, marca Semp FS Tuning, colorida	1994
01	Central telefônica, Intelbras TI 630, 22 ramais	1070
01	Ventilador de Teto, marca Delta	2828
01	Purificador de Água Elétrico Bivolt, Master Frio Neo	3985
01	Ar Condicionado Eletrolux, 7500BTUS	1053
01	Ar condicionado electrolux 7500BTUS	0913
01	Radio marca Britania, com CD, Radio AM/FM, modelo BC 166	1222
01	Rádio Britânia Sound, AM/FM BS93	3316

XII – Sucata de Armários, Cadeiras, Balcão e outros itens, composto por:

Qtde.	Descrição	N.º Patrimônio
01	Cadeira armação em madeira, acento em tiras plásticas, para pré-escola	3182
01	Cadeira armação em madeira, acento em tiras plásticas, para pré-escola	3183
01	Cadeira armação em ferro, acento e encosto em MDF para classe de aula	1705
01	Cadeira armação em ferro, acento e encosto em MDF para classe de aula	1377
01	Cadeira armação em ferro, acento e encosto em MDF para classe de aula	3377
01	Cadeira escolar em fórmica branca (390x390x710)	3284
01	Cadeira armação em ferro, acento e encosto em MDF para classe de aula	1558
01	Cadeira armação em ferro, acento e encosto em MDF para classe de aula	1514
01	Cadeira armação em ferro, acento e encosto em MDF para classe de aula	1648
01	Cadeira armação em ferro, acento e encosto em MDF para classe de aula	3376
01	Cadeira armação em ferro, acento e encosto em MDF para classe de aula	1706
01	Cadeira armação em ferro, acento e encosto em MDF para classe de aula	1850
01	Cadeira para classe de aula, em fórmica e compensado, armação em ferro	1513
01	Cadeira giratória, encosto e acento estofado em tecido	1478
01	Balcão em madeira, 4 portas, 3 gavetas, sem cuba	3964
01	Cozinha em MDF, 2 portas, 6 gavetas, (55x122x81 cm), sem cuba	1046
01	Armário em compensado, 10 portas (240x200 cm)	1631
01	Estante em compensado/fórmica, extensão para teclado e CPU, 01 porta (165x135 cm)	1500
01	Armário, 6 portas em madeira	2751
01	Cadeira em madeira, acento tiras plásticas	1512
01	Cadeira em madeira, acento em tiras plásticas	1346
01	Cadeira em madeira, acento em tiras plásticas	1342
01	Carteira escolar me fórmica, cor verde	3997
01	Maca armação em ferro, estofada em corvim	1441
01	Cadeira estofada, braços laterais, armação em ferro, tipo poltrona	1533
01	Cadeira estofada, braços laterais, armação em ferro, tipo poltrona	1570
01	Balcão em fórmica, 04 gavetas, 02 portas, (125X59 cm)	1534
01	Cadeira fixa, estofada em corvim, armação em ferro	1493

Art. 3º A comissão deverá fazer a avaliação pessoalmente, sendo o trabalho realizado em equipe, nunca de forma isolada ou individual, elaborando Laudo de Avaliação, contendo a descrição do estado de conservação dos bens e o valor de mercado em moeda corrente nacional.

Art. 4º Os trabalhos mencionados neste Decreto deverão estar concluídos até o dia 30 de Setembro de 2015.

Art. 5º O serviço prestado para esta finalidade é de caráter de relevante, não comportando qualquer remuneração para tanto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de setembro de 2015.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 2949/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N° 2.949, De 11 de setembro de 2015.

CONVOCA A I CONFERÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de União do Oeste, a ser realizada no dia 17 de setembro de 2015, com início às 13h00min no Auditório da E.E.B Jurema Savi Milanez, município de Quilombo/SC, tendo como tema central: "MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do oeste, em 11 de setembro de 2015.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 52/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 52/2013

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 52/2013, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede administrativa na Avenida São Luiz - 531, centro, União do Oeste -SC, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício CELSO MATIELLO, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.954.970/0001-80, estabelecida na Rua Minas Gerais n. 206, no Município de Chapecó - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. PAULO ANDRÉ TESTA, portador da Carteira de Identidade nº 3127894 e CPF nº 870.781.989-72, acordam firmar o presente Termo Aditivo, em conformidade com a cláusula terceira e quarta do contrato primitivo e artigo 57. da lei 8.666/93:

Cláusula Primeira. Fica prorrogada a vigência do contrato administrativo N.º 52/2013, por mais 12 Meses, possuindo término em 30 de setembro de 2016, conforme permite cláusula terceira do contrato primitivo e artigo 57 da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda. Pela prorrogação do contrato a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA reajuste de 7,5538% acumulado do IGP_M dos últimos doze meses, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
2	12	MÊS	Licença de uso mensal	608,03	7.296,36
3	12	MÊS	Locação do servidor virtual	112,81	1.323,72

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo, correrão à conta da Dotação do orçamento do Município vigente, com a seguinte classificação:

Órgão – 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Projeto Atividade – 2.052 – MANUT. DO PISO FIXO PROT. SOCIAL BÁSICA

Cód. Red. 60 – Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 52/2013 permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 15 de setembro de 2015.

CELSO MATIELLO

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATANTE

PAULO ANDRÉ TESTA

PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02. _____

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 63/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 63/2014.

TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE - SC E A EMPRESA WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Terceiro Termo Aditivo, que entre si celebram o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, com endereço na AVENIDA SÃO LUIZ, 531, inscrita no CNPJ sob o nº 78.505.591/0001-46, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na Rua Duque de Caxias n.19, Quilombo - SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.544.243/0001-65, neste ato representada por seu representante legal Senhor FABIANO WINCK, portador do CPF N.º 026.254.6649-33, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Tomada de Preços P/ Obras e Serviços de Engenharia nº 46/2014 e ao Contrato Administrativo N.º 63/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores, ao Edital e contrato supra citados e, conforme requerimento da CONTRATADA, celebram o presente termo aditivo:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de execução da obra e vigência do contrato supra citado por mais 60 dias, passando a vigor até 24 de outubro de 2015.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 63/2014 permanecem inalteradas e válidas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

UNIÃO DO OESTE, 21 de Agosto de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

P/CONTRATANTE

FABIANO WINCK

WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02. _____

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

Publicado na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO TP 07/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015/PMU

Objeto: material e serviços para ampliação do sistema de abastecimento de água, na localidade de Santana e leito de secagem da estação de tratamento de água central, em Urussanga/SC, Processo nº 25295.014.142/2011-88/FUNASA, Termo de Compromisso PAC nº 384/2011. Recebimento dos envelopes: até 09h do dia 13/10/2015, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 09h do dia 13/10/2015. Edital: estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser retirado no site desta municipalidade através do item Portal da Transparência ou ainda solicitado pelo e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

Vargem Bonita

PREFEITURA

LEI N.1051/2015

LEI Nº 1.051/2015, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

“AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DESAFIO FINAL – ABDF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a conceder subvenção social no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) em uma única parcela, para fins de manutenção das instalações da Associação Beneficente Desafio Final, pessoa jurídica de direito privado, entidade beneficente sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 03.148.167/0001-82, situada na Rua Coronel Vitorino, s/nº, Centro de Vargem Bonita/SC.

§ 1º - A entidade beneficiária deverá depositar o valor da subvenção em conta bancária específica, e prestar contas em até 60 (sessenta) dias após o recebimento.

§ 2º - Os recursos orçamentários para fazer face a presente subvenção social correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 09.03- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO ATIVIDADE 2.040 – Manutenção da Assistência Social

Modalidade 3350000000000000.0000.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 7.000,00

Art. 2º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 15 de setembro de 2015.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 17/09/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1052/2015

LEI Nº 1.052/2015, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

“AUTORIZA O PAGAMENTO DE DESPESAS DE FUNERAL”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder ao pagamento de despesas com o funeral de João Martins Ferreira, até o valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Parágrafo Único. O pagamento das despesas deverá ser comprovado através de nota fiscal.

Artigo 2º - As despesas para o cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 15 de setembro de 2015.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 17/09/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1053/2015

LEI Nº 1.053/2015, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO NÃO REMUNERADO DE BEM PÚBLICO"

MÊLANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder direito real de uso não remunerado de bem público, bem como firmar contrato com o mesmo objetivo, de parte do espaço físico do imóvel recebido por doação da empresa Celulose Irani S.A., através da Lei Municipal n. 548/2003, (antigo Hospital), com área total 57,60 metros quadrados na parte inferior do prédio, para a Associação de Artesanato Broto do Galho, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob n. 12.128.200/0001-03.

Parágrafo Único. A Associação utilizará a área concedida exclusivamente para atendimento de seus associados e fins sociais.

Artigo 2º - O prazo da concessão será de 20(vinte) anos, podendo ser prorrogada por igual período, através de termo aditivo, no interesse da administração pública.

Artigo 3º- Fica a presente concessão de uso dispensada de licitação ante a existência do interesse público justificado.

Artigo 4º - As despesas para o cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revoga-se a Lei nº 940/2013 de 30 de abril de 2013.

Vargem Bonita, 15 de setembro de 2015.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 17/09/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

PROCESSO 041/2015 TP 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DA DECORAÇÃO NATALINA: NATAL 2015, NA CDADE DE VARGEM BONITA – SC, em pontos definidos em Projeto, consistindo na construção das figuras, fornecimento de materiais e mão de obra especializada para instalação da iluminação, mediante o regime de Empreitada por Preço Unitário, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico, Plantas, Planilha Orçamentária e demais Anexos que compõem o Projeto Executivo e de Engenharia, parte integrante deste Edital.

.Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

Valor Máximo: R\$ 45.446,51.

Recursos: Orçamento Municipal.

Entrega dos Envelopes de Documentação e Proposta: até às 09:00hrs (nove horas), do dia 05 de outubro de 2015.

Sessão de Abertura e Julgamento da Licitação: às 09h30min (nove horas e trinta minutos), do dia 05 de outubro de 2015.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 16 de setembro de 2015.
MELÂNIA A. ROMAN MENEHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.374/15

DECRETO Nº 12.374/15, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Homologa os Resultados Finais e respectiva classificação do Concurso Público – Edital nº 001/2015 - INPREVID.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no Edital do Concurso Público nº 001/2015 – INPREVID e o que consta no Processo Administrativo nº 15818/15;

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Concurso Público do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira – INPREVID - Edital 001/2015, conforme se apresenta a seguinte relação dos respectivos candidatos aprovados, obedecendo a ordem decrescente das notas obtidas, conforme Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e no INPREVID aos 16 dias do mês de setembro de 2015.

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 12.374/15

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2015 - INPREVID

Legenda:

CG: Conhecimentos Gerais – CE: Conhecimentos Específicos

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO										
POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	CG		CE		Total Acertos	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	97100	Laci Ana Cesario Adriano	10/02/1974	16	2,24	23	5,52	39	7.76	Aprovado
2	100240	Rodrigo Vescovi	18/04/1988	16	2,24	23	5,52	39	7.76	Aprovado
3	100201	Renata Marafon	27/04/1990	16	2,24	21	5,04	37	7.28	Aprovado
4	103668	Mateus Surdi Onetta	22/10/1992	14	1,96	22	5,28	36	7.24	Aprovado
5	101603	Idiane Caetano Goncalves	25/06/1989	12	1,68	23	5,52	35	7.20	Aprovado
6	99209	Rosana Kelly Nercolini Rebellato	20/01/1988	15	2,10	21	5,04	36	7.14	Aprovado
7	103122	Suelem Salette Padilha	05/11/1990	13	1,82	22	5,28	35	7.10	Aprovado
8	101012	Jean Paulo Boesing	04/07/1980	14	1,96	21	5,04	35	7.00	Aprovado
9	100538	Leticia Paula Sartor	06/02/1992	13	1,82	21	5,04	34	6.86	Aprovado
10	101452	Patricia Frizzo	23/06/1988	12	1,68	21	5,04	33	6.72	Aprovado
11	104047	Taise Marta Pazin	17/09/1982	15	2,10	19	4,56	34	6.66	Aprovado
12	102777	Juliana De Oliveira Balsini	17/09/1983	11	1,54	21	5,04	32	6.58	Aprovado
13	98162	Ana Paula De Carli Bertaioli	18/05/1981	11	1,54	19	4,56	30	6.10	Aprovado
14	103875	Dagmar Jose Belotto	19/01/1991	12	1,68	18	4,32	30	6.00	Aprovado
15	103716	Lucelia Fedrigo	21/01/1985	11	1,54	18	4,32	29	5.86	Aprovado
16	100561	Karen Munari Stefanos	15/01/1992	11	1,54	18	4,32	29	5.86	Aprovado
17	102891	Adriano Borges De Lima	09/09/1975	16	2,24	15	3,60	31	5.84	Aprovado
18	95672	Anderson Tibes Silveira	10/07/1985	15	2,10	15	3,60	30	5.70	Aprovado

19	104147	Aricleia Ap Rodrigues Calixto Bordignon	26/03/1982	13	1,82	16	3,84	29	5.66	Aprovado
20	101685	Aline Priscila Guidi Pamplona	30/11/1985	10	1,40	17	4,08	27	5.48	Aprovado
21	95469	Ana Paula Zatta	06/03/1976	11	1,54	16	3,84	27	5.38	Aprovado
22	104229	Debora Fabieli Coelho De Avila	21/09/1985	11	1,54	16	3,84	27	5.38	Aprovado
23	97160	Sarine Paravisi	22/11/1980	9	1,26	17	4,08	26	5.34	Aprovado
24	101926	Giuliane Bonetti	20/02/1989	14	1,96	14	3,36	28	5.32	Aprovado
25	99611	Scheila Adriana Savian	09/11/1984	10	1,40	16	3,84	26	5.24	Aprovado
26	95451	Thasia Aquino	09/01/1990	8	1,12	17	4,08	25	5.20	Aprovado
27	96424	Laura Dos Santos Panerai	03/04/1986	13	1,82	14	3,36	27	5.18	Aprovado
28	101082	Andre Luiz Mocelin	17/11/1991	11	1,54	15	3,60	26	5.14	Aprovado

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 007/2015

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 007/2015.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR ESPECIAL, CRIADA PELA RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 003/2015.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e o Regimento Interno.

Faço saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução Legislativa:

Art. 1º. Fica prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar Especial, criada pela Resolução Legislativa nº 003/2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira, 15 de setembro de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER

Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

Secretário

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 04 de Setembro de 2015, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 14/2015, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 04/09/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

11194.5 - CERVALE SERVIÇOS ELETRICOS LTDA EPP						
Item	Un	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	SERVICO DE SUBSTITUICAO DE LAMPADA OU RELE FOTOELETRICO-EM POSTES ATE 9M	CERVALE	12,00	18,73	224,76
00002	UN	SERVICO DE SUBSTITUICAO DE REATOR OU BASE REL~E OU CHAVE DE IP-EM POSTES ATE 9M	CERVALE	12,00	50,79	609,48
00003	UN	SERVICO DE SUBSTITUICAODE LUMINARIA OU BRACO-EM POSTES ATE 9M	CERVALE	12,00	62,45	749,40
00004	UN	SERVICO DE CONERTO OU LIMPEZA DE LUMINARIA OU SUBSTITUICAO OU CONERTO DE EMENDA OU CONECTOR-EM POSTES ATE 9M	CERVALE	12,00	31,22	374,64
00005	UN	SERVICO DE SUBSTITUICAO DE LAMPADA OU RELE FOTOELETRICO-EM POSTES ACIMA DE 9M	CERVALE	1.812,00	19,77	35.823,24
00006	UN	SERVICO DE SUBSTITUICAO DE REATOR OU BASE RELE OUCHAVE DE IP-EM POSTES ACIMA DE 9M	CERVALE	1.026,00	59,12	60.657,12
00007	UN	SERVICO DE SUBSTITUICAO DE LUMINARIA OU BRACO-EM POSTES ACIMA DE 9M	CERVALE	50,00	74,16	3.708,00
00008	UN	SERVICO DE CONERTO OU LIMPEZA DE LUMINARIA OU SUBSTITUICAO OU CONERTO DE EMENDA OU CONECTOR-EM POSTES ACIMA DE 9M	CERVALE	200,00	44,49	8.898,00
00009	UN	BASE PARA RELE FOTOELETRICO 10A, TIPPO BAQUE-LITE OU MATERIAL EQUIVALENTE, DEVENDO OPERAR A TEMPERATURA DE -5°C A +70°, CONTATOS DE EN-CAIXE EM LATAO OU MATERIAL EQUIVALENTE, QUE SUPORTE NO MINIMO A CORRENTE DE 10A	EXATRON	720,00	6,08	4.377,60
00010	UN	SOQUETE BOCAL E-27 PORCELANA VITRIFICADA; CONTATOS EM LATAO OU COBRE NIQUELADO COM DOIS APERTOS DE FIXACAO PROPRIO PARA LUMINARIAS TENSÃO MINIMA 250 V CORRENTE MAXIMA 10A; DE ACORDO COM AS NBR5033/NBR5112	REBILINE	50,00	1,48	74,00
00011	UN	SOQUETE BOCAL E-40 PORCELANA VITRIFICADA; CONTYATOS EM LATAOOU COBRE NIQUELADO COM DOIS APERTOS DE FIXACAO PROPRIO PARA LUMINARIAS TENSÃO MINIMA 250 V CORRENTE MAXIMA 15A; DE ACORDO COM AS NBR5033/NBR5112	REBILINE	30,00	2,48	74,40
00012	UN	BRACO PARA ILUMINACAO PUBLICA-1 METRO-RE-TO GALVANIZADO POR IMERSAO A QUENTE COM CAMADA DE 100 MICRAS DE MEDIA E 86 NO PONTO MINIMO COM SAPATA ESTAMPADA DIAMETRO TUBO Ø 25,4MM ESPESSURA DA CHAPA 1,90MM	ROMAGNOLE	24,00	19,97	479,28

00013	UN	BRACO PARA ILUMINACAO PUBLICA GALVANIZADO POR IMERSAO A QUENTE COM CAMADA DE 100 MICRAS DE MEDIA E 86 NO PONTO MINIMO, COM 3.000 MM DE COMPRIMENTO, CURVO E ESPESSURA DE CHAPA 3,00MM, DIAMETRO Ø EXTERNO TUBO DE 46 A 49,0MM, SEM SAPATA DE FIXACAO POSSUIR FURO PARA DOIS PARAFUSOS 16,MM	ROMAGNOLE	24,00	69,42	1.666,08
00014	METRO	CABO DE COBRE FLEXIVEL, TEMPERA MOLE, ENCONDAMENTO CLASSES 5, BITOLA(1,50MM²). COBERTURA PVC, ISOLAMENTO 750V	CORFIO	70,00	1,01	70,70
00015	METRO	CABO DE COBRE FLEXIVEL. TEMPERA MOLE, ENCONDAMENTO CLASSES 5, BITOLA (2,50MM²) COBERTURA PVC, ISOLAMENTO 750V	CORFIO	160,00	1,54	246,40
00016	METRO	CABO DE COBRE FLEXIVEL, TEMPERA MOLE, ENCONDAMENTO CLASSES 5, BITOLA(4,00MM²) COBERTURA PVC, ISOLAMENTO 750V	CORFIO	70,00	1,35	94,50
00017	METRO	CABO DE COBRE FLEXIVEL, TEMPERA MOLE, ENCONDAMENTO CLASSES 5, BITOLA (6,00MM²) COBERTURA PVC, ISOLAMENTO 750V	CORFIO	70,00	1,78	124,60
00018	UN	CHAVE AUTOMATICA PARA COMANDO DE ILUMINACAO PUBLICA, INVOLUCRO EM ALUMINIO COM TOMADA EMBUTIDA PARA INSTALACAO DE RELE FOTOELETTRICO, BASE GIRATORIA 360º CONTATOS DE CARGA NF (NORMALMENTE FECHADO) PARA UTILIZACAO DE RELE FOTOELETTRICO COM SAIDA LIGADADURANTE A NOITE. SUPORTE DE FIXACAO WM ACO CARBONO GALVANIZADO A FOGO POR IMERSAO A QUENTE, PROTECAO ATRAVES DE DISJUNTOR DE 1X50 AMPERES, TENSÃO NOMINAL DE 250 VOLTS, GARANTIA DE 12 MESES.	EXATRON	16,00	109,00	1.744,00
00019	UN	CHAVE AUTOMATICA PARA COMANDO DE ILUMINACAO PUBLICA INVOLUCRO EM ALUMINIO COM TOMADA EMBUTIDA PARA INSTALACAO DE RELE FOTOELETTRICO, BASE GIRATORIO 360º, CONTATOS DE CARGA NF (NORMALMENTE FECHADO) PARA UTILIZACAO DE RELE FOTOELETTRICO COM SAIDA LIGADADURANTE A NOITE. SUPORTE DE FIXACAO EM ACO CARBONOGALVANIZADO A FOGO POR IMERSAO A QUNTE, PROTECAO ATRAVES DE DISJUNTOR DE 2X30 AMPERES, TENSÃO NOMINAL DE 250 VOLTS, GARANTIA DE 12 MESES.	EXATRON	8,00	109,00	872,00
00020	UN	CINTA METALICA PARA POSTE CIRCULAR Ø 150MM A Ø 200MM COM DOIS PARAFUSOS CABECA FRANCESA 16X070MM ACO ZINCADO A FOGO	ROMAGNOLE	12,00	16,01	192,12
00021	UN	CINTA METALICA PARA POSTE CIRCULAR Ø210MM A Ø300MM COM DOIS PARAFUSOS CABECA FRANCESA 16X070MM ACO ZINCADO A FOGO. COMPROVAR HOMOLOGACAO NA CELESC.	ROMAGNOLE	12,00	22,87	274,44
00022	UN	CINTA METALICA PARA POSTE CIRCULAR Ø310MM A Ø400MM COM DOIS PARAFUSOS CABECA FRANCESA 16X70MM ACO ZINCADO A FOGO	ROMAGNOLE	12,00	28,22	338,64
00023	UN	CONECTOR DE PERFURACAO PARA UTILIZACAO EM REDES SECUNDARIAS MULTIPLEXADAS ATE 1KV, EM MATERIAL POLIMERICO, CONEXAO PRINCIPAL: 10-70MM², CONEXAO SECUNDARIA: 1,5-10 MM², CONTATOS EM COBRE ESTANHADO	INTELLI	24,00	3,17	76,08
00024	UN	CONECTOR CUNHA, LIGA DE COBRE ESTANHADO PARA CONEXAO DE CABO CA-CAA-CU, TIPO A, VIOLETA.	INTELLI	24,00	2,75	66,00
00025	UN	CONECTOR CUNHA, LIGA DE COBRE ESTANHADO PARA CONEXAO DE CABO CA-CAA-CU, TIPO B, LARANJA	INTELLI	40,00	3,04	121,60
00026	UN	CONECTOR CUNHA, LIGA DE COBRE ESTANHADO PARA CONEXAO DE CABO CA-CAA-CU, TIPO I, CINZA.	INTELLI	24,00	3,78	90,72
00027	UN	CONECTOR CUNHA, LIGA DE COBRE ESTANHADO PARA CONEXAO DE CABO CA-CAA-CU, TIPO II, VERDE	INTELLI	24,00	2,42	58,08

00028	UN	CONECTOR CUNHA, LIGA DE COBRE ESTANHADO PARA CONEXAO DE CABO CA-CAA-CU, TIPO III, VERMELHO	INTELLI	50,00	1,29	64,50
00029	UN	FITA ISOLANTE AUTO-FUSAO; 19MMX10M; ESPESSURA 0,76MM.	AVANT	50,00	14,94	747,00
00030	UN	FITA ISOLANTE, 19MMX20M, ESPESSURA DE 0,18MM, COMPOSTO DE FILME DE PVC, AUTO EXTIGUINVEL A CHAMA (ANTICHAMA), COM ADESIVO SENSIVEL A PRESSAO, PARA ISOLAMENTO DE FIOS E CABOS ATE 750V, ATENDENDO AOS REQUISITOS NA NORMA NM 60454-3-1 DA ABNT.	AVANT	50,00	3,30	165,00
00031	UN	LAMPADA VAPOR DE SODIO 70W, BULBO OVOIDE, DIFUSA, BASE E-27, FLUSO LUMINOSO 5700 LUMENS OU MAIOR, IRC MINIMO >20, POSICAO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL, VIDA MEDIANA 2800 H OU MAIOR, TEMPERATURA DE COR 200K EFICIENCIA LUMINOSA (86LM/W_ OU MAIOR. SELO PROCEL, GARANTIA DE 12 MESES.	EMPALUX	720,00	12,50	9.000,00
00032	UN	LAMPADA VAPOR DE SODIO 150W, BULBO OVOIDE, DIFUSA, BASE E-40, FLUXO LUMINOSO 15000 LUMENS OU MAIOR, IRC MINIMO > 20, POSICAO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL, VIDA MEDIANA 2800H OU MAIOR, TEMPERATURA DE COR 2000K EFICIENCIA LUMINOSA (100LM/W) OU MAIOR. SELO PROCEL, GARANTIA DE 12 MESES.	EMPALUX	12,00	17,04	204,48
00033	UN	LAMPADA VAPOR DE SODIO 250 W, BULBO TUBULAR, CLARA, BASE E-40, FLUXO LUMINOSO 33000 LUMENS OU MAIOR, IRC MINIMO >20, POSICAO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL, VIDA MEDIANA 3200 H OU MAIOR, TEMPERATURA DE COR 2000K EFICIENCIA LUMINOSA (132LM/W) OU MAIOR, SELO PROCEL, GARANTIA DE 12 MESES.	EMPALUX	240,00	20,23	4.855,20
00034	UN	LAMPADA VAPOR DE SODIO 400W, BULBO TUBULAR, CLARA, BASE E-40, FLUXO LUMINOSO 55800 LUMENS OPU MAIOR, IRC MINIMO >20, POSICAO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL, VIDA MEDIANA 3200H OU MAIOR, TEMPERATURA DE COR 2000K EFICIENCIA LUMINOSA(139LM/W) OU MAIOR. SELO PROCEL, GARANTIA DE 12 MESES.	EMPALUX	240,00	23,55	5.652,00
00035	UN	LUMINARIA PUBLICA EM ALUMINIO ANODIZADO INTERIOR E EXTERIOR, PARA USO EXTERNO, POTENCIA 070/150W FECHADA COM POLICARBONATO, COM SOQUETE E-27, FECHO EMACO INOXIDAVEL QUE PERMITE O FECHAMENTO DA PARTE SUPERIOR E INFERIOR COM ALTA PRESSAO PARA BRACO 1000 MM X Ø25,4MM.	REPUME	24,00	69,31	1.663,44
00036	UN	LUMINARIA PUBLICA EM ALUMINIO ANODIZADO INTERIOR E EXTERIOR, PARA USO EXTERNO, POTENCIA 250/400 W FECHADA COM POLICARBONATO, COM SOQUETE E-40, FECHO EM ACO INOXIDAVEL QUE PERMITE O FECHAMENTO DA PARTE SUPERIOR E INFERIOR COM ALTA PRESSAO PARA BRACO 3000MM X Ø49,0 MM	REPUME	24,00	98,10	2.354,40
00037	UN	PARAFUSO CABECA FRANCESA 16X045MM ACO ZINCADO A FOGO	KONESUL	24,00	3,63	87,12
00038	UN	PARAFUSO CABECA FRANCESA 16X070MM ACO ZINCADO A FOGO	KONESUL	24,00	3,98	95,52
00039	UN	PARAFUSO CABECA QUADRADA 16X200MM ACO ZINCADO A FOGO	KONESUL	40,00	4,06	162,40
00040	UN	PARAFUSO CABECA QUADRADA 16X250MM ACO ZINCADO A FOGO	KONESUL	40,00	4,59	183,60
00041	UN	PARAFUSO CABECA QUADRADA 16X300MM ACO ZINCADO A FOGO	KONESUL	24,00	5,79	138,96

00042	UN	REATOR VAPOR DE SODIO 70W-220V-BAIXA PERDA, USO EXTERNO GALVANIZADO, COMIGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO, FATOR DE POTENCIA MAIOR OU IGUAL A 0,93-GARANTIA MINIMA EXIGIDA DE 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGIVELEINDELEVEL NO CORPO DE REATOR, CABOS CONFORME E-313, 0047 DE 02/05/2011-SELO PROCEL PORTARIA454 INMETRO	DEMAPE	200,00	43,47	8.694,00
00043	UN	REATOR VAPOR DE SODIO 150W-220V-BAIXA PERDA, USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO, FATOR DE POTENCIA MAIOR OU IGUAL A 0,93-GARANTIA MINIMA EXIGIDA DE 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGIVELEINDELEVEL NO CORPO DE REATOR, CABOS CONFORME E-313 0047 DE 02/05/2011-SELO PROCEL PORTARIA454 INMETRO	DEMAPE	12,00	59,65	715,80
00044	UN	REATOR VAPOR DE SODIO 250W-220V-BAIXA PERDA, USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO, FATOR DE POTENCIA MAIOR OU IGUAL A 0,94- GARANTIA MINIMA EXIGIDA DE 5 ANOS, GRAVADA DE FORMALEGIVELEINDELEVEL NO CORPO DO REATOR, CABOS CONFORME E-313. 0047 DE 02/05/2011 SELO PROCEL PORTARIA 454 INMETRO	DEMAPE	100,00	74,24	7.424,00
00045	UN	REATOR VAPOR DE SODIO 400W-220V-BAIXA PERDA USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO, FATOR DE POTENCIA MAIOR OU IGUAL A 0,94- GARANTIA MINIMA EXIGIDA DE 5 ANOS, GRAVADA DE FORMALEGIVELEINDELEVEL NO CORPO DE RATOR, CABOS CONFORME E-313. 0047 DE 02/05/2011-SELO PRECEL PORTARIA 454 INMETRO	DEMAPE	60,00	94,66	5.679,60
00046	UN	RELE FOTO ELETROICO NF BIVOLT-(TENSAO DE OPERACAO105V A 305V)- COM CAPACIDADE DE CUMUTACAO DE CARGA RESISTIVA DE 1000W, E 1800VA. IP64. ACIONAMENTO NA PASSAGEM POR ZERO. A DURABILIDADE DO CONTATO DERELE DEVE SER MAIOR QUE 15000 CICLOS. A PEÇA DEVETER GARANTIA MINIMA DE 05 ANOS.	INTREL	600,00	15,73	9.438,00
Total do Fornecedor: 179.410,90 (CIENTO E SETENTA E NOVE MIL E QUATROCENTOS E DEZ REAIS E NOVENTA CENTAVOS)						
Total da Licitação: 179.410,90 (CIENTO E SETENTA E NOVE MIL E QUATROCENTOS E DEZ REAIS E NOVENTA CENTAVOS)						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, a PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 14/2015 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 04 de Setembro de 2015.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

CERVALE SERVIÇOS ELETRICOS LTDA EPP
MARCIO LUIS ANTUNES
Contratada

<61>

PORTARIA Nº 197/2015

PORTARIANº. 197/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ANDRÉ LUÍS RINALDI

Cargo: CONTROLADOR INTERNO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Administração e Finanças, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 15/09/2015 a 24/09/2015, referentes ao período aquisitivo de 12/07/2014 a 11/07/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE SETEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

PORTARIA Nº 198/2015

PORTARIANº. 198/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CÉSAR SUAVE

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 30/09/2015 a 09/10/2015, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2013 a 30/11/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de setembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE SETEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

7 ADITIVO AO CONTRATO N° 0075/2011

Extrato 7º Aditivo ao Contrato nº 0075/2011

Locatário: Município de Xanxerê

Locador: Oswaldo Luiz Sette

Objeto: Locação casa destinada ao CEMEI Maria João

Fica prorrogado prazo para mais 12 (doze) meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê, 16 de setembro de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Xanxerê, em observância a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, convida a comunidade em geral para AUDIÊNCIA PÚBLICA de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 2º quadrimestre de 2015. A audiência será realizada no dia 25 de setembro de 2015 (sexta-feira), às 14 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê, localizado na Rua Doutor José de Miranda Ramos, 455. Xanxerê - SC, 16 de Setembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 066/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: UNICASUL CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA.

Contrato nº: 066/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E TREINAMENTO NO ÂMBITO DO MOVIMENTO ECONÔMICO.

Data da Assinatura: 16/09/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Suspensão dos Serviços e Pagamento.

CONTRATO Nº 067/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

Contrato nº: 067/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL, COMPRAS E LICITAÇÕES PARA ORIENTAÇÃO DE TÉCNICOS MUNICIPAIS QUE ATUAM NESSAS ÁREAS.

Data da Assinatura: 16/09/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Suspensão de 20% (vinte por cento) do pagamento mensal.

DECRETO 100/2015

DECRETO Nº 100/2015

“DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE EMPENHOS E DESPESAS OBJETIVANDO O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Federal 4.320/64, Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993, o § 1º ao 3º do artigo 9º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04/05/00, faz saber a todos que,

CONSIDERANDO:

- A crise econômica nacional que está prejudicando sobremaneira as arrecadações dos municípios brasileiros, direta e indiretamente;
- Que para enfrentamento da situação atual com responsabilidade fiscal é necessário que todos os administradores públicos tomem iniciativas no sentido de estabelecer metas, procedimentos e rotinas eficazes para otimização das despesas públicas, visando o restabelecimento do equilíbrio orçamentário e financeiro de cada ente público;
- A necessidade de recursos para contrapartidas de obras públicas contratadas ou em fase de contratação;
- Que as medidas ora adotadas não causarão nenhum prejuízo à coletividade, uma vez que os serviços essenciais e indispensáveis aos cidadãos continuarão sendo realizados;
- A necessidade urgente da tomada de medidas internas e externas de diminuição de despesas com manutenção de todos os serviços municipais, bem como, da folha de pessoal;
- Que o Tribunal de Contas do Estado, através do processo ADM 15/80227187, remeteu a “Notificação de Alerta n. 76588/2015”, alertando a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, devido diferença a menor de arrecadação registrada

pela contabilidade nos 3 (três) primeiros bimestres de 2015;

· O princípio da conveniência administrativa, da legalidade e do interesse público dos atos da administração em restabelecer o equilíbrio; e

· Por derradeiro, o disposto no art. 1º, § 1º e art. 9º da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas a responsabilidade na gestão fiscal dos gestores públicos,

DECRETA

Art. 1º. Fica determinado, a partir desta data, a limitação de empenhos no montante e proporção necessária a obtenção de superávit orçamentário e financeiro do Município de Xavantina (SC), para o exercício de 2015, sendo ainda estabelecido o seguinte:

§ 1º. Ficam canceladas as despesas com serviços extraordinários em todas as secretarias, exceto nos casos de urgência e emergência;

§ 2º. Limitam-se as despesas com combustíveis, peças e serviços em veículos de todas as secretarias, exceto nos casos de urgência e emergência até que sejam atingidos os objetivos do presente mecanismo;

§ 3º. Limitam-se as despesas com diárias, sendo as mesmas somente autorizadas por escrito pelo Prefeito Municipal;

§ 4º. Limitam-se as despesas com a contratação de pessoal em todas as secretarias, devendo ser priorizado o aproveitamento de servidores pertencentes ao quadro do município, exceto nos casos de urgência e emergência;

§ 5º. Ficam suspensas todas as despesas para participação em Conferências, Seminários, congressos e cursos, sendo que as mesmas somente poderão ser realizadas com autorização expressa do Prefeito Municipal;

§ 6º. Os contratos vigentes, bem como as licitações em andamento serão revisados para fins de redução de seus quantitativos/valores, suspensão temporária ou rescisão unilateral, enquanto perdurar a crise financeira no País.

Art. 2º. Toda despesa de reparos e manutenção dos veículos, máquinas, caminhões e imóveis públicos, dependerão de autorização expressa do Prefeito Municipal.

Art. 3º. As limitações descritas no artigo anterior terão validade a partir de 14 de setembro de 2015, por prazo indeterminado, podendo ser revogadas a qualquer tempo, desde que atingidos os objetivos previstos no presente Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 14 de Setembro de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 101/2015

DECRETO Nº 101/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.470, de 15 de Setembro de 2015. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.004 – Manter o Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00	
R\$	30.000,00
TOTAL	30.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.003 – Investimentos no Ensino Infantil	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00	
R\$	30.000,00
TOTAL	30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 15 de Setembro de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 171/2015

PORTARIA Nº 171/2015

DETERMINA ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 020/2004, atualizada e;

Considerando a abertura do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2015;

Considerando o pedido de exoneração do Servidor Público Municipal Senhor Edemar Caron, em caráter irrevogável e irretratável;

Considerando parecer da área jurídica do município;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2015, sem resolução de mérito, face à perda do objeto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 01 de Setembro 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 172/2015

PORTARIA Nº 172/2015

ALTERA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a Comissão Municipal para Avaliação de Bens Inservíveis, a saber:

1. Clovis Teló – Auxiliar de Mecânico;
2. João Mauricio Gabiatti - Diretor
3. Gilmar Luiz Batistella – Diretor
4. Anderson Juan Bach - Mecânico

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xavantina, SC, 01 de Setembro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 300

DECRETO Nº. 300/2015.

Anula Decreto e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e

Considerando a súmula 473 do STF, na qual é defeso à Administração Pública rever seus próprios atos;

Considerando que, quando da nomeação da Sra. Loreni Dos Santos Federissi, acabou-se por não perceber que a mesma não possuía qualificação técnica necessária para o cargo no qual havia sido designada;

Considerando que, a Sra. Loreni Dos Santos Federissi, sem a devida qualificação técnica, além do ato (nomeação) ser nulo, eventual pagamento de remuneração fere os princípios da moralidade da Administração Pública;

Considerando que, desta forma e em curto prazo constatou-se referido equívoco, não restando assim prejuízo ao Erário;

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado, a partir de 14 de setembro de 2015, o Decreto Nº. 284/2015, que nomeou a Sra. LORENI DOS SANTOS FEDERISSI, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, exonerando-a da função.

Art. 2º. Em virtude da nulidade do ato, deixa-se de remunerar o serviço prestado de 01 de setembro de 2015 até 14 de setembro de 2015, mesmo no que tange à saldo de salário e outras verbas rescisórias de costume.

Art. 3º. Ficam revogadas eventuais disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de setembro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro
Procurador Geral do Município

Decreto 302

DECRETO Nº. 302/2015.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 158.792.513-0.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, por aposentadoria, a partir de 15 de setembro de 2015, o servidor municipal ADELINO BUSATTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, portador da matrícula 2127, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de setembro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 303

DECRETO Nº 303, de 15 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SMEL Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando a conclusão dos serviços previstos em cada uma das etapas do Processo Seletivo SMEL nº 001/2015, destinado ao preenchimento, em caráter temporário, de vagas em cargos e habilitações, para atender à necessidade de excepcional interesse público nas ações e atividades realizadas junto a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;

Considerando a formalidade regulamentar dos procedimentos adotados, garantindo a transparência através de ampla publicidade e garantido o direito de contraditório, através de recursos, em todas as fases da seleção;

Considerando o esgotamento do período destinado a recursos em face dos resultados e da classificação do certame seletivo e resolvidos todos, tempestiva e regularmente interpostos;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado e a classificação final do Processo Seletivo SMEL nº 001/2015, realizado pela empresa CURSIVA Assessoria e Consultoria, destinado à contratação de profissionais em caráter temporário, para atuação junto a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, conforme consta nos quadros seguintes:

CARGO: PROFESSOR DE FUTSAL

Inscrição	Candidato	NOTA DA	PROVA	MEDIA	CLASSIFICAÇÃO
		PROVA	DE	FINAL	
		OBJETIVA	TÍTULO		
000565	THYAGO PERIN JOKOSKI	5,18	0,0	5,18	1º Lugar
000560	THIAGO ANTUNES PAZ	5,04	0,0	5,04	2º Lugar
000545	RODRIGO ANTONIO	4,97	0,0	4,97	3º Lugar
	COELHO VAZ MARTINS				
000489	HENRIQUE CABRAL DE	4,76	0,0	4,76	4º Lugar
	GÓES				
000566	ALICE LUSSANI	3,71	1,0	4,71	5º Lugar
000568	JOAO PAULO GARIBOTTI	4,69	0,0	4,69	6º Lugar
	FLORIANI				
000558	WALACE LUIS	4,48	0,0	4,48	7º Lugar
	IGNACHEWSKI				
000552	LÍLIAN ANTUNES	3,36	1,10	4,46	8º Lugar

CARGO: PROFESSOR DE HANDEBOL

Inscrição	Candidato	MEDIA DA	PROVA DE	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
-----------	-----------	----------	----------	-------	---------------

		PROVA	TÍTULOS	FINAL	
		OBJETIVA			
000526	GERSON CLADEMIR LEAL	4,62	1,30	5,92	1º Lugar
	BARBOSA DA SILVA				
000563	DIEGO MELLA	4,62	0,0	4,62	2º Lugar
000569	JONATAN MAULE	2,31	0,50	2,81	3º Lugar

CARGO: PROFESSOR DE TENIS DE QUADRA

Inscrição	Candidato	MÉDIA	PROVA DE	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
		PROVA	TÍTULOS	FINAL	
		OBJETIVA			
000570	JEAN CARLO DOS	3,99	1,10	5,09	1º Lugar
	SANTOS				

CARGO: PROFESSOR DE PREPARAÇÃO FÍSICA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA DA	PROVA DE	MEDIA	CLASSIFICAÇÃO
		PROVA	TÍTULOS	FINAL	
		OBJETIVA			
0537	FELIPE CORBELLINI	5,81	0,0	5,81	1º Lugar

Art. 2º Os aprovados serão convocados obedecendo a ordem classificatória e mediante necessidade da administração municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim/SC,
em 15 de setembro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Associações

AMMVI

ATA DA REUNIÃO PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS – CONVITE 04/2015

ATA DA REUNIÃO PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS – CONVITE 04/2015

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE Nº 04/2014

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I do Instrumento Convocatório.

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze (16/09/2015), dezesseis horas e trinta minutos (16:30) horas, na sala da Assessoria Jurídica na sede da AMMVI, 2º andar, realizou-se reunião para julgamento final das propostas da Licitação nº 04/2014, para atendimento ao objeto em epígrafe, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Licitação.

Declarando aberta a reunião pública, o Presidente da Comissão de Licitações informou que restava indefinido o julgamento de quatro itens (01, 03, 04 e 05) da classificação provisória, dos quais foi intimado a licitante CEK INFORMATICA LTDA ME para corrigir os erros de digitação apontados, em resposta, vai entregar o produto licitado e que confirmou sua proposta para os itens, ratificando o preço ofertado.

Assim sendo, a Comissão de Licitações decide adotar julgamento final das propostas para o certame, em valor unitário, da seguinte forma:

a) CEK INFORMATICA LTDA ME: vencedor nos itens 01 (R\$ 28.287,84), 03 (R\$ 3.563,00), 04 (R\$ 545,00), 05 (R\$ 328,00);

b) HARLEY DE AGUIAR JUNIOR - EPP: vencedor nos itens 02 (R\$ 2.740,00), 06 (R\$ 299,00); 10 (R\$ 140,00);

c) JOSE HENRIQUE DA SILVA JUNIOR - ME: vencedor no item 07 (R\$ 2.736,00); e

d) DOIN GAMA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA ME: vencedor nos itens 08 (R\$ 18,00), 09 (R\$ 25,00).

Por fim, deliberou-se pela intimação dos licitantes a respeito do julgamento final acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 16 de setembro de 2014.

Alexandre Carvalho Brigido Presidente	Richard Bushinski Secretária	Ricardo Sorroche Membro
---	---------------------------------	----------------------------

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO 03-2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: CONVITE Nº 03/2015

OBJETO: Prestação de serviços de reforma do telhado e construção da cisterna para o edifício sede da Associação, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I do Instrumento Convocatório.

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze (16/09/2015), às nove horas, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se sessão pública para abertura da Licitação nº 03/2015, para atendimento ao objeto em epígrafe, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Licitação. Declarando aberta a sessão pública, o Presidente da Comissão de Licitações informou o recebimento de envelopes de 01 (um) licitante, a saber:

AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CNPJ Nº 11.479.726/0001-75,

Registrando-se a presença do responsável técnico da empresa, Sr. Alvaro Ling Junior, passou-se a fase de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação da licitante, os quais foram confrontados com as exigências do Instrumento Convocatório e submetidos à rubrica dos membros da Comissão de Licitações.

A seguir a Comissão de Licitações deliberou sobre os documentos, decidindo pela habilitação da licitante, destacando-se que a empresa se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, portanto com aplicação dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06.

Inexistindo inabilitado, e mostrando-se inócuo a observância de prazo recursal, foi dado seguimento aos trabalhos, procedendo-se a abertura do envelope de nº 02, sendo a proposta comercial submetida à rubrica dos membros da Comissão de Licitação.

Após, o Presidente da Comissão de Licitações comunicou que será analisada a proposta e divulgado seu julgamento, na forma da lei. Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação do licitante a respeito das deliberações acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 16 de setembro de 2015.

Alexandre Carvalho Brigido Presidente	Richard Buchinski Secretário	Ricardo Sorroche Membro
---	---------------------------------	----------------------------

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO 04-2015**ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO**

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE Nº 05/2015

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I do Instrumento Convocatório.

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze (16/09/2015), quatorze (14:00) horas, na sala da Assessoria Jurídica na sede da AMMVI, 2º andar, realizou-se sessão pública para abertura da Licitação nº 04/2015, para atendimento ao objeto em epígrafe, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Licitação.

Declarando aberta a sessão pública, o Presidente da Comissão de Licitações informou que quatro empresas atenderam a convocação e apresentaram envelopes para o certame, quais sejam:

1 – JOSE HENRIQUE DA SILVA JUNIOR - ME, CNPJ nº 20.676.249/0001-29;

2 – HARLEY DE AGUIAR JUNIOR - EPP, CNPJ nº 06.635.187/0001-86;

3 – CEK INFORMATICA LTDA ME, CNPJ nº 00.949.640/0001-42;

4 – DOIN GAMA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA ME, CNPJ nº 12.023.894/0001-14.

Registrando-se a presença de apenas o representante da empresa HARLEY DE AGUIAR JUNIOR – EPP o Sr. Henrique Mattos do Amaral, CPF: 040.224.799-06, passou-se a fase de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes, os quais foram confrontados com as exigências do Instrumento Convocatório e submetidos à rubrica dos membros da Comissão de Licitações.

A seguir a Comissão de Licitações deliberou sobre os documentos, decidindo pela habilitação de todas as licitantes, destacando-se que todas as empresas habilitaram-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, atraindo a aplicação dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06.

Inexistindo inabilitados, e mostrando-se inócuo a observância de prazo recursal, foi dado seguimento aos trabalhos, procedendo-se a abertura dos envelopes de nº 02, sendo as propostas comerciais submetidas à rubrica dos membros da Comissão de Licitação.

Após, o Presidente da Comissão de Licitações comunicou que será analisada a proposta e divulgado seu julgamento, na forma da lei. Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação do licitante a respeito das deliberações acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 16 de setembro de 2015.

Alexandre Carvalho Brigido Presidente	Richard Bushinski Secretário	Ricardo Sorroche Membro
--	---------------------------------	----------------------------

Consórcios

CIMCATARINA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0010/2015 - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

EDITAL Nº 0010/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0134/2015

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, para formação de um cadastro para futuras aquisições de Materiais Odontológicos e Correlatos, com base na Resolução nº 005 de 16 de março de 2015. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 28/09/2015 e serão recebidas até 31/12/2015 na sede do CIMCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de setembro de 2015

Elói Rönna

Diretor Executivo

RESOLUÇÃO Nº 0023_2015

Resolução nº 0023/2015

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0134/2015, Edital nº 0010/2015-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0134/2015, Edital nº 0010/2015 - CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

- I – Camila Strapazzon – Município de Videira - Presidente;
- II – Elizete Aparecida Girardi – Município de Fraiburgo – Membro;
- III – Mauro Marcelo Cizeski - CIMCATARINA - Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS NORDESTE**ERRATA RESOLUÇÃO Nº 14/2015**

ERRATA

Resolução nº 14/2015

Na Resolução nº 14/2015, datada de 30/06/2015 em seu Art. 4º, onde se lê 2014, leia-se 2015.

Joinville, 1º de julho de 2015.

José Chaves

Presidente do CISONORDESTE/SC

RESOLUÇÃO Nº 16/2015

Resolução nº 16/2015.

Nomea a Comissão Permanente de Avaliação Periódica de Desempenho dos empregados do CISONORDESTE/SC e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISONORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para constituir a COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO dos empregados do CISONORDESTE/SC, para o período de 01/09/2015 a 31/08/2017, os seguintes empregados:

I - Marcia Regina Ebert, Coordenadora Administrativa/Financeira;

II - Norma Bassols Rodrigues Holz – Assessora Jurídica, e,

III - Deisi Ariane Schaefer Hilgenstieler, Gerente Financeira.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Joinville, 31 de agosto de 2015.

José Chaves

Presidente do CISONORDESTE/SC